



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "A" AO Nº 081 QUINTA-FEIRA, 05 DE JUNHO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

MENSAGEM Nº12, DE 2014-CN
(nº 135/2014, na origem)

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

ANO BASE 2013

Programas Temáticos: Programas de Infraestrutura

VOLUME III

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22 Líder Humberto Costa - Bloco (117,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Inácio Arruda (89,94,115,128) Marcelo Crivella (36,120,127,130) Líder do PT - 13 Humberto Costa (117,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,115,128) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,127,130)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16 Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,119) Vice-Líderes Mário Couto (34,61,124) Jayme Campos (28,106,110,122) Alvaro Dias (73,123) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,123) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,119) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,83,129)
		PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA

2012  2015

**Relatório Anual de Avaliação
do PPA 2012-2015**
Ano Base 2013

volume II
PROGRAMAS TEMÁTICOS
Tomo II - Programas
de Infraestrutura



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**Presidenta da República**

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:**Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União**

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Neri Geller

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Clelio Campolina Diniz

Ministra de Estado da Cultura

Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação

José Henrique Paim Fernandes

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional - Interino

Francisco José Coelho Teixeira

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Eduardo Benedito Lopes

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde

Arthur Chioro

Ministro de Estado das Cidades

Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Luiz Alberto Figueiredo Machado

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Miguel Soldatelli Rossetto

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mauro Borges Lemos

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Vinicius Nobre Lages

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

**Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa
da Presidência da República**
Guilherme Afif Domingos

**Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República - Interino**
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Ideli Salvatti

**Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da
Presidência da República**
Luiza Helena de Bairros

**Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
da Presidência da República**
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Antonio Henrique Pinheiro Silveira

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Thomas Timothy Traumann

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ricardo Berzoini

Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2013

Volume II – Programas Temáticos (CD-ROM)

Tomo II - Programas de Infraestrutura

CC-BY-NC Creative Commons 2014 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são: <http://www.planejamento.gov.br>, <http://bibspi.planejamento.gov.br> e <http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br>.

Impresso no Brasil.

Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Esther Bernerguy de Albuquerque

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ana Lúcia de Lima Starling

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Jorge Abrahão de Castro

Leandro Freitas Couto

Colaborador

Ricardo Bielschowsky

Projeto gráfico

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. – Brasília: SPI/MP, 2014.

2 v. (144 p.) : il. + CD-ROM

Conteúdo: v.1 – dimensão estratégica. v.2 – programas temáticos

1. Plano plurianual – avaliação. 2. Políticas públicas. 3. Governo Federal.

CDU 338.26"2012-2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL.....	11
INTRODUÇÃO	13
PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA	15
2049 - Moradia Digna	17
2068 - Saneamento Básico	32
2067 - Resíduos Sólidos.....	46
2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.....	56
2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	76
2051 - Oferta de Água	105
2033 - Energia Elétrica.....	114
2022 - Combustíveis.....	133
2053 - Petróleo e Gás.....	151
2054 - Planejamento Urbano.....	168
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	186
2075 - Transporte Rodoviário.....	220
2074 - Transporte Marítimo	236
2073 - Transporte Hidroviário	259
2072 - Transporte Ferroviário	267
2017 - Aviação Civil.....	283
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	296
 ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS	 329

APRESENTAÇÃO GERAL



Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2013, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Neste segundo ano de vigência do PPA destacam-se o equilíbrio entre uma política macroeconômica sólida e as políticas de inclusão social, notadamente no que se refere à garantia de renda; a ampliação dos investimentos em infraestrutura, tanto em volume de obras quanto em recursos; ampliação da participação social na formulação e implementação das políticas; e a postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços, bem como no aperfeiçoamento dos seus instrumentos de planejamento e gestão.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura.

Nesse contexto de continuidade de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório que, com o objetivo de facilitar a leitura, está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano base 2013. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Programas Sociais; II - Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2013, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos: TOMO I - Programas Sociais; TOMO II - Programas de Infraestrutura; TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se

adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 ANO BASE 2013

**Volume II: Programas Temáticos
Tomo II - Programas
de Infraestrutura**

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Assentamentos subnormais	unidade	31/12/2010	3.224,529	-	-
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2008	5.572.313	31/12/2010	6.490.000
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2008	942.481	31/12/2010	1.055.163
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2008	4.629.832	31/12/2010	5.885.528
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2007	1.500.709	31/12/2010	1.583.763
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/09/2007	543.066	-	-
Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional	unidade	30/09/2007	10.454.974	31/12/2010	13.007.952
Oferta de moradias	%	31/12/2011	1	-	-

Observações:

Assentamentos subnormais - Censo IBGE 2010

Déficit habitacional absoluto - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional absoluto em áreas rurais - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Não houve atualização do índice pelo Censo 2010, pois não havia a pergunta referente ao indicador no Censo.

Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Oferta de moradias - Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal, Contas Nacionais (IBGE), PAIC, Rais/CAGED do MTE - Oferta total de habitações e a produção de novas moradias no país

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Inicialmente, é preciso destacar que o conceito do programa de urbanização de assentamentos precários possibilita a aplicação dos recursos em diversas obras e serviços necessários à superação das precariedades existentes nas áreas beneficiadas. Estas, por sua vez, se caracterizam por serem irregulares, ambientalmente frágeis e com riscos, habitadas por população de baixa renda.



A política pública nacional de urbanização de assentamentos precários nasceu de práticas bem sucedidas, realizadas em nível local. Sua relevância se confirma com a inclusão da ação no rol do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o qual garante a alocação dos recursos necessários às favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do País.

Entre as dificuldades mais relevantes para implementação de um programa federal, cujas ações são executadas de forma descentralizada pelos entes subnacionais, está a promoção da articulação federativa necessária para, por meio de parcerias com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, viabilizar a execução e potencializar a capacidade de investimento público. Destaca-se, também, que nem todos esses entes possuem estrutura institucional capaz de lidar com os desafios colocados.

Para a seleção dos principais territórios em que seriam alocados os recursos do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, o Governo Federal, baseado nos estudos fornecidos pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP e outros indicadores de precariedade urbana e social, definiu o conjunto de cidades prioritárias para atuação:

- municípios integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico;
- capitais de estados que não integram as regiões metropolitanas;
- outros municípios de grande porte que, por sua atividade econômica ou infraestrutura logística, possuam raio de influência regional.

Contudo, o PAC - Urbanização de Assentamentos Precários pode atuar em todos os municípios brasileiros, a partir de demandas qualificadas que identifiquem a precariedade habitacional, na forma descrita nas normas que regem o programa, e apontem para a necessidade dos investimentos.

A distribuição de recursos alocados também seguiu a proporção da dimensão da precariedade habitacional em cada região.

O Governo Federal criou uma estrutura especial para monitorar as intervenções inseridas no PAC com o objetivo de assegurar o cumprimento de prazos e resultados; de gerenciar riscos, mediante identificação e solução de possíveis entraves na execução das intervenções; e de coordenar e articular ações dos governos Federal, municipais, estaduais e do Distrito Federal e demais atores envolvidos.

O Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, criou o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC para acompanhar e supervisionar sua execução, e instituiu, ainda, o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC.

Nas Salas de Situação ocorrem reuniões periódicas para acompanhar o andamento do PAC, com o objetivo de identificar problemas e buscar alternativas de solução. Essas reuniões são coordenadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Ao mesmo tempo, uma das importâncias desse monitoramento diferenciado é a prestação de contas à sociedade dos recursos que estão sendo aplicados. Por esse motivo, quadrimestralmente, são apresentados balanços de todas as ações inseridas no PAC.

É importante lembrar que as intervenções do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários são planejadas e

executadas pelos governos locais, cabendo à esfera federal o estabelecimento de diretrizes, bem como o apoio orçamentário e financeiro com o correspondente acompanhamento e monitoramento. Ressalte-se, ainda, a grandiosidade do território brasileiro e a diversidade de realidades locais, que muitas vezes impedem a padronização de soluções e encaminhamentos.

Embora o monitoramento realizado pelo Ministério das Cidades seja distanciado da execução diária de cada intervenção, é importante lembrar que a Caixa Econômica Federal, mandatária da União, possui estrutura descentralizada que conta com a expertise de um corpo funcional multidisciplinar, assegurando a execução das intervenções sobre um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem seus verdadeiros objetivos. Dessa forma, é possível realizar o acompanhamento das obras contratadas in loco, viabilizando a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados.

Esse modelo conta com a aprovação dos órgãos de controle interno e externo, Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU, respectivamente. Sobre a atuação desses órgãos, é importante relatar sua atuação na verificação da legalidade dos processos, inibindo ou impedindo eventuais desvios de finalidade dos recursos alocados.

Medidas de gestão

Visando otimizar os recursos aplicados foram estabelecidas regras para que as obras não iniciadas ou com início simbólico (paralisadas há mais de 6 meses com até 2% de execução) fossem iniciadas ou retomadas. Para tanto, estas deveriam alterar o seu status até a data de sua vigência ou não teriam autorização para prorrogação desta. Com isso, foram retomadas 216 operações, perfazendo um investimento de R\$ 1.191,20 milhões e canceladas 239 operações, R\$ 519,40 milhões.

Importante ressaltar ainda que estão sendo tomadas medidas de repactuação de metas para os contratos paralisados ou com execução lenta, a exemplo das Portarias ministeriais nº 287 de 28 de junho de 2013, 43 e 44 de 28 de janeiro de 2014. Essas medidas incluem supressão ou repactuação de metas e produção habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

REALIZAÇÕES DO PERÍODO

Os dados a seguir foram extraídos do 9º balanço do PAC, referente ao período de setembro a dezembro de 2013.

A carteira de obras e projetos de urbanização de assentamentos precários, 983 operações, que integram o eixo de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é de R\$ 23,7 bilhões, sendo R\$ 18,9 bilhões de termos de compromisso com recursos oriundos do Orçamento Geral da União – OGU e R\$ 4,8 bilhões de contratos de financiamento oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Desse total, R\$ 16,7 bilhões (534 operações) foram selecionados no PAC 1 e R\$ 12,4 bilhões (considera valor PMCMV) foram selecionados no PAC 2 (449 operações).

Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013 foram concluídas 67 empreedimentos de urbanização, perfazendo investimento de R\$ 1,2 bilhão e beneficiando 103 mil famílias. Dentre as obras concluídas estão: Diversos Bairros em Nova Iguaçu/RJ, Vila Mirim III, Caieiras em Praia Grande/SP, , Morro do Preventório em Niterói/RJ, Bacias dos Córregos Cabaça e Segredo em Campo Grande/MS.



Ressalta-se que, devido à diversidade das metas contidas num projeto de urbanização de assentamentos precários, a conclusão de etapas da intervenção geram benefícios à comunidade antes mesmo do término do objeto. Por exemplo, entrega de equipamentos públicos, de unidades habitacionais e conclusão de metas de infraestrutura como drenagem e pavimentação.

Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013 foram iniciadas 342 obras de urbanização, perfazendo investimento de R\$ 5,6 bilhões com previsão de beneficiamento, após a conclusão, de 540 mil famílias. Dentre as obras iniciadas estão: Vila Real em Várzea Paulista/SP, Jardim Curitiba, em Goiânia/GO e Complexo Paraísopolis (PAC 2), Billings Guarapiranga e Jardim São Francisco em São Paulo/SP.

Metas 2012-2015

• Disponibilizar R\$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários

Análise Situacional da Meta

Encontram-se em andamento os procedimentos administrativos que visam à publicação do atendimento às propostas submetidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 1,8 bilhões).

Assinatura de Termos de compromisso com as Prefeituras de São Paulo, Diadema, Mauá, Santo André e São Bernardo do Campo (R\$ 2,4 bilhões de investimento, sendo R\$ 1,9 bilhões de recursos da União) no âmbito do Programa Moradia Digna, ação Urbanização de Assentamentos Precários.

O PAC 2 contratou 449 operações, totalizando investimentos de R\$ 11,3 bilhões (com o valor PMCMV vinculado), que beneficiarão 891 mil famílias, em 356 municípios, dos quais 55% estão em obras.

Quantidade alcançada

11,3

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o programa Minha Casa, Minha Vida, em sua segunda etapa, atingiu a marca de 2,3 milhões de unidades habitacionais contratadas, superando a meta originalmente estabelecida de 2 milhões de moradias para o período de 2011-2014. Em 2012, a meta havia sido ampliada para 2,4 milhões e, em 2013, foi para 2,75 milhões de moradia. Dessa forma, as contratações no programa já superaram 80% da nova meta estabelecida.

O maior desafio é alcançar a meta de produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural (Faixa 01). O programa atingiu 65% da atual meta (87% da original) e ultrapassou a marca de 1 milhão de unidades habitacionais contratadas para famílias com essa faixa de renda.

Enquanto nas faixas 2 e 3 o ritmo de contratação seguiu estável, as contratações na faixa 1 do programa vêm apresentando elevado crescimento em todos os anos desde o lançamento da segunda etapa do programa.

Verifica-se que quando comparado com o ano de 2012, houve redução nas contratações nas faixas 2 e 3 de aproximadamente 12% e 5%, respectivamente, e na faixa 01 houve um aumento de 45%. Esse resultado é desejado, uma vez que as metas das modalidades do programa destinadas a famílias integrantes da faixa 01 é a de maior dificuldade de alcance.

Além de atingir a meta, um grande desafio do programa é garantir a sua correta distribuição pelas Unidades da Federação que deve estar de acordo com o déficit habitacional. Ao comparar as contratações de unidades habitacionais para famílias integrantes da faixa 01 nas regiões do país com os respectivos déficits habitacionais de famílias com renda até 3 salários-mínimos (considerado o Déficit Habitacional 2010 publicado pela Fundação João Pinheiro ano passado), verifica-se que a distribuição vai ao encontro dos déficits regionais, com exceção da Região Sudeste, que fica um pouco abaixo da média nacional.

Ao analisar a distribuição das contratações de acordo com porte populacional, separando as Capitais e suas respectivas Regiões Metropolitanas, constata-se que são nas capitais e nos municípios com população até 50 mil habitantes, onde há maior dificuldade de contratação.

Nos municípios com população abaixo de 50 mil habitantes encontram-se 75% de todo o déficit rural. No âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) as contratações já ultrapassaram a marca de 100 mil unidades contratadas e aproximadamente 82% dessas unidades estão em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes. Portanto, verifica-se aderência do déficit habitacional rural com as contratações do programa. Outro fator que impactou o desempenho de contratações nesses municípios foi a suspensão da modalidade Oferta Pública que contrataria mais de 100 mil unidades em 2013. O programa foi reformulado e, no segundo semestre, foi criada uma nova modalidade destinada a esses municípios. A expectativa é que as contratações sejam retomadas no primeiro semestre de 2014.

A análise das contratações regionais aponta que há uma baixa contratação relativa nas capitais das regiões sul e sudeste, 9% e 7%, respectivamente. Verifica-se que apesar do desempenho abaixo da média, a quantidade de unidades contratadas nesses municípios apresentou constante crescimento, principalmente no entorno metropolitano das capitais dessas regiões, o que pode reduzir a necessidade de contratação nessas cidades.

O programa Minha Casa Minha Vida já entregou mais de 1,5 milhão de unidades habitacionais, sendo 459 mil unidades da segunda etapa do programa (2011-2014). A quantidade de unidades entregues pelo programa no ano de 2013 se manteve estável quando comparada com 2012. Esse resultado já era esperado, tendo em vista que em 2011, período de transição entre as duas etapas dos programas, as contratações na faixa 01 do programa praticamente se iniciaram em outubro. As unidades que seriam contratadas no primeiro semestre de 2011 estariam sendo entregues em 2013, por isso, já estava previsto que o número de entregas nesse ano se mantivesse nos mesmos padrões de 2012. Portanto, há expectativa de que em 2014 a quantidade de unidades entregues seja a maior desde o lançamento do programa.

Paralelamente à evolução quantitativa na contratação, o programa tem sido aperfeiçoado, incorporando melhorias no ano de 2013, nas quais se destacam:

- Os agricultores familiares assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foram incluídos entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Alterações nos normativos do PMCMV – Empresas, programa destinado a famílias com renda até R\$ 1.600,00 mensais, nos quais se destacam: ampliação da área de atuação do programa promovendo também o atendimento aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes; previsão de aporte de recursos para edificação dos equipamentos públicos



para atender as demandas geradas pelos empreendimentos do programa; possibilidade de acréscimo de revestimento de piso nas áreas privativas da unidade habitacional e nas áreas de uso comum em edificações multifamiliares em todas as unidades do programa;

- Mudanças na regulamentação do programa separaram o trabalho de gestão condominial e educação patrimonial do trabalho social visando melhorar a sustentabilidade do empreendimento;

- Desde junho de 2013, todas as famílias que conquistaram sua casa ou apartamento pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e que estão em dia com as prestações do seu imóvel podem utilizar um crédito especial de até R\$ 5 mil para comprar diversos produtos, entre móveis e eletrodomésticos. As famílias que já residem no imóvel recebido do programa podem comprar os bens em mais de 13 mil lojas credenciadas pela Caixa Econômica Federal em todo o Brasil, com desconto de 5% sobre o preço à vista. O crédito conta com prazo de 48 meses para pagamento, com juros de 5% a.a. O Programa Minha Casa Melhor já beneficiou mais de 428 mil famílias com recursos que somam mais de R\$ 2,13 bilhões, garantindo mais conforto e qualidade de vida.

As importantes conquistas sociais promovidas pelo programa não se restringem às famílias beneficiadas com a moradia. O Minha Casa, Minha Vida tem impacto significativo na economia do país, gerando renda superior a R\$ 20 bilhões por ano, em média, e compras de materiais de construção e serviços na ordem de R\$ 13,7 bilhões por ano. O programa gera, ainda, mais de 830 mil empregos diretos e indiretos por ano. Em 2013, a renda gerada pelo programa deve atingir R\$ 29,8 bilhões, o que equivale a 0,6% do PIB brasileiro no ano. Isto significa que se o programa não estivesse em plena atuação, a economia brasileira seria 0,6 ponto percentual menor.

O programa vem ainda alcançando resultados positivos sobre públicos específicos. Verifica-se que mais de 80% dos contratos assinados são com mulheres e, desde 2011, o programa já contratou mais de 815 mil unidades habitacionais adaptáveis ao uso por pessoa com deficiência, em 3.526 municípios brasileiros. O programa também já entregou cerca de 10 mil unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência. Por fim, mais de 40 mil beneficiários do programa para famílias com renda até R\$ 1.600,00 são idosos o que corresponde a mais de 6% das famílias beneficiadas (o dobro do que é exigido pelo programa).

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, foram contratadas 130.945 unidades habitacionais com famílias abrangidas por essa faixa de renda – entre R\$ 3.275 e R\$ 5.000,00 mensais. Apesar de ter sido um pouco inferior a do ano anterior, a contratação segue em ritmo satisfatório. Na contratação acumulada (267.905), a meta estabelecida para o período 2011-2014 já foi atingida.

Quantidade alcançada

267.905

Data de Referência

31/12/2013

- **Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural**

Análise Situacional da Meta

A contratação no ano de 2013 atingiu a marca de 278.740 unidades habitacionais. Verifica-se que as contratações nessa faixa de renda se mantêm estáveis, havendo uma pequena redução quando comparada com o ano anterior. Na contratação acumulada, a meta estabelecida no PAC 2 já foi superada. Desde o lançamento do PAC 2 foram 921.007

unidades habitacionais contratadas.

Quantidade alcançada

921.000,07

Data de Referência

31/12/2013

- **Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho (GT) está discutindo os parâmetros do programa, não havendo avanços significativos em relação ao final do ano passado.

- **Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram contratadas 554.803 unidades habitacionais, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 45% em relação à contratação de 2012. Desde o lançamento do PMCMV2 foram contratadas 1.050.154 unidades, o que representa 87,5% da meta inicialmente prevista (1,2 milhão de moradias) e 65,6% da nova meta estabelecida. Os números são satisfatórios, já que, se mantido esse volume de contratação, a meta será atingida dentro do prazo estabelecido.

Dentre os fatores que contribuíram para o aumento de contratações nesse ano destaca-se o aumento de contrapartida por parte dos Estados e Municípios, sob a forma de aportes financeiros, bens ou serviços. A soma desses recursos, no ano de 2013, já atingiu o dobro do montante aportado por esses entes no ano de 2012. Isso se deve às pactuações realizadas pelo Ministério das Cidades, com destaque para o convênio firmado com o estado de São Paulo. Destaca-se também o volume de contratação na modalidade Rural, que superou a meta prevista inicialmente de 60 mil unidades, alcançando mais de 100 mil unidades.

Quantidade alcançada

1.050.154

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram contratadas 504.663 unidades adaptáveis, o que corresponde a quase o dobro das contratações do ano anterior. O elevado crescimento se deve ao aumento de contratação na faixa 1 do programa e à obrigatoriedade de contratação, a partir de 01/07/2012, na modalidade PMCMV – Empresas, de empreendimentos cuja totalidade das unidades habitacionais seja adaptável. Desde o início do PMCMV 2 contratou-se 817.737 unidades adaptáveis. O programa também já entregou cerca de 10 mil unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência.

Quantidade alcançada

817.737

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.



Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O desempenho observado ao longo do ano de 2013, na vertente do objetivo 0384 relativa ao financiamento imobiliário com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), apresentou resultado anual superior ao do ano anterior, em valor financiado e em quantidade de operações contratadas. No que se refere ao financiamento imobiliário com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que representa a outra vertente deste objetivo, o desempenho observado ao longo do mesmo ano apresentou resultados distintos para valor e quantidade financiados: aumento no valor e leve redução na quantidade de operações contratadas, sinalizando para um aumento nos valores individuais financiados.

Durante o ano de 2013, os agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) contrataram 90.023 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas, não enquadráveis nas condições do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com recursos do FGTS. Essa quantidade apresenta-se menos que 2% inferior ao total contratado em 2012, quando mais de 91 mil operações foram formalizadas. Já os valores de financiamento e de subsídio concedidos pelo FGTS cresceram em relação ao ano anterior, respectivamente 15,4% e 5,8%, saltando para R\$ 7,2 bilhões e R\$ 1,08 bilhões. Contrariando a expectativa existente ao final do 1º semestre, o desempenho do mercado imobiliário na 2ª metade do ano, nesse tipo de operação de crédito, foi inferior àquele observado nos primeiros seis meses. O resultado acumulado no período 2012-2013 representa pouco mais de 36% da meta plurianual de 500 mil operações de crédito.

Por outro lado, no que se refere ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), verificou-se crescimento substancial. Em todo o ano de 2013, foram financiados R\$ 102,2 bilhões em crédito imobiliário habitacional, o que representa crescimento de 33,5% em relação ao ano de 2012, quando os financiamentos alcançaram R\$ 76,5 bilhões. Confirmou-se, desse modo, a expectativa desenhada ao final do 1º semestre, de superação da marca de R\$ 100 bilhões em operações da espécie. No que tange à quantidade de contratos realizados, observou-se comportamento distinto daquele verificado em 2012: enquanto nesse ano, relativamente ao anterior, houve queda de 11,5%, em 2013 apresentou-se crescimento de 16,3%, atingindo mais de 505 mil unidades financiadas.

Esses resultados são consequência da mesma combinação de fatores que interferiu positivamente no desempenho observado em 2012: a continuidade da tendência de elevação da renda real, associada ao aumento dos níveis de emprego formal e a manutenção do Índice de Confiança do Consumidor em patamares elevados, do lado dos tomadores de crédito, contribuíram para o aumento na demanda por crédito imobiliário; do lado da oferta, a disponibilidade de recursos da poupança, a manutenção do baixo índice de inadimplência na modalidade e o prazo máximo de financiamento.

Para 2014, conforme expectativa da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP –, é previsto crescimento menor das operações com recursos do SBPE, da ordem de 15%, com indicativos de permanência dos fatores positivos que têm contribuído para o desempenho observado, mencionados anteriormente. Para as operações com recursos do FGTS, o orçamento aprovado para 2014, por meio da Instrução Normativa nº 44, de 20 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, estabelece R\$ 2 bilhões para concessão de descontos nos financiamentos da espécie, quase o dobro do valor orçado para 2013, de R\$ 1,1 bilhão.

Metas 2012-2015

- **Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de**

unidades habitacionais com recursos do FGTS**Análise Situacional da Meta**

Foram contratadas, no ano de 2013, 90.023 operações de financiamento imobiliário com recursos do FGTS, totalizando R\$ 7, 203 bilhões em financiamentos e R\$ 1,078 bilhão em subvenção. A contratação acumulada nos anos de 2012 e 2013 é de 181.409 operações, atingindo 36,3% da meta plurianual.

As informações contidas nesta análise situacional tiveram como fontes o Canal FGTS e a Caixa Econômica Federal.

Quantidade alcançada

181.409

Data de Referência

31/12/2013

• Contratar R\$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2013 foram contratados R\$ 102,2 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Esse valor apresenta-se 33,5% superior ao observado no ano de 2012. A contratação acumulada 2012-2013 já atingiu R\$ 178,7 bilhões, tendo sido superada a meta estabelecida para o período 2012-2015.

Quantidade alcançada

178,7

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, desde 2012, foi marcado pela continuidade do desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS e no fomento à realização de estudos e pesquisas relacionados à habitação de interesse social. No que tange ao PLHIS, o Governo Federal focou no apoio a conclusão dos planos contratados em anos anteriores, assim como no monitoramento da adesão ao PLHIS simplificado, instituído no final do ano 2010, para ser utilizado como opção, inicialmente pensada para os municípios com população até 20 mil habitantes e localizados fora de Regiões Metropolitanas (Resolução no. 37 – CGFNHIS, de 8/12/2010) e, posteriormente ampliada para todos os municípios com população até 50 mil habitantes (Resolução Nº 43, de 5 de julho de 2011).

Até dezembro de 2013, 1010 municípios haviam concluído e habilitado (enviado eletronicamente) o PLHIS simplificado, totalizando, na média nacional, 29,6 % do universo. Em alguns estados brasileiros, como o estado do Mato Grosso, em função do apoio mais efetivo dado pelo governo estadual, este índice ultrapassa os 80% do universo referido. Já para os Planos apoiados com repasses do FNHIS, contratados entre os anos de 2007 e 2010, conta com uma carteira ativa de 1.651 contratos, destes 74,2 % já foram concluídos (dados 9º Balanço Externo).

Com relação ao apoio ao desenvolvimento institucional, particularmente em relação ao monitoramento dos programas habitacionais da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), foram aplicados recursos para firmar Termo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para contratação de estudos e pesquisas relativas à habitação de interesse social e, na área da cooperação técnica, foi firmado um termo de cooperação com a Universidade Federal do ABC (UFABC), para o apoio técnico-científico à atuação do Governo Brasileiro no Grupo de



Trabalho de Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo IBAS (Índia – Brasil – África do Sul). Ainda destaca-se a continuidade do convênio firmado, em dezembro de 2011, com a Fundação João Pinheiro, cujo objetivo é realização de estudo do déficit habitacional no Brasil. Além destes, não foram programados outros estudos para o exercício orçamentário em questão.

Considerando a continuidade na disseminação da Política Nacional de Habitação (PNH), no que tange a efetividade da realização de ações voltadas para os beneficiários dos programas e ações da área habitacional de interesse social, o Governo Federal, durante o ano de 2013, desenvolveu a preparação de uma segunda edição do curso a distância de trabalho social em projetos e programas habitacionais, com previsão para início no primeiro semestre de 2014, destinados prioritariamente a entes federados que possuem contrato no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), na modalidade FAR-Fundo de Arrendamento Residencial, dado que o conteúdo do trabalho social presente no normativo do referido programa não foi abordado na primeira edição do curso, em função de sua inexistência.

Quanto ao termo de cooperação firmado com o CNPq, os 38 projetos já estão contratados. Em março de 2013, foi realizada a primeira reunião com a presença dos pesquisadores, das equipes do CNPq, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, para o acompanhamento e esclarecimentos em torno das pesquisas. Uma nova reunião está marcada para o fim de novembro para apresentar o panorama do desenvolvimento das pesquisas.

Ao final do ano de 2013, esta ação contou com a conclusão de um total de 60 PLHIS, dentre os 1.550 contratados/ativos, além da realização, no mês de novembro, da segunda reunião de ponto de controle com os pesquisadores dos 38 projetos selecionados. Ressalta-se ainda a efetivação do termo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para a realização da segunda edição do EAD da área social.

Metas 2012-2015

• 100% dos municípios com adesão ao SNHIS

Análise Situacional da Meta

O termo de adesão é o instrumento por intermédio do qual os estados, Distrito Federal e municípios expressam sua decisão em participar do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. A criação do SNHIS introduz a uma nova sistemática de acesso ao repasse dos recursos da União, destinados à habitação de interesse social. Este contém os compromissos, previstos no Art. 12 da Lei 11.124/2005, em constituir e elaborar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, os três elementos: o Fundo, o Conselho Gestor do Fundo e o Plano Local (ou Estadual ou Distrital) de Habitação de Interesse Social. Apesar da meta desejável de 100% de adesão entre os entes federados, a liberdade de decisão do ente federado sobre a sua participação ao Sistema poderá dificultar que esta seja atingida em plenitude. No entanto, apesar desta liberdade os níveis de adesão atualmente são bastante altos, chegando a 97,34% em 31 de dezembro de 2012, tendo a maior parte dos municípios feito sua adesão entre os anos de 2006 e 2008, vindo se reduzindo a intensidade de tais pedidos nos anos seguintes. Em 2011, durante a Marcha dos Prefeitos foi feita uma campanha intensa de coleta de Termos de Adesão. No evento de recepção aos novos prefeitos, realizados em janeiro de 2013, foram distribuídos materiais informativos sobre o SNHIS, explicando as vantagens da adesão. Nos últimos meses, houve pedido de adesão de 11 (onze) municípios.

Apesar da meta desejável de 100% de adesão entre os entes federados, a liberdade de decisão destes entes sobre a sua participação no Sistema poderá dificultar que esta seja atingida em plenitude. No entanto, apesar desta liberdade, os níveis de adesão atualmente são bastante altos, chegando a 97,61 % em 31 de dezembro de 2013, onde a maior parte dos municípios fez sua adesão entre os anos 2006 e 2008, reduzindo-se a intensidade de tais pedidos nos anos seguintes. No evento de recepção aos novos prefeitos, realizado em janeiro de 2013, foram distribuídos materiais

informativos sobre o SNHIS, explicando as vantagens da adesão.

Quantidade alcançada

97,61

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

De um modo geral, os resultados alcançados ao longo dos anos de 2012 e 2013 revelam um ambiente favorável para atingir o objetivo proposto. Contudo, para atingir algumas metas, especialmente a criação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional para a Construção Civil Habitacional (SiCaP), o tempo que se leva para pactuar alguns acordos e a dificuldade de contratação de serviços especializados representam desafios. Por outro lado, vale destacar os seguintes avanços:

a) A aceitação, por parte das construtoras, do monitoramento dos indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, no acompanhamento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a avaliação positiva da fusão dos níveis C e B; a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da NBR ISO 9001 e a integração do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) aos outros sistemas (Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos-SiMaC e Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores SiNAT) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H;

b) A realização de um Workshop com a participação de todos os atores envolvidos no SiMaC, que resultou na elaboração de uma minuta de documento com os requisitos gerais para subsidiar o processo de acreditação das entidades gestoras técnicas - EGT's, bem como o fato de sete Programas Setoriais da Qualidade - PSQs, de um total de 25 monitorados, terem mantido a meta de 90% de conformidade com as normas técnicas brasileiras;

c) A publicação de 7 Documentos de Avaliação Técnica (DATec's) para empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores no âmbito do Programa Minha, Casa Minha Vida (PMCMV), número 40% maior do que aquele alcançado em 2012, contribuindo para o processo de industrialização no âmbito dos empreendimentos habitacionais do PMCMV.

A expectativa para 2013, em relação ao SiAC, foi confirmada e houve um aumento do número de empresas certificadas. Contudo, a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados, não se confirmaram. Quanto ao SiMaC, apesar do documento com os requisitos gerais para acreditação de EGTs ter sido elaborado e aprovado no âmbito dos colegiados do PBQP-H, o documento ainda não foi publicado, via Portaria do Ministério das Cidades, ficando como uma expectativa para 2014. Já para o SiNAT, a expectativa é que se concretize alguns acordos de cooperação com o MDIC, INMETRO e FINEP, com o objetivo de ampliar a infraestrutura laboratorial que atende o setor da construção civil, bem como promover a capacitação profissional para atuar nesses laboratórios, principalmente em avaliações com base no conceito de desempenho que ainda não foi concretizado e, também, fica como uma expectativa para 2014.

Metas 2012-2015

- **Alcançar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social**

Análise Situacional da Meta

Ao final do ano de 2013, sete Programas Setoriais da Qualidade - PSQs atingiram a meta de 90% de conformidade e 18 PSQs ainda estão abaixo da meta, em função da heterogeneidade e grau de amadurecimento dos diversos setores que compõem a cesta básica dos materiais. Ressalta-se que 17 entidades setoriais nacionais mantêm os PSQs. Um aspecto positivo foi a realização de um Workshop com a participação de todos os atores envolvidos no Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), que teve como resultado a elaboração de uma minuta de documento com os requisitos gerais para subsidiar o processo de acreditação das entidades gestoras técnicas - EGT's. Dessa forma, a expectativa é que todas as EGT's estejam acreditadas pelo INMETRO até 2014.

Quantidade alcançada

85,08

Data de Referência

31/12/2013

- **Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi atingida, uma vez que foi incorporada a exigência da comprovação da certificação Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) nos empreendimentos habitacionais de interesse social para os municípios abaixo de 50.000 habitantes.

O número de empresas certificadas no âmbito do SiAC nos diferentes níveis ("B" e "A") e a etapa de adesão atingiu a marca de 2.710 empresas. Os organismos de avaliação da conformidade que certificam essas empresas têm avaliado positivamente o aperfeiçoamento do regimento do SiAC, especialmente em relação a inclusão de indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras, que estão contribuindo para o monitoramento da geração de resíduos, consumo de água e energia. A expectativa para o ano de 2014, em relação ao SiAC, é o aumento do número de empresas certificadas e a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram concedidos sete DATec's para empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT), número 40% maior que no ano de

2012. A expectativa para 2014 é que esse número seja superado, em função do aumento da demanda e do número de Instituições Técnicas Avaliadora (ITA's) no país. Apesar da ampliação, o número de ITA's ainda não é suficiente. No ano de 2014, a expectativa é que se concretize alguns acordos de cooperação com o MDIC, INMETRO e FINEP, com

o objetivo de ampliar a infraestrutura laboratorial que atende o setor da construção civil, bem como promover a capacitação profissional para atuar nesses laboratórios, principalmente em avaliações com base no conceito de desempenho.

Quantidade alcançada

87,5

Data de Referência

31/12/2013

- **Criar um Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação profissional para a construção civil habitacional (SiCaP)**

Análise Situacional da Meta

O SiCaP ainda não foi criado devido a dificuldades para o estabelecimento de parcerias com o setor privado, bem como na formalização de acordos com o poder público. Contudo, espera-se que em 2014 sejam estabelecidas parcerias com a FINEP, MDIC, INMETRO e agentes do setor privado, representantes da cadeia produtiva da construção civil, que poderão contribuir para o alcance da meta.

OBJETIVO: 0756 - Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Com foco na disseminação da Política Nacional de Habitação, no que tange à efetividade da realização de ações voltadas para os beneficiários dos programas e ações da área habitacional de interesse social, o Governo Federal, durante o ano de 2012, iniciou a preparação de uma segunda edição do curso a distância de trabalho social em projetos e programas habitacionais. Em 2013, o destaque da ação é a evolução das tratativas para a realização do curso, com previsão para início no primeiro semestre de 2014, destinados prioritariamente a entes federados que possuem contrato no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), na modalidade FAR, dado que o conteúdo do trabalho social presente no normativo do referido programa não foi abordado na primeira edição do curso em função de sua inexistência. A primeira edição deste curso atingiu a marca de 2000 participações, com representantes de todos os estados e dos mais diversos municípios, sendo esperada para esta edição a superação deste montante.

Em novembro de 2013 foi firmado o termo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para a realização da segunda edição do curso à distância. O objetivo é fomentar e disseminar nas equipes dos estados e municípios brasileiros conhecimentos técnicos da área social, tendo em vista a obrigatoriedade de realização do Trabalho Social em todos os projetos habitacionais apoiados pelo Governo Federal.

Serão priorizados os participantes que sejam responsáveis pela supervisão e execução do Trabalho Social em empreendimentos do PAC - Urbanização de Assentamentos Precários e do PMCMV. O curso terá as seguintes características: 5.000 vagas, carga horária de 120 horas e período de aulas entre 11/03 e 09/06/2014.

Este EaD de Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social é gratuito, promovido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCIDADES), e realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio do Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional (NUTE).



Tem como objetivo geral capacitar técnicos que atuam em Programas de Habitação de Interesse Social sobre as diretrizes e marco regulatório do Ministério das Cidades para o Trabalho Social, assim como sobre procedimentos para a operacionalização de projetos e programas de habitação de interesse social.

Destinado a um público-alvo composto por técnicos atuantes na esfera governamental municipal, estadual e do Distrito Federal, entidades sem fins lucrativos e agentes operadores/financeiro, os objetivos específicos deste EaD são:

- Identificar aspectos teórico-conceituais sobre trabalho social em Programas de Habitação de Interesse Social e suas aplicações em território nacional.
- Instrumentalizar os participantes com informações atualizadas sobre as diretrizes e o marco regulatório do Ministério das Cidades para o trabalho social.
- Identificar as etapas de operacionalização de projetos de habitação de interesse social: diagnóstico, elaboração de projetos sociais, estratégias para execução, relevância social e econômica.
- Reconhecer a necessidade de gerar redes de conhecimento e troca de experiências sobre o Trabalho Social desenvolvido nas distintas regiões do país.
- Utilizar a modalidade de educação a distância como instrumento de capacitação técnica e propagação das políticas públicas nos municípios brasileiros.

O trabalho social na habitação, tem um caráter socioeducativo e visa a apoiar as famílias de baixa renda, beneficiárias dos programas habitacionais, a buscarem sua autonomia por meio de ações de inclusão socioeconômica.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda**

Análise Situacional da Meta

O trabalho social na habitação, tem um caráter socioeducativo e visa a apoiar as famílias de baixa renda, beneficiárias dos programas habitacionais, a buscarem sua autonomia por meio de ações de inclusão socioeconômica. Dada a vulnerabilidade social dos beneficiários dos programas habitacionais, o trabalho social busca, por meio do apoio à organização comunitária, da articulação de políticas públicas, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuir para a superação dessa condição.

Assim, em todos os empreendimentos de habitação de interesse social é obrigatória a realização de trabalho social com as famílias beneficiárias desde o início de sua implantação até o estágio denominado de pós-ocupação, que corresponde ao período que se inicia com a ocupação das unidades habitacionais pelas famílias. Porém, a visão multidimensional da realidade impõe que o trabalho social na habitação extrapole os limites da ação localizada, para se inserir no âmbito das políticas públicas, devendo contribuir também para a inserção social das famílias, para a inserção urbana dos empreendimentos e para a gestão democrática dos investimentos públicos.

Com relação aos trabalhos do grupo constituído para a revisão e modernização de todo o marco regulatório do trabalho social nas intervenções de habitação e saneamento, este tem sua previsão de conclusão e entrada em vigor no início de 2014.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Criação e manutenção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o Art. 14 da Lei nº 11.124/2005, é atribuída ao Ministério das Cidades a competência de instituir cadastro nacional de beneficiários das políticas de subsídios e zelar pela sua manutenção. Por força do Art. 11 da Lei 12.424/2011, fica instituído o cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público, nos quais tenham sido concedidos, com recursos públicos, materiais ou financeiros, incentivos de qualquer natureza, que possam ser considerados como subsídio.

Até a momento são utilizados como fonte de registro de beneficiários habitacionais, o Cadastro Único, mantido pelo MDS, e o Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT), mantido pela Caixa Econômica Federal.

Contudo, no primeiro semestre de 2013, o Ministério das Cidades promoveu uma primeira aproximação com o SERPRO, na busca de uma possível parceria para o desenho e desenvolvimento de tal instrumento, no que tange a concretude de uma ferramenta de tecnologia da informação. As tratativas técnicas, entre o SERPRO e o Ministério das Cidades para a concepção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais de interesse social, evoluíram durante os últimos meses do ano, chegando a um modelo final de proposta de trabalho, atualmente em fase de formalização de instrumento contratual.

- **Viabilizar a priorização da implementação de investimentos em infraestrutura social, financiados pelo Governo Federal em outros programas do PPA 2012-2015, nas áreas selecionadas pelo Programa Moradia Digna, para implementação de empreendimentos de habitação de interesse social.**

Análise Situacional da Meta

A intersetorialidade das ações de governo é a tônica principal da política nacional de habitação, buscando complementariedade de esforços entre os programas de governo.

Neste sentido, vêm sendo realizadas pelo Governo Federal reuniões de sensibilização com o poder público local sobre a importância de articular políticas sociais complementares, como educação, saúde e assistência aos empreendimentos habitacionais, a fim de propiciar plenas condições para uma moradia digna aos beneficiários.

Além disso, o Ministério das Cidades vem buscando parceria com outros ministérios para que suas carteiras prioritárias de investimento, em especial as relativas à implantação de infraestrutura socioeducacional e de saúde, sejam aderentes aos territórios impactados por produção habitacional.

O ano de 2013 foi marcado pela busca de parcerias intersetoriais para viabilizar a priorização da implementação de ações socioeducacional e de saúde nos territórios foco de sua atuação por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida. Para o ano de 2014, espera-se a consolidação de algumas destas tratativas.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água	%	30/12/2010	31	31/12/2010	31
Índice de esgoto tratado referido à água consumida	%	31/12/2008	34,6	31/12/2012	38,7
Índice de perdas na distribuição de água	%	31/12/2009	41	31/12/2012	36,9
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2008	65,9	31/12/2012	72,7
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	30,2	31/12/2012	30,6
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2008	25,1	31/12/2012	33,5
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários	%	31/12/2008	3,6	31/12/2012	2,6
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2008	97,1	31/12/2012	98
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	93,6	31/12/2012	93,2
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2008	81,9	31/12/2012	85
Percentual de municípios com plano de saneamento básico	%	31/12/2011	10,9	31/12/2013	39,55
Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos	%	31/12/2008	51	-	-
Percentual de tratamento de esgoto coletado	%	31/12/2008	53	-	-
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	57,4	31/12/2012	61,5

Observações:

Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água - Os resultados do SNIS 2011 e 2012 não divulgam o dado nacional; os resultados do ainda SNIS 2013 não foram divulgados.

Índice de esgoto tratado referido à água consumida - Os resultados do SNIS 2013 ainda não foram divulgados.

Índice de perdas na distribuição de água - Os resultados do SNIS 2013 ainda não foram divulgados.

Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna - Os resultados da PNAD 2013 ainda não foram divulgados.

Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos - Os resultados da PNAD 2013 ainda não foram divulgados.

Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica - Os resultados da PNAD 2013 ainda não foram divulgados.

Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários - Os resultados da PNAD 2013 ainda não foram divulgados.

Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna - Os resultados da PNAD 2013 ainda não foram divulgados.

Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos - Os resultados da PNAD 2013 ainda não foram divulgados.

Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica - Os resultados da PNAD 2013 ainda não foram divulgados.

Percentual de municípios com plano de saneamento básico - MUNIC 2013 - Bloco 5 (Gestão de Riscos e Respostas a Desastres) - Instrumentos de Planejamento: municípios que possuem como instrumento de planejamento Plano de Saneamento Básico contemplando pelo menos um dos seguintes serviços: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos - Não houve nova edição da PNSB.

Percentual de tratamento de esgoto coletado - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos - Os resultados da PNAD 2013 ainda não foram divulgados.

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

As ações estruturantes consistem em ações que dão suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e se encontram tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física. É uma dimensão que é explorada pela proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, ambos disponíveis no sítio eletrônico do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

Assim, o pressuposto é de que o fortalecimento das ações em medidas estruturantes assegurará crescente eficiência, efetividade e sustentação aos investimentos em medidas estruturais por meio dos recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Esse desenho foi inserido no PPA 2012-2015, com as iniciativas e ações orçamentárias que fazem parte do escopo deste objetivo descritas como estruturantes, pois buscam enfrentar os problemas das funções de gestão descritas na Lei 11.445/2007, relacionadas ao planejamento, melhoria da eficiência e efetividade da prestação de serviços, educação ambiental, capacitação, participação e o controle social e regulação. Com relação ao PLANSAB, destaca-se que sua elaboração é uma ação importante para o alcance do objetivo, pois além de um amplo diagnóstico da situação do saneamento no País, propõe diretrizes, metas e estratégias voltadas para a universalização dos serviços. Com a finalização da consulta pública foi realizada a revisão do texto, considerando não apenas o resultado da consulta pública, mas também a atualização de dados em razão das pesquisas recentemente publicadas. Assim, o PLANSAB foi apreciado e aprovado em 4 conselhos nacionais e, em 20/11/2013, foi publicado o Decreto 8.141/13, que dispõe sobre o Plano e institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de acompanhamento da sua implementação. Posteriormente, o PLANSAB foi aprovado pela Portaria Interministerial nº 571/2013. Assim, o Plano foi concluído em 2013, restando para os anos seguintes sua implantação, bem como o monitoramento das atividades.

Prosseguindo a implantação de medidas estruturantes, o governo federal tem atuado na elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs e na capacitação e apoio a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, no que tange um dos pilares da gestão expresso na Lei 11.445/2007 e Decreto 7.217/2010, que é o planejamento do setor e seus instrumentos, notadamente a elaboração dos Planos de Saneamento que



competem a Política Federal de Saneamento.

No que se refere aos planos regionais (referentes às RIDEs), serão selecionadas instituições que conduzirão o estudo que subsidiará esses planos. Para tanto, o Ministério das Cidades firmou acordo de cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), sob coordenação da primeira, para a elaboração do Estudo denominado “Diagnóstico do Saneamento Básico nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs”. Este Estudo engloba as três RIDEs existentes no País, a saber: RIDE do Distrito Federal e Entorno; RIDE do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA); e RIDE Pólo Grande Teresina (PI). O objetivo geral do Estudo é a elaboração do diagnóstico do saneamento básico no território compreendido pelas Regiões Integradas de Desenvolvimento do Brasil, incluindo os entes federados que fazem parte de sua composição. A previsão do Estudo é que os 3 Planos serão construídos paralelamente ao longo dos anos de 2013 a 2015. Com relação aos Planos Municipais de Saneamento, cabe ressaltar que a Lei nº 11.445/2007, conhecida como a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, tornou obrigatória a elaboração da Política e do Plano de Saneamento Básico pelos titulares dos serviços, e o Decreto nº 7.217/2010, no § 2º do Art. 26, determinou que, a partir do exercício financeiro de 2014, o acesso a recursos da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, estará condicionado à existência do referido Plano. Assim, até a data de 01/01/2014, é imperioso os municípios brasileiros elaborarem seus Planos de Saneamento Básico. Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, conduzida pelo IBGE em 2011, dão conta de que havia, à época, 1.458 planos em elaboração no país. A pesquisa identificou, ainda, que 609 municípios já tinham o seu plano elaborado, dos quais, entretanto, apenas 261 contemplavam os quatro componentes que integram o saneamento básico, conforme preconiza a Lei 11.445/2007.

Assim, tendo em vista o prazo limite expresso no Decreto 7.217/2010 e de posse dos dados preocupantes da MUNIC, o Ministério das Cidades tomou as seguintes providências: 1) Encaminhou, a todos os municípios brasileiros, Ofício Circular alertando o titular sobre a necessidade de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico e o prazo que se expira em 2014; 2) Em complementação às ações de capacitação e de sensibilização que vêm realizando, construiu um conjunto de publicações técnicas relacionadas aos Planos de Saneamento Básico, à Lei nº 11.445/2007 e ao Decreto nº 7.217/2010, composto das seguintes publicações: Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico; Política e Plano Municipal de Saneamento Ambiental – Experiências e Recomendações; Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico e cartilha para a elaboração de Plano de Saneamento Básico Participativo, além da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – 2008 e Atlas de Saneamento 2011, que foram enviados a todos os municípios brasileiros através de Ofício Circular e também estão disponíveis para download no sítio eletrônico www.cidades.gov.br/planosdesaneamento; 3) Realizou e apoiou, ao longo de 2013, 18 (dezoito) atividades de capacitação, dentre elas destacam-se 11 (onze) Seminários Regionais sobre Política e Plano de Saneamento, em diversas capitais do País, com apoio institucional da CAIXA. Esses seminários, regionalizados, contaram com cerca de 1.000 participantes, entre gestores, técnicos dos poderes municipal, estadual e federal, além de representantes da sociedade (integrantes de movimentos populares, entidades acadêmicas e de pesquisa, estudantes, ONGs, empresários e prestadores de serviços).

Cabe destacar, no período, a realização de atividades de capacitação dos membros de órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor. Tais atividades fomentam o debate e contribuem para aprimorar as políticas públicas voltadas para o setor. Também estão em curso o desenvolvimento de material didático e atividades de capacitação (presenciais e à distância) pela Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), ações que favorecem o aprimoramento da prestação dos serviços de saneamento básico. Resta como desafio, entretanto, formatar um núcleo da rede na Região Norte, bem como reativar o núcleo Centro-Oeste, desafios a serem enfrentados dentro da vigência do atual PPA.

O Ministério das Cidades também contribuiu para a realização de atividades de capacitação decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Estado de Minas Gerais. Este ACT objetivou a cooperação técnica para apoiar a elaboração de políticas e planos municipais de saneamento básico, tendo sido realizadas 13 (treze) oficinas de capacitação, entre os anos de 2012 e 2013, todas com abrangência regional, resultando na capacitação de cerca de 800

Quanto às demais ações estruturantes previstas, parte delas está ocorrendo através de Termo de Cooperação com o CDT/UnB – Centro de Desenvolvimento Tecnológico/Universidade de Brasília, as quais tratam das atividades relativas ao desenvolvimento do Subsistema/Módulo – Sistema Municipal de Informações em Saneamento, que integrará o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA).

Além disso, no que tange a realização de estudos e pesquisas, foram submetidos e aprovados pelo Banco Mundial, 8 (oito) Termos de Referência para contratação de consultores especialistas visando à elaboração de estudos e projetos vinculados ao setor água, por intermédio do Programa Interáguas, previstos para ocorrer no 1º semestre de 2014. Sobre as ações previstas para o controle e redução de perdas dos sistemas de abastecimento de água, em função de ter havido Processo Seletivo no ano de 2013, constatou-se que não apresentou a evolução desejada.

Também com o objetivo de apoiar os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, a FUNASA financiou a sua elaboração em 135 municípios. Em 2013 a atuação da Funasa foi voltada à capacitação de municípios para elaboração de seus planos municipais de saneamento básico. Foram celebradas parcerias nos Estados da BA, SC, MS e PI as quais estão atendendo 174 municípios e já estão em fase de celebração parcerias nos Estados de GO, SE e RN, as quais tem previsão de atendimento de 220 municípios.

No período, a FUNASA também apoiou 351 municípios com menos de 50 mil habitantes com ações de melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, 949 municípios com capacitação para a gestão dos serviços de saneamento e 1.646 municípios e 1.329 comunidades com ações de controle da qualidade da água para consumo humano.

Metas 2012-2015

• Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano

Análise Situacional da Meta

Foram apoiadas 1.329 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano por meio de visitas para coleta de amostras de água e análises laboratoriais, capacitação, diagnóstico de fluoretação da água e orientações técnicas. Observa-se que os resultados obtidos são satisfatórios e a meta inicial foi superada.

Quantidade alcançada

1.329

Data de Referência

27/12/2013

• Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados 1.646 municípios com ações de controle da qualidade da água para consumo humano, superando em 2013 a meta prevista para o período do PPA. Foram priorizadas linhas de ações relacionadas com capacitações por meio de palestras, cursos, orientações técnicas e trabalhos acadêmicos, apoio técnico laboratorial aos municípios e as comunidades especiais, fluoretação e elaboração de material técnico.

Por meio do Serviço de Saúde Ambiental (SESAM), os Estados atuaram prestando apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano mediante a execução de orientações técnicas em campo aos operadores de Estação de Tratamento de Água (ETA), com a realização de Diagnóstico Situacional de Sistema de Abastecimento de Água dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE), em diagnósticos sobre fluoretação, na promoção de capacitações, bem como apoio laboratorial por meio de análises físico-químicas e bacteriológicas conforme critérios e parâmetros estabelecidos em portaria.

Quantidade alcançada

1.646

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	225	município	143	27/12/2013
Região Nordeste	525	município	811	27/12/2013



Região Norte	450	município	198	27/12/2013
Região Sudeste	150	município	334	27/12/2013
Região Sul	150	município	160	27/12/2013

• **Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista no PPA foi superada, sendo que entre 2012 e 2013, 351 municípios foram apoiados com ações de melhoria da gestão ou estruturação dos serviços de saneamento. Além disso, foi elaborada uma portaria que define critérios de elegibilidade e prioridade dos municípios para esta meta. Há previsão de publicação desta portaria no início de 2014 e posterior capacitação dos servidores para atuação nesta área.

Quantidade alcançada

351

Data de Referência

31/12/2013

• **Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a Funasa, por meio do Programa de Cooperação Técnica, investiu no financiamento de Planos Municipais de Saneamento, atingindo o total de 135 (cento e trinta e cinco) municípios beneficiados, distribuídos em todas as regiões do país. Como estratégia para exceder a meta proposta, esta Fundação atuou na priorização dos consórcios públicos, o que gerou um considerável ganho de escala, e, em razão disso, mais eficiência na utilização dos recursos orçamentários disponibilizados. Em 2013 a atuação da Funasa foi voltada à capacitação dos municípios para elaboração de seus planos municipais de saneamento básico com vistas a ampliar o número de municípios atendidos com os recursos disponibilizados. Em 2013, as Superintendências Estaduais da Funasa buscaram parcerias para capacitação e elaboração dos planos. Foram celebradas parcerias nos Estados da BA, SC, MS e PI as quais estão atendendo mais 174 municípios. Já estão em fase de celebração para 2014 parcerias nos Estados de GO, SE e RN, os quais tem previsão de atendimento de 220 municípios.

Quantidade alcançada

309

Data de Referência

31/12/2013

• **Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

Foram previstos 64 cursos com as seguintes temáticas: Política e Plano Municipal de Saneamento, Estruturação e implementação de consórcios públicos de saneamento, Gestão econômico-financeira no setor saneamento e Redução de perdas em sistemas de saneamento. A previsão de atendimento foi ampliada para 1.500 municípios até 2015, tendo sido capacitados até o momento 949 municípios, superando a meta inicial.

Como avaliação dos cursos realizados, tem-se que o público alvo apontou pela plena consecução dos objetivos e metas previamente estabelecidas. Os registros evidenciaram significativa satisfação do treinando, quer seja no tocante aos conteúdos programáticos, quer seja em relação ao perfil e qualificação do corpo de instrutores, visto que a proposta pedagógica buscou dar voz aos participantes e ao mesmo tempo valorizar sua experiência profissional. Como aspectos positivos das avaliações destacam-se:

- Intercâmbio de experiências
- Qualificação do gasto público
- Otimização da gestão
- Difusão das diretrizes e princípios das Leis 11.107/2005 e 11.445/2007 e decretos regulamentares
- 1.949 técnicos municipais e servidores da Funasa qualificados

Quantidade alcançada

949

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

Durante o exercício de 2013 não foi realizada nenhuma contratação no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (PCT), cujo objetivo era a execução do Programa Interágua (resultado do Acordo de Empréstimo firmado com o Banco Mundial), em razão da desistência da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos – SG/OEA de executar o referido PCT. Nesse sentido, embora não tenha sido realizada nenhuma contratação, durante o exercício de 2013, foram elaborados e submetidos ao Banco Mundial vários Termos de Referência, dos quais, 8 (oito) já contam com a "não objeção". Tais termos de referência têm por objetivo a contratação de apoio técnico, por consultoria especializada, para a elaboração de escopo dos estudos a serem realizados no âmbito do Programa Interágua, nas áreas de regulação, capacitação, sistema de informações e planos municipais. Não obstante, com vistas à execução das atividades previstas no Acordo de Empréstimo, o Ministério das Cidades iniciou tratativas com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, e firmou novo PCT. Do exposto, espera-se que o início das atividades (contratação dos estudos e consultorias) ocorra no 1º trimestre/2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/01/2014

- **Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento**

Análise Situacional da Meta

Considerando o envolvimento na organização e a participação direta em seminários, oficinas de trabalho e demais atividades do gênero, o Ministério das Cidades esteve presente em diversos eventos realizados nas diferentes regiões do território nacional. Ao longo de 2013, foram realizadas atividades diversas de capacitação no tema Política e Planos de Saneamento Básico, em 18 eventos no ano de 2013 e 15 eventos em 2012, totalizando 33 eventos ocorridos no período entre 2012 e 2013. A meta inicialmente prevista foi superada.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

30/01/2014

- **Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados um total de 375 municípios ao longo de 2013. Deste total, 74 municípios com promoção de ações de educação em saúde ambiental e saneamento básico em municípios de até 50 mil habitantes, comunidades rurais, especiais em situações de vulnerabilidade. A FUNASA também firmou convênio com 54 Prefeituras Municipais para realização de ações de educação em saúde ambiental e em empenhou recursos para 83 propostas de convênios, visando a realização de ações educativas. Outros 164 municípios foram apoiados com capacitação de técnicos e gestores por meio de oficinas, reuniões técnicas e seminários, para a elaboração de projetos de educação em saúde ambiental. Em anos anteriores foram apoiados 403 municípios.

- **Contratar R\$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água**

Análise Situacional da Meta

Durante os exercícios de 2012 e 2013 não ocorreram seleções de empreendimentos e, conseqüentemente, não houve



novas contratações.

- **Contratar R\$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico**

- Análise Situacional da Meta**

- O Ministério das Cidades possui sob sua gestão 392 contratos na esfera dessa meta que visam a realização de estudos (planos) e projetos, totalizando mais de R\$ 500 milhões em valor de investimento, contratados até o ano de 2013. Ressalta-se que houve revisão da meta alcançada em 2012, estimada em R\$ 500 milhões, havendo superação da meta em 1%, alcançando R\$ 507 milhões em investimentos. Em seleção induzida em 2013, foram contratadas 12 operações de Estudos e Projetos, que abrangeram 3 UFs (Alagoas, Pará e São Paulo) e 6 municípios (1 de Alagoas, 4 do Pará e 1 de São Paulo), totalizado o valor de R\$ 28 milhões, com operações que migraram de investimentos em obras para projetos.

- Com relação aos Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico, deu-se continuidade ao apoio aos municípios e consórcios na sua elaboração e prosseguiu-se com o monitoramento de 92 contratos selecionadas em 2010 (ressalta-se que 2 proponentes inicialmente selecionados desistiram – municípios de Rio Bonito/RJ e Maricá/RJ), sendo 91 (noventa e um) com recursos não onerosos e 1 (um) com recursos onerosos. Esses empreendimentos resultarão em planos que atenderão a cerca de 156 municípios e 5 consórcios.

- Quantidade alcançada**

- 507

- Data de Referência**

- 31/12/2013

- **Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)**

- Análise Situacional da Meta**

- Em 2013, de acordo com edital de chamada pública, foi realizada a seleção de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB (CDT/UnB) para a descentralização orçamentária para elaboração de estudo denominado “Diagnóstico do Saneamento Básico nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES”, envolvendo a: RIDE DF e Entorno, a RIDE Polo Grande Teresina/PI, e RIDE Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, abrangendo 45 municípios pertencentes a 6 Estados Federados (MG, GO, PE, BA, PI e MA) e o Distrito Federal. O objetivo geral do estudo é a elaboração do diagnóstico do saneamento básico das RIDES, incluindo os entes federados que as compõem, e é formado por 3 (três) partes para cada RIDE: I. “Diagnóstico Analítico”, (técnico, social, econômico e institucional) da situação do saneamento básico nas RIDES; II. “Visão Estratégica” com a identificação das condições a serem enfrentados e a formulação de prognósticos para a política pública e os serviços públicos de saneamento básico para os próximos 20 anos; e III. “Plano Regional de Saneamento Básico” das RIDES. No 2º semestre de 2013 houve liquidação de R\$ 419 mil para a descentralização realizada com o CDT/UnB para a realização dos ajustes no Plano de Trabalho, reuniões presenciais das equipes da UnB, UNIVASF e o IFPI, para ajustes no projeto básico e construção do marco metodológico do Estudo. A previsão do Estudo é que os 3 Planos sejam construídos paralelamente ao longo dos anos de 2014 a 2015. O prazo de execução da cooperação técnica é de 24 meses.

- **Estruturar e implantar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA)**

- Análise Situacional da Meta**

- A estruturação e implementação do SINISA está prevista no escopo do Projeto Interágua. A Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais e a Política Federal de Saneamento Básico, determina que o SINISA seja implementado com o objetivo de: coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico; e permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico. Uma das

premissas do SINISA é a integração de diversos sistemas existentes, considerando-se, especialmente, as informações já reunidas no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que está em constante ampliação e melhorias. Ainda, como parte integrante do SINISA, está sendo planejada a execução do subsistema “Sistema Municipal de Informações em Saneamento”. Para o desenvolvimento e aperfeiçoamento desses subcomponentes realizou-se a descentralização de R\$ 500.000,00 através de Termo de Cooperação com o CDT/UnB. Atualmente, estão em discussão as diretrizes para a concepção do sistema municipal de informações.

• **Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mediante o apoio a implantação de 5 núcleos regionalizados por macrorregião brasileira**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 ocorreu a finalização das atividades desenvolvidas por três núcleos regionais (Nordeste, Sul e Sudeste). Foram produzidas plataformas de suporte tecnológico para cursos de capacitação à distância e revisão e atualização de materiais pedagógicos diversos.

• **Fortalecer e monitorar as ações do trabalho socioambiental**

Análise Situacional da Meta

Essa meta possui caráter transversal e é realizada com recursos disponibilizados para o apoio às intervenções físicas em saneamento financiadas pelo PAC. Em 2013, deu-se continuidade às ações de educação ambiental e mobilização social com foco em saneamento e foi concluído o processo de construção de um único manual para execução do Trabalho Social em intervenções de saneamento e habitação. O Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, aprovado em janeiro de 2014, está disponível para download no sítio eletrônico www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf.

• **Implantar as atividades de monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)**

Análise Situacional da Meta

A proposta do PLANSAB foi discutida e aprovada nos Conselhos Nacionais de Saúde, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Cidades. As atividades de monitoramento e revisão do Plano ficaram para a fase posterior a sua publicação, previstas para iniciar no ano de 2014. Em 20/11/2013, foi publicado o Decreto 8.141/13, que dispõe sobre o PLANSAB, e institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de acompanhamento da sua implementação, que ocorreu durante a realização da 5ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em Brasília/DF. Em 06/12/2013, o PLANSAB foi aprovado pela Portaria Interministerial nº 571, publicada no DOU – seção 1, nº 237, datado de 06/12/2013. Assim, o projeto do Plano foi concluído em 2013, restando para os anos seguintes a implantação das atividades de monitoramento.

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como objetivo o desenvolvimento de ações de saneamento básico, principalmente a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nestas comunidades.

Com relação às ações de Saneamento Rural, desenvolvidas em comunidades rurais, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, entre outras, os principais resultados obtidos até 2013 podem ser resumidos nos seguintes quantitativos:

- Contratação de 160 sistemas de abastecimento de água em comunidades quilombolas;



- Contratação da elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água para 165 comunidades rurais;
- Contratação de projetos técnicos para esgotamento sanitário para 30 comunidades rurais
- Contratação de sistemas de abastecimento de água para 296 comunidades rurais.

Em 2013 as atividades foram concentradas nas etapas preparatórias para efetivação do processo de contratação e celebração de termos de compromisso para atendimento de comunidades quilombolas. Este processo encontra-se em andamento.

Destaca-se que os indicadores de acesso aos serviços de saneamento nas áreas rurais do país, apesar de ainda serem insuficientes, tiveram um aumento expressivo nos últimos anos, refletindo o aumento dos investimentos no setor. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD aponta que o número de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna aumentou de 4,5 milhões (cobertura de 56,5%) para 8 milhões de domicílios (cobertura de 72,6%) entre 2004 e 2012; e que o número de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica aumentou de 1,5 milhões (19,4% de cobertura) para quase 3 milhões de domicílios (33,4% de cobertura) no mesmo período.

Metas 2012-2015

• Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos

Análise Situacional da Meta

Com relação às ações de Saneamento Rural, desenvolvidas em comunidades rurais, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, entre outras, cabe informar que as metas estabelecidas para 2012 e 2013 voltaram-se para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso à Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria. Com este enfoque foram contratadas obras de sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas em 2012. Em 2013 as atividades foram concentradas nas etapas preparatórias para efetivação do processo de contratação e celebração de termos de compromisso para atendimento de comunidades quilombolas. Foram contratadas obras de sistemas de abastecimento de água para mais 37 comunidades quilombolas em 2013.

Assim, nos anos 2012 e 2013 foram contratadas obras de sistemas de abastecimento de água para 160 comunidades quilombolas.

Quantidade alcançada

160

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi contratada a elaboração de projetos técnicos de sistemas de abastecimento de água para 165 comunidades, sendo 154 comunidades rurais do semiárido e 11 comunidades rurais fora do semiárido; contratação de projetos técnicos para esgotamento sanitário para 30 comunidades rurais; e contratação de sistemas de abastecimento de água para 218 comunidades rurais.

Em 2013 foram contratadas obras de sistemas de abastecimento de água para mais 78 comunidades rurais.

Assim, nos anos 2012 e 2013 foram contratadas obras de sistemas de abastecimento de água para 296 comunidades rurais, além dos projetos técnicos para 165 comunidades (abastecimento de água) e 30 comunidades (esgotamento sanitário).

Quantidade alcançada

296

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O reconhecimento da importância do saneamento para a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população e das elevadas carências que o Brasil ainda tem a enfrentar nessa área têm ampliado as atenções governamentais dirigidas ao setor nos últimos anos. Após períodos de instabilidade financeira e institucional, o saneamento básico tem experimentado um dos melhores momentos da trajetória recente do setor, que se traduz em aportes crescentes de investimentos para implantação e ampliação dos sistemas públicos urbanos.

A ampliação dos investimentos foi notável a partir de 2007, quando o Governo Federal incluiu no PAC importante montante de recursos para o desenvolvimento social e urbano, principalmente para grandes obras nos principais aglomerados populacionais. Em 2010, o Governo reafirmou o compromisso de continuar a investir em saneamento, lançando a segunda fase do Programa (PAC 2), com expressivos investimentos destinados aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem para controle de cheias e inundações em áreas urbanas.

O público-alvo desses investimentos inclui entes federados ou prestadores de serviços com baixos índices de acesso aos serviços de saneamento, com prioridade para empreendimentos que visem ao atendimento de usuários ou municípios que não tenham capacidade de pagamento compatível com a auto-sustentação econômico-financeira dos serviços, para o caso de recursos do OGU; e para os empreendimentos localizados em áreas com maior capacidade de endividamento, para o caso dos empréstimos.

A carteira de obras e projetos de saneamento básico sob gestão do Ministério das Cidades é composta por 1.060 operações incluídas no PAC 2, no valor de R\$ 26,72 bilhões. Desse total, foram contratadas, em 2013, 162 operações, contemplando investimentos de R\$ 11,00 bilhões, sendo 44 operações (R\$ 2,42 bilhões) em abastecimento de água; 80 operações (R\$ 5,10 bilhões) em esgotamento sanitário; 21 operações (R\$ 2,93 bilhões) em Manejo de Águas Pluviais; 5 operações (R\$ 516 milhões) em saneamento integrado; e 12 operações (R\$ 28 milhões) de Estudos e Projetos. Ressalta-se que as operações em manejo de águas pluviais estão vinculadas, no PPA, ao Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

Além dos empreendimentos contratados no âmbito do PAC, referente ao período do PPA 2012-2015, cabe acrescentar informações relativas aos contratos firmados em períodos anteriores que contribuem, em grande medida, para o alcance do objetivo. Entre os anos de 1995 e 2012, segundo as informações disponíveis no Gasto Público em Saneamento Básico, foram firmados 14.708 contratos, no valor total de R\$ 110,78 bilhões, para investimentos em ações de saneamento básico. Desse montante, em dezembro de 2012, 4.034 contratos já estavam concluídos (R\$ 23,08 bilhões), 7.406 estavam com obras em andamento (R\$ 65,52 bilhões) e 3.264 ainda não tinham obras iniciadas (R\$ 21,05 bilhões). Ainda, segundo o Gasto Público, em 2012, a carteira de investimentos do Ministério das Cidades, composta pelos contratos ativos (que têm obras em andamento ou não iniciadas), em relação aos quais são realizadas atividades de monitoramento, reunia 10.670 operações, que totalizavam um valor de investimento de R\$ 86,58 bilhões (valor acumulado). As operações assinadas em 2012 correspondiam a 11,4% do total de contratos (1.218) e 14,3% do valor de investimento (R\$ 12,37 bilhões).

Quanto às ações de implantação, ampliação e melhorias estruturantes no saneamento básico realizadas pela Funasa em municípios com menos de 50 mil habitantes, além de dar continuidade ao atendimento dos municípios selecionados na primeira etapa do PAC 2, realizada em 2011, foi realizada nova seleção de municípios em dezembro de 2013. Até 2013 foram contratados R\$ 502,4 milhões para implantação de sistemas de abastecimento de água e R\$ 1,7 bilhões para apoio à implantação de sistemas de esgotamento sanitário. Além das propostas de água e esgoto, em 2013 a Funasa selecionou



212 propostas de implantação de melhorias sanitárias domiciliares e 48 propostas – que beneficiarão 75 municípios – para implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos, sendo 43 propostas de municípios e 5 propostas feitas por consórcios (32 municípios).

O aumento dos investimentos promovido pelo PAC tem contribuído para a melhoria dos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD aponta que o número de domicílios urbanos com acesso à rede geral de água com canalização interna aumentou em 28% entre 2004 e 2012. Nesse período, o acesso aos serviços aumentou de 39,3 milhões de domicílios urbanos em 2004 (90,3% de cobertura) para 50,4 milhões em 2012 (93,3% de cobertura). Isso representa um acréscimo de 11.071 mil domicílios urbanos com acesso à rede geral de água. As Regiões Sudeste e Nordeste foram as que apresentaram o maior aumento da quantidade de domicílios com acesso à água entre 2004 e 2012 (4,3 milhões e 3,2 milhões, respectivamente). Em relação à cobertura do esgotamento sanitário (rede e fossa), 33,8 milhões de domicílios urbanos possuíam acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica em 2004 (77,8% de cobertura), número que passou a ser 49,9 milhões em 2012 (84,8% de cobertura). Ou seja, 16 mil domicílios passaram a ter acesso aos serviços entre 2004 e 2012.

No que diz respeito às dificuldades encontradas na operacionalização do objetivo, pode-se sintetizar que as dificuldades na implementação do PAC estão relacionadas à:

- i) Problemas de gestão: nas últimas décadas, a falta de recursos para investimentos no setor, além de desorganizar o planejamento setorial, desestimulou Estados e Municípios a buscarem formas mais eficientes de gestão e profissionalização dos serviços. Assim, os prestadores de serviços de saneamento têm apresentado deficiências na gestão, problemas financeiros, insuficiência de recursos humanos e fragilidades institucionais. Esses fatores influenciam diretamente a elaboração de projetos, a capacidade de execução das obras, a realização de licitações, a obtenção da titularidade da área e do licenciamento ambiental, etapas necessárias para a realização das obras, que, quando comprometidas, acarretam em atrasos e paralisações na execução dos empreendimentos.
- ii) Deficiências nos projetos de engenharia: parte expressiva dos projetos de engenharia apresentados pelos entes federados e prestadores de serviços ao Governo Federal apresentavam fragilidades ou deficiências técnicas e precisaram ser revistos, atualizados ou readequados para garantir a qualidade e funcionalidade dos empreendimentos. A qualidade insuficiente dos projetos de engenharia é a face mais visível das carências de gestão, econômicas e de planejamento, do setor.
- iii) Licenciamento ambiental e titularidade das áreas: paralelo ao aumento das exigências dos órgãos ambientais, à falta de padronização para a concessão do licenciamento e à desestruturação dos órgãos licenciadores em diversos Estados, os proponentes têm apresentado dificuldades para o atendimento das exigências ambientais, seja por falta de pessoal capacitado, por desconhecimento da legislação ou por falta de organização para acompanhamento dos prazos das licenças. Em relação à titularidade, podem-se destacar os conflitos e dificuldades para obtenção da titularidade das áreas onde serão instalados os empreendimentos, que envolvem não só o poder público, mas também o setor privado e a sociedade e as dificuldades econômicas para desapropriação dos terrenos.
- iv) Licitação: a experiência do PAC mostrou que diversos empreendimentos tiveram sua execução comprometida por problemas na fase da licitação, realizada pelos Estados e municípios, seja durante a fase preparatória (elaboração dos orçamentos), ou por falhas no decorrer dos procedimentos, em especial nas fases de estudos preliminares e projetos.
- v) ampliação do volume de crédito: para o alcance total das metas extraorçamentárias relacionadas a abastecimento de água e esgotamento sanitário, existem dificuldades quanto à ampliação do limite de endividamento do setor público. Tornam-se importante, portanto, medidas para melhorar a gestão e a eficiência dos operadores de serviços de saneamento, de forma que aumentem sua capacidade de contratar novas operações de crédito, garantindo a continuidade de investimentos no setor.

Entretanto, o governo federal tem buscado contornar as dificuldades mencionadas atuando em diversas frentes para resolução ou amenização desses obstáculos. Uma primeira estratégia é a intensificação do monitoramento dos empreendimentos selecionados e contratados no âmbito do PAC. Além disso, foram aperfeiçoados os procedimentos para seleção de propostas, exigindo a necessidade de apresentação e análise expedita do projeto básico de engenharia da

intervenção pelo Ministério das Cidades para a seleção do empreendimento, o que permite a identificação de propostas mais atualizadas, em estágio mais avançado de planejamento e com concepções técnicas adequadas. Quanto às licitações, é oferecido apoio institucional aos agentes do setor, por meio de cursos de capacitação e de ações de desenvolvimento institucional em diversas áreas.

Metas 2012-2015

• Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem**Análise Situacional da Meta**

Não houve processo seletivo em 2012 e 2013. Neste período, foram disponibilizados R\$ 4,1 milhões para suplementação de 2 termos de compromissos celebrados em 2007 e 2010, para ampliar o alcance dos projetos, beneficiando 2 municípios.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

• Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos**Análise Situacional da Meta**

As orientações técnicas para a apresentação de propostas de implantação de sistemas de resíduos sólidos foram revisadas considerando a necessidade de conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e com o Decreto nº 7.404/2010, que instituem e regulamentam, respectivamente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Tendo como premissas as soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação, a reciclagem, a destinação final e disposição final dos resíduos sólidos, as orientações técnicas foram elaboradas com o intuito de traçar as diretrizes do Programa de Resíduos Sólidos da FUNASA, identificando os itens financiáveis para cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos e definindo os requisitos mínimos e documentos obrigatórios para que as solicitações sejam viabilizadas. Os critérios de elegibilidade e prioridade para a eleição das propostas estão em elaboração.

Em 2012, 47 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes foram beneficiados com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.

Em dezembro de 2013, foram selecionadas 48 propostas elegíveis, sendo 43 propostas referentes a municípios e 5 propostas feitas por consórcios (totalizando 32 municípios). Desta forma, serão beneficiados 75 municípios.

Quantidade alcançada

106

Data de Referência

31/12/2013

• Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, 95 municípios receberam melhorias sanitárias domiciliares. Em 2013, o programa passou por revisão com vistas a ampliar o seu alcance. Foram elaborados modelos de projetos técnicos de engenharia – com o objetivo de oferecer subsídios aos proponentes para a apresentação de projetos – e foram revisados os critérios de elegibilidade e prioridade para a eleição das propostas.

Em dezembro de 2013 foram selecionadas 212 propostas elegíveis; todas as propostas selecionadas foram aprovadas após sofrerem ajustes no seu plano de trabalho.

Quantidade alcançada

307

Data de Referência

31/12/2013

• Contratar R\$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada

**insatisfatória****Análise Situacional da Meta**

Até 2013, no âmbito do PAC 2, foram contratados R\$ 1,7 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.

Ressalta-se a superação, em 2013, da meta prevista para o período do PPA.

Quantidade alcançada

1,7

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratar R\$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAC 2, foram contratados 275 empreendimentos com vistas à execução de intervenções para implantação ou melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios com baixos índices de esgotamento sanitário, totalizando mais de R\$ 9,38 bilhões em valor de investimento. Esses empreendimentos beneficiam 234 municípios. Desse montante contratado, R\$ 5,43 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e R\$ 3,94 bilhões a financiamentos (empréstimos públicos).

Até o presente momento, possibilitou-se alcançar 65% da meta, equivalente a investimentos de R\$ 9,38 bilhões. Do valor contratado, R\$ 5,10 bilhões (80 empreendimentos) foram contratados em 2013. Dos empreendimentos contratados em 2013, 43 foram celebrados com recursos do OGU (R\$ 3,20 bilhões), beneficiando 34 municípios, e 34 empreendimentos com recursos de financiamento (R\$ 1,91 bilhão), beneficiando 31 municípios.

Do total de empreendimentos (275), 87 foram contratados em 2012 (R\$ 1,65 bilhão) e 108 empreendimentos contratados em 2011 (R\$ 2,62 bilhões).

Além disso, no período de referência, 2013, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 77 empreendimentos foram iniciados (R\$ 1,59 bilhão); 120 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 2,63 bilhões); e nenhum empreendimento foi concluído.

Quantidade alcançada

9,38

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratar R\$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final**

Análise Situacional da Meta

Durante os exercícios de 2012 e 2013 não ocorreram seleções de empreendimentos e, consequentemente, não houve novas contratações.

- **Contratar R\$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Cidades possui sob sua gestão 38 contratos na esfera dessa meta que visam a execução de intervenções para implantação ou melhorias de saneamento integrado em municípios com baixa cobertura dos serviços, totalizando mais de R\$ 1,49 bilhão em valor de investimento. Esses empreendimentos beneficiam 27 municípios. Desse montante contratado, R\$ 1,44 bilhão corresponde a contratações com recursos do Orçamento Geral da União – OGU e mais de R\$ 50 milhões a financiamentos (empréstimos públicos). Até o presente momento, possibilitou-se alcançar cerca de 50% da meta, equivalente a investimentos de R\$ 1,49 bilhão em contratos acumulados. Do valor contratado, R\$ 70 milhões (2 empreendimentos) foram contratados em 2012; e R\$ 903 milhões - 31 empreendimentos foram contratados em 2011.

Além disso, no período de referência (ano de 2013), do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 8 empreendimentos foram iniciados (R\$ 306 milhões); 28 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 808 milhões); e nenhum empreendimento foi concluído.

Quantidade alcançada

1,49

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratar R\$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Cidades possui sob sua gestão 232 contratos na esfera dessa meta que visam à execução de intervenções para implantação ou melhorias dos sistemas de abastecimento de água nos municípios com baixos índices de saneamento, totalizando aproximadamente R\$ 5,86 bilhões em valor de investimentos. Esses empreendimentos beneficiam 230 municípios. Desse montante contratado, R\$ 3,13 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e R\$ 2,74 bilhões a financiamentos (empréstimos públicos).

Até o presente momento, possibilitou-se alcançar 90% da meta, equivalente a investimentos de R\$ 5,86 bilhões em contratos acumulados no PAC 2. Do valor contratado, R\$ 2,42 bilhões (44 empreendimentos) foram contratados em 2013 (21 contratos com recursos do OGU, equivalente a R\$ 941 milhões em investimentos, e 23 contratos com recursos de empréstimos públicos, equivalente a R\$ 1,48 bilhão em investimentos); R\$ 1,78 bilhão - 96 empreendimentos em 2012; e R\$ 1,67 bilhão - 92 empreendimentos em 2011.

Além disso, no período de referência, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 78 empreendimentos foram iniciados (R\$ 1,43 bilhão); 114 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 1,89 bilhão); e um foi concluído.

Quantidade alcançada

5,86

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratar R\$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

Até 2013, no âmbito do PAC 2, foram contratados R\$ 502,4 milhões em intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.

Quantidade alcançada

502,4

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	31/10/2008	30.390	-	-
Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	31/10/2008	1.175	-	-
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	31/10/2008	8	-	-
Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	31/10/2008	17,8	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	31/10/2008	40.695	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	31/10/2008	167.636	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	31/10/2008	45.710	-	-
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	%	31/12/2008	0,96	31/12/2011	1,81

Observações:

Número de catadores ligados a cooperativas ou associações - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Número de cooperativas ou associações de catadores - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo possui três eixos principais: a inclusão socioeconômica dos catadores, a gestão consorciada dos resíduos sólidos e o apoio para a implantação da coleta seletiva. Os três eixos têm relação direta com o efetivo encerramento dos lixões até o final de 2014, de acordo com os termos da Lei 12.305/2010.

Visando o fortalecimento da cadeia produtiva dos recicláveis, com a inclusão socioeconômica dos catadores, algumas ações realizadas se destacaram. O Decreto 7405/2010 reestruturou o CIISC (Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis) e criou o Programa Pró-Catador. Na ocasião, o comitê era coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e, em Outubro de 2012, a coordenação do CIISC foi para a Secretaria-geral da Presidência da República (SG/PR). O Comitê é composto por 25 órgãos e instituições do Governo Federal, contando com a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (MNCR) como convidado nas reuniões. Em 2012, foram criados 05 Grupos Executivos para tratar dos assuntos chave ligados à inclusão produtiva dos Catadores: GE01 – resgate, GE02 – Memória, GE03 – Autonomia, GE04 – Integração dos Catadores na logística reversa, GE05 – Federativo. Além disso, em 2013, foi elaborado o Projeto Cataforte III – Estruturação de Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias de Empreendimentos, para fortalecer a estruturação das redes solidárias formadas por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis de modo a possibilitar avanços na cadeia de valor e inserção no mercado da reciclagem de forma competitiva, consolidando-as, também, como prestadoras de serviços das políticas públicas de coleta seletiva de resíduos sólidos e da logística reversa de catadores de materiais recicláveis. O projeto envolve esforços conjuntos do MMA, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria Geral da Presidência da República, da Petrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco do Brasil (BB). A partir desses arranjos, entre 2012 e o 2013 foram apoiados 536 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Sobre a coleta seletiva, entende-se que os planos de resíduos sólidos precedem os programas de coleta seletiva e são ferramentas preparatórias para a sua implementação efetiva, bem como de todo o sistema de gestão integrada de resíduos sólidos, incluindo a reciclagem. Destaca-se que, tanto os planos de resíduos sólidos de âmbito estadual, quanto regional, são fundamentais para o sucesso das políticas de resíduos sólidos locais, pois estabelecem diretrizes para integração entre as variáveis que afetam direta ou indiretamente a coleta seletiva.

Sobre a gestão consorciada, o apoio aos planos intermunicipais de resíduos sólidos tem sido ferramenta de consolidação dos arranjos intermunicipais, por meio da criação de um canal de diálogo, compromissos e acordos firmados no âmbito dos planos. Ou seja, a efetiva implementação do consórcio público é facilitada quando ocorre o desenvolvimento do plano de resíduos sólidos de maneira conjunta entre os municípios integrantes do consórcio. Não obstante o desenvolvimento dos planos intermunicipais pelos municípios, a participação dos governos estaduais neste processo tem proporcionado a aproximação da União, estados e municípios no diálogo interfederativo para a implementação de Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em 2013, foi realizada a “Conferência Livre de Meio Ambiente do Comitê Interno de Gênero do MMA”, com o tema “A Política Nacional de Resíduos Sólidos sob a perspectiva de gênero”, envolvendo 60 mulheres, a maioria catadoras do DF.

Outro evento importante foi a realização da IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, cujo tema foi resíduos sólidos e a implementação da PNRS. Participaram 1087 delegados, sendo 43% mulheres, de todos os setores da sociedade, com a maioria da sociedade civil (movimento social, ONG, catadores de material reciclado, movimento sindical, comunidade científica, comunidades tradicionais, povos indígenas, coletivo de juventude pelo meio ambiente, quilombolas entre



outros).

A Conferência contribuiu para a implementação da PNRS por meio de 4 eixos, quais sejam: (i) Produção e consumo sustentáveis, (ii) Redução dos impactos ambientais, (iii) Geração de emprego, trabalho e renda e (iv) Educação Ambiental. A escolha do tema Resíduos Sólidos como foco da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente foi oportuna e necessária para difundir informações, conhecer iniciativas exitosas e os entraves na gestão dos resíduos nos municípios e estados e, principalmente, para mostrar aos brasileiros que os resíduos podem se tornar um bem econômico e de valor social com nítida conexão com mudanças nos padrões de produção e consumo existentes.

A maior conferência de meio ambiente já realizada mobilizou mais de 200 mil pessoas. As etapas preparatórias somaram 643 municípios que realizaram conferências municipais e 3.009 municípios que, juntos, realizaram 179 conferências regionais: um total de 3.652 municípios ou 65,61% dos municípios brasileiros. Em seguida, todos os 26 estados e o Distrito Federal realizaram as suas etapas estaduais, enviando à Brasília as propostas em quatro eixos temáticos: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos Impactos Ambientais; Geração de Trabalho, Emprego e Renda; e Educação Ambiental. A 4ª CNMA também trouxe duas novidades: as conferências livres e a conferência virtual.

A partir da realização da 4ª CNMA sobre o tema dos Resíduos Sólidos, a perspectiva é de que a sociedade veja nos resíduos sólidos uma oportunidade de desenvolvimento econômico, ambiental e social. Espera-se também um maior diálogo com os segmentos da sociedade interessados, a real discussão dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos e de suas formas de implementação, além de ações concretas para acabar com os lixões e novas estratégias para mudar o padrão de produção e consumo.

Metas 2012-2015

• Apoio a 150 municípios para implantação de programas de coleta seletiva

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente, atualmente, tem em execução 96 contratos de repasse celebrados com estados, municípios e consórcios públicos para a elaboração dos planos estaduais de resíduos sólidos, planos intermunicipais de resíduos sólidos, planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, planos microrregionais de resíduos sólidos, planos específicos destinados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas, e planos de coleta seletiva.

Dessa forma, entende-se que os planos de resíduos sólidos precedem os programas de coleta seletiva e são ferramentas preparatórias para a implementação efetiva da coleta seletiva, bem como de todo o sistema de gestão integrada de resíduos sólidos, incluindo a reciclagem.

Destaca-se que tanto os planos de resíduos sólidos de âmbito estadual, quanto regional, são fundamentais para o sucesso das políticas de resíduos sólidos locais, pois estabelecem diretrizes para integração entre as variáveis que afetam direta ou indiretamente a coleta seletiva.

Por fim, com objetivo de obter êxito no processo de apoio aos planos de resíduos sólidos previstos pela Lei 12.305/2010, encontra-se em fase de preparação, curso de ensino a distância (EaD) para a elaboração dos planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos. O público-alvo são técnicos e gestores de municípios com população inferior a 20.000 habitantes, exceto: aqueles integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou cujo território abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

31/12/2013

• Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos**Análise Situacional da Meta**

O apoio do Ministério do Meio Ambiente aos planos intermunicipais de resíduos sólidos tem sido ferramenta de consolidação dos arranjos intermunicipais, por meio da criação de um canal de diálogo, compromissos e acordos firmados no âmbito dos planos. Ou seja, a efetiva implementação do consórcio público é facilitada quando ocorre o desenvolvimento do plano de resíduos sólidos de maneira conjunta entre os municípios integrantes do consórcio. Não obstante o desenvolvimento dos planos intermunicipais pelos municípios, a participação dos governos estaduais neste processo tem proporcionado a aproximação da União, estados e municípios no diálogo interfederativo para a implementação de Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Contudo, o apoio indireto aos consórcios se deu por meio de 38 contratos de repasse, que encontram-se em execução para elaboração dos planos intermunicipais de resíduos sólidos, planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos destinados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2013

• Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem**Análise Situacional da Meta**

Em 2013 foi elaborado o Projeto Cataforte III – Estruturação de Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias de Empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, com a finalidade de estruturar redes solidárias formadas por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis de modo a possibilitar avanços na cadeia de valor e inserção no mercado da reciclagem de forma competitiva, consolidando-as, também, como prestadoras de serviços das políticas públicas de coleta seletiva de resíduos sólidos e da logística reversa. O Projeto envolve esforços conjuntos das seguintes entidades que compõem o Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e recicláveis (CIISC): Ministério do Meio Ambiente (MMA); MS/Fundação Nacional de Saúde (Funasa); MTE/Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR); Petrobras; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Fundação Banco do Brasil (FBB) e Banco do Brasil (BB).

Durante o ano de 2013 foram celebrados novos convênios por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, que contemplou 213 cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Desde 2012 já foram apoiadas 536 cooperativas.

Quantidade alcançada

536

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.



Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o Governo Federal deu sequência à política de apoio aos estados e municípios para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). A política de fortalecimento institucional é fundamental para o cumprimento das novas definições, diretrizes e exigências introduzidas pela Lei 12.305/2010, que instituiu os planos como instrumentos de planejamento para a estruturação do setor público na gestão dos resíduos sólidos, abrangendo sua ampla variedade (resíduos industriais, de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, de serviços públicos de saneamento básico, de serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, de serviços de transportes, de mineração, entre outros). Além disso, a nova legislação estabeleceu a elaboração dos planos de resíduos sólidos (até 02 de agosto de 2012) como condição para os entes subnacionais terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Atualmente, estão em fase de elaboração 18 Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, cujo escopo prevê estudos de regionalização e propostas estaduais de agrupamentos de municípios em arranjos intermunicipais para a gestão integrada e mais eficiente dos resíduos sólidos. Também estão em desenvolvimento programas de apoio à elaboração de planos intermunicipais, metropolitanos e municipais de resíduos sólidos, já tendo sido contemplados 558 municípios (aproximadamente 10% do total de municípios do país). Os planos estão em processo de elaboração. Além disso, encontra-se em fase de preparação um curso de ensino a distância (EaD) para a elaboração dos planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos direcionados para técnicos e gestores de municípios com população inferior a 20.000 habitantes.

No que se refere à política de reestruturação das cadeias produtivas, a Política Nacional prevê que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de um determinado produto que possa causar danos ao meio ambiente ou à saúde humana devem criar um sistema de recolhimento e destinação final independente dos sistemas públicos de limpeza urbana. Nesse sentido, um marco foi a assinatura do Acordo Setorial para Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Óleos Lubrificantes. Também estão em estágio avançado as tratativas entre setor público e privado, no âmbito do Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (CORI), sobre os acordos para logística reversa dos setores de Embalagens em Geral, Lâmpadas Fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista, Equipamentos Eletroeletrônicos.

Outra importante ferramenta da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o portal do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) foi lançado em 2012. Em 2013, o SINIR foi aprimorado, com destaque para esforços de ampliação da sua base de informações e a realização de mapeamento de informações e identificação da capacidade instalada dos estados, que permitam seu alinhamento com as premissas do SINIR.

No campo de gerenciamento de áreas contaminadas, o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando desde 2008 na implantação do Registro de Emissões e Transferência de Poluentes - RETP. Esse sistema será um portal de divulgação pública de dados sobre a quantidade de resíduos que são emitidos ou transferidos por meio de link com o Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA. O Ministério contratou uma empresa para elaboração de planejamento estratégico, definição dos limiares que serão adotados, e capacitação dos declarantes do CTF sobre formas de medição, cálculo de engenharia, balanços de massa ou estimativa dos poluentes definidos como prioritários na primeira fase do RETP. Essa ferramenta será fundamental para a elaboração do inventário de resíduos industriais e perigosos.

Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente firmou um contrato com a Universidade de São Paulo - USP, por meio

de um projeto de cooperação internacional para realização de um curso presencial e à distância para os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS). Esse projeto internacional tem por objeto a gestão e eliminação de um dos poluentes orgânicos persistentes proibidos pela Convenção de Estocolmo, chamado PCB- Bifenilas Policlorada, e possibilitou sinergia para identificação das áreas contaminadas com esse poluente e capacitação dos OEMAS. Esse curso tem o objetivo de capacitar os Órgãos estaduais de meio ambiente na identificação dos valores de referência de qualidade do solo, para posterior identificação das áreas contaminadas, e em técnicas de gerenciamento. Essa contratação abordou um curso presencial de 40 horas aulas na USP com 70 técnicos dos órgãos estaduais de meio ambiente e posteriormente com um curso à distância, com duração de 6 meses, com 313 técnicos inscritos. Os principais assuntos abordados foram: mudança e ocupação do uso do solo; caracterização do solo brasileiro; determinação dos valores de referência de qualidade, anomalias, limite de quantificação praticável; procedimentos de coleta da amostra do solo e interpretação estatística dos resultados; preservação e abertura de amostras, metodologias analíticas; introdução à elaboração do modelo conceitual de contaminação e definição de Bifenilas Policloradas, suas aplicações, métodos de identificação introdução às principais técnicas de investigação; avaliação de risco à saúde humana; introdução às principais técnicas de remediação; e introdução à etapa de controle e monitoramento.

Um evento importante foi a realização da IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, cujo tema foi resíduos sólidos e a implementação da PNRS, e que contou com ampla participação social.

Metas 2012-2015

• 20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente firmou um contrato com a USP, por meio de um projeto de cooperação internacional para realização de um curso presencial e à distância para os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS). Esse projeto internacional tem por objeto a gestão e eliminação de um dos poluentes orgânicos persistentes proibidos pela Convenção de Estocolmo, chamado PCB- Bifenilas Policlorada, e possibilitou que fizéssemos uma ação sinérgica para identificação das áreas contaminadas com esse poluente e capacitação dos OEMAS. Esse curso tem o objetivo de capacitar os Órgãos estaduais de meio ambiente na identificação dos valores de referência de qualidade do solo, para posterior identificação das áreas contaminadas, e em técnicas de gerenciamento. Essa contratação abordou um curso presencial de 40 horas aulas na USP com 70 técnicos dos órgãos estaduais de meio ambiente e posteriormente um curso à distância, com duração de 6 meses, com 313 técnicos inscritos. Os principais assuntos abordados foram:

- Mudança e ocupação do uso do solo; caracterização do solo brasileiro;
- Determinação dos valores de referência de qualidade, anomalias, limite de quantificação praticável;
- Procedimentos de coleta da amostra do solo e interpretação estatística dos resultados;
- Preservação e abertura de amostras, metodologias analíticas;
- Introdução à elaboração do modelo conceitual de contaminação e
- Definição de Bifenilas Policloradas, suas aplicações, métodos de identificação e introdução às principais técnicas de investigação.
- Avaliação de risco à saúde humana;
- Introdução às principais técnicas de remediação;
- Introdução à etapa de controle e monitoramento.

Antes de 2013, apenas São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro haviam realizado o inventário de áreas contaminadas em seu território. Ao longo do ano de 2013, e posteriormente a conclusão do curso de capacitação à distância, também



o estado de Pernambuco foi capaz de determinar os seus valores de referência de qualidade do solo, cujo estabelecimento é requisito fundamental para a elaboração do inventário, e também uma das etapas com maior custo de investigação.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

• 8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados**Análise Situacional da Meta**

O primeiro acordo setorial da PNRS foi o de Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Óleos Lubrificantes, assinado em 2012. Encontra-se em andamento a formulação de outros 4 acordos setoriais para as seguintes cadeias produtivas: Embalagens em Geral; Lâmpadas Fluorescentes e de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista; Equipamentos Eletroeletrônicos e Medicamentos. Embora ainda não tenham sido assinados, ocorreram avanços nas negociações conforme detalhado a seguir.

Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Óleos Lubrificantes: (acordo assinado)

O Edital de chamamento ficou em consulta no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, sendo apresentadas duas propostas de acordo. Após diversas reuniões com os setores proponentes foi acordada uma proposta, que foi aprovada pelo CORI, e está sendo encaminhada para consulta pública. O acordo setorial foi assinado em 19 de dezembro de 2012 e, transcorrido um ano, foi entregue ao MMA o 1º Relatório de Monitoramento da Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante, que se encontra em análise.

Logística Reversa de Embalagens em Geral:

O edital de chamamento foi publicado em 05/07/2012 contendo um prazo de 180 dias para o recebimento de propostas de acordo setorial. Esse prazo foi definido na reunião do CORI. Em janeiro de 2013 o MMA recebeu 4 propostas de acordo setorial. As propostas foram analisadas com vistas à sua compatibilização e à adequação ao edital. Atualmente estão sendo analisadas sob o aspecto jurídico, para em seguida serem encaminhadas ao CORI para deliberação. Com o texto do Acordo Setorial aprovado o mesmo será colocado em consulta pública.

Como desafios para a implementação da logística reversa nesta cadeia específica, podemos citar: (i) a necessidade de integração entre estados, municípios e iniciativa privada com vistas a concretizar o Acordo Setorial; (ii) a efetivação de parcerias para viabilizar a participação dos catadores de materiais recicláveis com vistas a sua inclusão social como preconiza a PNRS; e (iii) a organização de um sistema capaz de abranger os vários tipos de materiais utilizados nas embalagens agregando toda a diversidade dos setores envolvidos.

Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes e de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista:

O edital de chamamento foi publicado em 05/07/2012 contendo um prazo de 120 dias para apresentação de propostas. Em novembro de 2012, foram recebidas duas propostas de acordo setorial da ABILUMI (Associação Brasileira de Importadores de Produtos de Iluminação) e ABILUXI (Associação Brasileira da Indústria de Iluminação) que estão sendo analisadas e discutidas buscando a compatibilização. Em reunião em junho foram discutidos os pontos divergentes e dado prazo de 60 dias para ajustes na proposta.

A proposta enviada pelo setor, apesar de apresentar avanços com a unificação dos proponentes em uma única proposta e inclusão do comércio ainda apresentava pontos que precisam ser esclarecidos. O Ministério elaborou contraproposta de acordo setorial baseada nas propostas recebidas e enviou aos proponentes. Um ponto crítico deste sistema de logística reversa é a necessidade de controle prévio das importações, de maneira que negociações têm sido realizadas.

Logística Reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos:

O Edital foi publicado em fevereiro de 2013 com prazo de 120 dias para apresentação de propostas. Foram apresentados 11 propostas, porém somente 5 delas foram habilitadas e convocadas para discussão dos pontos divergentes em 30/09 .

O Ministério do Meio Ambiente encaminhou aos proponentes as respectivas análises críticas, e determinou prazo de 60 dias para atendimento. Findo o período para ajustes, proposta unificada foi apresentada, acompanhada de pleitos do setor empresarial a fim de viabilizar o funcionamento do sistema de logística reversa.

Logística Reversa de Medicamentos:

O Grupo Técnico de Descarte de Medicamentos aguarda finalização de estudos de viabilidade técnica para que se dê prosseguimento ao processo de implantação dos seus sistemas de logística reversa. Na reunião do CORI de agosto de 2013, foram aprovados o estudo de viabilidade técnica e econômica e o edital de chamamento foi publicado ainda em setembro de 2013

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

• Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente vem promovendo apoio aos estados desde 2007, para a elaboração dos estudos de regionalização para a gestão integrada de resíduos sólidos. Esses estudos de regionalização possibilitaram com que os estados sugerissem agrupamentos de municípios em arranjos intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos.

Com as novas definições, diretrizes e exigências introduzidas pela Lei 12.305/2010, os planos de resíduos sólidos foram instituídos como instrumentos de planejamento para a estruturação do setor público na gestão dos resíduos sólidos. Desta vez, não apenas referente aos resíduos sólidos urbanos, mas abrangendo uma ampla variedade de resíduos sólidos, tais como: resíduos industriais, resíduos dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil, resíduos agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transportes, resíduos de mineração, entre outros. Além disso, a nova legislação, através do artigo 16, combinado com o Art.55 da Lei 12.305/2010, estabeleceu a elaboração dos planos de resíduos sólidos (até 02 de agosto de 2012) como condição para os estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.



Atualmente, encontram-se em fase de elaboração 18 Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (17 estados + DF) apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente por meio de contratos de repasse.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2013

• **Elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos**

Análise Situacional da Meta

A proposta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos foi elaborada em 2011 e foi objeto de discussão em 05 (cinco) audiências públicas regionais, 01 (uma) audiência pública nacional, em consulta pública via internet e apreciado nos Conselhos (CONAMA, CNRH, da SAÚDE e das CIDADES). Durante as audiências públicas foram feitas aproximadamente 1000 propostas e a Consulta Pública gerou outras 450, todas avaliadas posteriormente pelo GT01 do Comitê Interministerial, ficando no documento final 29 diretrizes, 170 estratégias e 28 metas. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos está pronto, aguardando ser decretado.

• **Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada**

Análise Situacional da Meta

Segundo números da MUNIC/IBGE, 2011, 1796 municípios responderam que possuem programa, projeto ou ação de coleta seletiva de lixo, desenvolvida pela Administração Pública Municipal. Ou seja, o correspondente a 32,27% do total de municípios do País.

Quantidade alcançada

32,27

Data de Referência

31/12/2013

• **Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país**

Análise Situacional da Meta

Por meio de programas de apoio à elaboração de planos intermunicipais, metropolitanos e municipais de resíduos sólidos, e por meio de esforços próprios, aproximadamente 19% dos municípios encontram-se com os planos em fase de desenvolvimento ou concluídos. -Com objetivo de obter êxito no processo de apoio aos planos de resíduos sólidos previstos pela Lei 12.305/2010, encontra-se em fase de preparação curso de ensino a distância (EaD) para a elaboração dos planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos. O público-alvo são técnicos e gestores de municípios com população inferior a 20.000 habitantes, exceto: aqueles integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou cujo território abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2013

• **Sistema de Informação de Resíduos Sólidos implantado**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi colocado no ar o Portal SINIR (www.sinir.gov.br), disponibilizando de forma integrada consulta de todos os indicadores de resíduos sólidos urbanos disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), por município, numa série histórica de 2002 a 2010. A recente publicação referente ao ano de 2011 está em processo de articulação.

Este processo de implementação do SINIR tem passado por várias etapas, dentre elas:

- Deliberação no Comitê de TI sobre a criação e a implantação do SINIR;
- Inserção na programação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- Reuniões internas com o IBAMA para articulação com os Cadastros gerenciados por eles (CTF/CNORP/RETP);
- Reuniões com a Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades para Instalação do banco de dados do Sistema de Informações sobre Saneamento - SNIS, do Ministério das Cidades, na infraestrutura montada para atender ao projeto; --
- Reuniões com a CGTI, sobre a infraestrutura necessária para suportar o SINIR e acesso ao banco de imagens do cadastro Ambiental Rural - CAR;
- Formatação do portal e das primeiras informações que comporão o Sistema (dados de resíduos sólidos urbanos, legislação, documentos, editais, saiba mais, fale conosco, etc);
- Criação, no MPOG, do site de entrada no sistema (www.sinir.gov.br);
- Criação, junto a ASCOM MMA, do visual do portal SINIR;
- Criação da logomarca SINIR (ASCOM);
- Articulação com a SLTI/MPOG para definição de requisitos funcionais e intermediação com o IBGE para disponibilizar seus bancos de dados afins ao tema assim como as suas pesquisas (PNSB; PNAD; MUNIC e etc.).

Desde o início do ano de 2013 um consultor tem visitado as Unidades da Federação (UF) coletando informações e identificando a capacidade instalada dos estados, a existência de sistemas de informações em resíduos e seu alinhamento com as premissas do SINIR.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC	unidade	21/03/2013	237	31/12/2013	1.151
Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres	porcentagem (%)	31/12/2012	0	26/03/2014	0,4
Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos)	porcentagem (%)	31/12/2012	35	29/01/2014	68
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade)	porcentagem (%)	31/12/2012	0	31/01/2014	11,3
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco)	porcentagem (%)	31/12/2012	0	30/01/2014	7,9

Observações:

Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres - Número de municípios críticos: 821

Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres - 4/821, até 26 de março de 2014.

Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos) - Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos) - 555/821, até 29 de janeiro de 2014.

Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade) - Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade) - 93/821, até 31 de janeiro de 2014.

Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco) - Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco) - 65/821, até 30 de janeiro de 2014.

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para a consecução de diversas ações do Programa, houve um esforço de identificação das regiões mais críticas para os desastres de inundações, enxurradas, deslizamentos e seca. Como resultado, foi elencado conjunto de 821 municípios prioritários que apresentaram os maiores índices de letalidade, desabrigados, desalojados e recorrências desses desastres. O conjunto representa 88% dos desabrigados e desalojados e 94% das mortes registradas entre os anos de 1991 e 2010 no universo de 3.792 municípios que apresentaram registros de desastres naturais. Deste conjunto de municípios, pode-se identificar um subconjunto de maior criticidade composto por 286 municípios, responsáveis por 89% das mortes registradas no período de análise e por 55% da população afetada.

Em agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que abrange parte substancial dos objetivos, metas e iniciativas deste Programa, além de atributos de outros Programas

das áreas de saúde, defesa e recursos hídricos. O Plano Nacional é composto por quatro eixos: Prevenção, Monitoramento e alerta, Mapeamento das áreas de risco e Resposta e reconstrução.

Especificamente neste objetivo, busca-se promover a prevenção de desastres de modo articulado com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas. Para isso, estão sendo realizados estudos e intervenções que envolvem os eventos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais e enchentes recorrentes em áreas urbanas.

As intervenções estruturais abrangem obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sob gestão do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional e integrantes do Eixo Prevenção do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

O Ministério das Cidades tem sob sua responsabilidade, principalmente, a execução de intervenções de drenagem e de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos. A ação é complementada com o apoio para execução de planos municipais de redução de riscos - que envolvem o mapeamento de risco, a definição de prioridades e a elaboração da concepção das intervenções de segurança mais adequadas nas áreas de risco prioritárias – e para a elaboração de projetos básicos de intervenções de contenção de encostas. Já as intervenções estruturais de drenagem urbana privilegiam as soluções de redução, retardamento e amortecimento do escoamento das águas pluviais, baseadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Até dezembro de 2013, no âmbito do PAC 2, o montante de investimentos contratados para obras de drenagem urbana sustentável totalizou R\$ 9,49 bilhões, abrangendo 71 municípios críticos a desastres. Ao final de 2013, 69 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 3,52 bilhões).

Na dimensão do planejamento urbano, está prevista a montagem de um sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, além da elaboração, em andamento, de 39 cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana em municípios críticos a esses desastres naturais. Tais cartas consistem em um instrumento de planejamento urbano que definem, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, áreas aptas ou impróprias para a ocupação permanente.

No âmbito do Ministério da Integração – MI são realizadas intervenções estruturantes e estudos para controle de cheias e contenção de erosões fluviais e marítimas. No total, deverão ser concluídos, até 2015, 50 empreendimentos, que beneficiarão aproximadamente 2,7 milhões de habitantes nos Estados de Pernambuco, Piauí, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Maranhão, Amazonas, Rio Grande do Sul e Tocantins. A maior parte desses empreendimentos está na carteira do PAC- Prevenção em Áreas Risco (37), lançada em 2012, enquanto algumas obras de drenagem destinadas a controle de enchentes seguem na carteira do PAC-Recursos Hídricos (13). Exemplo de intervenção concluída é a implantação do sistema de macrodrenagem da Baixada Campista, no Estado do Rio de Janeiro, cujo benefício, para uma população de 390 mil habitantes nos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Quissamã, é o controle e minimização de enchentes e inundações.

Quanto às intervenções estruturais destinadas à mitigação dos impactos da seca, estão em andamento obras e projetos incluídos no PAC Prevenção Seca, carteira que investe em adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento de água, com investimentos no valor aproximado de R\$ 2 bilhões, que beneficiarão aproximadamente 1,8 milhão de pessoas. A execução dessa carteira está no escopo do Programa Oferta de Água. No entanto, as ações emergenciais de resposta aos impactos da seca, como o Auxílio Emergencial Financeiro, fazem parte deste Programa, no objetivo relativo à resposta aos desastres naturais.



Metas 2012-2015

- **Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013, no âmbito do PAC, o montante de investimentos contratados para intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas totalizou R\$ 9,49 bilhões, dos quais R\$ 7,36 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União, abrangendo 71 municípios críticos a desastres. Até o final de 2013, 69 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 3,52 bilhões).

Quantidade alcançada

9,49

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Pode-se destacar que até 2013, consolidou-se a metodologia de elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana, instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, seus setores seguros para ocupação. Foram iniciados os trabalhos para que 39 municípios tenham suas cartas geotécnicas. Os municípios beneficiados são Luis Alves, Gaspar, Ilhota, Navegantes, Nova Trento, Antônio Carlos, Palhoça, Itapema, Blumenau, Brusque, Botuverá, Rodeio, Timbó, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Alfredo Wagner, Taió, Ituporanga, Rio Fortuna, José Boiteux, Presidente Getúlio, Araranguá, Criciúma, Florianópolis, São José e Nova Veneza, no Estado de Santa Catarina; Juiz de Fora, Ervália, Ouro Preto e Nova Lima, em Minas Gerais; Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa e Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, Caucaia, no Ceará; Ipojuca em Pernambuco; e Igrejinha, no Rio Grande do Sul.

Deste total, 5 cartas estão sendo elaboradas de forma autônoma pelo Departamento de Recursos Minerais do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DRM nos municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa e Itaperuna; enquanto que as cartas de Ouro Preto (MG), São José(SC), Igrejinha(RS) e Ipojuca(PE) foram elaboradas no âmbito do Programa Planejamento Urbano.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	106	município	4	31/12/2013

- **Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Em relação implementação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana – SIMOU em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, mantém-se sob estruturação. Duas estratégias foram iniciadas:

- estruturação o de Método para o monitoramento da Ocupação Urbana;
- estruturação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU) e do Laboratório de Computação Científica Aplicada à Análise Urbana.

Em relação a essas estratégias, as seguintes atividades foram desenvolvidas:

Celebração de Acordo de Cooperação com o Cities Alliance para desenvolvimento de método de Monitoramento da Ocupação Urbana e proposição de regulamentação sobre usos de informações geradas pelo SIMOU e a implementação de testes do Método de Monitoramento da Ocupação Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No momento, estão sob tramitação os processos para as licitações de estruturação física do sistema (aquisições de (Estações de Trabalho, Programas Computacionais e Painel Video Wall que comporão o Laboratório) e também a contratação de assessoria técnica, para desenvolvimento e treinamento em metodologia de monitoramento da ocupação urbana).

• **Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídas 5 obras, são elas: obras para implantação do sistema de drenagem pluvial nos municípios de Ilhota (SC) e no Município de Luís Alves (SC); obras de drenagem, desassoreamento, construção de canais, no Município de Pomerode (SC); obras de drenagem, canalização, canal de concreto no município de Paraíso do Tocantins (TO) e a implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ). A conclusão dessas intervenções beneficiam aproximadamente 70 mil habitantes.

Para essa meta, destacam-se também a Barragem Serro Azul (PE) e as obras de Macrodrenagem em Salvador (BA). A conclusão da Barragem Serro Azul está prevista para novembro de 2014, beneficiando 135 mil habitantes. Quatro, das cinco etapas da Macrodrenagem em Bairros de Salvador (BA), também já foram concluídas, são elas: Subúrbio Ferroviário, Vasco da Gama, Vale do Canela e Itaigara (2ª etapa). A conclusão dessas intervenções beneficiarão aproximadamente 400 mil habitantes.

Até o final de 2014, prevê-se também a conclusão de mais 29 empreendimentos: 11 destinados ao controle de enchentes (além dos dois citados anteriormente) e 18 destinados ao controle de erosões fluviais, visto que já se encontravam em execução em 2013. As intervenções para controle de enchentes abrangem drenagem nas Bacias do Ribeirão da Velha, Ribeirão Garcia e Ribeirão de Itoupava, no município de Blumenau, em Santa Catarina; obras nos municípios de Joinville e Navegantes, em Santa Catarina; no canal central do Rio dos Sinos, no município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul e na bacia hidrográfica do Rio Paratibe, no município de Paulista, em Pernambuco. A conclusão dessas intervenções beneficiarão aproximadamente 530 mil habitantes. Quanto ao controle de erosões fluviais, as intervenções, localizadas no Estado do Amazonas, beneficiarão aproximadamente 880 mil habitantes, considerando aquelas a serem concluídas em 2014 e as que serão finalizadas no ano seguinte. Ao todo, somam 25 empreendimentos.

No total, 50 obras sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional referentes a drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais estão contempladas no PAC com previsão de conclusão até 2015. A maior parte desses empreendimentos está na carteira do PAC- Prevenção em Áreas Risco (37), lançada em 2012, enquanto algumas obras de drenagem destinadas a controle de enchentes seguem na carteira do PAC-Recursos Hídricos (13).

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	município	0	04/09/2013



Região Nordeste	2	município	0	04/09/2013
Região Norte	1	município	1	04/09/2013
Região Sudeste	1	município	1	04/09/2013
Região Sul	2	município	3	04/09/2013

- **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano**

Análise Situacional da Meta

A meta tem como referência a elaboração de planos, projetos e execução de obras de contenção de encostas selecionadas pelo PAC para municípios críticos a deslizamentos.

Na Ação de Contenção de Encostas, a carteira de empreendimentos contabiliza R\$ 2,3 bilhões, referente a 155 empreendimentos que beneficiam 88 Municípios em 10 Estados. Em dezembro de 2013, 90 contratos encontravam-se iniciados (representando 58% dessa carteira), 10 operações foram concluídas e o restante encontra-se em elaboração de projetos ou em processo licitatório.

- **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca**

Análise Situacional da Meta

Estão em andamento obras e projetos incluídos no PAC Prevenção Seca, carteira que investe em adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento de água, com investimentos no valor aproximado de R\$ 2 bilhões, que beneficiarão aproximadamente 1,8 milhão de pessoas. Dentre os 79 empreendimentos, 23 já estão com as obras iniciadas e 27 estarão concluídos até o final de 2014. A execução dessa carteira está no escopo do Programa Oferta de Água e não do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. No entanto, as ações emergenciais de resposta aos impactos da seca, como o Auxílio Emergencial Financeiro, fazem parte deste Programa, no objetivo relativo à resposta aos desastres naturais.

- **Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Integração Nacional executa obras emergenciais de prevenção de desastres, contemplando 40 convênios para execução das seguintes intervenções: implantação de sistema de abastecimento de água simplificado; construção de pontes; construção de canal de drenagem; construção de reservatórios de amortecimento de cheias; canalização de córregos; execução de taludes; elaboração de projetos para redução de riscos e de planos diretores dessas intervenções. Os convenientes são municípios dos estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em 2013, foram celebrados mais 12 convênios, para obras de contenção de cheias, de construção de galerias de águas pluviais, de contenção de encostas e drenagem com pavimentação, de estabilização de terreno, de construção de passagens molhadas e de muros de arrimo, com municípios dos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Verificou-se a necessidade de aprimorar os instrumentos legais para transferir recursos federais para obras emergenciais que visam reduzir risco iminente de desastres. Isso decorre do fato de os atuais instrumentos não se adequarem à urgência dessas intervenções (como os convênios), ou não permitirem rapidez na liberação de recursos no momento pós-desastres (como as transferências obrigatórias).

Nessa perspectiva, foi publicada a Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013, alterando a Lei nº 12.340/10, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e às entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para executar ações de resposta e recuperação das áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo

Nacional para Calamidades Públicas - Funcap.

Tal Medida Provisória facilitou o repasse de recursos federais destinados às ações de prevenção, resposta e recuperação. Inovou ao inserir as ações de prevenção na sistemática das transferências obrigatórias, abrangendo as atuações necessárias à prevenção do risco iminente. Outro avanço foi à inserção das obras preventivas no escopo de abrangência do Funcap, que, redesenhado, dispensa a exigência de integralização de cotas e permite a transferência de recursos em regime fundo a fundo (do Funcap a fundos constituídos pelos entes).

• **Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta guarda estreita relação com a meta "Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos" cuja análise detalha as estratégias de implantação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU) e seu laboratório.

Com a estruturação do SIMOU, far-se-á necessária sua operação e, para isso, foi contratada consultoria especializada, bem como capacitados servidores efetivos. O estudo piloto, testado na cidade do Rio de Janeiro, quando consolidada a metodologia, poderá ser espalhado a outros municípios.

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

As ações desenvolvidas neste Objetivo estimulam a atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e seu alcance foi potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil, Lei nº. 12.608 de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabeleceu de forma individualizada as competências dos entes federados participantes do SINPDEC.

Para uma adequada atuação em rede dos órgãos de defesa civil nos três níveis federativos é necessário fortalecê-los. Assim, em nível federal, no âmbito do Eixo Monitoramento e Alerta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, vem sendo realizado um conjunto de investimentos, principalmente na modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres - CENAD. No nível estadual, dado que suas defesas civis já estão implantadas, o Governo Federal tem apoiado seu fortalecimento por meio de capacitações, simulados e fomento à instalação de Centros Universitários de Ensino e Pesquisa sobre Desastres – CEPED. Os municípios, pelo quadro amplo de insuficiência de estrutura para atuação da defesa civil, consomem mais esforços. Para estruturação dos órgãos municipais foram feitos investimentos por meio da doação de kits de equipamentos básicos de defesa civil tendo como contrapartida municipal compromissos visando ao fortalecimento e à estruturação do órgão local, além de elaboração e entrega de material didático específico sobre implantação e estruturação das coordenadorias municipais.

As realizações no período de 2012 e 2013 também se destacam pelas ações de capacitação dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil cujas metas têm sido superadas devido, em grande parte, à implantação da modalidade de cursos à distância.

Metas 2012-2015



- **Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil**

- Análise Situacional da Meta**

- Os principais cursos de capacitação realizados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil-SEDEC- em 2012 e 2013 foram:

- Simulados de Preparação para Desastres: atividade preventiva desenvolvida junto com Coordenadorias Estaduais e Municipais de Defesa Civil. O objetivo é capacitar a comunidade residente em área de risco para atuar em situação de desastre provocado por chuvas fortes além de consolidar procedimentos e conteúdos visando à criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme. No período, foram realizados simulados em todas as regiões do Brasil e capacitados 5.477 colaboradores, sendo 3.925 em 2013.

- Curso de Capacitação Básica Continuada - Orientações de Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução: objetiva, na modalidade de ensino a distância, capacitar agentes de defesa civil com conhecimentos básicos, tais quais: Defesa Civil no Brasil; Sistema e Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; Ciclo de Gestão de Defesa Civil; Estudo de Desastres e Implantação e Operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Em 2012, foram realizadas a 1ª e a 2ª edição do curso, certificando 2.440 alunos. Em 2013, a 3ª e a 4ª edição capacitaram outros 2.570 agentes de proteção e defesa civil.

- Fórum Nacional de Defesa Civil: evento de abrangência nacional que visa o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil por meio da congregação de atores interessados em compartilhar experiências e boas práticas sobre prevenção e mitigação de desastres. É realizado anualmente em parceria com o município sede do evento e seu respectivo órgão estadual de Defesa Civil. O IX Fórum ocorreu em Angra dos Reis (RJ) e o X Fórum, em setembro de 2013, na cidade catarinense de Joinville. Os dois eventos reuniram 2.056 participantes.

- Bases Administrativas para Gestão de Desastres - BAGER: objetiva preencher uma lacuna na capacitação na área de Planejamento e Gestão de Riscos, para as pessoas que trabalham em áreas relacionadas com ameaças, emergências e desastres. O BAGER, desenvolvido pela Oficina de Assistência para Desastres na América Latina e Caribe do Governo dos Estados Unidos, foi adaptado ao Brasil, em associação com a Universidade do Estado de Santa Catarina, por meio do Núcleo de Treinamento para Prevenção de Emergências. No ano de 2013, foram capacitados 72 agentes.

- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Região Nordeste: teve como objetivo fomentar as atividades desenvolvidas pelo Governo Federal nos 56 municípios prioritários do Nordeste com maior incidência de desastres e auxiliar na elaboração de planos de contingência. A ação é contínua e a meta é trabalhar em conjunto com os municípios na preparação para o período de chuvas, com o desenvolvimento de atividades relacionadas à mitigação de riscos e à preparação para desastres. Para a construção do Plano, foram realizadas oficinas em cada capital nordestina. Os estados tiveram a possibilidade de expandir o convite aos municípios que não estavam na lista inicial.

- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Regiões Sul e Sudeste: resultado de uma parceria com as Defesas Cíveis Estaduais das Regiões Sul e Sudeste foi executado em duas etapas. A primeira etapa consistiu na realização de oficinas nos estados dessas regiões, onde os alunos tiveram conhecimento sobre elaboração do modelo de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, planejamento para realização de exercícios simulados, legislação e o Sistema Integrado de Informações sobre Desastre - S2ID. Na segunda etapa, ocorreu a realização do exercício “Simulado de Preparação para Desastres” para capacitar técnicos e gestores de defesa civil a trabalharem em comunidades residentes em áreas de risco para atuar preventivamente em situação de desastre e consolidar procedimentos e conteúdos para a criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme pelas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Os capacitados nesta etapa devem ser multiplicadores em seus municípios.

Além de outros cursos como: Primeira Resposta para Emergências com Produtos Perigosos –REPP (50 agentes), Curso de avaliação (247 agentes), Oficinas de Preparação para Desastres (1.572 agentes), curso sobre o S2ID (1.467).

Dessa forma, a meta foi superada devido, principalmente, à modalidade de ensino a distância, que proporcionou a capacitação de número elevado de participantes por custo menor, mantendo a qualidade do conteúdo ofertado. Assim, conclui-se pelo alcance eficiente da meta de capacitação. As capacitações presenciais representaram um esforço de oferta qualificada, proporcionando capacitação aos atores de relevância para o tema de proteção e defesa civil em matérias de importância para todo o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Assim, a meta alcançou 19.933 agentes capacitados, sendo 8.928 em 2012 e 11.005 em 2013, calculados a partir dos eventos principais citados e outros realizados ao longo do biênio.

Quantidade alcançada

19.933

Data de Referência

31/12/2013

• Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil**Análise Situacional da Meta**

As Defesas Cíveis estaduais, diferentemente das Defesas cíveis municipais, já estão implantadas e a melhoria na sua estruturação tem ocorrido a partir de troca de experiências e conhecimento técnico com o objetivo de ampliar suas atividades para atender às exigências mais atuais da gestão de risco de desastre.

Em 2013, houve o apoio à melhoria da estruturação de defesas cíveis estaduais pelo incentivo junto às universidades da instalação de Centros Universitários de Ensino e Pesquisa sobre Desastres – CEPED. Estes centros são destinados à pesquisa, extensão e capacitação de recursos humanos, com vistas ao gerenciamento e à execução de atividades de proteção e defesa civil.

A implantação de tais Centros tem como objetivo a disseminação do conhecimento gerado nas universidades brasileiras para contribuir na prevenção, redução e mitigação de desastres em âmbito regional e nacional. Os CEPEDs desenvolvem pesquisas e projetos de extensão que podem vir a subsidiar a gestão de políticas públicas relacionadas à gestão de riscos e redução de desastres. Um dos principais objetivos é que a informação produzida seja dirigida e apropriada à gestão pública e que se garanta a transferência desses conhecimentos para a sua aplicação efetiva pelos gestores públicos nas três esferas de governo.

Até 2012, esses Centros já existiam em três Estados: Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Em 2013, foi criado um CEPED no Estado de São Paulo, a partir da assinatura de um acordo de cooperação entre a SEDEC, a Universidade de São Paulo – USP e a Defesa Civil do Estado de São Paulo.

Além deste Centro, 7 Universidades localizadas em 7 diferentes Estados, em articulação com a SEDEC, estão em processo avançado de constituição dos seus respectivos centros, a saber:

- Universidade Estadual do Ceará – UECE;
- Universidade Federal do Espírito Santo – UFES;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;
- Universidade Federal do Pará – UFPA;
- Universidade Federal da Bahia – UFBA;



- Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF;
- Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	estado	0	31/12/2013
Região Nordeste	9	estado	0	31/12/2013
Região Norte	7	estado	0	31/12/2013
Região Sudeste	4	estado	2	31/12/2013
Região Sul	3	estado	2	31/12/2013

• **Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil.**

Análise Situacional da Meta

Considerando que um Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil atuante somente pode ser alcançado com a estruturação de seus órgãos, entende-se que deve ser fomentada a estruturação das defesas civis municipais, inclusive com recursos materiais e financeiros, visto que, em geral, apresentam dificuldades para se estruturar de forma a atender às demandas da população.

Condizente com essa diretriz, foram selecionados, no âmbito do Eixo Prevenção do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, 106 (cento e seis) municípios a serem contemplados com a doação de equipamentos necessários a assegurar uma estrutura mínima de funcionamento às defesas civis, como um veículo de tração 4 x 4, aparelhos de GPS e máquinas fotográficas digitais, entre outros equipamentos e materiais, que compõem um kit de fortalecimento de defesa civil. Em contrapartida, os municípios selecionados devem organizar sua defesa civil local. Ressalta-se que tais municípios foram selecionados a partir da identificação, pelo Governo Federal, de municípios críticos a desastres naturais. Entre esses, foram selecionados os municípios com população de até 80.000 mil habitantes e renda per capita menor que três salários mínimos.

Destaca-se que dos 106 (cento e seis) municípios selecionados, 91 atenderam aos requisitos e estão recebendo a doação do kit de fortalecimento da defesa civil. Os municípios estão sendo orientados quanto à forma de utilização dos materiais e equipamentos que compõem o kit de fortalecimento da defesa civil.

Adicionalmente, desenvolveu-se metodologia para estruturação dos órgãos municipais de proteção e defesa civil e o material didático está sendo atualizado de acordo com a legislação vigente. Além disso, os municípios estão sendo orientados sobre a estruturação dos órgãos municipais de proteção e defesa civil nas diversas capacitações realizadas.

Quantidade alcançada

91

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	5	05/09/2013
Região Nordeste	277	município	20	10/09/2013
Região Norte	81	município	6	10/09/2013
Região Sudeste	292	município	39	10/09/2013

Região Sul	142	município	21	10/09/2013
------------	-----	-----------	----	------------

• **Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Apoio a Desastres – GADE é formado atualmente por 130 especialistas em gestão de desastres. Os integrantes do GADE atuam como apoio operacional da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) podendo ser mobilizado a qualquer tempo conforme a necessidade. Ressaltamos que o GADE conta atualmente com representantes em todos os Estados. Este grupo participa de várias missões, dentre elas:

- Missões, em casos de desastres, em todo território nacional;
- Missões nos comitês de chuvas e estiagens;
- Oficinas e simulados;
- Grandes eventos (exemplo: Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude)

Pretende-se realizar curso de atualização para membros do GADE, com o intuito de apresentar as novas normativas relativas aos procedimentos e critérios para decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios e outros temas relevantes.

• **Implementação e estruturação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

Após levantamento de informações sobre como funcionam e quais as estruturas das representações regionais de outros Ministérios, foi constituído grupo de trabalho para tratar sobre o tema. Esse grupo de trabalho elaborou um parecer técnico que detalha como deverá ser realizada a implementação das representações. A estratégia adotada pelo Ministério da Integração Nacional foi implantar representações regionais que abarcam não somente a defesa civil mas também as outras áreas de competência do órgão.

• **Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

Análise Situacional da Meta

Para o período do PPA 2012-2015 e conforme previsão do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, pretende-se realizar a estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) com a disponibilização de estrutura física (disponível 24 horas por dia, sete dias por semana) – inclusive feriados. Almeja-se a criação de um ambiente com processamento de dados e carga balanceados, computadores e sistema de armazenamento de dados de alto-desempenho.

O projeto de reestruturação e modernização do CENAD está dividido em quatro fases. Sendo que a primeira, referente às mudanças estruturais do Centro, e a segunda, relacionada ao reforço do quadro de pessoal e preparações normativas para o Sistema de Gestão, estão concluídas. A terceira fase encontra-se em andamento e tem em vista a contratação do Sistema de Gestão de Riscos de Desastre, que atualmente está em fase de customização para auxiliar no monitoramento realizado pelos plantonistas do Centro. Ademais, nessa fase, serão contratadas a Solução Georreferenciada, mecanismo cujo processo licitatório foi iniciado e que integrará dados dos sistemas relacionados à Defesa Civil, permitindo a disseminação das informações com os agentes estaduais e municipais, para que informem os riscos ou os desastres de sua região de forma georreferenciada além de possibilitar a criação de seus planos de contingência. Serão contratados ainda: internet e telefonia satelitais, pacote de serviços de mensagens curtas e estações de rádio, incluindo a instalação de torres e antenas, para utilização em operações de resposta a desastres. Outros produtos dessa fase que estão em funcionamento são: as aquisições de solução armazenamento de servidores em lâmina (Blade) e de solução em videoconferência.

A quarta fase, a ser executada, inclui treinamento e capacitação dos agentes de Defesas Cíveis Estaduais e Municipais



na operação da Solução Georreferenciada, a realização de testes técnicos e operacionais e sua validação final.

- **Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil**

Análise Situacional da Meta

No período 2012/2013 o Brasil se fez representar em uma série de fóruns, espaços de discussão e de capacitação internacionais, bem como em projetos de cooperação internacional em matéria de prevenção, gestão e recuperação de desastres.

Dentre os espaços de diálogo destacam-se a VIII, IX e X sessões da Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária do MERCOSUL (REHU), presidida pela delegação brasileira, a Plataforma Regional das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres; e a VI Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária.

No que se refere à cooperação internacional, destacam-se contribuições brasileiras ao Escritório da Estratégia das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastre, à Agência Caribenha para Gestão de Desastres e Emergências, e à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para projetos ligados a prevenção, gestão e recuperação de desastres, principalmente em países da América Latina, Caribe e África.

Adicionalmente, vale destacar o projeto Escolas Vivas, realizado em países centro-americanos, que prevê a reconstrução segura de escolas vitimadas por desastres, o trabalho com as crianças e com os educadores, a partir de uma metodologia freiriana em torno do tema dos desastres.

No primeiro semestre de 2013, foi inaugurado, no Rio de Janeiro, Centro de Excelência para Redução do Risco de Desastres, em parceria com as Nações Unidas (Estratégia Internacional para Redução de Desastres - UNISDR). O Centro é um espaço de produção, promoção e circulação do conhecimento na temática de desastre entre países latino-americanos.

Ainda nesse ano, o Brasil participou da IV Plataforma Global para Redução do Risco de Desastres, na Suíça, com a maior delegação das Américas e uma das cinco maiores do mundo, composta por 53 representantes de diversos setores, entre eles Governos Federal, Estaduais e Municipais, Poder Legislativo, organizações da sociedade civil e membros da Academia.

Destaca-se também a cooperação firmada entre Brasil e Japão, por meio de sua agência de cooperação internacional, JICA, para Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais. Por meio do intercâmbio de experiências entre técnicos dos dois países, esse projeto busca fortalecer a capacidade de análise de risco, aperfeiçoar o planejamento, aprimorar o protocolo de aviso prévio e melhorar o Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. No âmbito do projeto, Nova Friburgo/RJ, Petrópolis/RJ e Blumenau/SC foram escolhidos como municípios piloto para que se tornem referência nas melhores práticas de gestão integral de riscos no Brasil, e os resultados obtidos poderão ser replicados em outros municípios brasileiros.

Como reconhecimento ao melhor projeto em Redução de Riscos de Desastres em 2013, a cidade mineira de Belo Horizonte recebeu das Nações Unidas o prêmio Sasakawa.

- **Realizar Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram contratados, ao todo, 14 consultores para conduzir as áreas de metodologia, de logística, de

comunicação social, de texto de referência e de mobilização. Eles foram contratados, na modalidade produto, por meio de projeto de cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado “Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil”.

O evento será realizado entre 4 e 7 de novembro de 2014 em Brasília, tendo as etapas preparatórias sido iniciadas em 6 de novembro de 2013.

Durante as reuniões da Comissão Organizadora foi aprovado o Regimento Interno da Conferência e definidos os detalhes para a realização das etapas e para a colaboração nos trabalhos de mobilização dos atores para realizar as conferências municipais, estaduais, livres e virtuais.

O prazo para as conferências municipais podem estender-se até 07 de maio de 2014, desde que em conformidade com o regimento interno da 2ª Conferência Nacional, enquanto as conferências estaduais podem ser realizadas entre 20 de março e 07 de junho de 2014.

Para a divulgação da Conferência, foram produzidos cartazes, banners, manuais de orientação para os participantes de todas as etapas e textos base para as discussões e criado o sítio da Conferência, hospedado no sítio do Ministério da Integração Nacional.

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade e a vulnerabilidade dos ambientes e os agentes deflagradores dos riscos naturais, o que, por sua vez, demanda uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos.

Os mapeamentos de suscetibilidade e de vulnerabilidade de risco - desenvolvidos pelo Serviço Geológico do Brasil, CPRM, e pelo CENAD, respectivamente, e integrantes de outros Objetivos deste Programa – são insumos da emissão de alertas com alto grau de confiabilidade. Assim, o presente Objetivo trata do monitoramento dos agentes deflagradores de desastres naturais e das atividades de integração, modelagem e análise de todos os dados necessários para identificação de riscos iminentes.

Desta forma, é importante o estabelecimento de uma ampla rede observacional e computacional, que possibilite atividades de pesquisa e monitoramento relacionadas à previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos.

Para o monitoramento dos agentes deflagradores, em particular os hidrometeorológicos, é necessária a ampliação, a captação, o processamento e a avaliação sistemática de uma série de variáveis indicativas da iminência de desastres naturais. Essas variáveis são obtidas por meio de radares meteorológicos; sensores remotos (satélites); estações meteorológicas e hidrológicas. Após a obtenção dos dados observacionais, faz-se necessário integrar todas as informações contando com uma infraestrutura computacional que possibilite analisar com eficiência e rapidez as inúmeras variáveis, analisá-las e produzir modelos de previsão, incluindo a sistematização e o processamento de imagens de alta resolução de aerolevantamentos geofísicos, modelos digitais de elevação e análises tridimensionais, imagens de



satélite de alta resolução e sensoriamento remoto (imagens de radares).

Além disso, o sistema em questão também deverá associar informações hidrometeorológicas a informações agronômicas, com vistas ao desenvolvimento de modelos de previsão de colapsos de safras de subsistência do semiárido brasileiro, que geram profundos impactos socioeconômicos.

Assim, para a consecução deste objetivo, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres, CEMADEN, criado pelo Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, tem procurado estruturar-se administrativa e organizacionalmente. Ainda em 2011, realizou processo seletivo simplificado para a contratação de 75 profissionais para atuarem junto à área técnica (geologia, hidrologia, meteorologia, desastres naturais e engenharia). A contratação destes servidores permitiu o início do monitoramento operacional contínuo das áreas de risco levantadas por CPRM e Agência Nacional de Águas (ANA), e permitiu iniciar os trabalhos de modelagem numérica dos elementos deflagradores de desastres naturais. O CEMADEN publicou no final de 2013 editais de concursos públicos para absorção de servidores efetivos para complementar seu quadro de pessoal. Os editais para provimento de cargos de nível superior das carreiras de Desenvolvimento Tecnológico (40 vagas), Pesquisa em Ciência e Tecnologia (15 vagas) e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (20 vagas), contemplam a realização das provas ainda no primeiro semestre de 2014.

Buscou-se também formalizar parcerias com as principais instituições fornecedoras de dados ambientais, tendo sido estabelecidos acordos de cooperação técnica com diversas instituições, tais como a ANA, Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), Instituto Tecnológico SIMEPAR, Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outras. A interação com o CENAD/MI, o centro responsável pela tomada de ações quando os alertas são emitidos, foi consolidado com a publicação do Protocolo de Ação entre o CENAD/MI e o CEMADEN/MCTI, por meio da Portaria MI/MCTI Nº314, de 17 de outubro de 2012, esta alterada pela Portaria nº 149, de 18 de dezembro de 2013. Ressalta-se ainda o estabelecimento do Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.

Com o intuito de estruturar a rede de observações de desastres naturais, meta prevista no Eixo Monitoramento e Alerta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, foram lançados editais de processos licitatórios para a aquisição e instalação de 1.100 pluviômetros semiautomáticos, 1.500 pluviômetros automáticos e 9 radares meteorológicos. Estes processos já foram finalizados, e os equipamentos adquiridos estão sendo instalados. Quanto ao monitoramento hidrológico, foi estabelecido um termo de cooperação com o CNPq para a encomenda de projeto de pesquisa que contempla a aquisição e a instalação de 115 estações hidrológicas em áreas sujeitas a enxurradas e inundações bruscas. Estas estações já foram adquiridas e estão em processo de instalação em sítios vistoriados pelas equipes do CEMADEN. Neste mesmo acordo, também foram adquiridos instrumentação para monitoramento geotécnico, o qual foi instalado em uma área piloto, selecionada no município de Campos do Jordão, SP. Além dos equipamentos mencionados, as licitações dos pluviômetros semiautomáticos e automáticos foram ampliadas em 25%; portanto, mais 275 e 375 equipamentos estão sendo respectivamente adquiridos, totalizando 1.375 pluviômetros semiautomáticos e 1.875 pluviômetros automáticos. Complementando a rede observacional, editais de licitações adicionais foram lançados para aquisição de mais 1.500 pluviômetros automáticos (totalizando 3.375 equipamentos), 186 plataformas de dados

hidrológicos, 100 estações agrometeorológicas e 550 plataformas para monitoramento de chuvas e umidade do solo, os quais foram concretizados em 2013.

Metas 2012-2015

• Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas

Análise Situacional da Meta

A modelagem hidrológica está sendo feita considerando bacias hidrográficas das regiões Sudeste e Nordeste, uma vez que na região Sudeste está concentrada a maior parte dos municípios monitorados pelo CEMADEN. Espera-se para o ano de 2014 a realização da modelagem hidrológica considerando outras bacias situadas nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste e a inclusão de outros municípios nas bacias já estudadas da região Sudeste.

Em termos de desenvolvimento de modelagem geodinâmica e hidrológica, estão sendo efetuadas calibrações dos modelos hidrológicos para as seguintes bacias: Rio Doce (ES e MG), Paraíba do Sul (SP, RJ e MG), São Mateus e Itapemirim (ES), Jequitinhonha e PCJ (Piracicaba-Capivari-Jundiaí), as quais, em breve, deverão estar operacionalmente integradas à Plataforma computacional denominada SALVAR, do CEMADEN. Estas informações serão usadas com modelos meteorológicos que estão sendo avaliados para previsão de tempo por conjunto. Foi realizada calibração de um modelo de escorregamentos sobre a região de Caraguatatuba (SP), o qual está sendo finalizado para se tornar operacional. A mesma metodologia será testada para a Região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Apesar de a modelagem de algumas Bacias previstas para 2013, como as Bacias do Rio Itajaí e bacias do litoral norte do Estado de São Paulo, não estarem completamente concluídas, houve superação da meta devido aos trabalhos desenvolvidos para bacias originalmente não previstas, mas que foram identificadas como prioritárias pela área operacional do CEMADEN.

Quantidade alcançada

114

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	município	0	31/12/2013
Região Nordeste	10	município	22	31/12/2013
Região Norte	4	município	0	31/12/2013
Região Sudeste	18	município	92	31/12/2013
Região Sul	14	município	0	31/12/2013

• Monitoramento e alerta para municípios com riscos de deslizamentos de massa

Análise Situacional da Meta

Atualmente o CEMADEN monitora 535 municípios, dos quais 415 têm riscos de movimentos de massa. Até o final de 2014 pretende-se monitorar os 821 municípios prioritários do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, os quais devem incluir ou não áreas de risco de deslizamento/movimentos de massa. Ressalta-se que trabalho adicional foi feito para agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma SALVAR do CEMADEN, pois alguns dos mapeamentos foram providos por outras fontes, que consideraram diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de escorregamentos. Portanto, vencida as dificuldades técnicas de consolidação dos dados de diferentes fontes e escalas, o trabalho de inserção dos mapeamentos tem sido realizado de forma rápida, uma vez que a maioria dos mapeamentos é feitos pela CPRM, seguindo um mesmo padrão. O mapeamento da CPRM contempla dados e informações de levantamentos e observações de campo; logo, são organizados na plataforma SALVAR e disponibilizados para a área operacional,



auxiliando os operadores do CEMADEN na emissão dos alertas.

O CEMADEN desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade dos alertas de risco para desastres naturais. Os critérios levam em conta basicamente a qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco, existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa, a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco e existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco e disponibilidade em tempo hábil de dados de feedback de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.

As informações das áreas de risco de movimento de massa estão integradas e são disponibilizados na plataforma computacional de monitoramento SALVAR. Esta plataforma conta com diversos dados e informações que auxiliam os operadores do CEMADEN na emissão dos alertas.

Quantidade alcançada

415

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	8	31/12/2013
Região Nordeste	277	município	149	31/12/2013
Região Norte	81	município	47	31/12/2013
Região Sudeste	292	município	120	31/12/2013
Região Sul	142	município	91	31/12/2013

• Monitoramento e alerta para municípios com riscos de inundações e enxurradas

Análise Situacional da Meta

Atualmente o CEMADEN monitora 535 municípios, sendo 425 com áreas de risco hidrológico. Da mesma forma que para as áreas de risco de movimentos de massa/deslizamentos, os critérios técnicos definidos possibilitam avaliar o grau de confiabilidade dos alertas de risco de inundações e enxurradas.

O aumento da cobertura por radares meteorológicos, o incremento da rede de pluviômetros automáticos e as novas estações hidrológicas a serem instaladas pelo CEMADEN ao longo de cursos d'água com áreas de risco, em conjunto com a continuidade dos trabalhos de mapeamento das áreas de risco de inundações e caracterização dos cenários de risco hidrológico, tendem a melhorar sobremaneira a qualidade e a confiabilidade dos alertas para os processos hidrológicos.

A qualidade e melhoria do grau de confiabilidade dos alertas de risco de desastres naturais é diretamente proporcional ao amadurecimento técnico dos analistas da sala de operação de monitoramento e alerta do Centro, bem como da melhoria da quantidade, qualidade, representatividade espacial e cobertura e periodicidade dos dados das redes observacionais.

Quantidade alcançada

425

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	9	31/12/2013
Região Nordeste	277	município	93	31/12/2013
Região Norte	81	município	55	31/12/2013
Região Sudeste	292	município	184	31/12/2013
Região Sul	142	município	84	31/12/2013

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Por meio do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, o Governo Federal apresenta como uma de suas ações de pronta resposta o Auxílio Emergencial Financeiro – AEF, destinado a socorrer e a assistir famílias atingidas por desastres com renda mensal média de até dois salários mínimos em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Dado o avanço da grave seca iniciada em 2012, o benefício foi mantido durante o ano de 2013 e estendido até abril de 2014. O AEF atende mensalmente a mais de um milhão de famílias vítimas da estiagem, principalmente no Nordeste brasileiro.

Destaca-se ainda o Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC, um meio de pagamento específico para ações de socorro, assistência às vítimas de desastres e restabelecimento de serviços essenciais, que proporciona mais agilidade, controle e transparência dos gastos da Administração Pública. A implantação do CPDC integra o Eixo Resposta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. A partir de 2012, o CPDC passou a ser forma exclusiva de execução dos recursos federais em ações de resposta a desastres e até o final de 2013 alcançou adesão de 1.906 municípios.

Significativos ganhos em agilidade e transparência na gestão de riscos de desastres também têm sido obtidos a partir da informatização do processo de reconhecimento federal, por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID -, cujo uso é obrigatório desde o início de 2013.

Outro ponto de destaque são os centros de distribuição criados com o intuito de atender a vítimas atingidas por desastre. Os centros armazenarão kits de limpeza, higiene pessoal, alimentos, garrafas de água mineral e kits dormitório, que podem atender até cinco pessoas de uma mesma família.

Do ponto de vista normativo, houve avanços. A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, considerada o novo marco da defesa civil, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nº 6.766, de 19 de dezembro 1991, e nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

Em julho de 2012, publicou-se a Portaria Interministerial nº1/MI/MD, que dispõe sobre a Operação Carro-Pipa, destinada ao atendimento de populações atingidas por estiagem e seca na região do semiárido brasileiro. Tal ação caracteriza-se pela mútua cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa para a realização de



ações complementares de apoio às atividades de distribuição de água potável.

Merece destaque ainda a publicação da Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos.

Recobra-se que, ao final de 2013, a publicação da Medida Provisória nº 631/2013 facilitou a transferência de recursos destinados à prevenção, resposta e recuperação das áreas atingidas por desastres. Para essas finalidades, a normativa inovou em possibilitar a realização das transferências em regime fundo a fundo, além de permitir o uso do Regime Diferenciado de Contratações públicas nas licitações das obras.

Os manuais e instruções normativas contribuíram para a padronização dos procedimentos, a Lei nº 12.608/12 e a MP nº 631/2013 garantiram inovações necessárias e fundamentaram conceitos utilizados nas ações de pronta resposta e reconstrução. Assim, tem-se alcançado mais organização na administração das atividades de restabelecimento da ordem pública e da segurança da população em situações de desastre.

Metas 2012-2015

• Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres

Análise Situacional da Meta

Para cumprir a meta estabelecida, são transferidos recursos aos entes afetados por desastres. Para isso, os entes devem cumprir alguns requisitos, conforme disciplina a Lei nº 12.340/2010, tais como: decretar situação de emergência e ter a situação reconhecida pelo Governo Federal.

Nessas condições, a transferência de recursos é obrigatória, apesar de estar sujeita à disponibilidade orçamentária, e dispensa a aprovação prévia de projetos de engenharia e de plano de trabalho. Todavia, tais avaliações são realizadas a posteriori, estando o ente beneficiário sujeito à devolução dos recursos (com possível instauração de tomada de contas especial) caso não demonstre sua boa e regular aplicação quando da avaliação do plano de trabalho, dos projetos, dos orçamentos e da aferição da execução física das ações custeadas com os recursos federais. Busca-se orientar previamente os entes federados, aprimorando as ações de controle e acompanhamento da execução do objeto tendo em vista mitigar eventuais problemas e solucioná-los tempestivamente.

A disponibilização do Cartão de Pagamentos da Defesa Civil, cujo desempenho é melhor detalhado em meta específica a seguir, tem agilizado as transferências de recursos que beneficiam às populações vitimadas e aumentam a transparência de sua aplicação.

Ademais, buscam-se articulações com outros órgãos finalísticos federais. Como exemplo, tem-se a Portaria Interministerial que rege a parceria do Ministério da Integração Nacional com o Ministério das Cidades para reconstruir residências destruídas por desastres.

Como marco relevante em relação a esta meta, cita-se a publicação da Medida Provisória nº 631/2013. Para as ações de prevenção, resposta e recuperação, a normativa inovou em possibilitar a realização das transferências de recursos em regime fundo a fundo, além de permitir o uso do Regime Diferenciado de Contratações públicas nas licitações das obras e serviços.

Para 2014, prevê-se a realização do curso “Recursos Federais de Defesa Civil”, como ação concreta de esforço na

capacitação dos entes federados.

• **Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios**

Análise Situacional da Meta

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil, CPDC, é um meio de pagamento específico para ações de resposta, que compreendem socorro, assistência às vítimas de desastres e restabelecimento de serviços essenciais (definidas no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010). Foi instituído em 2011 e a partir de 2012 tornou-se forma exclusiva de execução de recursos federais repassados para ações de resposta. O CPDC tem proporcionado mais agilidade, controle e transparência dos gastos da Administração Pública.

A meta até 2015 é alcançar a adesão ao CPDC de 2.856 municípios. Segundo dados de dezembro de 2013, encaminhados ao Ministério da Integração Nacional pelo Banco do Brasil (BB), 1.906 municípios e 21 estados já aderiram, sendo 826 de forma direta, por iniciativa do município, e 1.080 de forma indireta pelo Ministério da Integração Nacional. O CPDC garante agilidade na liberação do recurso, possibilitando a abertura da conta previamente à ocorrência dos desastres. A transparência se dá por meio da publicação dos gastos no Portal da Transparência, o que assegura o controle social necessário para a boa execução dos recursos públicos.

Entre 2011 e 2013, o valor total de recursos repassados para execução de ações de resposta alcançou o montante de R\$ 630.554.747,31 repassados diretamente para 19 estados e 128 municípios.

Não há limite para a abertura de contas, mas após o recebimento de recursos essa conta será específica para o evento relacionado, sendo necessária a abertura de uma nova conta para outro desastre. Segundo informação do BB, prestada em dezembro de 2013, 2.381 contas foram abertas.

Quantidade alcançada

1.906

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	161	município	40	31/12/2013
Região Nordeste	1.202	município	1.012	31/12/2013
Região Norte	104	município	104	31/12/2013
Região Sudeste	528	município	476	31/12/2013
Região Sul	861	município	274	31/12/2013

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O presente objetivo, incorporado ao Eixo Mapeamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, abrange o projeto de Mapeamento de Riscos de Inundação e Deslizamento e Plano de Intervenções, que prevê a contratação do mapeamento em 821 municípios prioritários e está dividido em 5 fases, a saber: fase 1 – 68 municípios; fase 2 – 137 municípios; fase 3 – 63 municípios; fase 4 – 230 municípios; fase 5 – 323 municípios.



Em 2013, foram executadas, parcialmente, as fases 1, 2 e 3 do projeto. Até o momento, foram entregues os produtos contratados em 31 municípios e o investimento no mapeamento dos municípios da fase 1 é de R\$ 8.104.565,68. A contratação desses mapeamentos complementa o esforço empreendido pelo Ministério de Minas e Energia de mapear setores de alto e muito alto risco a inundações, enxurradas e deslizamentos, o que denota o processo de integração desta política pública em diferentes órgãos federais. As setorizações de risco a inundações e a deslizamentos são usadas como insumo neste trabalho de mapear os riscos e os planos de intervenções.

Metas 2012-2015

• Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios

Análise Situacional da Meta

Para o período do PPA 2012-2015, pretende-se realizar o mapeamento de áreas de risco em 821 municípios. Em 2012, foi realizada a 1ª etapa dos processos licitatórios para contratação de empresas para mapear 68 municípios. Em 2013, ocorreu a 2ª etapa de licitações para mapear 137 municípios. Encontra-se, em processo de licitação, a contratação de mapeamento para mais 63 municípios em 2013. Até dezembro de 2013, foram mapeados 31 municípios em situação crítica a desastres naturais. Para 2014, espera-se licitar e contratar o mapeamento para os 553 municípios restantes.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

20/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	0	20/12/2013
Região Nordeste	277	município	16	20/12/2013
Região Norte	81	município	0	20/12/2013
Região Sudeste	292	município	4	20/12/2013
Região Sul	142	município	11	20/12/2013

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos vem sendo alcançado com sucesso por meio de duas frentes: mapeamento de setores de alto e muito alto risco e mapeamento de suscetibilidade em municípios críticos a esses desastres. Ambas incorporadas ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, no Eixo Mapeamento.

Os mapeamentos de setorização de risco já atingiram 67% da meta prevista de 821 municípios. Os mapas foram apresentados e disponibilizados a representantes das prefeituras e defesas civis locais, sendo também compartilhados com órgãos do governo federal envolvidos no monitoramento e alerta de desastres naturais.

Já os mapeamentos de suscetibilidade, destinados à orientação da ocupação do solo, alcançaram 32% da meta prevista de 286 municípios.

Metas 2012-2015

• Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2013, foram realizados mapeamentos de setorização de alto e muito alto risco a inundações, enxurradas e deslizamentos em 550 municípios, equivalente a 67% da meta prevista de 821 municípios. Na Região Centro-Oeste, o trabalho já está concluído e nas Regiões Sul e Norte, ultrapassou os 80%. A região com menor percentual de execução é a Sudeste, mas ainda assim supera a marca dos 50%.

Os mapas foram apresentados e disponibilizados a representantes das prefeituras e defesa civis locais, sendo também compartilhados com órgãos do governo federal envolvidos no monitoramento e alerta de desastres naturais, como o CEMADEN e o CENAD, além do Ministério das Cidades, atuante no apoio ao planejamento urbano municipal.

Quantidade alcançada

550

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	29	31/12/2013
Região Nordeste	277	município	187	31/12/2013
Região Norte	81	município	65	31/12/2013
Região Sudeste	292	município	150	31/12/2013
Região Sul	142	município	119	31/12/2013

• Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos.

Análise Situacional da Meta

No biênio 2012-2013, foram realizados mapeamentos de suscetibilidade a inundações, enxurradas e deslizamentos em 92 municípios, equivalente a 32% da meta prevista de 286 municípios. Na Região Sul, o percentual de execução já ultrapassou os 50% e na Região Sudeste atingiu 40%. Na Região Nordeste, o trabalho está sendo iniciado e nas Regiões Centro-Oeste e Norte será iniciado ao longo de 2014.

Quantidade alcançada

92

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7	município	0	31/12/2013
Região Nordeste	47	município	2	31/12/2013
Região Norte	29	município	0	31/12/2013
Região Sudeste	144	município	58	31/12/2013
Região Sul	59	município	32	31/12/2013

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento geológico do território nacional amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.505.000	31/12/2013	2.794.728
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:100.000	km²	31/12/2010	1.422.000	31/12/2013	1.660.321
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.236.800	31/12/2013	2.246.700
Empregos diretos na Mineração	quantidade	31/12/2010	182.000	31/12/2012	226.000
Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral	quantidade	31/12/2010	872.000	31/12/2012	922.000
Exportações da Mineração	US\$ bilhão	31/12/2010	31,6	25/03/2014	35,9
Exportações da Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	50,8	25/03/2014	56,9
Importação de Fertilizantes (variação)	%	31/12/2010	26,6	31/12/2013	3,56
PIB da Mineração - Inclui pelotização	US\$ bilhão	31/12/2010	17,8	31/12/2012	17,52
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia)	US\$ bilhão	31/12/2010	45,7	31/12/2012	51,5
PIB da Transformação de Não-Metálicos	US\$ bilhão	31/12/2010	16,3	31/12/2012	19
PIB M&TM	US\$ bilhão	31/12/2010	79,8	31/12/2012	88
Produção de insumos da construção civil (1992=100%)	%	31/12/2009	135,12	10/04/2014	162,46
Saldo Comercial da Mineração	US\$ bilhão	31/12/2010	23,9	25/03/2014	27,5
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	26	25/03/2014	27,4
Valor da Produção Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	39	25/03/2014	39,4

Observações:

Empregos diretos na Mineração - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014). Valor referente ao ano de 2013 não disponível até 10/04/2014

Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014). Valor referente ao ano de 2013 não disponível até 10/04/2014

Exportações da Mineração - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014)

Exportações da Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014) (Valor preliminar)

PIB da Mineração - Inclui pelotização - Valor referente ao ano de 2013 não disponível até 10/04/2014

PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia) - Valor referente ao ano de 2013 não disponível até 10/04/2014

PIB da Transformação de Não-Metálicos - Valor referente ao ano de 2013 não disponível até 10/04/2014

PIB M&TM - Valor referente ao ano de 2013 não disponível até 10/04/2014

Saldo Comercial da Mineração - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014)

Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014)

Valor da Produção Mineral - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014) (Valor preliminar)

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla iniciativas destinadas a produzir o conhecimento do território, a subsidiar políticas de aproveitamento sustentável de médio e longo prazo, a ampliar e diversificar a produção mineral brasileira e a fornecer insumos para o ordenamento da atividade minerária no território.

No que toca aos levantamentos geológicos - prioridade de governo expressa na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no período 2012-2013 foram cobertos 426.865 km² do território brasileiro, sendo: 182.684 km² na escala 1:100.000; 239.591 km² na escala 1:250.000; e 4.590 km² na escala 1:50.000.

Em relação à avaliação de recursos minerais, no período 2012-2013 foram cobertos 232.372 km² com levantamentos de recursos minerais (93% da meta 2012-2015), envolvendo trabalhos de metalogenia das províncias minerais, definição de fontes e características tecnológicas de materiais para construção civil e definição de áreas com potencial para produção de minerais estratégicos (fosfato, terras raras e lítio), visando atrair investimentos privados para a pesquisa mineral e estimular a descoberta de novas jazidas minerais.

Houve avanço também nos levantamentos geológicos marinhos, destinados ao reconhecimento geológico e avaliação do potencial mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e das áreas oceânicas adjacentes (incluindo-se águas internacionais), por meio de levantamentos geológico-geofísicos e do detalhamento de sítios de interesse geoeconômico. Para a plataforma rasa, encontra-se em fase final o processo licitatório para a realização de levantamento a laser em novas áreas, bem como estão sendo tratados dados já existentes e está sendo organizado o acervo de amostras.

Quanto à plataforma continental, prosseguem: o Levantamento do Projeto Pro-Cordilheira (pesquisa na cordilheira Meso-Atlântica, em águas internacionais), com a avaliação dos dados geofísicos (magnetometria, gravimetria e batimetria multifeixe); a realização de duas comissões de planejamento da pesquisa na cordilheira Meso-Atlântica em longo prazo, no período de 5, 10 e 15 anos; o Projeto Sistema de informações Geocientíficas (SIG) do Atlântico Sul e Equatorial e de áreas da Plataforma Continental (a exemplo de Jequitinhonha, Cadeia Norte Brasileira e Cadeia Vitória-Trindade); e o Projeto Elevação do Rio Grande que permitirá a finalização da proposta brasileira de requisição de direitos de pesquisa e exploração mineral junto à Autoridade Internacional dos Fundos do Mar (Isba).

No tocante aos levantamentos aerogeofísicos, no período 2012-2013 foram executados trabalhos cobrindo uma área de 381.799 km².

Os levantamentos geoquímicos, com o propósito de ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos e águas de drenagem e de abastecimento público, alcançaram no período 2012-2013 uma cobertura de 570.632 km².

Ainda, foram elaborados 10 mapas de geodiversidade, no período de 2012 a 2013, com o propósito de modelar as aptidões e fragilidades do território, tomando por base informações do meio físico para subsidiar o planejamento, o ordenamento e a gestão territorial, dos quais 6 foram executados em 2013. Destacam-se também, as implantações do Centro de Informações Geocientíficas (CIG), da Rede de Litotecas (armazenamento dos acervos de materiais geológicos coletados) e a Modernização da Rede de Laboratórios avançaram em direção ao cumprimento das metas estabelecidas,



contribuindo para a reestruturação da informação geocientífica e da infraestrutura associada para o desenvolvimento do setor mineral.

Metas 2012-2015

• Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS

Análise Situacional da Meta

Esta meta pretende coletar, analisar, armazenar e difundir dados de poços profundos, através do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS, um instrumento de apoio à decisão, dando suporte aos pesquisadores, planejadores e gestores no desenvolvimento da pesquisa geocientífica e na aplicação das políticas públicas relacionadas com a gestão e o aproveitamento racional dos recursos hídricos subterrâneos.

No período 2012-2013 foram cadastrados 25.831 novos poços no SIAGAS, que conta agora com 237.852 registros de poços, dos quais 11.513 em 2013, e 14.318 em 2012.

A formalização de Acordos de Cooperação Técnica com os órgãos gestores de recursos hídricos e o estabelecimento de programa de transferência automática de dados destes órgãos para o Serviço Geológico do Brasil – CPRM agilizarão o processo de cadastramento de novos poços no SIAGAS.

Quantidade alcançada

25.831

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12.000	unidade	1.056	31/12/2013
Região Nordeste	40.000	unidade	12.756	31/12/2013
Região Norte	15.000	unidade	4.153	31/12/2013
Região Sudeste	25.000	unidade	5.751	31/12/2013
Região Sul	20.000	unidade	2.115	31/12/2013

• Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraiis - LAMIN

Análise Situacional da Meta

Dos sete laboratórios analíticos previstos para serem implantados no PPA 2012-2015 – três unidades na região Sudeste e uma unidade em cada uma das demais regiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul), no período de 2012-2013 –, foram implantados e equipados quatro, sendo três na região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) e um na região Norte (Manaus).

A implantação de dois outros laboratórios está em andamento: em Caeté (MG) e Araraquara (SP). O Laboratório de Caeté, projetado para ser um Centro de Referência para Análises de Materiais Geológicos e dar suporte às ações da CPRM no âmbito do Novo Marco Regulatório da Mineração, está com percentual de execução de 50% nas obras civis; o laboratório de Araraquara está em fase de elaboração do projeto básico.

No período 2012-2013 também foi realizada a adequação de 12 laboratórios de apoio na preparação de amostras e estudos iniciais (fase anterior pela qual passam as amostras geológicas antes de serem encaminhadas aos laboratórios analíticos), sendo três na Região Norte, quatro na Região Nordeste, um na Região Centro Oeste, um na Região Sul e três na Região Sudeste.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2013
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2013
Região Norte	1	unidade	1	31/12/2013
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2013

- **Concluir a implantação da Rede de Litotecas**

Análise Situacional da Meta

A implantação da Rede de Litotecas consiste na implementação de estruturas físicas para a preservação de todo o acervo litológico coletado pelo Serviço Geológico do Brasil em várias atividades, ao longo de 45 anos e o que virá a ser coletado no futuro, acondicionado em caixas, frascos e prateleiras padronizadas, catalogado e armazenado em um banco de dados, de fácil acesso a usuários internos e externos, ou seja, a toda a comunidade geocientífica do país, subsidiando o planejamento de novos projetos de mapeamento geológico, o fomento à pesquisa mineral e o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Litotecas são verdadeiros Centros de Pesquisa: correspondem a uma Biblioteca de rochas e outros materiais geológicos. Após a catalogação e organização, estes dados serão incluídos no Banco de Dados Geobank e poderão ser acessados por empresas, pesquisadores, órgãos públicos, de qualquer parte do mundo, via Web.

As Litotecas também dispõem de sala de estudo e pesquisa para os usuários, da mesma forma que uma biblioteca. Com estas Litotecas em operação, a economia advinda de se evitar o retrabalho (nos locais onde estes materiais foram amostrados, não haverá necessidade de retorno ao campo para nova coleta), será significativa, além da preservação do acervo.

As Litotecas previstas são: 1) Porto Velho; 2) Manaus; 3) Belém; 4) Teresina; 5) Mossoró; 6) Feira de Santana; 7) Goiânia; 8) Caeté; 9) Araraquara; 10) Caçapava do Sul.

Foram concluídas as obras da primeira fase das Litotecas Regionais de Porto Velho, Manaus e Belém (na Região Norte), de Goiânia (na Região Centro-Oeste) e de Araraquara e Caeté (na Região Sudeste). Estão em fase final de conclusão as obras em Mossoró e Teresina (na Região Nordeste). No final de 2013 foi licitada e já empenhado 43% das obras em Feira de Santana (BA) e licitada e empenhado 90% da segunda fase em Caeté (MG).

Paralelamente às obras, estão sendo catalogadas amostras de material geológico (testemunhos de sondagens, amostras de rochas e alíquotas geoquímicas) e formado um banco de dados.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2013
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2013
Região Sudeste	2	unidade	2	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2013



• **Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG**

Análise Situacional da Meta

A Rede do Centro de Informações Geocientíficas é constituída de:

- a) Serviços – aplicativos para armazenamento, gestão, controle e disponibilização de dados geocientíficos, como GIS, Sistema de Gestão de Projeto etc.;
- b) Servidores – equipamentos que armazenam diversos aplicativos específicos, softwares de Banco de Dados, Firewall etc.; e
- c) Rede e ativos da Rede - fibras óticas, cabeamentos, switches, roteadores, links de internet etc.

Desta forma, como numa pirâmide, cada camada acima necessita obrigatoriamente da de baixo. Cada tipo de equipamento, em cada nível desta pirâmide pode requisitar serviços especializados característicos dos mesmos e/ou ser suprido pelo corpo técnico da empresa.

A rede foi implantada para as unidades da CPRM: Sede (DF), Escritório do Rio de Janeiro, Superintendências Regionais (Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e Residências (Porto Velho, Teresina, Fortaleza).

Em 2013 foi assinado contrato com a Embratel aumentando a velocidades dos links existentes nas Superintendências Regionais, ampliando-se esta rede de conectividade para os Núcleos Institucionais de Natal, Curitiba, Criciúma e Roraima, para o Centro Integrado de Estudos Multidisciplinares de Apiaí (CIEM Apiaí) e para o Escritório de Aracaju.

Para atender a esta implantação foram efetuados novos investimentos em equipamentos e softwares de infraestrutura como ativos de rede, servidores, bem como ampliado a quantidade e a qualidade os serviços disponibilizados, como autenticação segura para utilização de aplicativos e banco de dados pelo corpo técnico da CPRM.

Essa nova infraestrutura mais robusta irá possibilitar interconectividade em ambiente seguro, melhorias na comunicação entre os técnicos, maior rapidez na execução dos trabalhos institucionais, além de proporcionar um avanço na integração dos locais onde a CPRM está presente.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	2	31/12/2013
Região Nordeste	4	unidade	4	31/12/2013
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2013
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2013

• **Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta refere-se à elaboração de mapas da geodiversidade nos Estados, nos distritos mineiros, no entorno de grandes obras do PAC, nas áreas de recarga dos principais aquíferos, em áreas de fronteira e em áreas da plataforma continental brasileira.

Em relação à Meta PPA 2012-2015, de elaborar 21 mapas de geodiversidade, foram concluídos 4 mapas em 2012

(Estados de Alagoas, Acre, Maranhão e Goiás) e 6 mapas em 2013 (Estado do Amapá, Estado da Paraíba, Área de Afloramento do Aquífero Guarani, Alto Vale do Ribeira, Área de Fronteira Brasil-Suriname, Cadeia Submarina Vitória-Trindade).

Outros 4 mapas encontram-se em andamento: os dos Estados de Tocantins, Paraná e Rio de Janeiro e o da fronteira Brasil-Guiana.

Quanto aos 7 mapas restantes, a serem concluídos em 2014 e 2015, serão selecionados dentre os seguintes:

- Distritos mineiros: Quadrilátero Ferrífero - MG, Carajás - PA;
- Obras do PAC: Ferrovias Norte-Sul, Leste-Oeste e Transnordestina, Rodovias BR-163 e BR-319 e Porto Sul (BA);
- Áreas de recarga dos principais aquíferos: Guarani, Urucuaia, Parnaíba e Alter do Chão.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	5	unidade	2	31/12/2013
Região Norte	5	unidade	3	31/12/2013
Região Sudeste	5	unidade	3	31/12/2013
Região Sul	2	unidade	1	31/12/2013

- Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram publicadas duas edições do Sumário Mineral Brasileiro e duas edições do Informe Mineral Brasileiro, referentes ao 2º semestre de 2011 e ao 1º semestre de 2012; e o Anuário Metalúrgico Brasileiro 2012.

Em 2013 foram publicadas duas edições do Informe Mineral, referentes ao 2º semestre de 2012 e ao 1º semestre de 2013; o Sumário Mineral 2013; os “Estudos da Economia Mineral do Estado do Pará”; o “Estudo da Economia do Estado do Goiás e do Distrito Federal”; e o Anuário Metalúrgico 2013.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	21	unidade	11	31/12/2013

- Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros

Análise Situacional da Meta

A rede de monitoramento deverá ampliar o conhecimento hidrogeológico dos principais aquíferos do país e fornecer subsídios para a gestão integrada das águas. O monitoramento tem papel fundamental para o conhecimento amplo a respeito dos aquíferos e seu comportamento e capacidade de sustentação frente aos múltiplos usos, constituindo-se em uma demanda de caráter nacional e regional previsto em vários instrumentos legais.

De forma mais específica, os principais benefícios decorrentes da implantação de uma rede de monitoramento de água



subterrânea em âmbito nacional são: a avaliação confiável da condição quantitativa dos corpos de água subterrânea; a estimativa das direções e taxas de fluxo da água subterrânea; e a identificação de tendências de longo termo, nos aspectos quali-quantitativos, como resultado de mudanças nas condições naturais ou derivadas de atividades antropogênicas.

Em 2013 foram incluídos 57 poços na Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS, totalizando-se 308 no período 2012-2013.

Como ponto positivo destaca-se o reconhecimento externo da importância da rede RIMAS no contexto da ampliação do conhecimento hidrogeológico e como instrumento de apoio à gestão dos recursos hídricos.

Para agilizar o processo de inclusão de novos poços na Rede de Monitoramento as providências tomadas foram a formalização de Acordos de Cooperação Técnica com os órgãos gestores de recursos hídricos e o estabelecimento de programa de transferência automática de dados destes órgãos para a CPRM.

Quantidade alcançada

308

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	150	unidade	17	31/12/2013
Região Nordeste	390	unidade	104	31/12/2013
Região Norte	200	unidade	63	31/12/2013
Região Sudeste	160	unidade	90	31/12/2013
Região Sul	100	unidade	34	31/12/2013

• Implantar a Rede de Sismologia

Análise Situacional da Meta

O escopo da Rede de Sismologia está em reavaliação na CPRM, em virtude da existência de um projeto de observação sismológica semelhante, desenvolvido pela Petrobras, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o Observatório Nacional (ON), com o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) e com a Universidade de Brasília (UnB).

• Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas

Análise Situacional da Meta

A implantação e operação de redes de monitoramento em bacias experimentais e representativas e escolas contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o comportamento dos processos geocientíficos, para o aprimoramento de instrumentos tecnológicos de coleta, análise e interpretação de dados e para o fomento da qualificação de técnicos e pesquisadores.

No período 2012-2013 foram operadas quatro bacias com atividades voltadas para o monitoramento hidrológico, formação de base de dados hidrológicos, produção científica e capacitação de pessoal técnico, sendo uma experimental e representativa na região serrana do Rio de Janeiro, duas bacias representativas no cerrado mineiro (Ribeirão Teixeira e Juatuba) e uma bacia escola na Bahia (Bacia do Catu).

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2013
Região Nordeste	2	unidade	1	31/12/2013
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2013

• **Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos**

Análise Situacional da Meta

Os estudos e mapeamentos hidrogeológicos ampliam o conhecimento hidrogeológico dos principais aquíferos brasileiros e identificam as potencialidades e vulnerabilidades dos mananciais subterrâneos, orientando ações estratégicas no campo da geociência para o adequado aproveitamento deste recurso.

No período 2012-2013 foram concluídos 20 estudos/mapas hidrogeológicos, correspondendo a 74% da meta definida para todo o período 2012-2015, dos quais os mapas hidrogeológicos de Manaus e da Bacia do Rio Prata, em 2013.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	10	unidade	7	31/12/2013
Região Norte	5	unidade	5	31/12/2013
Região Sudeste	5	unidade	4	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	3	31/12/2013

• **Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emergsas**

Análise Situacional da Meta

Os levantamentos aerogeofísicos de alta resolução (magnetometria e gamaespectrometria) são uma poderosa ferramenta para o conhecimento geológico regional e sistemático de grandes áreas situadas em terrenos do embasamento cristalino e em bacias sedimentares, constituindo-se na opção mais econômica para avaliar a potencialidade mineral de uma região.

No período 2012-2013 foram cobertos 381.799 km² com levantamentos aerogeofísicos de magnetometria e gamaespectrometria e levantamentos aerogravimétricos. Em 2013 a cobertura foi de 321.644 km², desenvolvendo-se os seguintes projetos: no Centro-Oeste (Serra dos Caiabis, 36.853 km²; Norte do Mato Grosso, 34.518 km²; Rio Juruena, 29.606,08 km²; Serra dos Apiácas, 25.378 km²; Japuíra, 25.330 km²); no Norte (Aerogravimetria Carajás, 141.078 km²; Catrimani-Araça, 6.805 km²); e no Sudeste (São José dos Campos-Resende, 22.076 km²).

Quantidade alcançada

381.799

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	233.000	km ²	201.643	31/12/2013
Região Nordeste	147.000	km ²	0	31/12/2013
Região Norte	506.000	km ²	158.080	31/12/2013



Região Sudeste	98.000	km ²	22.076	31/12/2013
Região Sul	78.000	km ²	0	31/12/2013

• **Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade**

Análise Situacional da Meta

Os resultados alcançados de mapear o conteúdo químico do substrato rochoso em mais de 30% do território nacional promovem a gestão e a difusão do conhecimento geológico através das informações geoquímicas, com a detecção de alvos para a descoberta de novos depósitos minerais, delimitando regiões com conteúdo nos solos de macro (Ca, Cl, P, K, Na, S) e micronutrientes (Mg, Si, Fe, F, Zn, Cu, Mn, I, Se, Ni, Mo, V, Cr, Co) necessários ao desenvolvimento da agricultura e a saúde humana, animal e ambiental. Também detectam elementos nocivos à saúde como o Pb, As, Hg, Cd, Ba, Al, Sr e U.

No período 2012-2013 foram amostradas águas de abastecimento e de drenagem, solos e sedimentos de corrente numa área de 570.632 km², sendo 451.317 km² em 2012 e 119315 km² em 2013.

Quantidade alcançada

570.632

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	680.000	km ²	73.000	31/12/2013
Região Nordeste	630.000	km ²	123.481	31/12/2013
Região Norte	1.430.000	km ²	155.600	31/12/2013
Região Sudeste	690.000	km ²	218.551	31/12/2013
Região Sul	379.000	km ²	0	31/12/2013

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000**

Análise Situacional da Meta

No período 2012-2013 foram cobertos 182.684 km² com levantamentos geológicos na escala 1:100.000, dos quais 135.000 km² em 2013

Quantidade alcançada

182.684

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	120.000	km ²	29.710	31/12/2013
Região Nordeste	180.000	km ²	81.756	31/12/2013
Região Norte	90.000	km ²	12.000	31/12/2013
Região Sudeste	114.000	km ²	39.048	31/12/2013
Região Sul	90.000	km ²	20.170	31/12/2013

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000**

Análise Situacional da Meta

No período 2012-2013 foram cobertos 239.591 km² com levantamentos geológicos na escala 1:250.000, representando 63% da meta 2012-2015. Em 2013 foram 162.000 km², cobertos com 9 folhas de 18.000 km² cada, exclusivamente na região Norte, onde esta escala de levantamento é mais aplicada.

Quantidade alcançada

239.591

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	108.000	km ²	10.591	31/12/2013
Região Norte	270.000	km ²	229.000	31/12/2013

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000**

Análise Situacional da Meta

No período 2012-2013 foram cobertos 4.590 km² com levantamentos geológicos na escala 1:50.000, dos quais 1.500 km² foram executados em 2013, com 2 folhas de 750 km² cada (uma na região Sudeste e uma na região Sul).

Quantidade alcançada

4.590

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	km ²	0	31/12/2013
Região Nordeste	15.000	km ²	0	31/12/2013
Região Sudeste	12.750	km ²	2.340	31/12/2013
Região Sul	12.750	km ²	2.250	31/12/2013

OBJETIVO: 0035 - Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Após a construção do aplicativo Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) pelo Ministério de Minas e Energia (MME), constituiu-se um banco de dados que tem sido alimentado com importantes informações de natureza geológica, mineral, geofísica, socioeconômica, ambiental, tecnológica, institucional, de infraestrutura, de restrição à mineração, dentre outras, imprescindíveis à concepção do Zoneamento Mineral Brasileiro, e que possibilitam o planejamento do território de uma forma integrada.

O OTGM, assim como o trabalho de Áreas de Relevante Interesse Mineral, é mais amplo que o zoneamento mineral, já que abrange a questão da mineração no contexto da gestão territorial. Os principais módulos contidos no OTGM são:

- Áreas Prioritárias para Levantamento Geológico;
- Disponibilidade Mineral para Ordenamento Territorial;
- Diagnóstico dos Distritos Mineiros frente às Intervenções no Meio Ambiente;
- Ameaças e Oportunidades aos Empreendimentos Mineiros de Médio e Grande Porte; e
- Avaliação de Áreas com Conflitos Associados à Mineração de Pequeno Porte.

Constantemente atualizada (novas Unidades de Conservação – UCs e áreas indígenas têm sido criadas, minas e potenciais minerais descobertos), esta ferramenta está sendo utilizada nas discussões e diretrizes visando o ordenamento territorial, facilitando a integração da atividade minerária com outras atividades importantes como preservação e conservação ambiental (criação de UCs), instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura (usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias), definição de regiões alvo de reformas agrárias, obras civis e política



habitacional (Ex.: Minha Casa Minha Vida).

Metas 2012-2015

• Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs**Análise Situacional da Meta**

Vários projetos estão sendo executados, iniciados no período 2012-2013, visando à definição de ARIMs:

Com conclusão prevista para dezembro de 2014:

- (a) área em Roraima (Repartimento) – projetos Diamante, Terras Raras e Fosfato;
- (b) áreas no Amazonas (Juma) - projetos Fosfato, Diamante e Terras Raras, além de Metalogenia do Ouro;
- (c) áreas no Pará (Carajás, Gurupi e Serra do Inajá) – projetos Metalogenia das Províncias, Diamante Brasil e Fosfato;
- (d) áreas de Goiás, Mato Grosso e Tocantins – projetos Diamante, Terras Raras e Metalogenia das Províncias;
- (e) Metalogenia das Províncias Seridó Oeste, Fosfato Bacia Potiguar e Bacia PE/PB.

Com conclusão prevista para dezembro de 2015:

- (f) Metalogenia das Províncias Seridó Leste, Granjeiro e Fosfato no Maciço Troia, no Ceará Central.

Com conclusão prevista para dezembro de 2016:

- (g) Metalogenia das Províncias Salgueiro Cachoeirinha.

Outros estudos também se estendem a nove estados (SP, MS, PR, SC, RS, MG, BA, ES e RJ), com produtos previstos para dezembro/2014 e dezembro/2015.

• Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil**Análise Situacional da Meta**

Em 2012-2013, foram realizadas a coleta, a inserção e a validação de informações do banco de dados Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM). A validação da ferramenta foi feita em situações reais como criação de UCs, instalação de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias associadas ao PAC, que afetam, interferem ou cruzam regiões com atividades minerárias.

Para consolidar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, dentro da programação realizada anteriormente fez-se a consolidação da metodologia e dos zoneamentos minerários já realizados por outras instituições (Ex.: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, em São Paulo) e a identificação das regiões de interesse para o zoneamento piloto. Mecanismos de gestão associados específicos estão sendo discutidos com a CPRM, que desenvolve o projeto de províncias metalogenéticas do Brasil e, superadas estas discussões, será realizado o Zoneamento Mineral do Brasil, com seus mecanismos de gestão associados.

Em 2013, as metodologias de outras instituições foram consolidadas, assim como a identificação das áreas de interesse para o zoneamento piloto. Este trabalho piloto está, em parte, consolidado no Termo de Referência nº 30 - Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil, cooperação entre o Ministério de Minas e Energia e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD . Este trabalho deverá contribuir com as diretrizes para o planejamento estratégico, que se relaciona com objetivos de longo prazo e com estratégias e ações para alcançá-los, estabelecidos no Plano Nacional de Mineração (PNM) – 2030.

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, houve avanço nas interlocuções, boa parte delas a partir do Plano Brasil Maior, cujo amadurecimento do plano de trabalho permitiu que a iniciativa, já direcionada para viabilizar a implantação de cadeia produtiva integrada de elementos terras raras (ETRs), fosse elevada à categoria de agenda estratégica. Dessa forma, a referida instância de governança foi instituída com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de médio e longo prazo para aproveitamento econômico de minerais estratégicos (terras-raras). Nesse sentido, destacam-se: i) o Grupo de Acompanhamento de Minerais Estratégicos (minerais de fosfatos, potássio, terras-raras e lítio), instituído desde março de 2012, constituído por DNPM e SGM (que objetiva analisar o suprimento de insumos minerais para fertilizantes, elementos terras raras e lítio, visando a sua ampliação, por meio da fiscalização de concessões de lavra para fosfato, potássio, elementos terras-raras e lítio; e ii) o Grupo de Trabalho de Normatização do Uso de Pós de Rocha na Agricultura (Rochagem - Remineralizadores), instituído a partir de agosto de 2012, constituído pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia; pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; pela Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e pela Universidade de Brasília, o qual objetiva definir critérios físicos, químicos e granulométricos para caracterização dos remineralizadores para seu registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como ensaios e análise padrão para remineralizadores, por meio de alteração do decreto que disciplina insumos para agricultura e as instruções normativas que regulamenta sua caracterização e uso.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio**

Análise Situacional da Meta

No período 2012-2013 foram cobertos 232.372 km² com levantamentos de recursos minerais, equivalente a 93% da meta 2012-2015, dos quais 100.372 km² em 2013, envolvendo trabalhos de metalogenia das províncias minerais, definição de fontes e características tecnológicas de materiais para construção civil e definição de áreas com potencial para produção de minerais estratégicos (fosfato, terras raras e lítio).

Quantidade alcançada

232.372

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50.000	km ²	18.960	31/12/2013
Região Nordeste	50.000	km ²	128.104	31/12/2013
Região Norte	50.000	km ²	61.308	31/12/2013
Região Sudeste	50.000	km ²	18.000	31/12/2013
Região Sul	50.000	km ²	6.000	31/12/2013

- **Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, os Minerais de Elementos Terras Raras tiveram uma atenção maior por parte do Governo Federal que procurou promover e participar de debates sobre o tema, com a realização das seguintes audiências:

- 1) 03/02/2012 - Apresentação do “Projeto de Terras Raras” pela iniciativa privada;
- 2) 25/04/2012 - Audiência Pública no Senado Federal, com o objetivo de discutir o desenvolvimento de novas



tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das “Terras Raras”, elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia;

3) 15/05/2012 - Audiências com representantes do Legislativo federal, com o objetivo de discutir as formas de articulação de ações do Poder Executivo e da Câmara dos Deputados para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos Elementos Terras Raras no Brasil;

4) 24/05/2012 - Reunião com representantes do Tribunal de Contas da União sobre os Elementos de Terras Raras, com o objetivo de subsidiar o levantamento de auditoria que está sendo realizado sobre esses elementos (Portaria n.º 1.098/2012-TCU); e

5) 28/06/2012 - Reuniões sobre “Planos e Projetos de Terras Raras” de empresas privadas.

Também segundo o Plano Brasil Maior, avança-se nos esforços para o “Mapeamento de Fornecedores da Cadeia de Mineração”, com especial atenção às cadeias dos minerais estratégicos, estando em trâmite um convênio entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto Pró-Inovação e Competitividade da Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM) para esse fim.

Foi instituída em dezembro de 2013 instância de governança denominada de Comissão do Programa de Elementos Terras Raras do Brasil, no âmbito do Comitê Executivo da Indústria da Mineração, pertencente a estrutura organizacional e executiva do Plano Brasil Maior, com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo.

Deve-se também ressaltar que, no âmbito do Plano Brasil Maior, existe uma iniciativa de ampliação da produção mineral brasileira para atender a demanda por matérias-primas, com ênfase nos minerais em que o país é dependente, principalmente nas áreas de fertilizantes.

Para sua execução, foram propostas medidas de normatização do uso de rochas e minerais para fornecimento de macro e micro nutrientes para o solo (rochagem, rotas alternativas para adubação de solo) e a intensificação dos levantamentos temáticos de agrominerais (levantamentos geológicos, geoquímicos e aerogeofísicos) dentro da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da CPRM.

Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia e suas vinculadas (DNPM, CPRM e Petrobras) instituíram um Grupo de Trabalho (GT) para a Normatização da Rochagem no Brasil, constituído em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esse GT tem atuado com o objetivo de discutir as questões do licenciamento e da comercialização dos produtos da rochagem, bem como de formular proposição que regulamente o seu uso no Brasil. O GT de Normatização está trabalhando na elaboração de proposta de regulamentação do uso e registro de remineralizadores em instrução normativa do Ministério da Agricultura e no desenvolvimento de metodologia de ensaios e análise.

Ressalta-se também em 2013 a edição da Lei nº 12.890, de 10 dezembro de 2013, que altera a Lei nº 6.894/1980 por meio da inclusão dos remineralizadores como uma categoria de insumo destinada à agricultura.

• Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos

Análise Situacional da Meta

O estudo "Usos e Aplicações de Terras-Raras no Brasil: 2012-2030", realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) indica que deverão ser priorizadas as seguintes cadeias produtivas de aplicação de elementos

terras raras: ímãs permanentes, catalisadores contendo terras raras, ligas metálicas, fósforos e pós para polimento. Com o desdobramento deste estudo, está em fase de execução o estudo que objetiva a “Estruturação da Cadeia Produtiva Competitiva em Produtos Derivados de Elementos de Terras Raras no Brasil”, por meio de um consórcio tecnológico constituído pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI, Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCTI, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que deverá desenvolver e estruturar a cadeia produtiva de ímãs de terras raras no Brasil. O prosseguimento do referido estudo aguarda disponibilização de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As oscilações dos preços das “commodities” minerais, em um contexto de crise financeira internacional, têm conferido maior ênfase ao tema da cooperação em exploração, processamento e transformação mineral em encontros bilaterais e multilaterais sobre o tema. Em 2012 e 2013, foi possível identificar algumas das principais demandas de interlocutores estrangeiros sobre a política brasileira para recursos minerais, entre elas o desenvolvimento de um marco regulatório para o setor, a questão da sustentabilidade na extração e mineração e a agregação de valor à produção local.

Nos próximos anos, são esperados avanços nesses temas, por meio de reuniões de mecanismos de diálogo entre governos que incluam o tema da mineração bem como por meio de parcerias entre empresas do setor, essenciais para facilitar o fluxo comercial inter e intra-regional de recursos minerais, bem como o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Metas 2012-2015

• Desenvolver projetos internacionais de cooperação técnico-científica**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, com vistas a fortalecer e ampliar a atuação internacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, que contribui para o desenvolvimento de projetos internacionais de cooperação técnico-científica no contexto dos países do Cone Sul, foram desenvolvidas as seguintes ações:

(i) Em consonância com as diretrizes da política externa brasileira, a CPRM estendeu suas ações junto aos países da América do Sul, firmando o Memorando de Entendimento com o Instituto Nacional de Geologia y Minería do Equador (INIGEMM). Em prosseguimento, promoveu uma reunião com representantes do INIGEMM e da CPRM, no Rio de Janeiro, durante o qual foram definidas linhas de pesquisa de interesse comum, e consolidado acordo em que consta o detalhamento dos projetos bilaterais a serem desenvolvidos. Este instrumento está em fase de coleta de assinaturas das instituições CPRM e INIGEMM;

(ii) Sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), teve prosseguimento a execução das atividades do Projeto Apoyo a la Declaración del Patrimonio Geológico y Mineiro de la Republica de Cuba, com a conclusão do Relatório Final, tendo como executora a Oficina Nacional de Recursos Minerales (ONRM) de Cuba e apoio técnico da CPRM. Ainda dentro do contexto desta cooperação, representante da CPRM participou da XII Reunião do Grupo de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, realizada em novembro de 2012, em Havana, Cuba;



(iii) No contexto da América do Sul – países fronteiriços, inseridos no Programa Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira, ações foram desenvolvidas objetivando a retomada pela CPRM dos dois projetos: Brasil-Guiana e Brasil-Suriname, bem como a definição da implantação do Projeto Brasil-Peru.

(iv) Ainda com relação ao continente sul-americano, a CPRM promoveu três eventos, no Rio de Janeiro: (a) GT-15 Geologia e Mineração do MERCOSUL com participação dos representantes dos países membros; (b) Programa Comitê Intergovernamental Coordenador de los Países de la Cuenca del Plata (CIC Cuenca del Plata), reunindo representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de discutir os avanços na caracterização dos aquíferos transfronteiriços da Bacia do Prata; e (c) Programa Cuenca Poopó, conduzido pelo Departamento do Governo Autônomo de Oruro, Bolívia, propiciando a discussão sobre a experiência da CPRM em Hidrologia e Gestão Territorial no Brasil visando à sua aplicação na região de Oruro, Bolívia.

Em 2013 com recursos institucionais e/ou suporte financeiro da ABC do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a CPRM priorizou a aproximação com os países do Cone Sul. Essa atuação seguir deu-se nos seguintes termos:

(i) Bolívia: assinado o Memorando de Entendimento com o Servicio Nacional de Geología y Técnico de Minas (SERGEOMIN), que definiu linhas de pesquisa de interesse mútuo, visando a estabelecer futuras ações conjuntas; (ii) Cuba: foram concluídas as atividades do Projeto Apoyo a la Declaración del Patrimonio Geológico y Mineiro de la República de Cuba, com a publicação de livro escrito por técnicos de Cuba e da CPRM, responsáveis pela condução técnica dos trabalhos;

(iii) Equador: firmado o Acordo Específico de Colaboração Técnica com o Instituto Nacional Geológico Minero Metalúrgico. No âmbito do acordo, dois treinamentos foram ministrados: “Curso Avançado em Geoprocessamento com Ferramentas ARCGIS”; e “Curso Capacitação no Tratamento e Interferometria com Base em Imagens SAR” realizado na CPRM;

(iv) Guiana: deu-se seguimento ao projeto Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira Brasil-Guiana. Em 2013, ocorreu na CPRM encontro entre brasileiros da CPRM e guianeses do Guyana Geological Mines Commission (GGMC), para discutir e integrar informações e dados (geologia, geocronologia, petrologia, e geoquímica) levantados em etapas anteriores, visando à consolidação dos mapas finais geológico e da geodiversidade na área de fronteira Brasil-Guiana. O projeto encontra-se em fase de conclusão;

(v) Suriname: deu-se continuidade ao Programa Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira Brasil-Suriname, abrangendo: (a) Encontro entre técnicos da CPRM e surinameses, ocorrido na CPRM; e (b) Realização da campanha de campo bilateral, no lado da fronteira no território do Suriname. O encerramento das atividades está prevista para final de 2014.

(vi) Países da Bacia do Prata: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai: promovidos e organizados pela CPRM, foram realizados três eventos em 2013. Foram discutidos: (a) avanços na caracterização dos aquíferos transfronteiriços da Bacia do Prata; e (b) discussão e análise da proposta da base metodológica para o desenvolvimento do Mapa Hidrogeológico da América do Sul, escala 1:1.000.000.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	36	projeto	20	31/12/2013

• Fortalecer e ampliar a atuação internacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Análise Situacional da Meta

A CPRM avançou sua atuação internacional no Cone Sul e, mundialmente, por meio do diálogo bilateral com os seguintes países:

China: No exercício de 2012 CPRM e o “China Geological Survey (CGS)” realizaram ações com o objetivo de consolidar projetos de interesse mútuos. Destacamos a realização de missão para Xangai, com objetivo específico no âmbito da Geologia Marinha, que participou da “41st Underwater Mining Conference 2012”, em outubro, e discutiu atividades no Atlântico Sul implementadas no início de 2013.

Japão: Durante o exercício de 2012 avançaram as negociações a respeito das atividades a serem desenvolvidas pela CPRM e a Japan Agency for Marine Earth Sciences and Technology (JAMSTEC), além da participação do Instituto oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP), em áreas previamente selecionadas no Atlântico Sul, com base no acordo em fase de assinatura entre a CPRM, IO-USP e JAMSTEC.

França: Foram consolidadas as negociações e assinado o acordo entre a CPRM e o Institut Français de Recherche pour l’Exploitation de la Mer, para uso do meio flutuante Atlante, de propriedade daquele instituto, a ser usado na execução de projetos de pesquisa na Plataforma Continental Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes. Em 2012, destacamos acordo entre a CPRM e o Institut de Recherche pour le Développement (IRD), com o objetivo de aumentar o entendimento das influências climáticas andinas no sistema dinâmico na Bacia Amazônica e seus impactos sobre as populações ribeirinhas.

Em 2013, com ênfase na cooperação absorvida visando à capacitação de seus técnicos, a CPRM desenvolveu ações, com recursos financeiros institucionais, junto aos seguintes países:

(i) China: em continuidade aos contatos com o China Geological Survey (CGS), foi desenvolvido acordo de interesse mútuo, que tem como objeto a execução do Projeto Revisão Regional da Geologia e Metalogenia dos Depósitos de Formações Ferríferas no Cráton São Francisco e seus Cinturões Proterozóicos Marginais.

(ii) Japão: avançaram as negociações entre a CPRM, o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP) e a JAMSTEC, tendo sido firmado um acordo de implementação, cujo objeto é a realização de pesquisas conjuntas em áreas com evidências de mineralizações, previamente selecionadas pela CPRM no Atlântico Sul (Elevação do Rio Grande e a Cordilheira de São Paulo). Foram desenvolvidas atividades conjuntas, incluindo treinamento de pessoal, e realizada a expedição científica em águas profundas, no Atlântico Sul. Na área “Elevação do Rio Grande” foram coletadas amostras de rocha e crosta mineralizadas em cobalto e minerais associados, bem como reconhecidos indícios que sugerem que essa região possa representar um testemunho de parte submersa de “antigo litoral”. Tal fato poderá assumir importantes implicações no que diz respeito à evolução geológica do Atlântico Sul, bem como à delimitação da plataforma continental jurídica brasileira.

Em junho foi firmado Acordo de Cooperação Técnica entre os governos japonês e brasileiro, visando ao Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais para o aprimoramento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Participaram, no lado brasileiro, o Ministério das Cidades, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Integração Nacional. Tendo em vista que a CPRM é responsável pelo mapeamento das áreas de risco no país e já vem executando atividades para a cooperação em questão, encontra-se em consolidação o Termo Aditivo para inclusão e oficialização da CPRM como parte integrante do Acordo.

O projeto terá suas atividades desenvolvidas nas cidades de Nova Friburgo e Petrópolis, no Rio de Janeiro e Blumenau, em Santa Catarina.



(iii) França: Em 2013, as ações da CPRM com instituições francesas compreenderam:

(a) assinatura de dois instrumentos contratuais, por meio dos quais avançam as pesquisas em execução pelo Projeto Dinâmica Fluvial na Bacia Amazônica, que visam ao entendimento das influências climáticas andinas no sistema dinâmico na Bacia Amazônica e de seus impactos sobre as populações ribeirinhas concentradas na calha que se estende desde os rios Solimões e Negro até a foz do Amazonas;

(b) firmado o Acordo/Consórcio entre a Universidade Federal de Pernambuco, a Agência Pernambucana de Águas e Clima, a CPRM, o Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Bureau de Recherches Géologiques et Minières, a Université des Sciences Humaines et Sociales (Lille 3), a GEOHYD, a Université de Rennes 1 (UR1), o Centre National de la Recherche Scientifique e Geosciences Rennes, que tem como objeto a execução do Projeto COQUEIRAL, que visa ao estudo sobre as condições dos aquíferos e a relação com a questão ambiental urbana na Região Metropolitana do Recife, PE.

• **Promover cooperação internacional para fortalecimento da cadeia mineral com países sul-americanos e africanos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram iniciadas atividades de mapeamento geológico em áreas fronteiriças dos países membros do Mercosul, em linha com as decisões emanadas do Subgrupo de Trabalho nº 15 do Mercosul, executadas com a colaboração do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM).

Outras atividades para o fortalecimento da cadeia da transformação mineral em países da América do Sul e África ainda se encontram em fase de planejamento por parte das áreas técnicas e políticas envolvidas, sem ser possível, até o momento, a definição de datas para início de execução.

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) são distritos industriais incentivados em regiões menos desenvolvidas, com infraestrutura para o processamento de recursos minerais, objetivando reduzir os desequilíbrios socioeconômicos das macrorregiões brasileiras e intensificar as trocas comerciais de bens e produtos minerais entre os países sul-americanos. As ZPTMs objetivam induzir o desenvolvimento econômico das regiões em que estão inseridas e do País, devido à agregação de valor ao produto e à geração de emprego e renda com impacto territorial.

Este objetivo, portanto, trata da realização de estudos sobre a viabilidade de projetos específicos de ZPTMs, bem como definir seu marco legal. Faz-se necessário o delineamento do arcabouço jurídico, legal e normativo para viabilizar a implantação das ZPTMs, focada na distribuição equilibrada pelas Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs) no território, na indução de novos polos estratégicos nacionais e no desenvolvimento equilibrado do território brasileiro, a partir de investimentos coordenados em siderurgia, infraestrutura e logística.

Em 2013, houve a incorporação das ZPTMs às agendas de políticas públicas, com interface perante o novo marco regulatório. O primeiro passo foi a inclusão, no PAC e na PLOA 2013, dos estudos e projetos para definição das ZPTMs.

Também em 2013, o amadurecimento dos critérios e da abrangência da proposta contribuiu para que a implantação das

ZPTMs fosse elevada à categoria de Agenda Estratégica no âmbito do Comitê Executivo de Mineração do Plano Brasil Maior.

Para a contratação do estudo, o Ministério de Minas e Energia elaborou o Termo de Referência em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Prevê-se a conclusão do processo licitatório no primeiro semestre de 2014.

Metas 2012-2015

• Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs**Análise Situacional da Meta**

No final de 2013 o processo licitatório foi concluído. No entanto, as empresas que se candidataram não conseguiram atender as condições do Pregão Eletrônico, devendo ser revisto o Termo de Referência e realizado um novo processo licitatório no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A partir do estabelecimento pelo Conselho de Competitividade da Indústria de Mineração, no âmbito do "Plano Brasil Maior", do objetivo estratégico "Ampliação do conteúdo local de bens e serviços de empreendimentos da mineração", iniciou-se, em 2013, a contratação do estudo para o "Mapeamento de Fornecedores da cadeia de Mineração", a partir de um convênio entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto Pró-Inovação e Competitividade da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM), buscando identificar os itens de compras de bens e serviços das empresas de mineração e quem são seus fornecedores, origem e valor.

Metas 2012-2015

• Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)**Análise Situacional da Meta**

Meta ainda não executada, visto que o escopo do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES) está sendo redefinido.

• Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, no âmbito do Comitê Executivo Setorial da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, foi articulado e aprovado o Termo de Referência para realização de "Estudo do Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços das Indústrias da Mineração e da Metalurgia", que se constitui na primeira medida para identificar a capacidade e o potencial do conteúdo local nestes setores. Durante o 1º semestre de 2013, foi articulado o estabelecimento de parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para a sua realização, somente para o setor da Indústria da Mineração, até novembro de 2014. A ABDI contratou em dezembro de 2013 o Instituto Pró-Inovação e Competitividade da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM). A previsão da realização e conclusão do estudo é até o início de 2015.



OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira deverão ser executados a partir de parcerias resultantes de articulações institucionais em andamento, dentro do prazo previsto até 2014.

No que toca às fiscalizações efetuadas, caminha-se para o cumprimento global das metas, assim como aos estudos para redução dos acidentes de trabalho, para aumento da eficiência produtiva da indústria mineral e para a sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais.

Apesar do desaquecimento da economia global, o principal projeto de produção e transformação mineral – a produção de minério de ferro pela mina S11D da Vale, em Carajás, avançou na sua consolidação, corroborado pela obtenção da Licença de Instalação em 03/07/2013 e pelo significativo percentual de obras e serviços já contratados.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas 100 vistorias em minas subterrâneas, 85 em minas com barragens e 184 em empreendimentos de água mineral e 23 concessões de minerais estratégicos (K, P, Li e elementos de terras raras).

Em 2013, foram realizadas 99 vistorias em minas subterrâneas, 112 em minas com barragens e 289 em empreendimentos de água mineral e 116 concessões de minerais estratégicos (K, P, Li e elementos de terras raras).

No âmbito da fiscalização das Minas Subterrâneas, a meta para o PPA é a de fiscalizar anualmente todas as minas subterrâneas de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas características aumente a quantidade dos que são fiscalizado, resultando em uma redução dos riscos dessa estrutura de exploração. Em 2012 o total de minas subterrâneas identificadas foi de 64 (100% das ativas cadastradas pelo Relatório Anual de Lavra – RAL) e foram realizadas 100 fiscalizações.

Em 2013 a quantidade de minas subterrâneas ativas cadastradas pelo RAL somavam 87 (100%), das quais 62 foram fiscalizadas, ou seja, foram fiscalizadas 71,30%; contudo, o total de vistorias a essas minas, em razão da necessidade de acompanhar a adequação dos achados da fiscalização, representou 99 vistorias. Destaca-se o trabalho fiscalizatório na região sul de Santa Catarina, extratora de carvão mineral, e nas minas de ouro nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pará. Tais vistorias focam o cumprimento de normas técnicas para a garantia da segurança técnico-operacional das jazidas e minas e das condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

No âmbito da fiscalização das minas com barragens, a meta para o PPA é a de fiscalizar todas as minas com barragens nos próximos

4 anos, a qual representa fiscalizar anualmente pelo menos 25% do total de minas em exploração, de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas características aumente com a quantidade dos que são fiscalizados pela meta. Foram vistoriadas 85 minas com barragens em 2012. Em 2013 foram identificadas por meio do Cadastro Nacional de Barragens de Mineração (CNBM) 240 minas com barragens, sendo fiscalizadas 96 (40%) totalizando 112 barragens vistoriadas. Nos últimos dois anos foi destaque nessa área:

1. publicação da Portaria DNPM nº 416/2012, que estabeleceu o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração e dispôs sobre o Plano de Segurança da Barragem de Mineração, a ser cumprido pelos mineradores;
2. elaboração, publicação e divulgação da Portaria DNPM nº 526/2013, que estabeleceu procedimentos para adoção e implantação do Plano de Ações Emergenciais para os empreendimentos que possuem Barragens de Mineração;
3. implantação do Cadastro Nacional de Barragem de Mineração e sua disponibilização ao público externo;
4. classificação de todas as barragens cadastradas, quanto ao risco e dano potencial associado e utilização dessa classificação no planejamento de fiscalização dessas barragens;
5. elaboração de Manual de Fiscalização de Barragens de Mineração; e
6. capacitação de equipes em cursos de Segurança de Barragens na Universidade Federal de Ouro Preto e em cursos da Agência Nacional de Águas.

As medidas adotadas trouxeram um melhor planejamento para as inspeções e otimizaram a identificação dos empreendimentos minerais com barragens a serem fiscalizados prioritariamente. Ressalte-se que, em 2012 e 2013, não houve registro de qualquer acidente com barragem de rejeitos de mineração. O último ocorreu em 2011, em barragem de mina de areia quartzosa em São Paulo, sem vítimas.

No âmbito da fiscalização das concessões de águas minerais, a meta para o PPA é a de fiscalizar todas as concessões de águas minerais e potáveis de mesa nos próximos 4 anos, a qual representa fiscalizar anualmente pelo menos 25% do total de minas em exploração, de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas características aumente a quantidade dos que são fiscalizados pela meta. Em 2012 foram vistoriados 184 empreendimentos. Em 2013, 25% dos empreendimentos de água mineral somavam 211, sendo fiscalizados durante o período 289 empreendimentos, representando um alcance de 136,9% da meta prevista para o ano.

• **Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi atingido um percentual de 76,14% da meta prevista, com destaque para as seguintes ações:

- fiscalização das áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, co-produtos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos (potássio, fosfato, elementos de terras raras e lítio) para o desenvolvimento do País;
- aprovação de novas reservas e reavaliação de reservas em concessões já existentes (com destaque para a aprovação da Reserva de Terras Raras da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM no município de Araxá, elevando o Brasil para a 2ª maior reserva de terras raras do mundo);
- aprovação e atualização dos planos de aproveitamento econômico em concessões já existentes (com destaque para a aprovação de nova reserva e do plano de aproveitamento econômico para extração de potássio na mina de Taquari – Vassouras, em Sergipe);
- emissão de “Guia de Utilização de Fosfato” para início de produção em áreas em fases de pesquisa ou requerimento de lavra nos Estados de Tocantins, Minas Gerais e Pará;
- abertura de processos de caducidade em áreas ociosas e pedido de renúncias.

Quantidade alcançada

76,14

Data de Referência

31/12/2013

• **Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração**

**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, foi efetivado Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, além de trabalhos conjuntos para realização de estudos técnicos sobre segurança em minas subterrâneas, tem como objetivo a capacitação em assuntos relacionados à Segurança de Mina. Esta parceria visa o melhor conhecimento técnico para as ações de fiscalização, principalmente nas minas de carvão do Sul do Brasil.

Trata-se de dois projetos para redução de acidente de trabalho na mineração, que estão em fase inicial e serão desenvolvidos:

- Projeto I: Caracterização Geomecânica da camada Bonito na Bacia Carbonífera de Santa Catarina; e
- Projeto II: Metodologias e tecnologias para o monitoramento de minas subterrâneas de carvão.

O Termo de Cooperação Técnica entre o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi firmado e publicado no D.O.U nº 217, de 07/11/2013, com previsão de início das atividades operacionais ainda no 1º trimestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram realizadas discussões sobre indicadores que seriam utilizados para definir a linha-base e avaliar o desempenho do setor com relação à eficiência produtiva e energética, no âmbito do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração, detectando-se deficiências de informações que deverão ser sanadas com a contratação de estudos específicos. Em 2013 foi dada continuidade a discussão de indicadores para o setor mineral no âmbito do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração.

- **Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram concluídos 5 projetos (2 na Região Nordeste e 3 na Centro-Oeste), sendo que um deles trata do lítio na região dos Pegmatitos do Ceará. O lítio é considerado um mineral estratégico, tendo em vista seu uso crescente em baterias recarregáveis. Os outros projetos trazem informações sobre o desenvolvimento da mineração, seja dos granitos exóticos do Ceará, que possuem características próprias de lavra e beneficiamento, seja dos potenciais para minerais oriundos do basalto no Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano de 2013 foram realizados 4 projetos de Distritos Mineiros que, somados aos 5 projetos finalizados em 2012, totalizam 9 projetos já desenvolvidos no período do PPA, demonstrando que o governo pode contribuir de forma efetiva com o conhecimento geológico de um Distrito Mineiro, agregação de valor para os bens minerais produzidos pela mineração de pequeno porte e soluções sustentáveis para rejeitos de mineração.

Os projetos buscaram estudar Distritos Mineiros com grande quantidade de rejeitos e o seu possível aproveitamento, como é o caso do carvão em Santa Catarina, com possibilidade de aproveitamento das piritas na produção de enxofre, e o de basaltos no Rio Grande do Sul, com possibilidade de aproveitamento em rochagem para o restabelecimento de solo para agricultura, tema que também entra na linha dos estratégicos na área de fertilizantes.

Em Mato Grosso do Sul foram realizados projetos que visaram agregação de valor para areias, assim como o potencial geológico da região para minerais como ametistas e ágatas, devido à similaridade geológica com a região que contém

essas jazidas, no Rio Grande do Sul.

No estado do Ceará foi realizado estudo sobre a indústria de agregados para a construção civil na região metropolitana de Fortaleza, com a localização das jazidas e tipos de minérios, que tem avançado junto com outro projeto sobre o aproveitamento de areia de britagem como alternativa tecnológica na construção civil daquela região. Os resultados observados nos projetos têm evidenciado a importância estratégica dessas ações para o desenvolvimento regional e também para a construção de soluções sustentáveis para a pequena mineração nos Distritos Mineiros.

Destaca-se também convênio firmado com a Universidade Federal do Ceará para análise de Rejeitos da Construção Civil na região metropolitana de Fortaleza, projeto esse proposto para ser finalizado em maio de 2015 e a primeira etapa está prevista para janeiro de 2014.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	estudo	3	31/12/2013
Região Nordeste	16	estudo	3	31/12/2013
Região Norte	8	estudo	1	31/12/2013
Região Sudeste	12	estudo	0	31/12/2013
Região Sul	12	estudo	2	31/12/2013

• Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários

Análise Situacional da Meta

A gestão de títulos minerários é um processo essencial para o setor mineral. Em 2012 a instituição adotou medidas para redução do tempo de resposta que resultaram na visibilidade da demanda e da produtividade interna, sendo possível uma melhora estratégica na alocação de recursos humanos e financeiros. Em 2013, foi dada continuidade nesse norte, implantando processos de trabalho que foram alvo de remodelagem.

Apesar da clareza trazida pelo cálculo da meta, existem diversos fatores ambientais que podem afetar o desempenho da análise realizada, como exemplo: a análise de processos antigos que influenciarão significativamente na quantidade de dias; um aumento na quantidade de solicitações sem o acompanhamento em termos de produtividade interna; e interferência com áreas que possuem outras atividades econômicas (oleoduto, portos etc). Há que salientar que em 2013, em razão da proposta do novo marco regulatório, houve inserção de exigências para o processo minerário.

Na Região Norte, principalmente no Estado do Pará, foi observado um maior aumento na quantidade de dias de resposta, totalizando 4.142 dias e impactando na média nacional. A grande quantidade de requerimentos de Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) apresenta pendências tais como: problemas de deslocamento de áreas (o requerimento apresentado para uma determinada área é apresentado em uma base cartográfica divergente resultando em inconsistências e erros na localização do título requerido); áreas de conflito (são áreas que conflitam com alguma legislação específica, como as reservas ambientais, áreas de fronteira, áreas limítrofes de municípios, áreas militares ou com outra destinação de uso econômico); e, por último, áreas indígenas que não podem ser exploradas por falta de legislação, que constitucionalmente deve ser específica.

Na maioria dos casos da Região Norte, como a análise ocorreu em 2013 e a solicitação ocorreu há 20 anos, o peso do tempo decorrido contribui negativamente para a média do tempo de análise; à medida que os processos mais antigos forem avançando para processos mais recentes, o tempo em dias reduzirá e tenderá a se aproximar da meta estabelecida



do PPA.

Na Região Centro-Oeste, houve redução do tempo de resposta, resultado das iniciativas adotadas para o aperfeiçoamento do processo de Gestão de Títulos Minerários.

Quantidade alcançada

6.645

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	258	d	1.107	31/12/2013
Região Centro-Oeste	220	d	277	31/12/2013
Região Nordeste	134	d	296	31/12/2013
Região Norte	310	d	4.142	31/12/2013
Região Sudeste	413	d	520	31/12/2013
Região Sul	227	d	303	31/12/2013

OBJETIVO: 0478 - Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A proposta de regulamentação do setor mineral, por meio da elaboração de um novo marco legal para a outorga de direitos minerários, foi concluída e encaminhada ao Congresso Nacional.

O Novo Marco da Mineração (Projeto de Lei nº 5.807/13), de iniciativa do Poder Executivo, foi apresentado à sociedade em 18 de junho de 2013, pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, oportunidade em que o encaminhou, com regime de urgência constitucional, ao Congresso Nacional, para avaliação e aprovação. O PL recebeu 372 emendas parlamentares.

O PL nº 5.807/13 dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e a Agência Nacional de Mineração (ANM), bem como dispõe sobre os encargos financeiros do titular do direito minerário, como a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), o pagamento pela ocupação ou retenção de área e a parcela do proprietário do solo nos resultados da lavra e dá outras providências.

Para discutir e avaliar as alterações propostas, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial do PL nº 37/11, ao qual foi apensado o Projeto de Lei nº 5.807/13. A Comissão Especial promoveu ciclos de audiências públicas em Brasília e em outros Estados da Federação, para debater, analisar e colher sugestões dos diversos atores da sociedade ligados ao setor mineral, com o intuito de aperfeiçoar o texto final a ser submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Em 2013, a Comissão Especial elaborou um substitutivo ao Novo Marco, o qual ainda não foi votado pelos parlamentares.

Metas 2012-2015

• Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Decreto está em elaboração.

• Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a matéria objeto da proposta está incluída no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira**

Análise Situacional da Meta

A matéria permanece em discussão no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

O Projeto de Lei nº 1.610/1996, do Senado Federal, está atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei encontra-se no Congresso Nacional.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties")**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de revisão da política de participação governamental está inclusa no PL nº 5.807/13 que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração encaminhado ao Congresso Nacional.

- **Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento. A reestruturação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia – está contemplada no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional. Por sua vez, o estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), a ser realizado no âmbito do Projeto META, em parceria com o Banco Mundial, aguarda contratação, que deverá ocorrer neste ano.

- **Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento. Convênio celebrado em junho de 2012 com a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará (Seicom), que consiste na realização de oficinas e estudos específicos com objetivo de elaborar e divulgar o Plano de Mineração do Estado do Pará 2013-2030. Tal iniciativa visa estimular o estabelecimento de políticas estaduais de mineração, inserindo o setor mineral na socioeconomia do Estado. O referido convênio encontra-se em fase de prestação de contas.

No final de 2013 foi firmado convênio para a elaboração de “Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Maranhão”, que tem por objetivo aprofundar o conhecimento das potencialidades minerais e identificar os principais entraves ao desenvolvimento sustentável da mineração, sendo utilizados como ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas e de planos de ação daquele Estado.

O plano do estado do Pará já está em fase de conclusão, enquanto o do estado do Maranhão está em fase de início de execução.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	31/12/2013



Região Nordeste	5	unidade	0	31/12/2013
Região Norte	5	unidade	1	31/12/2013
Região Sudeste	5	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	5	unidade	0	31/12/2013

- **Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento visto que se aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto META (Banco Mundial), para contratação de estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), do Ministério das Minas e Energia.

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem metas relacionadas às micro e pequenas empresas individualizadas e organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral, associações e cooperativas de mineração.

Entre 2012 e 2013, foram apoiados 29 APLs de base mineral consolidados, com ações de programas do Ministério das Minas e Energia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo 1 na Região Norte, 11 na Região Nordeste, 4 na Região Centro- Oeste, 10 na Região Sudeste, e 3 na Região Sul.

Destacam-se algumas atividades desenvolvidas pela Rede APL Mineral e parceiros, como seminários, premiações, lançamento de publicação e realização de premiações de melhores práticas.

Metas 2012-2015

- **Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração**

Análise Situacional da Meta

O Governo brasileiro formalizou empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para custear a 1ª Fase do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META e pretende aplicar parte dos recursos para a contratação de serviços de consultoria. Nesse sentido, aprovou a publicação em jornais de grande circulação nacional de Manifestação de Interesse com objetivo de selecionar empresas de consultoria para realizar o “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”. Os produtos desenvolvidos no âmbito da referida contratação deverão proporcionar: maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala; melhor governabilidade do setor; iniciativas para melhorar o desempenho ambiental e técnico e o desenvolvimento socioeconômico; o estabelecimento de parcerias mais eficazes; renda aceitável por meio de práticas produtivas de mineração que fortaleçam a infraestrutura e os serviços locais; desenvolvimento de melhores práticas; conhecimento dos impactos gerados pelas práticas da mineração.

O edital, lançado em 2013, está em andamento, na fase de elaboração da “lista curta”, prevendo-se a contratação da empresa vencedora no primeiro semestre de 2014.

- **Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Análise Situacional da Meta

As seguintes ações de apoio a projetos de APLs consolidados foram implementadas:

Em 2012:

- acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) e Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer);
- apoio a dois Projetos pelo MCTI: APL de Rochas Bege Bahia, na Bahia (utilização de resíduos oriundos da lavra e do beneficiamento do calcário Bege Bahia para geração de compósitos poliméricos, executado pelo Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), e APL de Cerâmica de Revestimento de Campo Largo, no Paraná (avaliação tecnológica da aplicabilidade de ocorrências minerais de pequenos mineradores da APL Campo Largo na produção de porcelanato esmaltado e de monoporosa via seca);
- apoio ao APL de Gesso de Pernambuco por meio do Fundo Setorial Mineral (CT Mineral) de financiamento para realização do projeto "Apoio à Normalização e a Avaliação da Conformidade do Gesso e seus produtos naturais derivados"; e
- APLs de Cerâmica do Seridó paraibano (PB) e potiguar (RN) - APL de Cerâmica Vermelha de Parelhas (RN) e APL de Cerâmica Vermelha de Patos (PB) - receberam apoio do projeto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT) no âmbito do projeto de Eficiência Energética nas Pequenas Cerâmicas do Brasil - Projeto EELA, financiado pela Consude/Suíça e Suisscontact.

Em 2013:

- APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano recebeu apoio da SGM para realização de Estudo de Avaliação, Construção de Cenários e Prospecção de Futuro para o APL, utilizando a metodologia do Processo Prospectivo, tendo como instituição proponente o Cetem, com o período de execução de outubro /2013 a junho/2014;
- acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM). Apoio ao desenvolvimento e estruturação dos seguintes APLs de Gemas, Joias e Afins: APL de Gemas, Joias e Afins do Pará; APL de Joias e Afins de São José do Rio Preto (SP); APL Joia Carioca (RJ); APL de Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO); APL de Gemas, Joias e Afins do Rio Grande do Sul; APL de Opala do Piauí; APL de Bijuteria de Belo Horizonte (MG); e APL de Folheados de Limeira (SP). Coordenação do Grupo de Trabalho Setorial de Gemas, Joias e Afins vinculado ao Comitê Temático APLs de Base Mineral, que é subordinado ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL/MDIC. Promoção do I Workshop de Integração dos APLs de Gemas, Joias e Afins, na UFES, em Vitória, ES. Patrocínio do Prêmio Melhores Práticas 2013 de APLs de Base Mineral. Realização do X Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VII Encontro da Rede APL mineral em novembro de 2013.

Com recursos oriundos da Rede APL mineral e de parcerias foram realizadas as seguintes atividades para a consolidação dos APLs de Base Mineral:

Em 2012:

- oficinas da RedeAPLmineral realizadas no Espírito Santo, em Salvador (BA) e Campina Grande (PB);
- realização do IX Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VI Encontro da RedeAPLmineral, em Salvador (BA), de 08 a 11/12/2012, com apoio à participação de lideranças e gestores dos APLs de Gemas, Joias e Afins do Rio Grande do Sul e do Pará, APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano, APL do Quartzito do Rio Grande do Norte e da Paraíba, APL do Bege Bahia, APL em Pegmatitos do Rio Grande do Norte e da Paraíba e APLs de Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC), de Sergipe e do Norte Goiano;
- prêmio Melhores Práticas 2012 em APLs de Base Mineral com a participação dos APLs de Agrominerais do Sudoeste Goiano; Quartzito do Rio Grande do Norte e da Paraíba; Quartzito de São Tomé das Letras (MG); Ardósia de



Papagaios (MG); Gemas, Joias e Afins do Rio Grande do Sul; Rochas Ornamentais do Espírito Santo; e, Cerâmica Vermelha Terra Cozida do Pantanal (MS); e,

- instituição do Comitê Temático Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e Grupos de Trabalhos Setoriais Piloto de Rochas Ornamentais, Cerâmica Vermelha e Gemas, Joias e Afins.

Em 2013:

- oficinas da RedeAPLmineral e CT APL Mineral realizadas em Cristalina (GO), em 12 de julho de 2013, no APL de Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO) e no Morro da Fumaça (SC), em 13 de agosto de 2013, no APL de Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC);
- realização do X Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VII Encontro da RedeAPLmineral, em Vitória (ES), de 05 a 08/11/2012, com apoio à participação de lideranças e gestores do setor;
- prêmio Melhores Práticas 2013 em APLs de Base Mineral com a participação dos seguintes APLs de Base Mineral: Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC); Gemas, Joias e Afins do Rio Grande do Sul; Gemas e Joias Carioca (RJ); Agrominerais do Sudoeste Goiano; e em Pegmatitos do Vale do Jequitinhonha (MG); e
- lançamento da publicação RedeAPLmineral em Destaque no X Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VII Encontro da RedeAPLmineral.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	4	31/12/2013
Região Nordeste	15	unidade	11	31/12/2013
Região Norte	7	unidade	3	31/12/2013
Região Sudeste	20	unidade	9	31/12/2013
Região Sul	8	unidade	3	31/12/2013

• Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros

Análise Situacional da Meta

Os Projetos de APLs desenvolvidos tiveram atuação em todas as Regiões do Brasil e contribuíram para o desenvolvimento da atividade minerária. Para isso, foram realizados seminários e oficinas com o objetivo de difundir o conhecimento mineral para fins de regularização e formalização. As ações desenvolvidas em áreas com demandas históricas de pendências em relação a questões de sustentabilidade, como Morro da Fumaça (SC), Pádua (RJ) e Pirenópolis (GO) registraram significativos avanços na atividade de extração mineral e melhoria geral da competitividade e sustentabilidade.

Os projetos desenvolvidos tomam como premissa a melhoria e fortalecimento de diversas cadeias produtivas locais e regionais e construção de soluções na área de concessão de títulos, com a viabilização de desmembramento vertical de áreas de exploração de argila e exploração de carvão, um modelo desenvolvido que permite em uma mesma área, dadas as características de cada substância explorada, que ambas sejam extraídas de forma concomitante e sem interferência de uma na extração na outra. Esse modelo, precedido de estudos e projetos, pode ser replicado em outras regiões do Brasil e, assim, viabilizar diversas atividades de extração de argilas e agregados, garantindo o suprimento de materiais para a cadeia da construção civil e de cerâmica vermelha, produtos considerados estratégicos em função da sua demanda.

Os projetos são implementados de forma direta e contam com palestras e oficinas que permitem uma maior

disseminação de conhecimento e difusão das exigências para a sustentabilidade legal da atividade minerária.

Com o intuito de agregar valor à produção local, alguns projetos objetivam apoiar o ordenamento mineral da atividade e as suas implicações no ordenamento territorial, contribuindo para a maximização do aproveitamento do potencial mineral regional.

O modelo de atuação busca realizar as ações de diagnóstico inicial/estudo de áreas – direitos minerários; análise legal dos títulos; avaliação geral da sustentabilidade do projeto (social, legal e ambiental); regularização/formalização; difusão tecnológica; difusão técnicas gerenciais; agregação de valor; legalização/regularização; cooperativismo / associativismo; estudos de mercado/cadeia produtiva; inserção no APL e fortalecimento da governança.

Os 12 Projetos finalizados em 2012 foram: Projeto Cristalina (GO); Formalização, Extensionismo e Sustentabilidade em Cavalcante (GO); participação no ciclo de eventos do setor mineral no Distrito Federal; verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – Superintendência do Rio Grande do Sul – DNPM/RS; práticas de sustentabilidade e competitividade da mineração no Mato Grosso; caracterização geral do fechamento de minas no Mato Grosso; o DNPM e a comunidade mineral do Estado de São Paulo, em Tatuí (SP); o DNPM e a comunidade mineral do estado de São Paulo, em Santa Gertrudes (SP); formalização da mineração de argila e da produção oleira, em Cássia (MG); formalização da produção de artesanato em pedra-sabão com tecnologias limpas em Mata dos Palmitos, em Ouro Preto (MG); regularização e fomento à formação da Cooperativa de Ceramistas de Biribeira e Litoral Norte, na Bahia; e organização e formalização das atividades de extração de argila no Baixo Jaguaribe, no Ceará.

Os 9 Projetos finalizados em 2013 foram: Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Pirenópolis/GO; TAC Pádua/RJ; Morro da Fumaça/SC; Palestra e apoio para convênio Alagoas/AL; Ciclo de Palestras São Paulo/SP; Palestras Acre/AC; Palestras DF (Senado, Câmara, DNPN/Sede-Esc. Téc.Paracatu)/DF; Projeto de Esmeraldas Monte Santo de Tocantins/TO; Organização e formalização das atividades de extração de argila no baixo Jaguaribe/CE.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	8	31/12/2013
Região Nordeste	16	unidade	5	31/12/2013
Região Norte	8	unidade	3	31/12/2013
Região Sudeste	12	unidade	3	31/12/2013
Região Sul	12	unidade	2	31/12/2013

• Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram apoiados a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral:

- instituição do APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, tendo como cidade polo Jataí/GO, com apoio de Projeto FINEP denominado de ROCKAPL, coordenado pela Embrapa Cerrados; e
- instituição do APL de Areia de Piranema/ RJ, nos municípios de Seropédica e de Itaguaí do RJ, apoiado por projeto da FAPERJ, que propõe um sistema de gestão ambiental para a região e é executado pelo Departamento de Geologia



da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Os diversos agentes envolvidos no setor de mineração de areia de Piranema fazem parte desse APL, incluindo-se as prefeituras dos municípios de Seropédica e Itaguaí, os representantes das comunidades afetadas, os consumidores e os órgãos reguladores: Departamento de Recursos Minerais – DRM, o Instituto Estadual do Ambiente – Inea, o DNPM, UFRJ, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/RJ e o Sindicato de Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro – Simarj.

Em 2013, foram apoiados a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral, em parceria com o DNPM:

- a) Desenvolvimento do APL na exploração da Extração Artesanal de Granitos da Zona da Mata de Alagoas; e,
- b) APL da Indústria de Cerâmica Vermelha de São Miguel do Guamá/PA.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	12	unidade	1	31/12/2013
Região Norte	10	unidade	1	31/12/2013
Região Sudeste	13	unidade	1	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2013

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de Reservação de Água	milhão de m³	28/05/2013	29.300	31/01/2014	29.300
Quilometragem de Adução de Água	km	28/05/2013	2.039	31/01/2014	2.343,84

Observações:

Capacidade de Reservação de Água - O indicador inclui a reservação em barragens destinadas a projetos de irrigação.

Quilometragem de Adução de Água - O indicador inclui adução de água destinada a projetos de irrigação.

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Neste Objetivo encontram-se obras estruturantes para oferta de água (adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento), planejadas para resolver por um longo período problemas associados ao déficit hídrico para as localidades beneficiadas. Essa linha de ação é complementada por outras atuações federais, constantes de outros programas do PPA, e importantes para que a universalização do acesso à água potável seja alcançada. É o caso do Água Para Todos, presente no Programa Saneamento Básico e no Programa Segurança Alimentar e Nutricional (construção de poços, cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água), focado no alcance da população de baixa renda residente em comunidades rurais esparsas.

O foco para realização das obras são as regiões de maior déficit hídrico do País, dentre as quais se destaca, pela gravidade da situação, o semiárido. Ressalte-se que a maior parte das intervenções aqui incluídas integram a carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, revelando a importância que assumem na estratégia de atuação do governo federal.

No exercício de 2012, foram concluídas as seguintes obras:

- (a) Adutora do Oeste (PE) com 292 km - Municípios de Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia e Granito, beneficiando 274 mil habitantes;
- (b) Adutora do Algodão (BA) - A primeira etapa foi entregue em 2012, sendo 67 km da adutora principal e 197 km de adutoras secundárias, com a captação no Rio São Francisco no Município de Malhada, e com capacidade de vazão de 450 litros/s. Com isso, 226 mil pessoas tiveram oportunidade de acesso ao abastecimento de água nos municípios de Malhada (sede e distrito de Julião), Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi (sede e distritos de Mutãs e Ceraíma), Candiba (sede e distrito de Pilões), Pindaí (sede e distrito de Guirapá), Matina e Caetitê (localidade Pajeú do Vento).
- (c) Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km – Municípios de Cafarnaum, Barro Alto e Canarana, beneficiando 38 mil habitantes; e
- (d) Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km – Municípios de Currais Novos e Acari, beneficiando 66 mil habitantes;

Em 2013, foram concluídas as obras:

- (a) Sistema Adutor Piauís (PI) com 111 km, o qual abrange os municípios de São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí, beneficiando 25 mil habitantes.



(b) Barragem Figueiredo (CE), executada no Rio Figueiredo, com acumulação de 520 hm³ de água para controle de cheia do baixo Vale do Rio Jaguaribe, abastecimento humano, irrigação e piscicultura, a qual abrange os núcleos urbanos Alto Santo, Iracema e Potiretama, com benefício potencial a 32 mil habitantes.

Além disso, em 2013 damos destaque para os seguintes avanços:

(a) Cinturão das Águas (CE) – Está no PAC a Implantação do Trecho I do Projeto do Cinturão das Águas. O Cinturão consiste num sistema adutor com extensão aproximada de 1.294 km, quase que integralmente gravitatório. O intuito do projeto é aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco para 80% do território do Ceará, beneficiando 95% da população do Estado (aproximadamente 8 milhões de pessoas).

(b) Canal da Vertente Litorânea (PB) – Implantação dos trechos I e II do sistema adutor Vertente Litorânea Paraibana, com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do Rio São Francisco, composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias, visando abastecimento humano. Abrange 11 municípios situados na planície costeira da Paraíba, e beneficia 200 mil habitantes. O percentual global acumulado da obra é de 21% e a previsão de conclusão das obras é 2015.

(c) Canal do Sertão (AL) – Implantação dos trechos I, II, III e IV de canal adutor com captação no rio São Francisco e da adutora do Alto Sertão, visando abastecimento humano e irrigação. O projeto do Canal do Sertão abrange 42 municípios entre Delmiro Gouveia e Arapiraca e beneficiará 1 milhão de habitantes. Em 2013, houve a conclusão dos trechos I e II (64 km de canal). Os Trechos I e II estão concluídos e foram inaugurados pela Presidente em 12/03/2013.

(d) O Sistema Adutor do Agreste abrange a construção de Adutora com 1.050 km de extensão, estações elevatórias, reservatórios e tubulações que visam garantir a oferta de água para o abastecimento das populações residentes em diversos municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se: Pesqueira, São Bento do Una, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho. Das cinco etapas previstas para o projeto, no momento focaliza-se a implantação da Etapa I e da 1ª fase da Etapa II da Adutora, derivada do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). A conclusão das obras está prevista para julho de 2015.

(e) A 2ª Etapa da Adutora do Algodão (BA) – Trecho Caetitê/Maniaçu (BA), com 89,2 km de extensão, por meio de parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, que deverá beneficiar mais de 50 mil pessoas. O empreendimento tem como objetivo principal ampliar e melhorar o abastecimento de água no Município de Caetitê (sede e as localidades Velha Rita, Tanque do Caldeirão, Capoeira de Dentro, Rio Grande, Vargem, Lagoa de Fora, Lagoa de Dentro, Maniaçu e Brejinho das Ametistas), Guanambi (distrito de Morrinhos), Lagoa Real e Rio do Antônio (distrito de Ibitira). A autorização das obras foi assinada em junho de 2012.

(f) A Barragem de Atalaia (PI), com volume de acumulação de 211,1 milhões de m³ de água, apresenta potencial para abastecimento humano, projetos de irrigação e piscicultura, pretendendo elevar o crescimento da renda para a população beneficiada. A partir da sua futura interligação com adutoras, serão alcançados aproximadamente 30 mil habitantes dos municípios de Sebastião Barros, Corrente e Cristalândia do Piauí e cidades circunvizinhas. Sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2014.

Para 2014, estão previstos recursos para dar continuidade aos empreendimentos em andamento, bem como a conclusão dos seguintes projetos:

- Sistema de Abastecimento do Norte de Minas (MG) – Implantação, ampliação e adequação de sistemas de abastecimento de água – abrange os municípios de Mato Verde, Rio Pardo de Minas, Janaúba e Janaúria, e beneficiará 170 mil habitantes;
- 1ª Etapa do Sistema Siriji (PE) – 1ª etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água composto por captação, estação elevatória de água bruta, ETA, estação elevatória de água tratada e adutoras (44 km), abrange os municípios de Aliança, Buenos Aires e Vicência, em Pernambuco, e beneficiará 80 mil habitantes;
- 3ª Fase da 2ª Etapa da Adutora do São Francisco (SE) – Implantação da 3ª fase da 2ª etapa da ampliação do sistema adutor (28 km), visando abastecimento humano e irrigação. Abrange a Região Metropolitana de Aracajú, em Sergipe, e beneficia 800 mil habitantes;

- Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE) - Construção da etapa I de sistema adutor com 197 km, para fins de abastecimento humano, composto de captação no Lago de Itaparica em Floresta (PE), estações de bombeamento, reservatórios e tubulações até Afogados da Ingazeira (PE). Esta etapa deverá beneficiar cerca de 177,5 mil pessoas
- Sistema Adutor Alto Oeste (RN) – Implantação do sistema adutor composto por 2 captações, 2 ETAs, 18 estações elevatórias, booster, reservatórios, chafariz e adutoras, com 288 km, abrangendo 22 municípios na região de Alexandria, no Rio Grande do Norte, e beneficiará 137 mil habitantes.
- Eixão das Águas – Trecho V – Etapas I e II (CE): 55 km de adução entre o açude Gavião e o Porto de Pecém abrangendo os municípios de Pacatuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, visando ao abastecimento humano e uso industrial.
- Adutora João Leite (GO) – Sistema de produção de água composto por captação na Barragem João Leite, estação elevatória de água bruta com capacidade de 4 m³/s e adutora de água bruta (2 km), abrange a Região Metropolitana de Goiânia, em Goiás, e beneficiará 1,9 milhão de habitantes;

Faz parte deste Objetivo, ainda, o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, que atenderá aos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto é constituído por dois Eixos, Norte e Leste, que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, deverão levar água aos referidos Estados. Até 2015, pretende-se concluir o Eixo Leste (217 km) e os trechos I e II do Eixo Norte (252 km). Trata-se da principal obra de infraestrutura de abastecimento em execução no país, e objetiva garantir, em conjunto com suas obras complementares, segurança hídrica para 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa) e de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido, o projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com razoável potencial econômico, importantes no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento nacional.

Do escopo da obra, até o segundo semestre de 2013, foram executados 52% (55% do Eixo Leste e 50% do Eixo Norte). Cada Eixo é dividido em Metas, cujo andamento ocorreu conforme especificado em iniciativa específica abaixo.

Está prevista, no primeiro semestre de 2014, a conclusão da Meta 1L (ponto de captação até o Reservatório Areias), bem como o início das obras para recuperação de reservatórios estratégicos.

Metas 2012-2015

• Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento

Análise Situacional da Meta

A meta constante no PPA 2012-2015 é a de regularizar a oferta de água para sistemas de abastecimento em 297 municípios.

Nesse sentido, em 2012 foram implantados 756 km de adutoras envolvendo 25 municípios da Região Nordeste, beneficiando aproximadamente 414 mil habitantes. Foram concluídas as seguintes obras nesse exercício:

- (a) Adutora do Oeste (PE) com 292 km - Municípios de Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia e Granito, beneficiando 274 mil habitantes;
- (b) Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km – Municípios de Cafarnaum, Barro Alto e Canarana, beneficiando 38 mil habitantes; e
- (c) Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km – Municípios de Currais Novos e Acari, beneficiando 66 mil habitantes;



(d)Adutora do Algodão – 1ª Etapa (BA), atendendo 226 mil pessoas ao longo da área de influência do sistema, situadas em 8 municípios: Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Candiba, Pindaí, Matina, Guanambi e Caetité.

Já em 2013, as obras concluídas foram:

(a)Sistema Adutor Piauí (PI) com 111 km, o qual abrange os municípios de São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí, beneficiando 25 mil habitantes.

(b)Barragem Figueiredo (CE), executada no Rio Figueiredo, com acumulação de 520 hm³ de água para controle de cheia do baixo Vale do Rio Jaguaribe, abastecimento humano, irrigação e piscicultura, a qual abrange os núcleos urbanos Alto Santo, Iracema e Potiretama, beneficiando 32 mil habitantes.

As conclusões previstas para 2014 são:

- Eixão das Águas – Trecho V – Etapas I e II (CE) – 55 km de adução entre o açude Gavião e o Porto de Pecém abrangendo os municípios de Pacatuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, visando ao abastecimento humano e uso industrial. Beneficiará 4,2 milhões de habitantes;
- Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE) – Construção da etapa I de sistema adutor com 197 km, para fins de abastecimento humano, composto de captação no Lago de Itaparica em Floresta (PE), estações de bombeamento, reservatórios e tubulações até Afogados da Ingazeira (PE). Esta etapa deverá beneficiar cerca de 177,5 mil pessoas;
- Barragem de Atalaia (PI), que, a partir de sua interligação com adutoras, beneficiará 29 mil habitantes dos municípios de Sebastião Barros, Corrente e Cristalândia do Piauí e cidades circunvizinhas;
- 2ª etapa da Adutora do Algodão – Trecho Caetité/Maniaçu (BA), com 82,9 km de extensão, no estado da Bahia.;
- Adutora João Leite (GO) – Sistema de produção de água composto por captação na Barragem João Leite, estação elevatória de água bruta com capacidade de 4 m³/s e adutora de água bruta (2 km), abrange a Região Metropolitana de Goiânia, em Goiás, e beneficiará 1,9 milhão de habitantes;
- Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais (MG) – Implantação, ampliação e adequação de sistemas de abastecimento de água – abrange os municípios de Mato Verde, Rio Pardo de Minas, Janaúba e Januária, e beneficiará 170 mil habitantes;
- Sistema Siriji 1ª Etapa (PE) – 1ª etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água composto por captação, estação elevatória de água bruta, ETA, estação elevatória de água tratada e adutoras (44 km), abrange os municípios de Aliança, Buenos Aires e Vicência, em Pernambuco, e beneficiará 80 mil habitantes;
- Sistema Alto Oeste (RN) – Implantação do sistema adutor composto por 2 captações, 2 ETAs, 18 estações elevatórias, booster, reservatórios, chafariz e adutoras, com 288 km, abrangendo 22 municípios na região de Alexandria, no Rio Grande do Norte, e beneficiará 137 mil habitantes;

Considerando os empreendimentos concluídos em 2012, que beneficiam 23 municípios, e aqueles concluídos em 2013, beneficiando mais 8 municípios, conclui-se que esta meta alcançou 31 municípios no biênio.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	município	0	31/12/2013
Região Nordeste	250	município	31	31/12/2013
Região Sudeste	37	município	0	31/12/2013
Região Sul	8	município	0	31/12/2013

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização de infraestruturas hídricas prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida de operação e também a sua modernização. Dessa forma, são executadas obras para operação, manutenção e recuperação das infraestruturas hídricas; atividades de prestação de assistência técnica; recuperação das estruturas já implantadas; implantação de novos sistemas que garantam a otimização e a atualização do empreendimento.

A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, que determina ao empreendedor a responsabilidade legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la. O artigo 18 da Lei é específico sobre a necessidade de recuperação de barragens:

“Art 18. A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas”.

Por meio do presente Objetivo, busca-se não somente dar cumprimento a esse comando legal, mas principalmente garantir a segurança do abastecimento de água da população. Assim, com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), da Codevasf, foi identificada a necessidade de recuperação de 44 barragens prioritárias das 85 barragens diagnosticadas em 2012 e 2013. O PROSB tem o objetivo de adequar a gestão de segurança estrutural e hídrica das barragens estratégicas, visando à redução de riscos de desastres e manutenção do abastecimento de água para seus empreendimentos, além da reabilitação e transferência das barragens construídas pela Empresa aos seus usuários, adequando-se as exigências da Lei nº 12.334/10.

Quanto às barragens de grande porte, que necessitam de manutenção permanente, haja vista o risco a pessoas, meio ambiente e sistema econômico regional, ressalta-se que tem sido realizadas vistorias, elaboração de checklists e relatórios de segurança, de forma a agregar informações necessárias para a recuperação das Barragens para promover a segurança hídrica e das próprias estruturas. Como exemplo, citam-se as barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, no Ceará.

Importante mencionar também que o DNOCS executa a recuperação de reservatórios estratégicos que deverão se integrar operacionalmente com o Projeto de Integração do Rio São Francisco. São intervenções complementares às obras do PISF, e importantes para que esta possa alcançar a máxima efetividade. Destacam-se as obras para recuperação e adequação do Açude Poço da Cruz contratadas em 2012, que deverão ser concluídas até fevereiro de 2014. No momento, aguarda-se o início do contrato que abarca diagnóstico e projetos para a recuperação de outros 21 reservatórios.

Também cabe mencionar três obras no âmbito do Ministério da Integração Nacional, em execução e com previsão de conclusão em 2014, envolvendo a Adutora de Amaraji (PE), a adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá (CE) e a Adutora do Garrincho (PI).

Além da revitalização dos reservatórios, importantes para manter sua segurança, vida útil e operacionalidade, destaca-se também neste objetivo a revitalização de sistemas adutores. Neste caso, pretende-se reduzir perdas de água nos sistemas de adução (adutoras e canais).

Metas 2012-2015

- Revitalizar infraestruturas hídricas



Análise Situacional da Meta

Contribui para essa meta a recuperação de reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco, empreendimento que faz parte do PAC. Abarca a recuperação de 22 barragens sob gestão do Governo Federal e que serão necessárias à operacionalização do PISF. Destacam-se as obras para recuperação e adequação do Açude Poço da Cruz contratadas em 2012, que deverão ser concluídas até fevereiro de 2014. No momento, aguarda-se o início do contrato que abarca diagnóstico e projetos para a recuperação dos demais 21 reservatórios.

Quanto às barragens de grande porte, que necessitam de manutenção permanente, haja vista o risco a pessoas, meio ambiente e sistema econômico regional, ressalta-se que tem sido realizadas vistorias, elaboração de checklists e relatórios de segurança, de forma a agregar informações necessárias para a recuperação das barragens para promover a segurança hídrica e das próprias estruturas. Como exemplo, citam-se as barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, no Ceará.

Também cabe mencionar três obras no âmbito do Ministério da Integração Nacional, em execução no PAC e com previsão de conclusão em 2014:

- (i) A substituição de trecho de 5 km da Adutora de Amaraji, localizado no Município de Amaraji, em Pernambuco, atende aos Municípios de Gravatá e Chã Grande. A obra beneficiará 97 mil habitantes e a sua conclusão está prevista para 2014;
- (ii) A recuperação de 10,8 km da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, no Ceará, que beneficiará 19 mil pessoas;
- (iii) A implantação de rede adutora variante de 23 km, no 1º Trecho da Adutora do Garrincho, visando ao abastecimento humano. Abrange os municípios de São Raimundo Nonato, Cel. José Dias, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Várzea Branca, Anísio de Abreu, Jurema e São Braz, no Estado do Piauí e beneficiará 58 mil habitantes.

O Programa de Segurança de Barragens (PROSB) tem o objetivo de adequar a gestão de segurança estrutural e hídrica das barragens estratégicas, visando à redução de riscos de desastres e manutenção do abastecimento de água para seus empreendimentos, além da reabilitação e da transferência das barragens construídas pela Empresa aos seus usuários, adequando-se as exigências da Lei nº 12.334/10. As ações foram divididas em 3 eixos: i) Gestão e Operação; ii) Planos e Estudos; e iii) Reabilitação e Modernização. Com fundamento nesse programa, foram diagnosticadas 85 barragens, sendo que 44 apresentam necessidade de recuperação.

Além das barragens identificados no PROSB, foram concluídas, em 2012, as recuperações da Barragem Pereiro, em Petrolina (PE), Barragem Lagoa da Pedra, em Santa Maria da Boa Vista (PE) e da Barragem Barreiro Grande, em Afrânio (PE). Ademais, quatro barragens foram licitadas associadas à sua recuperação (barragens Marcado Grande, Marcado dos Pereiras, Itapecuru e Poço do Boi no Estado de Alagoas).

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	18	unidade	3	31/12/2013

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Com a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, pretende-se organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização deste setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais. A Política dará sinergia às ações do Estado e permitirá eliminar sobreposições e lacunas nos investimentos. Permitirá também a integração de sistemas, resultando em operação inteligente das infraestruturas com diminuição da pressão sobre o meio ambiente. A atuação articulada do Estado, em seus diversos níveis, e do setor privado, dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional contribui para a universalização do acesso à água e para a redução da pobreza.

O Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica – PNSH (que, a partir de 2012, é tratado como Plano Nacional de Segurança Hídrica), será o principal instrumento da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, e deverá organizar a atuação do Poder Público na formulação e na construção de programas e ações para o setor. Permitirá, com suas orientações, constituir intervenções específicas e até mesmo constituir banco de projetos estratégicos que fortaleça a atuação propositiva do Estado.

A elaboração do referido Plano está sendo realizada a partir de parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas. Estão previstas para 2014 visitas aos estados brasileiros, com o intuito de conhecer melhor a realidade hídrica de cada local, bem como os planejamentos e os projetos já existentes, os quais deverão ser resgatados de maneira organizada e aperfeiçoados com as novas tecnologias.

O foco das ações a serem abarcadas no PNSH são as chamadas soluções estratégicas, capazes de resolver os problemas de déficit hídrico de forma mais definitiva (tal atuação não exclui as soluções de caráter emergencial, necessárias para oferecer, de imediato, alguma assistência imediata para as regiões em situação de forte seca). Após a contratação do Plano, prevista para ocorrer em 2014, estima-se que serão necessários 18 meses para a sua conclusão.

Além de buscar tratar problemas associados ao abastecimento de água, o PNSH também deverá abarcar a infraestrutura hídrica necessária à redução de riscos associados a inundações. As proposições associadas a essa temática guardam relação estreita com atividades executadas no escopo do Programa do PPA Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, e deverão estar alinhadas com as demais linhas de atuação ali presentes.

Metas 2012-2015

• Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas**Análise Situacional da Meta**

Foram realizados levantamentos para subsidiar os termos de referência do edital de contratação de serviços e obras necessários para a revitalização de infraestruturas hídricas. Além disso, este Objetivo tem suas atividades relacionadas com outro Objetivo do presente Programa do PPA, o 0480 (Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais).

Em 2012, foi realizado o cadastro técnico de 54 barragens, o relatório de implantação do plano de segurança de barragens, 66 Relatórios de Inspeções Regulares de Segurança, levantamento para orçamento dos serviços de recuperação de barragens, capacitação de 17 Analistas no 1º Curso de Segurança de Barragens, elaboração do 1º Workshop de Segurança de Barragens da Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.



Com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), em 2013, foram realizados 19 Relatórios de Inspeções Regulares de Segurança de novas barragens, que contém diagnóstico de 85 barragens, dentre as quais foi identificada a necessidade de recuperação de 44 barragens. Ao mesmo tempo, 12 barragens foram inspecionadas novamente, devido à periodicidade regular exigida na Lei nº 12.334/10. Além da capacitação de 3 Analistas no Curso de Aperfeiçoamento de Segurança de Barragens da ANA. As 85 barragens diagnosticadas se localizam nas Regiões Nordeste (74) e Sudeste (11).

Quantidade alcançada

85

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	36	unidade	74	31/12/2013
Região Sudeste	8	unidade	11	31/12/2013
Região Sul	4	unidade	0	31/12/2013

• Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi iniciada parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, o qual será o principal instrumento da Política Nacional de Segurança Hídrica.

Atualmente, prepara-se o processo de contratação de empresa que assistirá a elaboração do Plano, o que deverá ocorrer até o final de 2014.

• Elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Segurança Hídrica encontra-se no escopo do Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS, e será executado em parceria com a Agência Nacional de Águas – ANA.

O INTERÁGUAS, com abrangência nacional, foi concebido para buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água, melhorando sua capacidade institucional e de planejamento e criando um ambiente integrador no qual seja possível dar continuidade a programas setoriais exitosos, tais como o Programa de Modernização no Setor Saneamento (PMSS) e o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (PROÁGUA), como também fortalecer iniciativas de articulação intersetorial que visam aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços associados.

Seus objetivos são:

1. Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País;
2. Aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços;
3. Aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos e;
4. Melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.

Em 2013, foi iniciado o processo de contratação da empresa para assistir à elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, segundo as regras do Banco Mundial. Em vista do reduzido número de propostas viáveis, optou-se por se

refazer o processo de contratação em 2014.

Finalizado o processo de contratação da empresa, dar-se-á início as visitas aos estados brasileiros que estão previstos para ocorrer em 2014, com o intuito de conhecer melhor a realidade hídrica de cada local, bem como os planejamentos e projetos já existentes, os quais deverão ser resgatados de maneira organizada e aperfeiçoados com as novas tecnologias.

• **Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco**

Análise Situacional da Meta

A instituição de um modelo de gestão para o Projeto de Integração do Rio São Francisco é essencial à sua operação, pois viabilizará a gestão e o planejamento do uso da infraestrutura hídrica do Projeto. É por meio da constituição de um ente operador federal que serão celebrados contratos de fornecimento de água necessários à operacionalização do projeto, bem como instituído um modelo tarifário de cobrança pelo uso da água.

Em 2012, por meio das Portarias MI nº 512, de 30 de agosto, e nº 543, de 30 de setembro, foi criada a Comissão de Integração das Ações de Execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) – CIAPISF, com a competência de monitorar, avaliar, integrar e apoiar as ações atinentes à vigilância de todos os ativos, incluindo as estruturas civis, equipamentos eletromecânicos, subestações elétricas e outros; testes de obras concluídas e equipamentos instalados; operação e manutenção assistidas, com caráter preventivo, de obras e equipamentos e acompanhamento da implantação do Centro de Controle e Operação.

Em 2013, a implementação do Sistema de Gestão do PISF avançou, tendo em vista o posicionamento do Governo Federal de definir a Codevasf no papel de Operadora Federal do PISF, nos termos do Decreto nº 5.995/2006, Decreto nº 5.995/2006, que instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	25/05/2011	114.858,459	09/05/2014	136.460,14
Capacidade instalada de geração - Hidráulica	MW	31/12/2011	82.458	09/05/2014	86.699,27
Capacidade instalada de geração - Renováveis (exceto Hidráulica)	MW	31/12/2011	10.301	09/05/2014	14.312,58
Capacidade instalada de geração - Termelétricas	MW	31/12/2011	24.375	09/05/2014	27.273,94
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	31/12/2010	18,35	08/04/2014	18,27
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	31/12/2010	11,29	08/04/2014	10,49
Rede Básica do SIN - linhas de transmissão	km	31/12/2011	103.401	08/04/2014	116.846
Rede Básica do SIN - transformação	MVA	31/12/2011	244.918	08/04/2014	278.310
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R\$/MWh	30/04/2011	272,41	25/04/2014	255,89
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/01/2011	7,8	08/04/2014	6,06
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/01/2011	6,42	28/04/2014	8,37
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/01/2011	1,58	28/04/2014	2,48
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/01/2011	0,75	28/04/2014	2,11
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/01/2011	10,57	28/04/2014	10,47
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/01/2011	65,53	28/04/2014	63,54
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/01/2011	5,71	28/04/2014	5,58
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/01/2011	1,63	28/04/2014	1,46
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	31/12/2009	98,91	30/09/2012	99,5

Observações:

Taxa de universalização do acesso à energia elétrica - PNAD. Valor de 2013 ainda não disponível.

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Nesse Objetivo, espera-se adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da sua grande disponibilidade e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial energético. Essa geração pode ocorrer por meio de uma Central Geradora Hidrelétrica (CGH), uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) ou uma Usina Hidrelétrica de Energia (UHE). Segundo as definições da ANEEL, CGH é uma unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), PCH é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e, por fim, uma UHE é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts).

As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores, porém com impactos ambientais reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em pontas do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

Os projetos definidos no âmbito do PPA 2012-2015 estão em andamento e espera-se o alcance dos resultados desse objetivo ao final do período considerado. Dos 10.326 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação, em 2012, 1.856 MW dessa fonte, com destaque para a entrada das máquinas da UHE Santo Antônio, que somam 626,3 MW de capacidade adicional no Rio Madeira, em Rondônia, e da UHE Estreito com 407,3 MW de capacidade incremental, situada entre o Maranhão e o Tocantins. Em 2013, foram incorporados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 1.533 MW de capacidade instalada, com destaque para o início da operação da primeira máquina da UHE Jirau de 75 MW, além de máquinas da UHE Santo Antônio, a qual, ao fim de 2013, disponibilizava 17 Unidades Geradoras para operação comercial, totalizando 1.201,5 MW de capacidade adicional nessa Usina.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, os resultados alcançados ficaram abaixo da expectativa para os primeiros anos de execução do PPA, com um aumento da capacidade instalada de 1.856 MW.

Em 2013, a execução permaneceu aquém do planejado, com o acréscimo de 1.533 MW. Esse resultado justifica-se pela postergação da entrada em operação de algumas etapas de obras importantes como Santo Antônio e Jirau. Contudo, com a conclusão dessas duas usinas será possível acrescentar mais de 7.000 MW à capacidade instalada, o que possibilitará o atingimento da meta estabelecida para o quadriênio. O avanço físico das obras da UHE Santo Antônio é de aproximadamente 94%, enquanto que o das obras da UHE Jirau é de 90%.

Importante ressaltar a conclusão das obras das UHEs Estreito (1.087 MW) e Mauá (363,1 MW); a entrada em operação comercial de 305,7 MW da UHE Simplício (333,7 MW) e o andamento das obras da UHEs Santo Antônio do Jari (373,4 MW), com 88% de realização, Colider (300 MW), com 85% realizados, e Teles Pires (1.820 MW), com mais de 70% executados.

Por fim, destaca-se a participação das UHEs Sinop (400 MW) e São Manoel (700 MW) nos leilões de energia realizados no ano de 2013. Os respectivos contratos deverão ser assinados no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

3.389

**Data de Referência**

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.280	MW	792	31/12/2013
Região Nordeste	326	MW	7	31/12/2013
Região Norte	6.950	MW	1.203	31/12/2013
Região Sudeste	75	MW	457	31/12/2013
Região Sul	695	MW	930	31/12/2013

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. No planejamento energético é importante a adoção do princípio da diversificação da matriz energética, levando em consideração a disponibilidade de matérias primas, fontes primárias renováveis e não renováveis. O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas (UTES) estão entre as alternativas de diversificação. As principais vantagens das térmicas são o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo, o menor risco para o setor privado e a contribuição para o aumento da confiabilidade do sistema elétrico interligado, compensando possíveis déficits hídricos.

Dos 9.338 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação em 2013, 2.209,7 MW, representando 23,6% do total previsto para o PPA. Assim, o acumulado dos dois primeiros anos do PPA foi de 2.962,9 MW, o que corresponde a 31,7% do total previsto.

Metas 2012-2015

• **Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados ao sistema 753,2 MW. Em 2013 foram adicionados mais 2.209,7 MW, totalizando 2962,9 MW. Destaca-se que diversas usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia de 2008 a 2011, já foram consideradas frustradas, uma vez que foram iniciativas de grupos empresariais em dificuldades ou extintos.

Quantidade alcançada

2.962,9

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	120	MW	363,6	31/12/2013
Região Nordeste	4.900	MW	2.507,5	31/12/2013
Região Norte	80	MW	43,8	31/12/2013
Região Sudeste	4.150	MW	48	31/12/2013
Região Sul	88	MW	0	31/12/2013

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa e 3.680 MW a partir da fonte eólica, ao Sistema Elétrico Brasileiro, no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis é uma alternativa importante na diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, localizados principalmente nas regiões Sul e Nordeste. Até o ano 2012 foi desenvolvido cerca de 1,5 % desse potencial, fato que, associado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir dessa fonte observada nos leilões de 2010 e 2011, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil. No caso da biomassa, o grande potencial de exploração é a disponibilidade de terra arável no Brasil, a intensa radiação solar recebida, o desenvolvimento tecnológico e uma agroindústria consolidada. O bagaço residual do processamento industrial da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol é o principal combustível renovável para geração de energia elétrica. A produção principal de energia dessa biomassa é para consumo próprio das usinas do setor sucroalcooleiro, havendo também a possibilidade de venda do excedente de eletricidade para o Sistema Interligado Nacional (SIN), e isso tem sido estimulado por meio de ações do Governo, utilizando principalmente os leilões de energia.

No biênio 2012-2013 foram adicionados 769,4 MW de capacidade de geração de fonte eólica e 2.245 MW de fonte a biomassa à matriz energética nacional, dentro da regionalização estabelecida pelo PPA. Além disso, em relação à biomassa, foram adicionados mais 103,8 MW na região Sul, que não conta da meta do Programa.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa**

Análise Situacional da Meta

No caso da biomassa o montante adicionado em 2012, de 863 MW, representou 62% do total previsto para o período 2012-2015.

Em 2013, o volume adicionado foi de 1.382 MW. Esse valor, somado ao total adicionado no ano anterior, representa um montante de 2.245 MW indicando que a meta estabelecida para o PPA foi ultrapassada em 62%.

Entretanto, a tendência é de que essa fonte não tenha o mesmo desempenho no restante do período, uma vez que os principais aproveitamentos já foram consolidados, e espera-se um acréscimo somente de 248 MW para 2014 e 2015. Importante ressaltar que, embora não conste da regionalização da meta, foram também realizados empreendimentos de geração elétrica à biomassa na região Sul nos primeiros anos do PPA totalizando 53,8 MW em 2012, e 50 MW em 2013.

Quantidade alcançada

2.245

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	480	MW	850	31/12/2013
Região Nordeste	125	MW	78	31/12/2013
Região Norte	80	MW	0	31/12/2013
Região Sudeste	710	MW	1.317	31/12/2013

- **Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados 456,2 MW de capacidade de geração de fonte eólica à matriz energética nacional. Em



2013 esse acréscimo foi de 313,2 MW. O montante da expansão da capacidade instalada de energia eólica gerada no período 2012-2013 representa cerca de 20% do total previsto para o período 2012-2015.

Houve postergação da entrada de diversas usinas em parques eólicos importantes, por conta no atraso das obras dos sistemas de transmissão associados para a integração das usinas.

Está previsto o acréscimo de cerca de 4.900 MW na capacidade instalada de fonte eólica, sendo 3.500 MW em 2014 e cerca de 1.400 MW em 2015, os quais foram negociados nos leilões de energia realizados entre 2009 e 2013.

Quantidade alcançada

769,4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.360	MW	608,2	31/12/2013
Região Sul	320	MW	161,2	31/12/2013

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O monitoramento da expansão e do desempenho do sistema elétrico, realizado pelo Governo Federal, tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica. O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual atua para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme o planejado. Dessa forma, é realizada uma avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético.

No monitoramento da expansão da geração, o Ministério acompanhou em 2012 um montante de 396 empreendimentos em implantação, quantidade acima do previsto no PPA.

Em 2013, o objetivo manteve um bom índice de monitoramento com 407 empreendimentos monitorados. O MME continua a monitorar uma quantidade superior à meta do PPA, e já realizou inspeção técnica em mais de 60% dos empreendimentos previstos inicialmente.

Com relação aos leilões de energia, o montante realizado em 2012 ficou dentro da previsão para o período. Em 2013, foram realizados o 5º Leilão de Energia de Reserva (Edital 05/2013 - Aneel), o 16º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-5", o 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-3", e o 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-5", em que foram comercializados um montante de 667.538,33 GWh de energia.

No caso da comercialização de energia com países vizinhos, a realizada com a Venezuela ficou no patamar previsto inicialmente, mas as trocas de energia com a Argentina e com o Uruguai não foram tão intensas em 2012. Em 2013, foi comercializado um total de 40.357,4 GWh de energia com os países vizinhos do Brasil, envolvendo as compras contratadas com o Paraguai de parte da energia gerada por Itaipu no montante de 39.528,2 GWh, as compras contratadas da Venezuela para o atendimento a Roraima no montante de 829,2 GWh e com a Argentina e Uruguai de energia interruptível foram realizadas apenas na modalidade de troca, sendo enviados e recebidos o mesmo montante no mesmo dia, em situações emergenciais, segundo os acordos com esses países.

Por fim, ressalta-se que foi formalizada, no Ministério de Minas e Energia, a prorrogação de 100% das concessões de

transmissão e cerca de 60% de geração de energia elétrica que venceriam entre 2015 e 2017.

Metas 2012-2015

• Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o MME planejou a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações referentes às tarifas de energia e subsidiar decisões do Ministério. As informações referentes aos meses de novembro e dezembro foram consolidadas no início de 2013.

No tocante a 2013, o MME planejou igualmente a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações e subsidiar decisões do Ministério em periodicidade compatível com o processamento dos reajustes/revisões tarifárias. No segundo quadrimestre de 2013 foi emitida a edição referente ao primeiro quadrimestre. No terceiro quadrimestre foi emitida a edição referente ao segundo quadrimestre. Portanto, considerando a adequação da periodicidade das atividades, atingiu-se 100% dessa meta.

• Monitorar anualmente a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País

Análise Situacional da Meta

O montante de empreendimentos de geração monitorados em 2012 chegou a 396 empreendimentos, quantidade 47% acima do previsto inicialmente.

Em 2013 foram monitorados 407 empreendimentos de geração de energia elétrica, montante 63% acima da meta anual estabelecida no PPA 2012-2015. O aumento do número de empreendimentos monitorados deve-se principalmente à segregação dos grandes parques eólicos em diversos projetos menores, o que resultou em um grande número de projetos a serem considerados individualmente, principalmente na região Nordeste.

Quantidade alcançada

407

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	41	31/12/2013
Região Nordeste	65	unidade	234	31/12/2013
Região Norte	55	unidade	17	31/12/2013
Região Sudeste	40	unidade	36	31/12/2013
Região Sul	60	unidade	79	31/12/2013

• Monitorar anualmente a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País

Análise Situacional da Meta

O valor realizado em 2012, de 450 empreendimentos monitorados, foi 70% maior do que o previsto no PPA 2012-2015.

Em 2013 foram monitorados 378 empreendimentos de transmissão de energia elétrica, valor cerca de 40% acima da meta estabelecida. Essa realização a maior deve-se principalmente à grande quantidade de obras de reforço e ampliações determinadas para melhorar o desempenho do sistema elétrico nacional após a elaboração deste plano.

Quantidade alcançada

378

Data de Referência

31/12/2013



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35	unidade	52	31/12/2013
Região Nordeste	70	unidade	127	31/12/2013
Região Norte	55	unidade	43	31/12/2013
Região Sudeste	45	unidade	79	31/12/2013
Região Sul	65	unidade	77	31/12/2013

• **Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas 56 inspeções em parques eólicos. Esse valor representa o número de inspeções consideradas individualmente para cada empreendimento segundo a metodologia aplicada nos leilões. Em 2013 foram realizadas 43 inspeções a usinas em construção em todo o País, o que equivale a 23,9% da meta estabelecida no PPA. Assim, o acumulado nos dois primeiros anos do PPA alcançou 99 inspeções, o que representa 55% da meta do PPA.

Além das inspeções em usinas, é importante ressaltar que foram realizadas também 17 inspeções em sistemas de transmissão e 34 inspeções em sistemas de distribuição.

Quantidade alcançada

99

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	unidade	5	31/12/2013
Região Nordeste	45	unidade	59	31/12/2013
Região Norte	40	unidade	11	31/12/2013
Região Sudeste	30	unidade	8	31/12/2013
Região Sul	40	unidade	16	31/12/2013

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos de inventário hidroelétrico, os estudos e projetos de parques eólicos e os projetos de usinas a biomassa estão sendo executados dentro da meta, e, em alguns casos, superando a meta estabelecida. Nos dois primeiros anos do PPA não foi possível concluir os estudos de viabilidade da UHE São Luis do Tapajós (7.880 MW), motivo pelo qual a realização de projetos e estudos de viabilidade ficou aquém da meta. Espera-se que esses estudos sejam concluídos em 2014. Com relação às usinas termoeletricas, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil.

Metas 2012-2015

• **Inventariar o equivalente a 8.240 MW de capacidade de geração hidrelétrica**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro/2012 e dezembro/2013 foram aprovados pela ANEEL 62 Estudos de Inventário Hidrelétrico (incluindo revisões), totalizando 4.629,9 MW. Adicionalmente, destaca-se a aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai no trecho limítrofe entre Brasil e Argentina pelos Governos de ambos os países, resultando em um potencial compartilhado de 2.200 MW (sendo 1.100 MW pertencente a cada país). Desse modo, as ações realizadas no biênio 2012/2013 permitiram conhecer com maior nível de detalhamento 5.729,9 MW do potencial hidrelétrico brasileiro, atingindo-se praticamente 70% da meta prevista para o horizonte 2012-2015.

Quantidade alcançada

5.729,9

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	5.700	MW	2.938,1	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Leste	140	MW	76	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	70	MW	8,5	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	210	MW	251,4	31/12/2013
Região Hidrográfica Paraná	630	MW	981,3	31/12/2013
Região Hidrográfica São Francisco	160	MW	0	31/12/2013
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	190	MW	248,7	31/12/2013
Região Hidrográfica Uruguai	1.140	MW	1.225,9	31/12/2013

• **Realizar e aprovar Estudos de Viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 15.365 MW**

Análise Situacional da Meta

No biênio 2012/2013 foram aprovados Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica de 4 aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 1.432 MW. Destaca-se ainda que, desses 4 aproveitamentos com estudos aprovados pela ANEEL, 3 já foram licitados e totalizam investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões.

Os estudos de viabilidade das usinas hidrelétricas de São Luiz de Tapajós e Jatobá estavam previstos para serem concluídos em 2013, mas ainda não foram finalizados. A conclusão dos estudos dessas hidrelétricas está prevista para 2014.

Quantidade alcançada

1.432

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	13.500	MW	1.319	30/10/2013
Região Hidrográfica Atlântico Leste	225	MW	0	30/10/2013
Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	110	MW	113	30/10/2013
Região Hidrográfica Paraná	210	MW	0	30/10/2013
Região Hidrográfica São Francisco	450	MW	0	30/10/2013
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	150	MW	0	30/10/2013
Região Hidrográfica Uruguai	720	MW	0	30/10/2013

• **Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa**

Análise Situacional da Meta

Importante ressaltar que se considera viabilizado todo empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos.

Desta forma, no biênio 2012/2013 foram viabilizados 808,8 MW empreendimentos de geração termelétrica à biomassa, incluindo-se novas centrais e ampliações. Esse montante representa 73,4% de realização da meta prevista e sua localização se dá majoritariamente na Região Sudeste/Centro-Oeste.

Quantidade alcançada

808,8

Data de Referência

31/12/2013



• **Viabilizar e projetar 4.000 MW de capacidade de geração a partir de fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Ressalta-se que para fins de aferição da meta considera-se viabilizado todo o empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos.

Desta forma, no biênio 2012/2013, os Leilões de Energia Nova e de Energia de Reserva viabilizaram a implantação de 4.992,5 MW em novas centrais eólicas. Desse montante, 4.405,4 MW estão localizados na região Nordeste, confirmando a vocação da região para a fonte eólica. Os 587,1 MW restantes encontram-se na Região Sul.

Quantidade alcançada

4.992,5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.000	MW	4.405,4	31/12/2013
Região Sul	1.000	MW	587,1	31/12/2013

• **Viabilizar e projetar 4 usinas termoeletricas**

Análise Situacional da Meta

Projetos não iniciados. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2 (em operação) e Angra 3 (em construção).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Interligado Nacional (SIN) é um conjunto de usinas, linhas de transmissão e de subestações elétricas interconectadas entre si, cuja principal função é de transportar a energia para os grandes centros de consumo, integrando os diversos componentes, otimizando os recursos energéticos disponíveis, considerando a operação com a máxima confiabilidade e estabilidade, aproveitando as características hidrológicas das bacias hidrográficas nas diferentes regiões geográficas do nosso país.

Dessa forma, tanto a integração dos subsistemas ainda isolados e dos novos empreendimentos de geração de energia ao SIN é uma questão estratégica e de soberania nacional. Destaca-se os grandes desafios para exploração dos potenciais hidráulicos nos estados da região Norte nas bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós, e do rio Xingú, com a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

No início da utilização da energia elétrica, cada região instalava seu próprio sistema de produção de energia. Todavia, com o passar do tempo, e o crescimento da utilização da energia elétrica, estes sistemas primitivos foram aumentando de tamanho e por conveniência e necessidade os sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia foram se interligando e tornando-se cada vez maiores. A estratégia brasileira de fazer uso de um sistema elétrico interligado – Sistema Interligado Nacional (SIN) – proporciona inúmeras vantagens para os serviços de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, pois possibilita que os sistemas elétricos de determinadas regiões possam proporcionar ajuda recíproca durante os períodos de manutenção de equipamentos; estabelece a possibilidade de que um sistema com superávit energético possa transacionar sua energia com um sistema elétrico deficitário; cria opções para que um sistema

elétrico possa fornecer suporte para outro sistema em caso de perturbação; e melhora a confiabilidade do conjunto de sistema devido ao aumento efetivo da quantidade de opções operacionais. Assim, a interligação do sistema elétrico regional do Brasil é um objetivo primordial para proporcionar desenvolvimento, conforto e bem estar social para toda a população.

Portanto, todas as ações consideradas neste Objetivo são relativas às novas instalações que passarão a ser integradas ao SIN. Normalmente, essas ações, uma vez detalhadas, são objeto de concessão por meio de licitação pública da Agência Nacional de Energia Elétrica, evento em que participam entes públicos (estatais federais ou estaduais) e também empresas privadas.

Em 2012, entraram em operação 2.744,4 km de linhas de transmissão na Rede Básica (tensão maior ou igual a 230 kV), representando 17,5% do total previsto para o período do PPA 2012-2015. Em 2013 foram agregados ao SIN mais 9.928 km, elevando o percentual de execução da meta para 72,2%.

Além disso, em 2013, foram agregados 16.268 MVA de potência de transformação na Rede Básica, superando em 50% a meta 2012-2015. Destacam-se a Região Nordeste que superou em 160% a meta regional para o período, e os esforços que ainda estão sendo conduzidos para a expansão da potência instalada na Região Norte, onde o desafio é mais intenso.

Metas 2012-2015

- **Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o desempenho ficou abaixo do esperado tendo sido adicionados ao sistema apenas 2.744,4 km de novas linhas de transmissão.

Em 2013 houve uma recuperação no ritmo de implantação, e foram adicionados mais 9.928,0 km ao sistema nacional. Essa execução fez com que o acumulado nos dois primeiros anos alcançasse 72% de realização. Mantido esse ritmo, será possível alcançar a meta total ainda em 2014.

As maiores contribuições para essa realização foram as conclusões da interligação do Amazonas, Pará e do Amapá ao SIN, além do sistema de integração das UHEs do Madeira.

Quantidade alcançada

12.672,4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	700	km	2.958,7	31/12/2013
Região Nordeste	900	km	997,6	31/12/2013
Região Norte	14.500	km	8.214	31/12/2013
Região Sudeste	800	km	291,8	31/12/2013
Região Sul	750	km	210,3	31/12/2013

- **Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN**

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, de 10.034,3 MVA, equivalente a 46% do total previsto para o período 2012-2015, fato esse que evidencia o volume de obras que vem sendo executado em subestações do SIN.

Além disso, em 2013, foram adicionados mais 11.666,0 MVA de capacidade transformadora ao sistema.

A execução acumulada representa 98,6% da meta total para 2012-2015, e com perspectiva de se obter uma realização de mais 120% acima da meta definida no PPA.

As maiores contribuições para essa realização foram também as conclusões das subestações dos sistemas de



interligação do Amazonas, Pará e do Amapá ao Sistema Interligado Nacional, além das subestações do sistema de integração das UHEs do Madeira.

Quantidade alcançada

21.700,3

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.500	MVA	2.700	31/12/2013
Região Nordeste	3.500	MVA	5.450	31/12/2013
Região Norte	6.800	MVA	3.650	31/12/2013
Região Sudeste	4.700	MVA	9.166,3	31/12/2013
Região Sul	2.500	MVA	734	31/12/2013

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A confiabilidade do sistema elétrico é uma característica fundamental para o desenvolvimento do país. Além de um parque gerador diversificado, é necessário um sistema de transmissão e distribuição robusto, de forma a atender às demandas e a minimizar as interrupções de fornecimento nas unidades consumidoras. Para tanto, as ampliações, reforços e melhorias nas instalações das usinas geradoras de energia elétrica existentes, assim como no sistema de transmissão nacional, tornam-se importante contribuição para o desenvolvimento do sistema eletro-energético nacional. Normalmente essas ações de ampliações, reforços e melhorias no sistema são autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de uma solicitação das empresas proprietárias das instalações, seguindo um rito próprio e diferente daquele utilizado para as novas instalações do SIN.

Em 2012 foram revitalizados 342,7 km, com uma realização de 14,5% do previsto no PPA no primeiro ano. Além disso, foram executados 4,8 km referentes a regiões não presentes na regionalização do PPA. Em 2013, a realização foi de 377 km, somando assim 30% da meta para o período.

Entre 2012 e 2013 foram também reforçados todos os subsistemas do SIN, aumentando em 6.972,2 MVA de potência de transformação as subestações existentes, superando a meta estabelecida para 2012-2015.

Metas 2012-2015

- Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados 4.260,9 MVA de capacidade transformadora às subestações existentes no SIN, correspondendo a 84% do previsto para todo o período do PPA 2012-2015.

Em 2013, foram adicionados 2.711,3 MVA de capacidade transformadora às subestações existentes no Sistema, correspondendo a 53% do previsto para o PPA 2012-2015. Acumulando-se o realizado nos dois primeiros anos do PPA, essa meta já foi superada em 37%.

Quantidade alcançada

6.972,2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	MVA	1.100	31/12/2013
Região Nordeste	1.500	MVA	1.596	31/12/2013
Região Norte	350	MVA	683	31/12/2013
Região Sudeste	1.100	MVA	1.688,2	31/12/2013
Região Sul	1.250	MVA	1.905	31/12/2013

• **Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

No biênio 2012-2013 não houve incremento na capacidade efetiva de geração com as autorizações emitidas pela ANEEL. Esse aumento de capacidade depende efetivamente das ações que as empresas solicitam nos seus parques geradores, o que não ocorreu nesse período. Contudo, existe a expectativa de que haja algum incremento até 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2013

• **Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização em 2012, de 347,4 km, correspondeu apenas a 14,5% do previsto no PPA, sendo 4,6 km de reforços e 342,8 km de recapitação de linhas existentes. Desse total, 342,6 km correspondem à regionalização do PPA. Em 2013, houve mais 377 km de linhas recapitadas. Assim, ocorreu o alcance de 30% do total da meta estabelecida para o período.

Quantidade alcançada

724,2

Data de Referência

30/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	600	km	20,5	30/08/2013
Região Nordeste	500	km	297,5	30/08/2013
Região Sudeste	600	km	386,2	30/08/2013
Região Sul	700	km	20	30/08/2013

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A Universalização do acesso à energia elétrica é composta por duas ações concomitantes e complementares: o processo regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 488/12 e o Programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto 7.520/11. Os moradores de áreas consideradas universalizadas ou que não se enquadrem nos critérios do Luz para Todos são atendidos de acordo com o Plano de Universalização aprovado e fiscalizado pela ANEEL e em consonância com a Lei nº 12.111/2009.

Em novembro de 2013, o Programa Luz para Todos completou 10 anos de criação e comemorou ao final de 2013 o atendimento a 3.109.842 famílias rurais, beneficiando mais de 15 milhões de pessoas. No período de 2012/2013 foram realizadas 207.444 novas ligações pelo Programa.



Metas 2012-2015

• Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o Programa Luz para Todos atendeu a 120.131 famílias.

Em 2013, foram atendidas mais 87.313 famílias. Esse montante somado aos resultados obtidos no ano anterior representa uma realização de 42% da meta estabelecida no PPA.

Quantidade alcançada

207.444

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65.670	domicílio	7.092	31/12/2013
Região Nordeste	222.000	domicílio	135.362	31/12/2013
Região Norte	174.500	domicílio	60.630	31/12/2013
Região Sudeste	31.450	domicílio	1.663	31/12/2013
Região Sul	1.380	domicílio	2.697	31/12/2013

• Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização

Análise Situacional da Meta

Das 257 mil famílias identificadas pelo Censo do IBGE como em situação de extrema pobreza, o Programa Luz para Todos atendeu 170 mil famílias no período 2012/2013, o que corresponde a 66% da meta estabelecida no PPA.

Quantidade alcançada

170.000

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A oferta do serviço de energia elétrica com qualidade envolve a realização eficiente de todas as etapas: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Nesse sentido, os instrumentos regulatórios - em seu conjunto integrado de regulamentação, fiscalização, outorgas e incentivo à participação pública - devem propiciar que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica

Em 2012, no que diz respeito à regulamentação, merecem destaque a aprovação da metodologia de apuração da Diferença Mensal de Receita (DMR) e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras em virtude da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), o estabelecimento de novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço no setor elétrico e a definição da estrutura ótima de capital e o custo de capital considerado nas licitações de transmissão. Foram realizados 51 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (39 concessionárias e 12 permissionárias) e 38 processos de revisão tarifária (28 de concessionárias de distribuição e 10 de transmissoras). Ao lado disso, foram prorrogadas as tarifas de 33 distribuidoras de energia elétrica (7 concessionárias e 26 permissionárias), além da fixação das tarifas de potência de Itaipu Binacional, da definição da receita de venda de Angra I e Angra II, da definição dos encargos setoriais e do reajuste da Tarifa Anual de Referência (TAR).

No exercício de 2013, foram realizados 53 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (29 concessionárias e 24 permissionárias) e 76 processos de revisão tarifária (32 de concessionárias de distribuição, 35 permissionárias e 9 agentes de transmissão de energia elétrica). Houve prorrogação das tarifas de 10 distribuidoras de energia elétrica (2 concessionárias e 8 permissionárias). Foram realizados 101 processos de revisão tarifária extraordinária de distribuidoras (63 concessionárias e 38 permissionárias).

Fiscalização

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, em 2012, de um total previsto de 1.674, foram realizadas 1.816 fiscalizações. Na área econômico-financeira, também em 2012, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC). Também foi intensificada, por meio de descentralização, com o apoio das Agências Estaduais, a fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural – regularizadas recentemente. Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por Monitoramento Contábil, Econômico e Financeiro, de todos os Agentes de distribuição e transmissão, em especial nas concessionárias integrantes do Grupo Rede, cujo trabalho subsidiou a decisão de intervenção administrativa tomada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para o processo tarifário foram realizadas 24 fiscalizações referentes à Base de Remuneração, além de fiscalizações de custos incorridos, para o processo licitatório. Além disso, foram aceitas 417 solicitações de anuências prévias aos agentes do setor elétrico, referentes a operações comerciais.

Em 2013, de um total previsto de 2.528, realizaram 1.669 fiscalizações, sendo 632 fiscalizações econômico-financeiras, 262 fiscalizações dos agentes de distribuição e 111 de transmissão e 664 fiscalizações de geração.

Concessão

Em 2012, em atendimento ao disposto na Medida Provisória nº 579/2012 e no Decreto nº 7.805/2012, foram analisados os pedidos de prorrogação do prazo de concessão de 9 Transmissoras, cujos contratos vencem em 2015. Em 2013, a referida Medida foi convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013.

Ouvidoria ANEEL

No âmbito da Ouvidoria Setorial da ANEEL, foram atendidas em 2012, 1.251.269 solicitações, de um total previsto de 1.761.222. Em 2013, foram atendidas 1.001.864 ligações. Esses serviços serão mantidos por meio da Central de Teleatendimento da ANEEL (CTA) aos consumidores e as atividades de análises técnicas realizadas, por delegação, pelas Agências Estaduais Conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade de atendimento.

Participação Pública

No que se refere à participação pública na agenda regulatória, merecem destaque o aprimoramento e a ampliação das consultas e audiências públicas, visando fortalecer o relacionamento com a sociedade: consumidores, representantes da sociedade civil, Governo, Congresso, Poder Judiciário, empresas do setor, etc. Nesse campo, destaca-se, ainda, a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores (Pesquisa IASC), e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

Audiências Públicas

Foram realizadas em 2012 125 audiências e consultas públicas à sociedade. Entre os temas apresentados estão: o pré e pós-pagamento de energia, procedimentos para prestação de atividades acessórias pelas distribuidoras, agenda regulatória para o biênio 2013/2014, o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição e temas já regulamentados, em fase de aprimoramento, a exemplo das condições gerais de fornecimento de energia elétrica, leilões, entre outros.

Em 2013, foram finalizadas 50 Audiências Públicas, dentre as quais 27 com sessão ao vivo presencial, 31 por intercâmbio documental, 8 Consultas Públicas todas por intercâmbio documental, além de 16 eventos. A empresa contratada para a realização do cálculo do Índice de Satisfação do Consumidor iniciou os trabalhos de pesquisa, cujo status no último relatório indicava 58% de entrevistas realizadas.

Outorga

Para o ano de 2013, estabeleceu-se previsão de 244 outorgas concedidas, para geração, transmissão e distribuição de



energia elétrica. Até o 1º semestre foram realizadas 80 outorgas, sendo 57 atos de outorga de geração e 15 atos de outorga de transmissão e 8 atos de outorga de distribuição, que somados correspondem a 31,97% da previsão inicial.

Metas 2012-2015

• Reduzir DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 14 horas/ano**Análise Situacional da Meta**

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o DEC, que indica o número de horas que, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto ficaram sem energia elétrica durante um determinado período. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do país (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

Em 2012 o valor foi de 18,6 horas/ano, e em 2013, de 18,27 horas/ano

Quantidade alcançada

18,27

Data de Referência

08/04/2014

• Reduzir FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 10 vezes/ano**Análise Situacional da Meta**

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o FEC, que indica quantas vezes, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto sofreram interrupção. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do país (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

Em 2012 o valor foi de 11,1 horas/ano, e em 2013, foi de 10,49 horas/ano.

Quantidade alcançada

10,49

Data de Referência

08/04/2014

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica, além de proporcionar redução de custo aos usuários, reduz a pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade.

Em 2012, o país economizou 9.000 GWh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética, sendo o Selo Procel e o Programa Brasileiro de Etiquetagem os principais responsáveis por este feito. Em junho de 2012, iniciou-se a gradativa retirada das lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, a começar pelas de potência maior que 100 watts. Os benefícios energéticos dessa medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 TWh/ano,

equivalendo à expansão de 2.433 MW na oferta, proporcionando uma economia de aproximadamente R\$ 6 bilhões em custos geração, transmissão e distribuição.

Em 2013, segundo cálculos preliminares do PROCEL, o país economizou 9.700 GWh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética. No âmbito da Lei de Eficiência Energética, foram regulamentados os Transformadores de Distribuição em Líquido Isolante, gerando uma expectativa de redução de cerca de 12.000 GWh de economia de energia por esta medida até 2030.

Metas 2012-2015

• Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação

Análise Situacional da Meta

Os resultados levantados no Relatório do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) que fazem referência a 2012 demonstraram que foram alcançados 9.000 GWh.

Para o ano de 2013, os resultados preliminares demonstram que foram alcançados 9.700 GWh, o que leva a acreditar que a meta será plenamente alcançada no quadriênio 2012-2015

Se estes números se confirmarem, no biênio 2012-2013 já se terá atingido aproximadamente 18.700 GWh do total de 20.000 GWh previstos para o período de vigência do PPA.

Quantidade alcançada

18.700

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O processo de universalização nessas regiões também necessita de ações diferenciadas em face das suas peculiaridades ge-elétricas.

Por outro lado, na região Norte encontram-se em implementação três importantes ações estratégicas: a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados ao SIN; a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região. Mesmo com a integração prevista para todas as capitais, uma parte do atendimento no interior ainda deverá ser realizada com geração térmica local, geralmente a diesel, em áreas determinadas e bastante dispersas, com elevados custos de operação e manutenção. Associado a isso, são comuns as dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

Em 2012 foram construídos pelas distribuidoras do Grupo Eletrobras 1.018 km de novas redes de distribuição de energia elétrica, e adicionados 56 MW na capacidade de geração instalada das empresas do Grupo. Em 2013, foram construídos, 913 km de novas redes de distribuição, mas não houve acréscimo à capacidade de geração instalada.

Metas 2012-2015

• Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a rede de distribuição das empresas do Grupo Eletrobras foi expandida em 1.018km, correspondendo a 97%



do total previsto para o período do PPA.

Em 2013 a rede foi expandida em mais 913 km. Esse montante, agregado aos números do ano anterior, totaliza 1.931 km de novas redes de distribuição de energia, suplantando a meta inicial do PPA em 184%.

Quantidade alcançada

1.931

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	300	km	750	31/12/2013
Região Norte	750	km	1.181	31/12/2013

• Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados

Análise Situacional da Meta

Em 2013 não houve agregação de capacidade adicional de geração de energia térmica nos sistemas isolados das empresas do Grupo Eletrobras. Mesmo com a adição de 56,2 MW em 2012, a meta de 150 MW prevista no período do PPA dificilmente será alcançada, considerando a tendência de integração de boa parte dos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio dos sistemas de transmissão em implantação no norte do País, integrando os Estados do Acre, Rondônia, Amapá, Amazonas e Roraima ao SIN. Com a integração desses sistemas muitos municípios deverão ser interligados ao SIN, desativando usinas térmicas que deverão ser remanejadas para outros, evitando a necessidade de novas térmicas nos sistemas isolados.

Quantidade alcançada

56,2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	MW	56,2	31/12/2013

• Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos

Análise Situacional da Meta

As perdas na rede de distribuição em 2012 foram reduzidas em média em 3,24 no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras. O principal fator impulsor para a realização dessa meta é o programa específico da Eletrobras com o Banco Mundial.

Em 2013 houve um aumento de perdas na rede de distribuição no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras, em média, da ordem de 1,04%. Com esse aumento observado em 2013 o resultado acumulado nestes dois primeiros anos do PPA 2012-2015 foi de uma redução de 2,2%, portanto, bem acima da meta prevista no PPA. A previsão é de que a meta inicial seja suplantada também com facilidade para essa iniciativa.

Quantidade alcançada

2,2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	2,36	31/12/2013
Região Norte	1,5	unidade	2,12	31/12/2013

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Também são ações necessárias para sustentar a confiabilidade do sistema elétrico as ações de manutenção, modernização e revitalização das instalações dos sistemas elétricos. As atividades de manutenção envolvem todos os custos relativos à preservação das condições operacionais das instalações dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de propriedade das empresas federais (Grupo Eletrobras). As ações de modernização e revitalização envolvem as atualizações tecnológicas nas instalações para promover a eficiência operacional dos sistemas. Em atendimento à regulamentação vigente, o ONS anualmente encaminha à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico – PMIS, composto por revitalizações no SIN necessárias ao reforço da segurança operacional elétrica, que apresenta o conjunto de revitalizações de natureza sistêmica. Já as melhorias representam a implantação ou substituição de equipamentos visando manter a disponibilidade e a supervisão das instalações de transmissão, não acarretando modificação da topologia da rede.

As empresas do Grupo Eletrobras estão realizando manutenção em todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica de sua propriedade nesse período.

Metas 2012-2015

- **Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todas as instalações de geração de energia elétrica, totalizando 32.930 MW de instalações de geração.

Em 2013 o Grupo considera que foi igualmente procedida a manutenção de todo o seu parque gerador em operação, perfazendo um total de 33.699 MW.

O parque gerador pertencente às empresas do Grupo Eletrobras representa 27% de toda a capacidade de geração do parque gerador existente no Brasil atualmente.

Quantidade alcançada

33.699

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todo o seu sistema de transmissão de energia elétrica, totalizando 58.947 km de linhas de transmissão.

Em 2013, o Grupo considera que foi igualmente procedida a manutenção de todo o seu sistema de transmissão em operação, perfazendo o mesmo total de 2012.

O sistema de transmissão pertencente às empresas do Grupo Eletrobras representa 51% de toda a extensão do sistema de transmissão existente no Brasil atualmente.

Quantidade alcançada

58.947

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.



Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Alguns dos principais investimentos previstos para o período de 2010 a 2013 do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) estavam associados ao projeto para desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias – Projeto LongDist.

No âmbito deste projeto encontra-se em construção o Laboratório de Ultra-alta Tensão (LabUAT), na unidade Adrianópolis, município de Nova Iguaçu. Sua finalidade será apoiar o desenvolvimento e avaliação do desempenho de soluções comerciais, de novas configurações de linhas de transmissão, em níveis de até 1.100 kV CA e ± 800 kV CC, com alta capacidade, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias. Esta nova infraestrutura laboratorial, pioneira no continente americano, terá papel essencial no apoio às atividades de pesquisa aplicada do Cepel, para vencer os desafios tecnológicos da transmissão da energia dos futuros aproveitamentos hidroelétricos da Amazônia, contribuindo para viabilizar o desenvolvimento sustentável da hidroeletricidade na região, atendendo em primeiro momento, o empreendimento de Belo Monte.

A fase inicial do LabUAT Externo, já concluída em 2013, é composta pelo pórtico central da instalação e está capacitada para realizar pesquisa experimental em UAT, em condições de tempo bom, abrangendo:

- Ensaios de tensão suportável em cadeias de isoladores;
- Monofásicos ou trifásicos, em corrente alternada;
- Mono polares ou bipolares, em corrente contínua;
- Ensaios de isolamento a impulso atmosférico e de manobra em cadeias de isoladores;
- Ensaios de isolamento a impulso atmosférico e de manobra em configurações de linha fase-fase;
- Medição da tensão de radio interferência em cadeias de isoladores;
- Medição de corona em cadeias de isoladores;
- Distribuição de potencial em cadeias de isoladores.

Metas 2012-2015

- **Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em execução desde 2012 o Convênio de Cooperação Técnica celebrado com o Centro de Pesquisa em Energia Elétrica (Cepel), com o objetivo de apoio institucional para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas supracitadas. Foram destinados recursos para a promoção e participação brasileira nos grupos de trabalho da Agência Internacional de Energia (AIE), a saber: (1) Bioenergia; (2) Hidroeletricidade; (3) Energia Solar.

Tendo como fonte de financiamentos os recursos operacionais e da Eletrobras, o Cepel dedicou-se ao desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias - Projeto LongDist. As aquisições dos equipamentos envolvidos, bem como a realização das obras de infraestrutura laboratorial necessárias, apresentaram desafios em função de sua complexidade e ineditismo, que resultaram em prazos de duração para as fases de especificação, projeto e licitação mais longos do que inicialmente previsto. Apesar disso as realizações obtidas nos exercícios de 2012 e 2013 foram satisfatórias.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m³	31/12/2010	2.906.999	31/12/2013	2.925.055,81
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m³	31/12/2010	153.542	31/12/2013	151.505.830
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m³	31/12/2010	325.961	31/12/2013	369.407,4
Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m³	31/12/2010	11.860.032	31/12/2013	12.706.836,924
Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	31/05/2011	544.835	30/04/2014	671.042
Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	31/05/2011	40.171	30/04/2014	40.171
Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	31/05/2011	1.449.843	30/04/2014	3.321.801
Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	31/12/2009	2,1	31/12/2013	2,2
Consumo de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2013	2,917
Consumo de etanol hidratado	milhão de m³ por ano	31/12/2010	15,074	31/12/2013	10,817
Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	12,558	31/12/2013	13,276
Consumo de gasolina C	milhão de m³ por ano	31/12/2010	29,847	31/12/2013	41,365
Consumo de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	49,239	31/12/2013	58,5
Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	6,25	31/12/2013	7,224
Exportações de biocombustíveis	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,763	31/12/2013	2,9
Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	11/07/2011	7.179	31/12/2013	7.894
Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	31/12/2010	87,5	31/12/2013	66,67
Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	3,123	31/12/2013	3,324
Importações de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	9,007	31/12/2013	10,283
Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,923	31/12/2013	1,961
Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	31/12/2010	97,64	31/12/2013	97,99

Piano
Mais Brasil

Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	31/12/2010	100.371	05/09/2013	92.673
Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2010	21,4	31/12/2013	21,1
Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2013	2,93
Produção de etanol	milhão de m³ por ano	31/12/2010	27,963	31/12/2013	27,8
Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	31/12/2010	27,33	31/12/2013	63,7

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A área de refino, situada entre a produção e distribuição na cadeia de petróleo e derivados, é considerada estratégica na cadeia de valor agregado da indústria petrolífera.

As recentes descobertas de volumes recuperáveis de petróleo na área do pré-sal e o aumento da demanda de combustíveis são os principais vetores para a ampliação e modernização do parque nacional de refino.

Nesse sentido, é importante que o País processe primordialmente o petróleo nacional, torne-se autossuficiente no abastecimento nacional de combustíveis derivados, com especial atenção para o gás liquefeito de petróleo (GLP), de grande impacto social, para o óleo diesel e para o querosene de aviação (QAV), combustíveis que apresentam forte relação com o desenvolvimento econômico do País. Adicionalmente, consta na estratégia a adequação de infraestrutura industrial no exterior, pela Petrobras, complementando as ações dentro do território nacional visando ao atendimento do mercado interno.

Além da ampliação do parque de refino, outro aspecto considerado se refere à melhoria da qualidade dos combustíveis automotivos visando à redução de emissões veiculares, conforme definido na legislação. Para isso, esse Objetivo contempla uma série de iniciativas voltadas à modernização e ampliação de refinarias existentes.

Para expandir o parque nacional de refino, merecem destaque a construção da Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, com realização de 84% da obra até dezembro de 2013, prevista para entrar em operação até o final de 2014, e agregará capacidade de processar 230 mil barris/dia e a obra da Premium I, no Estado do Maranhão, com a conclusão da terraplenagem. Além dessas, destaca-se a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com 66% da obra realizada.

Quanto à atuação internacional da Petrobras, os negócios em refino e distribuição estão concentrados nas refinarias da Argentina, Japão e EUA e na rede de 872 estações de distribuição existente na Argentina, Colômbia, Chile, Paraguai e Uruguai. Os investimentos realizados durante o período 2012/2013 tiveram como objetivo a manutenção do nível de segurança e das condições operacionais da infraestrutura existente, o que tem permitido reduzir os riscos nas operações de produção das refinarias e de vendas na rede de distribuição desses países.

As circunstâncias cambiais e econômicas adversas nos países onde a Petrobrás atua seguem representando o maior fator de risco aos negócios e estratégias para maiores realizações operacionais e financeiras. Entretanto, o esforço de gestão tem permitido a mitigação de tais riscos e a elaboração de planos de negócios melhor adaptados a cada realidade e possibilidades.

No que se refere à modernização do parque nacional de refino, em 2012 e 2013 a Agência Nacional do Petróleo, Gás

Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou a operação de empreendimentos com o objetivo de atender às novas demandas do mercado consumidor nacional, tanto no aspecto de qualidade quanto de quantidade. Entre elas, as obras nas refinarias Gabriel Passos (REGAP), Henrique Lage (REVAP), Landulpho Alves (RLAM), Potiguar Clara Camarão (RPCC), Paulínia (REPLAN) e Manguinhos.

Em relação à qualidade dos combustíveis, desde 31 de dezembro de 2013 todos os postos do País passaram a receber a nova gasolina de ultrabaixo teor de enxofre (S-50). Com isso, as emissões de gases poluentes deverão ser reduzidas em até 60%. Já para o óleo diesel, desde janeiro/2013 o diesel S-50 vem sendo substituído pelo diesel S-10, que possui menor teor de enxofre, proporcionando menos emissão de gases de efeito estufa.

Houve avanços no que se refere ao atendimento da quantidade demandada. No entanto, ainda está por resolver a dependência externa de combustíveis.

Metas 2012-2015

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados da ANP, a média de processamento de petróleo em 2013 foi de 2.055.342,85 barris de petróleo por dia, próximo ao realizado em 2012 (2.105.795,00 bpd), apesar dos esforços para maior utilização da capacidade instalada e das ações para elevação da produção de diesel, querosene de aviação e gasolina.

Quantidade alcançada

2.055.342,85

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10³m³/dia de óleo diesel**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Petrobrás registrou aumento de aproximadamente 7% na produção em relação a 2011, saindo de 116,5 para 124,6 mil m³/dia. Verifica-se, em 2013, novo aumento na produção de diesel devido ao maior nível de processamento, ao aumento da utilização de unidades de hidrotreatamento (HDTs) e ao início da operação da unidade de coque da REPAR (Refinaria Presidente Getúlio Vargas ou Refinaria do Paraná), em agosto de 2012.

De acordo com informações da ANP, a média de produção de óleo diesel em 2013 foi de 135,72 mil m³/dia, representando aumento de 8,9% em relação ao ano anterior, cuja média foi de 124,66 mil m³/dia.

Avalia-se que, ao final de 2015, a meta estabelecida será alcançada.

Quantidade alcançada

135,72

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	39	mil m ³ /dia	17,07	31/12/2013
Região Norte	3	mil m ³ /dia	2,24	31/12/2013
Região Sudeste	85	mil m ³ /dia	85,39	31/12/2013
Região Sul	25	mil m ³ /dia	31,02	31/12/2013

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10³m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)**



Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve pequeno aumento na produção de QAV pelas refinarias da Petrobras em comparação a 2011, alcançando a produção de 14,85 mil m³/dia.

Segundo a ANP, a média de produção em 2013 foi de 15,22 mil m³/dia, aumento de 2,4% em relação a 2012. As refinarias da Petrobras apresentaram elevação da produção de QAV, decorrente do aumento de capacidade e de eficiência das unidades de processo.

Entretanto, o atendimento da meta de produção de 21 mil m³/dia de QAV em 2015 está comprometido, tendo em vista o adiamento do início de operação do 1º trem do COMPERJ (de 2014 para Agosto de 2016).

Quantidade alcançada

15,22

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	mil m³/dia	1,12	31/12/2013
Região Norte	1	mil m³/dia	0,43	31/12/2013
Região Sudeste	16	mil m³/dia	12,26	31/12/2013
Região Sul	2	mil m³/dia	1,41	31/12/2013

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10³m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

Análise Situacional da Meta

De acordo com a ANP, a média de produção de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em 2013 foi de 21,77 mil m³/dia, redução de 4,5% em relação a 2012 (22,79 mil m³/dia). Entretanto, está mantida a meta de produção de 30 mil m³/dia para 2015, a qual deverá ser alcançada com os projetos em andamento.

Quantidade alcançada

21,77

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	mil m³/dia	3,04	31/12/2013
Região Norte	1	mil m³/dia	0,22	31/12/2013
Região Sudeste	21	mil m³/dia	13,57	31/12/2013
Região Sul	4	mil m³/dia	4,94	31/12/2013

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10³m³/dia de gasolina

Análise Situacional da Meta

Verifica-se que, em 2012, houve elevação na produção de gasolina em relação ao ano anterior, alcançando uma média de 71,86 mil m³/dia. Esse aumento ocorreu em função da maior utilização das unidades de craqueamento da Petrobras, da entrada em operação de reformas na REVAP em outubro de 2011 e da menor ocorrência de paradas programadas.

Em 2013, segundo a ANP, a média de produção de gasolina A foi de 78,39 mil m³/dia, o que representou aumento de 9% em relação a 2012.

Quantidade alcançada

78,39

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------

Região Nordeste	8	mil m³/dia	10,35	31/12/2013
Região Norte	2	mil m³/dia	1,33	31/12/2013
Região Sudeste	39	mil m³/dia	49,68	31/12/2013
Região Sul	13	mil m³/dia	17,03	31/12/2013

- **Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68x10³m³/dia de óleo diesel S-10 - 18x10³m³/dia de óleo diesel S-500 - 66x10³m³/dia de gasolina S-50**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve melhora nos sistemas operacionais de logística e refino, contribuindo para o aumento na produção de derivados, associada à partida de unidades da carteira de qualidade (hidrodessulfurização de nafta e hidrotratamento de diesel) no primeiro semestre de 2012. Com isso, garantiu-se o enquadramento de produtos produzidos pela Petrobras, principalmente os automotivos – diesel e gasolina, aos padrões exigidos na regulamentação. Já em 2013, destaca-se o aumento da produção de derivados, resultante de melhorias nos sistemas operacionais de logística e refino e da partida de unidades de qualidade (HDS de nafta e HDT de diesel), as quais levaram a produção de diesel e de gasolina para o padrão das novas especificações.

Cabe destacar que, desde janeiro/2013, o diesel S-50 vem sendo substituído pelo diesel S-10, que possui menor teor de enxofre e resulta em menos emissão de gases de efeito estufa. No que se refere à gasolina S-50 (com menor teor de enxofre, 50 partes por milhão), ressalta-se que esse combustível substituirá totalmente a gasolina tradicional em 2014 (800 partes de enxofre por milhão), conforme Resolução ANP nº 38 de 09/12/2009, implicando numa redução gradual de emissões atmosféricas de veículos automotores.

Os resultados da produção desses combustíveis em 2012 foram:

Óleo Diesel S-10: 0,98mil m³/dia.

Óleo diesel S-500: 54,74 mil m³/dia.

Gasolina S-50: Sem produção.

Em 2013, foram produzidos:

Óleo Diesel S-10: 12,46 mil m³/dia.

Óleo diesel S-500: 63,56 mil m³/dia.

Gasolina S-50: Sem informação.

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil tem atuado ativamente em diversos foros e entidades de promoção dos biocombustíveis, como a Organização Internacional de Normatização (ISO) e a Parceria Global de Bioenergia (GBEP) para promover a compatibilização dos requisitos técnicos dos biocombustíveis, com vistas à definição de padrões internacionais, de modo a facilitar a sua comercialização no mercado internacional. Na ISO, o Brasil participou da terceira reunião para a definição de critérios de sustentabilidade para a bioenergia, realizada em abril/2012, nos Estados Unidos, da quarta reunião, realizada em Sippy Downs, Austrália, em janeiro de 2013, e da quinta reunião, realizada em Estocolmo, em outubro de 2013. No âmbito da GBEP, em 2012, o Brasil também apoiou e coordenou a realização de diversos seminários internacionais sobre biocombustíveis, realizados tanto no País quanto no exterior, como o ECOWAS Regional Bioenergy Forum, realizado em março de 2012, em Mali, na África, e o seminário internacional sobre bioenergia sustentável, realizado à margem da Conferência Rio+20, bem como reuniões de Grupos de Trabalho no Rio de Janeiro e em Roma. Em outubro de 2012, foi organizado seminário na Alemanha sobre o uso de biocombustíveis no setor de transportes, no âmbito do Grupo de



Trabalho teuto-brasileiro de biocombustíveis. Já em 2013, ainda no tocante ao GBEP, o Brasil realizou a Semana da Bioenergia, que reuniu em Brasília mais de 100 especialistas das Américas, África, Ásia, Europa e sete organizações internacionais, para capacitação em bioenergia sustentável. O Brasil participou também das reuniões do Comitê Gestor da GBEP em Berlim (maio de 2013) e em Roma (dezembro de 2013). No âmbito da Parceria Brasil- Estados Unidos para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação foram registrados avanços importantes na cooperação em certificação de rotas tecnológicas do bioquerosene.

Metas 2012-2015

• Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia

Análise Situacional da Meta

O Brasil tem atuado em diversas frentes para promover e divulgar a produção e o uso sustentáveis de bioenergia. Nesse sentido, foi dado seguimento aos esforços de ampliar o número de países produtores no mundo, por meio da realização de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis, promovidos em diversos países africanos e centro-americanos, em iniciativas de cooperação bilateral, trilateral e regional.

Ressalta-se que, em 2012, foi dada continuidade às tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros parceiros para a realização da segunda fase dos estudos de viabilidade já concluídos. Com o apoio financeiro do BID, foi dado início à segunda fase do estudo de viabilidade para produção de bioenergia na República Dominicana (projeto executivo de destilaria de Etanol). Cabe destacar que em 2012 foi assinado Memorando de Entendimento com a Itália sobre cooperação na área de bioenergia, com vistas à promoção de projetos conjuntos de cooperação em terceiros países. Ao longo do ano, atendendo à crescente demanda, instituições brasileiras receberam visitas de diversas delegações de países em desenvolvimento interessados em conhecer a experiência do Brasil na área de produção e uso sustentáveis de bioenergia. O Brasil auxiliou na promoção dos indicadores de sustentabilidade da produção de bioenergia, acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP), por meio da sua divulgação em diversos eventos e palestras.

Em 2013, teve início estudo de viabilidade para a produção de biocombustíveis no espaço da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), sob o amparo do acordo firmado pelo MRE e o BNDES. Em relação ao agrupamento IBAS, formado por Brasil, Índia e África do Sul, o Brasil participou, em maio de 2013, de "Seminário Técnico sobre Tecnologias de Produção de Biocombustíveis", organizado pelo Governo indiano, em Nova Délhi. Por ocasião da VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Energia do Fórum IBAS, também realizada em Nova Délhi, em maio de 2013, acordou-se a realização de missão com especialistas, pesquisadores e funcionários sul-africanos e indianos ao Brasil, em 2014, com vistas a conhecer melhor a experiência brasileira em energias renováveis. Com o objetivo de ampliar a cooperação com os países asiáticos, realizou-se, em setembro de 2013, a Reunião Brasil-China sobre cooperação em energias renováveis e eficiência energética e, em outubro de 2013, a "I Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Filipinas Sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis" e a "Reunião Brasil-China sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética".

Em relação à União Europeia, a partir de entendimento alcançado na V Reunião de Cúpula Brasil-UE, deu-se início às tratativas com vistas à celebração de acordo de equivalência entre a normativa ambiental brasileira e os requisitos de sustentabilidade europeus para os biocombustíveis.

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo**Etanol Combustível:**

Em 2012, constatou-se uma situação momentânea de crise no setor sucroenergético, causada pelo aumento dos custos de produção, pela competição com o açúcar (altos patamares de preço no mercado internacional) e pelas condições climáticas desfavoráveis, reduzindo a rentabilidade econômica do etanol, o que impediu o aumento da participação do etanol na matriz energética brasileira.

Por outro lado, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB estima que seja moído na Safra 2013/2014 um total de 659,85 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, o que ampliará a produção nesse período. A produção total de etanol foi de 23,5 bilhões de litros em 2012 e, em 2013, produziu-se 27,8 bilhões de litros, um incremento de 4,3 bilhões de litros, alta de 18%.

Cabe destacar, entretanto, que a expansão da produção de etanol não acompanhou o aumento da demanda por combustíveis, reflexo da crise econômica internacional, que inibiu investimentos no setor a partir de 2008, e de duas safras consecutivas com problemas climáticos (safra 2009/2010 e safra 2010/11) que reduziram a produtividade dos canaviais. Outro fator impactante refere-se ao aumento dos custos de produção da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, do etanol, o que reduziu a competitividade do biocombustível em relação à gasolina.

Biodiesel:

A produção sustentável de biodiesel vem sendo ampliada, puxada pelo crescimento do consumo de diesel no País. Permanece a obrigatoriedade da mistura de 5% de biodiesel no diesel fóssil. A produção está de acordo com as projeções de demanda do Plano Decenal de Energia (PDE) vigente, e a capacidade instalada de produção de biodiesel, de 7.504 milhões de litros em 2013, foi suficiente para atender o aumento da demanda verificado.

Querosene de Aviação:

Em junho foi publicada a Resolução ANP nº 20/2013, que permite a mistura de Querosene de Aviação Alternativo ao Querosene de Aviação convencional até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) em volume. Querosene de aviação alternativo corresponde a um combustível derivado de fontes alternativas ao petróleo, como biomassa, carvão e gás natural.

Metas 2012-2015

- **Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente**

Análise Situacional da Meta

A produção de biocombustíveis em 2012 alcançou 26,2 bilhões de litros (23,5 bilhões de litros de etanol e 2,7 bilhões de litros de biodiesel). Em 2013, essa produção foi de 30,73 bilhões de litros (27,8 bilhões de litros de etanol e 2,93 bilhões de litros de biodiesel).

Destaca-se, assim, que a produção acumulada de etanol na safra 2013/2014 foi 18% maior se comparada ao mesmo período da safra anterior. Já a produção de biodiesel é aproximadamente 9% superior à produção registrada em 2012.

Etanol Combustível: Projeção de oferta total (produção nacional e importação) no PDE 2022 (2013): 27,3 bilhões de litros; contra uma produção total (2013) de 27,8 bilhões de litros.

Ressalta-se que a expansão da produção de etanol não acompanhou totalmente o aumento da demanda por combustíveis do Ciclo-Otto (gasolina e etanol), reflexo da crise econômica internacional que inibiu investimentos no setor a partir de 2008, e de duas safras consecutivas com problemas climáticos (safra 2009/2010 e safra 2010/11) que reduziram a produtividade dos canaviais existentes. Verificou-se também o aumento dos custos de produção da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, do etanol, o que reduziu a competitividade do biocombustível em relação à gasolina. Para o período de 2013 a 2015, o PDE 2022 estima que cinco novas usinas serão implantadas, o que adicionará uma capacidade nominal de moagem de aproximadamente 17 milhões de toneladas de cana.

Biodiesel: Projeção de consumo obrigatório total no PDE 2022 (2013): 2.873 milhões de litros; contra uma produção total (2013) de 2.930 milhões de litros.

A produção está de acordo com as projeções de consumo obrigatório do PDE vigente. A capacidade instalada de produção de biodiesel, de 7.504 milhões de litros em 2013, foi suficiente para atender o aumento da demanda verificado. Segundo o PDE 2022, o balanço nacional entre a capacidade instalada e a demanda obrigatória permanecerá positivo ao longo de todo o decênio, com a manutenção do nível de 5%. Estima-se um excedente de 4,7 bilhões de litros de capacidade instalada em 2022.

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O crescimento previsto para os próximos anos da produção de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos deve estar associado à disponibilidade de uma infraestrutura de armazenamento, transporte e distribuição adequada aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, segurança e preservação do meio ambiente.

Assim sendo, são necessários investimentos em infraestrutura para garantir o adequado fornecimento de combustíveis ao consumidor, com redução de custos e otimização da logística.

No biênio 2012/2013, de acordo com a ANP, foram autorizadas a ampliação e a construção de novos terminais e oleodutos. Em relação à regulação do mercado, a principal mudança no ano de 2012 foi o aperfeiçoamento dos mecanismos de livre acesso a terceiros aos oleodutos de transporte, por meio da publicação da Resolução ANP nº 35/2012, que substituiu a Portaria ANP nº 115/2000.

Em 2013, merece destaque o Grupo de Avaliação dos Fluxos Logísticos de Produção, Transporte e Armazenagem de Combustíveis – GFL, o qual iniciou seus trabalhos em janeiro/2013 e teve como objetivos:

- mapear os fluxos logísticos de produção, transporte e armazenagem de combustíveis em todo o território nacional;
- identificar os potenciais fatores de risco incidentes sobre os fluxos logísticos;
- mensurar o potencial impacto dos fatores de risco sobre os estoques de segurança de combustíveis e propor e implementar ações de mitigação de riscos.

Quanto aos investimentos da Petrobras, destaca-se a conclusão em 2013 das instalações para disponibilização de GLP pressurizado do Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES, contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento de 1,89 mil m3/dia de GLP.

No que se refere ao Sistema de Logística de Etanol Jataí - REPLAN, destaca-se a entrada em operação, em agosto de

2013, do trecho Ribeirão Preto - Paulínia com 207 km de extensão.

Em 2013, a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis foi ampliada em 363.840 toneladas de porte bruto (TPB), que adicionadas às 301.000 TPB realizadas até 2012, totalizam um acréscimo acumulado de 664.840 TPB.

Metas 2012-2015

• Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m³

Análise Situacional da Meta

Até 31/12/2013 a ampliação da capacidade de armazenamento atingiu 583,2 mil m³, valor próximo à meta. Entraram em operação terminais de grande porte, exceto na Região Centro-Oeste.

No ano de 2013, destaca-se como relevante a conclusão da construção de tanque de 5.000 m³ para diesel S10 no Terminal de Niterói, integrante do projeto Programa de Adequações para operação diesel e gasolina BTE nos terminais de Niterói e de Rio Grande-RS.

Há previsão de novos terminais autorizados a construir para as regiões Centro Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul que estão em fase de construção, que permitirão superar a meta prevista

Quantidade alcançada

583,2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	mil m³	4,4	31/12/2013
Região Nordeste	15,4	mil m³	74,5	31/12/2013
Região Norte	3,2	mil m³	66,2	31/12/2013
Região Sudeste	531,9	mil m³	337,7	31/12/2013
Região Sul	51,8	mil m³	100,4	31/12/2013

• Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi superada a meta de ampliação dutoviária com o início de operação de dutos de transporte de etanol na região sudeste.

No que tange à malha dutoviária de biocombustíveis, encontra-se em execução, pela empresa Logum, o projeto Sistema Dutoviário para Escoamento de Etanol, que tem o objetivo de escoar a produção de etanol combustível das regiões de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, do sul do Estado de Goiás e de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, para o município de Paulínia, também no Estado de São Paulo, de onde seguirão para portos exportadores. Esse Projeto integra a infraestrutura para escoamento da produção de etanol inserida no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – PAC, e outros trechos de dutos e terminais encontram-se em fases de execução de obras ou de detalhamento e revisão de projetos. O projeto contempla a construção de 1.261 km de dutos, de 10 novos centros coletores de etanol, 3 ampliações de tancagem em terminais de distribuição de combustíveis, e a utilização de 750 km de hidrovias para o transporte de 20 milhões de m³/ano de etanol combustível.

Foi inaugurado em 12/08/2013 o trecho Ribeirão Preto – Paulínia com 207 km de extensão (Autorização de Operação ANP nº 587/13 publicada no DOU de 18.08.13).

Além desse fato, novos terminais e suas interligações foram concluídos e iniciaram as respectivas operações em 2013 e houve necessidade de operação de dutos dedicados para óleo diesel S10 até o final de 2013. Cabe ressaltar que iniciou a operação de 26,2 km de dutos na Região Sul, a qual não foi incluída originalmente na meta.

**Quantidade alcançada**

596,5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	km	12,5	31/12/2014
Região Norte	3	km	8,5	31/12/2014
Região Sudeste	337	km	575,5	31/12/2014

- **Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis foi ampliada em 363.840 TPB, que adicionadas às 301.000 TPB realizadas até 2012, totalizam um acréscimo acumulado de 664.840 TPB.

Quantidade alcançada

664.840

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, no que se refere à atuação da Liquigás (empresa do Grupo Petrobrás), os botijões P8 (8kg) já eram comercializados em 21 Estados e no Distrito Federal, enquanto os botijões P5(5kg) estavam presentes em 20 estados e no Distrito Federal.

Segundo apurado pela ANP, todos os estados da Federação foram atendidos com a comercialização de botijões P5 e P8 no ano de 2013.

- **Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)**

Análise Situacional da Meta

Aumento nas quantidades de botijões até 31 de dezembro de 2013, considerando o período iniciado em 01/01/2012, distribuídos da seguinte forma:

P5: 75.111

P8: 94.453

P5 + P8 = 169.564

P13: 2.978.555

Quantidade alcançada

2.978.555

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar em 305 mil m³/dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos**

Análise Situacional da Meta

Além dos dutos novos em operação que ampliaram a capacidade de escoamento, foram construídos novos sistemas de bombeamento que implicaram em aumento de capacidade de escoamento de oleodutos existentes na região Sudeste. Segundo a ANP, houve acréscimo de capacidade de escoamento de derivados e de biocombustíveis entre refinarias e

terminais da ordem de 112 mil m³/dia em 2013.

Quanto aos investimentos da Petrobras, destaca-se a conclusão das instalações para disponibilização de GLP pressurizado do Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES, contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento de 1,89 mil m³/dia de GLP.

Projeta-se, até 2014, a conclusão dos investimentos:

- 1-Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES - finalização da Etapa 2 (GLP refrigerado);
- 2-Plangás GLP do Terminal de Ilha Comprida/RJ - finalização das Etapas 1 (GLP pressurizado) e 2 (GLP refrigerado);
- 3-Aumento da Vazão do Oleoduto OSVAT 30- Petróleo (T.Guararema - REPLAN);
- 4-Aumento da vazão do oleoduto OSVAT 42 - Petróleo (T. SSE - Guararema);
- 5-Plangás Cabiúnas - finalização da obra do duto OSDUC IV e conversão do OSDUC II.

Apesar de não incluídos na meta, houve acréscimo de capacidade de escoamento na região Nordeste de 57,6 mil m³/dia e na Região Sul, de 95,4mil m³/dia. Essas ampliações de capacidade estão diretamente relacionadas aos novos terminais e suas interligações, que iniciaram a operação em 2013, bem como as demandas para escoamento em dutos dedicados de óleo diesel S10.

Quantidade alcançada

113.191,2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5.000	m ³ /dia	0	31/12/2013
Região Sudeste	300.000	m ³ /dia	113.191,2	31/12/2013

OBJETIVO: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil está hoje entre os quatro maiores produtores e consumidores de biodiesel do mundo. Possui aproximadamente 60 usinas de biodiesel, sendo 45 delas detentoras do Selo Combustível Social (seis delas com concessões realizadas em 2013).

As 45 usinas de biodiesel detentoras do Selo Combustível Social representam hoje 99% da produção total de biodiesel no País, beneficiando 92.673 famílias e 75 cooperativas da agricultura familiar, com mais de R\$ 2 bilhões em compras de matérias-primas e R\$ 42,2 milhões em assistência técnica e fomento a essas famílias.

Entre os projetos e parcerias para apoio à participação da agricultura familiar na cadeia deste biocombustível que estão em andamento, merecem destaque os Termos de Cooperação de apoio ao Selo Social e à organização da base da produção de oleaginosas com os Governos Estaduais do Pará, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e Paraná, a Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Roraima, Embrapa Cerrados, Embrapa Clima Temperado, Embrapa Algodão, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal do Pará.

Destaque também para a chamada pública para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), realizada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em julho de 2012, que possibilitou a contratação de entidade executora do Projeto de ATER para gestão de 24 cooperativas de agricultores familiares participantes do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) nas Regiões Centro Oeste, Nordeste e Semiárido, com foco no fortalecimento gerencial desses empreendimentos e sua qualificação no programa. O trabalho já



está sendo executado com a primeira atividade de pré-diagnóstico realizada.

Em relação aos trabalhos voltados aos marcos regulatórios com o objetivo de melhorar e adequar as parcerias com a agricultura familiar na cadeia agroindustrial de biodiesel, óleos vegetais e coprodutos, destaca-se o processo de consulta pública para discutir alterações na Portaria do MDA nº 60 de 06 de setembro de 2012. A consulta teve como resultado o recebimento de diversas propostas, críticas e sugestões do setor (incluindo as entidades representativas da agricultura familiar) sobre formas de ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar no programa. As sugestões levaram à necessidade de alteração de dispositivos do Decreto nº 5.297/2004, cuja proposta encontra-se hoje em avaliação na SAF/MDA.

Por fim, cabe ressaltar que o PNPB saiu de um ano difícil em 2012 com uma forte estiagem nas Regiões Sul e Nordeste (as duas regiões que apresentam o maior número de famílias beneficiadas pelo programa), impactando no indicador quantitativo de famílias. Os bons preços de oleaginosas atuais, entretanto, levaram a um incentivo à sua produção. Os números de 2013, com informações previstas na Portaria MDA nº 60/2013 e fornecidas pela indústria e cooperativas do setor, ainda não estavam consolidados quando do fechamento deste relatório.

Metas 2012-2015

• 160.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel

Análise Situacional da Meta

Diferente de outras cadeias de energias renováveis que possuem políticas e instrumentos ainda em fase de construção, o PNPB possui o Selo Combustível Social, instrumento com base legal consolidada, tanto para produção e uso do referido combustível, quanto para a proteção da inclusão social no programa, responsabilidade esta auferida ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Até 2012, o número de famílias participantes do PNPB com contratos com a indústria e vendas de matérias-primas para biodiesel era de 92.673. Uma nova atualização do número de famílias no programa, para 2013, ocorrerá somente após o envio das informações por parte das indústrias e cooperativas do setor, conforme previsto na Portaria do MDA nº 60 de 06 de setembro de 2012.

A queda verificada no número de famílias de 2011 (104.295) para 2012 (92.673) ocorreu principalmente pelos seguintes motivos: a redução no número de famílias do Nordeste por uma reorientação estratégica das empresas atuantes na região por conta da grave seca ocorrida em 2012 e por motivos de seleção por filtragem de aptidão agrícola; aumento dos preços de grãos verificados no ano de 2012, que fez com que as usinas de biodiesel em todo país cumprissem o percentual mínimo necessário em valores monetários da compra de grãos (R\$) com um número igual ou menor de famílias.

Cabe destacar o processo de consulta pública realizado pelo MDA em 2013 para discutir alterações na Portaria do MDA nº 60/2012, publicado no DOU de 17 de junho de 2013 (seção 3, página 121), e o recebimento de diversas propostas, críticas e sugestões do setor (incluindo as entidades representativas da agricultura familiar) sobre formas de ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar no programa.

A proposta de alteração da Portaria do MDA nº 60/2012 levou à necessidade de alteração de dispositivos do Decreto nº 5.297 de 06 de dezembro de 2004. A proposta de alteração do decreto encontra-se hoje em avaliação no MDA.

Quantidade alcançada

92.673

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8.000	unidade	4.513	31/01/2014
Região Nordeste	35.000	unidade	25.210	31/01/2014
Região Norte	6.000	unidade	60	05/09/2013
Região Sudeste	6.000	unidade	2.378	31/01/2014
Região Sul	105.000	unidade	60.512	05/09/2013

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

São princípios e objetivos da Política Energética Nacional, definidos em lei, a garantia do fornecimento de combustíveis em todo o território nacional e a proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Para alcançar esses objetivos são atividades essenciais o planejamento e a proposição de medidas que permitam manter o equilíbrio entre oferta e demanda dos combustíveis, no curto, médio e longo prazo, assim como a fiscalização de o controle da qualidade dos produtos.

No âmbito do MME, destacam-se as seguintes ações ao longo do período:

- Com relação ao etanol, o MME vem participando das Reuniões Tripartites - com representantes do Governo (Ministérios de Minas e Energia, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fazenda e Agência Nacional do Petróleo), dos produtores (UNICA, Fórum Nacional Sucreenergético), dos distribuidores de combustíveis (Sindicom e Brasilcom) e da Petrobras, cujo objetivo é monitorar o abastecimento do mercado de etanol combustível mediante o balanço da oferta de produto e da demanda.
- Merece destaque a Medida Provisória nº 554, convertida na Lei nº 12.666/2012, que autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto.
- O Ministério de Minas e Energia estabeleceu aprimoramentos no modelo de Leilões de Biodiesel por meio da publicação das Portarias nº 276, de 10 de maio de 2012, e nº 476, de 15 de agosto de 2012. A medida foi tomada após a verificação dos resultados dos últimos leilões e das sugestões de aperfeiçoamento apresentadas pelo setor produtivo. As novas regras foram aplicadas nos leilões de biodiesel realizados a partir de junho de 2012.
- Foi estabelecido o modelo de leilão para formação de estoque baseado na modalidade de “opção de compra”, definido pela Portaria MME nº 116/2013. Nesse modelo, ao invés de adquirir fisicamente o produto e transportá-lo até as suas instalações, o adquirente tem um contrato comercial em que o biodiesel continuará no estoque regular do produtor, mas estará disponível para ser entregue ao adquirente, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, caso este exerça a opção a qualquer tempo, dentro do prazo contratual. Com o novo modelo, espera-se haver melhoria da logística e consequente redução de custos no setor.
 - A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT –por meio da Comissão de Estudos do Biodiesel está concluindo os trabalhos de publicação da Norma Técnica ABNT NBR 15512 - Biodiesel - Armazenamento, transporte, abastecimento e controle de qualidade de biodiesel e/ou óleo diesel BX.
 - No que se refere ao óleo diesel, o Brasil iniciou uma nova etapa na busca pela melhoria da qualidade do ar com a adoção de metas mais rigorosas no controle das emissões veiculares, o que levou à introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre. Desde o dia 1º de janeiro de 2012, entraram em vigor as fases P-7 e L-6 (que abrange veículos leves movidos a diesel produzidos em 2012) do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores –



Proconve.

Para alcance deste Objetivo, nas atividades de regulação e fiscalização do setor, que são exercidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), merecem destaque as seguintes ações no período:

- análise de contratos e pedidos mensais entre distribuidoras e produtores de diesel, gasolina e óleo combustível para termoeletrônica, tendo homologado, em 2013, 163 contratos, 1.547 pedidos mensais e 328 alterações.
- instrução de 57 processos administrativos contra distribuidores por comercialização entre congêneres acima do limite permitido, venda irregular de diesel marítimo e deixar de comunicar incidentes.
- atualização e edição de normas (estabelecimento de estoques obrigatórios de diesel e gasolina; revisão das PANP 72/00 e PANP 202/99).
- atendimento à Resolução 67/2011, para a safra 2013/14, registro e análise de 565 extratos de etanol, dos quais foram homologados 520.
- estabelecimentos de metas de estoque e classificação de distribuidores de acordo com a forma de aquisição de etanol anidro (contrato ou compra direta).
- criação do GFL - Grupo de Fluxos Logísticos, com a participação de toda a cadeia de agentes do abastecimento (Produtor, Distribuidores, Transportadores Rodoviários, Ferroviários e Aquaviários e Operadores Logísticos) objetivando diagnosticar gargalos logísticos e propor ações mitigadoras desses entraves, e reduzir riscos no abastecimento de diesel e gasolina.
- acompanhamento das ocorrências de problemas no abastecimento, diagnosticando suas causas e acompanhando a solução.

Metas 2012-2015

- **Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente**

Análise Situacional da Meta

Etanol Combustível: Projeção de demanda interna total no PDE 2022 (2013): 27,3 bilhões de litros; contra uma produção total (2013) de 27,8 bilhões de litros, e consumo interno total (2013) de 23,9 bilhões de litros.

Biodiesel: Projeção de demanda total no PDE 2022 (2013): 2.873 milhões de litros; contra uma produção total (2013) de 2.930 milhões de litros.

Informações relevantes: A produção está de acordo com as projeções de demanda do PDE vigente e a capacidade instalada de processamento de biodiesel, de 7.504 milhões de litros em 2013, foi suficiente para atender o aumento da demanda verificado

- **Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis**

Análise Situacional da Meta

A fim de garantir o abastecimento nacional de gasolina e óleo diesel (S10, S50, S500 e S1800) e atender integralmente ao mercado nacional de combustíveis, o Governo autoriza a construção e a operação de novas bases de agentes, homologa contratos e quotas entre os produtores e distribuidoras, instaura processos administrativos para revogação

dos agentes em situação irregular e atualiza e edita normas.

A homologação de quotas (Resolução ANP nº 72/2000) tem por objetivo garantir o acesso de distribuidores, com pequena participação no mercado, junto aos produtores nacionais de gasolina e de óleo diesel.

Além disso, a ANP fiscaliza o cumprimento de suas resoluções, visando à proteção do consumidor e à garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Após a introdução com sucesso do óleo diesel S50, foram realizados esforços para o acompanhamento das medidas necessárias para a introdução do diesel S10.

Com esse objetivo, a ANP organiza reuniões mensais para tratar de questões relativas à logística nos três níveis da cadeia de abastecimento do novo combustível: produção, distribuição e revenda. que contam com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério das Minas e Energia, Petrobras, ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - sindicato com mais de 80% do mercado de diesel), Brasilcom (Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis), INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) e distribuidoras de combustíveis.

Adicionalmente, para o período de 2013, destacaram as seguintes realizações:

- acompanhamento da implementação das medidas relacionadas ao acordo firmado com o MPF-SP e no Plano de Abastecimento, de forma a garantir a introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre, que vem sendo realizada com sucesso.
- acompanhamento da substituição da gasolina em uso para a S50, prevista para conclusão até janeiro de 2014.

• **Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%**

Análise Situacional da Meta

Avaliando-se a conformidade dos combustíveis no ano de 2013, que foi de 97,99%, conclui-se que os resultados alcançados têm sido satisfatórios se comparados com a meta estipulada de 96% de conformidade.

Ao se observar a evolução desse indicador nos últimos 3 anos (97,7% em 2010, 97,9% em 2011 e 97,7% em 2012), conclui-se o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC - juntamente com as ações de fiscalização, entre outras promovidas pela ANP, têm assegurado ao mercado nacional estabilidade nos índices de conformidade dos combustíveis, em níveis elevados e satisfatórios para os consumidores finais.

Quantidade alcançada

98

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

**Análise Situacional do Objetivo**

No ano de 2013, o CONPET (Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural) lançou o Selo de Eficiência Energética para Veículos Leves, colocando os automóveis no mesmo patamar dos fogões, fornos a gás e aquecedores de água a gás no que diz respeito a excelência de consumo de energia. O selo é concedido pela Petrobras aos veículos mais eficientes que participam voluntariamente do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV). O PBEV é coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) em parceria com o CONPET, criado pelo Governo Federal e realizado pela Petrobras. O PBEV objetiva permitir que os usuários comparem o consumo de veículos com diferentes combustíveis, estimulando a utilização e fabricação de veículos mais eficientes.

Assim, o CONPET atua como elemento propulsor dessa política, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) e parceria com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

No encerramento do ano de 2013, de um total de 448 modelos, havia 111 certificados com o Selo CONPET de Eficiência Energética em Veículos Leves, ou seja, cerca de 25%.

Metas 2012-2015

- **Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, houve um crescimento de 270% no número de marcas que aderiram ao programa, perfazendo um total de 37 fabricantes, de um total de 40 que possuem vendas no Brasil. Da mesma forma, o número de modelos/versões subiu de 205 para 448, um crescimento de cerca de 120%. Esse avanço se deveu, em grande parte, pela vinculação do PBEV ao Programa Inovar-Auto, em que cada fabricante deverá declarar um mínimo de 60% da frota.

No encerramento do ano de 2013, de um total de 448 modelos, havia 111 certificados com o Selo CONPET de Eficiência Energética em Veículos Leves, ou seja, cerca de 25%.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2013

- **Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET) possui dentro do Setor de Transportes um Programa chamado EconomizAr, que é fruto da parceria com as federações ou sindicatos patronais do transporte de cargas e passageiros. O Programa atende aos veículos de motor diesel das empresas filiadas a essas entidades, sendo que as empresas participantes são visitadas periodicamente pelos técnicos do programa que fazem a avaliação das respectivas frotas de ônibus e caminhões.

Existem ainda, no âmbito interno das ações da Petrobras, programas de economia de diesel, como o TransportAR, que avalia os veículos que circulam pelas refinarias retirando produtos e o EngenhAR que avalia os veículos utilizados nas obras das novas unidades operacionais.

No período de janeiro a outubro de 2012 estimou-se uma economia de 76 milhões de litros de diesel em programas realizados e apoiados pelo CONPET.

A Petrobrás/CONPET não possui dados atuais que possibilitem a aferição desta meta. Até a data de fechamento do ciclo de 2013, ainda não havia números mais atualizados a respeito dos resultados de 2013.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Visando promover o uso sustentável de biocombustíveis (lenha e carvão) a Secretaria Executiva e as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD vêm articulando, com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o Ministério de Minas e Energia - MME, ações que apresentem alternativas de sustentabilidade na matriz energética. As iniciativas focam na melhoria tecnológica para eficiência energética das indústrias cerâmicas e gesseiras, na promoção do manejo florestal da Caatinga e Cerrado, na diversificação de fontes renováveis, e na elaboração de ações para segurança energética familiar com fogões ecológicos. Apoiam a definição de indicadores e capacitação para processos de auditoria técnica para melhoria da eficiência energética e o uso sustentável da biomassa florestal. Foram estruturadas, junto a instrumentos de fomento/crédito, ações para promover procedimentos de auditoria e uso energético sustentável da biomassa florestal.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

Análise Situacional da Meta

Os três projetos apoiados para realizar pactos setoriais para sustentabilidade da matriz energética dos setores cerâmico e gesseiro, com recursos da parceria do Fundo Nacional do Meio Ambiente com o Fundo Socioambiental da CAIXA e a parceria do Fundo Clima com o Fundo de Desenvolvimento Florestal, desenvolvem estudos, diagnósticos, avaliações, resultando num processo de compreensão de indicadores e de ações de capacitação para melhoria tecnológica e o uso sustentável de biomassa florestal. Foram elaboradas “Cartilhas de Eficiência Energética para o Setor de Cerâmica Vermelha” que são utilizadas em cursos para proprietários, encarregados e técnicos. As Cartilhas definem procedimentos que apoiam os processos de auditoria.

Em 2014 serão identificados os indicadores de eficiência para uso sustentável de biomassa florestal nas indústrias de calcinação do gesso. Também nesse ano, será pactuada uma ação para sustentabilidade da matriz energética do setor gesseiro e cerâmico envolvendo cerca de 300 empresas.

Para definir os parâmetros e procedimento para os processos de assessoramento foram realizados diagnósticos nos sistemas de produção e em seguida foram elaboradas cartilhas técnicas com os procedimentos necessários que possibilitam monitorar o nível de eficiência. O MMA como instância de fomento ao desenvolvimento sustentável promove os meios para análise de desempenho de eficiência energética de segmentos das indústrias (gesseiras e cerâmicas vermelhas).

As iniciativas articuladas com o Fundo Clima e o Fundo de Desenvolvimento Florestal apoiaram projetos no valor de R\$ 4 milhões envolvendo diretamente 20 empresas do setor cerâmico da PB e RN. Com a parceria do FNMA e o Fundo Sócio Ambiental da CAIXA foram apoiados projetos no valor de R\$ 6 milhões envolvendo 180 cerâmicas do CE e SE e 130 Gesseiras em PE.

O material técnico (Cartilhas) para suporte aos procedimentos de monitoramento de eficiência são:

- 1 – Cartilhas de Eficiência Energética para o Setor de Cerâmica Vermelha – Curso para Proprietários;
- 2 – Cartilhas de Eficiência Energética para o Setor de Cerâmica Vermelha – Curso para Funcionários;
- 3 – Cartilhas de Eficiência Energética para o Setor de Cerâmica Vermelha – Curso para Encarregados.

- **Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

Análise Situacional da Meta



Foram apoiados 3 projetos para realizar pactos setoriais para sustentabilidade da matriz energética dos setores cerâmico e gesso que juntos somam mais de 300 empresas, por meio da melhoria tecnológica buscando maior eficiência no sistema, diversificação das fontes energéticas renováveis e aumento da oferta de biomassa florestal em base sustentável. Os projetos promovem a elaboração de indicadores de eficiência energética, que dão suporte a ações de monitoramento, promovem a adoção de práticas de manejo florestal para o uso sustentável da biomassa florestal e realizam capacitação para incentivar multiplicadores de boas práticas de eficiência energética e manejo florestal. As ações foram realizadas com apoio do Fundo Clima e de uma parceria do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA com Fundo Socioambiental da CAIXA, e tiveram investimento de R\$ 10 milhões. Dois projetos visam apoiar a implantação de 15 mil hectares para manejo florestal comunitário na Caatinga e Cerrado, e dois outros projetos fomentam a implementação de 1.200 fogões ecoeficientes, promovendo a segurança energética para famílias rurais carentes. As iniciativas para a elaboração de planos de manejo florestal comunitário promovem a conservação ambiental sob produção sustentável nos assentamentos, gerando uma renda média mensal adicional de R\$ 400,00 para cada uma das 1.500 famílias envolvidas diretamente.

Essas iniciativas promovem e dão suporte a uma ação maior para o manejo florestal sustentável em mais de 200 mil hectares de Caatinga, beneficiando mais de sete mil famílias dos assentamentos da reforma agrária e da pequena produção rural, com uma renda mensal complementar.

Visando promover o uso sustentável de biomassa florestal, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB criou uma linha de financiamento específica para apoiar o manejo florestal de uso múltiplo e a melhoria tecnológica para eficiência energética para as indústrias gessífera e cerâmica.

Adicionalmente, para apoio à expansão do manejo florestal integrado de uso múltiplo, foi definida uma estratégia de ação conjunta entre o Fundo Clima, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF e a Fundo Socioambiental da CAIXA para capacitação de profissionais e apoio à implantação planos de manejo florestal. Realizou-se evento envolvendo diretores e dirigentes dos órgãos ambientais do Nordeste para definir procedimentos para a normatização do manejo florestal pelos Estados. Além disso, o MMA participa dos trabalhos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para normatização do manejo e vem apoiando a Rede de Manejo Florestal da Caatinga.

O GT Energia Renovável e o GT Manejo Florestal da CNCD vem trabalhando com o Fundo Clima no incentivo a eficiência energética e ao desenvolvimento de aplicação de fontes de energia de menor contribuição para produção, direta e indireta, de Gases de Efeito Estufa (GEE) e no apoio ao manejo florestal de uso múltiplo integrado para convivência com a semiáridade, como estratégia para promover o uso sustentável de biomassa florestal.

As ações para promoção do uso sustentável serão concretizadas nos 2 “Pactos para Sustentabilidade da Matriz Energética” que estão sendo elaborados envolvendo as representações das 180 cerâmicas de Sergipe e Ceará e das 130 empresas gessíferas de Pernambuco. Os recursos para apoiar essas iniciativas são de R\$ 1,9 milhões do Fundo Socioambiental da CAIXA. Também estão sendo apoiadas iniciativas para ofertar de biomassa florestal em base sustentável da Caatinga e Cerrado numa ação inclusiva com assentamentos da reforma agrária sendo: 10.000 hectares em PE e PI com recursos no valor de R\$ 2,1 milhões do FNMA/Fundo socioambiental da CAIXA, para o segmento gesso e 5.000 há no CE para o segmento cerâmico com recursos de R\$ 800 mil do FNMA e do Fundo Sócio Ambiental da CAIXA. Outras áreas de manejo florestal comunitário em assentamentos rurais estão sendo promovidas numa iniciativa do Fundo Clima com o Fundo Florestal envolvendo recursos da ordem de R\$ 4 milhões, sendo 1.000 ha no Rio Grande do Norte, 5.000 no Ceará e 2000 no Piauí.

Quantidade alcançada

310

Data de Referência

06/12/2013

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	61,7	31/12/2013	89,63
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	mil m³ por dia	31/12/2010	24	31/12/2013	40,45
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	31/12/2010	1,96	31/12/2013	1,43
Extensão de Gasodutos	km	31/12/2010	11.373	31/12/2013	11.696
Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,65	31/12/2013	46,47
Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R\$ mil por ano	31/12/2009	80.200	31/12/2013	17.480.172,55
Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	31/12/2010	11,67	31/12/2013	13,27
Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	31/12/2010	9,93	31/12/2013	16,31
Produção de Gás Natural (excluído reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,53	31/12/2013	52,13
Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	31/12/2010	2.137,42	31/12/2013	2.114
Reservas de Gás Natural	milhão de m³	31/12/2010	423.003,02	31/12/2013	434.028,37
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2010	14.246,33	31/12/2013	14.731,6
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	230,49	31/12/2013	139
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	123,65	31/12/2013	148

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério de Minas e Energia (MME), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apresentaram em 10/10/2013 o estudo "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás". A publicação abrange duas perspectivas, a geológica e a econômica. Na primeira, a geológica, realizou-se uma combinação do passado com o futuro das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, especialmente em termos de poços pioneiros, possíveis prospectos, acumulações (jazidas) e campos. O resultado da aplicação dessa metodologia gera uma base de informações georreferenciadas que suporta a perspectiva econômica, a qual, por sua vez, mapeia zonas de importância relativa das diversas áreas do País para o desenvolvimento econômico do



setor de petróleo.

O trabalho é inédito e será atualizado a cada dois anos. Fornece informações de qualidade a fim de tornar-se um instrumento para o planejamento energético do País, também apoiando questões de ordenamento territorial e socioambientais que envolvam as atividades de exploração de petróleo e gás. Também serve de base ao planejamento de áreas a serem incluídas nas rodadas de licitação para atividades de exploração. Dá suporte à tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos e auxilia a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira.

O levantamento lista todas as 67 bacias sedimentares brasileiras, qualificadas em terrestres (52) e marítimas (15), bem como sua área sedimentar, área efetiva (área da bacia que apresenta interesse para a exploração e produção de hidrocarbonetos) e maturidade exploratória.

Destaca-se também o início, em 2012, dos estudos para instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012), que disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. Em 2013 foram definidas as sete áreas prioritárias que serão objeto de estudo, correspondendo às seguintes bacias: Solimões; Sergipe-Alagoas; Pará-Maranhão e Barreirinhas; Pernambuco-Paraíba; Espírito Santo – mar; Camamu-Almada e Cumuruxatiba – águas profundas. Em 2014 será iniciado processo para contratação dos estudos para as bacias do Solimões e de Sergipe-Alagoas.

Metas 2012-2015

- **Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)**

Análise Situacional da Meta

Após a seleção das áreas da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS, a qual disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental, realizar-se-ão estudos para a definição do plano plurianual para realização de rodadas de licitações nas regiões consideradas aptas sob o ponto de vista ambiental.

Também contribui para o cumprimento desse propósito o estudo "Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás", concluído em outubro de 2013. Esse estudo serve como instrumento para o planejamento energético do País, o planejamento de áreas para as rodadas de licitação, suporte às atividades de exploração. Contribui também para a tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos e para a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira.

- **Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação**

Análise Situacional da Meta

Os levantamentos englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, magnetotélúrico, geoquímica, estudos de sistema petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Visando aumentar o conhecimento geológico das bacias sedimentares nacionais, foram adquiridos 3.137 quilômetros lineares de dados sísmicos nas bacias sedimentares do Acre, Amazonas e Parnaíba (Estados do AC, PA, MA e PI); coletadas mil amostras de solo nas bacias sedimentares do São Francisco e Tacutu (Estados da BA e RR); realizada a perfuração de um poço estratigráfico no norte da Bacia Sedimentar do São Francisco (Estado da Bahia); processados 10.000 km² de sísmica tridimensional com objetivo no Pré-Sal das bacias sedimentares de Campos e Santos; e, processados dados sísmicos antigos das bacias sedimentares do Amazonas, Solimões, Paraná, Parnaíba, São Luís e Marajó (estados do PA, AM, PR, MA e PI) num total de 202.143 pontos de tiro. Está em andamento o estudo de sistemas petrolíferos da Bacia Sedimentar do São Francisco em cooperação com a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ainda em 2013, foi contratada a aquisição de 2.200 km de sísmica de reflexão bidimensional terrestre na Bacia

Sedimentar dos Parecis (Estado do Mato Grosso) e a aquisição de 5.000 km de sísmica de reflexão bidimensional terrestre na Bacia Sedimentar do Paraná (Estado do Mato Grosso do Sul). Foi contratada também a coleta de 1.000 testemunhos de fundo oceânico na Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas e a sondagem de 300 estações de magnetotelúrico e transiente eletromagnético nas bacias sedimentares dos Parecis e do Paraná (Estados do MT, MS, SP e PR).

Quantidade alcançada

226.818

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bacia Sedimentar Marítima Santos	250.000	km ²	79.733	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	50.000	km ²	34.558	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	16.667	km ²	37.334	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	49.167	km ²	0	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	46.667	km ²	42	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	82.500	km ²	1.083	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	125.000	km ²	6.462	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	42.500	km ²	43.167	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	52.500	km ²	21.417	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	91.667	km ²	683	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	833	km ²	689	31/12/2013
Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	41.667	km ²	1.650	31/12/2013

• **Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015)**

Análise Situacional da Meta

A revisão e atualização do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás" foi realizada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE sob a coordenação do MME e apoio da ANP. A última versão foi apresentada em 10 de outubro de 2013.

O trabalho compreendeu a coleta, o processamento e a produção de informações para representação da importância petrolífera das áreas do território nacional, sendo útil tanto às políticas públicas quanto à indústria petrolífera para o aproveitamento de recursos de petróleo e gás natural, especialmente no planejamento energético, no contexto do Plano Nacional de Energia (PNE), do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT).

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A indústria do Petróleo é complexa, rica e diversificada, tem resultados alcançados a longo prazo e requer grande aporte de capital. Obter recursos para o desenvolvimento dessa indústria e contratar a complexa rede de equipamentos, bens e serviços já é um desafio por si só.

A estratégia de desenvolvimento do setor de petróleo e gás envolve um amplo programa de investimentos para implantação de infraestrutura para exploração, produção e processamento dos bens minerais extraídos. Tais investimentos



tem como objetivo principal o atendimento do mercado interno e, no futuro, a produção de excedentes exportáveis que venham a contribuir para o resultado das contas externas do País.

Por meio do PROEF (Programa de Aumento da Eficiência Operacional da Bacia de Campos) obteve-se um ganho de produção de 62 mil barris por dia (bpd) no 2º trimestre/2013. A eficiência operacional da Unidade Operacional da Bacia de Campos (UO-BC), que era de 67% no início do Programa (abril de 2012), alcançou a média de 74% nesse trimestre. A produção média de óleo ficou em linha com as previsões, em um patamar ligeiramente acima do 1º trimestre (+1%), reflexo do início de operação de quatro plataformas do tipo FPSO (plataformas Cidade de São Paulo, Cidade de São Vicente, Cidade de Itajaí e Cidade de Paraty), da interligação de 15 novos poços e da crescente produção do pré-sal ao longo de 2013.

Em relação ao segmento de Exploração e Produção, no biênio 2012/2013 conclui-se construção das sondas de perfuração P-59 e P-60, nas quais foram investidos cerca de R\$ 1,4 bilhão. As duas obras são um marco para a Petrobras em termos de exploração e produção de petróleo e gás na plataforma continental. Tais obras foram bastante desafiadoras e representam a retomada da produção nacional desse tipo de plataforma, que há quase 30 anos não eram construídas no País.

Além desses empreendimentos, a entrada em operação das plataformas P-55 e P-63 no final de 2013 e outras previstas para 2014 devem assegurar o crescimento da produção ao longo de 2014. Estima-se, para 2014, um acréscimo próximo a 7,5% em relação a 2013.

Para os próximos anos estão previstas várias Unidades Estacionárias de Produção (UEPs). Em 2014: Norte Parque das Baleias – P-58 ; Papa-Terra - P-61; Roncador IV - P-62; Sapinhoá (Área Norte) – Módulo 2 – FPSO Ilhabela; Iracema Sul – FPSO Cidade de Mangaratiba. Em 2015: Iracema Norte - FPSO Cidade de Itaguaí. Em 2016: unidades em Lula Alto (FPSO Cidade de Maricá), Lula Central (FPSO Cidade de Saquarema), Lula Sul (P-66), Lula Norte (P-67), Búzios I (P-74) e Búzios II (P-75). Em 2017: Lula Extremo Sul (P-68); Lula Oeste (P-69); Iara Horst (P-70) Búzios III (P-76); Búzios IV.

Também merece destaque o projeto para construção no Brasil de 28 sondas de perfuração que serão utilizadas na exploração e desenvolvimento do pré-sal e pós-sal. Foram contratados cinco estaleiros nacionais para a construção das mencionadas sondas. O investimento previsto para as 28 sondas é da ordem de US\$ 21 bilhões. Tendo em vista os projetos de desenvolvimento da produção em implantação no País, espera-se que a produção de petróleo e gás natural atinja 5,9 milhões de boe/dia até 2022, o que representará um aumento de aproximadamente

125% em relação à produção atual. Para esse cenário, o Pré-Sal responderá pela maior parte do incremento na produção nacional, o que demandará elevados investimentos em exploração, produção e na indústria fornecedora de bens e serviços. Em 2013, as jazidas na região do pré-sal contribuíram com uma média de 413,4 mil boe/dia, o que representou aproximadamente 16,5% da produção nacional de hidrocarbonetos.

Em relação ao segmento de Gás Natural, observa-se nos últimos anos um crescimento da oferta de gás nacional no mercado interno, resultado de amplo programa de investimentos no setor. Dessa forma, registrou-se em 2012 um crescimento de 7% em relação ao ano anterior e, em 2013, esse crescimento já alcançou 9% em relação a 2012. O expressivo crescimento da oferta de gás nacional observado nos últimos anos é fruto de uma série de investimentos realizados no desenvolvimento de projetos de produção de gás natural, consubstanciados no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás). No âmbito desse programa, vários novos campos começaram a produzir, com destaque para os campos de gás não associado de Canapu e Camarupim, no Espírito Santo, e de Mexilhão, Uruguá e Tambaú, na Bacia de Santos. Vale também destacar o início das operações da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté, no Estado de São Paulo, e do gasoduto Sul-Norte Capixaba que possibilita o escoamento de gás da Bacia de Campos do litoral Capixaba até a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC). Além do Plangás, três outros fatores foram de fundamental importância para os recordes observados: (i) o incremento da entrega de gás para geração termoeletrônica na Região Norte; (ii) a elevação da produção do campo de Lula, produzindo gás associado de reservatórios do pré-sal na Bacia de Santos; e (iii) o êxito do Programa de Otimização do Aproveitamento de Gás Natural (POAG 2015), que tem permitido melhorar o desempenho das Unidades Operacionais

das regiões Sul e Sudeste.

Entre os diversos empreendimentos em curso no biênio 2012/2013, houve avanços na construção de instalações e manutenção das malhas de gasodutos sudeste, e nordeste.

Com relação aos projetos de ampliação da malha sul, foram emitidas pela ANP as autorizações de operação do novo PE Três Lagoas/MS para a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados – UFN III em fevereiro de 2013, do PE Pindamonhangaba II em setembro de 2013 e do PE UTE Baixada Fluminense em dezembro de 2013.

Para contribuir com a implantação de empreendimentos de fertilizantes nitrogenados no País, considerando que o Brasil importa aproximadamente 73% do fertilizante nitrogenado para atender à demanda interna, foi criado o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF), Lei nº 12.794, de 02 de abril de 2013. O Regime beneficiará pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos. Atualmente está em discussão no âmbito do Poder Executivo, o Decreto que o regulamentará.

Em relação ao Projeto Rota Cabiúnas - Ampliação do Terminal de Cabiúnas - TECAB, as principais realizações até dezembro de 2013 contemplam a chegada dos equipamentos críticos na obra, e o andamento da construção civil e montagem eletromecânica (72 % realizados). O início de operação do projeto está previsto para outubro de 2015. Destaca-se ainda a conclusão do projeto de construção do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos, com capacidade de regaseificar até 14 milhões m³/dia de gás natural, em novembro/2013. O início da sua operação está previsto para 2014.

Metas 2012-2015

• Agregar valor ao gás natural

Análise Situacional da Meta

Os investimentos incluídos na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aplicados na estruturação da malha de gasodutos, construção de novas facilidades de recebimento ou entrega ou manutenções, contribuem para atender à demanda e com capacidade de movimentação da produção necessária para a agregação de valor ao gás natural.

Constam do PAC os projetos do Terminal de Regaseificação da Bahia – TR Bahia, as Unidades de Fertilizantes Nitrogenados UFN III (em Três Lagoas - MS), UFN IV (Complexo Químico em Linhares - ES), e UFN V (Planta de Amônia em Uberaba - MG), e a Unidade de Produção de Sulfato de Amônio na Fábrica de Fertilizantes FAFEN-SE. Sobre os projetos mencionados, destacam-se:

- Terminal de Regaseificação da BAHIA – TRBA: as obras do terminal foram concluídas em novembro de 2013, tendo iniciada sua operação no início de 2014. O projeto do TR Bahia é constituído por um píer e um gasoduto de aproximadamente 45 km interligando o terminal ao gasoduto Cacimbas-Catu, além de um navio com capacidade para regaseificar 14 milhões de m³/dia de gás natural;
- Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados III - (Três Lagoas/MS) - UFN III: partida da planta prevista para setembro de 2014;
- Complexo Químico (Linhares/ES) - UFN IV: Licença Prévia emitida em 19/09/2013;
- Planta de Amônia (Uberaba/MG) - UFN V: processo licitatório para construção e montagem da planta em andamento;
- FAFEN-SE - Sulfato de amônio – início de operação previsto para 2014.

Ao longo de 2013 foram concluídos três novos pontos de entrega - PE de gás natural: o PE de Caçapava, no município de Caçapava e o PE de Pindamonhangaba II, no município de Pindamonhangaba, ambos no Estado de São Paulo; e o PE



para atendimento da UTE Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. O PE Barra Mansa II deverá entrar em operação em 2014.

Adicionalmente, cabe destacar o andamento das obras do Gasoduto GASFOR II no Estado do Ceará, da adequação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba – UTGCA em São Paulo, além do projeto de ampliação da capacidade de processamento do Terminal de Cabiúnas e da construção da unidade de processamento e gás natural UPGN Comperj – Rota 3, ambos no Estado do Rio de Janeiro. A expectativa é a entrada em operação da adequação da UTGCA em 2014, da ampliação da capacidade do Terminal de Cabiúnas em 2015 e do GASFOR II em 2016.

Além desses investimentos, o projeto GTL (Gas-to-Liquids) Parafinas, que visa monetizar gás natural pela sua conversão química em produtos de maior valor agregado, teve seu projeto conceitual (fase 2) concluído em setembro de 2012. Apesar dos bons resultados, o projeto foi interrompido em função da nova curva de oferta de gás natural na Região Amazônica, com oferta menor que a requerida para a viabilidade econômica do projeto.

• **Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação**
Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 a produção nacional aumentou 7% em relação ao ano anterior, atingindo o volume médio recorde de 70,6 milhões de m³/d. Impulsionada pelo aumento da produção e pela redução tanto da queima e perda quanto da reinjeção, a produção nacional líquida de gás natural (produção descontada a reinjeção, queima e perda e o consumo próprio na produção) também atingiu recorde histórico, cujo volume médio foi de 39,73 milhões de m³/d, representando aumento de 16% em relação ao ano anterior.

A produção média de gás natural no ano de 2013 foi de 77,2 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), aumento de 9%, ou cerca de 6,6 milhões de metros cúbicos por dia a mais que o realizado em 2012 (70,6 milhões de m³/d). Os principais motivos para esse acréscimo na produção foram: (i) a entrada em operação do FPSO Cidade de São Paulo e aumento da produção na plataforma de Mexilhão (localizados em São Paulo); (ii) o aumento do potencial do FPSO Cidade Vitória e do FPSO Cidade de Anchieta (localizados no Espírito Santo); (iii) aumento da produção de gás não associado do campo de Gavião Real (localizado no Maranhão) e (iv) entrada em operação do FPSO Cidade de Paraty e aumento da produção do FPSO Cidade de Angra dos Reis (localizados no Rio de Janeiro, Estado onde houve redução da produção em relação a 2012).

Com relação à oferta de gás nacional, em 2013, houve aumento de 39,7 para 44,33 milhões de m³/d em relação a 2012. Até 2022, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2022 – PDE 2022 prevê que a oferta de gás nacional apresentará aumentos significativos no decênio, atingindo cerca de 141 milhões m³/dia em função da entrada das novas unidades de produção de petróleo e gás natural nas Bacias de Campos, Santos e do Espírito Santo. Os campos de gás de Mexilhão, Uruguá e Tambáú têm destaque nesse crescimento com a entrada em produção de novos poços. Para viabilizar esse aumento de oferta, também estão previstas: (i) a adequação da UTGCA em 2014 para viabilizar o processamento de gás do pré-sal que escoará até Caraguatatuba pela Rota 1; e (ii) a construção do 2º gasoduto do Pré-Sal (Rota 2), da Bacia de Santos até Cabiúnas (RJ), previsto para entrar em operação em 2015.

• **Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados**

Análise Situacional da Meta

A média diária da produção nacional de petróleo em 2012 foi de 2,149 milhões de barris por dia (MMbpd). Dessa produção, a Petrobras contribuiu com aproximadamente 1,983 MMbpd.

No ano de 2013, a média diária produzida de petróleo foi de 2,114 barris, menor 1,62% (equivalente a 34.896 barris), se comparado ao ano de 2012.

A produção média em mar (petróleo e LGN) foi de 2,027 milhões de barris/dia e a produção em terra foi de 170.702 mil barris/dia, representando, respectivamente, 92,3% e 7,7% da produção nacional.

A queda na produção em 2013 decorreu, principalmente, do atraso na entrada em operação do Campo de Papa-Terra,

na Bacia de Campos; do atraso na chegada ao Brasil e dificuldades de instalação de equipamentos denominados BSRs – Boias de Sustentação de Risers, que permitiriam a interligação de novos poços nos campos de Sapinhoá e Lula NE, na Bacia de Santos; do atraso no início da produção das plataformas P-55 e P-58, no campo de Roncador e no Parque das Baleias, respectivamente, na Bacia de Campos e Bacia do Espírito Santo e do declínio natural de produção dos campos.

Em relação aos blocos exploratórios para petróleo e gás natural em atividade, em 2013 a ANP registrou 132 notificações de descobertas, sendo 70 em terra e 62 em mar. No mesmo período, a Agência recebeu 12 declarações de comercialidade.

Quantidade alcançada

2,11

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver e implantar meios alternativos de utilização do gás natural, através de soluções que envolvam transformações química e física, possibilitando incremento de valor agregado e maior eficiência no armazenamento e transporte**

Análise Situacional da Meta

Em 14/11/2013 foram concluídas as obras do Terminal de Regaseificação da Bahia – TR Bahia, que teve seu início de operação em janeiro de 2014, com capacidade para regaseificar até 14 milhões m³/dia de gás natural.

- **Identificar novas acumulações de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras terrestres e marítimas de forma a manter a relação Reserva x Produção em níveis sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

Os estudos estão sendo realizados nas Bacias Sedimentares do Acre – Madre de Deus, do Amazonas, do Ceará (Piauí – Camocim, Acaraú e Icarai), do São Francisco, do São Luiz – Bragança – Viseu, do Parnaíba, do Paraná, do Parecis, de Santos, da Foz do Amazonas e do Tacutu.

Ao longo do período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2014, a Petrobras totalizou 46 descobertas, sendo 24 no mar e 22 em terra. O índice de sucesso exploratório foi de 75%, já refletindo a política exploratória implantada desde o ano passado, a qual privilegia as locações de menor risco e destina mais recursos para as atividades de desenvolvimento da produção. As despesas com prospecção e perfuração (poços secos) foram de R\$ 1,2 bilhão no segundo trimestre de 2013, 63% menores que os R\$ 3,3 bilhões do mesmo período de 2012. Nenhum dos 13 poços secos contabilizados no segundo trimestre de 2013 é do Pré-sal.

Ao participar da 11ª Rodada de Licitação, a Petrobras adquiriu blocos de grande potencial exploratório oferecidos pela agência, localizados nas bacias da Foz do Amazonas, Espírito Santo e Barreirinhas. Na sua estratégia para aquisição de blocos terrestres, a empresa investiu, prioritariamente, na Bacia do Parnaíba, buscando ali acumulações de gás natural. As declarações de comercialidade dos campos de Tubarão Areia, Tubarão Tigre, Tubarão Gato, Rêmora, Pitangola, Lapa, Búzios e Sul de Lula, em mar, e Caboclinho, Graúna, Maçarico, Paturi e Tucano, em terra, ocorridas durante esse período, contribuíram para o aumento da relação reserva/produção (R/P) de petróleo do ano de 2013, que passou para 21,1 anos, segundo as avaliações preliminares efetuadas pela ANP, contra 19,5 anos em 2012. Assim, mesmo descontada toda a produção de petróleo do ano 2013, que atingiu 739 milhões de barris, as reservas nacionais de petróleo cresceram em 2013.

- **Possibilitar a atuação internacional para o acesso a reservas de produção de petróleo e gás natural, de forma a contribuir para a sustentabilidade de sua reposição e para o atendimento do mercado brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a produção de petróleo e gás natural no exterior superou a meta estabelecida em 7%. Isso se deu em razão de produção adicional frente à quantidade originalmente programada nos EUA, bem como devido à melhor eficiência nos campos petrolíferos da Argentina e Bolívia, fruto dos investimentos em manutenção do nível de produção.

A produção planejada para 2013 era de 191,83 mil barris de óleo equivalente por dia, refletindo a reavaliação do modelo de negócio de atuação internacional contida no Plano de Negócios 2012-2016 da Petrobras, reduzindo-se a



produção em relação a 2012.

Durante o primeiro semestre de 2013, a produção de petróleo e gás natural superou a meta estabelecida em 5%, em razão da antecipação de perfuração de poços na Argentina, além de maiores produções na Bolívia e Colômbia, face à maior eficiência do que a planejada, fruto dos investimentos em manutenção do nível de produção.

A atuação internacional na área de gás compreende a alocação de ativos de exploração e produção, além de outros necessários em toda a cadeia de desenvolvimento do gás natural (transporte, compressão, distribuição e geração de energia) nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, Venezuela, México, EUA, Angola, Benin, Namíbia, Nigéria, Gabão e Tanzânia.

Os investimentos realizados durante os anos de 2012 e 2013 tiveram por objetivo manter o nível de produção dos ativos e desenvolver aqueles em fase de exploração, assim como manter a segurança e condições operacionais da infraestrutura existente na cadeia de gás natural, presentes na Argentina, Bolívia e no Uruguai.

A priorização de estratégias que atendam ao desenvolvimento das reservas internacionais existentes, à redução do risco exploratório e aos investimentos mais seletivos no exterior tem motivado a reavaliação do modelo de negócio de atuação internacional, contribuindo de forma complementar aos objetivos domésticos, a partir das iniciativas de desinvestimento presentes desde o plano de negócios 2012-2016 da companhia, definindo, melhor assim, os rumos da gestão dessas atividades.

Assim, durante o ano de 2013, o Plano de Desinvestimentos foi implementado com sucesso nos ativos do continente africano. Por meio dele, houve a venda de 50% da participação da companhia nos ativos ali existentes. Houve, também, negociação de ativos (campos petrolíferos de Gila e Stones) localizados na área americana do Golfo do México, o que permitiu ajuste na carteira de projetos de investimentos na região via diminuição do nível de risco financeiro.

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás é diretamente proporcional às áreas disponíveis para realização de pesquisa e produção de hidrocarbonetos.

Por se tratar de bem estratégico e não renovável, é necessária a constante busca por novas reservas e a manutenção das atividades de exploração e produção por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

No ano de 2013, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) promoveu três licitações.

A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), foi realizada em maio de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 289 blocos com risco exploratório, localizados em 23 setores de onze diferentes bacias sedimentares brasileiras. A ANP arrecadou um total de R\$ 2,48 bilhões em bônus de assinatura e obteve compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 5,8 bilhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados é de 62% para a fase de exploração e 76% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 1ª Licitação de Partilha de Produção, autorizada pela Resolução CNPE nº 04/2013, foi realizada no dia 21 de outubro de 2013. Nesta licitação, a ANP ofertou o prospecto de Libra, na bacia de Santos, com estimativa de volumes recuperáveis entre oito e doze bilhões de barris de petróleo. Participaram da licitação onze empresas habilitadas, que pagaram um total de R\$ 22,7 milhões em taxa de participação. O consórcio vencedor, formado pelas empresas Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda., Total S.A., CNPC International Ltd. e CNOOC International Limited, ofertou excedente em óleo para a União de 41,65%. Além disso, o consórcio recolheu R\$ 15 bilhões relativos ao bônus de assinatura e assumiu compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões.

Realizou-se, em novembro de 2013, a 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 240 blocos com risco exploratório, localizados em 13 setores de 7 bacias sedimentares brasileiras: Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba, Recôncavo, São Francisco e Sergipe-Alagoas.

Em 2014, estima-se realizar licitação para concessão de serviços de transporte de gás natural e, possivelmente, uma rodada de licitações para fomentar a participação de pequenas e médias empresas na indústria brasileira do petróleo.

Metas 2012-2015

• Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi realizada uma licitação em área do pré-sal sob o regime de partilha de produção.

A 1ª Licitação de Partilha de Produção, autorizada pela Resolução CNPE nº 04/2013, foi realizada no dia 21 de outubro de 2013. A ANP ofertou a estrutura conhecida como prospecto de Libra, descoberto pelo poço 2-ANP-0002ARJS, na bacia de Santos. Participaram da licitação 11 empresas habilitadas, que pagaram um total de R\$ 22,7 milhões em taxa de participação. O consórcio vencedor, formado pelas empresas Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda., Total S.A, CNPC International Ltd. e CNOOC International Limited ofertou excedente em óleo de 41,65% para a União. Além disso, o consórcio recolheu R\$ 15 bilhões relativos ao bônus de assinatura e assumiu compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões. A cerimônia de assinatura do contrato de partilha de produção ocorreu no dia 2 de dezembro de 2013.

O resultado atendeu às expectativas, principalmente no que diz respeito à composição do consórcio vencedor, formado por empresas de grande porte com vasta experiência na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, e por empresas com recursos financeiros suficientes para incorrer nos elevados custos inerentes a essas atividades.

Quanto a licitações futuras, ressalta-se que a ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

• Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais

Análise Situacional da Meta

Em 2013, realizaram-se duas rodadas de licitações com a oferta de blocos em bacias maduras.

A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013. A rodada atraiu o interesse de 71 empresas. Dessas, 68 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 33,4 milhões, 64 foram habilitadas a participar da rodada, 39 apresentaram ofertas e 30 saíram vencedoras.

Dos 289 blocos ofertados, 142 foram arrematados e 120 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 61.258,60 km², localizados em 23 setores de onze diferentes bacias sedimentares brasileiras: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Tucano. A assinatura dos 120 contratos de concessão da 11ª Rodada de Licitações foi realizada nos dias 06 e 30 de agosto, 17 de setembro e 13 de novembro de 2013.

A ANP arrecadou um total de R\$ 2,548 bilhões em bônus de assinatura e obteve das empresas signatárias o compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 5,8 bilhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados é de 62% para a fase de exploração e 76% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nessa rodada, a ANP ofertou 67 blocos nas bacias maduras Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas, totalizando 1.974 km² de área. Dos 67 blocos ofertados em bacias maduras, 46 foram arrematados e 44 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 1.305,40 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R\$ 82,7 milhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 71.566 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 271,9 milhões, e o conteúdo local médio dos contratos assinados foi de 78,18% para a fase de



exploração e 84,84% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013. A rodada atraiu o interesse de 26 empresas. Dessas, 25 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 2,8 milhões, 21 foram habilitadas a participar da rodada e 12 apresentaram ofertas e saíram vencedoras.

Dos 240 blocos ofertados, 72 foram arrematados, o que corresponde a uma área total arrematada de 47.427,60 km². O bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 165,2 milhões (ágio de 755,95%). O Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 129.761 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 503,5 milhões (ágio de 322,89%). O conteúdo local médio ofertado foi de 72,61% para a fase de exploração e 84,47% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nessa rodada, a ANP ofertou 130 blocos nas bacias maduras do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas, totalizando 3.870,66 km² de área. Dos 130 blocos ofertados em bacias maduras, 54 foram arrematados, o que corresponde a uma área de 1.578,80 km². O bônus de assinatura ofertado para esses blocos foi de R\$ 132,2 milhões. O Programa Exploratório Mínimo ofertado foi de 67.156 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 255,2 milhões. O conteúdo local médio é de 72,78% para a fase de exploração e 84,82% para a etapa de desenvolvimento da produção. Quanto à realização de novas rodadas de licitações, ressalta-se que a ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 realizaram-se duas rodadas de licitações que incluíram a oferta de blocos em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento.

A primeira delas, a 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 222 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Potiguar, Pernambuco-Paraíba, Parnaíba e Tucano. Desse 222 blocos ofertados, 96 foram arrematados e 76 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 59.953,20 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R\$ 2,4 bilhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 161.494 unidades de trabalho, que correspondem a R\$ 5,53 bilhões, e o conteúdo local médio é de 52% para a fase de exploração e 70% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A segunda, que corresponde à 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 110 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba e São Francisco, totalizando 160.045,91 km² de área. Dos 110 blocos ofertados, 18 foram arrematados, o que corresponde a uma área total de 45.848,80 km². O bônus de assinatura ofertado para esses blocos foi de R\$ 33 milhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 62.605 unidades de trabalho, que correspondem a R\$ 248,3 milhões, e o conteúdo local médio é de 72,11% para a fase de exploração e 83,44% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Quanto à realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento e em bacias de elevado potencial, ressalta-se que a ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

No conjunto de ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), promoveu a qualificação de 17.158 pessoas no biênio 2012/2013, em diversas especialidades tais como montador, soldador, caldeireiro, eletricitista, pintor, mecânico e instrumentista.

Também vem sendo conduzidos estudos para o aprimoramento da sistemática de aumento progressivo dos índices de conteúdo local e para o fortalecimento e incremento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A Petrobras tem investido volumosos recursos em pesquisa e desenvolvimento - P&D, os quais já trouxeram resultados positivos. Entre eles destacam-se: perfuração do primeiro poço horizontal no Pré-Sal; instalação dos primeiros sistemas de completação inteligente nos poços do Pré-Sal; operação do primeiro sistema submarino de injeção de água do mar no Campo de Albacora; aumento de 5% da produção de gasolina na Refinaria Gabriel Passos (REGAP); implantação do Tratamento Térmico de Resíduos Multifásicos nas operações de Sergipe e Alagoas; implantação de controle avançado na Unidade de Amônia da Fábrica de Fertilizantes da Bahia.

Também foram inaugurados laboratórios totalizando cerca de 19 mil m² de área construída e realizadas reformas em 18 universidades e instituições de P&D.

Metas 2012-2015

• Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção**Análise Situacional da Meta**

O contrato de partilha de produção, assinado em 02 de dezembro de 2013, após a licitação ocorrida em 21 de outubro de 2013, apresentou a sistemática da exigência de aumento dos índices de conteúdo local ao longo do tempo.

Para definição desses índices, no ano de 2012 foram realizadas reuniões com associações representantes da indústria nacional, Petrobras, (única operadora para os contratos de partilha de produção) e a ANP.

O Contrato da Cessão Onerosa assinado em setembro de 2010 também apresenta tal sistemática, porém, até o momento, não houve aferições significativas desses índices.

A aferição dos índices de conteúdo local praticados nos contratos sob o regime de concessão segue sendo realizada pela ANP.

• Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço**Análise Situacional da Meta**

O MME conduziu os estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo para as empresas de pequeno e médio porte, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O resultado desses estudos foi consubstanciado na Resolução CNPE nº 1/2013, de 7/2/2013, emitida pelo Conselho



Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

Nesse sentido, foi instituída, pela Portaria MME nº37/2014 de 29 de janeiro de 2014, a Comissão com a finalidade de propor e acompanhar as ações relativas à política para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte, nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

- **Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos**

Análise Situacional da Meta

A Petrobras obteve como principais resultados no biênio 2012/2013:

- atualização do modelo de evolução geológica para a Bacia do Parnaíba, que permite aprimorar a análise dos fatores condicionantes da presença de acumulações de petróleo e gás naquela área;
- perfuração do primeiro poço horizontal no pré-sal, tecnologia que aumentará a produção por poço e reduzirá o número de poços, diminuindo custos;
- instalação dos primeiros sistemas de completação inteligente nos poços do Pré-Sal, que podem permitir o aumento de 3% no volume de óleo recuperável;
- operação do primeiro sistema submarino de injeção de água do mar no Campo de Albacora, que viabiliza o aumento da produção nos campos maduros da Bacia de Campos;
- início da operação da maior bomba multifásica submarina hélico-axial atualmente em funcionamento no mundo, desenvolvida pela Petrobras e parceiro, que aumentou em cerca de seis mil barris de líquidos por dia a produção no Campo de Barracuda;
- aumento de 5% da produção de gasolina da Refinaria Gabriel Passos (REGAP), pelo uso do aditivo iso-zoom, desenvolvido pela Petrobras;
- início de operação da primeira unidade industrial de hidrodessulfurização de nafta craqueada com tecnologia Petrobras, na Refinaria de Capuava, que permite produzir gasolina com teor de enxofre de até 50 ppm, de acordo com as especificações da ANP para 2014;
- redução de 420 milhões de litros de água por ano no consumo da REGAP, quantidade equivalente ao consumo diário de seis mil pessoas, por meio de técnica de reuso de água no refino, inédita no mundo;
- implantação de controle avançado na Unidade de Amônia da Fábrica de Fertilizantes da Bahia, que evitará a emissão de 17.230 ton/ano de CO₂;
- Aplicação de novo revestimento orgânico para proteção anticorrosão nas Bóias de Sustentação de Riser contratadas pela Petrobras;
- Qualificação de técnica de reparo de dutos utilizando material compósito em menor tempo e com melhores condições de segurança;
- Qualificação do Poseidon Gas Handler, que deve viabilizar produção em poço no campo de Jubarte;
- Caracterização geoquímica de óleos e gases do pré-sal da Bacia de Santos para melhor entendimento sobre os sistemas petrolíferos ativos na área;
- Inauguração de laboratórios com 27.910 mil m² de área construída e reformas em 27 universidades e instituições de P&D.

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O marco regulatório do setor de petróleo e gás está ancorado basicamente na Lei nº 9.478/1997, que regulamentou o regime de concessão e criou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, e na Lei nº 12.351/2010, que criou o regime de partilha de produção e também o Fundo Social.

A complexidade do setor e sua importância para o desenvolvimento nacional exige constante aprimoramento desse marco regulatório e implementação de ações para reforçar o papel dos órgãos e entidades relacionadas. Entre eles, além da ANP, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a dar suporte ao planejamento do setor energético visando subsidiar o MME no cumprimento de suas atribuições.

Em 2012, o MME acompanhou a tramitação do Projeto de Lei que dispõe sobre royalties e participação especial, devidos pela produção petrolífera sob o regime de concessão, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção. No mesmo exercício, foi sancionada a Lei nº 12.734/2012, a qual definiu novas regras de distribuição, entre os entes da Federação, dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. A aplicabilidade dessas novas regras está suspensa pelo STF até o julgamento do seu mérito em ações interpostas àquele Tribunal.

Em 2013, houve alteração nas regras de aplicação dos recursos oriundos de participações governamentais (royalties e participações especiais). O Congresso Nacional aprovou o PL 323-H/2007, convertido na Lei 12.858/2013, que estabeleceu novas regras para aplicação dos recursos do pré-sal, prioritariamente em educação e saúde.

Metas 2012-2015

- **Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país**

Análise Situacional da Meta

A gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural vem ocorrendo em consonância com a política nacional para a indústria petrolífera no País. No biênio 2012/2013, conforme previsto no PPA, houve avanço na implantação da estratégia para tal, baseada na ampliação da atuação da EPE na área de estudos para o planejamento do setor petrolífero, na elaboração das minutas de contratos de partilha da produção, com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União, na previsão da gestão dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A, na proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção e na implantação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S/A, criada pelo Decreto 8.063/2013.

OBJETIVO: 0065 - Elaborar estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas provenientes do petróleo e do gás natural, visando o benefício das gerações presente e futura.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O interesse dos estudos guarda relação com o ritmo de aproveitamento dos bens minerais, as oportunidades de desenvolvimento equilibrado do território, a distribuição ótima da renda que não implique sobrefinanciamento nem subfinanciamento dos seus beneficiários e a correta aplicação da renda da atividade, com a perpetuação da renda gerada a partir do desenvolvimento de novos polos, de ciclos econômicos e da aplicação de recursos no desenvolvimento de projetos e investimentos de interesse intergeracional.

No ano de 2013, avançou-se na dimensão das mudanças no marco legal do setor, da retomada programada das rodadas de licitação, em especial do pré-sal, bem como da implantação dos novos regramentos e instituições do setor, tais como a aplicação dos recursos, a operacionalização da Pré-Sal Petróleo S.A. e do Fundo Social.



Os estudos e análises relacionadas ao objetivo em tela focaram a dimensão das mudanças no marco legal. As análises focaram os impactos da Lei 12.734/2012 (que redistribui compensações financeiras a favor de entes não produtores), da MP 592 (proposta do executivo para alterar a distribuição das participações, que teve seu prazo de vigência encerrado em maio de 2013), do PL 323-H/2007, convertido na Lei 12.858/2013 (que traz nova aplicação das compensações financeiras nas áreas de saúde e educação). O mote geral das análises foi o de garantir a consistência do propósito intergeracional de longo prazo, remetendo para o período seguinte a análise dos aspectos necessários para implementação, funcionamento e sustentabilidade do fundo intergeracional.

No plano dos estudos metodológicos, avançou-se no diagnóstico do setor, dos conflitos distributivos que apresenta e das potencialidades de ajuste. Nesse sentido foi elaborado estudo temático sobre o setor de petróleo e gás, com abordagem sobre o marco regulatório, a evolução das participações governamentais e sobre os pontos atualmente em debate. Na sequência, serão aprofundados outros eixos previstos no estudo.

Quanto aos estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural, destaca-se, em 2013, a emissão do Decreto 8.127/2013, que instituiu o Plano Nacional de Contingência (PNC), para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional.

Metas 2012-2015

- **Concluir estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, os estudos e análises relacionados ao objetivo em tela focaram as mudanças no marco legal do setor. Produziu-se, no período, estudos sobre os impactos da Lei 12.734/2012 (que redistribui compensações financeiras a favor de entes não produtores), da MP 592 (proposta do executivo para alterar a distribuição das participações, que teve seu prazo de vigência encerrado em maio de 2013), e do PL 323-H/2007, convertido na Lei 12.858/2013 (que traz nova aplicação das compensações financeiras nas áreas de saúde e educação). O mote geral das análises foi o de garantir a consistência do propósito intergeracional de longo prazo. Na sequência, os estudos focarão os aspectos necessários para implementação, funcionamento e sustentabilidade do fundo intergeracional.

Acerca da Lei 12.734/2012, verificou-se que as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, e ainda sub judice no STF, representam uma considerável perda de recursos para os entes produtores.

Quanto à MP 592/2012, ao perder vigência por decurso de prazo de análise pelo Congresso Nacional, incluiu-se parte de sua proposta no PL 323-H/2007. Para essa proposta, elaborou-se estudo para estimar as receitas das participações governamentais que serão destinadas à educação e à saúde, conforme as novas regras de aplicação dos recursos.

Continuarão sendo debatidas as questões relacionadas à distribuição das participações governamentais, seja pela análise do STF, seja pelas oportunidades de aperfeiçoamento do marco regulatório ou pela operacionalização da PPSA e do Fundo Social.

No plano dos estudos metodológicos, avançou-se no diagnóstico do setor, dos conflitos distributivos que apresenta e das potencialidades de ajuste. Nesse sentido foi elaborado estudo temático sobre o setor de petróleo e gás, com abordagem sobre o marco regulatório, a evolução das participações governamentais e os pontos atualmente em debate. Para 2014 será fomentada a discussão na análise dos impactos do que foi regulamentado em 2012 e 2013, na demonstração dos eventuais ajustes decorrentes da sistemática estabelecida e, na sequência, na apresentação de sugestões para correção desses ajustes.

- **Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural**

Análise Situacional da Meta

Conforme previsto, desde o 2º trimestre de 2012 foram feitos contatos e diálogos com os órgãos que contribuem para alcance dessa meta. Com o objetivo de simplificar a abordagem das questões previstas na meta, alterou-se a proposta de criação do grupo técnico previsto. Definiu-se, assim, cada órgão envolvido, um representante como ponto focal para tratar das questões relacionadas à sistematização e à metodologia a ser realizada.

Nesse sentido, bimestralmente, desde o início de 2013, estão em andamento reuniões entre os pontos focais, com a finalidade de definir formas de acompanhamento das atividades previstas.

Destaca-se em 2013, a emissão do Decreto 8.127/2013, que instituiu o Plano Nacional de Contingência (PNC), para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional. Esse plano deverá ser adotado em caso de acidentes de maiores proporções, nos quais a ação individualizada dos agentes não se mostrar suficiente para a solução do problema.

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento da expansão da infraestrutura de gás natural é formalizada por meio do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT). Esse plano é baseado em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que levam em consideração as projeções de crescimento da oferta e da demanda de gás natural, bem como a capacidade da infraestrutura existente para atender ao mercado nacional. A EPE concluiu no início de 2013 a versão preliminar dos estudos de expansão da malha, base para a elaboração do PEMAT 2021, que, após a aprovação da Lei do Gás (Lei nº 11.909/2009), será o primeiro plano a versar especificamente sobre a expansão dos gasodutos no Brasil no longo prazo.

A versão preliminar do PEMAT foi concluída em dezembro de 2013 e disponibilizada para consulta pública no início de 2014.

Metas 2012-2015

• Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, discutiu-se com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS) e com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) as condições para permitir aos agentes de mercado fornecerem as informações de demanda de gás que subsidiam os estudos de expansão da malha. Ainda durante o ano de 2012, foram recebidas as previsões de crescimento de demanda nos diversos Estados brasileiros. Também foram analisadas as previsões de crescimento da produção de gás, e estimados os volumes potenciais de oferta do energético. Para a infraestrutura, foi feita a análise da rede existente e das necessidades de expansão.

A versão preliminar do PEMAT foi concluída em dezembro de 2013 e disponibilizada para consulta pública no início de 2014. A primeira edição do plano foi publicada após sua aprovação por meio da Portaria MME nº 128, de 26 de março de 2014. Em seguida deu-se início aos estudos para o próximo ciclo de planejamento.

OBJETIVO: 0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo está sendo implementado com foco no desenvolvimento e capacitação de fornecedores. Para tanto, iniciou-se o processo com chamamento público para seleção de projetos, tendo resultado na habilitação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) de Minas Gerais e da Bahia para aplicar metodologia de qualificação de fornecedores em polos produtivos da



cadeia de petróleo, gás e naval. Os convênios foram firmados em dezembro de 2012 e a execução teve início em 2013, com previsão de término para 2015. Ainda em 2013, foram selecionados mais 2 projetos, por meio de chamamento público, cuja execução está prevista para iniciar em 2014, em que serão contemplados os estados de Pernambuco e Santa Catarina.

Foi firmado convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em dezembro de 2011, viabilizando a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para 3 empresas de médio porte localizadas na Bahia, em Minas Gerais e em Pernambuco com vistas à inserção dessas na cadeia de petróleo, gás e naval. Em 2013 o convênio foi aditado para atender mais três empresas do estado do Rio Grande do Sul. Visando ampliar a atuação, a ABDI firmou convênio com a Petrobras, estendendo o atendimento ao estado do Rio de Janeiro, em cumprimento às metas estabelecidas no Memorando de Entendimentos firmado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Petrobras e ABDI, em agosto de 2012.

O MDIC está coordenando projeto para desenvolvimento de arranjos produtivos locais para a cadeia de petróleo, gás e naval. O foco tem sido o fortalecimento da governança e da articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa de 5 territórios- precursores, sede dos APLs de Suape/PE e Vale do Aço/MG (a serem consolidados), Maragogipe e Entorno/BA, COMPERJ/RJ e Rio Grande/RS (a serem implementados). Estão sendo elaborados planos de ação que contemplem uma ampla agenda de desenvolvimento, a qual abrange aspectos de infraestrutura, meio-ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão. A previsão de alcance é dezembro de 2014.

Metas 2012-2015

• Consolidar 2 polos empresariais regionais

Análise Situacional da Meta

O convênio firmado com a ABDI, em dezembro de 2011, viabilizou a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para 3 empresas de médio porte, localizadas nos estados de Minas Gerais (Vale do Aço) e Pernambuco (Suape), com vistas à inserção na cadeia de petróleo, gás e naval. A execução encontra-se em fase de diagnóstico das empresas.

Destaca-se também que foi firmado convênio com IEL/MG, em dezembro de 2012, para qualificação de fornecedores, de pequeno e médio portes, para a cadeia de petróleo, gás e naval. A execução encontra-se em fase de mapeamento das empresas fornecedoras. O MDIC também coordena projeto no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais na cadeia de petróleo, gás e naval. Em relação aos APLs de Suape/PE, e Vale do Aço/MG, o foco é fortalecer a governança e articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa desses territórios para a elaboração de planos de ação que contemplem uma ampla agenda de desenvolvimento, abrangendo também aspectos de infraestrutura, meio-ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão. A previsão de alcance é dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

Análise Situacional da Meta

O início da implementação dessa Meta está adiado para 2014 porque, em 2013, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou projeto de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) de equipamentos submarinos (projeto de engenharia e construção submarino – subsea, o qual terá seu centro na Ilha do Fundão). Assim, o ano de 2013 foi dedicado à articulação institucional e formatação do APL. O apoio do MDIC se dará por meio de convênio, a ser executado em 2014, para apoio à governança e para qualificação de fornecedores no âmbito do APL.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Formar 3 novos polos empresariais**Análise Situacional da Meta**

Nesta meta, o foco é apoiar a formação dos APLs de Rio Grande-RS, COMPERJ-RJ, Maragogipe e Entorno – Bahia. Em relação aos três territórios, o MDIC coordena projetos, no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), para o fortalecimento da governança e articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa desses territórios e na elaboração de planos de ação que contemplem uma ampla agenda de desenvolvimento abrangendo também aspectos de infraestrutura, meio- ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão.

No que se refere a Maragogipe e Entorno/BA, o MDIC atua com a ABDI e IEL/BA em convênios para a qualificação de fornecedores de pequeno e médio portes para a cadeia e petróleo, gás e naval. O convênio como IEL/BA está na fase de mapeamento das empresas e da oferta e demanda, com previsão de encerramento em 2015.

Quanto ao Rio Grande do Sul, o estado será atendido por meio de aditamento, formalizado em 2013, ao convênio firmado com a ABDI em dezembro de 2011, visando a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para três empresas de médio porte, com vistas à inserção na cadeia de petróleo, gás e naval.

Em relação ao COMPERJ, não foi possível avançar na construção da governança e de um plano de ação para o desenvolvimento do APL. Isso se deveu às sucessivas alterações do projeto da refinaria e outras dificuldades enfrentadas na articulação entre os diversos entes públicos e privados impactados .

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	31/12/2010	243.268	28/12/2012	337.976
Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados	%	31/12/2009	61,4	31/12/2012	60,8
Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato	%	31/12/2009	17,6	31/12/2012	22,12
Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos	%	31/12/2009	40,5	-	-
Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos	%	31/12/2009	61,22	31/12/2013	54,6
Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos	%	31/12/2009	48,45	-	-
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2009	41,6	31/12/2013	50
Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade	%	31/12/2009	55,88	-	-
Taxa de vacância em imóveis urbanos	%	31/12/2008	10,6	31/12/2010	10,56

Observações:

Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária - Nota 1: Informações atualizadas em 28/12/2012, referentes às atividades apoiadas pelo Programa Papel Passado de 2004 a 2012, que impliquem a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade
 Nota 2: Os dados relativos ao ano 2013 ainda não foram apurados.

Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados - Não houve apuração do indicador na MUNIC 2013.

Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato - Não houve apuração do indicador na MUNIC 2013.

Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos - Houve alteração de metodologia na coleta dos dados pela MUNIC.

Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de vacância em imóveis urbanos - Última apuração do indicador foi em 2010.

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A atuação do Governo Federal no sentido de valorizar a utilização plena de áreas consolidadas da cidade, de modo a contribuir para a preservação do patrimônio cultural e ambiental em áreas urbanas, tem se dado por meio do fomento a projetos urbanos integrados no território, em áreas de especial interesse para a cidade, como, por exemplo, as áreas centrais, as orlas marítimas ou fluviais e as áreas de interesse cultural e ambiental.

A reabilitação urbana tem sido o foco das estratégias de qualificação de áreas que requeiram a dinamização do uso e ocupação do solo, a melhoria dos espaços públicos e da infraestrutura urbana e o aproveitamento de imóveis ou grandes áreas ociosas das cidades, visando o cumprimento da função social da cidade e da propriedade e possibilitando o acesso à terra urbanizada, segura e bem localizada para todos. Nesse sentido, além de seminários, atividades de capacitação e elaboração de material didático, iniciativas que visam propagar/difundir o conhecimento sobre o tema, e o apoio a projetos e obras nos municípios brasileiros, está em fase de análise pelo Ministério das Cidades a proposta de regulamentação de uma linha de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas, como alternativa de potencialização dos investimentos.

Para recuperação das áreas urbanas ambientalmente frágeis, sua inserção na dinâmica das cidades e consequente apropriação pelos moradores, objetiva-se investir em projetos de parques urbanos ou projetos urbanos em Áreas de Proteção Permanente (APP). No período de execução deste Plano Plurianual (PPA) estão sendo apoiados projetos de implantação de parques em municípios da Bacia do São Francisco, além de estar sendo realizado um levantamento da cobertura vegetal e dos corpos d'água existentes nas áreas urbanas e periurbanas de 732 municípios brasileiros, com vistas a orientar os investimentos. Ainda nessa temática, está sendo realizada a chamada pública para a implantação de parques fluviais/lineares urbanos, sendo que no ano de 2013 foram contemplados quatro dos dez municípios previamente selecionados como prioritários para atendimento na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Com vistas ao desenvolvimento urbano e econômico e ao cumprimento da função socioambiental da propriedade ao longo da orla marítima e de rios federais, as ações de ordenamento territorial, no âmbito do Projeto Orla, buscam possibilitar a dinamização de atividades turísticas e da utilização dos imóveis do patrimônio da União para ampliação do livre acesso das áreas de bens de uso comum a toda a população. No período de execução deste PPA, o Projeto Orla foi revisado e foram realizadas oficinas para elaboração de Planos de Gestão Integrada (PGI) em alguns municípios.

Metas 2012-2015

- **Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular**

Análise Situacional da Meta

Em maio de 2012, a Fundação Universidade de Brasília foi contratada para realizar o levantamento da cobertura vegetal e dos corpos d'água existentes nas áreas urbanas e periurbanas de 732 municípios brasileiros selecionados. O objetivo é que este estudo forneça subsídios para orientar os investimentos em projetos de parques urbanos e ou projetos em áreas de APP's. Até o presente momento, foram entregues a metodologia a ser utilizada, a base cartográfica necessária ao estudo e o mapeamento de 218 municípios – 30% do total de 732 municípios selecionados. Além disso, em julho de 2013 o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) lançou a Chamada II de edital que prevê a disponibilização, pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (CAIXA), de R\$ 13,33 milhões para a implantação de parques fluviais/lineares urbanos. No ano de 2013 foram contemplados quatro dos dez municípios previamente selecionados como prioritários para atendimento na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

- **Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto**

**ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais****Análise Situacional da Meta**

No período de execução deste PPA, deu-se continuidade às atividades de monitoramento dos contratos de repasse e convênios firmados em anos anteriores. Além disso, em 2013, foi realizado o empenho de R\$ 237.500,00, relativo à totalização do valor de convênio, assinado em 2011 com o governo do estado da Bahia, para reabilitação do Centro Antigo de Salvador, em andamento. Também foram contratados 136 projetos/obras de reabilitação urbana com recursos oriundos de emendas parlamentares em municípios nos estados de AL, BA, CE GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP, TO, totalizando R\$ 57.422.321,57. Ainda foi recebido destaque orçamentário proveniente da Secretaria da Micro e Pequena e Empresa da Presidência da República no valor de R\$ 1.000.000,00 com vistas à construção de equipamento público urbano destinado a feira comercial no centro do município de Limoeiro do Norte/CE. Assim, foram contratados, em 2013, 137 projetos de reabilitação em 128 municípios, totalizando um investimento de R\$ 58.863.171,57.

Com relação às atividades de capacitação, deu-se prosseguimento às oficinas regionais relativas à publicação “Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas”, de 2011. Foram realizadas oficinas na região norte (em Belém/PA, capacitando 72 pessoas de 18 municípios) e na região sul (em Curitiba/PR, capacitando 114 pessoas de 30 municípios). Como fechamento das atividades relacionadas à publicação citada, foi realizado em Brasília/DF o “Seminário Nacional Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas – Desafios Para a Reabilitação com Justiça Social”, no qual foram discutidos temas como viabilidade econômico-financeira de empreendimentos, superação de desafios fundiários, participação popular e gestão democrática, entre outros. Participaram do seminário 107 pessoas provenientes de 36 municípios.

Além disso, o curso Educação à Distância (EaD) de autoinstrução “Reabilitação Urbana com Foco em Áreas Centrais”, realizado em parceria com a CAIXA e com o Programa Nacional de Capacitação das Cidades, foi disponibilizado a partir de março no Portal Capacidades. Durante o ano o curso recebeu 4.364 inscrições.

O Ministério das Cidades, na condição de gestor da aplicação dos recursos do FGTS, foi incumbido pela resolução nº 681 do Conselho Curador do FGTS a regulamentar as regras de aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas. Para tanto, foi elaborada minuta de instrução normativa, que atualmente se encontra em análise pelo Ministro das Cidades.

Por fim, em complementação à ação anterior, foi publicado edital para chamada pública de propostas de instituições públicas de ensino superior federais para desenvolvimento de pesquisa técnica e jurídica sobre Operações Urbanas Consorciadas e elaboração de caderno técnico sobre a regulamentação e a implementação do instrumento. A seleção e posterior celebração de termo de cooperação acontecerão no ano de 2014.

• Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla**Análise Situacional da Meta**

Em 2013 foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI nos municípios de Itarema/CE, Aracati/CE, Paracuru/CE e Baía da Traição/PB; audiências públicas nos municípios de Fundão/ES, Corumbá/Ladário/MS; e reuniões de sensibilização nos municípios de Porto Velho/RO, Florianópolis/SC, Guajará-Mirim/RO e Marcação/PB. Também foi realizada reunião de planejamento do Projeto Orla Fluvial, para discutir a revisão dos PGIs de Itajaí/SC, Porto Belo/SC, Lucena/PB, Conde/PB e Pitimbu/PB e a agenda anual das reuniões do Comitê Gestor/RN.

Além disso, foi editada a Portaria nº 404/2012, que estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, para estruturas náuticas em espaço físico em águas públicas de domínio da União, tais como lagos, rios, correntes d'água e mar territorial, até o limite de 12 milhas marítimas a partir da costa.

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O governo federal lançou, em 2005, a campanha nacional "Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos" para apoiar os municípios na elaboração dos Planos Diretores Municipais. O resultado foi expressivo. O número de municípios que possuíam tal instrumento saltou de 805 em 2005 para 2.318 em 2009; em 2012 já são 2.658 municípios com o instrumento aprovado, de acordo com informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE). Se considerarmos apenas os municípios com obrigatoriedade constitucional de orientar a política de desenvolvimento e expansão urbana pelo Plano Diretor, ou seja, aqueles com mais de 20 mil habitantes, em 2005 apenas 33% deles possuíam o instrumento e em 2012 já são 91%.

Destaca-se ainda, de acordo com a MUNIC, um avanço expressivo, na última década, no número de municípios com instrumentos de planejamento urbano no país:

- Zonas Especiais de Interesse Social: 647 municípios em 2001; 1.794 municípios em 2012
- Outorga Onerosa do Direito de Construir: 370 municípios em 2001; 727 municípios em 2012
- IPTU progressivo: 1.047 municípios em 2001; 2.034 municípios em 2012
- Lei de Zoneamento ou equivalente: 1.260 municípios em 2001; 2.246 municípios em 2012
- Lei de Parcelamento do Solo: 1.817 municípios em 2001; 2.389 municípios em 2012
- Plano Diretor Aprovado: 980 municípios em 2001; 2.658 municípios em 2012
- Transferência de Potencial Construtivo: 86 municípios em 2001; 429 municípios em 2012
- Operações Urbanas Consorciadas: 115 municípios em 2001; 395 municípios em 2012

O desafio agora é qualificar os Planos Diretores e implementar os instrumentos de política urbana nos municípios. Em geral, os instrumentos de planejamento urbano municipais previstos no Estatuto da Cidade foram incorporados a grande parte dos Planos Diretores Municipais, porém, muitos ainda não são autoaplicáveis e precisam de regulamentação municipal para serem implementados. É o que aponta pesquisa realizada pelo Ministério das Cidades, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Como forma de apoio aos municípios, o Governo Federal tem investido na construção e disseminação de conhecimento e em atividades de capacitação dos entes federados sobre os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e sobre as formas de implementação destes. Neste sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Foi finalizado e publicado o edital para o processo seletivo de instituições de ensino superior para elaboração de cadernos técnicos de outros instrumentos, continuando a coleção, a saber: Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV); Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC); IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos; Transferência do Direito de Construir (TDC); Consórcio Imobiliário (CIImob); Direito de Preempção e Direito de Superfície; e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).
- Foi elaborada, em conjunto com o Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES), resolução recomendada que trata da obrigatoriedade de definição de coeficiente de aproveitamento básico nos Planos Diretores Municipais, bem como obrigatoriedade de cobrança de outorga onerosa sobre a concessão de potencial construtivo superior ao básico, buscando complementar e esclarecer os artigos 28 a 31 do Estatuto da Cidade. Há previsão de que em 2014 sejam elaboradas, em parceria com o Conselho, recomendações e instruções aos municípios para regulamentação e implementação dos demais instrumentos do Estatuto da Cidade. Já está prevista a elaboração de resoluções sobre i) parcelamento, edificação e utilização compulsórios; ii) IPTU progressivo; iii) desapropriação com títulos da dívida; e iv) Estudo de Impacto de Vizinhança.
- O curso EAD sobre Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade foi realizado de março a maio de 2013 com nova versão do curso com tutoria prevista para 2014, juntamente com a revisão do material. A partir de julho de 2013, o curso foi disponibilizado permanentemente em versão de autoinstrução no portal CAPACIDADES. Foram distribuídos



cadernos técnicos sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir para 327 prefeituras que possuem o instrumento previsto em seus Planos Diretores.

- Foi iniciada parceria com a Fundação Vale para desenvolvimento de 10 vídeos informativos sobre os instrumentos do Estatuto da Cidade para veiculação no Canal Futura, com previsão para serem produzidos e veiculados em 2014.
- Foram implementadas ações de capacitação gerais e de assistência técnica a cidades em processo de elaboração/revisão de Planos Diretores, buscando qualificar o maior número possível de municípios para a implementação dos Planos Diretores.
- Com relação ao Programa Nacional para Municípios Sustentáveis (Brasil +20), deu-se continuidade ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico com a finalidade de identificar tipologias de cidades e capacitar gestores e técnicos municipais para o planejamento urbano ambientalmente sustentável; deu-se início ao desenvolvimento dos conteúdos indutores para a oferta do Programa BRASIL+20 aos municípios e foi realizado o Seminário Nacional Municípios Sustentáveis, durante a Feira Nacional de Ciência e Tecnologia (MCTI) em Brasília/DF; e deu-se continuidade às discussões do Seminário com a implantação na Rede SISNAMA do Fórum (virtual) de discussão do BRASIL+20, um meio de divulgação e articulação entre as organizações governamentais e não governamentais que participaram do Seminário e suas iniciativas (além de outras que vêm se incorporando ao Programa).
- Foi firmada, em 10 de junho de 2013, Cooperação Técnica Internacional (CTI) com o governo japonês, para a concepção de planejamento territorial para áreas de expansão urbana, considerando aspectos de prevenção a riscos de desastres naturais geomorfológicos e hidrológicos relacionados a movimentos de massa, uma vez que o Governo Japonês possui experiência na temática. A CTI tem como objetivo, dentre outros, o desenvolvimento de metodologia de elaboração para Planos de Expansão Urbana, que é também uma das ações para a regulamentação do Art. 26 da Lei Federal 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. O artigo modifica a Lei Federal 10.257/2001, denominado Estatuto da Cidade, instituindo a obrigação do desenvolvimento do projeto específico de expansão urbana para os municípios que queiram expandir seu perímetro urbano.
- Iniciou-se em 2013, discussão sobre a proposta de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, elaborada pelo CONCIDADES. Há previsão de instituição de Grupo de Trabalho Interministerial para tratar da questão.
- Com relação ao planejamento interfederativo, o Governo Federal realizou nos anos de 2012 e 2013 atividades no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia para o debate sobre o substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, que institui o Estatuto da Metrópole. Nesse sentido, foi realizado o Primeiro Workshop sobre Política Metropolitana, em 7 e 8 de novembro de 2012, para levantar experiências nacionais e internacionais acerca do tema e, em 28 e 29 de maio de 2013, foi realizado o Segundo Workshop de Política Metropolitana, com o objetivo de definir o posicionamento do Governo Federal frente ao tema. Além disso, no final do ano de 2013 foi assinado acordo de cooperação técnica internacional com a ONU-HABITAT, para desenvolvimento de metodologia para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado, instrumento novo no âmbito da gestão e do planejamento interfederativos.

Metas 2012-2015

- **Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor**

Análise Situacional da Meta

Motivada pela aprovação da Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 que, dentre outras determinações, altera as Leis nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e, nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo), inserindo a necessidade de projeto específico para expansão urbana (artigo 42-B da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade), foi iniciada tratativa junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA) para o estabelecimento de Cooperação Técnica Internacional (CTI) com o Governo do Japão para concepção de planejamento territorial para áreas de expansão urbana, considerando aspectos de prevenção a riscos de desastres naturais geomorfológicos relacionados a movimentos de massa, uma vez que o governo japonês possui experiência na temática. Firmada em julho de 2013, a CTI com o governo japonês tem como proposta desenvolver uma metodologia para o planejamento da expansão urbana até 2017.

Os trabalhos foram iniciados em agosto deste ano. Nesta CTI, está prevista a elaboração de três planos de expansão em municípios prioritários para a implementação de ações de gestão de risco (Blumenau-SC, Nova Friburgo-RJ e Petrópolis-RJ). Essa meta é correlata à meta de monitoramento de municípios em áreas de risco (meta do programa 2040).

Além disso, em novembro de 2013 foi realizado workshop internacional para discutir estratégias para o desenvolvimento da metodologia de planejamento Urbano.

Para o ano de 2014 estão previstos processos de capacitação de técnicos e gestores dos Municípios, Estados e União em temas afetos ao planejamento da expansão urbana.

• **Elaboração do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).**

Análise Situacional da Meta

Cerca de 91% dos municípios brasileiros que têm obrigatoriedade constitucional de ter Plano Diretor, já o possuem. Segundo a MUNIC 2012, foram identificados 2.658 municípios com Planos Diretores aprovados no Brasil. No entanto, pesquisa realizada pelo Ministério das Cidades em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, diagnosticou que grande parte dos Planos Diretores Municipais apresenta deficiências na abordagem dos instrumentos urbanísticos que, na maioria das vezes, não são autoaplicáveis, necessitando regulamentação municipal específica.

Assim, a principal estratégia utilizada pelo Governo Federal tem sido a realização de ações de capacitação, presenciais e à distância, e de assistência técnica a cidades em processo de elaboração/revisão de Planos Diretores, buscando qualificar o maior número possível de municípios para a implementação dos Planos Diretores e respectivos instrumentos de planejamento.

No segundo semestre de 2013, um formulário eletrônico para a indicação dos instrumentos existentes nos Planos Diretores municipais começou a ser elaborado e em 2014 estará pronto para envio aos municípios. Estima-se que o formulário poderá revelar, com maior precisão, a qualificação dos instrumentos locais.

• **Implementar o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis (Brasil + 20).**

Análise Situacional da Meta

A meta em questão está sendo implementada por meio das seguintes ações:

- Continuidade do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Programa;
- Continuidade do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação técnica com diversos órgãos, através da realização de diversas reuniões/oficinas com representantes de segmentos sociais nos Conselhos Nacionais do Meio Ambiente e Cidades;
- Organização e realização, nos dias 23 e 24/10/2013, do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis, durante a Feira Nacional de Ciência e Tecnologia (MCTI) em Brasília/DF. O evento contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas de 51 instituições governamentais e não governamentais. O Seminário teve como objetivo alinhar entendimentos das organizações participantes acerca do Programa BRASIL+20, identificar e potencializar as convergências entre as agendas em curso nas organizações participantes, articulando-as com os eixos de atuação do Programa BRASIL+20, gerar recomendações para aprimoramento dos eixos de atuação do Programa BRASIL+20 e desencadear o processo de construção de uma rede social pela sustentabilidade municipal;
- Continuidade das discussões do Seminário com a implantação na Rede SISNAMA do Fórum (virtual) de discussão do BRASIL+20, um meio de divulgação e articulação entre as organizações governamentais e não governamentais que participaram do Seminário e suas iniciativas (além de outras que vêm se incorporando ao Programa). A partir deste fórum será feita a formulação e implantação da Plataforma de Conexões Sustentáveis;
- Definição e início do desenvolvimento dos conteúdos indutores para a oferta do Programa BRASIL+20 aos municípios, são estes:

1. Integração de políticas – Estudo que, a partir da análise das possibilidades de articulação, defina subsídios à



elaboração e implementação de políticas públicas de C&T, meio ambiente e desenvolvimento urbano para cidades brasileiras mais sustentáveis. Esse processo está em andamento no MCTI.

2. Estudos sobre Tipologia e Indicadores Ambientais – Urbanos

3. Desenvolvimento da Plataforma de Conexões Sustentáveis

4. Metodologia para articulação dos instrumentos de planejamento territorial

5. Conteúdos para Capacitação e Projeto Político Pedagógico (PPP) – desenvolvimento do PPP e dos conteúdos para a implementação dos eixos II e III do Brasil+20 junto aos atores locais a cada ciclo do Programa.

- **Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi realizada cooperação técnica junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), para elaboração de estudos nas temáticas metropolitana, tais como indicadores e parâmetros, instrumentos de planejamento e gestão, institutos legais e mecanismos tributários e arranjos políticos-administrativos nas regiões metropolitanas. Naquele ano também foi realizado o Primeiro Workshop Internacional sobre Política Metropolitana Brasil-União Europeia, como contrapartida nacional no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, nos dias 7 e 8 de novembro de 2012, para debate e aprofundamento de temas tratados no Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004 (Estatuto da Metrópole). Ainda no ano de 2012, realizou-se missão técnica junto a entidades que tratam de planejamento e gestão metropolitanos em Paris (França) e Berlim (Alemanha), no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil para conhecimento "in loco" de experiências relacionadas à política metropolitana.

Em continuidade aos trabalhos iniciados em 2012, no ano de 2013 foram realizadas atividades junto ao Ministério da Integração, ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para a concepção do texto Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004. Nos dias 28 e 29 de maio o Ministério das Cidades realizou o Segundo Workshop sobre Política Metropolitana, para definir o posicionamento do Governo Federal frente ao tema. Na sequência, foram realizadas três audiências públicas na Câmara dos Deputados, nos dias 10, 17 e 24 de setembro, para debater com estados, governo federal e outras instituições relevantes, o direcionamento do texto a ser elaborado. Nos dias 17, 18, 31 de outubro e 1º de novembro, foram realizadas reuniões técnicas conduzidas pela Câmara dos Deputados, das quais o Ministério das Cidades participou e contribuiu ativamente, com o objetivo de finalizar a edição do texto substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004. Em relação à elaboração de proposta metodológica para o PDUI, foi formalizada Cooperação Técnica Internacional (CTI) com a ONU-HABITAT, que tem como objetivo o desenvolvimento da metodologia do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, dado que se trata de instituto de planejamento ainda não consolidado no país.

- **Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa**

Análise Situacional da Meta

Está em elaboração uma proposta de regulação do Art. 26 da Lei Federal 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa. O dispositivo modifica a Lei Federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, instituindo a obrigação do desenvolvimento do Plano de Expansão Urbana para os municípios que queiram expandir seu perímetro urbano.

Em 2013, foi elaborada, em conjunto com o CONCIDADES, resolução recomendada que trata da obrigatoriedade de definição de coeficiente de aproveitamento básico nos Planos Diretores Municipais, bem como obrigatoriedade de cobrança de outorga onerosa sobre a concessão de potencial construtivo superior ao básico, buscando complementar e esclarecer os artigos 28 a 31 do Estatuto da Cidade. Para 2014, há a previsão de se continuar a parceria com o Conselho na elaboração de recomendações e instruções aos municípios para regulamentação e implementação dos demais

instrumentos do Estatuto da Cidade. Já está prevista a elaboração de resolução sobre Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, IPTU progressivo, desapropriação com títulos da dívida e Estudo de Impacto de Vizinhança. Além disso, iniciou-se uma discussão sobre a proposta de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, elaborada pelo CONCIDADES. Há previsão de instituição de Grupo de Trabalho Interministerial para tratar da questão.

Em relação ao marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa, no ano de 2013, foram realizadas atividades junto ao Ministério da Integração, ao IPEA e à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para a concepção do texto Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole. Nos dias 28 e 29 de maio o Ministério das Cidades realizou o Segundo Workshop sobre Política Metropolitana, para definir o posicionamento do Governo Federal frente ao tema. Na sequência, foram realizadas duas audiências na Câmara dos Deputados, nos dias 10, 17 e 24 de setembro, para debater com estados, governo federal e outras instituições relevantes o direcionamento do texto a ser elaborado. Nos dias 17, 18, 31 de outubro e 1º de novembro, foram realizadas reuniões técnicas conduzidas pela Câmara dos Deputados, das quais o Ministério das Cidades participou e contribuiu ativamente, com o objetivo de finalizar a edição do texto substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004.

- **Regulamentação de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida**

Análise Situacional da Meta

A atuação do governo federal com vistas a promover a regulamentação de instrumentos de gestão de solo urbano nos municípios brasileiros se dá de forma indireta, mediante ações de capacitação. Dessa forma, em 2013 foi finalizado e publicado o edital para o processo seletivo de Instituições de Ensino Superior para elaboração de coleção de cadernos técnicos voltados à regulamentação e implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). A coleção foi iniciada em 2012 com a publicação do Caderno de Outorga Onerosa do direito de Construir. Foram incluídos no edital a elaboração de cadernos para os seguintes instrumentos: Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV); Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC); IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos; Transferência do Direito de Construir (TDC); Consórcio Imobiliário (CIImob); Direito de Preempção e Direito de Superfície; e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). No início de 2014 será feita a seleção e contratação da instituição para dar início ao trabalho.

Também foi realizado o 1º Curso a Distância com tutoria para capacitação técnica de servidores municipais e estaduais e demais interessados no tema de Regulamentação e Implementação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, hospedado no portal CAPACIDADES do Ministério das Cidades, em parceria com o Programa Nacional de Capacitação das Cidades e o Lincoln Institute of Land Policy. Foram utilizados critérios equânimes na seleção dos participantes, buscando o equilíbrio no número de participantes entre as regiões do Brasil, não havendo, no entanto, nenhum critério de direcionamento para os grupos G1, G2, e G3 do PAC.

O curso, realizado de março a maio de 2013, capacitou técnicos de 40 municípios. Nova versão do curso com tutoria está prevista para 2014, juntamente com a revisão do material. A partir de julho de 2013, o curso foi disponibilizado permanentemente em versão de autoinstrução no portal CAPACIDADES e até o momento recebeu 1.187 inscrições e teve, até o momento, 62 certificados liberados.

Além disso, foi iniciada parceria com a Fundação Vale para desenvolvimento de 10 vídeos informativos sobre os instrumentos do Estatuto da Cidade para veiculação no Canal Futura. Os vídeos serão produzidos e veiculados em 2014.

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.



Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Considerando a dimensão estratégica da regularização fundiária para o desenvolvimento urbano, para a efetivação do direito constitucional à moradia e para o exercício pleno da cidadania pela população moradora em cidades e assentamentos informais, o Governo Federal instituiu no ano de 2003 o Programa Papel Passado, com o objetivo de fomentar ações de regularização fundiária urbana por todo o país.

Significativos avanços foram alcançados desde então, destacando-se a incorporação da regularização fundiária na agenda de um conjunto expressivo de municípios brasileiros e a aprovação das leis federais nº 11.481 de 2007, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social nos imóveis da União, nº 11.952 de 2009, que trata da regularização fundiária de terras federais na Amazônia Legal, nº 11.977 de 2009, que versa sobre regularização fundiária de assentamentos urbanos, da Lei 12.424 de 2011, que alterou a lei nº 6.015 de 1973, lei dos registros públicos, para dispor sobre o registro imobiliário na regularização fundiária urbana e da Lei 12.651/2012, que institui o novo Código Florestal Brasileiro. Desde que começou a operar, o Programa Papel Passado vem apoiando atividades de regularização fundiária urbana com a transferência de recursos do Orçamento Federal. Neste contexto foram apoiadas, com recursos do Orçamento Geral da União, ações de regularização fundiária em benefício de cerca de 360 mil famílias, entre 2004 e 2013, tendo como produtos a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Destaca-se que a transferência de recursos federais é essencial para aumentar a capacidade financeira dos agentes operadores da política de regularização fundiária no nível local e, dessa forma, possibilitar maior agilidade e escala no enfrentamento do problema do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda. Assim, a demanda por este tipo de atividade é muito grande.

Sendo assim, em outubro de 2013 foi realizado processo de seleção de propostas. Neste processo foram cadastrados 1.384 municípios, dos quais 425 tiveram suas propostas habilitadas, conforme os critérios estabelecidos para o processo seletivo. Como resultado final do processo de seleção, em valores brutos, 66 propostas foram escolhidas, totalizando o valor de repasse de R\$ 21,80 milhões, destinados à regularização fundiária de 111 assentamentos irregulares em 65 municípios do país, em benefício de cerca de 28 mil famílias.

Paralelamente ao aumento significativo nos recursos disponibilizados para a ação no exercício de 2013, houve um acréscimo substancial na demanda por parte dos estados e municípios. Diante de tal aumento de demanda, avalia-se que o tema da regularização fundiária urbana encontra-se cada vez mais presente nas políticas de gestão pública dos municípios e estados e que os aperfeiçoamentos de legislação obtidos por meio da ação do Governo Federal (destacam-se, entre outras, as Leis Federais 11.977/2009, 12.424/2012, 12.651/2012) começam a ser absorvidos pelas ações locais e a refletir no cenário nacional.

Complementarmente à transferência de recursos federais (ampliação da capacidade financeira), há investimentos em capacitação técnica, fortalecimento e articulação interinstitucionais, já que a regularização fundiária de assentamentos urbanos depende da atuação coordenada de diversos agentes, dentre os quais os cartórios de registro de imóveis, as corregedorias de justiça, municípios, estados e sociedade civil. Esse eixo de atuação é composto por diversas atividades de fomento, destacando-se a produção de material e a promoção de cursos de capacitação e a participação em eventos, oficinas e debates sobre a temática em diversas regiões do país. Com relação aos materiais de capacitação, foi elaborada a revisão da cartilha "Regularização Fundiária Urbana: como implementar a Lei 11.977/2009", disponibilizada em meio virtual no site do Ministério das Cidades, e encontra-se em elaboração a edição de um manual de Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos a ser publicado no exercício de 2014. Além disso, está prevista a disponibilização de curso de capacitação por ensino à distância na Plataforma Capacidades, do Ministério das Cidades, de caráter permanente e a realização de cinco oficinas regionais sobre regularização fundiária urbana no curso "Gestão de Projetos Urbanos", no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Destaca-se a discussão da temática em diversas conferências municipais e estaduais das Cidades, com a representação do Ministério das Cidades.

No que se refere à articulação institucional, o Ministério das Cidades oferece, como atividade regular, apoio técnico à regularização fundiária no âmbito do PAC/Urbanização de Assentamentos Precários e apoio ao Ministério do Desenvolvimento Agrário na análise dos pedidos de doação de terras federais na Amazônia Legal, vinculados ao Programa Terra Legal. Também apoia os municípios e demais operadores na formulação de propostas de regularização fundiária urbana. Prosseguem as atividades de articulação institucional com estados e poderes legislativo e judiciário, para remoção de obstáculos normativos nos três níveis de governo, particularmente ligados ao licenciamento ambiental e ao registro imobiliário. Ressalte-se a aproximação com a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP), para coordenar o Programa Papel Passado com as demandas de regularização fundiária urbana do órgão patrimonial da União.

Assim, complementarmente, o Governo Federal, por meio da SPU/MP, atua em ações de regularização fundiária urbana em imóveis de seu próprio domínio, seja por meio de ações indiretas, de destinação de imóveis da União a entes federativos visando este fim, seja por meio de ações diretas de regularização fundiária, com foco nos assentamentos ocupados por populações de baixa renda, visando o reconhecimento do direito à moradia, e contribuindo para a erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades sociais. Nessa atuação direta, o Governo Federal atua em ações articuladas com entes federativos parceiros nos diferentes níveis administrativos, contando com a participação da sociedade civil beneficiária, por meio da realização de oficinas, seminários, audiências públicas, reuniões na comunidade, reuniões de grupos de trabalho e comitês gestores instituídos, entre outras atividades inerentes ao processo de regularização fundiária. Destaca-se nessa atividade a destinação de áreas, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, a entidades civis sem fins lucrativos cadastradas junto ao Ministério das Cidades.

Nesse sentido, em 2012 a SPU regularizou 6.905 famílias de baixa renda, por meio da ação de titulação direta/contratos celebrados, destinou 14 áreas para provisão habitacional, 15 áreas para regularização fundiária a entes federativos e 477 lotes/áreas para regularização fundiária diretamente para as famílias. No exercício de 2013, na destinação de imóveis, priorizou-se a habitação e regularização fundiária e o desenvolvimento local. Foram destinados 2,7 milhões de m² para regularização fundiária em 12 Estados, beneficiando cerca de 10,4 mil famílias. Para a provisão habitacional, destinou-se 536 mil m², que atenderão 2,6 mil famílias em 7 Estados. Para a regularização fundiária e habitação em áreas urbanas foram publicadas 45 Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público, totalizando 7,5 milhões de m² que atenderão cerca de 14 mil famílias em 22 Estados. Foram publicadas 36 Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público reservando 20 mil hectares para regularização de 7 mil famílias ribeirinhas, indígenas ou quilombolas em 9 Estados. Foram entregues 6.661 Termos de Autorização de Uso Sustentável a famílias ribeirinhas e de pescadores.

Metas 2012-2015

• Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2013 foram retomadas as tratativas, iniciadas em 2012, com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça que resultaram na produção de uma Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. O documento encontra-se em discussão entre as entidades envolvidas.

Paralelamente a essa ação de caráter nacional, foram encaminhadas ações junto aos estados da federação, com o objetivo de fomentar a revisão das normas de serviços extrajudiciais pelos Tribunais de Justiça dos Estados, destacando-se as seguintes atividades e resultados:

- 1) a participação em Consulta Pública para aperfeiçoamento do Provimento CG nº 18/2012 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que trata do registro da regularização fundiária urbana, alterado após contribuições pelo Provimento CG nº 21/2013.
- 2) a manifestação sobre proposta de norma referente ao registro da regularização fundiária urbana formulada pela Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
- 3) a edição do Provimento GDC nº 003, de 30 de janeiro de 2013 (institui normas para a regularização fundiária de



interesse social), pela Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, resultado da articulação institucional deste Ministério das Cidades com o governo do estado da Paraíba e o Judiciário daquele Estado.

- **Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as ações de apoio à regularização fundiária urbana foram priorizadas pelo Governo Federal, tendo havido um salto significativo na previsão de investimentos, motivo pelo qual foi ampliado o apoio financeiro a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de atividades específicas de regularização fundiária em assentamentos urbanos. No total, do orçamento previsto para o exercício de 2013, após o processo de contratação, foram repassados R\$ 21,58 milhões, que serão aplicados na regularização fundiária de 109 assentamentos irregulares em 63 municípios do país, em benefício de cerca de 25 mil famílias.

Para viabilizar o incremento de escala do Programa Papel Passado, uma das providências adotadas foi a inclusão da ação no contrato de prestação de serviços da CAIXA, o que proporcionou a celebração de contratos de repasse e o aproveitamento da estrutura descentralizada dessa instituição mandatária.

No âmbito do Programa Terra Legal, de regularização fundiária na Amazônia Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação deste Ministério das Cidades nos casos de regularização fundiária urbana, em 2013 procedeu-se a doação de 162 áreas urbanas a municípios da região. Até dezembro de 2013 o Ministério das Cidades analisou 152 áreas. Salienta-se que, após a doação das terras federais, cabe aos municípios o procedimento de regularização com a consequente titulação dos possuidores dos lotes urbanos, ação que pode ser objeto de apoio financeiro pelo Programa Papel Passado.

Destacam-se, no âmbito desta meta, os bons resultados que estão sendo obtidos com as atividades da operação de descentralização de crédito orçamentário para a Universidade Federal do Pará (Projeto Moradia Cidadã), iniciada no exercício de 2012, com atividades de regularização em 6 municípios do estado do Pará, beneficiados pelo Programa Terra Legal. Pretende-se, ao final dessa ação, consolidar uma metodologia de regularização fundiária urbana no âmbito da Amazônia Legal, além de titular cerca de 14.000 famílias. A consolidação de uma metodologia será fundamental para auxiliar os municípios que receberam terras da União, no âmbito do Programa Terra Legal, na regularização dessas áreas em nome dos beneficiários.

- **Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana**

Análise Situacional da Meta

A elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana não foi iniciada. A discussão do tema ocorre junto ao CONCIDADES, no âmbito do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, em grupo de trabalho constituído especificamente para esse fim.

- **Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de fomentar a estruturação de políticas e programas de regularização fundiária de assentamentos urbanos no âmbito dos estados e municípios, foram promovidos, no ano de 2012, três seminários estaduais denominados "Para Avançar na Regularização Fundiária Urbana", nos quais foram apresentados e debatidos os seguintes temas: i) papel dos entes federados na regularização fundiária urbana; ii) competências dos entes para o licenciamento urbanístico e ambiental; e iii) aspectos relacionados à tributação e registro de imóveis.

No exercício de 2013, prosseguiu-se com a estratégia de promoção de seminários nesse mesmo molde, que se mostrou

bem sucedida no ano de 2012. Entretanto, apesar da articulação com diversos estados (Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins), nenhum evento foi realizado. Salienta-se que a estratégia somente se viabiliza pela parceria dos estados com o Ministério das Cidades. Não obstante, o assunto (regularização fundiária urbana) foi tratado em diversas conferências municipais e estaduais das Cidades, com a representação deste Ministério das Cidades. Destaca-se que as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Moradia Cidadã, resultado da parceria entre a Universidade Federal do Pará e o Ministério das Cidades, deverão resultar na implementação de programas e ações de regularização fundiária urbana nos 6 (seis) municípios inseridos no projeto, bem como subsidiar a estruturação em outros municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MP.

• **Regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a SPU regularizou 6.905 famílias de baixa renda, por meio da ação de titulação direta/contratos celebrados, sendo 6.352 Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) no âmbito da Amazônia Legal diretamente para as famílias (área rural) e 553 outros títulos de regularização fundiária (TAUS, CDRU, CUEM, DOAÇÃO) diretamente para as famílias (área rural e urbana).

Além disso, em 2012 foram destinadas, por meio de portarias:

- 07 áreas para Reforma Agrária (áreas rurais)
- 14 áreas para provisão habitacional
- 15 áreas para RF entes federativos
- 477 lotes/áreas para RF diretamente para as famílias

Em 2013, a SPU regularizou diretamente 6.661 famílias ribeirinhas e de pescadores que vivem em áreas da União, que foram beneficiadas com a entrega de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) nos estados do AC, AM, AP, MA, MS, PA, RR e SP. A ação de inclusão socioterritorial de comunidades tradicionais em área da União concentrou-se no Arquipélago do Marajó (PA) e no Sul do Amazonas (AM), territórios prioritários de atuação do Governo Federal no Plano de Ação, Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Também neste ano a SPU regularizou diretamente 273 famílias de baixa renda, por meio da ação de titulação direta/contratos celebrados (CDRU, CUEM, DOAÇÃO) diretamente para as famílias beneficiadas.

Além disso, foram realizadas em 2013:

- Regularização fundiária de interesse social: 12 portarias autorizativas de destinação de 14 imóveis para Entes Federativos, totalizando mais de 2,6 milhões de m², para atendimento de mais de 10,2 mil famílias nos estados da AP, DF, MA, PB, RN, RS e SE.
- Regularização fundiária promovida pela SPU: 44 portarias autorizativas de destinação, com titulação direta às famílias, que totalizaram mais de 228 mil m², para atendimento de 140 famílias em 14 municípios nos estados do CE, MG, PB, PI, RN, RO, SC e SE.
- Provisão Habitacional: 4 portarias autorizativas para destinação de 6 imóveis da União para o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV e diretamente para um grupo de famílias beneficiárias (83 famílias), totalizando, mais de 107 mil m² para atendimento total de 1.319 famílias, em 4 Municípios nos Estados de GO, PE, RJ e RS; e, 6 portarias autorizativas de destinação de 12 imóveis da União, totalizando mais de 391 mil m² para atendimento de mais de 2.158 famílias, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.
- Reserva de Áreas para projetos de interesse social: i) 27 portarias, declarando de interesse do serviço público 82 áreas, reservadas para projetos de regularização fundiária de interesse social, totalizando mais de 6,2 milhões m², em benefício de mais de 8,8 mil famílias; ii) 18 portarias, declarando de interesse do serviço público 38 imóveis para provisão habitacional de Interesse Social, sendo os mesmos reservados e gravados para serem destinados a projetos financiados por meio do Programa MCMV, totalizando mais de 1,3 milhões m², em benefício de mais de 5,4 mil famílias; e iii) para a regularização fundiária de Povos e Comunidades Tradicionais – PCT'S (Ribeirinhos, Quilombos



e Indígenas) foram reservadas e gravadas pela SPU 88 áreas, totalizando mais de 126 mil ha, nos estados do AM, AP, BA, MA, MT, PA, RO, RR e SE em 15 municípios, sendo 13 áreas reservadas para Quilombos, com mais 61,9 milhões m², que beneficiará mais de 1.585 famílias; 74 áreas reservadas para Ribeirinhos, com mais de 120 mil ha, que beneficiará mais de 5.570 famílias; e 01 área para os Indígenas, com mais de 50 mil m², que beneficiará 70 famílias.

- Publicação no Diário Oficial da União de 03 Portarias autorizando Cessões Provisórias de 03 imóveis para Guarda, Proteção e Manutenção, até ulterior cessão definitiva para fins de regularização fundiária de interesse social.
- Continuidade das atividades do GTN-HIS Nacional: atuação conjunta com os movimentos sociais organizados na luta pela moradia, CAIXA, MCidades e Secretaria Geral da Presidência da República, consolidando o processo democrático de participação e controle social para destinação de imóveis da União no âmbito do Programa MCMV – Minha Casa Minha Vida Entidades.
- Parcerias com Universidades Federais: firmado Termo de Cooperação Técnica para Regularização Fundiária do Parque Histórico e Nacional de Guararapes – parceria entre SPU, IPHAN e UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, para desenvolvimento de ações necessárias para regularização fundiária, urbanística e ambiental no Parque Histórico e Nacional dos Guararapes/PE com recebimento dos produtos e prorrogação do Termo com nova previsão de nova descentralização de recursos em 2014.
- Formalização de Acordos de Cooperação Técnica – ACT: formalização de 25 Acordos de Cooperação Técnica com municípios, órgãos estaduais e outros órgãos, entre os quais Secretaria de Estado de Assistência Social do Pará – SEAS, Ministério das Cidades, Fundação Oswaldo Cruz, Companhia Estadual de Habitação – CEHAB/RJ, Instituto de Terras e Cartografia – ITERJ, INCRA.

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para a realização do objetivo: “Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social” tem-se a necessidade da incorporação de todos os agentes sociais no processo de construção de uma política urbana democrática e descentralizada, integrada e eficiente.

Nesse contexto, é importante o governo federal intervir para o alcance desse objetivo por meio da capacitação de agentes públicos e sociais para as políticas públicas urbanas integradas, o que constitui uma das tarefas importantes do Ministério das Cidades no processo de promoção do direito à cidade e da inclusão social.

Dessa forma, e tendo entre seus princípios e eixos de atuação a construção da igualdade e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, o Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC promove, coordena e apoia programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica que tenham como objetivo não apenas atender requisitos de eficácia e eficiência na execução de programas e projetos, mas, principalmente, colaborar na construção de uma cidade democrática e com justiça social.

Na realização do objetivo verifica-se que a baixa capacidade técnica para a elaboração e gestão de projetos urbanos vêm impactando significativamente o desenvolvimento institucional dos municípios brasileiros. Fatos como a baixa execução orçamentária ou a imperícia na execução e monitoramento de obras e programas repercutem igualmente na efetividade das políticas e programas do Ministério das Cidades.

Para tanto, o governo federal vem atuando na capacitação de técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Destaca-se, o lançamento do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com o objetivo de fomentar entre os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade imediata de seus resultados.

Além disso, é expressiva a ampliação do número e do alcance nacional das capacitações em função da consolidação do

Programa Nacional de Capacitação das Cidades, por meio do Portal Capacidades. Enquanto em 2012, ocorreram 1.414 capacitações, no ano de 2013, por meio do PNCC, ocorreram 6.124 capacitações. Dessa forma, tem-se um acumulado de 7.538 capacitações no período de vigência do Plano.

Em 2014, dar-se-á continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de 10 cursos à distância, e ao Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext, com a implementação de 19 projetos e 16 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Está prevista também a continuidade do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com a implantação das etapas subsequentes com a promoção de cursos e oficinas sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Regularização Fundiária.

Outro grande destaque deste objetivo se refere à organização da 5ª Conferência Nacional das Cidades. O Ministério das Cidades organizou em parceria com a CAIXA e governos estaduais, 25 seminários estaduais de Mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os encontros foram coordenados por Conselheiros Nacionais do ConCidades e tiveram o objetivo de estimular a realização da Conferências Municipais das Cidades, evento que fortalece a participação social, além de estimular a criação de conselhos locais. Os seminários reuniram no total cerca de 3.000 participantes em 25 estados da federação: Acre, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Paraná, Sergipe, Roraima, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Como resultado, foram realizadas Conferências Municipais e Estaduais das Cidades em diversas partes do país. As Conferências permitiram conhecer as realidades locais, estaduais e regionais dentro das especificidades socioterritoriais e propiciaram a articulação nacional de diversos segmentos da sociedade civil. Elas ocorreram previamente à 5ª Conferência Nacional das Cidades, que ocorreu entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013, em Brasília. A Conferência Nacional tratou da Reforma Urbana e da criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, considerando os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas nas conferências locais. No âmbito do ConCidades foi desenvolvida uma proposta para a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, cujo texto aborda quatro grandes temas:

1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

O texto serviu de base para as discussões locais, onde foram apresentadas propostas de modificações e emendas. Além disso, as conferências locais discutiram e apresentaram propostas para as prioridades municipais e estaduais (incluindo o Distrito Federal), bem como para as prioridades do Ministério das Cidades no que se refere à Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016. O objetivo foi avaliar a prioridade que está sendo dada à política no âmbito local, bem como avaliar se ações, programas e projetos eleitos como prioridades pelo Governo Federal no âmbito do Ministério das Cidades atendem às necessidades das políticas locais de desenvolvimento urbano.

Metas 2012-2015

• Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e nos Municípios brasileiros.

Análise Situacional da Meta

As Conferências das Cidades são os fóruns adequados para criação de conselhos locais. Dessa forma a Secretaria-Executiva do ConCidades organizou, em parceria com a CAIXA e governos estaduais, 25 seminários estaduais de Mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os encontros foram coordenados pelos Conselheiros Nacionais do ConCidades e tiveram o objetivo de estimular a realização da Conferências Municipais das Cidades, eventos que fortalecem a participação social além de estimularem a criação de conselhos locais. Os seminários reuniram no total cerca de 3.000 participantes nos seguintes estados da federação: Acre, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Paraná, Sergipe, Roraima, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará,



Rondônia, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo.

• **Capacitar técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades**

Análise Situacional da Meta

Por meio do Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), e de sua plataforma virtual de cursos à distância foram realizadas as seguintes atividades EAD e presenciais no ano de 2013:

Atividades EAD, por meio do Portal Capacidades: 2.304 capacitações:

1º Curso de autoinstrução - Introdução à Coleta de Dados 2012 SNIS: Água e Esgotos;

1º Curso moderado - Introdução à Coleta de Dados 2012 do SNIS - Água e Esgotos;

3º Curso moderado: Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário;

1º Curso de autoinstrução - Instrumentos do Estatuto da Cidade;

1º Curso de autoinstrução - Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais;

2º Curso de autoinstrução - Diretrizes para o Cadastro Territorial;

1º Curso a distância moderado - Instrumentos do Estatuto da Cidade;

Curso I - Ministério das Cidades: estruturas e políticas sob sua responsabilidade; Curso II - Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento;

Curso III - Operações decorrentes de financiamentos;

Curso IV - Projetos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida; Curso V - Transferências Voluntárias;

Atividades Presenciais desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, por meio do Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br): 3.820 capacitações.

• 1ª Fase lançamento do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos;

• Oficina: Planos de Saneamento Básico: Conteúdo e aspectos da participação e controle social no planejamento – Brasília;

• Seminário Regional: Política e Plano de Saneamento Básico nas cidades de São Paulo, Curitiba, Aracaju, Rio Branco, Belém, Maceió, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Brasília e Florianópolis;

• Seminário Sensibilização Acessibilidade para servidores do Governo Federal;

• Oficina Implementação de Ações em Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas realizado em Brasília, na Região Sul e Região Norte.

• Seminário Internacional sobre Prevenção de Desastres Naturais: Rio de Janeiro;

• Apresentação: Programa e Ações Ministério das Cidades para discentes da USP;

• Seminário de Sensibilização: Política e o Plano de Mobilidade Urbana realizados nas cidades de Campinas, Brasília, Parauapebas; Porto Alegre;

• Seminário Internacional Instrumentos Notáveis de Intervenção Urbana. • Encontro Nacional com Prefeitos e Prefeitas;

• XI Curso de Desenvolvimento Profissional em Gestão do Solo em Grandes Projetos Urbanos na UFPR;

• Curso de Tutoria On-line em Organizações Públicas.

Assim, no ano de 2013, por meio do Portal Capacidades no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, ocorreram 6.124 capacitações, e no ano de 2012, ocorreram mais 1.414 capacitações. Dessa forma, tem-se um acumulado de 7.538 capacitações no período de vigência do Plano.

Portanto, verifica-se uma ampliação do número de pessoas capacitadas, tendo em vista o lançamento do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos com cursos de autoinstrução e também maior número de ofertas de cursos moderados (com tutoria) realizados pelo Portal Capacidades no ano de 2013.

Para 2014, tem-se a previsão de 300 capacitações na continuidade do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com a implantação das etapas subsequentes em 5 (cinco) cursos e oficinas regionais com o apoio da CAIXA, sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e

Regularização Fundiária.

Ainda em 2014, se dará continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de 10 cursos a distância, e ao Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext, com a implementação de 19 projetos e 16 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Deste modo, resulta para os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade na elaboração e gestão de projetos urbanos na execução e monitoramento de obras e programas das políticas e programas do Ministério das Cidades.

• **Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano**

Análise Situacional da Meta

No Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), ambiente virtual que mantém uma agenda integrada de informações e atividades do PNCC, tais como biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, blogs e fóruns temáticos, e uma plataforma virtual de cursos a distância, foram realizadas as seguintes atividades no ano de 2013: 2º Curso a Distância de Autoinstrução - Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário e o 3º Curso a Distância Moderado: Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário, capacitando, no ano de 2013, 265 pessoas por meio do Portal Capacidades. No ano de 2012 foram capacitados outras 66 pessoas, acumulando um total de 331 pessoas certificadas já capacitadas para estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e uso e disseminação de geotecnologias no período de vigência do Plano.

• **Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e para a população em geral informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal. Voltado para permitir o controle da aplicação dos recursos públicos e apoiar o planejamento do Ministério das Cidades e das prefeituras brasileiras, o SNIC reúne em uma única base dados e informações de diversas fontes, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outras, totalizando mais de 1.200 indicadores para cada município brasileiro, cujas informações são constantemente atualizadas, no qual o Sistema é mantido.

Em 2013 foi realizada a aquisição de imagens de satélite do município de Itaquitinga – PE, e no ano de 2012, foram realizadas 02 edições do Curso “Brasil em Cidades – Sistema Nacional de Informações das Cidades”. Em 2014 será dada continuidade à doação de imagens de satélite.

• **Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável**

Análise Situacional da Meta

O Conselho das Cidades se encontra em pleno funcionamento, sendo que no ano de 2012 foram realizadas 4 Reuniões Ordinárias do Concidades, 5 Reuniões da Coordenação Executiva do Concidades, 3 Reuniões da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades (CNC) e 3 Reuniões da Comissão de Mobilização. No ano de 2013 foram realizadas 3 reuniões ordinárias do Concidades, 4 Reuniões da Coordenação Executiva do Concidades e 8 Reuniões da Coordenação-Executiva da 5ª CNC. Destaca-se a realização da 5ª Conferência Nacional das Cidades. Ocorreu entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013 em Brasília e teve como tema “Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!”. Debateu sobre os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas nas Conferências estaduais. As Conferências municipais, estaduais e a nacional permitiram conhecer as realidades locais,



estaduais e regionais dentro das especificidades socioterritoriais e propiciaram a articulação nacional de diversos segmentos da sociedade civil.

Além disso, destacam-se algumas resoluções discutidas/aprovadas nas Reuniões do Concidades, no período de 2012/2013:

- aprovação da proposta de Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB;
- proposta de constituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB;
- recomendação para realização de seminários regionais no ano de 2012 e 2013 para debater a Lei nº 12.587/2012, com ênfase no conceito da Política Nacional de Mobilidade Urbana e do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, nas atribuições de cada ente federado, nos direitos dos usuários, estimulando, inclusive, o desenvolvimento do planejamento de mobilidade urbana pelos Estados e Municípios brasileiros;
- recomendação de utilização de energia solar fotovoltaica em empreendimentos e unidades habitacionais do Programa Minha, Casa Minha Vida;
- recomendação de normatização do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, criando modalidade para a realização de estudos preliminares em terrenos indicados pela Entidade Organizadora para o programa;
- recomendação para que o Ministério das Cidades desenvolva nova metodologia participativa na definição de Programa Nacional de Regularização Fundiária, envolvendo: definição de objetivos e estratégias de sua implementação; estabelecimento de critérios para aplicação dos recursos; definição das localidades; sistemática de monitoramento e processo participativo na integralidade do programa;
- recomendação para realização de seminários regionais para a capacitação na elaboração de planos municipais de saneamento;
- recomendando a destinação de recursos para equipamentos públicos no programa Minha Casa Minha Vida Entidades, no sentido de prover ao FDS as mesmas regras que gozam os empreendimentos do FAR;
- recomendação da reabertura de processo de seleção pública para Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Assistência Técnica no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

OBJETIVO: 1003 - Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2013, foram apoiados oito (8) projetos oriundos de seleção pública realizada em dezembro de 2012, com vistas à elaboração de projetos de acessibilidade nas áreas de entorno do PAC Mobilidade Grandes Cidades, beneficiando seis (6) municípios. Também foram contratados 27 projetos/obras de acessibilidade com recursos oriundos de emendas parlamentares em municípios nos estados de AC, BA, CE, GO, MS, PR, RJ, SC, SP e TO.

Outros enfoques dados pelo Ministério das Cidades para o desenvolvimento do tema acessibilidade na política pública brasileira foram: as atividades de capacitação, como o Seminário de Acessibilidade para servidores e empregados públicos do Governo Federal; a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura para capacitar servidores e empregados públicos do Governo Federal nos temas relacionados à Acessibilidade; campanha interna no Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro) com cartazes espalhados pelo Ministério das Cidades.

Finalmente, buscando dar maior visibilidade institucional ao tema, o Ministério das Cidades apresentou a política de acessibilidade do Ministério das Cidades em diversos fóruns e eventos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implantação de 8000 km de calçadas acessíveis em municípios com mais de 20.000 habitantes visando à remoção de barreiras urbanísticas e arquitetônicas e a garantia da acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2013, foram apoiados oito (8) projetos oriundos de seleção pública realizada em dezembro de 2012, com vistas à elaboração de Projetos de Acessibilidade nas áreas de entorno ao PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, beneficiando seis municípios com um montante de R\$ 2.139.145. Estes oito (8) contratos totalizam o montante de R\$ 2.139.145,11 e beneficiam seis (6) municípios. Os projetos apoiados foram:

- 1) Estado de Alagoas (Maceió) – R\$ 286.513,90
- 2) Município do Recife – R\$ 233.550,71
- 3) Município do Recife – R\$ 208.405,85
- 4) Município do Recife – R\$ 208.405,85
- 5) Município de Teresina – R\$ 288.000,00
- 6) Estado da Bahia (Salvador) – R\$ 270.000,00
- 7) Estado do Amazonas (Manaus) – R\$ 287.500,00
- 8) Município de Fortaleza – R\$ 288.000,00

Além disso, foram contratados 27 projetos/obras de acessibilidade com recursos oriundos de emendas parlamentares em municípios nos estados de AC, BA, CE, GO, MS, PR, RJ, SC, SP e TO, totalizando R\$ 14.135.558,38.

Assim, foram contratados, em 2013, 35 projetos de acessibilidade em 33 municípios brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 16.274.703,49, que corresponde a 130 km de calçadas acessíveis.

Com relação às atividades de capacitação, foi realizado, em setembro de 2013 no Ministério das Cidades, o Seminário de Acessibilidade para servidores e empregados públicos do Governo Federal, capacitando 146 pessoas. Também, foram iniciadas discussões para a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura para capacitar servidores e empregados públicos do Governo Federal nos temas relacionados à Acessibilidade, inclusive através da produção de um curso na modalidade à distância que deverá ocorrer ao longo de 2014.

Com relação às atividades de promoção e articulação institucional, foi realizada campanha interna no Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro) com cartazes espalhados pelo Ministério das Cidades, com o objetivo de sensibilizar os servidores do órgão para a importância e valorização da temática no dia-a-dia. Além disso, foi instituído por meio de portaria do Ministério das Cidades, o Grupo de Trabalho Acessibilidade, para discussão da acessibilidade nas obras geridas pelo Ministério.

Finalmente, buscando dar maior visibilidade institucional ao tema, o Ministério das Cidades apresentou a política de acessibilidade do Ministério das Cidades em diversos fóruns, como o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público de Goiânia/GO, e a Feira para Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Esportes Adaptados – REATECH, além de instituir representações no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, Conselho Nacional do Direito do Idoso – CNDI – e no Grupo de Trabalho Interministerial Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

Quantidade alcançada

301

Data de Referência

29/01/2014



PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96	31/12/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07	31/12/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98	31/12/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93	31/12/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17	31/12/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89	31/12/2010	35,89
Índice de mobilidade	viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59	31/12/2011	1,67
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,1	-	-
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	20,18	31/12/2011	22,48
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	16	31/12/2011	16
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	36	31/12/2011	36
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	26	31/12/2011	26
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	minuto	31/12/2009	17	31/12/2011	16
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	19	31/12/2011	19
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15

Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	22	31/12/2011	21
---	--------	------------	----	------------	----

Observações:

Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado - Pesquisa não foi repetida.
 Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado - Pesquisa não foi repetida.
 Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público - Pesquisa não foi repetida.
 Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado - Pesquisa não foi repetida.
 Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado - Pesquisa não foi repetida.
 Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público - Pesquisa não foi repetida.
 Índice de mobilidade - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Índice de vítimas de acidentes de trânsito - Mudanças metodológicas têm dificultado a coleta e divulgação deste dado.
 Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito - Não foi divulgada atualização dos dados para 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.
 Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A consecução deste Objetivo teve início com a seleção pública de propostas inscritas no PAC Mobilidade Grandes Cidades, concluída em abril de 2012, quando começaram as contratações, que já atingiram mais de 31% do total em 2013.

O recorte populacional desta seleção considerou cidades com população superior a 700 mil habitantes, bem como municípios integrantes das regiões metropolitanas, com vistas a requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Os valores de investimentos, incluindo as contrapartidas dos demais partícipes, são da ordem de R\$ 32,488 bilhões; as fontes de recursos são o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, outras fontes de financiamento e o Orçamento Geral da União - OGU.

A seleção beneficiou 51 municípios, entre os quais, as regiões metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP,



Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Natal/RN, Nova Iguaçu/RJ e São Bernardo do Campo/SP.

Salienta-se que, visando suprir a carência de projetos qualificados na área de mobilidade urbana, o Governo Federal disponibilizou recursos orçamentários inclusive para elaboração de estudos e projetos.

Há de se ressaltar que a área de mobilidade urbana é prioridade do Programa de Aceleração do Crescimento e, visando atender à crescente demanda por melhorias da mobilidade urbana nas cidades brasileiras, em agosto de 2013 foi dado início à nova pactuação, com proposições do governo federal ao Pacto da Mobilidade colocando mais R\$ 50 bilhões em novos recursos para investimentos, incluindo também recursos para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica – EVTE e projetos. Estes empreendimentos serão denominados aqui como pertencentes ao Pacto da Mobilidade.

Neste sentido já foram anunciados recursos superiores a R\$ 20 bilhões para o Rio de Janeiro, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Paulo, cidades do Grande ABC Paulista, Campinas, Guarulhos, Osasco, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife e Curitiba.

Estão sendo beneficiados os maiores municípios brasileiros, principalmente aqueles com mais de 700 mil habitantes, e as oito maiores regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Curitiba.

Essa pactuação está sendo realizada observando, conforme anúncio inicial, as seguintes características:

- destinação para empreendimentos de transporte público coletivo urbano;
- priorização para transporte de alta e média capacidade e que atendam áreas com população de baixa renda;
- integração da intervenção proposta com:
 - empreendimentos já existentes ou em execução;
 - integração entre modos e serviços de transporte coletivo;
- foco em empreendimentos que:
 - atendam à demanda imediata;
 - sejam estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano;
 - apresentem soluções de caráter metropolitano.

Nova etapa de seleção dos investimentos do Pacto da Mobilidade está em andamento, com base nos mesmos critérios, englobando as demais capitais do país e os municípios que têm entre 400 mil e 700 mil habitantes.

Além da priorização dos maiores municípios, no âmbito do PAC também existe a categoria PAC Mobilidade Médias Cidades no qual foram selecionados empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento, com previsão de contratações no valor total de R\$ 7,032 bilhões, sem considerar os valores de contrapartidas.

Também houve contribuições para realização deste Objetivo pela atuação das empresas Trensurb e CBTU que operam os sistemas metroviários e de trens urbanos de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal, expandindo e modernizando seus sistemas e ampliando o número de passageiros transportados. Em Fortaleza, a população já pode contar com a Linha Sul do metrô operando, assim como a da Região Metropolitana de Porto Alegre, que está sendo atendida pelo aeromóvel e pela expansão do trem urbano de São Leopoldo a Novo Hamburgo. Em Recife,

15 novos trens foram entregues (TUEs), reforçando o sistema metroviário, que segue entregando novas estações e terminais de integração.

REALIZAÇÕES DE 2013

O total de contratações formalizadas até o fim de 2013 no PAC Mobilidade Grandes Cidades foi de R\$ 7,132 bilhões, sendo R\$ 3,698 bilhões de OGU e R\$ 3,434 bilhões de FIN, considerando somente os recursos disponibilizados pelo governo federal. Estes valores acrescidos às contrapartidas dos proponentes Estados e Municípios chegam a R\$ 9,762 bilhões até esta data, com um total de 32 instrumentos formalizados.

As principais realizações da área de mobilidade urbana em 2013 no que se refere ao Programa de Aceleração do Crescimento, PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram a assinatura de 21 termos de compromissos com valor de repasse de R\$ 3,515 bilhões e oito contratos de financiamento cujo somatório de valores de empréstimo é de R\$ 2,872 bilhões.

Foram empenhados recursos do Orçamento Geral da União em 2013 para estes empreendimentos no valor de R\$ 436,67 milhões e efetuou-se o pagamento de R\$ 58,28 milhões de serviços medidos.

Em 2014 há expectativa de melhor desempenho no cumprimento deste Objetivo, visto os projetos de engenharia financiados com recursos do governo federal serem finalizados e efetivamente darem início às obras contratadas.

O PAC Mobilidade Médias Cidades teve concluída a fase de seleção em 5 de março de 2013, quando foram selecionadas 62 propostas (63 empreendimentos) beneficiando 59 municípios.

As propostas selecionadas estão na fase de habilitação, sendo que dos empreendimentos habilitados, 9 contratos de financiamento foram assinados no valor de R\$ 1,406 bilhões de empréstimo, que, somado às contrapartidas dos tomadores, supera R\$ 2 bilhões de valor de investimento.

Ressalta-se que, de uma forma geral, o alcance das metas está relacionado diretamente ao desempenho dos entes federados neste processo de contratação. Sistemas viários mais complexos, como o metroviário, para serem implantados necessitam de arranjos e de parcerias, envolvendo diversas fontes de recursos, aliado ao fato de que o proponente, tomador dos recursos, é também gestor da operação dos sistemas, que envolvem obras de engenharia, cujo prazo de execução em muitos casos é superior a 36 (trinta e seis) meses.

Uma das novidades destes empreendimentos do PAC na área de mobilidade urbana é o interesse de alguns proponentes em utilizarem Parcerias Público Privadas - PPPs nas suas licitações e contratações, incluindo recursos da União na fase preliminar, cuja forma de implementação requer mecanismos novos de execução e controle.

Esses empreendimentos de mobilidade urbana visam a melhoria do transporte público coletivo urbano e intermunicipal/interestadual de caráter urbano, com consequente melhoria da qualidade de vida da população diretamente beneficiada por estes investimentos, conforme preconiza a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Também tiveram continuidade os investimentos do PAC em sistemas metroferroviários operados e sob acompanhamento do governo federal, pelas empresas CBTU e Trensurb. Destacam-se os resultados observados no sistema metroferroviário de Recife/PE, com a finalização de entrega dos 9 VLTs e o fornecimento de 15 TUEs (Trens de Unidades Elétricas), tendo 14 destes entrado em operação até 2013; e a implantação de 95% da bilhetagem automática. No que tange aos



sistemas descentralizados, em Fortaleza/CE, a Linha Sul entrou em operação em seu trecho total. Ressalta-se que os cinco sistemas operados pela CBTU - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal - transportaram no ano a média mensal de 14,2 milhões de passageiros, o que significa um aumento de 20% em comparação ao contingente registrado no ano anterior. A média mensal de 564,5 mil passageiros por dia útil foi 15,5% maior do que a média apurada em 2012.

Em 2013, a TRENSURB promoveu medidas de gestão que resultou em aumento de 2.315.353 passageiros transportados, ampliando a média dia útil de passageiros transportados para 181.736. Em termos de expansão e melhorias da malha metroferroviária do sistema de trens urbanos de Porto Alegre, destaca-se a extensão da linha 1, entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, obra executada com recursos do PAC, já em operação. Toda em estrutura elevada, a obra tem 9,3 km de extensão, com cinco novas e modernas estações, beneficiando diretamente 30 mil usuários do transporte público e gerando 1,2 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, merece destaque a inauguração da obra do Aeromóvel, moderna tecnologia de transporte e de mobilidade urbana, ligando o terminal aeroportuário ao terminal metroviário de forma rápida, segura, acessível, contribuindo para a redução de emissões de gases locais e de efeito estufa. Trata-se de projeto totalmente desenvolvido no Brasil e usa tecnologia 100% nacional. Os veículos suspensos, movidos a ar, permitem integração e acesso rápido e direto dos usuários ao terminal aeroportuário. O trajeto de 814 metros, com duas estações de embarque, é percorrido em dois minutos. A linha conta com dois veículos - um com capacidade para 150 passageiros, outro para 300, que estão em funcionamento conforme a demanda.

Metas 2012-2015

• Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal Análise Situacional da Meta

Os cinco sistemas operados pela CBTU - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal - transportaram até dezembro uma média mensal de 14,2 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 20% em comparação ao resultado no ano anterior. A média mensal de 564,5 mil passageiros por dia útil, foi 15,5% maior do que a média apurada em 2012. Considerando todos os sistemas da CBTU, o índice médio mensal de regularidade atingiu 95,3% em 2013, mantendo a variação quanto ao mesmo período de 2012. Com relação à pontualidade, o índice alcançou a média mensal de 88,7%, apresentando uma redução de 3,8% se comparado ao resultado de 2012. A redução constatada não influenciou na participação cada vez maior da CBTU no transporte ferroviário. Além dos cinco sistemas, a CBTU acompanha os desempenhos operacionais de Salvador e Fortaleza, operados pela Companhia de Transportes de Salvador-CTS e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos-METROFOR, como resultado dos investimentos aplicados por meio de convênios, nas obras de modernização dos sistemas, os quais atingiram respectivamente 5,52 milhões e 1,71 milhões de passageiros transportados.

No tocante à TRENSURB que opera o sistema de Porto Alegre/RS, com as melhorias de gestão (ajustes na grade horária, capacitação, operações especiais, análise de ocorrências) e operacionais (implantação de Sistema de Bilhetagem Eletrônica e a entrada em operação do Aeromóvel) foram transportados 54.246.230 passageiros (bloqueios de entrada) em 2013, sendo 4,45 % superior à demanda de passageiros transportados no mesmo período em 2012, correspondendo a um incremento de 2.315.353 usuários. Quantidade de passageiros transportados média dia útil em 2013 foi de 181.736 (Porto Alegre)

Quantidade alcançada

744.488

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Belo Horizonte	230.000	pessoas/dia	221.488	13/01/2014

Fortaleza	190.000	peessoas/dia	8.782	13/01/2014
João Pessoa	33.000	peessoas/dia	6.531	13/01/2014
Maceió	40.000	peessoas/dia	7.117	13/01/2014
Natal	61.000	peessoas/dia	5.888	13/01/2014
Porto Alegre	283.236	peessoas/dia	181.736	07/01/2014
Recife	420.000	peessoas/dia	302.230	13/01/2014
Salvador	200.000	peessoas/dia	10.716	13/01/2014

- **Investir R\$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível**

Análise Situacional da Meta

Destaca-se que no país está sendo investido na área de mobilidade urbana o montante de R\$ 143 bilhões. Destes, R\$ 50 bilhões estão no âmbito do Pacto da Mobilidade e outros mais de R\$ 90 bilhões são investimentos já selecionados no âmbito do PAC, pelo Governo Federal, incluindo contrapartidas dos demais partícipes. Destes últimos, os investimentos estão sendo realizados em mais de 200 empreendimentos distribuídos em mais de 100 cidades brasileiras abrangendo 2.846 km de infraestruturas de transporte coletivo urbano. Trata-se de investimentos em diferentes modos de transporte destinados principalmente à construção de metrô, monotrilhos, aeromóveis, trens urbanos, veículos leves sobre trilhos (VLT), BRTs, corredores de ônibus e corredores fluviais nas principais capitais, grandes e médias cidades brasileiras.

Especificamente nesta meta, de forma cumulativa, considerando 2012 e 2013, atinge-se, até dezembro de 2013, 23 (vinte e três) termos de compromisso assinados com recursos do OGU do PAC Mobilidade Grandes Cidades perfazendo em valores de repasse R\$ 3,698 bilhões (R\$ 3,515 bilhões em 2013) e 9 contratos de financiamento com recursos do FGTS pactuados no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, no valor de empréstimo de R\$ 3,434 (R\$ 2,872 bilhões em 2013).

Assim, no cômputo geral, no PAC Mobilidade Grandes Cidades tem-se R\$ 6,388 bilhões contratados em 2013 e, incluindo as demais contratações do Pacto da Mobilidade, acresce R\$ 2,040 bilhões de valor de repasse contratado, somado a outras seleções tais como R\$ 0,993 bilhões de Salvador/BA do PAC Mobilidade Urbana, perfaz R\$ 9,42 bilhões.

O valor das contratações, incluindo OGU e FIN, PAC Mobilidade Grandes Cidades e Pacto da Mobilidade, somando 2012 e 2013, até 31/12/2013 é de R\$ 10,165 bilhões, em valores de empréstimo e repasse e, em valores de investimento, R\$ 12,974 bilhões, incluindo as contrapartidas dos entes federados, abrangendo:

PAC Mobilidade Grandes Cidades e PAC Mobilidade Urbana:

Elaboração de projetos de:

- Corredores e BRTs em Campo Grande, Campinas, Belém, Recife, Teresina, João Pessoa, Natal;
- VLT em Maceió, Natal;
- Metrô em Belo Horizonte;
- Trem Urbano em Teresina.

Entre as obras contratadas com recursos do OGU tem-se:

- Metrô em Fortaleza e Salvador;
- BRT em Fortaleza;
- Corredor de ônibus em Manaus, São Bernardo do Campo, São Paulo e Guarulhos;
- Transporte fluvial em Recife;
- VLT no Rio de Janeiro;



- Qualificação de vias em Teresina, Belém.

Por outro lado, os contratos de financiamento assinados são de:

- BRT Gama - Santa Maria e Corredor Eixo Oeste em Brasília/DF (dois contratos, sendo um em 2012);
- BRT e Corredor em Belém/PA (dois contratos);
- BRT Transbrasil Rio de Janeiro/RJ (um contrato);
- Metrô – Salvador/BA;
- Corredores em Belo Horizonte/MG, Manaus/AM e Teresina/PI.

Pacto da Mobilidade OGU:

- Corredores e terminais em São Paulo (11 contratos)

Os demais proponentes devem efetuar a entrega da documentação técnica institucional e jurídica à Mandatária da União, Caixa Econômica Federal – CAIXA para assinatura dos Termos de Compromisso com recursos do OGU e aos Agentes Financeiros visando efetivar as contratações das operações de crédito dos empreendimentos selecionados.

À medida que estão sendo habilitados passam a assinar os termos de compromisso e os contratos de financiamento possibilitando o início das obras de infraestrutura de mobilidade urbana selecionadas.

Em 2014 há expectativa de melhor desempenho no cumprimento desta meta com os empreendimentos de mobilidade urbana vinculados ao PAC Mobilidade Grandes Cidades, visto mais projetos estarem concluídos, obras em estágio mais avançadas e as seleções e contratações dos R\$ 50 bilhões do Pacto da Mobilidade virem a contribuir com a concretização dos investimentos.

No preenchimento da meta estão sendo consideradas as contratações formalizadas, valores de repasse e de empréstimo.

No preenchimento da quantidade alcançada, no valor de R\$ 10,16 bilhões foram incluídas as contratações referentes aos empreendimentos selecionados e já contratados do Pacto da Mobilidade, no valor de R\$ 2,040 bilhões e outras seleções tais como R\$ 0,993 bilhões de Salvador/BA.

Quantidade alcançada

10,16

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	1,7	R\$ bilhão	0,8	31/12/2013
Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	2,2	R\$ bilhão	0,22	31/12/2013
Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal.	18,5	R\$ bilhão	9,14	31/12/2013

- **Investir R\$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível**

Análise Situacional da Meta

A realização desta meta está vinculada ao PAC Mobilidade Médias Cidades que se refere a empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana selecionados para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE (FGTS) e de outras fontes de financiamento, no valor total selecionado de R\$ 7,195 bilhões. O resultado da seleção foi publicado em 5 de março de 2013.

Alguns proponentes com documentação técnica adiantada deram início à contribuição para realização da meta estabelecida assinando os contratos de financiamento em 2013.

Ao todo, em 2013, foram formalizados 9 contratos de financiamento com os municípios de Feira de Santana/BA, Rio Branco/AC, Contagem/MG, Niterói/RJ, Mogi da Cruzes/SP, Caxias do Sul/RS diretamente e com tomador o Governo do Estado, beneficiando os municípios de: Aracaju/SE, São Vicente/SP, Santos/SP, Capapicuiba/SP, Jandira/SP, Barueri/SP e Osasco/SP.

Tratam de implantações de corredores, BRT, VLT e modernização de sistemas existentes. Uma obra está em andamento.

Os valores de empréstimo destes contratos assinados são de R\$ 1,406 bilhões e incluindo as contrapartidas perfazem R\$ 2,149 bilhões.

Para 49 propostas já houve a avaliação prévia do Agente Financeiro e foram emitidos pelo Ministério das Cidades os Termos de Habilitação.

Para os proponentes que não ainda não apresentaram os projetos ou apresentaram de forma parcial há previsão de entrega para 5 de março de 2014.

As demais propostas selecionadas estão em processo de validação e habilitação e verificação das condições de endividamento dos proponentes para a assinatura dos contratos de financiamento. Há expectativa de assinatura de contratos com valores de empréstimo de R\$ 7,032 bilhões.

A meta está sendo apurada considerando os valores de empréstimo das contratações formalizadas até 31/12/2013, com base em dados compilados em 15/01/2014.

Quantidade alcançada

1,4

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Os grandes eventos esportivos são reconhecidamente uma oportunidade para catalisar planos de investimentos que tenham por objetivo melhorar a infraestrutura e as condições de vida da sociedade. A Copa do Mundo é, portanto, mais do que organizar jogos de futebol. O país acolheu essa tarefa compreendendo seu caráter estratégico para consolidar uma perspectiva de crescimento econômico de longo prazo. Além do investimento em infraestrutura, os grandes eventos esportivos fortalecem a imagem do país no cenário externo.

ESTRUTURAS DE GESTÃO

Pela complexidade do evento e, em especial, com o objetivo de garantir a formação de um legado alinhado aos interesses estratégicos do país a partir da realização da Copa, foi criada uma estrutura de governança para articulação entre os entes federados, órgãos públicos e parceiros privados envolvidos e com o “Comitê Organizador Local da Copa do Mundo



FIFA

2014” (COL). O objetivo da estrutura de governança é definir, desde o primeiro momento, o planejamento das ações, a função e as responsabilidades de cada ator envolvido, bem como os fluxos de informações, monitoramento de resultados e implementação de ações preventivas e corretivas. No âmbito do Governo Federal o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA é responsável por definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Vinculado ao CGCOPA o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA tem o objetivo de coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico para Copa 2014.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Um dos principais desafios da organização da Copa no Brasil é o de coordenar os esforços entre os diferentes entes federativos, preservando a autonomia e a atribuição de cada um e garantindo, ao mesmo tempo, o cumprimento de um único projeto. Assim como o Governo Federal assumiu garantias perante a FIFA, as cidades-sede também assumiram responsabilidades e celebraram compromissos sobre temas específicos, especialmente em relação à mobilidade urbana. Neste contexto foi criado um instrumento de pactuação: a Matriz de Responsabilidades. Este protocolo de cooperação federativa assinado entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal define as responsabilidades de cada um dos entes no que se refere às fontes de recursos e execução dos projetos considerados essenciais para a realização da Copa, além de permitir a transparência das ações governamentais. As ações previstas são descritas em anexos temáticos à Matriz de Responsabilidades, discriminando os investimentos, etapas, prazos e responsáveis para cada uma. Tais anexos são dinâmicos, isto é, comportam alterações e adições de projetos. Em janeiro de 2010, o Governo Federal, Governadores e Prefeitos das cidades-sede da Copa assinaram a Matriz de Responsabilidades e os anexos relativos à mobilidade urbana.

MONITORAMENTO DOS PROJETOS

A partir da definição dos projetos e da assinatura dos anexos da Matriz de Responsabilidades, iniciou-se a fase de monitoramento das etapas dos projetos. Com base nas informações fornecidas pelos responsáveis pelos projetos, são realizados ciclos de monitoramento dos compromissos assumidos na Matriz de Responsabilidades sob método similar ao adotado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e conduzidos pelo GECOPA, com envolvimento das cidades-sede, órgãos de financiamento e outros agentes. Nesses ciclos de monitoramento, as informações recebidas são analisadas e, caso sejam identificados pontos de atenção, são definidas ações preventivas e/ou corretivas. O processo de monitoramento dos projetos prevê atuação local e realização de análise crítica da evolução dos empreendimentos.

MOBILIDADE URBANA

Os projetos de mobilidade urbana para as cidades-sede da Copa foram apresentados pelas Prefeituras e Governos Estaduais ao Governo Federal em setembro de 2009. Os projetos foram priorizados para receber financiamento federal, por meio do Programa Pró-Transporte com recursos do FGTS e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, com exceção do Corredor Transcarioca da cidade do Rio de Janeiro, com financiamento do BNDES, considerando as seguintes diretrizes:

- Ligação entre aeroporto, porto, área hoteleira, terminal rodoviário e o estádio definido para a Copa;
- Legado para a sociedade;
- Sistema de transporte coletivo urbano;
- Projeto básico e executivo existentes;
- Conclusão até o período da Copa 2014.

O Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte atua no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Política Setorial de Transporte e Mobilidade Urbana, e tem por finalidade

propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos ao setor público e privado e conferir maior alcance social às aplicações do FGTS. O Pró-Transporte tem 48 meses de prazo de carência e prazo máximo de amortização de até 20 anos, exceto para o sistema de transporte sobre trilhos cujo prazo é de até 30 anos. A taxa de juros nominal é de 6% ao ano, com exceção para o transporte sobre trilhos, que tem taxa de juros nominal de 5,5% ao ano. Os principais projetos de mobilidade envolvem a implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, Bus Rapid Transit – BRT, Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego. O BRT prevê vias segregadas para ônibus, embarque pré-pago e estações fechadas. O Corredor consiste em faixas de rolamento preferenciais e exclusivas para ônibus. O VLT é baseado em veículos sobre trilhos na superfície, que possibilita uma convivência harmoniosa em meio urbano.

REALIZAÇÕES DO PERÍODO

No âmbito do Ministério das Cidades foi dada continuidade às contratações e monitoramento dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Após a última atualização da Matriz de Responsabilidades, autorizada pela Resolução GECOPA nº 25, de novembro de 2013, permaneceram no âmbito da Copa 32 empreendimentos associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos têm contrato de financiamento assinados e estavam em andamento em dezembro de 2013. Uma obra de mobilidade urbana vinculada à COPA 2014 foi concluída em 2013: Boulevard Arrudas- Teresa Cristina da cidade-sede de Belo Horizonte. As obras de mobilidade urbana somam um total de R\$ 7,8 bilhões de investimento, sendo R\$ 4,9 bilhões em financiamento. Em dezembro de 2013, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R\$ 2,58 bilhões. Foi viabilizada a continuidade das obras de infraestrutura de transporte e de mobilidade urbana, apesar de excluídas da Matriz de Responsabilidade, permanecendo em andamento, porém, com conclusão em período posterior ao prazo de início da COPA, mantendo o legado e o benefício à população.

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM E QUE DIFICULTARAM A EXECUÇÃO DO OBJETIVO

No caso dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014 o maior desafio é concluir as obras de mobilidade urbana até a data do evento. Um dos fatores que dificultaram a execução do objetivo foi o reduzido grau de detalhamento dos projetos apresentados pelos entes federados ao Governo Federal. À medida que foram gradualmente maturados surgiram dificuldades tais como: readequação de projetos (devido grande número de desapropriação/reassentamento e alteração de traçado), cumprimento das pendências para o desembolso (apresentação de projeto adequado, planilhas orçamentárias, obtenção de licença de instalação, titularidade do terreno), mudança de mandato na prefeitura e a própria característica das intervenções, realizadas nos grandes centros urbanos exigindo grandes desvios de fluxos de veículos nas principais vias das cidades e desapropriações. Isso culminou em várias alterações da Matriz de Responsabilidades em virtude de ajustes nas obras, união ou divisão de projetos, exclusão de empreendimentos, alteração de valores de investimentos, exigindo mais tempo na repactuação dos entes envolvidos e reprogramação das atividades a serem executadas.

Por outro lado, entre os fatores que contribuíram para o processo está a Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), possibilitando novas modalidades de contratações e agilidade nos processos licitatórios, e a Medida Provisória 496/2010 (Lei 12.348, de 15 de dezembro de 2010), que excepcionou o limite de endividamento de municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Para o próximo período espera-se uma progressiva evolução das obras; destaca-se ainda a continuidade do monitoramento e acompanhamento dos empreendimentos.



Metas 2012-2015

• Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade**Análise Situacional da Meta**

Em virtude das revisões da Matriz de Responsabilidades alguns empreendimentos foram desvinculados do evento esportivo. Atualmente 32 empreendimentos de mobilidade urbana permanecem associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos têm contrato de financiamento assinados.

Essas obras de mobilidade urbana vinculadas à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014 utilizam exclusivamente recursos de financiamento e têm como objetivo melhorar a mobilidade nas cidades que sediarão o evento, beneficiando a população, que usufruirá permanentemente dos novos sistemas de transporte coletivos, sistemas viários e equipamentos.

Em 2013, estas obras passaram a integrar formalmente o rol de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em junho de 2013, foi concluída a primeira obra de mobilidade na cidade de Belo Horizonte (MG) – empreendimento denominado Boulevard Arrudas / Tereza Cristina – que requalificou o espaço viário com obras estruturais, viárias e urbanísticas. A cobertura do rio, com estrutura em concreto armado, além do viaduto de transposição da linha férrea, possibilitou a implantação de um sistema viário que melhorou a mobilidade urbana de maneira geral e facilitou a integração do oeste da Região Metropolitana ao Centro. Ainda em Belo Horizonte, pode-se destacar a execução acima de 90% do BRT (Área Central e Cristiano Machado), que encontra-se em operação assistida. Outro destaque positivo é a Via 210 (interligação viária que conecta duas vias arteriais de grande capacidade e abrangência metropolitana - Via do Minério e Av. Teresa Cristina), cuja execução está no patamar de 97%.

Um empreendimento em Fortaleza (CE), o BRT Av. Alberto Craveiro, que liga o Corredor Raul Barbosa ao estádio, ultrapassou 90% de execução. Também em Fortaleza, a implantação do BRT Av. Paulino Rocha e duas novas estações do Metrô ultrapassam 55% de execução.

No Rio de Janeiro (RJ), o BRT TransCarioca está com mais de 85% de execução e, quando concluído, irá interligar bairros do subúrbio carioca, desde a Barra da Tijuca até o aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, passando por Barra da Tijuca, Curicica, Ilha do Governador, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Penha, Olaria e Ramos. Este será o primeiro corredor de alta capacidade a cortar transversalmente a cidade.

Em Recife, os cinco empreendimentos previstos estão com execução superior a 60%, dos quais dois BRTs e um corredor ultrapassam 60 % realizados.

Na cidade de Curitiba (PR), estão sendo implementados sete empreendimentos, entre eles um corredor ligando o aeroporto à Rodoferroviária, a modernização do sistema de controle e monitoramento de tráfego, o BRT, a requalificação do Terminal Santa Cândida e as obras nas Vias de Integração Radial Metropolitanas, para facilitar o acesso ao centro da cidade.

Em Cuiabá, o Corredor Mario Andreazza apresenta aproximadamente 87% de execução. Em Brasília, as obras de ampliação do acesso ao aeroporto foram entregues. Em Belo Horizonte, o BRT da Av. Cristiano Machado está em operação teste.

As obras de mobilidade urbana somam um total de R\$ 7,0 bilhões de investimento, sendo 4,3 bilhões em financiamento, e estão em sua maioria em obras. Ressalta-se que os valores de investimentos apresentados são os constantes na última atualização da Matriz de Responsabilidade.

- Belo Horizonte: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 1.405,62 milhões

% executado por empreendimento: 100%, 96%, 92%, 87%, 81%, 73%, 63%;

- Brasília: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 44,20 milhões

% executado por empreendimento: 71%;

- Cuiabá: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 1.623,60 milhões

% executado por empreendimento: 87%, 36%;

- Curitiba: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 466,20 milhões

% executado por empreendimento: 81%, 72%, 61%, 58%, 54%, 52%, 27%;

- Fortaleza: 6 empreendimentos - Valor de Investimento: 575,17 milhões

% executado por empreendimento: 97%, 56%, 45%, 43%, 10%, 9%;

- Natal: 3 empreendimentos - Valor de Investimento: 472,25 milhões

% executado por empreendimento: 6%, 6%, 0%;

- Recife: 5 empreendimentos - Valor de Investimento: 858,30 milhões

% executado por empreendimento: 79%, 73%, 66%, 65%, 63%;

- Rio de Janeiro: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 1.582,20 milhões

% executado por empreendimento: 85%;

Em dezembro de 2013, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R\$ 2,6 bilhões, correspondente a 59% do total financiado.

Para o próximo período será dada ênfase à continuidade do monitoramento e acompanhamento dos empreendimentos com o objetivo de imprimir uma progressiva evolução das obras para conclusão dos empreendimentos.

Obs: A quantificação das metas preenchidas considera os contratos assinados.

OBJETIVO: 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal desde 2010 vem alocando recursos para pavimentação e qualificação de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente. O objetivo é proporcionar à população local beneficiada um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa da via e de saneamento, por meio da implantação de



pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Espera-se, assim, melhorar as condições de salubridade e segurança viária local, sobretudo nos deslocamentos a pé e por bicicleta, além de melhorar o acesso dos moradores às vias por onde trafegam as linhas de ônibus que atendem à região beneficiada.

Assim, ao encontro da implementação desta política, foi lançado em 2010 o PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, 1ª etapa, que selecionou 387 propostas perfazendo um montante de R\$ 2,4 bilhões em valores de financiamento. Destas, foram contratados 176 empreendimentos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R\$ 1,35 bilhão, beneficiando 146 municípios em 21 estados brasileiros (AC, AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP, TO.)

Estes R\$ 1,35 bilhões estão distribuídos da seguinte forma no país: 12% na Região Centro Oeste, 16% na Região Nordeste, 21% na Região Norte, 26% na Região Sudeste, 25% na Região Sul.

Como resultado, até dezembro de 2013, foram executados 832,48 km de vias pavimentadas.

A distribuição deste quantitativo deu-se da seguinte forma: no Grupo 1 tem-se 538,45 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 123,55 km e no Grupo 3 foram executados 170,48 km. Os recortes populacionais foram definidos da seguinte maneira: Grupo 1 - municípios sedes de regiões metropolitanas, capitais, municípios acima de 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes localizados no Sul e Sudeste; Grupo 2 - municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e entre 50 mil e 100 mil habitantes no Sul e Sudeste; Grupo 3 - municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Dezoito obras encontram-se concluídas, 74% estão em execução e 85 contratos estão com execução superior a 50%. Foram desembolsados R\$ 610 milhões.

Em 2013 foi finalizado o processo de seleção da 2ª etapa do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas culminando na seleção de 488 propostas com valor total de R\$ 8,24 bilhões de financiamento, sem incluir as contrapartidas dos entes federados, beneficiando 331 municípios brasileiros.

Estes recursos estão distribuídos da seguinte forma no país: 21% na Região Centro Oeste, 20% na Região Nordeste, 8% na Região Norte, 31% na Região Sudeste, 20% na Região Sul.

Desta 2ª etapa, até janeiro de 2014, 338 propostas haviam sido analisadas pelo Agente Financeiro e tiveram seus Termos de Habilitação emitidos pelo Ministério das Cidades. Cinquenta e duas operações de crédito foram formalizados, totalizando em valor de empréstimo R\$ 778.628.510,96.

Neste mesmo exercício foi lançada a 3ª etapa do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, cujo resultado disponibiliza recursos da ordem de R\$ 3 bilhões para mais de 800 municípios.

Os recursos alocados para essa ação são de financiamento, desta forma a falta de capacidade de endividamento dos municípios brasileiros prejudica a contratação das propostas selecionadas. Outro fator que dificulta a execução do objetivo é o fato desta ação ser implementada de forma delegada, através dos estados e municípios, nem sempre com estruturas técnicas suficientes para fazer frente às tarefas de elaboração dos projetos, obtenção de licenças, licitação das obras e serviços, aporte de contrapartidas e gestão da execução das intervenções.

A previsão para o próximo período é de que haja evolução física das obras da 1ª etapa, conclusão de mais obras e consequente entrega à sociedade de áreas totalmente pavimentadas dotadas de infraestrutura completa da via; contratação das demais propostas de operação de crédito selecionadas na 2ª etapa; e finalização do processo das contratações da 3ª etapa.

Metas 2012-2015

• Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente

Análise Situacional da Meta

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, na sua 1ª Etapa, totalizam 176 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R\$ 1,35 bilhões, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Estes R\$ 1,35 bilhão estão distribuídos da seguinte forma no país: 12% na Região Centro Oeste, 16% na Região Nordeste, 21% na Região Norte, 26% na Região Sudeste, 25% na Região Sul.

Na quantificação da meta tem-se 832,48 Km de vias pavimentadas foram executadas com os citados recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) neste eixo do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (quantitativo total dos três grupos de municípios).

A distribuição deste quantitativo deu-se da seguinte forma: no Grupo 1 tem-se 538,45 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 123,55 km e no Grupo 3 foram executados 170,48 km.

Cabe salientar que em 2013 houve abertura de nova seleção de recursos referente à 3ª etapa do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias. O processo encontra-se em andamento.

Quantidade alcançada

832,48

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	500	km	123,55	31/12/2013
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	500	km	170,48	31/12/2013
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	4.000	km	538,45	31/12/2013

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo agrega realizações de acessibilidade universal nos sistemas de transporte coletivo operados pelo Governo Federal (CBTU e TRENSURB). Tem-se apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.



Todos os segmentos em desenvolvimento de implantação de sistemas de transporte e de mobilidade urbana estão sendo executados com as premissas de acessibilidade universal.

REALIZAÇÕES EM 2013

Com relação às ações de promoção de acessibilidade universal, a CBTU vem contribuindo para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, na execução de projetos promovendo a integração entre modos de transporte, áreas lindeiras, para crescimento significativo do transporte coletivo urbano.

No que se refere à TRENSURB, foram realizadas adequações à legislação vigente de acessibilidade universal nas instalações da planta metroferroviária, reforma, ampliação e acessibilidade nas áreas de operação, manutenção e administração, modernização e adequação à acessibilidade Universal das estações Farrapos e Rodoviária visando o evento Copa do Mundo. Somando-se a isso, a Trensurb adquiriu elevador para a estação Esteio e contratou serviços de engenharia para a execução de infraestrutura para a instalação de escadas rolantes na estação São Leopoldo, que após a conclusão da ampliação da linha 1 da TRENSURB, passará de terminal a intermediária, ou seja, os embarques e desembarques acontecerão de ambos os lados para atendimento aos usuários nos dois sentidos.

Com relação à Iniciativa da TRENSURB, concluiu-se todos os projetos relativos às obras de acessibilidade do sistema, tendo que adequar-se aos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária.

Os investimentos do Governo Federal em mobilidade urbana priorizam a implantação de sistemas de média e alta capacidade, que são os modos de transporte que exigem maior aporte de recursos e que, portanto, seria mais difícil aos Estados e Municípios lograrem avanço sem a parceria da União. No entanto, diante da grande demanda, o Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado (bicicleta e pedestres) por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária. Neste sentido tem-se construções de calçadas associadas às pavimentações que estão sendo executadas no PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, que atingiu 10% da meta global estabelecida e de ciclovias ao longo de eixos de transporte coletivo, como metrô e BRTs.

Este fato positivo de associação pode ser confirmado na possibilidade de financiar infraestrutura cicloviária no PAC Mobilidade Grandes Cidades, Mobilidade Médias Cidades e na 2ª e 3ª etapas de Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. Estas estimativas estão demonstradas nas metas específicas.

Essas implantações de sistemas não motorizados contribuem diretamente com a mitigação das mudanças do clima, pois as transferências modais ocorridas farão com que migrem usuários de outros modos de transporte motorizados para não motorizado, que não emite gases de efeito local e estufa.

Metas 2012-2015

• Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004

Análise Situacional da Meta

REALIZAÇÕES EM 2013

O cumprimento das metas está muito aquém do previsto.

Com os recursos disponíveis, não tem sido possível apresentar uma evolução considerável, tampouco atender a todos os sistemas.

Adequação do Sistema de Belo Horizonte - com recursos liberados em 2012 foram contratados, em Belo Horizonte, os serviços de arquitetura e engenharia para execução e revisão geral de projetos executivos para as estações de Santa Inês, José Candido da Silveira e Minas Shopping, concluídos e entregues em mai/13. Em junho/2013 foi fechada a aprovação dos projetos executivos. Em 10/12/2013 foi assinado o contrato para as Obras de adequação às normas de acessibilidade nas estações São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar.

Adequação do Sistema de João Pessoa – concluídas as adequações nas estações de Santa Rita e Cabedelo, com, RAP/2012.

Adequação do Sistema de Maceió – não houve avanço físico significativo em 2013, iniciadas a construção e adequação de banheiros.

Adequação do Sistema de Natal – não houve avanço físico em 2013.

Adequação do Sistema de Recife – em andamento a adequação do acesso de pedestres na estação Cabo, com recursos de RAP/2012, não houve avanço físico em 2013.

Como principais realizações da TRENURB no tocante à acessibilidade em 2013, levando-se em conta os recursos disponibilizados, estão a conclusão em 100% do projeto executivo e final do certame licitatório em dezembro, que homologou a contratação de empresa para a modernização e acessibilidade das estações Farrapos e Rodoviária. Como a contratação ocorreu no final de dezembro, ordem de início de serviços - OSI, dar-se-á em meados do mês de janeiro de 2014. Neste mesmo contexto ocorreu a contratação de Empresa que realizará serviços de engenharia para a colocação de elevador na estação Esteio e ainda a contratação de empresa para serviços de Infraestrutura para a instalação de escadas rolantes na estação São Leopoldo, da mesma forma a OSI será dada no decorrer do mês de janeiro 2014.

Dentro dos fatores que contribuíram e dificultaram a execução da meta, estão a adequação das intervenções nas duas estações supracitadas com o recurso disponibilizado.

Existe uma previsão e expectativa, caso hajam recursos, para que, até dezembro de 2014, a Trensurb realize todas as obras necessárias para tornar suas instalações mais acessíveis - conclusão das obras de acessibilidade do pátio - área administrativa e realização de obras de acessibilidade na área de manutenção, intervenções complementares nas estações e acessibilidade dos TUEs.

• **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Neste sentido, tem-se, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, estimativa de investimentos em infraestrutura cicloviária conforme dados a seguir apresentados:

Investimentos Previstos no PAC Mobilidade Grandes Cidades.

Proponente	Item de Investimento	Valor Previsto(R\$)
Governo de Estado da Bahia	ciclovias e bicicletários	5.331.388,00
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	ciclotrilha	907.051,41
Prefeitura de Fortaleza/CE	ciclovias	1.272.693,93



Prefeitura de São Luís/MA	ciclovias	1.038.786,80
Prefeitura de Campo Grande/MS	ciclovias e bicicletários	9.796.200,00
Prefeitura de Recife/PE	bicicletários	800.000,00
Prefeitura de Teresina/PI	bicicletários	316.800,00
Prefeitura de João Pessoa/PB	Ciclovias/faixa, paraciclos e bicicletários	8.043.328,19
Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ	bicicletários	50.000,00
Prefeitura de Nova Iguaçu/RJ	bicicletários	27.072,00
TOTAL		27.583.320,33

Fonte: Quadros de Composição do Investimento (QCI) apresentados pelos proponentes.

Por outro lado, levantamento feito nas propostas selecionadas no PAC Mobilidade Médias Cidades, indica a previsão de implantação de 704 km de ciclofaixas e/ou ciclovias, integradas aos projetos de transporte público.

O PAC Mobilidade Médias Cidades refere-se a projetos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento. No PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 2ª etapa, atualmente em processo de contratação, há possibilidade de inclusão de ciclovias/ciclofaixas.

Como os empreendimentos estão em fase de contratação, somente foi lançada a quantidade executada de infraestrutura cicloviária do empreendimento Boulevard Arrudas/Tereza Cristina que foi concluído em 2013, em Belo Horizonte, vinculado à Copa do Mundo FIFA 2014.

Quantidade alcançada

2,7

Data de Referência

31/12/2013

• Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal desde 2010 vem alocando recursos para pavimentação e qualificação de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

O objetivo é proporcionar à população local beneficiada um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa da via e de saneamento, por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Assim, ao encontro da implementação desta política foi lançado em 2010 o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, 1ª etapa, que selecionou 387 propostas perfazendo um montante de R\$ 2,4 bilhões em valores de financiamento.

Destas, foram contratados 176 empreendimentos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R\$ 1,35 bilhão.

Como resultado dessa ação não orçamentária até dezembro de 2013 foi executado 802,40 km de calçadas associadas à pavimentação asfáltica das vias.

Em 2013 foi finalizado o processo de seleção da 2ª etapa do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas culminando na seleção de 488 propostas com valor total de R\$ 8,24 bilhões de financiamento, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Neste mesmo exercício foi concluído o processo de seleção da 3ª etapa do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas com seleção de 1.222 propostas beneficiando 1.088 municípios brasileiros.

Os recursos alocados para essa ação são de financiamento, desta forma a falta de capacidade de endividamento dos municípios brasileiros prejudica a contratação das propostas selecionadas. Outro fator que dificulta a execução do objetivo é o fato desta ação ser implementada de forma delegada, através dos estados e municípios, nem sempre com estruturas técnicas suficientes para fazer frente às tarefas de elaboração dos projetos, obtenção de licenças, licitação das obras e serviços, aporte de contrapartidas e gestão da execução das intervenções.

A previsão para o próximo período é de que haja evolução física das obras da 1ª etapa, conclusão de algumas obras e consequente entrega à sociedade de áreas pavimentadas com a execução de calçadas; contratação das propostas de operação de crédito selecionadas na 2ª etapa e 3ª etapa, que virão a contribuir com atingimento da meta de construção de calçadas.

O dado preenchido da quantidade alcançada é do total acumulado até esta data - 802,40 km 10 % da meta total. Em 2013 foram executados 538,10 km de calçadas.

Quantidade alcançada

802,4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	800	km	59,57	31/12/2013
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	km	180,59	08/07/2013
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	6.400	km	562,24	31/12/2013

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem optado por atuar por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento, na expansão dos investimentos em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte, ao invés de implantar medidas específicas de moderação de tráfego nos municípios brasileiros.

Orientados pela lógica de integração intermodal e mobilidade em rede, tais intervenções não só ampliam a oferta de transporte de maior qualidade nas cidades, como compreendem melhorias de infraestrutura de transporte não motorizado e medidas de moderação de tráfego, contribuindo para a redução dos conflitos entre os diversos modos de transporte.



Desta forma, ressalta-se que os empreendimentos de mobilidade urbana vinculados ao PAC, como o PAC Mobilidade Grandes Cidades, PAC Mobilidade Médias Cidades e o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, possuem como diretrizes o tratamento dos conflitos entre os modos de transporte utilizando-se de medidas de moderação de tráfego, reduzindo os conflitos entre os diversos modos de transporte ao longo dos corredores e sistemas de transporte selecionados nos respectivos eixos do PAC.

Metas 2012-2015

• Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego**Análise Situacional da Meta**

Atualmente tem sido priorizado o investimento em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte. Assim, de forma específica, ficaram prejudicadas as iniciativas voltadas à implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os diversos modos de transporte.

Para os próximos períodos não há sinalização que esse quadro se altere, sendo que a implantação de medidas de moderação de tráfego está sendo realizada no âmbito dos projetos selecionados no PAC, de forma complementar às propostas apoiadas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/01/2014

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A realização deste Objetivo envolve diversos atores da estrutura organizacional do Ministério das Cidades.

Na esfera de transporte e da mobilidade urbana tem-se a atuação da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, onde estão sendo desenvolvidas as questões relativas à regulação do setor, o sistema de informações da área, a previsão de apoio à elaboração de projetos e planos de mobilidade urbana, de forma descentralizada para execução pelos entes federados municipais e estaduais e a capacitação dos agentes públicos para desenvolvimento dos referidos instrumentos de planejamento.

Do ponto de vista da regulação da mobilidade urbana tem-se a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que vem a definir as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, cuja aplicação requer ação conjunta de todos os níveis de governo. Com a instituição da lei, o arcabouço legal da mobilidade urbana ficou estabelecido, definindo seus objetivos e diretrizes, entre os quais contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para o desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território urbano. A Lei também elenca entre seus princípios a acessibilidade universal, o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana. Trata-se assim de um marco regulatório que consiste em importante avanço na área.

Em 2013, manifestações da sociedade civil contra o aumento do preço das tarifas de transporte público eclodiram em todo o país, resultando em discussões mais aprofundadas sobre o assunto e fazendo com que fossem iniciadas pactuações para busca de soluções conjuntas visando melhorias na mobilidade urbana.

No âmbito do Pacto pela Mobilidade Urbana, o Governo Federal apresentou propostas centradas em três principais eixos: redução de tarifa para os usuários; maior controle social e mais qualidade nos serviços de transporte público coletivo.

No eixo redução de tarifa para os usuários, o Governo Federal está realizando desoneração de impostos de cerca de R\$ 3 bilhões por ano para os seguintes segmentos:

- Desoneração da folha – redução de 3,58% na tarifa de ônibus e 7,1% na tarifa de metrô e trem;
- Desoneração do PIS COFINS sobre serviços – redução de 3,65% na tarifa;
- Redução da tarifa de energia elétrica – redução de 3% na tarifa de metrô e trem;
- Desoneração de IPI para ônibus.

No que se refere ao maior controle social, foi discutido o papel do Conselho das Cidades, a criação de conselhos em níveis estaduais e municipais, além da necessidade de sistema de informações sobre mobilidade urbana.

No quesito mais qualidade, houve o anúncio de mais investimentos para projetos de infraestrutura de mobilidade urbana, e identificação da necessidade de estabelecimento de requisitos mínimos para a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, de formas de reestruturação da capacidade de planejamento e de elaboração de projetos pelos entes federados, entre outras iniciativas visando melhorias na qualidade de serviços de transporte público coletivo urbano.

No âmbito da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana foi desenvolvido programa de capacitação, para atendimento à lei que estabeleceu a Política Nacional da Mobilidade Urbana onde há obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminário de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Com relação às questões de sustentabilidade, destaca-se a elaboração do Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM), desenvolvido pelo Ministério das Cidades no que se refere ao transporte de passageiros, em conjunto com o Ministério dos Transportes, que se ateve ao transporte de cargas. A elaboração de mais este instrumento de planejamento foi realizada em função do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamentou a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Trata-se de importante progresso institucional da área de mobilidade urbana, pois possibilitou identificar as reduções das curvas de emissões advindas das implantações de infraestruturas mais eficientes, verificando as correlações existentes entre o transporte urbano e as mudanças do clima.

A Trensurb atuou visando a elaboração e execução de projeto, pesquisa e estudos de engenharia, com a finalidade realizar estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira, para a expansão da linha 1 de Novo Hamburgo até o município de Sapiranga, provendo a região metropolitana de Porto Alegre, de um sistema de transporte e mobilidade urbana, rápido,



limpo e de preço acessível, interligando os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, aos polos geradores de emprego e renda.

No âmbito do Departamento Nacional de Trânsito DENATRAN foram tratados projetos relevantes para o fortalecimento institucional, regulação na área de trânsito e segurança veicular, a saber:

1) Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília - UNB referente a análise de projeto e vínculo causal na ocorrência de supostos defeitos em veículos (atender demandas do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça) e desenvolvimento do projeto do Centro de Teste em Segurança Veicular. Celebrado o termo em dezembro de 2013, foram descentralizados à UNB os recursos previstos. No entanto, a Universidade devolveu os recursos recebidos alegando a falta de tempo hábil para execução orçamentária, em virtude do encerramento do exercício. Todavia, será firmado novo Termo de Cooperação, nos mesmos moldes do projeto, para os exercícios 2014 e 2015.

2) Prêmio Denatran de Inovação Tecnológica em Segurança Veicular: foram iniciadas discussões internas e estudos para a instituição oficial do prêmio, as quais terão continuação em 2014.

No que se refere ao Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foram executadas as etapas de mapeamento do ambiente/de soluções de nível mundial; proposição de conceito preliminar/arquitetura da solução/ requisitos; projeto e montagem do protótipo configurável e ambiente de testes; e desenvolvimento da metodologia de avaliação dos simuladores;

Todavia, em decorrência de contingências externas à esfera de ação das instituições envolvidas na execução do projeto, tendo ocorrido atraso de 6 meses nos processos de aquisição, necessário se fez a prorrogação do prazo de execução do Termo de Cooperação para o dia 31/8/2014.

Em relação ao Termo de Cooperação com a Universidade Federal Fluminense – UFF, o projeto foi readequado para Levantamento Estatístico de Acidentes de Trânsito no Brasil, com ampliação do escopo, uma vez que envolverá todo o território nacional, sendo que os principais produtos passaram a ser a definição de metodologia de coleta de dados de acidentes de trânsito com vítimas; o levantamento destes dados em todos os estados do País; a criação de um sistema de coleta de dados, levando em consideração a convergência com dados atualmente existentes, sendo trabalhados estatisticamente; e uma pesquisa situacional. Em virtude disso, foi celebrado termo aditivo prorrogando a vigência para dezembro de 2014, estabelecendo os principais produtos, novo cronograma físico e de desembolso financeiro para execução do projeto.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

REALIZAÇÕES EM 2013 E EXPECTATIVAS FUTURAS

Contribuem para atingimento deste objetivo os projetos de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal/interestadual de caráter urbano que estão sendo apoiados no PAC Mobilidade Grandes Cidades e Mobilidade Médias Cidades.

Neste sentido, registra-se que foram assinados e encontram-se em andamento até 31 de dezembro de 2013, cinquenta e três contratos (OGU e FIN) de projetos, implantação e melhorias de sistemas de transporte e mobilidade urbana tais como Metrô, VLTs, Corredores exclusivos de transporte coletivo, transporte público fluvial e trens urbanos.

No que tange à Trensurb, com os recursos disponibilizados em 2013, o estudo de implantação para a expansão do trem até o município de Sapiiranga está em andamento, tendo já terminado o certame licitatório.

No campo da política de trânsito, no âmbito do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), foram celebrados dois termos de cooperação, que tratam de dois projetos relevantes para o fortalecimento institucional e a regulação na área de trânsito. O primeiro com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para desenvolvimento de um desenho de referência de Simuladores de Motocicletas voltados para o treinamento em Centros de Formação de Condutores no Brasil, para atender a Resolução Contran nº 410, de 2 de agosto de 2012, que regulamenta os cursos especializados obrigatórios destinados a profissionais em transporte de passageiros (mototaxista) e em entrega de mercadorias (motofretista) que exerçam atividades remuneradas na condução de motocicletas e motonetas. Outro com a Universidade Federal Fluminense – UFF, para desenvolvimento de Sistema de Informação para o levantamento estatístico nacional de acidentes de trânsito, tendo como piloto o levantamento de dados estatísticos e o desenvolvimento desse sistema nos estados da região Centro Oeste.

• **Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

Foi desenvolvido programa de capacitação, para atendimento à referida obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor (Lei nº 12.587/2012) e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminários de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Ao mesmo tempo, a efetividade desta meta só poderá ser atingida com ampliação significativa de recursos disponíveis, visto que os Planos de Mobilidade Urbana não são produtos financiados nos eixos do PAC.

São necessárias atualizações, de acordo com a Lei nº 12.587, de todos dos Manuais e publicações para elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, configurando como outra ação cuja entrega agregada em desenvolvimento irá contribuir com o atingimento da meta.

Para se garantir a efetividade dos projetos de mobilidade, com sistemas eficientes e de qualidade, é imprescindível que os municípios elaborem tais projetos compatíveis com o planejamento sistêmico da mobilidade urbana. Além disso, a Lei torna obrigatória a elaboração de Plano de Mobilidade Urbana para municípios acima de 20.000 habitantes, que, atualmente perfaz mais de 1.200 municípios.

Neste sentido, está em andamento a revisão do Caderno de Referência para a Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana visando atender às novas exigências legais. A conclusão do trabalho está prevista para o primeiro semestre de 2014.

Também a equipe técnica redigiu novo texto para a cartilha com comentários sobre os principais pontos da Lei 12.587/2012 e sobre as inovações da nova legislação. A cartilha traz o texto da Lei na íntegra. Publicação prevista: 20.000 exemplares.

O programa de capacitação que está em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminário de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Curso de Capacitação e Assistência Técnica.



Em 2013, conforme já informado, foi realizada a primeira Oficina Técnica na ENAP quando foram definidos os objetivos, formato, público-alvo, carga horária, programação e conteúdos do “Seminário de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana”, assim como do “Curso de Capacitação”. Já foram realizados seminários de sensibilização em Campinas/RJ, Brasília/DF, Parauapebas/PA e Porto Alegre/RS com os seguintes números de participantes: Campinas: 126; Brasília: 62, Parauapebas: 74 e Porto Alegre: 61, perfazendo 323 participantes, com participação de 38 municípios. O seminário de Parauapebas foi realizado em parceria com a Fundação Vale, com base no Acordo de Cooperação Técnica existente desta Fundação com o Ministério das Cidades.

A previsão é de que esta meta seja parcialmente alcançada em 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 6.000 agentes públicos em municípios acima de 60 mil habitantes para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional**
Análise Situacional da Meta

Quanto à capacitação de agentes públicos estão sendo realizados seminários de sensibilização para os municípios voltados às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde está prevista a obrigatoriedade de municípios acima de 20.000 habitantes elaborarem Planos de Mobilidade Urbana.

Foram realizados seminários de sensibilização em Campinas/RJ, Brasília/DF, Parauapebas/PA e Porto Alegre/RS com os seguintes números de participantes: Campinas: 126; Brasília: 62, Parauapebas: 74 e Porto Alegre: 61, perfazendo 323 participantes, com participação de 38 municípios. O seminário de Parauapebas foi realizado em parceria com a Fundação Vale, com base no Acordo de Cooperação Técnica existente desta Fundação com o Ministério das Cidades.

Para os primeiros meses de 2014 estão programados mais quatro seminários nas cidades de Corumbá (14 de fevereiro), Belo Horizonte (março), Rio de Janeiro (março ou abril) e Fortaleza.

A quantificação da meta é cumulativa para atendimento ao previsto no PPA 2012/2015. 1.418 em 2013 mais 323 em 2014, perfazendo 1.741.

Quantidade alcançada

1.741

Data de Referência

31/01/2014

- **Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana**

Análise Situacional da Meta

REALIZAÇÕES EM 2013

Em 2013, o Ministério das Cidades, através da Portaria nº 114/2013, instituiu Grupo Técnico composto de diversos órgãos e entidades ligadas ao setor de transporte e de mobilidade urbana para elaborar a proposta de um Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU) em conformidade com o artigo 16, inciso III, da Lei nº 12.587/2012.

O objetivo principal do SIMU é o armazenamento e compartilhamento de informações para auxiliar na elaboração de políticas públicas de mobilidade urbana.

Em 2014 o Grupo de Trabalho desenvolveu suas atividades por seis meses (junho a dezembro/13). Foram realizadas sete reuniões de trabalho.

Participaram das reuniões as seguintes instituições: SEMOB, IPEA, NTU, ANTP, ANPTripos, IEMA, EMBARQ Brasil, SNAPU/MCidades, CGMI/MCidades e ITDP.

Em 19/12/13 foi concluído e entregue o produto final do GT constando de relatório final com a proposta do Sistema Nacional de Informações da Mobilidade Urbana (SIMU) acompanhado de modelo de formulário para coleta de dados.

Dessa forma, o processo de planejamento para o alcance da meta está em pleno desenvolvimento.

Em virtude dos avanços de definições do grupo considerou-se que 10% da meta já foi alcançada, sendo entregas agregadas ao produto.

- **Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana**

- Análise Situacional da Meta**

- Meta alcançada com a publicação da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

- **Monitorar e atualizar o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM**

- Análise Situacional da Meta**

- O Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM) foi concluído em junho de 2013.

A participação do Ministério das Cidades na elaboração do Plano foi referente à mobilidade urbana de passageiros, onde se evidenciou a importância de planejar e investir em modos de transporte mais eficazes, criando condições objetivas para melhorar a eficiência energética dos modos de transporte de passageiros.

O PSTM tem como objetivo contribuir para a mitigação das emissões de GEE no setor, por meio de iniciativas que levam à ampliação da infraestrutura de transporte de cargas e à maior utilização de modos mais eficientes energeticamente e ao aumento do uso de sistemas eficientes de transporte público de passageiros.

O PSTM aborda medidas em implementação e outras complementares, que promovem a melhoria do sistema de mobilidade urbana, ampliam a acessibilidade das pessoas nas cidades e avaliam a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e locais (GELs).

Permite estimar a redução das emissões de CO₂ proporcionadas pela implantação de infraestrutura de mobilidade urbana, a partir da adoção de premissas e simplificações, para a realização do cálculo de mitigação.

O monitoramento será realizado com periodicidade anual por meio da aferição de indicadores definidos, avaliando a implantação dos projetos de mobilidade urbana identificados no PSTM, por quilômetro e por modo. No horizonte máximo estabelecido no PSTM, em 2020, a meta é mitigar 3,7 MtCO₂.

Outras ações realizadas e em andamento:

Descrição: Atualização do PNMC lançado em dezembro de 2008 que foi elaborado como um instrumento voltado para



o desenvolvimento e o aprimoramento de ações de mitigação da mudança do clima no Brasil, colaborando com o esforço mundial de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Foram incluídos os recentes planos setoriais de mitigação e adaptação, como o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação a Mudança do Clima (PSTM).

Atividades Desenvolvidas:

- Formatação de texto sobre o PSTM para inclusão no PNMC;
- Participação em reuniões do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Gex) para discussão do PNMC;
- Consulta Pública.

2. Programa de Mobilidade Urbana de Baixo Carbono para Grandes Cidades (BID + GEF)

Descrição: Recursos do Global Environment Facility – GEF para redução de emissões de CO₂: elaboração de normas e manuais técnicos, capacitação de pessoal e promoção de projetos de transporte não motorizado, planos de mobilidade, pesquisas e divulgação do conhecimento aos entes federados.

Atividades Desenvolvidas:

- Apoio ao BID no desenvolvimento do Project Preparation Grant (PPG) para aprovação no GEF; •Apoio técnico para a contratação dos consultores que irão preparar o PPG pelo BID.

3. Cooperação Técnica Brasil - Alemanha

Descrição: Projeto de cooperação técnica na área de eficiência energética em mobilidade urbana a ser desenvolvido com a GIZ no valor de €\$ 2 milhões.

Atividades Desenvolvidas:

- Reunião com a GIZ para discussão do projeto;
- Apresentação na Agência Brasileira de Cooperação (ABC);

Observação: aprovação do projeto na reunião bilateral em Berlim em dezembro de 2013.

4. Apoio à Construção da Matriz Energética do Brasil para 2050

Descrição: Construção da matriz energética do Brasil para 2050 pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com o apoio de órgãos afins.

Atividade Desenvolvida: reunião realizada na EPE para discussão da matriz energética para 2050 na área de transporte público, onde a SeMob apresentou um panorama da divisão modal discutida dentro do PSTM e se colocou à disposição para o prosseguimento das discussões.

5. Agenda Pós-2015

Descrição: A Agenda Pós-2015 abrange um conjunto de programas, ações e diretrizes que vão orientar os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros em direção ao desenvolvimento sustentável, após 2015. O calendário das negociações sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 é o seguinte:

- Março de 2014 - iniciam-se as negociações sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável no Grupo de Trabalho

Aberto da Assembleia Geral.

- Setembro de 2014 - iniciam-se as negociações sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, na abertura da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, incorporando os resultados do Grupo de Trabalho e do Comitê de Peritos sobre Financiamento.
- Setembro de 2015 - lançamento da agenda de desenvolvimento pós-2015 em evento de alto nível da Assembleia-Geral.

Atividade Desenvolvida: análise da Publicação “TST Issue Brief: Sustainable Transport” e elaboração de Nota Técnica. Encaminhamento da Nota à Assessoria de Relações Internacionais do MCidades e posteriormente ao Ministério das Relações Exteriores.

• **Promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito**

Análise Situacional da Meta

Foram tratados projetos relevantes para o fortalecimento institucional, regulação na área de trânsito e segurança veicular, a saber:

1) Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília - UNB referente a análise de projeto e vínculo causal na ocorrência de supostos defeitos em veículos (atender demandas do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça) e desenvolvimento do projeto do Centro de Teste em Segurança Veicular. Celebrado o termo em dezembro de 2013, foram descentralizados à UNB os recursos previstos. No entanto, a Universidade devolveu os recursos recebidos alegando a falta de tempo hábil para execução orçamentária, em virtude do encerramento do exercício. Todavia, será firmado novo Termo de Cooperação, nos mesmos moldes do projeto para os exercícios 2014 e 2015.

2) Prêmio Denatran de Inovação Tecnológica em Segurança Veicular: Foram iniciadas discussões internas e estudos para a instituição oficial do prêmio, as quais terão continuação em 2014.

No que se refere a projetos em andamento, tem, no Termo de Cooperação TC Nº 1/2012, com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foram executadas as etapas: 1) Mapeamento do ambiente/de soluções de nível mundial; 2) Proposição de conceito preliminar/arquitetura da solução/ requisitos; 3) Projeto e montagem do protótipo configurável e ambiente de testes; e 4) Desenvolvimento da metodologia de avaliação dos simuladores.

Todavia, em decorrência de contingências externas à esfera de ação das instituições envolvidas na execução do projeto, tendo ocorrido atraso de 6 meses nos processos de aquisição, necessário se fez a prorrogação do prazo de execução do Termo de Cooperação para o dia 31/8/2014. Portanto, para o exercício de 2014 restam as etapas: 5) Testes preparatórios funcionais e ergonômicos e análise dos protótipos e ambientes de teste; 6) Qualificação comparativa dos ambientes e testes com públicos alvo; 7) Workshop com especialistas; e 8) Elaboração de relatórios e pareceres conforme demandas do DENATRAN.

No Termo de Cooperação TC Nº 2/2012, com a Universidade Federal Fluminense – UFF, o projeto foi readequado para Levantamento Estatístico de Acidentes de Trânsito no Brasil, com ampliação do escopo, uma vez que envolverá todo o território nacional, os principais produtos passaram a ser a definição de metodologia de coleta de dados de acidentes de trânsito com vítimas; o levantamento destes dados em todos os estados do País; a criação de um sistema de coleta de dados, levando em consideração a convergência com dados atualmente existentes, sendo trabalhados estatisticamente e; uma pesquisa situacional. Em virtude disso, foi celebrado termo aditivo prorrogando a vigência para dezembro de 2014, estabelecendo os principais produtos, novo cronograma físico e de desembolso financeiro para



execução do projeto.

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, foram integrados 89 municípios em todo o país, o que representou um aumento de 6,8% no número de municípios integrados. Contudo, estes municípios integrados ao longo do ano representam apenas 1,94% da população nacional, ou seja, 3.703.673 habitantes. Isto porque os municípios de grande e médio porte já estavam integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte cumpriram as exigências para integração em 2012. Vale ressaltar ainda que a baixa adesão dos municípios tem relação com o desafio institucional requerido, pois para os municípios se integrarem ao SNT, exercendo plenamente suas competências, precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito e controle e análise de estatística. Conforme o porte do município. O art. 16 do CTB prevê, ainda, que junto a cada órgão de trânsito deve funcionar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo órgão executivo de trânsito. Trata-se, portanto, de um desafio que permeia a política de trânsito, que é de natureza descentralizada, pois apesar do CTB estabelecer que todos devem ser integrados, não está estabelecida uma data limite.

E como parte fundamental para a integração, não só dos municípios, mas dos órgãos e entidades do SNT, destaca-se a necessidade do pleno funcionamento e melhoria dos sistemas RENAVAM, RENACH, RENAINF, RENAEST, RENAJD e RECALL, que estão em operação e recebendo melhoramentos durante a execução, destacando o projeto de acréscimo de dois dígitos ao número de RENAVAM, tendo em vista que o sequencial numérico de cadastro disponível esta esgotando em virtude do crescimento da frota de veículos brasileiros. O SINIAV e SIMRAV encontram-se em fase de teste em operação assistida, sendo que em dezembro do 2013 ocorreu a homologação do primeiro módulo do SINIAV. No que tange ao FunsetNet estão programadas as entregas e homologações pelo SERPRO de fevereiro até setembro de 2014. Já o SISCSV deverá entrar em operação em junho de 2014 em atendimento ao contido na Resolução CONTRAN nº 466/2013 de 11 de dezembro de 2013 que entrará em vigor em 1º de julho de 2014. A novidade diz respeito ao Sistema de Leilão que pretende dinamizar o processo de leilões de veículos apreendidos.

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, o Denatran já realizou 68 fiscalizações, o que representa 70,8% da meta estabelecida. Todavia, alcance das metas no eixo referente à fiscalização das ECV's e ITL's está aquém do previsto. Foram realizadas ações de fiscalização da seguinte forma:

- a) Em 11 órgãos e entidades do SNT em diferentes estados a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins;
- b) Em 156 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos – ECV: sendo que 98 fiscalizações foram realizadas no estado de São Paulo, 37 em Santa Catarina, 13 na Bahia, 6 em Mato Grosso do Sul e 2 no Espírito Santo;
- c) Em 5 Instituições Técnicas Licenciadas (ITL's): sendo 1 no estado de São Paulo e 4 no Rio Grande do Norte;

Foram realizados acompanhamentos de Ensaio de Segurança Passiva (Teste de Segurança Veicular) em 18 laboratórios, que envolveram 11 empresas montadoras nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia, e na cidade de Caxias do Sul/RS, no Brasil;

Merece destaque o Comitê Gestor do RENAINF (CGRenainf), que atuou junto aos órgãos do SNT, tendo sido realizadas 5 reuniões ordinárias e 6 diligências. Como resultado, o CGRenainf baixou a inadimplência dos órgãos de trânsito no

sistema Renainf, que era cerca de R\$ 100 milhões no início de 2013, para R\$ 78 milhões (posição de 30/11/2013), ou seja, houve uma redução aproximada de 22%.

Concernente à capacitação de profissionais do SNT foi firmado entre a Universidade de Brasília - UnB e o Denatran um Termo de Cooperação que visa implantar uma plataforma educacional composta por um sistema para avaliação de instrutores e examinadores de trânsito e por uma escola virtual, capacitar os profissionais que atuam nos órgãos e entidades do SNT e professores do Ensino Básico, adotando-se soluções baseadas na exploração pedagógica de novas tecnologias de informação, comunicação e expressão (NTICE), suscetíveis de, com a devida qualidade, atenderem a mais usuários, em todo território nacional. Como a celebração ocorreu em dezembro de 2013, não houve tempo hábil para a realização da meta física o que deverá acontecer no exercício de 2014.

No que se refere à reformulação da Política Nacional de Trânsito (PNT), foi dado início aos trabalhos de revisão da Política Nacional de Trânsito para o período de 2015 a 2024, pela Portaria nº 175/13 que designou GT – Grupo de Trabalho, com prazo de 90 dias para que apresente proposta a ser submetida ao CONTRAN.

E concluindo, com ênfase no aprimoramento do SNT, promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito foram iniciadas as tratativas para a criação do Observatório Nacional de Trânsito, que encontra-se na fase inicial. O Observatório Nacional de Trânsito será um serviço de monitoramento e informação das condições do trânsito brasileiro, que terá o papel de desenvolver uma infraestrutura de dados e informações gerais sobre o trânsito e formar base de inteligência e conhecimento na área.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar o padrão de qualidade das informações do Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

Análise Situacional da Meta

Os sistemas RENAVAL, RENACH, RENAINF, RENAEST, RENAVAL e RECALL estão em operação e recebendo melhoramentos durante a execução. Todavia, merece destaque o projeto de acréscimo de dois dígitos ao número de RENAVAL, uma vez que o sequencial numérico de cadastro disponível está esgotando em virtude do crescimento da frota de veículos brasileiros. O SINIAV e SIMRAV encontram-se em fase de teste em operação assistida, sendo que em dezembro de 2013 ocorreu a homologação do primeiro módulo do SINIAV. No que tange ao FunsetNet estão programadas as entregas e homologações pelo SERPRO a partir de 3/2/2014 até 1/9/2014. Já o SISCSV deverá entrar em operação em junho de 2014 em atendimento ao contido na Resolução CONTRAN nº 466/2013 de 11 de dezembro de 2013 que entrará em vigor em 1º de julho de 2014. A novidade diz respeito ao Sistema de Leilão que pretende dinamizar o processo de leilões cujo volume de veículos apreendidos pelos órgãos de Trânsito têm lotado os pátios dos DETRANs nos Estados e Distrito Federal que também será homologado no primeiro semestre de 2014.

- **Aumentar em 10% a população atendida pela municipalização do trânsito e dar suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

Análise Situacional da Meta

O CTB prevê uma clara divisão de responsabilidades e uma sólida parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais. Os municípios, em particular, tiveram sua esfera de competência substancialmente ampliada no tratamento das questões de trânsito. Se considerarmos que é no município que o cidadão efetivamente mora, trabalha e se movimenta, ali encontrando sua circunstância concreta e imediata de vida comunitária e expressão política, compete, portanto, aos órgãos executivos municipais de trânsito exercerem suas atribuições estando integrados ao Sistema Nacional de Trânsito. Uma vez preenchidos os requisitos para integração do município ao SNT, ele assume a responsabilidade pelo planejamento, o projeto, a operação e a fiscalização, não apenas no perímetro urbano, mas também nas estradas municipais. A prefeitura passa a desempenhar tarefas de sinalização, fiscalização, aplicação de penalidades e educação de trânsito.



Em 2012, o Denatran alcançou cerca de 1,57% da população brasileira. Em 2013, foram integrados 89 municípios em todo o país, o que representou um aumento de 6,8% no número de municípios integrados. Contudo, estes municípios integrados ao longo do ano representam apenas 1,66% da população nacional, ou seja, 3.703.673 habitantes. Isto porque os municípios de grande e médio porte já estavam integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte cumpriram as exigências para integração em 2012. Dessa forma, no horizonte do PPA 2012/2015 este Departamento alcançou 32,4% da meta estabelecida.

Vale ressaltar ainda que a baixa adesão dos municípios tem relação com as dificuldades institucionais enfrentadas pela maioria desses entes federados, pois para os municípios se integrarem ao SNT, exercendo plenamente suas competências, precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito, e controle e análise de estatística, conforme o porte do município. O art.16 do CTB prevê, ainda, que junto a cada órgão de trânsito deve funcionar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo órgão executivo de trânsito.

Trata-se, portanto, de um desafio que permeia a política de trânsito, que é de natureza descentralizada, pois apesar do CTB estabelecer que todos devem ser integrados, não é estabelecida data limite para isso. Todavia, estão sendo envidados esforços visando o cumprimento do planejado, como por exemplo, a realização de reuniões com os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRANs para esclarecer e ajudá-los com orientações a respeito da municipalização, que ocorreu nos dias 15 e 16 de outubro de 2013. O DENATRAN também incentiva encontros regionais e estaduais para tratar do tema “municipalização de trânsito”, com participação no I Seminário Goiano de Municipalização do Trânsito, promovido pelo Conselho Estadual de Trânsito junto com a Secretaria das Cidades e do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, no dia 21 de maio de 2013.

Quantidade alcançada

3,24

Data de Referência

31/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	0,3	%	0,07	31/01/2014
Região Nordeste	4,3	%	0,92	31/01/2014
Região Norte	1,3	%	0,17	31/01/2014
Região Sudeste	2,9	%	0,96	31/01/2014
Região Sul	1,2	%	1,12	31/01/2014

• Capacitar 50.000 profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Análise Situacional da Meta

Concernente à capacitação de profissionais do SNT, o DENATRAN realizou 13 atividades em 2013, em parceria com entidades públicas e privadas, promovendo a capacitação de 8120 profissionais.

Considerando o interlúdio de 2012 e 2013, o número de agentes capacitados é de 8.164, que equivale a 16,33%. Como alternativa para o cumprimento da meta, foi firmado entre a Universidade de Brasília - UnB e o Denatran o Termo de Cooperação nº 2/2013, sob título de Plataforma Educacional do Denatran – Sistema de Avaliação de Examinadores e Instrutores de Trânsito e Escola Virtual de Trânsito. O projeto visa implantar uma plataforma educacional composta por um sistema para avaliação de instrutores e examinadores de trânsito e por uma escola virtual, capacitar os profissionais que atuam nos órgãos e entidades do SNT e professores do Ensino Básico, adotando-se soluções baseadas na exploração pedagógica de novas tecnologias de informação, comunicação e expressão (NTICE), suscetíveis de, com a devida qualidade, atenderem a mais usuários, em todo território nacional.

Os benefícios visados são muitos e de diferentes categorias, que vão desde a agilização nas capacitações de professores providas pelo Denatran, até a obtenção de mais agilidade e funcionalidade nas ações de interlocução, para fins de qualificação e de requalificação, dos profissionais dos Departamentos de Trânsito e dos Centros de Formação de Condutores de todo o país. Prevê-se o benefício direto de 10 mil professores e 1 milhão de alunos do ensino fundamental, além de 72.840 mil instrutores e examinadores de trânsito e 10 mil atores do Sistema Nacional de Trânsito.

Quantidade alcançada

8.164

Data de Referência

31/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7.500	peessoas	20	31/01/2014
Região Nordeste	14.000	peessoas	844	31/01/2014
Região Norte	3.000	peessoas	50	31/01/2014
Região Sudeste	16.000	peessoas	6.240	31/01/2014
Região Sul	9.500	peessoas	1.010	31/01/2014

- **Fiscalizar 2.000 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

O alcance das metas no eixo referente à fiscalização das ECV's e ITL's está aquém do previsto. Todavia foram realizadas 156 ações de fiscalizações em Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos – ECV: sendo que 98 fiscalizações foram realizadas no estado de São Paulo, 37 em Santa Catarina, 13 na Bahia, 6 em Mato Grosso do Sul e 2 no Espírito Santo.

Outro aspecto que irá afetar o cenário de fiscalizações, diz respeito à Resolução CONTRAN nº 466, de 11/12/2013, que estabelece novos procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, em que a partir de 1/7/2014 o credenciamento das ECVs passará a ser realizado pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, porém o DENATRAN continuará a fiscalizar, quando motivado e a qualquer tempo, essas empresas.

Quantidade alcançada

156

Data de Referência

31/01/2014

- **Fiscalizar 400 Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

O alcance das metas no eixo referente à fiscalização das ECV's e ITL's está aquém do previsto, e tal fato tem se dado principalmente pelas limitações administrativas. Todavia foram realizadas 5 ações de fiscalização em Instituições Técnicas Licenciadas (ITL's): sendo 1 no estado de São Paulo e 4 no Rio Grande do Norte.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/01/2014

- **Fiscalizar 96 Órgãos de Trânsito e Entidades credenciadas pelo Denatran**

Análise Situacional da Meta

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, o Denatran já realizou 68 fiscalizações, o que representa



70,8% da meta. Foram realizadas ações de fiscalização da seguinte forma:

- a) Em 11 órgãos e entidades do SNT em diferentes estados a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins;
- b) Foram realizados acompanhamentos de Ensaios de Segurança Passiva (Teste de Segurança Veicular) em 18 laboratórios, que envolveram 11 empresas montadoras nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia, e na cidade de Caxias do Sul/RS, no Brasil;
- c) Merece destaque o Comitê Gestor do RENAINF (CGRenainf), que atuou junto aos órgãos do SNT, tendo sido realizadas 5 reuniões ordinárias e 6 diligências, a saber: DETRAN's dos estados de Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Goiás, Minas Gerais e ao Departamento Municipal de Trânsito de Timon-MA. Como resultado, o CGRenainf com suas ações baixou a inadimplência dos órgãos de trânsito no sistema Renainf, que era cerca de R\$ 100 milhões no início de 2013, para R\$ 78 milhões (posição de 30/11/2013), ou seja, houve uma redução aproximada de 22%.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

31/01/2014

• Reformular a Política Nacional de Trânsito e adequar as referências normativas a partir do Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década 2011-2020

Análise Situacional da Meta

No que se refere à reformulação da Política Nacional de Trânsito (PNT), foi dado início aos trabalhos de revisão da Política Nacional de Trânsito, para o período de 2015 a 2024, tendo sido designado um GT – Grupo de Trabalho, com prazo de 90 dias para que apresente proposta a ser submetida ao CONTRAN. O GT iniciou suas atividades com a incumbência de reunir em cada Coordenação-Geral do DENATRAN informações e subsídios para serem apresentados em uma próxima reunião. Foram então realizadas três reuniões do GT e mais uma com representantes dos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETRANs e CONTRANDIFE) nos dias 15, 16 e 19 de setembro; e 05 de novembro de 2013, quando se iniciou pesquisa junto aos órgãos do SNT, CETRANs, DETRANs, Órgãos Municipais, Câmaras Temáticas do CONTRAN; e Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito - Comitê Paz no Trânsito. E visando atender à participação da sociedade, foi solicitado à Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI da Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI do MCidades a concepção de um programa de pesquisa dirigida, aberta ao público, a título de audiência de opinião, estimando-se que, a coleta, apuração, tabulação e relatório final das pesquisas, demandaria da ordem de 90 dias, o que ultrapassaria o prazo inicial dado pela Portaria 175/13, tendo sido solicitado que se prorrogasse

aquele prazo até 30 de abril de 2014, o que foi feito pela Portaria DENATRAN nº 232/13.

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Dando continuidade à campanha permanente pela redução de acidentes lançada em 2012, cuja meta é reduzir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020, no primeiro semestre de 2013 foram desenvolvidas ações por meio do “Parada Pela Vida – Pacto Nacional Pela Redução de Acidentes no Trânsito”, conjunto de ações planejadas e executadas pelo Departamento Nacional de Trânsito, em parceria com diversos órgãos. Desde o lançamento do Parada, foram realizadas campanhas sazonais de utilidade pública - Campanha de Carnaval, Feriado da Semana Santa, Campanha Motociclista, Campanha Corpus Christi, Campanha dos Caminhoneiros, Campanha São João, Campanha Celular, Campanha Bebida e Direção - que, aliadas à fiscalização e à educação no trânsito, têm contribuído para o alcance das metas estabelecidas.

Merece destaque ainda a campanha educativa de trânsito ‘O Pedestre’, como parte das ações da II Semana da Segurança Viária Global, que aconteceu em maio de 2013, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, foi realizada uma pré-campanha com o Chambinho do Acordeon, ator e cantor que interpreta Luiz Gonzaga no filme: “Gonzaga, de pai para filho”, que foi veiculada nas regiões Norte e Nordeste, em jingle e vídeo para televisão e rádio, visando a conscientização dos motoristas durante as festividades do mês de junho.

Vale ressaltar que a Campanha do Carnaval foi dividida em duas linhas, tendo em vista a ocorrência paralela com outro acontecimento muito importante para o trânsito do Brasil: o endurecimento da Nova Lei Seca. Pela lei revisada, não há mais qualquer margem de tolerância para consumo de álcool. Se o teste do bafômetro indicar concentração de álcool por litro de sangue a partir de

0,05 mg/L, o condutor será autuado e responderá por infração gravíssima. Se o bafômetro marcar igual ou superior a 0,34 mg/L, será considerado crime e o condutor poderá pegar detenção de seis meses a três anos. Essa resolução do Contran é mais uma ação do Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes, e que também aumenta a multa para R\$ 1.915,40, para qualquer quantidade de álcool consumida pelos motoristas. Caso haja reincidência, na mesma infração dentro de um ano, o valor da multa poderá chegar a R\$ 3.830,80, junto com o recolhimento da habilitação e a suspensão do direito de dirigir por 12 meses. Dessa forma, buscou-se informar a população sobre as alterações no código de Trânsito que trata da Lei Seca e suas consequências de beber e dirigir, levando a informação para a população, especialmente o público jovem. Para tanto, o planejamento de mídia foi desenvolvido sob a ótica de 2 temas em uma única campanha: Carnaval e Lei Seca. Dessa forma, os meios foram selecionados e planejados levando-se em conta o tema que será veiculado, o período do carnaval e o período pós- carnaval.

No que se refere à atividade de gestão das ações específicas de educação foi articulado junto ao Ministério da Educação (MEC) e Casa Civil a concretização da formação de professores, que acontecerá por meio de Educação a Distância - EAD, cujo material encontra-se em processo de análise para disponibilização aos professores. Os eixos principais de discussão foram: art. 76 do Código de Trânsito Brasileiro; Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental e na Pré-Escola.

Outra etapa importante foi a aprovação pelo MEC do conteúdo das diretrizes educacionais a serem disponibilizadas para as escolas. Entretanto, as escolas possuem autonomia para definir quais conteúdos serão incluídos no Projeto Político Pedagógico, e a própria escola define qual conteúdo será trabalhado como tema transversal. Hoje os órgãos estaduais e municipais de trânsito estão realizando o acompanhamento das escolas quanto ao conteúdo de educação de trânsito. Com relação à meta de desenvolver o curso de “Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito”, foram envidados esforços para superar os entraves que se apresentaram no decorrer desses dois anos. Como alternativa, foi celebrado Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), para implementação do projeto Plataforma Educacional do DENATRAN – Sistema de Avaliação de Examinadores e Instrutores de Trânsito e a Escola Virtual de Trânsito, que entre as suas etapas inclui a pesquisa e desenvolvimento de estratégias de aplicação da Escola Virtual de Trânsito.

Apesar de todas as limitações, foi realizado o XIII Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, que considerou o Plano Nacional da Década de Ações para a Segurança no Trânsito, redefinindo as categorias participantes, o que proporcionou maior comprometimento e engajamento dos professores.

Metas 2012-2015

- **Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)**

Análise Situacional da Meta

A educação de trânsito não é tratada como tema transversal no atual modelo educacional, o que dificulta o acesso do



DENATRAN às escolas. Além disso, todas as escolas possuem autonomia para definir quais conteúdos serão incluídos no Projeto Político Pedagógico e definem, também, qual conteúdo será trabalhado como tema transversal. A articulação com o MEC está em andamento com a realização de reuniões e aprovação das diretrizes da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola, pela Secretaria de Educação Básica, em atenção à Portaria Denatran nº 147/2012.

O DENATRAN envidou esforços para superar os entraves que se apresentaram no decorrer desses dois anos. Como alternativa, celebrou Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), para implementação do projeto Plataforma Educacional do DENATRAN – Sistema de Avaliação de Examinadores e Instrutores de Trânsito e a Escola Virtual de Trânsito, que entre as suas etapas inclui a capacitação à distância de professores.

- **Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de "Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito" para 10.000 professores da Educação Básica**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do projeto desses cursos não foi realizado. O DENATRAN envidou esforços para superar os entraves que se apresentaram no decorrer desses dois anos. Como alternativa, celebrou Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), para implementação do projeto Plataforma Educacional do DENATRAN – Sistema de Avaliação de Examinadores e Instrutores de Trânsito e a Escola Virtual de Trânsito, que entre as suas etapas inclui a pesquisa e desenvolvimento de estratégias de aplicação da Escola Virtual de Trânsito.

- **Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em 5% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta deverá ser alinhada em parceria com os órgãos municipais de trânsito e de educação, porém a implantação do programa depende da anuência da Secretaria Municipal de Educação.

Está sendo feita a articulação com o MEC, por meio de diversas reuniões, um resultados foi a aprovação do conteúdo das Diretrizes Educacionais a serem disponibilizadas para as escolas.

Também está em fase de articulação a contratação de equipe conteudista (responsável pelo conteúdo técnico da obra) para desenvolvimento de material educativo para o ensino médio.

A execução da meta está aquém do previsto, ao que tudo indica, não haverá mudança significativa nos presentes entraves.

- **Implementar "Programa Jovem Consciente" nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis**

Análise Situacional da Meta

A execução da meta está aquém do previsto, e tem sido estudado alternativas para a implementação da meta.

- **Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas educativas**

Análise Situacional da Meta

A execução da meta está aquém do previsto, e tem sido estudado alternativas para a implementação da meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	1	30/06/2013
Região Nordeste	12	unidade	0	30/06/2013

Região Norte	12	unidade	0	30/06/2013
Região Sudeste	12	unidade	0	30/06/2013
Região Sul	12	unidade	0	30/06/2013

- **Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito**

Análise Situacional da Meta

Apesar de todas as limitações, foi realizado o XIII Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, que considerou o Plano Nacional da Década de Ações para a Segurança no Trânsito, redefinindo as categorias participantes, o que proporcionou maior comprometimento e engajamento dos professores.

- **Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas três reuniões com universidades públicas e privadas, com a participação da Associação Nacional dos Detrans (AND), onde foi verificado que diversas universidades já oferecem cursos de pós-graduações na área de educação e gestão de trânsito. Diante desse cenário, este Departamento está estudando a possibilidade de criar um selo de qualidade para certificar os cursos já existentes no exercício de 2014.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376	31/12/2013	6.872
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893	31/12/2013	186.407
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57	31/12/2013	58,8
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093	31/12/2013	65.920
Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga	%	31/12/2010	47	-	-
Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	48	-	-
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86	31/12/2013	84
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R\$/100 km	25/02/2011	4,8	05/12/2013	5,68
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105	05/09/2013	120
Total de movimentação de cargas por rodovias	milhão de toneladas por ano	31/12/2010	1.170,7376	-	-
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,141	31/12/2013	11.373

Observações:

Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga - Indicador descontinuado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - FIPE/USP

Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros - Indicador descontinuado

Total de movimentação de cargas por rodovias - Indicador descontinuado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - FIPE/USP

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem tomado ações com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. Do total previsto estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano - Conservação Tradicional, até contratos de cinco anos - CREMA (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas) 2ª Etapa, contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento. Objetiva-se com o uso de contratos de maior duração que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia. Consequentemente, tais trechos permanecerão em bom estado por mais tempo e ficarão interditados para reparos em menor frequência. Quanto ao trechos rodoviários sem pavimentação, foram cumpridas as

metas em 61% para o período 2012-2015, considerando somente os segmentos sob a responsabilidade do Governo Federal.

Quanto à recuperação, adequação e reforço estrutural em 502 pontes e viadutos, em 2013 encontram-se em fase de elaboração os projetos para licitação das obras a serem executadas. Conforme os projetos estiverem prontos, será encaminhado o processo licitatório, priorizando as obras com necessidade de intervenção mais urgente.

Metas 2012-2015

• Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas

Análise Situacional da Meta

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT é responsável pela manutenção de 6.739 km de rodovias federais não pavimentadas. A meta estabelecida de 13.462,2 km compreende o total da malha, considerando os segmentos de responsabilidade dos Departamentos Estaduais de Rodagem (DERs), estabelecido por meio de convênios, trechos em fase de pavimentação, segmentos em fase de implantação e trechos em situação de leito natural.

Quantidade alcançada

3.969,9

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.487	km	453,9	31/12/2013
Região Nordeste	2.375,2	km	579,1	31/12/2013
Região Norte	7.728,3	km	2.755,8	31/12/2013
Região Sudeste	1.315,6	km	85,1	31/12/2013
Região Sul	556,1	km	96	31/12/2013

• Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal prevê contratações de manutenção de rodovias do tipo CREMA 1ª Etapa, que correspondem a contratos de dois anos com intervenções de caráter funcional e contratações do tipo CREMA 2ª Etapa, por meio de contratos de cinco anos, que incluem intervenções mais substantivas em grandes extensões, associadas à manutenção das vias, garantindo a qualidade do pavimento por um prazo maior. Na totalização dos contratos temos ainda a contratação de Conservação Tradicional, cujo objetivo é a manutenção de segmentos da malha restaurados. Para finalizar, nos segmentos onde a recuperação do pavimento exige ações mais pontuais, o DNIT conta com os contratos de Restauração Tradicional. Assim sendo, em 2013, havia contratados o percentual de 95,1% da malha federal pavimentada, perfazendo o total de 52.347,80 km.

Quantidade alcançada

52.347,9

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.673,3	km	10.821,5	31/12/2013
Região Nordeste	18.439,3	km	17.196	31/12/2013
Região Norte	7.518	km	7.878,8	31/12/2013
Região Sudeste	9.495,5	km	9.732,6	31/12/2013
Região Sul	6.824,5	km	6.719	31/12/2013

• Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico

Análise Situacional da Meta

Todos os empreendimentos que compõem esta meta estavam, em 2013, em fase preparatória. À medida que forem



sendo concluídos, os projetos serão licitados pelo DNIT, órgão responsável pela coordenação de todas as etapas do processo.

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A partir de meados dos anos 90, o Brasil iniciou o Programa de Concessões de Rodovias Federais com o objetivo de oferecer serviços de qualidade aos usuários, por meio da desconcentração da gestão da malha rodoviária, utilizando-se de fontes alternativas de investimentos. Este programa, composto por três etapas, tem como principais diretrizes a provisão de uma malha rodoviária ampla, integrada, de maior capacidade, segura, confortável, e oferecendo modicidade tarifária. As empresas concessionárias vencedoras dos leilões assumem uma série de obrigações contratuais e devem atingir parâmetros de desempenho para a operação e para os elementos físicos da rodovia. Estão previstas também obrigações e intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoração e melhoramentos.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais teve início na década de 90, com a licitação de cinco trechos, perfazendo uma extensão total de 858,6 km. Cabe ressaltar que, após o encerramento de convênios de delegação firmados entre o Governo Federal e o Governo do Rio Grande do Sul, a quilometragem total das concessões federais da primeira etapa subiu para 1.482,4 km.

Com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em 2007, deu-se início à Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, a qual abrangeu, em sua Fase I, 2.600,8 km, englobando sete trechos rodoviários. A Fase II da Segunda Etapa compreendeu a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Para as concessões da Segunda Etapa foram firmados em 2013 oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) (Autopista Planalto Sul, Autopista Litoral Sul, Autopista Regis Bitencourt, Autopista Fernão Dias, Rodovia do Aço, Autopista Fluminense, Transbrasiliana e ViaBahia) para execução das obras com cronogramas em atraso.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km.

Foi realizada a Audiência Pública nº 149/2013, com sessão presencial em 23/12/2013, para apresentar à sociedade a proposta de exclusão de trechos rodoviários da BR-153/TO/GO, que passaria de 814,0 km de extensão para 624,8 km. Em agosto de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012, portanto não fez parte do PIL.

Considerando os cinco leilões de rodovias realizados em 2013, todos integrantes do PIL, o deságio médio obtido foi de 52,1%, e a Tarifa Básica de Pedágio (TBP) média vencedora dos leilões foi de R\$ 3,49/ 100 km (média ponderada pela extensão, a preços de maio/2012).

As principais características do PIL envolvem investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte), realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas no Programa de Exploração Rodoviária (PER).

Metas 2012-2015

- Conceder 8.044 km de rodovias

Análise Situacional da Meta

A presente meta abarca todos os trechos pertencentes às

Três Fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, conforme a seguir:

• Fase I compreende as rodovias BR-040/MG/GO/DF, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG, com extensão de 956,0 km e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa dos Estados BA/MG e a Divisa dos Estados MG/RJ, com extensão de 816,7 km.

• Fase II compreende a rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre Divisa RJ/ES a Mucuri/BA, com extensão de 461,0 km.

• Fase III compreende as rodovias BR-163/MS, no trecho entre a Divisa PR/MS a Divisa MS/MT, com extensão de 847,2 km; BR-163/MT, no trecho entre a Divisa MS/MT a Sinop/MT, com extensão 821,6 km; BR-153/GO/TO, do entroncamento com a BR-060 (Anápolis) até o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins), com extensão de 624,8 km; BR-060/153/262/DF/GO/MG: BR-060/DF, no trecho entre Brasília/DF a Divisa DF/GO, BR-060/GO, no trecho entre Divisa DF/GO a Goiânia/GO, BR-153/GO, no trecho entre Goiânia/GO e Divisa GO/MG, BR-153/MG, no trecho entre Divisa GO/MG a Divisa MG/SP e BR-262/MG, no trecho entre Entroncamento da BR-153/MG a Betim/MG, com extensão total de 1.176,5 km; BR-101/BA, no trecho entre Feira de Santana/BA a Mucuri/BA, com extensão de 772,3 km; BR-050/GO/MG, no trecho entre Cristalina/GO a Divisa MG/SP, com extensão de 425,8 km; BR-262/ES/MG, no trecho entre Viana/ES a João Monlevade/MG, com extensão 376,9 km.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km.

Houve alterações nas extensões dos lotes da BR-163/MT, BR-163/MS e BR-153/TO/GO.

Com relação à concessão do trecho da BR-163/MT, a extensão foi alterada de 821,6 km para 850,9 km – Trecho Divisa MS/MT a Entroncamento da MT-220.

Quanto à concessão das BR-163/262/267/MS, baseado nos estudos de viabilidade, o Governo Federal concluiu pela retirada dos trechos das BR-262/267/MS.

Está em andamento o processo de concessão da BR-153/TO/GO, com previsão de abertura de propostas para o dia 23/05/2014.

Com relação à concessão das BR-153/TO/GO, BR-101/BA, BR-262/ES/MG e BR-116/MG, estão sendo realizadas revisões de modelagem a serem submetidas ao Tribunal de Contas da União.

Com relação à concessão do trecho BR-050/GO/MG, houve acréscimo de extensão em virtude da passagem pelo Contorno de Uberlândia.

Com relação à concessão do trecho BR-262/ES/MG, houve supressão de 1,3 km devido ao trecho coincidente com a BR-116/MG.

Considera-se como meta realizada o contrato assinado. Até o final de dezembro de 2013, havia dois contratos assinados, referentes à terceira etapa: o da BR-101/ES/BA, assinado em abril de 2013, com extensão de 475,9 km e o da BR 050/GO/MG, assinado em dezembro de 2013, com extensão de 436,6 km.

Quantidade alcançada

912,5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.458	km	218,5	31/12/2013
Região Nordeste	772,3	km	0	31/12/2013
Região Norte	368,9	km	0	31/12/2013
Região Sudeste	3.445,2	km	694	31/12/2013

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.



Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

No transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional e com os países da América do Sul. Os investimentos realizados no período do PPA voltados às ações de adequação de rodovias constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do PAC e são acompanhados dentro da estrutura de governança deste Programa, que busca maior eficiência nas entregas do governo e rápida solução de entraves que possam atrasar a conclusão das obras.

O processo de adequação de capacidade refere-se, portanto, à melhora nas condições de tráfego de uma rodovia, que pode vir tanto por meio de uma duplicação como pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares. Com isso, espera-se atender às demandas decorrentes do crescimento populacional, do aumento da frota de veículos, da ascensão na produção agroindustrial e dos decorrentes fluxos de cargas, tanto internamente como para exportação. Adicionalmente, a melhora no fluxo de veículos traz um importante ganho em relação à segurança, ao permitir a melhor segregação do tráfego que segue em diferentes velocidades, reduzindo o risco de acidentes.

No período do PPA 2012-2015 foram concluídos 693 km de obras de adequação rodoviária, sendo que o restante está em execução ou em fase de ação preparatória.

Metas 2012-2015

• Adequar 5.103,7 km de rodovias federais

Análise Situacional da Meta

De acordo com o levantamento do Ministério dos Transportes, no período do PPA 2012-2015 foram concluídos 693 km de obras de adequação rodoviária, sendo que o restante está em execução ou em fase de ação preparatória.

Obras concluídas em 2013, no contexto desta meta:

Ago/2013: BR-101/PE/PB/RN – Duplicação

Set/2013: BR-050/MG – Duplicação Uberlândia – Araguari

Obras em andamento – Destaques:

99% realizados: BR-101/SC – Palhoça – Div. SC/RS

96% realizados: BR-365/MG – Trevão – Uberlândia

78% realizados: BR-060/GO – Goiânia – Jataí

74% realizados: BR-392/RS – Pelotas – Rio Grande

68% realizados: BR-163/PA/MT – Santarém/PA – Guarantã do Norte/MT

58% realizados: BR-101/SE – Divisa AL/SE – Divisa SE/BA

Quantidade alcançada

693

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	362,2	km	0	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	26,3	km	0	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.024,8	km	116	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	545,2	km	197	31/12/2013

Vetor Logístico Nordeste Meridional	819,5	km	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.362,7	km	266,7	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	963	km	113,3	31/12/2013

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Uma das grandes preocupações do Governo Federal, refletida em programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o PIL (Programa de Investimentos em Logística) é aumentar a sinergia entre os diversos modais, o que implica, entre outras coisas, em investimentos nos acessos terrestres aos portos. Pretende-se, com isso, facilitar o escoamento da produção agroindustrial do país, aumentar a competição entre os portos e diminuir a pressão sobre áreas portuárias tradicionais e, indiretamente, fomentar a navegação de cabotagem, ao facilitar a interligação por via marítima das diferentes regiões do país.

O PPA 2012-2015 já previu uma série de empreendimentos nesta linha, que estão em diferentes fases de execução, conforme pode ser visualizado na meta deste objetivo. Em 2013, destaca-se a conclusão da Via Expressa para o porto de Salvador, na BR-324 (BA).

Metas 2012-2015

- Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais

Análise Situacional da Meta

Esta meta prevê a adequação de acessos a 5 portos: Pecém no Ceará, São Francisco do Sul em Santa Catarina, Salvador na Bahia, Pelotas no Rio Grande do Sul e Itajaí em Santa Catarina. A Via Expressa para o porto de Salvador foi concluída em dezembro/2013. Os outros empreendimentos estão em diferentes estágios de execução.

Quantidade alcançada

4,3

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	15	km	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	4,3	km	4,3	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	217,7	km	0	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	165,9	km	0	31/12/2013

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O tráfego rodoviário pode ter sérios impactos negativos nas aglomerações urbanas sob vários aspectos, tais como a segurança de motoristas e pedestres, níveis de ruído e poluição, concorrência entre o tráfego local e o de longa distância, entre outros. Para mitigar tais impactos pode-se tanto optar pela construção de contornos rodoviários, que desviam o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional, como pela implementação de travessias urbanas, que, embora atravessem os municípios, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população.



Dentre os empreendimentos nesta categoria previstos no PPA 2012-2015, destaca-se o rodoanel de São Paulo, uma rodovia com acesso restrito que contornará a Região Metropolitana num distanciamento de 20 a 40 km do centro do município. A sua extensão total será de 177 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias. O projeto contempla dispositivos e medidas operacionais que visam reduzir as consequências de acidentes com cargas perigosas, controlando e impedindo a contaminação ambiental. Nos túneis, está prevista a implantação de sistemas de ventilação e filtros, facilitando a dissipação dos gases já devidamente filtrados.

No período do PPA 2012-2015, já foram concluídos contornos ou anéis rodoviários no Paraná, na Bahia, no Espírito Santo e em Aracajú. Em relação às travessias, foram concluídas intervenções no Mato Grosso, em Tocantins, em Rondônia e em Goiás.

Metas 2012-2015

• Construir 19 contornos ou anéis rodoviários

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram concluídos os seguintes contornos ou anéis rodoviários: Cascavel e Maringá no Paraná, Barreiras na Bahia, Vitória no Espírito Santo e Aracajú no Estado de Sergipe.

O contorno de Mossoró (RN) está em fase de conclusão, com entrega prevista para o início de 2014.

Vários contornos estão ainda em fase preparatória, com atividades como licenciamento ambiental e preparação para a licitação. Destaca-se o uso do regime diferenciado de contratação (RDC), que busca uma aceleração na execução e entrega das obras. Dentre os empreendimentos nesta situação, podem-se citar os contornos de Porto Velho (RO), Recife (PE) e o trecho sul do Anel Metropolitano de Belo Horizonte (MG).

Destaca-se ainda o início da construção do trecho norte do Rodoanel de São Paulo (SP), com conclusão da obra prevista para junho de 2015.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2013
Região Nordeste	6	unidade	2	31/12/2013
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	6	unidade	1	31/12/2013
Região Sul	4	unidade	2	31/12/2013

• Construir 20 travessias urbanas

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram concluídas as seguintes travessias urbanas: Sorriso, no Mato Grosso, Colinas do Tocantins, Guaraí e Miranorte, no estado do Tocantins, Ji-Paraná e Pimenta Bueno em Rondônia e Professor Jamil em Goiás.

Alguns empreendimentos ainda estão em fase preparatória, com atividades de licenciamento e preparação para a licitação, entre outras.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	2	31/12/2013

Região Nordeste	2	unidade	0	31/12/2013
Região Norte	8	unidade	5	31/12/2013
Região Sudeste	2	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2013

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil ainda possui uma malha rodoviária cuja extensão está aquém das necessidades de escoamento de mercadorias e de integração nacional e latinoamericana. Assim, o governo federal tem investido na construção de novas rodovias de modo a aumentar a abrangência da rede, reduzindo os custos de transporte e trazendo conforto e bem-estar à população.

Adicionalmente, com a criação, em 2012, da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e o lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL), objetiva-se uma melhora na capacidade de planejamento do setor, que permitirá a definição mais precisa dos futuros empreendimentos a serem conduzidos.

Ressalta-se a conclusão, no período do PPA 2012-2015, de trechos das rodovias BR-235 (BA), BR-364 (MG), BR-020 e BR-135 (PI), BR-158 (MT) e BR-487 (PR). Adicionalmente, trechos das rodovias BR-226 (RN), BR-265 (MG) e BR-418 (BA) estão em fase final de construção.

Metas 2012-2015

• Construir 5007,9 km de rodovias

Análise Situacional da Meta

Os seguintes empreendimentos já foram construídos:

Fev/2013: BR-235/BA – Construção – Canché – Uauá

Jul/2013: BR-364/MG – Implantação e Pavimentação – Gurinhatã – Divisa MG/GO

Ago/2013: BR-020/PI – Pavimentação – Div. BA/PI – São Raimundo Nonato/PI

Ago/2013: BR-158/MT – Construção – Alô Brasil – Ribeirão Cascalheira

Set/2103: BR-487/PR – Pavimentação Cruzeiro do Oeste – Tuneiras do Oeste

Dez/2013: BR-135/PI – Pavimentação - Bertolínea – Eliseu Martins

Alguns empreendimentos já estão em fase final de construção, tais como:

BR-226/RN, construção e pavimentação do trecho entre Patu (RN) e a divisa RN/CE: 92% de execução física, conclusão prevista para junho de 2014.

BR-418/BA, construção do trecho entre Caravelas (BA) e o entroncamento com a BR-101: 82% de execução física, conclusão prevista para o segundo semestre de 2014.

Dentre os empreendimentos em fase preparatória, destacam-se:

BR-146/MG, pavimentação do trecho entre Passos (MG) e Bom Jesus da Penha (MG): em fase de licitação da obra.

BR-158/PR, construção do trecho entre Campo Mourão (PR) e Palmital (PR): em fase de licitação da obra, com previsão de início das obras para junho de 2014.

BR-285/SC, pavimentação do trecho entre Timbó do Sul (SC) e a divisa SC/RS: em fase de licitação (RDC Integrada), com previsão de início das obras em junho de 2014.

BR-487/PR, construção e pavimentação do trecho entre Porto Camargo (PR) e Campo Mourão (PR): em fase de licitação por RDC Integrado, início das obras previsto para junho de 2014.



Também é importante mencionar a pavimentação da BR-163, no trecho entre Rurópolis (PA) e Santarém (PA), que, em dezembro de 2013, estava com 60% de execução física e conclusão prevista para dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

998,3

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1.565,3	km	182	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	885,5	km	174,4	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646	km	350,8	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	245,3	km	47	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,5	km	74,1	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,3	km	54,3	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	366,4	km	115,7	31/12/2013

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A melhoria das condições de logística é fundamental para uma integração bem-sucedida dos países da América do Sul. No contexto da Unasul – União de Nações Sulamericanas, a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana) busca a identificação de projetos que possam alcançar o objetivo de melhor interconexão entre as nações da região, sendo que parte deles já está em execução no PPA 2012-2015.

Os empreendimentos elencados no PPA 2012-2015 focam em particular a integração dos estados da Amazônia com seus países vizinhos (tais como as Guianas, Bolívia e Peru) e a melhoria das ligações com os países do Mercosul.

Metas 2012-2015

• Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte:

Eixo do Escudo Guianês - BR-156/AP: a pavimentação do trecho entre Ferreira Gomes (AP) e Oiapoque (AP) apresenta 35% de execução física, com conclusão prevista para dezembro de 2014. A pavimentação do Subtrecho Calçoene - Oiapoque, relativo ao lote 1 e com extensão de 56 km, foi concluída. Um dos cuidados necessários com esse trecho é a relocação de aldeias que estejam no trajeto da rodovia, fato que tem exigido especial atenção ao empreendimento. A pavimentação do trecho entre Larajal do Jarí (AP) e Macapá (AP) encontra-se em fase preparatória, incluindo licenciamento ambiental e licitação, a ser efetuada por RDC Integrado até junho de 2014.

Eixo Amazônico - BR-364/AC: a construção e pavimentação do trecho entre Sena Madureira (AC) e Cruzeiro do Sul (AC) está com 79% de execução física e conclusão prevista para dezembro de 2014. Alguns trechos foram concluídos mas não foram recebidos pelo DNIT, uma vez que sua qualidade não estava de acordo com as especificações. Em tais casos, é solicitada ao executor da obra a correção das irregularidades, de modo que o empreendimento possa ser efetivamente recebido pelo governo. Somente a partir daí será contratado o serviço de manutenção para o referido trecho.

Eixo Peru-Brasil-Bolívia - BR-429/RO: no trecho entre Alvorada d'Oeste (RO) e São Miguel (RO) já foram pavimentados 78,3 km, no entanto o DNIT detectou problemas na qualidade do pavimento e estabeleceu uma comissão para analisá-los. A previsão para a entrega é até agosto de 2014, dado que entre dezembro e junho as obras são retardadas pelo período de chuvas. Ainda há quinze obras de arte especial (pontes, viadutos entre outras) em construção; para essas, a expectativa de conclusão é dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo Amazônico	349	km	0	31/12/2013
Eixo do Escudo-Guianês	553,2	km	56	31/12/2013
Eixo Peru-Brasil-Bolívia	305,5	km	0	31/12/2013

• Construir 3 pontes internacionais

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte: Eixo de Capricórnio:

BR-116/RS, restauração da antiga ponte e construção de uma nova entre Brasil e Uruguai, Jaguarão (RS): em fase preparatória, incluindo licenciamento ambiental; previsão de início da obra em outubro de 2014.

Eixo do Escudo Guianês:

BR-156/AP, construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque: obra concluída.

Eixo Hidrovia do Paraguai-Paraná:

BR-277/PR, construção da segunda ponte internacional de Foz do Iguaçu (PR): em fase de licitação, com previsão de contratação até maio de 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1	unidade	0	31/12/2013
Eixo de Capricórnio	1	unidade	0	31/12/2013
Eixo do Escudo-Guianês	1	unidade	1	31/12/2013

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O bioma amazônico apresenta particularidades em relação ao restante do País, especialmente no que tange aos transportes. O aproveitamento do potencial hidroviário, com maior compatibilidade e adequação às características e a sustentabilidade local, deve ser orientador da política, contudo não se pode relegar a complementação modal necessária ao desenvolvimento da região. Rodovias de integração nacional, como a BR-210 e BR-230, conhecidas como Perimetral Norte e Transamazônica, permitirão as interligações terrestres entre os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e Acre, abrangendo grande parte da região norte do País.



Metas 2012-2015

• Construir 1.816,2 km de rodovias

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte:

BR-230/PA, construção e pavimentação do trecho entre a divisa PA/TO e Rurópolis (PA): 29% de execução física, conclusão prevista para julho de 2015. No trecho entre Medicilândia e Rurópolis foram detectados, durante o licenciamento ambiental, alguns ajustes a serem efetuados no projeto, decorrentes do fato de a rodovia passar próxima a terras indígenas. Em 2014 serão licitadas por RDC Integrado 64 pontes.

BR-317/AM, construção e pavimentação do trecho entre Boca do Acre (AM) e a divisa AM/AC: 70 km concluídos, restam trinta em terras indígenas e outros dez ainda a serem licitados. Para a área no interior de terras indígenas é necessária a elaboração de um PBA (Projeto Básico Ambiental) indígena, atualmente em fase de contratação. Será elaborado um anteprojeto pelo DNIT para os 40 km para viabilizar a licitação via RDC Integrado previsto para o final de 2014.

BR-319/AM, restauração e pavimentação do trecho entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO): a maior parte dos trechos está em fase preparatória, com conclusão da obra prevista para dezembro de 2016. A relevância ambiental do trecho, que atravessa a floresta amazônica, demanda uma atenção especial do ponto de vista do licenciamento ambiental e do respeito às populações indígenas ao redor da rodovia. Note-se ainda que, para vários dos trechos em construção ou reforma, adotou-se o Exército como executor, uma vez que este possui grande experiência com obras de engenharia na região.

BR-432/RR, construção do trecho entre Vila Nova Paraíso (RR) e o entroncamento com a BR-401: as obras foram iniciadas recentemente, sendo que alguns trechos serão licitados em 2014 e 2015. A conclusão prevista é para agosto de 2017.

Quantidade alcançada

219,7

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	1.816,2	km	219,7	31/12/2013

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As dimensões das Obras de Arte Especial – OAE (pontes) normalmente têm suas larguras vinculadas às dimensões das rodovias. Em muitos casos, os vãos mínimos (largura entre pilares) e os calados aéreos (altura livre entre a parte inferior da plataforma e a linha d'água) dessas pontes não foram dimensionados de modo a permitir a navegação no curso d'água transposto, impedindo a passagem de “embarcações-tipo” (embarcações padrões) e prejudicando a logística nacional. Assim, os empreendimentos em realização no contexto deste objetivo buscam adequar tais construções de modo a aumentar a trafegabilidade das hidrovias brasileiras, objetivando a redução nos custos de logística para o país e reduzindo seu impacto ambiental.

Metas 2012-2015

• Construir 11 pontes sobre travessias fluviais

Análise Situacional da Meta

Vetor Centro-norte:

BR-153/PA/TO, ponte sobre o rio Araguaia – Xambioá(TO): em fase preparatória, será licitada por RDC Preço Global com previsão de início das obras para novembro de 2014.

Vetor Centro-sudeste:

BR-158/SP/MS, construção do acesso do lado do estado de São Paulo: concluído em março de 2012.

BR-262/SP/MS, ponte sobre o rio Paraná – Três Lagoas (MS) a Castilho(SP): 63% de execução física, conclusão prevista para novembro de 2014.

BR-153/GO, ponte sobre o rio Parnaíba – Itumbiara (GO): em fase preparatória, licitação prevista para junho de 2014.

Vetor Amazônico:

BR-319/RO, ponte sobre o rio Madeira: 98% de execução física, conclusão prevista para dezembro de 2015.

BR-364/RO, ponte sobre o rio Madeira em Abunã: obra iniciada em dezembro de 2013, com previsão de conclusão para novembro de 2016.

Vetor Leste:

BR-080/GO, ponte sobre o rio Araguaia: em fase preparatória, mais especificamente conclusão e aprovação do projeto básico.

Vetor Sul:

BR-285/RS, ponte sobre o Rio das Antas: em fase de licitação por RDC Integrada, a ser efetuada até maio de 2014.

BR-116/290/RS, 2ª ponte sobre o rio Guaíba: de contratação, com previsão de início das obras no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	2	unidade	0	04/10/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	2	unidade	0	04/10/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	04/10/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	2	unidade	0	04/10/2013

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT estabelece em



seu artigo 22 a esfera de atuação da ANTT. Entre os aspectos elencados no referido artigo constam como atuação o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e o transporte rodoviário de cargas. De acordo com o inciso VIII do artigo 24 do mesmo instrumento legal, cabe à ANTT fiscalizar a prestação dos serviços e a manutenção dos bens arrendados, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidades pelo seu descumprimento. Destaca-se também o inciso XVII do artigo 24 que estabelece que a ANTT tem atribuição para exercer, diretamente ou mediante convênio, as competências expressas no inciso VIII do art.

21 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, nas rodovias federais por ela administradas, a saber, fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar.

No Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) são fiscalizados pela ANTT o serviço de transporte regular e o serviço de transporte mediante fretamento. Tais fiscalizações podem ocorrer em terminais rodoviários de passageiros, em rodovias, em viagens embarcadas, em garagens e em locais específicos, propiciando maior segurança e qualidade no serviço prestado aos passageiros e à sociedade.

Por sua vez, no Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) são fiscalizados pela ANTT o excesso de peso, dimensões e lotação de veículos (EP), o pagamento eletrônico de frete (PEF), o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC), o transporte rodoviário de produtos perigosos (TRPP), o transporte rodoviário internacional de cargas (TRIC) e as exigências quanto o Vale Pedágio Obrigatório (VP). As fiscalizações do TRC podem ocorrer nas rodovias, dependências de empresas e locais específicos conforme demandas judiciais, a fim de assegurar o cumprimento das exigências normativas referentes a autorização para o transporte de carga.

Ainda com relação à fiscalização por parte da ANTT, com o intuito de ampliar a atuação da Agência em todo território nacional, a ANTT desenvolve convênios e termos de cooperação com diversos órgãos, visando abranger a maior quantidade possível de locais a serem fiscalizados.

Metas 2012-2015

• Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Pesagem – PNP foi elaborado pelo DNIT em parceria com o Centro de Excelência em Engenharia de Transportes – CENTRAN no ano de 2006, e visa fiscalizar o excesso de peso transportado na malha rodoviária federal.

No tocante ao PNP, encontram em operação 73 Postos de Pesagem de Veículos – PPV, cuja finalidade é submeter à pesagem todos os veículos de transportes de carga e de passageiros, visando coibir o excesso de peso nas rodovias federais. Nesses postos, em 2013, foram fiscalizados 10,4 milhões de veículos.

Considerando a revogação do edital nº 162/2011, bem como a necessidade de revisão do PNP, cumpre ressaltar que a implantação e operação de novos postos foram prejudicadas. Com o término da revisão do Plano, da primeira avaliação das principais rotas de cargas, e ainda, da modelagem do sistema automatizado, os anteprojetos foram concluídos. O que resultou, em 2013, na publicação do edital nº 0686/13-00, para a licitação, por meio do Regime Diferenciado de Contratação - RDC, dos projetos de construção e execução dos serviços de apoio técnico à operação de seis novos postos de fiscalização de excesso de peso. Por meio dessa nova contratação, os postos passarão pelo processo de modernização e serão denominados de Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	41	unidade	10	31/12/2013

Região Nordeste	65	unidade	20	31/12/2013
Região Norte	13	unidade	11	31/12/2013
Região Sudeste	69	unidade	19	31/12/2013
Região Sul	32	unidade	13	31/12/2013

• **Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) tem como objetivo principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. Este programa tem como meta a instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. No período do PPA 2012-2015, foram instalados 1.481 equipamentos de controle de velocidade. Para o cumprimento da meta do Programa resta instalar 1.215 aparelhos.

Quantidade alcançada

1.481

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	596	unidade	293	31/12/2013
Região Nordeste	788	unidade	465	31/12/2013
Região Norte	195	unidade	90	31/12/2013
Região Sudeste	715	unidade	407	31/12/2013
Região Sul	402	unidade	226	31/12/2013

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Diversas ações, projetos e estudos estão sendo executados no âmbito do Ministério dos Transportes e de seus órgãos vinculados no sentido de promover o adequado aproveitamento da infraestrutura de transporte existente, bem como avaliação da necessidade de ampliação dos modais logísticos segundo os critérios de eficiência e economia. A visão estratégica estabelecida pelo Governo Federal, a partir do Plano Nacional de Logística em Transporte, realinhou as iniciativas dos órgãos como Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, responsáveis respectivamente pela infraestrutura e operações de transportes rodoviários. Destaca-se, ainda, a criação da EPL (Empresa de Planejamento e Logística), que objetiva realizar o planejamento de longo prazo do setor, não apenas para o modal rodoviário, mas pensando uma visão integrada de logística de transportes, buscando a redução nos custos dos transportes e um contínuo aumento da qualidade dos serviços prestados. Entre os trabalhos desenvolvidos em 2013, é possível destacar:

- Com o objetivo de melhorar o escoamento de produção e integração multimodal, reduzindo os custos de transportes, foi elaborado pelo DNIT o Plano de Avaliação Socioeconômica de Projetos de Infraestrutura de Transportes – PAS, sendo este um planejamento de médio e longo prazo para a realização de estudos técnicos e de viabilidade socioeconômicos para o período de 2012-2016. Os empreendimentos de infraestrutura contemplados pelo PAS fazem parte da carteira de investimentos compostos pelo PPA e pelo PNLT, bem como os localizados em áreas de expansão produtivas e com um expressivo volume de tráfego que não foram atendidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com a implementação do PAS é possível obter informações para o desenvolvimento das atividades técnicas de gestão, possibilitando uma visão aprimorada da necessidade de expansão, adequação e integração de vias de transportes, além da sistematização do processo de obtenção dos dados.

- Contratação de Serviços de contagem de Tráfego em pontos específicos da malha Rodoviária Federal, para atender a



necessidade da retomada do Plano Nacional da Contagem de Tráfego, no qual o DNIT, em conjunto com o IPR – Instituto de Pesquisas Rodoviárias e UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolveu um estudo que resultou na identificação da necessidade de implantação de 320 Postos de Contagem Permanente, com objetivo de representar a sazonalidade na malha rodoviária federal pavimentada em 3.676 subtrechos homogêneos de tráfego.

- Calibração e aferição do Modelo HDM-4 para as Condições da Rede Rodoviária do Brasil. O HDM-4 (Highway Development and Management Model), ferramenta difundida pelo Banco Mundial e utilizada em mais de 40 países, é um modelo matemático que simula as condições físicas e econômicas do modo de transporte rodoviário para alternativas de intervenções e cenários de investimentos especificados pelos usuários considerando determinado período de análise.
- Aprimoramento da Gerência de Pavimentos – o sistema de Gerência está sendo remodelado para que o DNIT possa planejar de modo mais eficiente as intervenções de manutenção da Malha rodoviária federal
- Estudos iniciais para o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes - PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil. O projeto tem por finalidade estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no setor de transportes, com qualidade tal que o torne um plano exequível, contínuo, atual e representativo.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha rodoviária federal**

Análise Situacional da Meta

O DNIT está concluindo os levantamentos nas rodovias federais, a fim de identificar e avaliar as condições superficiais dos pavimentos em toda a malha. Ao final dos trabalhos serão produzidos relatórios de classificação das condições de trafegabilidade, com vistas tanto à informação do usuário, como ao planejamento dos investimentos em obras de conservação, restauração e reconstrução e ampliação do sistema. Por questões climáticas, que prejudicam os trabalhos de campo, ainda faltam o levantamento dos estados de Santa Catarina e Paraná. Espera-se que até o final do primeiro semestre de 2014 já se tenha a totalidade da malha federal fechada e já avaliada com as condições de BOM, REGULAR e RUIM.

- **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**

Análise Situacional da Meta

Teve início a implantação e um projeto de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados* de Bases de Dados Georreferenciadas existentes no MT e nos Órgãos Vinculados. O Projeto teve por objetivo efetuar o levantamento e documentação dos metadados (vide definição no final do texto) de todos os sistemas, desenvolvidos com base em tecnologia de geoprocessamento, existentes no MT e órgãos vinculados (DNIT, ANTT e Valec), como forma de subsidiar o estabelecimento das diretrizes e a abrangência com que o banco de dados corporativo georreferenciado venha a ser estruturado e implantado, obedecendo aos padrões estabelecidos para a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme instituído pelo Decreto nº 6.666/2008, e as normas relativas à Cartografia Nacional criadas pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de padrões de metadados, tais como:

- diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;
- aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- aumento de dados produzidos.

Ao final de 2013, com a finalidade de uma melhor adequação entre os órgãos vinculados e órgãos afins ou de objetivos colimados, a proposta inicial evoluiu para uma estratégia mais abrangente, de sorte que agora está em desenvolvimento

o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes - PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil. O projeto tem por finalidade estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no setor de transportes, com qualidade tal que o torne um plano exequível, contínuo, atual e representativo.

O PEGEO pretende padronizar as informações, mantendo-as atualizadas e prevenindo riscos de duplicidade de informações produzidas internamente ou solicitadas de outras entidades e de contratação de levantamento de informações repetidas, o que geraria gastos desnecessários, uso de informações desatualizadas, ambiguidades e atraso nas demandas internas e externas.

Após a conclusão do PEGEO, será elaborado o PDGEO (Plano Diretor de Geoinformação) do Ministério dos Transportes que, baseado em levantamento/diagnóstico do fluxo de informações das secretarias do MT, identificará onde e como o geoprocessamento deverá otimizar os processos existentes.

Dentro das iniciativas do PEGEO está a criação da Infraestrutura de Dados Espaciais em Transportes (IDE-T), que consiste na implantação de sistema gerencial único de geoinformação, para obter padronização, governança, atualização, acessibilidade e disponibilização eficientes.

(*) METADADOS: Neste contexto, metadados são coleção de dados, organizados de forma sistemática, compondo um conjunto de informações úteis sobre os dados colecionados. Por exemplo: um elemento de um metadado pode informar a fonte na qual se obteve os dados; outro elemento pode informar a data em na qual foram obtidos; podendo-se acrescentar a esse conjunto tantas informações quantas forem necessárias sobre os dados da coleção, sempre visando o uso mais adequado dos dados. Exemplos: Nome, Artista e Álbum acerca de uma música; Horário e posição geográfica de uma foto. Resumidamente, metadados são explicações detalhadas que caracterizam os dados obtidos.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	119,538	31/12/2013	142,05
Movimentação anual de graneis líquidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	208,458	31/12/2013	219,99
Movimentação anual de graneis sólidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	505,887	31/12/2013	569,01
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	31/12/2010	188,011	31/12/2013	204,66
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	31/12/2010	616,398	31/12/2013	685,84
Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	31/12/2010	74,631	31/12/2013	98
Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	31/12/2010	720.621	30/04/2013	732.163
Ranking do Índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	30/08/2010	58	03/09/2013	56
Ranking do Índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	31/12/2010	41	20/03/2014	65
Tempo médio de desembarço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	31/12/2010	5,47	20/03/2014	8

Observações:

Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs - No título do indicador a sigla TUP significa Terminal de Uso Privado. É espécie do gênero Instalação Portuária.

Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil - A temporada de Cruzeiros Marítimos 2012/2013 terminou no último mês de abril. Os 15 transatlânticos que percorreram a costa brasileira transportaram 732.163 cruzeiristas.

Tempo médio de desembarço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI) - O relatório apresenta dois resultados para o tempo de desembarço aduaneiro no Brasil (com e sem inspeção física das cargas). Para esse indicador utiliza-se a informação que contempla o tempo médio de desembarço aduaneiro com inspeção física.

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Um eficiente sistema de portos é fundamental para o desenvolvimento de um país. No Brasil, aproximadamente 95% do volume total das importações e exportações são provenientes de portos.

Atento ao fato, o Governo Federal contempla, em suas políticas e diretrizes para o desenvolvimento do Setor Portuário, medidas que fomentam a melhoria da gestão portuária e a promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos, a fim de compatibilizá-los com a nova ordem econômica e política internacional.

Nesse cenário, destacam-se as obras de dragagem nos portos, que são fundamentais para garantir a manutenção do calado operacional, de forma a permitir que os grandes navios freqüentem a costa brasileira sem riscos à segurança da

navegação, ademais proporcionam confiabilidade ao porto. Como resultante, entre outros, ocorre à diminuição dos custos dos produtos brasileiros, devido ao fato do país ter se tornado mais competitivo na exportação.

O Governo Federal, respondendo as demandas do Comércio Internacional, implantou o Programa Nacional de Dragagem –PNDI, por meio da Lei nº 11.610/2007, como objetivo de desassorear os Portos Brasileiros.

Com a publicação da Lei nº 12.815/2013, novo marco regulatório dos Portos, foi instituído o Programa Nacional de Dragagem II – PNDII, cujo objetivo é manter as condições de profundidade e segurança estabelecidas no projeto implantado. O PNDII estabelece o conceito de “Dragagem por Resultado”, compreendendo, em síntese, o que se segue:

- Aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação;
- Serviços de sinalização e balizamento;
- Serviços de monitoramento ambiental;
- Contratação em Blocos (mais de um porto, em um mesmo contrato);
- Duração dos contratos de até 10 anos, improrrogável;
- As Licitações poderão ser internacionais e utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), de que trata a Lei nº 12.462, de 04/08/11;

Metas 2012-2015

• Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade

Análise Situacional da Meta

Durante o período de vigência do PPA 2012-2015 houve, até o momento, seis intervenções na adequação de profundidade de alguns portos organizados marítimos. São elas:

Dragagem de aprofundamento no Porto de Fortaleza;

Dragagem de aprofundamento no Porto de Natal;

Dragagem de aprofundamento no Porto de Santos;

Dragagem no canal interno e externo no Porto de Suape (em execução);

Dragagem de aprofundamento no Porto de Vitória (em execução); e

Dragagem de aprofundamento no Porto de Imbituba (em execução).

O PND I foi concluído em 2012 com os resultados apresentados a seguir:

- Foram licitadas e executadas dragagens de aprofundamento/alargamento de acessos marítimos em 13 portos: Fortaleza/CE; Natal/RN; Recife/PE; Suape/PE – Canal Interno; Salvador/BA; Aratu/BA; Rio de Janeiro/RJ; Itaguaí/RJ; Angra dos Reis/RJ; Santos/SP – dragagem; São Francisco do Sul/SC; Itajaí/SC e Rio Grande/RS;
- Volume total dragado foi, em torno, de 73 milhões de metros cúbicos. (o equivalente a 6,08 milhões de caminhões);
- Proporcionou acréscimo médio de 26% na profundidade dos canais de acesso aquaviário nos portos.

Em 2013, deu-se continuidade a execução das obras licitadas no PND I, quais sejam:

- Dragagem de Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape/PE - Canal Externo;
- Dragagem de Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos/SP - concluída;
- Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória/ES – 42% executado, e
- Autorização para a MMX (Mineração e Matálicos S.A) realizar a obra de Dragagem de Adequação da Navegabilidade do Porto de Itaguaí – Ilhas das Cabras/RJ.
- Início da obras de Imbituba/SC.



Ademais, nesse exercício foram elaborados os anteprojetos do PND II, a seguir:

- Porto de Santos/SP – Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (manutenção). Anteprojeto concluído; Termo de Referência concluído.
- Porto de Paranaguá/PR – Adequação da navegabilidade no Porto de Paranaguá (aprofundamento). Anteprojeto concluído; Termo de Referência em fase de elaboração.
- Porto de Itaguaí/RJ – Canal Preferencial – Dragagem de Aprofundamento. Anteprojeto concluído; Aguardando a contratação do EIA/RIMA. (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental)
- Porto de Maceió/AL – Canal Preferencial – Dragagem de Aprofundamento. Anteprojeto concluído; Aguardando estudos de modelagem da Empresa Brasileira de Projetos – EBP;
- Porto do Rio de Janeiro/RJ – Adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro. Anteprojeto em revisão para adequação as novas necessidades do Porto.
- Porto de Rio Grande/RS – Dragagem de Manutenção. Anteprojeto em fase de elaboração, aguardando a finalização dos Estudos de Assoreamento por Modelagem Matemática.

A priorização do PND II está obedecendo à hierarquização dos Portos previstos no Programa de Arrendamentos Portuários. Em relação aos projetos e planejamento das obras de dragagem, o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias – INPH, que compõe a estrutura organizacional da Secretaria de Portos – SEP/PR, está sendo o responsável pela elaboração dos anteprojetos de engenharia, bem como a análise, avaliação e emissão de parecer técnico sobre projetos de obras e serviços de dragagem e derrocagem do setor portuário, que estiverem incluídos no Programa Nacional de Dragagem – PNDI e PNDII.

As principais atividades desenvolvidas pelo INPH relacionadas ao PND são: E•laboração de anteprojetos de Obras de Dragagem;

- Modelo matemático aprimorado para Estudo de Quantificação do Assoreamento (Taxas de Assoreamento);
- Sistema de Composição de Custos para Obras de Dragagem;
- Simulação de Manobras e Acessibilidade aos Portos;
- Desenvolvimento de anteprojetos de sinalização náutica e balizamento inteligente; •Criar Normas Gerais de Acesso e Área de Tráfego nos Portos Brasileiros;
- Banco Nacional de Dados Georreferenciados - aspectos geográficos, geológicos, geotécnico e ambientais dos Portos;

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	1	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	1	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	4	unidade	1	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5	unidade	3	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	2	unidade	1	31/12/2013

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil possui um setor portuário que movimentava anualmente cerca de 900 milhões de toneladas, das mais diversas mercadorias, e responde, sozinho, por mais de 90% das exportações (Fonte: Anuários Estatístico Portuário e Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ / 2012). Segundo a mesma fonte, houve um acréscimo de aproximadamente 70% na quantidade de cargas movimentadas, em toneladas, nos últimos dez anos.

A saturação da capacidade é um dos principais obstáculos que afligem os portos brasileiros, tratando-se de importante ponto a ser enfrentado para o aumento da eficiência do sistema de transporte nacional, devendo figurar entre as prioridades do governo para o setor. Para enfrentar esse desafio, a carteira de empreendimentos do Governo Federal é ampla, contemplando intervenções em instalações de acostagem, armazenagem, proteção à atracação, circulação e operação de navios, tanto nos portos delegados ou administrados diretamente.

O Sistema Portuário atual é composto por 37 portos organizados sob atuação da SEP/PR, dos quais 19 encontram-se delegados ou tem sua operação autorizada aos governos estaduais e municipais, e outros 18 são administrados diretamente pelas 7 Companhias Docas – sociedades de economia mista, que têm como acionista majoritário a União e são diretamente vinculadas à SEP/PR.

No que diz respeito aos empreendimentos de adequação da infraestrutura nos portos delegados, atualmente estão em andamento ações de melhoria na infraestrutura de quatro portos delegados (Porto do Rio Grande/RS, Porto de Itajaí/SC, Porto de São Francisco do Sul/SC e Porto do Itaqui/MA) e um porto autorizado (Porto de Suape/PE).

Os diversos empreendimentos encontram-se na seguinte situação: um concluído, um em obras, dois em fase de licitação e dois em fase preparatória. A obra concluída trata-se da construção do Berço 201, no Porto de São Francisco do Sul/SC, que incrementará a capacidade de movimentação de cargas no Porto em 2 milhões de toneladas por ano.

A restauração do leito marítimo em área adjacente ao molhe leste do Porto do Rio Grande/RS visa garantir a segurança da estrutura do molhe, que, no caso de uma desestabilização ou rompimento poderia comprometer a operação portuária, trazendo grandes prejuízos ao Porto e ao patrimônio da União ali existente.

A modernização do cais público do Porto Novo do Porto do Rio Grande/RS, que se estenderá por 1125 metros de comprimento de cais, oferecerá, após sua conclusão um cais apto a operar com equipamentos atualizados e grandes navios graneleiros e porta-contêineres, proporcionando seis berços para operação simultânea desses grandes navios. A obra de reforço e alinhamento do Berço 4 no Porto de Itajaí/SC vem complementar a modernização do Porto, iniciada com as obras de construção do Berço “0”, parte do atual Berço 1, e pela reconstrução dos Berços 1 e 2 destruídos na enchente do ano de 2008. Como resultado imediato, o que se busca nesta obra é adequar o Porto à frota mercante mundial e por consequência, ampliar a capacidade de movimentação de cargas do complexo portuário de Itajaí.

A construção do Berço 108/MA – Terminal de Graneis Líquidos II do Porto do Itaqui é de vital importância para o atendimento satisfatório, não só a demanda atual, como também da futura, para a movimentação de derivados de petróleo e de graneis líquidos, no Porto do Itaqui.

Já com relação aos portos organizados marítimos administrados pelas Cias Docas são 18 empreendimentos dentro desse mesmo Objetivo distribuídos em Iniciativas de adequação de infraestrutura viária e de infraestrutura de acostagem e de operação de cargas.

Esses empreendimentos estão assim distribuídos: 2 na Cia Docas do Pará (CDP); 1 na Cia Docas do Ceará (CDC); 2 na Cia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN); 1 na Cia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA); 3 na Cia Docas do Espírito Santo (CODESA); 1 na Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e 8 na Cia Docas do Estado de São Paulo (CODESP).

Esses empreendimentos se encontram no seguinte estágio: 3 concluídos; 6 em execução; 2 em fase de contratação e 6 ainda a serem licitados.

Metas 2012-2015



• **Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

Dentre os portos organizados delegados ou concedidos, cinco constam da presente meta, com vistas a melhorias e adequações de suas infraestruturas. A implantação das ações para atingir a presente meta nesses portos encontra-se da seguinte forma:

1. Porto de Suape: Terminal de Granéis Sólidos e Dragagem - aguardando definição do projeto/negócio em função do novo marco regulatório (Lei nº 12.815/Decreto nº 8.033 – “Bloco 3”).
2. Porto do Rio Grande: a obra de recomposição do leito marítimo em área adjacente ao molhe leste, que encontrava-se em fase preparatória para licitação em 2013, teve seu processo suspenso em dezembro/2013, com a decisão da SEP de revisar o projeto executivo, face o tempo decorrido desde a sua elaboração pelo INPH. As obras de modernização do cais público do Porto Novo, bem como os serviços de assessoria à fiscalização a ela vinculados, estão em licitação.
3. Porto de Itajaí: O Alinhamento e Reforço do Berço 4 encontra-se em fase de contratação pela Administração do Porto de Itajaí.
4. Porto de São Francisco do Sul: A recuperação do Berço 201 foi concluída em 31/10/2013, pelo 10º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro.
5. Porto do Itaquí: Construção do Berço 108 – Terminal para Granéis Líquidos com 49% de execução física, em 31/12/2013.

Dentre os portos organizados administrados pelas Cias Docas as Ações para atingir a presente meta encontram-se assim distribuídos:

1- Cia Docas do Pará - CDP:

1.1- Porto de Santarém: Em 2013, foram realizadas as sondagens complementares para definição da nova geometria do cais e foi contratada a empresa para elaboração do RCA (Relatório de Controle Ambiental) para a ampliação do porto de Santarém. Aguardam-se como providências a elaboração do projeto básico para adequá-lo às condições de sondagem realizadas em 2013 e a conclusão da licitação da obra.

2- Cia Docas do Ceará - CDC:

2.1- Porto de Fortaleza: Em julho/2013 foi assinada a rescisão do contrato de execução da obra de adequação da pavimentação do pátio de estocagem e em agosto, aprovado, pelo CONSAD, a nova licitação, que está em andamento. A obra, que deverá ser concluída até novembro/2015.

3- Cia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN:

3.1- Porto de Natal: Encontra-se em fase preparatória a documentação para a licitação do empreendimento construção do berço 4. A conclusão da obra deverá de dar em maio/2016.

4- Cia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA:

4.1- Porto de Salvador: Ampliação da estrutura de abrigo (quebramar norte) em 405 m, abrigando os novos berços de atracação e bacia de manobra. Atualmente, aguarda-se a liberação, pelo IBAMA, da Licença de Instalação, para que seja dada a Ordem de Serviço à empresa vencedora da licitação da obra.

5- Cia Docas do Espírito Santo - CODESA:

5.1- Porto de Vitória:

5.1.1- Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial em 456 m. O empreendimento foi concluído em junho/2013;

5.1.2- Construção de Pátio de Estocagem para carga pesada. Foi aprovado o projeto básico do pátio e ajustado o plano de implantação da Ação para incluir a construção da sede em uma única licitação. Em licitação o estudo e projeto básico da sede e do pátio, e do RCA.

5.1.3- Construção de Berço nos Dolphins do Atalaia. Esta Ação foi contratada em agosto/2013 e, na sequência, emitida Ordem de Serviço para o desenvolvimento do Projeto Executivo. No aguardo da Licença de Instalação.

6- Cia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ:

6.1- Porto do Rio de Janeiro: Reforço Estrutural do Cais da Gamboa. Esse empreendimento estava suspenso cautelarmente pelo TCU, mas teve a sua suspensão revogada em maio/2013. Aguarda-se a decisão judicial para dar continuidade à licitação da obra (acompanhamento pela AGU).

7- Cia Docas do Estado de São Paulo - CODESP:

7.1- Porto de Santos:

7.1.1- Estudos e Projetos de Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos. Nesta Iniciativa está contemplada a elaboração do Projeto Executivo da Passagem Inferior do Valongo (Mergulhão), atualmente em andamento e com previsão para conclusão até setembro/2014. O Projeto Básico do empreendimento foi concluído em agosto/2013 e está em avaliação;

7.1.2- Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no município de Guarujá. Esse empreendimento foi concluído em setembro/2013. Em uma segunda fase, que contempla a ligação dessa Av. Perimetral com a Rodovia Cônego Domênico Rangoni, a mesma encontra-se em processo de contratação do Projeto Executivo;

7.1.3- Reforço e Restauração das Estruturas do Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12A ao 23, permitindo alteração da cota dos berços de -10 m para -15m. A licitação da obra encontra-se paralisada, pendente de decisão judicial.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	3	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	4	unidade	1	31/12/2013

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

As intervenções na infraestrutura portuária visam garantir leitos em navios para a Copa 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado à operação de embarque e desembarque.

Dos portos delegados ou concedidos, apenas o Porto do Recife foi contemplado com a construção de terminal de passageiros, obra esta que se encontra concluída desde agosto de 2013. O Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), como foi denominado, consiste na adaptação do armazém 7, construção de anexo, chamado de “Sala Pernambuco”, além da pavimentação e urbanização para implantação de estacionamento na área portuária.

Já os Portos Administrados pelas 7 Cias Docas, 5 foram contempladas com Ações desse Objetivo: Cia Docas do Ceará; Cia Docas do Rio Grande do Norte; Cia das Docas do Estado da Bahia; Cia Docas do Rio de Janeiro; e Cia Docas do Estado de São Paulo, cada uma com 1 Terminal Marítimo de Passageiros. Com exceção da Cia Docas do Rio de Janeiro, as 4 demais integram a Matriz de Responsabilidade para a Copa 2014.



Nenhuma dessas Ações vinculadas às Cias Docas foi concluída até o momento. No entanto, todas elas terão etapas operacionais até maio/2014.

Metas 2012-2015

• Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos

Análise Situacional da Meta

1- Porto do Recife

1.1- A construção do terminal marítimo de passageiros, no Porto do Recife, foi concluída em agosto de 2013.

2- Cia Docas do Ceará - CDC

2.1- Porto de Fortaleza: Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros com a construção de cais para um berço de múltiplo uso, além de pavimentação e urbanização de via interna de acesso, com estacionamento e pátio de armazenagem. Sua conclusão está prevista para julho/2014.

3- Cia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

3.1- Porto de Natal: Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros

Adaptação de Antigo Armazém Frigorífico, Construção de Terminal Marítimo de Passageiros, Ampliação de Cais do Berço 1 de 209m para 236m; recuperação do cais; retroárea e delfim de amarração. Empreendimento com execução física de cerca de 72%, até 31/12/2013.

4- Cia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

4.1- Porto de Salvador: Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros e urbanização de área portuária. A obra está em andamento e sua conclusão está prevista para maio/2014

5- Cia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

5.1- Porto do Rio de Janeiro: Implantação de píer em formato de Y (350x30m; 400x30m e 400x30m), oferecendo 6 berços exclusivos para navios de passageiros. A obra encontra-se paralisada, sendo possível que seja excluída da carteira do PAC.

6- Cia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

6.1- Porto de Santos: Adequação do Cais para Terminal de Passageiros. Consiste na execução de obras para a construção de 1.320 de cais com larguras variáveis para promover o alinhamento do cais existente em frente às instalações da Marinha do Brasil, Terminal de Grãos e de Passageiros, a fim de otimizar a atracação de embarcações de grande porte. Em sua primeira fase, cujo escopo integra a Matriz de Responsabilidade para a Copa, sua conclusão está prevista para maio/2014. A obra como um todo tem sua conclusão prevista para 2015.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/10/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3	unidade	1	31/12/2013

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Dos cinco projetos que sustentam o objetivo em tela – (i) modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR); (ii) Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel – PSP; (iii) Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS); (iv) Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária e (v) Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente, verifica-se que a maior parte dos projetos encontra-se em fase de desenvolvimento.

Exceção feita ao PSP que cumpriu sua meta estipulada no presente PPA, de implantação em 35 portos, já no 1º semestre de 2013. Com a implantação do sistema PSP, os portos públicos brasileiros tem condições de promover a desburocratização dos procedimentos de estadia dos navios nos portos brasileiros, de forma a otimizar os processos de importação e exportação. Para contribuir nesse esforço, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.861/2012, de 06/12/2012, criou a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - CONAPORTOS, com o objetivo de harmonizar as atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias. Esses trabalhos de harmonização tiveram início em fevereiro de 2013.

O modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR), por sua vez, avançou de forma satisfatória no projeto piloto feito na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN. Foram executadas ainda ações pontuais na Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA e Companhia Docas do Ceará – CDC.

Por fim, o projeto Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) alcançou sua fase licitatória no 1º semestre de 2013, enquanto os projetos Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária e Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente, cujas implementações dependem de sistemas de informação contratados pela SEP/PR, estão em processo de desenvolvimento de sistemas no período.

Metas 2012-2015

- **Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR por intermédio do convênio firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI/SC atuou na implantação de ações visando desenvolver a gestão de Companhias Docas vinculadas à SEP/PR por meio da implantação da reorganização estratégica, de gestão e de processos internos das Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, conforme o inciso IV, art. 2º, do Anexo I do Decreto nº. 7.262/2010, visando o fiel cumprimento do Decreto nº 6.413/2008, que no seu art. 2º determinou a implantação do novo modelo de Gestão Portuária Por Resultados (GPPR), operacionalizado pela SEP/PR por meio da Portaria SEP/PR nº 214/2008, bem como em cumprimento ao que determina o estabelecido no art. 3º, 22º e 64º, da Lei nº 12.81/ 2013. As companhias contempladas com o trabalho do SENAI/SC foram: Companhia Docas do Rio grande do Norte – CODERN, Companhia Docas do Ceará – CDC e Companhia Docas da Bahia – CODEBA.

No âmbito desse convênio, foi desenvolvido trabalho de implementação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) na CODERN como projeto piloto. Além disso, SEP/PR e SENAI/SC desenvolveram atividades pontuais na CDC e CODEBA. O mencionado instrumento foi finalizado em 31/12/2013, apesar do intento da SEP/PR em aditá-lo por mais 2 anos para conclusão dos trabalhos na CODERN e realização de ações pontuais nas outras Companhias Docas. Os principais resultados alcançados foram:

Finalizado o Plano de Desenvolvimento de Pessoas dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em 30/04/2013; finalizado o Planejamento Estratégico dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em 26/07/2013 e de Maceió/AL em 04/10/2013; finalizado o Mapeamento de Processo dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em 30/08/2013;



finalizado a Gestão Financeira e de Custos dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em 30/08/2013; finalizado o Mapa Estratégico/Balanced Score Card – BSC dos portos de Fortaleza (CDC) em 30/09/2013 e de Maceió/AL em 04/10/2013; e finalizada avaliação do Plano de Cargos e Salários da CODEBA em 31/10/2013.

Nesse cenário, busca-se alternativa de continuação dos trabalhos do projeto GPPR para a conclusão do projeto piloto na CODERN, bem como na realização de atividades específicas na CDC, CODEBA e Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA.

Compete informar que as outras 3 Companhias Docas - Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e Companhia Docas do Pará – CDP encontram-se como beneficiárias do Programa Modernização da Gestão Portuária, que derivou do Novo Marco Regulatório do setor – em especial 3º, 22º e 64º, da Lei nº 12.815/ 2013, e do conjunto de medidas anunciados para o setor portuário pela Presidenta da República em 06/12/2012.

Ressalte-se que o Programa Modernização da Gestão Portuária (CODESP, CDP e CDRJ) e o GPPR (CODERN, CDC, CODESA, CODEBA) são ações complementares por atenderem ao conjunto das companhias docas, no que se refere à reorganização estratégica, de gestão e de processos internos das Companhias Docas vinculadas à SEP/PR. A diferença entre os projetos mencionados reside no escopo mais abrangente do Programa Modernização da Gestão Portuária, que contempla a modernização de processos logístico-portuário – isto é, envolvendo outras autoridades que interferem na atividade portuária, bem como na estrutura de gestão do projeto, realizada pelo grupo interministerial liderado pela Casa Civil da Presidência da República – CC/PR.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos

Análise Situacional da Meta

O VTMIS, sigla em inglês para Vessel Traffic Management Information System, consiste em um sistema de auxílio eletrônico à navegação, com capacidade de prover monitoração ativa do tráfego aquaviário, cujo propósito é ampliar a segurança da vida humana no mar, a segurança da navegação e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções. Além disso, com a implantação do sistema, espera-se a melhora na eficiência nas manobras de embarcações, diminuindo, de forma significativa, os tempos de espera dos navios para atracação, os tempos de tráfego dentro da área portuária e alcança, até mesmo, os tempos de carga e descarga de mercadorias.

A primeira fase do projeto, iniciada em dezembro de 2011, visa à implantação do sistema em 5 portos brasileiros, quais sejam: Salvador/Aratu/BA, Vitória/ES Itaguai/RJ, Rio de Janeiro/RJ, e Santos/SP.

Por se tratar de um assunto absolutamente inovador no país, algumas definições iniciais foram os principais entraves ao projeto VTMIS. Uma vez que o Brasil não possui uma força de segurança voltada para vigilância e salva guarda da costa do país, assim como a guarda-costeira em alguns países do mundo, a modelagem dos requisitos mínimos para implantação do sistema e a definição do modelo de exploração e responsabilidade de operação compuseram as principais dificuldades.

Em 2012 foram elaborados os projetos básicos de implantação dos portos do Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES e iniciados os projetos para os portos de Salvador/BA e Aratu/BA. Destaque-se que a SEP/PR está apoiando as Autoridades Portuárias na fase preparatória de implantação do projeto até a etapa de formalização da documentação necessária ao processo licitatório, por meio do Regime Diferenciado de Contratação – RDC. Quanto à implantação do VTMIS no

Porto de Santos, a Autoridade Portuária local está conduzindo integralmente o processo de implementação do projeto.

Quanto ao financiamento do projeto, à exceção do Porto de Santos, a totalidade dos recursos de implantação provém do Orçamento Geral da União – OGU, no âmbito do PAC. No Porto de Santos, a Autoridade Portuária local arca com parte da quantia necessária para o financiamento do projeto, sendo o restante complementado pelo OGU no âmbito do PAC.

Além disso, em 2012, iniciando a segunda fase do projeto, foi celebrada parceria com a UFSC para o desenvolvimento das ações preparatórias necessárias à implantação do sistema VTMS, sendo os principais produtos: (i) estudo conceitual do projeto a ser submetido à análise da Marinha do Brasil – MB e (ii) anteprojeto de engenharia para permitir a licitação por RDC. Nessa segunda fase, mais 12 portos serão contemplados no projeto: Manaus/AM; Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaqui/MA; Suape/PE; Fortaleza/CE; Paranaguá/PR; Antonina/PR; São Francisco do Sul/SC; Itajaí/SC; Imbituba/SC e Rio Grande/RS.

Com relação aos resultados, os editais de licitação do VTMS dos portos de Vitória/ES, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ foram publicados entre maio e junho de 2013, porém revogados para adequação dos instrumentos convocatórios, e serão republicados até fevereiro de 2014. Quanto aos portos de Salvador/Aratu/BA e de Itaguaí/RJ, os estudos conceituais para serem submetidos à Marinha do Brasil (MB) (fase preparatória para a licitação) estão em fase final de conclusão, prevista pra fevereiro de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 07 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidências da República.

Análise Situacional da Meta

O projeto objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, por meio de aquisição e implantação de um Sistema Corporativo Integrado Governamental nas respectivas Autoridades Portuárias, denominado atualmente com Infraport.

O projeto, iniciado em fevereiro de 2012, será implementado nas 7 Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, quais sejam: CDP, CDC, CODERN, CODEBA, CODESA, CDRJ e CODESP. Para desenvolvimento do sistema e implantação nas Companhias Docas, foi contratado o SERPRO. Destaque-se que a celebração do contrato com o fornecedor após a data programada – firmada em fevereiro de 2012 ao invés de outubro de 2011 – levou ao atraso no cronograma do projeto.

O resultado esperado do projeto é a otimização do fluxo de informações – indispensáveis ao planejamento, à gestão, à tomada de decisão, ao controle e à supervisão das atividades e das operações portuárias de modo sustentável – inclusive com a disseminação, de forma eficaz, de informações entre SEP/PR e Autoridades Portuárias.

Em 2012, os resultados alcançados pelo projeto no exercício foram as entregas pelo SERPRO do relatório da situação dos processos nas Companhias Docas, dos relatórios de detalhamento da solução e o início do desenvolvimento do sistema.

Em setembro de 2013, o sistema foi homologado. O treinamento dos usuários e a colocação do sistema em produção foram concluídos em novembro de 2013. Para o ano de 2014, espera-se a aquisição de infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC para dar suporte à utilização do sistema em cada companhia ainda no primeiro semestre, bem como a utilização plena do sistema pelos gestores da SEP/PR e das Companhias Docas.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

31/12/2013

• **Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos**

Análise Situacional da Meta

O projeto Porto Sem Papel – PSP tem a finalidade de desenvolver um sistema capaz de permitir a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária por meio de uma janela única, a padronização de documentos e a consequente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que processa e distribui, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor, beneficiando assim os usuários e as entidades intervenientes.

O projeto foi iniciado em dezembro de 2009. A primeira fase, já concluída em 2011, representou sua implantação nos portos de Santos/SP, Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES. A segunda fase do Porto Sem Papel trata da difusão da ferramenta tecnológica para os demais 32 portos marítimos brasileiros a partir de novembro de 2011.

Em 2012, a meta de implantação do sistema em 26 portos (29 no total) foi cumprida, conforme segue: Pecém/CE, Fortaleza/CE, Areia Branca/RN, Natal/RN, Suape/PE, Recife/PE, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA, Barra do Riacho/ES, Forno/RJ, Niterói/RJ, Itaguaí/RJ, Angra dos Reis/RJ, Cabedelo/PB, Maceió/AL, São Sebastião/SP, Paranaguá/PR, Antonina/PR, São Francisco do Sul, Itajaí/SC, Imbituba/SC, Laguna/SC, Porto Alegre/RS, Pelotas/RS e Rio Grande/RS.

Em 2013, o projeto alcançou sua meta de ser implementado em 35 portos, uma vez que passou a funcionar em mais 6 portos: Itaqui/MA, Belém/PA, Santarém/PA, Vila do Conde/PA, Macapá/AP e Manaus/AM.

Concomitante à implantação do PSP nos portos, foram iniciados os trabalhos da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS, instituída pelo Decreto nº 7.861, de 06/12/2012, que visa a harmonização das atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias. Esse fórum institucional caracteriza-se como o local de tomada de decisão para aperfeiçoamentos e ajustes tanto da implantação como na gestão do PSP.

Em março de 2013, a primeira reunião específica de integração de sistemas de informação do CONAPORTOS foi realizada e, desde então, SEP/PR e os demais órgãos envolvidos – Receita Federal, Marinha, ANVISA, VIGIAGRO e Polícia Federal – vem trabalhando em uma agenda de integrações entre o PSP e os sistemas dos anuentes. Destaque-se que o primeiro nível de integração do PSP com o sistema Siscomex Mercante (Receita Federal) ocorreu em agosto de 2013.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	3	unidade	3	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	3	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4	unidade	4	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	7	unidade	7	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	3	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	8	unidade	8	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	7	unidade	7	31/12/2013

• Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos**Análise Situacional da Meta**

O projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente consiste em um sistema para o rastreamento e monitoramento da carga com destino final aos portos, sequenciamento e ordenamento do acesso terrestre de veículos, atendimento das exigências e regulamentações internacionais de segurança e disponibilização de informações com antecedência para a comunidade portuária e anuentes.

Para tanto, faz necessário um sistema de informação para esse propósito, denominado Portolog, e a adaptação ou construção de infraestruturas físicas que permitam o uso das ferramentas tecnológicas previstas no escopo do projeto. O sistema será alimentado por dados coletados a partir de sensoriamento digital, utilizando-se das tecnologias de “Identificação por Rádio Frequência (RFID – Radio Frequency Identification)”, “Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR – Optical Character Recognition)”, “Selos Eletrônicos (e-seal)” e “Reconhecimento Biométrico”, além de trocar informações eletronicamente com outros sistemas governamentais.

O parceiro da SEP/PR no desenvolvimento do sistema de informação é o SERPRO, contratado em dezembro de 2011. Com relação ao aspecto de infraestrutura física necessária à implantação do projeto, especificamente o estudo dos layouts dos gates de acesso dos portos, a SEP/PR firmou parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

O sistema será desenvolvido e implantado em 12 portos nacionais: Santarém/PA; Itaqui/MA; Pecém/CE; Fortaleza/CE; Suape/PE; Salvador/BA; Vitória/ES; Itaguaí/RJ; Rio de Janeiro/RJ; Santos/SP; Paranaguá/PR e Rio Grande/RS.

Em 2012, pelo contrato com o SERPRO, foi iniciada uma prova de conceito no Porto de Santos/SP, com o objetivo de se validar os processos e tecnologias. Além disso, foram entregues o Documento de Visão Global do Projeto e o Projeto Lógico e foi iniciado o desenvolvimento do sistema. Além disso, foram realizadas visitas técnicas pela equipe da UFSC e da SEP/PR para coleta de dados e definição de layouts dos gates de acesso dos portos de Santos/SP e Vitória/ES.

Em julho de 2013, houve a conclusão da Prova de Conceito no Porto de Santos/SP; entrega e validação do Projeto Conceitual do Porto de Fortaleza/CE, Pecém/CE e Paranaguá/PR em agosto; entrega da versão preliminar do TR e edital do Porto de Santos/SP e Vitória/ES em agosto; homologação do sistema em setembro; treinamento dos usuários e a colocação do sistema em produção, concluídos em novembro.

Para 2014, espera-se a aquisição de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para dar suporte à utilização do sistema em cada companhia ainda no primeiro semestre, bem como a utilização plena do sistema pelos gestores da SEP/PR e das Companhias Docas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

À exceção do processo em curso para concessão do Porto Seco de Suape, não houve outorga por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil para instalações de novos portos secos.

Com a edição de Medida Provisória nº 612, de 2 de abril de 2013, que criou um novo marco regulatório para exploração dos serviços de terminal alfandegado de uso público, do tipo Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA), cujo modelo



baseia-se no sistema de licenciamento, dispensada a licitação na modalidade concorrência, 20 (vinte) terminais já autorizados a operar, por concessão, autorização ou medida judicial, solicitaram a conversão do antigo modelo de Porto Seco em CLIA. Não houve expansão de terminais, mas tão somente alteração no modelo de exploração.

A Medida Provisória nº 612, de 2013, vigente de 3 de abril a 31 de julho de 2013, não foi convertida em Lei. O Congresso Nacional, por sua vez, não editou ato normativo disciplinando as relações jurídicas nascidas na sua vigência. Assim sendo, várias solicitações para criação de novos terminais restaram prejudicadas, devido a falta de amparo legal.

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) contratou, em dezembro de 2013, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realizar estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AAPL) nos portos brasileiros, que se encontram em sua fase inicial e se estenderão até março de 2015.

A despeito da existência de dois projetos para implantação da denominada Zona de Apoio Logístico no Porto de Santos, bem como de um conjunto de articulações interinstitucionais da SEP/PR com Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras Municipais da Baixada Santista, não houve avanço para o incremento das zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, no período analisado.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 17 estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário - AAPLs em portos brasileiros.**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, a SEP/PR adotou a seguinte estratégia com relação a essa meta: contratar estudos para 16 AAPLs (menos o Porto de Santos) e tratar o estudo conceitual da AAPL-Santos como um projeto específico.

Com relação aos estudos a serem contratados, a SEP/PR formulou o respectivo Termo de Referência, bem como prospectou o parceiro para a realização do estudo: a UFSC. O estudo foi contratado em dezembro de 2013 e o prazo de execução do trabalho está previsto para março de 2015.

Quanto ao projeto do estudo conceitual da AAPL-Santos, compete contextualizar que, antes do Governo Federal decidir pela política de implementação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AAPLs) nos portos brasileiros, o Porto de Santos já contava com dois projetos diferentes para implantação de sua denominada Zona de Apoio Logístico. Nesse sentido, a elaboração do estudo da AAPL-Santos nos termos dessa meta representa a integração dos conceitos preconizados nesses projetos à atual conjuntura logística e de geografia do entorno do Porto de Santos.

Dessa forma, no período em análise, a SEP/PR fez um conjunto de articulações interinstitucionais com Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras Municipais da Baixada Santista com vistas a eleger uma área para o empreendimento que, uma vez definida e assegurada, possibilitará o avanço do estudo conceitual da AAPL-Santos.

- **Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos**

Análise Situacional da Meta

1 - No caso do Porto Seco de Suape, o processo encontra-se em análise no Tribunal de Contas da União (TCU), que deu parecer favorável a continuidade do processo licitatório para a expedição do competente Ato Declaratório Executivo em favor da 1ª classificada, Wilson, Sons Logística Ltda, para a concessão de autorização para exploração dos serviços de armazéns gerais (Porto Seco)

2 - No que se refere à EADI Empório na Região Metropolitana de Salvador - BA, com a entrada em vigor da MP 612,

de 3 de abril de 2013, que criou os Centros Logísticos Industriais Aduaneiros (CLIA) a empresa desistiu do processo administrativo para a concessão de autorização para exploração do serviços de armazéns gerais, e solicitou a transformação em CLIA. O pleito da interessada (transformação para CLIA) foi atendido por meio da publicação do Ato Declaratório Executivo nº 7, de 29 de julho de 2013, da Superintendência Regional da Receita Federal da 5ª Região Fiscal.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

16/12/2013

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, houve um avanço nas questões ambientais portuárias com a finalização de estudos para regularização de 3 portos dos 10 previstos a partir da edição da Portaria SEP/MMA nº 445/2011, consolidando, assim o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) e iniciando os procedimentos para licenciamento operacional dos portos que não o possuem.

Em paralelo foram revistos regulamentos federais que resultaram em uma nova resolução do CONAMA redefinindo as diretrizes e parâmetros para licenciamento de dragagens portuárias.

No tratamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos foram dados os primeiros passos com a consolidação de uma rede de universidades e com o diagnóstico da situação de 22 portos brasileiros quanto ao tratamento de resíduos.

Na questão de saúde, deu-se continuidade no relacionamento com as Companhias Docas para instalação dos sistemas de sala de situação de monitoramento de pandemias e dos equipamentos de esterilização de resíduos (autoclaves) nos portos. No campo legal e institucional, ocorreu a adesão de atores para discussões específicas sobre saúde do trabalhador em cada porto.

Em 2013, a recente finalização dos manuais do Guia e Manuais de Boas Práticas Portuárias no âmbito do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, em 2013, colocou em evidência ações a serem tomadas nos diversos portos havendo avanço nas discussões deste tema porto a porto.

Avançaram também as discussões no sentido de modificar o modo de licenciamento dos portos organizados de forma que esses licenciamentos tenham abrangência sobre as operações do porto de forma geral, evitando a necessidade de constantes avaliações ambientais específicas para cada atividade ou obra específica a ser realizada nos portos.

Os dispositivos de controle de saúde continuam a ser instalados e deverão ser tratados sob uma visão integrada de gestão de resíduos sólidos.

Nos próximos anos, espera-se uma maior incorporação da consciência de gestão sustentável nos portos brasileiros por meio do aprofundamento dessas ações e disseminação para os portos ainda não atingidos.

Metas 2012-2015

• Implantação de dispositivos de controle de saúde em 22 portos organizados marítimos**Análise Situacional da Meta**

Estes dispositivos de controle são vinculados ao Plano Brasileiro de Prevenção a Epidemia de Influenza, coordenado pelo Ministério da Defesa. Consiste na aquisição de autoclaves e equipamentos de vídeo conferência que possam ser usados em situações de crise. Em anos anteriores foram adquiridas 22 autoclaves (equipamentos para esterilização de



resíduos sólidos), sendo que foram finalizadas as instalações em 2 portos: Belém/PA com 2 equipamentos e Fortaleza/CE com 1. Tais equipamentos encontram-se prontos para operação.

Em 2012, buscou-se atuar junto às Companhias Docas a fim de que fossem realizadas as obras civis a seu encargo para que os equipamentos pudessem ser instalados e se tornassem operacionais.

Em 2013, a SEP/PR dá continuidade às ações de gestão junto aos portos organizados no sentido de viabilizarem a instalação e operacionalização das autoclaves. Atualmente, 5 portos estão com 10 autoclaves instaladas e aptas ao funcionamento: Belém/PA com 2 unidades, Fortaleza/CE com 1 unidade, Recife/PE com 3 unidades, Paranaguá/PR com 2 unidades e Rio Grande/RS com 2 unidades. O Porto de Vitória/ES está adequando a rede elétrica para o pleno funcionamento de suas 2 autoclaves, com previsão de término ainda neste ano. Os portos de Salvador/BA e Santos/SP, com 1 e 6 autoclaves respectivamente, estão em processo de licitação das obras civis, com previsão de término em 2014. O porto do Rio de Janeiro/RJ, com 2 autoclaves, está providenciando a licença ambiental municipal para a execução das obras civis.

Quanto aos equipamentos de videoconferência das salas de situação, há pendências nos portos da Bahia em que a CODEBA já executou a licitação para adquirir os equipamentos dos portos, mas ainda não finalizou a instalação.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	1	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	3	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6	unidade	2	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	4	unidade	1	31/12/2013

• Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 10 portos organizados marítimos

Análise Situacional da Meta

O Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuária – PRGAP, instituído pela Portaria Interministerial MMA/SEP nº 425/2011, consiste na elaboração de estudos ambientais, visando à emissão pelos órgãos ambientais competentes da licença ambiental de operação a portos administrados pelas Companhias Docas vinculadas à SEP/PR. Busca-se com esse projeto promover e apoiar os portos marítimos beneficiados, de forma continuada, para permitir a compatibilização das necessidades de sua operação e manutenção às normas ambientais vigentes. A implementação do programa é feita em parceria com as Universidades Federais da Bahia – UFBA e Santa Catarina – UFSC.

O programa conta com 10 portos beneficiados, quais sejam: Areia Branca/RN, Natal/RN e Maceió/AL, vinculadas à CODERN; Aratu/BA, Salvador/BA e Ilhéus/BA, vinculados à CODEBA; Vitória/ES, vinculado à CODESA; Rio de Janeiro/RJ e Itaguaí/RJ, vinculados à CDRJ, e Santos/SP, vinculado à CODESP.

No ano de 2012, a partir da elaboração dos estudos ambientais para a regularização dos portos que aderiram ao PRGAP, houve um interesse na participação dos setores de meio ambiente desses portos no processo, inclusive com a análise dos estudos e sua aprovação. Foram finalizados os estudos nos portos de Natal/RN, Vitória/ES, Aratu/BA e encaminhados para os órgãos ambientais licenciadores. Nesse ano, em outubro, inclusive, foi emitida a licença de operação provisória do Porto de Natal/RN.

Em fevereiro de 2013 foi obtido o licenciamento de operação do Porto de Vitória/ES. Além de Vitória, o único porto brasileiro que concluiu o processo de regularização ambiental dentro do PRGAP foi o de Natal (out./2012). Em outros três portos (Ilhéus/BA, Rio de Janeiro e Itaguaí/RJ) foram concluídos os estudos, dos quais o do porto baiano foi

protocolado no órgão ambiental em fevereiro de 2013

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	3	unidade	1	09/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3	unidade	1	31/12/2013

• **Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos compreende um conjunto de ações que visam promover a conformidade legal dos portos marítimos frente às exigências ambientais, das vigilâncias sanitária e agropecuária, relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos.

O objetivo do programa é implantar um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos e controle de fauna sinantrópica em 22 portos marítimos brasileiros, quais sejam: Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaqui/MA, Fortaleza/CE, Natal/RN, Cabedelo/PB, Recife/PE, Suape/PE, Maceió/AL, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA; Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Itaguaí/RJ, Santos/SP, São Sebastião/SP; Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Imbituba/SC, Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

O programa será desenvolvido em três fases. A primeira, iniciada em julho de 2011 e desenvolvida por meio de parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, consiste na elaboração, para os 22 portos, de inventário e diagnóstico da situação atual de geração e movimentação de resíduos e efluentes, resultando em 22 Manuais de Boas Práticas, que contêm perspectivas de gestão sustentável dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos. A segunda fase caracteriza-se pela elaboração de projetos específicos à implantação das práticas indicadas nos manuais. A terceira fase corresponde a implantações das ações e obras projetadas segunda fase, de acordo com as características de cada porto.

Com relação aos resultados alcançados pelo Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos portos marítimos brasileiros, durante o ano de 2012, na primeira fase do projeto, foram realizados os diagnósticos necessários para a elaboração dos manuais de boas práticas nos 22 portos.

No decorrer de 2013, foram elaborados 22 manuais de boas práticas para os portos selecionados bem como um guia nacional de boas práticas baseado em práticas internacionais. Além disso, foi dado início a segunda fase do programa que corresponde ao detalhamento das ações, identificadas na primeira fase, como necessárias para tratamento de resíduos em cada porto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

**Análise Situacional do Objetivo**

Com a publicação do novo marco regulatório do setor portuário, inicialmente pela Medida Provisória - MP nº 595, em dezembro de 2012, e posteriormente com a Lei nº 12.815/2013, em junho de 2013, o papel da SEP/PR como órgão planejador e formulador de políticas para o setor ficou definido de forma mais precisa.

Em 2012, a SEP/PR havia elaborado e entregue à sociedade o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP e os 15 Planos Diretores Estratégicos – Master Plans dos principais portos públicos nacionais, bem como firmado parceria para elaboração do plano de investimentos e desenvolvimento para os demais 19 portos e a integração do PNLP e dos 15 Planos Mestres já realizados com os demais planos de governo e dos portos. Nesse contexto, em 2013 o trabalho de planejamento de longo prazo iniciado pela SEP/PR em 2010 passou a contar, além do respaldo institucional da Secretaria e da Presidência da República, com o respaldo legal proveniente do novo marco regulatório.

O mesmo marco regulatório definiu como responsabilidade das Autoridades Portuárias a competência para a elaboração dos seus respectivos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZs, cabendo a SEP/PR a aprovação dos mesmos. A concatenação entre o planejamento nacional, a cargo da SEP/PR, e o planejamento local, de responsabilidade das Autoridades Portuárias, será mediada por meio de regulamentação infralegal, em nível de portaria ministerial, que se encontrou em elaboração pela SEP/PR no período, com previsão de publicação do início de 2014.

Com relação às políticas de cabotagem, destaque-se que o novo marco regulatório não alterou a competência do tema, que permanece a cargo do Ministério dos Transportes – MT. Dessa forma, o principal fórum para a discussão de políticas desse assunto, o Procabotagem, está sob coordenação do MT.

Mesmo com a competência em relação às hidrovias e, em decorrência, à cabotagem permanecendo no MT, a SEP/PR tem papel relevante na formulação de políticas públicas para o tema e, por conta disso, já concluiu 2 estudos sobre o assunto - Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem (em parceria com o Porto de Cingapura) e Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil (em parceria com a UFSC) e está em vias de iniciar mais um estudo sobre o tema - Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil (em parceria com o Banco Mundial).

Metas 2012-2015

- **Elaborar 3 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem**

Análise Situacional da Meta

Os 3 estudos que esta meta trata são:

1. Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil, em parceria com a UFSC: concluído em 2012 com a entrega do estudo de viabilidade;
2. Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, em parceria com o Porto de Cingapura: estudo concluído na forma de relatório final em 2012; e
3. Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil, em parceria com o Banco Mundial: ações preparatórias em andamento.

Com relação ao Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, foi finalizada, em 2012, a etapa programada relativa ao acordo de assistência técnica firmado em outubro de 2011 entre a SEP/PR e a Agência de Desenvolvimento de Informática e Telecomunicações de Singapura – IDA International, com a entrega do relatório final contendo a modelagem e as recomendações para implementação de um moderno sistema de informações voltado à integração e gestão dos processos relativos à cabotagem nos portos brasileiros.

Já o Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil, parceria entre SEP/PR e Banco Mundial, denominado “Desenvolvimento da Cabotagem no Brasil” é um projeto financiado, com recursos não reembolsáveis, pelo Fundo Espanhol para América Latina e Caribe (Spanish Fund for Latin America and Caribbean - SFLAC), com

igual contrapartida da União (ambos com valor equivalente de 300 mil dólares). O referido projeto visa à realização de um diagnóstico sobre a cabotagem no país, com a finalidade de subsidiar a proposição de políticas públicas para o setor no médio e longo prazos.

Em 2012, desenvolveram-se as ações preparatórias, tendo sido desenvolvido e aprovado pelo Banco Mundial o Termo de Referência do projeto. Em 2013, em decorrência de alguns problemas relacionados ao procedimento licitatório, houve atraso na contratação. Entretanto, estima-se que a contratação ocorra ainda no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

• Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 34 Portos Organizados Marítimos**Análise Situacional da Meta**

Com o advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória - MP nº 595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e com o Decreto nº 8.033, de 27/06/2013, a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário - PDZs é de responsabilidade das Autoridades Portuárias, cabendo a SEP/PR, com base em regulamentação infralegal, a aprovação dos mesmos. Essa regulamentação encontra-se em fase de concepção com previsão de conclusão e publicação no início de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Elaborar o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)**Análise Situacional da Meta**

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP e os 15 Planos Diretores Estratégicos – Master Plans, dos principais portos públicos nacionais.

Na fase seguinte, as ações propostas foram: a definição de plano de investimentos e desenvolvimento para os demais 19 portos – Master Plans, e a Integração do Plano Nacional de Logística Portuária/PNLP e dos 15 Planos Mestres já realizados com os demais planos de governo e planos dos portos.

Em 2012, foram concluídas as versões finais dos seguintes Planos Mestres:

- Porto de São Francisco do Sul/SC, em 10/12/12;
- Porto de Imbituba/SC, em 12/12/2012; e
- Porto de Ilhéus/BA, em 10/12/2012;

Em 2013, foram concluídas as versões finais dos seguintes Planos Mestres:

- Porto de Manaus, em 11/04/2013;
- Porto de Belém/PA, Santarém/PA e Vila do Conde/PA, em 16/08/2013;
- Porto de Paranaguá/PR e Antonina/PR, em 09/08/2013;
- Porto de Santana/AP, em 23/08/2013;
- Porto de Porto Alegre/RS, em 13/09/2013;
- Porto de Pelotas/RS, em 13/09/2013;
- Porto de Cabedelo/PB, em 04/10/2013; e
- Porto de Rio Grande/RS, em 11/10/2013.

Os Master Plans desenvolvidos no âmbito do PNLP estão disponíveis no sítio eletrônico da SEP/PR.

**• Implantar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC)****Análise Situacional da Meta**

A SEP/PR desenvolve, desde o Projeto de Incentivo à Cabotagem – PIC iniciado em 2010, um conjunto de projetos com o objetivo de estabelecer políticas diretamente voltadas para o incentivo da navegação de cabotagem. Tais políticas buscam promover a transferência de cargas dos modais terrestres para o aquaviário de cabotagem, modelando soluções para viabilizar a implantação de linhas de cabotagem, interligar os portos nacionais, contribuir para a redução de custos logísticos, de implantação e conservação de infraestrutura viária, reduzir os impactos ambientais e acidentes em rodovias e ampliar a competitividade da economia nacional.

Devido ao caráter multidisciplinar do tema, em 2012 decidiu-se por estabelecer uma agenda comum entre SEP/PR, Ministério dos Transportes - MT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ resultando na criação de um Grupo de Trabalho - GT, expandindo assim a abrangência do projeto, que evoluiu para um programa de desenvolvimento do setor. Assim, com o objetivo de estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil, a SEP/PR e o MT estabeleceram as tratativas e institucionalizaram no último trimestre de 2012, por intermédio da Portaria Interministerial SEP/PR-MT nº 01/2012 o programa “Pró Cabotagem”. O programa criou GT interinstitucional, coordenado pelo MT, para propor ações de curto, médio e longo prazo para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com indicação de estudos para integração da rede de transportes, ampliação da infraestrutura, adequação da legislação, melhoria da operação e proposição de incentivos fiscais, encaminhando-as no âmbito do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com o advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória - MP nº 595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e do conjunto de medidas anunciados para o setor portuário pela Presidenta da República em 06/12/2012, o Governo Federal visa ao aumento da competitividade da economia brasileira pela eliminação de barreiras ao fluxo de comércio brasileiro.

Com base nesse objetivo, as ações estão orientadas para o aumento da movimentação portuária, redução do custo e aumento da eficiência, a partir de uma maior participação da iniciativa privada no setor. O montante de recursos privados estimados para serem investidos nos portos brasileiros é da ordem de R\$ 54,2 bilhões.

Nesse arcabouço, a SEP/PR, em parceria com a ANTAQ, conduz duas ações complementares para a ampliação de capacidade do sistema portuário nacional: o Programa de Arrendamentos Portuários e Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs).

O Programa de Arrendamentos Portuários visa à celebração de contratos de arrendamentos, sempre precedida de licitação, em áreas localizadas dentro dos Portos Organizados. Na primeira fase do programa, incorporada ao Programa de Investimentos de Logística (PIL) – Portos, SEP/PR e ANTAQ estão desenvolvendo Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para 159 áreas passíveis de serem arrendadas nos portos públicos brasileiros - contratos de arrendamento vencidos ou a vencer até 2017, com a previsão de investimentos de aproximadamente R\$ 17 bilhões.

Com relação aos Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de TUPs, prevê-se que, mediante autorização, sempre precedida de chamada ou de anúncio públicos, instalações portuárias localizadas fora das áreas dos portos organizados possam ser exploradas pelos agentes econômicos habilitados no processo de autorização. A partir de julho de 2013, foi dado início ao processo de anúncios públicos relativos à implantação de novos TUPs. Os 4 primeiros contratos foram assinados em dezembro de 2013.

Outra linha de ação da SEP/PR para alcançar o objetivo do Governo Federal é concessão de portos organizados. Para tanto, está sendo estudada a concessão de 4 portos organizados, a saber: Manaus/AM; Ilhéus/BA; Águas Profundas/ES e Imbituba/SC. Os portos de Ilhéus/BA e Imbituba/SC estão em funcionamento e administrados pela Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA e SCPAr Porto de Imbituba S/A, respectivamente. Já os portos de Manaus/AM e Águas Profundas/ES precisam ser construídos e implementados.

Metas 2012-2015

• Conceder dois portos organizados marítimos

Análise Situacional da Meta

Os dois portos que constituem o objeto dessa meta são Ilhéus/BA e Imbituba/SC, ambos já existentes e em operação. O Porto de Ilhéus/BA é administrado atualmente pela Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA, que também administra os portos de Salvador/BA e Aratu/BA. Já o Porto de Imbituba/SC encontra-se delegado ao Estado de Santa Catarina - SCPAr Porto de Imbituba S/A até dezembro de 2014.

A execução dessa meta depende do cumprimento da meta "Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos".

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SEP/PR não recebeu do Porto de Pecém o projeto/estudo para ampliação da capacidade do porto. Tal situação só foi parcialmente resolvida em 2013. Entretanto, os estudos e projetos recebidos não foram suficientes para a implantação das obras.

• Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos

Análise Situacional da Meta

Os 4 estudos de que tratam essa meta e o status de cada um deles segue abaixo:

- Porto de Manaus/AM: os estudos e o projeto básico estão finalizados, porém como esses documentos eram anteriores à mudança do marco regulatório, atualmente eles estão em processo de atualização;
- Porto de Águas Profundas/ES: os estudos e projetos foram entregues e atualmente encontram-se em análise;
- Porto de Ilhéus/BA: estudos e projetos ainda não foram iniciados;
- Porto de Imbituba/SC: estudos e projetos ainda não foram iniciados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013



- **Elaborar as diretrizes de outorgas para os Portos Organizados Marítimos**

Análise Situacional da Meta

Parte das diretrizes para outorgas nos portos organizados foi definida como advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória -MP nº595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e com o Decreto nº 8.033, de 27/06/2013. Com base nesse novo marco regulatório, estão sendo elaborados os editais e contratos para realização dos arrendamentos nos portos organizados.

Para o cumprimento integral da meta, resta pendente a atualização do normativo referente ao Plano Geral de Outorgas - PGO, em fase de concepção nesta SEP/PR, no âmbito da regulamentação dos Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário, com previsão de conclusão e publicação até o final de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 2 novos portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

Os dois portos que constituem o objeto dessa meta são Ilhéus/BA e Imbituba/SC, ambos já existentes e em operação. O Porto de Ilhéus/BA é administrado atualmente pela Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA, que também administra os portos de Salvador/BA e Aratu/BA. Já o Porto de Imbituba/SC encontra-se delegado ao Estado de Santa Catarina - SCPar Porto de Imbituba S/A até dezembro de 2014.

A execução dessa meta depende do cumprimento da meta "Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos".

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 159 arrendamentos em portos organizados marítimos.**

Análise Situacional da Meta

Dentre os investimentos privados previstos no conjunto de medidas anunciados para o setor portuário pela Presidenta da República em 06/12/2012 da ordem de R\$54,2 bilhões, parte significativa desses investimentos (cerca de R\$17 bilhões) se refere à celebração de arrendamentos nas áreas de portos organizados com contratos vencidos ou a vencer até 2017. Esse pacote de investimentos, nos limites do porto organizado, consiste no Programa de Arrendamentos Portuários.

Posto isso, compete contextualizar que SEP/PR e ANTAQ, juntamente com outros parceiros no âmbito do Governo Federal (Casa Civil da Presidência da República, Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Empresa de Planejamento e Logística), estão desenvolvendo Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para as 159 áreas passíveis de serem arrendadas, que representa o universo da meta proposta. A execução desses estudos está a cargo da Estruturadora Brasileira de Projetos S/A – EBP, instituição autorizada pela SEP/PR, por meio da Portaria SEP/PR nº 38, de 14/03/2013.

A referida autorização foi concedida conforme previsão do art. 21 da Lei nº 8.987/1995, e sem caráter de exclusividade, possibilitando que outras pessoas, físicas ou jurídicas, pudessem oferecer, a critério de seu interesse, os projetos ou estudos técnicos especificados na portaria.

A realização de um escopo tão abrangente permitirá avaliar de maneira sistêmica a vocação dos terminais portuários, com respaldo no que prevê o Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, inclusive para definição do objeto das

áreas que serão licitadas.

Os referidos estudos foram divididos em quatro blocos, conforme segue:

- 1º Bloco: Santos/SP e do Estado do Pará: Belém, Miramar, Outeiro, Santarém e Vila do Conde;
- 2º Bloco: Salvador/BA, Aratu/BA, Paranaguá/PR e São Sebastião/SP;
- 3º Bloco: Maceió/AL; Suape/PE; Recife/PE; Cabedelo/PB; Fortaleza/CE; Itaqui/MA e Santana/AP;
- 4º Bloco: Rio Grande/RS; Porto Alegre/RS; Imbituba/SC; Itajaí/SC; São Francisco do Sul/SC; Rio de Janeiro/RJ; Niterói/RJ; Itaguaí/RJ; e Vitória/ES.

Para a fase de análise dos estudos entregues, foi constituída Comissão Mista composta por membros da SEP/PR e da ANTAQ, que tem se manifestado de forma unificada quanto ao conteúdo técnico dos estudos, além de propor minutas de editais e contratos para as licitações.

Nesse contexto, os EVTEAs referentes ao 1º e 2º blocos de arrendamentos foram entregues em 15/07/2013 e 09/09/2013, respectivamente. Versões preliminares dos demais blocos, além de atualizações daqueles dois primeiros blocos foram entregues no último bimestre de 2013. Com relação ao quantitativo, após as últimas atualizações, no 1º Bloco foram confeccionados 29 EVTEAs, relativos a 52 áreas denominadas "passíveis de licitação"; no 2º Bloco, 18 EVTEAs, de um total de 39 áreas; no 3º bloco, 22 EVTEAs, de um total de 36 áreas; e no 4º bloco, 20 EVTEAs, de um total de 32 áreas.

Ressalte-se que uma das diretrizes do programa é o adensamento de áreas a serem licitadas nos portos organizados, isto é, um menor número de áreas com tamanhos maiores. Por conta disso, verifica-se que o número de EVTEAs entregues para compor o Programa de Arrendamentos Portuários é menor do que o número de áreas com contratos vencidos ou a vencer até 2017, conforme resultados apresentados nos quatro blocos de arrendamento.

Os editais de licitação e minutas de contratos referentes aos arrendamentos dos quatro blocos serão objeto de consulta e audiência públicas, com o objetivo de colher subsídios junto à sociedade, e em especial ao setor produtivo. Feito isso, os EVTEAs e demais documentos que comporão o edital seguem para análise do Tribunal de Contas da União – TCU. Encerrada essa etapa, têm-se as condições para a publicação do edital de cada bloco de arrendamento e, mais adiante, da realização do certame licitatório pelo procedimento de leilão.

Com base nesse fluxo, para os portos inclusos no 1º Bloco, a Consulta Pública foi realizada entre os dias 12/08/2013 e 06/09/2013, enquanto a Audiência Pública do Porto de Santos ocorreu em 30/08/2013 e a dos Portos do Estado do Pará em 02/09/2013. A entrega dos estudos do 1º bloco de arrendamentos para análise do Tribunal de Contas da União - TCU aconteceu em 11/10/2013. Atualmente, o TCU concluiu a análise do 1º Bloco, sugerindo algumas correções.

Quanto ao 2º bloco de arrendamentos, o período de Consulta Pública foi realizado entre os dias 30/09/2013 e 25/10/2013. Já as Audiências Públicas para os portos de São Sebastião, Salvador/Aratu e Paranaguá ocorreram nos dias 17/10/2013, 18/10/2013 e 21/10/2013, respectivamente. Conforme análise do TCU feita do 1º Bloco, este órgão solicitou que sejam refeitas as audiências seguindo novos moldes estabelecidos na análise feita.

Há a expectativa para a publicação dos editais de licitação para o primeiro bloco de arrendamentos até o final do 1º semestre de 2014.



Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente	km	01/12/2012	20,956	-	-
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto	unidade	31/12/2010	22	31/12/2013	11
Volume de cargas transportado por navegação interior	tonelada	31/12/2010	21.746	31/12/2013	35.213
Volume do comércio exterior entre Brasil e outros países - volume transportado por via fluvial e lacustre	tonelada	31/12/2010	14.777	31/12/2013	16.170

Observações:

Malha hidroviária navegável comercialmente - Indicador não apurado em 2013.

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento do transporte hidroviário é fundamental para tornar a matriz de transporte de cargas do País mais eficiente do ponto de vista da economicidade e da sustentabilidade. Para propiciar o transporte de pessoas e a migração de cargas de baixo valor agregado para o modal hidroviário, tanto em longas distâncias quanto em regiões de difícil acesso onde o transporte terrestre não é o mais adequado, é necessário garantir as condições de navegabilidade dos principais corredores durante todo o ano. Para alcançar esse objetivo, os empreendimentos do governo federal para as principais hidrovias brasileiras se dividem em intervenções em trechos específicos, como derrocamento de pedrais, e intervenções de adequação ao longo dos corredores, como dragagens, sinalização e balizamento. Em uma das metas associada a esse objetivo, está previsto o derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado na Hidrovia Tocantins-Araguaia, cuja licitação está em andamento, e do pedral localizado na Hidrovia do Paraná. Ambos os empreendimentos estão em fase preparatória. Já na outra meta, busca-se garantir a manutenção e propiciar melhorias em mais de 9.000 quilômetros de hidrovias, incluindo intervenções nos corredores hidroviários do Rio Tietê-Paraná, Mercosul, Paraguai, São Francisco, Tapajós, Madeira, Parnaíba e Amazonas. Vale ressaltar que boa parte da carteira de investimentos tem sido executada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e que os empreendimentos encontram-se em estágios distintos de execução. Para o biênio 2012-2013, os EVTEAs (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) para as adequações das Hidrovias Araguaia-Tocantins, Parnaíba, Amazonas, Tapajós e Madeira foram contratados e estão em desenvolvimento. Já as intervenções das Hidrovias do Tietê, Paraná e Mercosul, que incluem a execução de dragagens, sinalização, balizamento, adequação de pontes e melhorias em eclusas, estão em fase de execução.

Metas 2012-2015**• Eliminar 2 pontos críticos em hidrovias****Análise Situacional da Meta**

A existência de pontos críticos, tais como pedrais, bancos de areia e travessões nos cursos d'água, impede ou restringe a navegação durante todo o ano ou em determinados períodos. A meta de eliminar pontos críticos consiste, portanto, em realizar intervenções nos locais ou pontos específicos onde, frequentemente, há restrições à navegação das



embarcações de maior dimensão, de modo a aproveitar melhor o potencial de navegação das hidrovias brasileiras. Um dos pontos críticos constante nessa meta é o derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado no km 360 do rio Tocantins. Durante 2012, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte -DNIT, em parceria com a iniciativa privada, analisou estudos sobre a melhor solução para essa intervenção com vistas a viabilizar a navegação da hidrovia para embarcações de maior porte, auxiliando assim o desenvolvimento do polo siderúrgico de Marabá/PA. Para 2014, a expectativa é de que o processo licitatório deste empreendimento seja concluído. Já o segundo ponto crítico é o derrocamento do pedral localizado no km 2.150 do Rio Paraná. Essa intervenção enfrenta questionamentos jurídicos e o Governo Federal, por meio do DNIT, está buscando formas de viabilizá-la.

• **Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km**

Análise Situacional da Meta

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) apresenta uma ampla carteira de empreendimentos para garantir a manutenção e melhorias nos corredores hidroviários brasileiros, cujos empreendimentos estão em diferentes estágios de implementação.

No que diz respeito aos empreendimentos em execução, as intervenções previstas para Hidrovia do Tietê e do Mercosul são as que se encontram em estágios mais avançados, conforme segue:

Hidrovia do Tietê - Vetor Centro-Sudeste – empreendimento composto por várias intervenções, tais como ampliação de vãos e proteção de pilares de pontes, dragagens, construção de eclusas e terminais. Neste empreendimento já foram concluídos a ampliação do vão da SP-333, a proteção dos pilares da SP-255 e a dragagem do Canal de Igarapé;

Hidrovia do Mercosul - Vetor Logístico-Sul – empreendimento composto por dragagens, sinalização e balizamento do rio Taquari e da Lagoa Mirim, além da confecção de projetos para terminais de carga. A dragagem do Rio Taquari está em execução e os estudos e projetos para as demais intervenções previstas na Hidrovia do Mercosul em andamento.

Já em relação aos empreendimentos que estão em fase de estudos, a maioria dos EVTEA teve início no final de 2012 e início de 2013, sendo que alguns já começaram a gerar frutos, como a dragagem do Rio São Francisco, obra essencial para o escoamento de produtos pelo território baiano. Assim que concluídos os estudos e formulados os projetos, novas obras terão início.

Contudo, embora boa parte da carteira apresente resultados satisfatórios, há empreendimentos que enfrentam problemas de judicialização de licitações e questões ambientais que podem atrasar o cronograma das obras. Nesse sentido, o caso mais complexo da carteira é a adequação da Hidrovia do Rio Paraguai, suspenso por determinação do judicial, que impôs a necessidade de autorização do Congresso Nacional para permitir a continuidade do empreendimento (Artigo 231, parágrafo 3º da CF). Os Ministérios da Justiça e dos Transportes buscam obter o Decreto Legislativo, mas o atraso já ocorrido não poderá ser compensado no período do Plano Plurianual.

Quantidade alcançada

6.019

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	4.534	km	1.086	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	500	km	999	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.608	km	2.246	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	455,7	km	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	915,3	km	1.371	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	772	km	317	31/12/2013

OBJETIVO: 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento da integração sulamericana passa pela implantação de uma infraestrutura de transportes coesa e eficaz, que favoreça a circulação de bens e serviços e o desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos. Para aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul, o Brasil pretende firmar acordos bilaterais, desenvolver estudos hidroviários e consolidar os empreendimentos da carteira da IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, que estão, em sua maioria, vinculados ao objetivo 0234 de manutenção da navegabilidade das hidrovias brasileiras.

No que diz respeito aos acordos bilaterais, em 2012, o Brasil e o Uruguai assinaram o Acordo de Navegação com objetivo de consolidar uma hidrovia com uma malha fluvial entre os portos de La Charqueada, às margens do rio Cebollati no Uruguai e Estrela, no rio Taquari, abrangendo 5 eclusas e os portos de Santa Vitória do Palmar (Lagoa Mirim), Pelotas (canal de São Gonçalo), Rio Grande (rio Guaíba), Porto Alegre (Lagoa dos Patos) e Cachoeira do Sul (rio Jacuí). Esse acordo está em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro para aprovação. Já em relação aos estudos de integração hidroviária, o Brasil desenvolverá os projetos da futura hidrovia Uruguai-Brasil. Os dois estudos serão iniciados em 2014 com previsão de término para 2015

Metas 2012-2015

- **Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana**

Análise Situacional da Meta

Os dois estudos constantes nessa meta são o de adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai e o da transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ambos os estudos serão iniciados ao longo de 2014 com previsão de término para 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Na região Norte do Brasil existe grande concentração de rios e uma rede rodoviária reduzida, fazendo com que o transporte hidroviário seja a principal forma de locomoção e abastecimento entre as comunidades da região. O transporte hidroviário de passageiros nessa região é um serviço relevante para as comunidades locais no acesso a serviços básicos de saúde, educação, emprego, lazer e abastecimento. Além disso, a referida atividade tem impacto significativo na economia local, incluindo a pesca, o turismo e os produtos da floresta. A melhoria da navegação e da infraestrutura hidroviária aumentará, portanto, a acessibilidade e mobilidade dessas comunidades ribeirinhas, além de melhorar a qualidade do serviço prestado, garantindo maior conforto, confiabilidade e segurança, aumentando a interconexão entre os municípios da região.

Nesse sentido, para se atingir o objetivo de desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto na Região Norte, há que se desenvolver a rede de portos fluviais e adequar o Porto de Manaus para atender um volume ainda maior de navios de cruzeiros. Além disso, há que se implementar ações governamentais que permitam o desenvolvimento, a ampliação e a modernização do serviço de navegação na Região Norte, com o objetivo de oferecer à população local



condições adequadas de utilização do transporte aquaviário, sobretudo no que tange à segurança, ao conforto e à disponibilidade dos serviços prestados.

No que concerne à construção da rede de portos fluviais, consta na carteira de empreendimentos do Governo Federal a construção de 52 (cinquenta e duas) instalações portuárias, sendo que 24 instalações já foram implantadas. Vale ressaltar que mesmo após a edição da MP nº 595/2012, que transferiu os portos fluviais para a SEP, essas ações continuaram a ser executadas pelo DNIT. Primeiro por força de convênio de apoio técnico e administrativo celebrado entre a SEP e o DNIT e depois por força de transferência parcial das dotações orçamentárias do orçamento fiscal da União da SEP para o Ministério dos Transportes, por meio de Decreto Presidencial de 26 de julho de 2013.

Quanto à adequação do Porto de Manaus, a SEP celebrou com o DNIT o Convênio de Descentralização (mai/2013) do Porto Organizado de Manaus - POM e o Termo de Cooperação nº 02/2013 (abr/2013) com vistas a realização das ações de adequação do Porto, sendo que o DNIT já efetivou o devido processo licitatório e as obras estão em execução, sendo a conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014.

Metas 2012-2015

• Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus

Análise Situacional da Meta

A adequação do Porto Organizado de Manaus contempla uma série de intervenções na infraestrutura do porto. Dentre elas, podemos citar a recuperação estrutural dos cais flutuante do Roadway e Torres, a restauração das fachadas dos armazéns 20 e 23, a requalificação dos armazéns 0, 3, 4, para Terminal Internacional de Passageiros, a urbanização de pátio para estacionamento e construção de passarela para pedestres climatizadas nas pontes de acesso (Roadway e Torres). Essas intervenções fazem parte da carteira de empreendimentos do PAC.

Devido a problemas de natureza jurídica relacionados com a rescisão dos contratos de arrendamento do Porto, a licitação e o início das obras foi adiado para o 2º semestre de 2013, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

17/01/2014

• Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte

Análise Situacional da Meta

Em relação ao desenvolvimento de estudos, a área de navegação interior coordenou o Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará - UFPA cuja parceria tem por objetivo o desenvolvimento de Estudo para a Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica, contendo uma análise detalhada das linhas Belém/PA-Manaus/AM e Santarém/PA-Manaus/AM. O estudo foi concluído em dezembro de 2012 e servirá de apoio para a estruturação do plano constante desta meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte

Análise Situacional da Meta

A construção de portos fluviais, concentrada nos municípios da Região Norte onde o modal hidroviário é preponderante, visa impulsionar o desenvolvimento do mercado regional e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população por meio do acesso seguro, ordenado e controlado do fluxo de embarcações, passageiros e cargas das cidades contempladas.

Na carteira de empreendimentos do Governo Federal, há tanto a confecção de estudos e projetos quanto a implantação de terminais hidroviários. Contudo, esta meta é composta de 38 terminais hidroviários constantes no PAC e 14 empreendimentos que mesmo não fazendo parte do Programa estão previstos para serem entregues à sociedade durante o período do PPA. Dos portos fluviais do portfólio PAC e incluídos nesta meta, 25 (vinte e cinco) são no estado do Amazonas, 12(doze) no Pará e um em Rondônia. Adicionalmente, o PAC contempla a elaboração de estudos e projetos com vistas à implantação de mais 09 (nove) portos fluviais para passageiros na Região Norte.

A execução dos terminais tem sido feita diretamente pelo DNIT e Companhia de Docas do Maranhão (CODOMAR), ou indiretamente, por meio de convênios com estados e municípios. Dos empreendimentos constantes da meta, 24 já foram concluídos, , conforme segue:

Amazonas (Vetor Logístico Amazônico): Barreirinha, Beruri, Boa Vista de Ramos, Canutama, Carauari, Careiro da várzea, Codajás, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itamarati, Itapiranga, Manicoré, Monte Alegre, Tapauá; Benjamin Constant, Coari, Nova Aripuanã, Santa Isabel do Rio Negro e São Paulo de Olivença;

Pará (Vetor Logístico Centro-Norte): Augusto Correia e Monte Alegre;

Rondônia (Vetor Logístico Amazônico): Cai n'água;

Roraima (Vetor Logístico Amazônico): Caracará;

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	47	unidade	22	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	5	unidade	2	31/12/2013

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Diversos estudos e projetos estão sendo idealizados pelo Ministério dos Transportes por meio da Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT/MT e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, que embasarão melhor o planejamento do transporte hidroviário. Dentre esses podemos destacar o Plano Nacional de Integração Hidroviária, entregue em 2012, e o Plano Hidroviário Estratégico, cujas diretrizes foram divulgadas em outubro de 2013. O portfólio do Plano Nacional de Logística em Transportes – PNLT se refere a esses estudos como importantes para reavaliação e perenização do processo de planejamento, na medida em que propõe integrar o setor à rede viária em condições mais adequadas de operação e em melhores condições de competitividade.

Vale ressaltar que as três metas associadas a esse objetivo foram atingidas ao longo de 2012 e 2013. Mais especificamente, a definição de classes de hidrovias e comboios tipos foi realizada pelo Plano Hidroviários Estratégicos



PHE. A terceira meta, relativa à conclusão de sete Planos e Estudos estruturantes para o setor, foram também concluídas e publicadas, conforme segue:

Plano Hidroviário Estratégico – PHE – publicado em outubro de 2013;

Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH - concluído em 2012 e divulgado em 2013;

Plano Geral de Outorgas de Transportes Hidroviário de Passageiros e Cargas- incluído no PNIH;

Programa de Incentivo a Renovação da frota de embarcações de transporte de passageiros - foi elaborado o “Estudo sobre Transporte Fluvial na Amazônia” cujo relatório foi apresentado ao conhecimento público em junho de 2013;

Plano de Fomento à Cabotagem – Os trabalhos do Grupo Pró-cabotagem foram concluídos e incluídos no Mapa Estratégico do sistema de Transportes;

Plano Nacional de Fomento ao Transporte aquaviário - incluído no escopo do PHE;

Plano de corredores Hidroviários – incluído no escopo do PHE;

Metas 2012-2015

• Definir classes de hidrovias

Análise Situacional da Meta

A definição de classe de hidrovias faz parte da estratégia do Plano Hidroviário Estratégico - PHE. Portanto, os estudos que definem as diretrizes do Plano fazem referência também à classificação das hidrovias como forma de determinar sua capacidade, embarcação tipo, regime, enfim, todo o seu potencial de utilização. Informações sobre o andamento do PHE podem ser vistas na meta "Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário", deste mesmo Objetivo (0283).

• Definir comboios tipo para os corredores hidroviários

Análise Situacional da Meta

A meta de definição e classificação de comboios para os corredores hidroviários foi atendida pelos estudos do Plano Hidroviário Estratégico - PHE, já concluído e divulgado. Assim, considera-se que a meta foi alcançada. Os comboios tipos associados às hidrovias comercialmente utilizadas ou que venham a ser utilizadas serão importantes para a melhoria das operações de transportes, visto que será determinante para a manutenção hidroviária, a implantação e ampliação de terminais hidroviários de cargas. Mais detalhes sobre o PHE estão descritos na Meta "Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário", deste mesmo Objetivo (0283).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/03/2013

• Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário

Análise Situacional da Meta

Relação e situação dos Planos:

1. Plano Nacional de Fomento ao Transporte Aquaviário – No PPA 2012-2015, originalmente estava previsto a elaboração de 7 planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário. No entanto, dada a dinâmica do setor, o portfólio de estudos foi alterado e alguns foram incorporados a outros ou desenvolvidos em conjunto. Desta forma, os estudos que estabeleceriam o Plano Nacional de Fomento ao Transporte Aquaviário foram realizados em conjunto com os estudos do Plano Hidroviário Estratégico – PHE, atendendo assim a meta proposta.

2. Plano Hidroviário Estratégico – PHE - O estudo para elaboração do Plano Hidroviário Estratégico - PHE está concluído e sua divulgação se deu na primeira quinzena de outubro de 2013, em evento específico, estando planejadas, para os períodos seguintes, apresentações em fóruns que suscitem seu conhecimento. O estudo analisou a situação do

transporte hidroviário no país e tem como objetivo geral o estabelecimento de um plano com vistas a inserir o Transporte Hidroviário Interior no contexto do Planejamento Nacional de Transportes. Os principais objetivos específicos do estudo podem ser assim resumidos:

- a). Fornecer uma avaliação global do setor de transporte fluvial, incluindo o seu papel internacional;
- b). Desenvolver cenários de médio e longo prazo de evolução da demanda;
- c). Propor estratégias de curto, médio e longo prazos que permitam estabelecer uma política setorial;
- d). Propor uma nova estrutura organizacional;
- e). Propor uma estruturação econômica e financeira para o setor;
- f). Propor um plano de ação;
- g). Estruturar e consolidar banco de dados e indicadores.

3. Plano Nacional de Integração Hidroviária-PNHI incluindo o Plano Geral de Outorgas de Terminais Fluviais e Lacustres - O Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), lançado no dia 19 de fevereiro de 2013, foi concebido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) visando dois objetivos centrais: um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e a indicação de áreas propícias para instalações portuárias. Um dos objetos do PNIH foi analisar diferentes cenários logísticos, buscando avaliar a criação de terminais hidroviários e alternativas de escoamento utilizando as hidrovias nacionais, inserida à matriz de transporte brasileira, a partir de trechos hidroviários já navegados na atualidade ou potencialmente navegáveis. Em suma, são apresentados, para seis bacias hidrográficas, a potencialidade de utilização do modal hidroviário, terminais e vias, para o transporte de cargas, delimitados pelos cenários de 2015, 2020, 2025 e 2030.

Estão disponíveis para consulta, nos site da ANTAQ (www.antaq.gov.br) os Relatórios Executivos, Relatórios Técnicos, Relatório de Metodologia e o Estudo de Macrolocalização de Terminais Hidroviários no Brasil.

4. Plano Geral de Outorgas de Transportes Hidroviário de Passageiros e Cargas - A ANTAQ finalizou em fevereiro de 2013 os estudos do Plano Nacional de Integração Hidroviária, na qual o volume 14 era referente ao Plano Geral de Outorgas para Terminais Hidroviários. Em relação ao Plano Geral de Outorgas para Serviços de Transporte Aquaviário referente à Navegação Interior o mesmo está em processo de planejamento. Verificou-se que, para sua execução, será necessário desenvolver outros projetos anteriores, principalmente no que tange à obtenção de informações dos prestadores de serviço e também metodologias de análise de custos.

5. Programa de Incentivo a Renovação da frota de embarcações de transporte de passageiros - Foi elaborado o “Estudo sobre Transporte Fluvial na Amazônia” cujo relatório foi apresentado ao conhecimento público em 20/06/2013. Estes estudos estão disponíveis no site da ANTAQ (www.antaq.gov.br) para consulta pública.

6. Plano de Fomento à Cabotagem – Foram retomadas as atividades do Grupo de Trabalho sobre Cabotagem (Pro Cabotagem), coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes e Secretaria de Portos, criado com o objetivo de propor medidas e soluções visando a melhoria e o incremento da movimentação de carga por cabotagem. A agenda do Grupo incluiu a discussão de um Plano Estratégico. Ao final de 2013, as atividades do Grupo de Trabalho sobre Cabotagem (Pro Cabotagem) foram ampliadas e transformadas em uma iniciativa estratégica, constante do Mapa Estratégico do Sistema Transportes.

7. Plano de corredores Hidroviários – Como no caso anterior, o Plano Hidroviário Estratégico faz referência aos corredores Hidroviários prioritários. Complementarmente, o DNIT iniciou ações visando ao desenvolvimento de Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental dos corredores, Solimões-Amazonas-Madeira, Tapajós, Tocantins, São Francisco, Paraguai, Tietê/Paraná e Mercosul. Tais estudos representam um detalhamento de cada corredor analisado no âmbito do PHE e, quando concluídos, dotarão o setor de subsídios para consolidar o planejamento hidroviário do país.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013



OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com a publicação da Medida Provisória nº 595/2012, convertida na Lei nº 12.815/2013, a Secretaria de Portos passou a deter a responsabilidade por todas as ações e atividades relacionadas aos portos fluviais e lacustres, com exceção das Instalações Portuárias de Pequeno Porte.

As ações que estavam em curso pelo Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, quando da assunção dos portos fluviais pela SEP em dez/2012, relacionadas com o transporte de cargas, eram a adequação do Porto Organizado de Porto Velho/RO, a implantação do Terminal Multimodal de Marabá/PA, a implantação do Porto novo de Itacoatiara/AM e a implantação do porto novo de Coari/AM, sendo que esta última ação não está contemplada no PAC e todas elas estão em fase de projeto.

Metas 2012-2015

• Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas

Análise Situacional da Meta

A adequação do Porto Organizado de Porto Velho visa modernizar a instalação portuária, sendo composto pela execução de obras e aquisição de equipamentos. A SEP/PR está em processo de celebração de Termo de Compromisso com o Estado de Rondônia. A expectativa é licitar o projeto executivo das obras e executá-las em 2014, bem como concluir a aquisição de equipamentos. Ao final de 2012 as ações em curso pelo DNIT com vistas à adequação do Porto Organizado de Porto Velho foram suspensas devido às alterações decorrentes da Medida Provisória nº 595/2012, convertida na lei 12.815/2013, que entre outras coisas transferiu os portos fluviais para a SEP.

Outra ação relacionada com o transporte hidroviário de cargas visando a integração multimodal é a implantação do Terminal Intermodal de Marabá. O Projeto executivo desse porto foi contratado mediante convênio celebrado entre o governo do Estado do Pará e o DNIT. Porém, o referido convênio venceu e não foi renovado. A SEP está estudando a conveniência de subrogar o contrato ou realizar nova licitação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/01/2014

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de acidentes ferroviários	acidentes/(milhão.t rens.km)	31/12/2010	15	31/12/2013	11,95
Malha ferroviária	km	31/12/2010	29.785	31/12/2013	29.031
Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	31/12/2010	18.900	31/12/2013	7.893
Número de acidentes ferroviários	quantidade	31/12/2010	951	31/12/2013	866
Participação do modal ferroviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	2	-	-
Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	31/12/2010	7,36	31/12/2013	8,4
Produto médio anual do transporte ferroviário	R\$/mil TKU	31/12/2010	50	31/12/2013	36,2
Ranking de Qualidade das Ferrovias (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	87	05/09/2013	103
Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	31/12/2010	279	31/12/2013	299
Total de carga geral transportada	milhão de tu	31/12/2010	103,1	31/12/2013	27,3
Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	31/12/2010	497	31/12/2013	463
Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	31/12/2010	2.484.930	31/12/2013	1.187.773
Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	31/12/2010	818.844	31/12/2013	609.000
Velocidade média comercial dos trens	km/h	31/12/2010	25	31/12/2013	16

Observações:

Malha ferroviária inoperante ou subutilizada - Alteração da metodologia de cálculo do indicador.

Total de carga geral transportada - Alteração da metodologia de cálculo do indicador.

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O modo de transporte ferroviário responde por aproximadamente 21% da atual matriz de transporte de cargas nacional. Concentra-se em corredores de transporte orientados para os principais portos das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, perfazendo em 31/12/2013 uma extensão de 29.031.000 quilômetros.

Assim, a ampliação do sistema ferroviário nacional é uma oportunidade para a consolidação da política de investimentos públicos e privados que fortaleça nosso desenvolvimento econômico e socioambiental, apoiado na exploração sustentável de nossas fronteiras minerais e agrícolas.

Os novos investimentos visam o aumento da competitividade de nossa economia. O desempenho das ferrovias está



limitado, atualmente, por fatores como as diferentes bitolas: métrica, padrão e larga. Esta última tem 1,6 metros de distância entre trilhos e permite mais carga e velocidade por vagão. Pode assim configurar um sistema de alta capacidade, contribuindo para o aumento da produtividade de nossa economia, com maior integração aos demais modos de transporte. O Governo Federal tem adotado estratégias para a ampliação da malha ferroviária nacional, com destaque para os empreendimentos já em execução no PAC, como a Ferrovia Norte-Sul, trecho entre Palmas (TO) e Anápolis (GO), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), trecho entre Ilhéus (BA) e Barreiras (BA) e a Transnordestina, trecho entre Missão Velha (CE) e Salgueiro (PE). Espera-se ainda que o uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) leve a maior celeridade na execução das novas obras. A outra frente de ampliação da malha se dará através do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado em 2012, no qual foram disponibilizados para concessão 12 novos trechos ferroviários (perfazendo aproximadamente 10 mil km), a serem construídos em bitola de 1,6 m, de maior capacidade, no qual o governo, por meio da Valec, comprará a capacidade integral de transporte da ferrovia diretamente do contratado (responsável pela construção e manutenção da ferrovia) para depois ofertá-la publicamente aos operadores independentes. Neste modelo, conhecido como de Acesso Aberto, vários operadores terão acesso ao trecho, bastando que adquiram a capacidade de transporte.

Metas 2012-2015

• Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país

Análise Situacional da Meta

No que diz respeito à Ferrovia Norte-Sul, espera-se a conclusão das obras remanescentes (pátios multimodais e pontos de cruzamento, drenagem, contenção de taludes, proteção vegetal e remanejamento de redes elétricas de alta tensão), que garantam condições de trafegabilidade da linha, do trecho Palmas (TO) – Anápolis (GO) até 30/04/2014. A conclusão de 100% das obras remanescentes, entretanto, está prevista para junho de 2014, com finalização dos passivos ambientais (a execução física em 31/12/2013 era de 94,8%). Em relação ao trecho entre Ouro Verde (GO) a Estrela d'Oeste (SP), a previsão de entrega é novembro de 2014, sendo que o trecho tinha 49,9% de execução física em 31/12/2013. Em abril de 2014, a execução física, em quilômetros, na extensão sul estava distribuída da seguinte forma: lote 1 (Ouro Verde de Goiás – GO a GO-0156), 28 km; lote 2 (GO-0156 a Rio Verdão), 46,55 km; lote 3 (Rio Verdão a Córrego Cachoeirinha), 25,37 km; lote 4 (Córrego Cachoeirinha a Rio Arantes), 5 km e lote 5 (Rio Arantes a Estrela d'Oeste – SP), 19,5 km. O investimento previsto para o período 2011-2014 é de 3,17 bilhões de reais. Quanto aos trilhos, a homologação da licitação ocorreu em 06/11/2013, com assinatura do contrato em 13/11/2013. Todavia, a emissão da Ordem de Serviço está condicionada à criação do escritório de representação da empresa chinesa fornecedora no Brasil. Quando houver manifestação formal da empresa fornecedora quanto a essa criação, iniciará o processo licitatório da Logística dos trilhos. Já a montagem da grade aguarda definição dos trilhos, cuja entrega será realizada três meses após a emissão da Ordem de Serviço.

Em relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o trecho de Ilhéus (BA) a Caetitê (BA) apresentava em 31/12/2013 execução física de 37,3%, estando quase concluídos os processos de desapropriação e as negociações com assentamentos afetados pela ferrovia. Em abril de 2014, a mensuração de infraestrutura pronta para receber a superestrutura é de 24 km no lote 4; 27,62 km no lote 3 e 18,5 km no lote 2. Sendo que a extensão dos referidos lotes é, respectivamente, de 178 km, 115 km e 119 km. Também já foi contratado o túnel de Jequié e iniciada a fase de emboque e desemboque do túnel, cuja previsão de conclusão é até 30/11/2014. Nota-se como desafio o processo de aquisição de trilhos para o empreendimento. A nova previsão de conclusão para os lotes de 02 a 04, compreendidos entre o Rio da Preguiça e o Riacho da Barroca é junho de 2015. Já a previsão para o Lote 01, compreendido entre o Terminal de Ilhéus e o Rio da Preguiça, é dezembro de 2015. O trecho da mesma ferrovia que vai de Caetitê (BA) a Barreiras (BA) possui as Licenças de Instalação para os lote 5 (Riacho da Barroca - Final da Ponte do Rio São Francisco) e 5A (Ponte sobre o Rio São Francisco) desde 10/07/2013 e para os lote 6 e 7 (início da Ponte do Rio São

Francisco - Rio das Fêmeas) desde 12/08/2013. Os Projetos Executivos dos lotes 5, 5A (Ponte sobre o Rio São Francisco), 6 e 7 estão aprovados. O percentual de desapropriação até o presente momento é de 58,2%. Este trecho apresentou um avanço físico nas obras de 1,9% nos lotes 5, 6 e 7. O novo prazo previsto para a conclusão das obras é dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

568

Data de Referência

30/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	855	km	225	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	941	km	96	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.022	km	0	31/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.728	km	247	31/12/2013

- Realizar estudos de implantação de 9.513 km da malha ferroviária do país**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Valec concluiu o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA - do trecho Barcarena/PA a Açailândia/MA e do trecho Estrela d'Oeste/SP a Panorama/SP e iniciou o processo de licitação para a contratação do EVTEA dos segmentos Panorama/SP a Chapecó/SC e de Chapecó/SC a Rio Grande/RS. Com isso, serão concluídos, até meados de 2014, os estudos para a ligação ferroviária Norte-Sul com 4.575,6 km de extensão, de um extremo ao outro do país, o que vai configurar uma espinha dorsal do transporte ferroviário nacional. Adicionalmente, foram concluídos os Estudos referentes aos trechos de Panorama (SP) a Porto Murtinho (MS), na chamada Ferrovia do Pantanal) e à ligação da Ferrovia Norte-Sul com a Transnordestina, de Porto Franco (MA) a Eliseu Martins (PI).

O EVTEA e o Projeto Básico do Corredor Ferroviário de Santa Catarina estavam, em 31/12/2013, em processo de Licitação pela Valec, com investimento previsto no PAC de R\$ 68,7 milhões. Por meio do Acórdão nº 3.139/2013-TCU-Plenário, o TCU revogou a decisão que determinou à Valec a suspensão das Concorrências 4/2013 e 5/2013. Assim sentido, a licitação terá prosseguimento em 2014.

Quantidade alcançada

2.669

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	2.571	km	518	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Norte	1.076	km	1.417	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.456	km	734	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	928	km	0	31/12/2013
Vetor Logístico Sul	2.482	km	0	31/12/2013

OBJETIVO: 0142 - Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Trechos ferroviários inoperantes são aqueles onde não há tráfego de trens cargueiros ou de passageiros, e os subutilizados



são aqueles onde o tráfego de trens está muito abaixo da real capacidade da via férrea, em geral menor do que uma composição ferroviária (ou trem) por dia.

Conexões ferroviárias são linhas ferroviárias construídas para a ligação de trechos de ferrovias que antes não se interligavam. Já os acessos ferroviários são pequenos trechos de linhas férreas que visam a expansão de um ramal ferroviário até um polo concentrador de cargas, capaz de integrar ainda mais os demais modos de transporte.

Parte da malha encontra-se inoperante ou subutilizada por falta de conexões e acessos ferroviários. Isto faz com que o percurso ferroviário fique superior, em alguns trechos, se comparado a outras alternativas de transporte de cargas ou de passageiros. Assim, complementando-se a malha viária, para que se conecte a polos concentradores e/ou consumidores de cargas, busca-se tornar trechos ferroviários antes inoperantes ou subutilizados, em atrativos e potenciais polos indutivos para os investimentos públicos e privados.

Metas 2012-2015

• Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente

Análise Situacional da Meta

Construção de 54 km executados do trecho Salgueiro – Parnamirim pela Transnordestina Logística S/A, concessionária do trecho ferroviário. A VALEC possui uma participação societária de 1% das ações ordinárias e de 25% das ações preferenciais da Sociedade com Propósito Específico Transnordestina Logística S/A, o que implicou em um aporte de R\$ 400 milhões, em 2014. Entretanto, não participa diretamente na construção da ferrovia Transnordestina

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

14/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	30	km	0	14/02/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	217	km	54	14/02/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	186	km	0	14/02/2014

• Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária

Análise Situacional da Meta

Está prevista a elaboração de dois projetos: a ligação na EF-116 entre as cidades de Juazeiro/BA e Salgueiro/PE, com 217,8 km de extensão, e a ligação na EF - 225 entre Crateús/CE e Piquet Carneiro/CE, com 186,2 km de extensão. Sobre estes projetos tem-se a seguinte posição:

EF-116: o projeto do trecho ferroviário já foi aprovado, sendo que a obra foi dividida em dois subtrechos. O subtrecho 1, entre Salgueiro (PE) e Parnamirim (PE), com a extensão de 54 Km, já foi executado integralmente pela Transnordestina Logística S/A, empresa concessionária da malha ferroviária do nordeste brasileiro. Para o subtrecho entre Parnamirim (PE) e Juazeiro (BA), o projeto está em fase final de aprovação e EVTEA, sendo atualizado pelo SDEC. EF-225: o projeto está em elaboração pela SEINFRA do Ceará.

Este dois projetos totalizam 404 km.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

04/10/2013

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A moderna economia globalizada exige o transporte de maiores volumes de cargas com maior competitividade. Tal cenário pressiona nossos portos e vias de acessos nacionais, a períodos sazonais. A adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos contribuem, portanto, para a eliminação de restrições operacionais agravadas pela idade da malha ferroviária existente e qualidade de seu material rodante.

O cenário é de oportunidade para a promoção de obras adequadamente dimensionadas, capazes de atender aos atuais e futuros fluxos de transporte. Melhores variantes e acessos ferroviários aos portos nacionais podem ser obtidos por meio da melhoria das condições técnicas das vias (rampas, curvas), bem como a duplicação de linha, transformação do acesso de bitola única para mista, construção de variante e acesso, adequação dos gabaritos da via e adequação das rampas.

No PPA 2012-2015, foi especificado apenas um acesso ferroviário a uma instalação portuária, mais especificamente o trecho de linha férrea que ligará o pólo petroquímico de Camaçari (BA) ao Porto de Aratu (BA), com diminuição do tempo da viagem de 67 para 19 minutos. A obra desviará a linha férrea, que hoje passa dentro do município, para fora do ambiente urbano, encurtando o trajeto em 15 quilômetros. Em relação ao Contorno, aguarda-se a assinatura de Termo de Compromisso com a UNEB/BA para revitalização do componente Quilombola que consiste em ações de mitigação e compensação socioambiental, executadas, visando a revitalização da comunidade quilombola por meio da construção de casas para os moradores em situação de risco e vulnerabilidade e em condições precárias de moradia, além da adoção de um programa de sustentabilidade econômica para fortalecer as atividades que visam geração de renda.

Metas 2012-2015

• Construir 18 km de acessos a portos**Análise Situacional da Meta**

Obra contratada em novembro de 2010, não iniciada aguardando desapropriação, revisão de projeto e atendimento de condicionantes com a comunidade quilombola – Fundação Palmares.

Previsão de retomada para abril/14.

Termo de Compromisso em elaboração entre DNIT e UNEB/BA – Universidade Estadual da Bahia, cujo objeto é a implementação do PB de revitalização do componente Quilombola – Quilombo Pitanga dos Palmares e dos serviços de arqueologia referente às obras de construção do contorno ferroviário de Camaçari.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

04/10/2013

OBJETIVO: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A redução dos custos de logística é um importante fator de estímulo para o comércio entre os países da América do Sul. O modal ferroviário é de grande relevância para se alcançar este objetivo. No contexto da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana), foi elencado um conjunto de projetos relevantes para a integração da região, dentre eles a ligação ferroviária entre os portos de Paranaguá no Brasil e Antofagasta no Chile. Especificamente para este projeto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contratou um estudo junto à Empresa Brasileira de Engenharia e Infraestrutura – EBEI para verificar a viabilidade de tal empreendimento, já concluído no final de 2011.

Metas 2012-2015



- **Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico**

Análise Situacional da Meta

O estudo, realizado pelo BNDES, foi concluído em outubro de 2011. Optou-se pelo chamado “eixo capricórnio”, iniciando-se em Paranaguá (PR) e passando (entre outras) por Araucária, Guarapuava e Cascavel no Paraná, Pirapóno Paraguay, J.V.Gonzales e Salta na Argentina e Augusta Victoria no Chile.

- **Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para a integração sulamericana**

Análise Situacional da Meta

Uma vez que à época da elaboração do PPA o estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico não havia sido finalizado, foram inseridos na meta possíveis trechos e ramais até a fronteira com o Paraguai, no caso a EF-277 – Cascavel/PR a Foz do Iguaçu/PR (150 km), que permitiriam a integração ferroviária regional.

Tais iniciativas ainda não foram implementadas, uma vez que aguardam diretrizes do Programa de Investimento em Logística (PIL).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

04/10/2013

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Há uma grande oportunidade logística e comercial no desenvolvimento do transporte de passageiros com composições de trens de alto e médio desempenho, considerando velocidade, conforto e segurança no deslocamento, garantindo-se velocidades comerciais competitivas com o transporte rodoviário. No Brasil, o ônibus detém a quase totalidade do transporte terrestre de passageiros de médias e longas distâncias. Subjetivamente, podem-se classificar as composições em função de sua velocidade média de deslocamento:

- Composições Ferroviárias Convencionais - até a velocidade de 100 km/h;
- Composições Ferroviárias de Media-Velocidade – Compreendida de 100 a 250 km/h;
- Composições Ferroviárias de Alta Velocidade – Acima de 250 km/h.

A ideia inicial acerca dos trens regionais foi gestada pelo BNDES, nos anos 90, e teve sua concepção e primeiros estudos realizados pela COPPE/UFRJ. A proposta era aproveitar as linhas existentes promovendo adequações nos traçados, com o objetivo de possibilitar maior velocidade operacional, utilizando-se trens modernos para o transporte de passageiros. Muitos desses trens poderão desenvolver velocidades médias acima dos 100 km/h, mesmo em linhas antigas, desde que devidamente adequada para a tecnologia veicular utilizada.

Em 2012, foi aprovada a modelagem econômico financeira da concessão do Trem de Alta Velocidade - TAV, realizadas as audiências públicas e publicada a licitação da fase 1 para seleção da tecnologia e da responsável pela montagem da superestrutura, operação e manutenção do sistema.

O Edital de Concessão nº 001/2012 para o Leilão de Exploração de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Passageiros por Trem de Alta Velocidade – TAV, na EF-222 – Campinas – São Paulo – Rio de Janeiro foi publicado inicialmente em 13 de dezembro de 2012 e novamente, com alterações, em primeiro de julho de 2013, com previsão de realização do leilão para 19 de setembro de 2013.

Apesar dos procedimentos adotados e da atuação dos agentes econômicos envolvidos no projeto de implantação do TAV, o procedimento estava se encaminhando de forma a haver apenas um consórcio participando do leilão. Para evitar tal

situação, foi publicado no D.O.U. de 16 de agosto de 2013 pela Comissão de Acompanhamento do processo de licitação do TAV o Comunicado Relevante nº 12/2013, que postergou “sine die” a realização do leilão, para dar oportunidade a outros grupos interessados de se adaptarem às regras estabelecidas.

Em relação a outros trechos com potencial para o transporte de passageiros, ressalta-se a contratação, por parte do governo federal, de um estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental (EVTEA) para a implantação de um trem de média velocidade entre Brasília (DF), Anápolis e Goiânia (GO). Além disso, já há estudos em execução para trechos ligando Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP), Curitiba (PR) a São Paulo (SP) e Luziania (GO) a Brasília (DF)

Metas 2012-2015

• Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade

Análise Situacional da Meta

Entre os diversos estudos e projetos necessários a implantação do Trem de Alta Velocidade, destacam-se:

1) a contratação de empresa para o gerenciamento do processo de elaboração dos projetos executivos de engenharia da Linha e das Estações referentes à EF - 222;

2) a definição da tecnologia de sistemas e de comunicação a ser adotada pelo TAV;

Estas etapas do TAV não foram iniciadas por decisão estratégica do Governo Federal. A etapa em andamento é:

3) a definição do traçado da EF-222, que interligará as cidades de Campinas - SP / São Paulo - SP / Rio de Janeiro - RJ; O principal estudo está sendo realizado por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a EPL e Fundação Universidade de Brasília e o uso de ferramentas computacionais qualificadas para simular alternativas, com traçados e custos estimados. Atualmente está em andamento a revisão da base de dados sobre as condições geológicas e morfológicas do terreno, necessária ao mapeamento das áreas de risco do entorno do traçado e à sua própria definição. A decisão do Governo pela suspensão do projeto levou ao retardamento do aerolevantamento. Para o financiamento dos estudos preliminares à implantação do TAV, está sendo negociado junto ao BID um Acordo de Empréstimo que abrange:

- os Estudos de Licenciamento Ambiental;
- os Programas de Fortalecimento Institucional da ANTT e da EPL; e
- a Gestão do Programa.

No primeiro semestre de 2013, foram feitos ajustes na minuta desse Acordo de Empréstimo para inclusão da EPL como co-executora do projeto. A versão final está sob análise da PGFN para ulterior encaminhamento à apreciação pelo Senado Federal, como requisito à assinatura do Acordo.

Quanto aos estudos gerenciados pela ANTT por intermédio de convênios atualmente em vigor com o BID, estão em andamento três estudos para instrução do processo de licenciamento ambiental do TAV:

- Estudos de Fauna – Fase 2 (tempo úmido);
- Estudos de Flora e Unidade de Conservação – Fase 2 (tempo úmido); e
- Estudos de Limnologia e Qualidade da Água – Fase 2 (tempo úmido). A Fase 1 (tempo seco) dos três estudos está concluída.

Por fim, os parâmetros reunidos serão insumo para:

– novas projeções sobre a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental do projeto, fundamental para tornar atrativo o leilão para concessão ao Operador, com o qual a EPL formará Sociedade de Propósito Específico.

Os estudos e projetos estão em andamento mas ainda não houve resultados tangíveis para a sociedade ou para o atingimento do objetivo, mesmo porque, por decisão do Governo Federal, o projeto TAV foi adiado.

OBJETIVO: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.



Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A integração física e econômica de regiões menos favorecidas (porém aptas ao desenvolvimento econômico sustentável) é fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas em nosso país.

A grande diversidade de recursos naturais nacionais disponíveis (inclusive minerais) tanto no Sertão Nordestino quanto na Região Amazônica pode ser utilizada em favor de maior desenvolvimento e melhoria dessas regiões com reflexos positivos esperados em seus Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais.

A região nordeste pode se beneficiar de sistemas de transporte que atendam às suas necessidades de abastecimento, integração e comércio a menores preços.

O desenvolvimento de novas regiões de mineração, viabilizado pela atual política exportadora de minérios brutos, pode ser fortalecido, com a agregação de maior valor à cadeia produtiva mineradora. O beneficiamento de recursos naturais em áreas estratégicas do país, para posterior comercialização, tem potencial para a manutenção do desejado saldo positivo de nossa Balança Comercial. Busca-se no processo a integração e o desenvolvimento sócio-econômico em regiões atualmente deprimidas.

Assim, a consolidação das Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZTPM) cresce em importância. Neste contexto, a vocação do modal ferroviário se destaca como solução de transporte mais indicada para o acesso econômico às Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) nacionais com conexão, a pólos industriais e comerciais, por meio da construção de novos ramais ferroviários.

De modo a diminuir os custos de logística e aumentar o valor agregado do setor de mineração nacional, planeja-se o estabelecimento de ramais ferroviários ligando as Zonas de Processamento e Transformação Mineral – ZPTM às Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIM, por meio da criação de novos ramais às ferrovias Norte-Sul (EF-151), de Integração Oeste Leste (FIOL – EF-334) e Transnordestina. Os seguintes trechos ferroviários foram identificados como relevantes para tal objetivo:

1. Ramal na EF-151 – Rio Tocantins a Imperatriz/MA com 40,0 km;
2. Ramal na EF-151 – Araguaína/TO a Xinguara/PA com 200,0 km;
3. Ramal na EF-151 – Barro Alto/GO a Uruaçu/GO com 50,0 km;
4. Ramal na EF-334 – Brumado/BA a Salinas/MG com 200,0 km;
5. Ramal na Região de Influência da Nova Transnordestina com 75,0 km.

O foco atual do governo tem sido em concluir as obras dos trechos principais dessas ferrovias, de modo que a introdução dos ramais necessários para a integração ZPTM-ARIM foi adiada para momento mais oportuno.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos para a implantação de 365 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs**

Análise Situacional da Meta

Os estudos ainda não foram iniciados, aguardando as diretrizes do PIL (Plano de Investimentos e Logística) e o avanço nas ferrovias principais, onde serão ligados os novos ramais necessários.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fluxo de trens e a movimentação de veículos e pedestres pode ser comprometido em algumas áreas urbanas ou conurbadas em função do crescimento desordenado de algumas de nossas cidades. Congestionamentos, lentidão do tráfego rodoviário e ferroviário, acidentes e problemas de travessias de veículos e pedestres são efeitos esperados e devidos a imprevisões no planejamento urbano integrado. Tudo isso contribui para uma queda do nível de serviço dos modais de transporte integrados.

A inserção histórica do sistema ferroviário nacional em trechos ao longo de nossos aglomerados urbanos tem impactado negativamente o resultado da velocidade média comercial verificada nas ferrovias brasileiras.

Apesar de o país ter observado um aumento do movimento de cargas pelo modal ferroviário ao longo dos últimos anos (a modernização gradual do Sistema ferroviário nacional permite aos trens atingirem velocidade média de até 40 km/h nos trechos não urbanos do país), baixas velocidades são verificadas em áreas urbanas, já que para se evitar acidentes, a velocidade das composições ferroviárias tem que ser bastante reduzida em trechos urbanos.

Isto concorre para a redução da velocidade operacional média final do sistema ferroviário de cargas nacional. A Média de velocidade, apurada pela ANTT para todos os trens formados, encontra-se próxima a 16 km/h nos dias atuais (para composição de trem e vagão em efetivo deslocamento para transporte de carga, onde se excetua as operações de manobra),

A busca por maior competitividade econômica nacional, passa pela busca por soluções para se mudar este cenário. Nos EUA, por exemplo, as velocidades médias estão em torno de 80 km/h.

Um conjunto de intervenções diferenciadas para cada tipo de tráfego ferroviário é necessário. A solução mais conveniente é a construção de contornos ou anéis ferroviários (uma ferrovia que circunda a zona urbana de uma cidade e à qual se ligam vias diversas com o objetivo de otimizar a função transporte).

Consegue-se assim, retirar o fluxo de trens de carga de dentro das áreas urbanas, aumentando a velocidade das composições em direção aos portos, com melhoria da operação ferroviária e redução dos impactos socioambientais com ganhos econômicos significativos.

A meta do empreendimento é construir os seguintes contornos e adequações ferroviárias em perímetro urbano: Contorno de Araraquara (SP), Adequação de Barra Mansa (RJ), Contorno de Joinville (SC), Contorno de São Francisco do Sul (SC), Contorno de São Félix (BA), Rebaixamento Ferroviário de Maringá (PR), Contorno de Três Lagoas (MS), Contorno de Divinópolis (MG), Adequação Ferroviária em Mogi das Cruzes (SP), Adequação Ferroviária em São Carlos (SP) e Adequação Ferroviária em Paverama (RS).

Em 2012, foi concluída a obra de Rebaixamento da Linha Férrea no município de Maringá (PR), com a previsão atual de mais um contorno a ser concluído em 2014.

Foram aprovados 9 projetos de contornos ferroviários (Rolândia, Ourinhos, Santo Antonio do Monte, Itaúna, Pederneiras, Jaú, Dois Córregos, Botucatu, Bauru).

Metas 2012-2015

• 11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias

Análise Situacional da Meta

Foram aprovados 9 projetos (Bauru, Botucatu, Dois córregos, Jaú, Perdeneiras, Itaúna, Rolândia, Santo Antonio do Monte e Ourinhos), enquanto 2 projetos estão em fase final de análise para aprovação (Formiga e Pindamonhangaba).

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

14/02/2014



• **Construir 7 contornos ferroviários**

Análise Situacional da Meta

Os contornos de Itaúna e Patrocínio foram transferidos para a iniciativa privada, por meio de acordo de compensação relativo a desativação de trechos concessionados à FCA – Ferrovia Centro Atlântico, conforme Resolução n. 4131/2013 – ANTT;

As obras do Contorno Ferroviário de Araraquara e Pátio de Tutóia encontram-se em fase final de execução, com previsão de término no 1º semestre de 2014.

O contorno ferroviário de Três Lagoas está em fase de revisão final de projeto e compra de trilhos e acessórios para superestrutura.

Em Joinville, foi concluído o estudo para a solução de aterro sobre solo mole. Em relação à obra, houve a rescisão do contrato. Pretende-se licitar as obras remanescentes através do Regime Diferenciado de Contratação.

Em São Francisco do Sul foi concluído o projeto do acesso para eliminar os conflitos com o pátio ferroviário do Porto.

A obra do contorno encontra-se paralisada e está em tramitação processo para rescisão do contrato atual.

No que tange ao Contorno de Divinópolis, o empreendimento está contratado, porém aguarda-se a desapropriação das áreas e a Licença de Instalação (LI) para início das obras.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• **Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano**

Análise Situacional da Meta

1. Juiz de Fora (MG): as obras encontram-se em andamento. A intervenção “Ponte dos Três Poderes foi inaugurada em jan/14 e a Ponte do Tupynambás encontra-se em fase final de execução, com previsão de entrega em maio/14. As demais obras aguardam liberação de recursos.

2. Barra Mansa (RJ): a obra encontra-se paralisada em decorrência da limitação de frente de serviço devido à necessidade de desapropriação de trecho. Está previsto para o início de 2014 um mutirão envolvendo o Ministério Público e a Justiça Federal para agilizar as desapropriações.

3. São Carlos (SP): foi concluída a revisão do projeto para permitir a execução de serviços na linha em tráfego para garantir a segurança. Previsão de início da obra na Praça Itália em 2014.

4. Mogi das Cruzes (SP): foi contratada a obra com Projeto Básico, aguardando a elaboração de Projeto Executivo para o início das obras, em execução pela SR/SP;

5. Maringá (PR): a adequação foi concluída em agosto de 2012.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

14/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	1	unidade	1	14/02/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	0	14/02/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	14/02/2014

OBJETIVO: 0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A malha ferroviária brasileira se desenvolveu ao longo do tempo com características diversas, o que prejudica a integração de trechos ferroviários e de regiões do país e reduz o número potencial de rotas que clientes e operadores poderiam utilizar.

Diferentes padrões e alternativas de traçado geométrico, raios de curvatura e principalmente bitolas foram adotados (a bitola é um termo ferroviário para designar a distância entre as faces internas dos trilhos sobre os quais os trens trafegam), para que se viabilizassem à época, novas ferrovias pela iniciativa privada e governamental, a partir de cenários econômicos restritivos para o investimento em infraestrutura ferroviária.

Com a mudança para um cenário econômico mais favorável no início da década de 70, optou-se por padronizar a expansão da nossa malha férrea em bitola larga. Este novo conceito ganhou força devido à aptidão desta bitola para a maior produtividade do transporte ferroviário e está presente. Com a implantação de um terceiro trilho, tornando a via férrea em bitola mista, com a mudança de geometria ou a duplicação de linhas, trechos em bitola larga podem ser ampliados e integrados. Fortalecem-se as ligações entre as regiões brasileiras.

Hoje em dia, com a globalização da economia mundial existe uma constante pressão por maior desempenho e produtividade no transporte de cargas e passageiros. Busca-se o maior benefício socioambiental que se viabiliza com maior crescimento econômico.

Existe um plano de investimentos e/ou recuperação de ativos, o qual visa o aumento de capacidade e melhoria na segurança operacional dos trechos ferroviários, embasado pela pactuação de metas de desempenho dentre as quais, aumento no volume de transporte e redução no índice de acidentes. Neste contexto as concessionárias estão implementando os seguintes projetos:

1. Malha concedida à TLSA: as obras da ferrovia Nova Transnordestina foram subdivididas em vários trechos, em diferentes estágios de execução. A previsão de entrega para a obra completa é o final de 2015.
2. Malha concedida à ALLMS: a Concessionária desenvolve projetos no estado do Rio Grande do Sul para a reativação do tráfego ferroviário comercial entre os pátios de: Dilermando de Aguiar e Santiago, Santiago e São Luiz Gonzaga e entre Cruz Alta e São Bento.
3. Malha concedida à ALLMN: a Ferrovia no trecho Alto Araguaia - Rondonópolis encontra-se concluída, restando algumas obras civis no Complexo Intermodal de Rondonópolis.
4. Malha concedida à FCA: segue em implantação o projeto de modernização da ligação ferroviária entre Horto Florestal (Belo Horizonte/MG) e General Carneiro (Sabará/MG).
5. Malha concedida à EFVM: em andamento as obras de melhoria operacional e capacitação da ferrovia em implantação entre Barão de Cocais e Santa Bárbara, em Minas Gerais.
6. Malha concedida à EFC: em implantação a obra de duplicação do projeto de Capacitação Logística Norte, entre o Porto de Madeira (MA) e Parauapebas (PA).
7. Malha concedida à MRS: continuam em execução a obra de segregação dos trens de carga das linhas da CPTM, entre Suzano (SP) e Manoel Feio (SP) e a obra de duplicação entre Valongo (SP) e Perequê (SP).

Metas 2012-2015

• Adequar 150 km de trechos ferroviários

Análise Situacional da Meta

DUPLICAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

O projeto de duplicação da linha singela, Estrada de Ferro Carajás, entre Parauapebas (PA) e São Luís (MA) - Programa de Capacitação Logística Norte (CLN 150 MTPA) – tem sua implantação em 221 km dos 891,4 km da



ferrovia. Foi autorizado pela Resolução ANTT nº 3.728/11 de 19 de outubro de 2011.

AS OBRAS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

O projeto de implantação pela EFC, com extensão de 221 km, tem sua execução em duas fases. Na primeira fase, denominada Fase 1 – 150 MTPA, estão sendo duplicados os segmentos 6 -7, 20 – 21, 24 – 25, 27 – 28, 30 – 31, 36 –37, 37 – 38, 47 – 48, 48 – 49 e 53 – 54 com toda a infraestrutura de via permanente, de sinalização e telecomunicações. Os demais segmentos serão duplicados na segunda fase, denominada S11D. O projeto prevê a construção de 5 (cinco) pontes ferroviárias e 1 (um) viaduto ferroviário.

SITUAÇÃO ATUAL DAS OBRAS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

As obras se desenvolvem com grande mobilização de pessoal e maquinário, em conformidade com os projetos autorizados pela ANTT. Os segmentos 6–7 com 15,142 km, 24–25 com 18,134 km, 26–27 com 12,64 km, 27–28 com 14,444 km e 37–38 com 2,7 km encontram-se prontos e em operação. O segmento 36–37 com 8,346 km encontra-se com obras em curso na abertura de caminhos de serviços, desmatamento da faixa a nova grade ferroviária e demolição de alas de bueiros que serão prolongados.

Quantidade alcançada

63,06

Data de Referência

30/09/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	150	km	63,06	31/12/2013

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Governo Federal anunciou o Programa de Investimentos em Logística – PIL, que incluiu um novo modelo de concessão ferroviária, que trará ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio na oferta de serviços e redução de tarifas.

Operacionalmente, a Valec, cujo papel institucional foi reestruturado, comprará a capacidade integral de transporte da ferrovia diretamente da empresa que construirá e manterá os trechos. Em seguida, fará a oferta pública da capacidade de transporte da malha, assegurando o direito de passagem dos trens dos diversos operadores em todas as malhas, buscando a modicidade tarifária. O PIL-Ferrovias estabeleceu, ainda, dois grupos de trechos ferroviários, perfazendo cerca de 10 mil km de extensão, a serem licitados no novo modelo. Atualmente, encontra-se em fase de preparação da licitação o trecho entre Lucas do Rio Verde (MT) e Campinorte (GO) da Ferrovia de Integração do Centro Oeste (FICO).

Além disso, com o intuito de aumentar a concorrência do modal, melhorar o nível de serviço prestado e aumentar o número de usuários, a ANTT publicou três resoluções para as concessões ferroviárias, a saber:

Resolução 3.694/11 – Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas;

Resolução 3.695/11 – Regulamento das Operações de Tráfego Mútuo e Direito de Passagem;

Resolução 3.696/11 – Regulamento para Pactuar Metas de Produção por Trecho e Metas de Segurança;

Somada a essas resoluções, encontra-se em fase de audiência pública a proposta de regulamentação do Operador Ferroviário Independente – OFI, que será o agente transportador de cargas nas ferrovias do PIL. Este atuará de forma

dissociada da infraestrutura ferroviária, viabilizando o modelo de operação ferroviária desverticalizado, preconizada pelo Governo Federal para esta rodada de concessões.

Metas 2012-2015

• Construção de 9 integrações intermodal e intramodal

Análise Situacional da Meta

A Valec é responsável pela construção de nove pátios na Ferrovia Norte-Sul, sendo sete no Trecho Palmas/TO - Anápolis/GO e dois na Extensão Sul no trecho Ouro Verde de Goiás/GO - Estrela D'Oeste/SP, porém, os recursos para construção foram ou serão alocados nas ações da própria ferrovia, conforme abaixo:

- Pátio multimodal de Porto Nacional com execução de 100%, recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio multimodal de Gurupi, com execução de 95%, faltando apenas o acesso rodoviário, recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio de Porangatu, , perdeu o título de pátio, será desvio de cruzamento, recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio de Uruaçu, obra iniciada em 2013, com 40% de execução, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio de Santa Izabel/GO, com execução de 50%, recursos alocados na Ação 116E; - Pátio de Jaraguá/GO, com execução de 80%, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio multimodal de Anápolis, obra iniciada em 2013, com 45% de execução, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio de São Simão/GO, obra iniciada em 2013, com 62% de execução, recursos alocados na Ação 11ZH;
- Pátio de Estrela D'Oeste/SP, obra ainda não iniciada em 2013, os recursos serão alocados na Ação 11ZD;

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	2	unidade	2	31/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	5	unidade	0	31/12/2013
Vetor Logístico Leste	2	unidade	0	31/12/2013

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A adequação e manutenção da malha ferroviária brasileira em operação estão ligadas diretamente aos investimentos realizados, aplicados em serviços de manutenção e aquisição de novos materiais rodantes (vagões e locomotivas).

Atualmente cerca de 1.500 km de trechos ferroviários onde existe a prestação de serviço público de transporte ferroviário mediante concessão estão executando obras de melhorias como expansão, modernização, duplicação e construção de vias. Para os novos trechos a serem licitados no modelo do Programa de Investimentos em Logística – PIL, a construtora da malha, como gestora da infraestrutura, será responsável pela manutenção.

Metas 2012-2015

• Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais

Análise Situacional da Meta

A quantidade prevista para a manutenção nessa meta se refere unicamente à ferrovia Norte-Sul, que atualmente ainda



está em construção. Espera-se que, assim que a ferrovia esteja em operação, seja contratada a manutenção permanente.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. A empresa, vinculada ao Ministério dos Transportes e criada pela Lei 12.743/2012, foi inicialmente denominada Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV) e passou a ser Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), ampliando as suas competências.

À EPL cabe exercer a função de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), reformulado pelo Decreto 7.789 (15/08/2012) para incorporar em sua composição representantes da iniciativa privada. Além de estruturar e executar o planejamento integrado da logística no país, a EPL vai atuar como sócia na concessão do Trem de Alta Velocidade (TAV), com o objetivo de absorver e difundir novas tecnologias no setor. Sob demanda, e mediante contratação, a EPL planejará e estruturará projetos logísticos e poderá celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologias e licenciamento de patentes. A empresa assumirá também a função de empreendedora, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

Existem dois estudos em execução, os quais são liderados pela EPL: Pesquisa de Origem e Destino e Contratação de Empresa de Desenvolvimento de Soluções Inovadoras de Engenharia. Além disso, está em andamento a contratação da DERSA para elaboração dos projetos do ferroanel de São Paulo. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPL passam a subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério dos Transportes, no âmbito da política traçada para o setor.

Metas 2012-2015

• Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT - do Ministério dos Transportes tem o Projeto de Execução de Serviço de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados de Bases de Dados Georreferenciadas existentes no MT e nos Órgãos Vinculados.

Para garantir uma infraestrutura de transporte adequada, deve-se prever os investimentos nos momentos e locais apropriados, de forma a maximizar resultados para os usuários. Entretanto, para o direcionamento correto dos investimentos na infraestrutura ferroviária, há necessidade de estudos, levantamentos, elaboração de projetos básicos e executivos, estudos ambientais e base técnica para o planejamento, gestão e operação com boas condições.

Para o melhor desempenho da gestão e operação da malha ferroviária federal, há necessidade de elaboração de estudos e levantamentos de campo para alimentar um sistema de gerenciamento da malha, propiciando o acompanhamento da evolução do transporte terrestre.

O projeto tem por objetivo efetuar o levantamento e documentação dos metadados de todos os sistemas, desenvolvidos com base em tecnologia de geoprocessamento, existentes no MT e órgãos vinculados: DNIT, ANTT, ANTAQ e

VALEC.

A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de padrões de metadados, tais como:

- 1 - Diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;
- 2 - Aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- 3 - Aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- 4 - Aumento de dados produzidos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

• **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**

Análise Situacional da Meta

O projeto de criação do Observatório Logístico prevê a contratação de empresa de desenvolvimento de soluções inovadoras de engenharia para desenvolvimento e transferência de tecnologia, que abrangerá desde áreas de planejamento logístico automatizado, até ações mitigatórias contra fraudes e sonegação fiscal. Além de se alinhar às iniciativas do governo brasileiro para garantir a independência tecnológica do país, e com a colaboração futura da contratada, permitirá à EPL o controle operacional das novas tecnologias de automação na gestão de transportes, conferindo-lhe a capacidade de prestação de serviços e conhecimento acerca do fluxo de veículos e cargas. Além disso, oferecerá dados em tempo real e permitirá o desenho inteligente de soluções que atendam às reais necessidades do país, assistindo o governo e empresas na melhoria da prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas.

Os estudos e projetos estão em andamento.

OBJETIVO: 1002 - Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Na década de 90, em busca de alternativas para aumentar a oferta e a melhoria dos serviços no setor, o Governo Federal decidiu pela concessão das operações ferroviárias. Por meio do Decreto nº 473, de 9 de março de 1992, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) a transferência à iniciativa privada da operação da malha ferroviária pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período.

O PND, no que se refere ao modal ferroviário, teve como objetivos básicos a desoneração do Estado, a melhoria da alocação de recursos, o aumento da eficiência operacional, o fomento ao desenvolvimento do mercado de transportes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Para o acompanhamento da evolução do setor são considerados quatro parâmetros: o desempenho operacional, o desempenho econômico-financeiro, as metas contratuais de produção e a redução dos acidentes.

Em agosto de 2012, foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que contemplou um novo modelo de concessão para o setor ferroviário.

No contexto do Programa de Investimentos em Logística (PIL), foram lançados 12 novos trechos ferroviários (perfazendo aproximadamente 10 mil km), a serem construídos em bitola de maior capacidade, no qual o governo, por meio da Valec, contrata a construção, compra a capacidade integral de transporte da ferrovia diretamente do contratado (responsável pela manutenção da ferrovia) para depois ofertá-la publicamente aos operadores. Neste modelo, conhecido como de Acesso Aberto, vários operadores terão acesso ao trecho, bastando que adquiram a capacidade de transporte. Espera-se ainda que o uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) leve a maior celeridade na execução das novas obras.

Em relação aos novos trechos propostos no contexto do PIL, estão todos em diferentes estágios de preparação: para



alguns ainda está sendo desenvolvido o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), sendo que outros já estão na fase de projeto básico e/ou projeto executivo. As primeiras licitações estão previstas para 2014.

Metas 2012-2015

• Implantar novo modelo de concessão ferroviária

Análise Situacional da Meta

A implantação do novo modelo de concessão ferroviária ensejará, por parte da ANTT, regulamentação no que se refere à atuação dos agentes envolvidos na prestação do serviço, bem como das relações que se estabelecerão entre eles. Os temas a serem regulamentados foram identificados por meio do instrumento de planejamento adotado pela ANTT, qual seja sua Agenda Regulatória. Após validação dos temas junto à Diretoria da Agência, a coordenação e gestão da Agenda Regulatória é feita diretamente pela área técnica no desenvolvimento da regulamentação. Foram construídos cronogramas específicos para cada um dos temas indicados, os quais vem sendo cumpridos conforme estabelecido.

• Realizar estudos para concessão de 10.417km em trechos ferroviários federais.

Análise Situacional da Meta

O Programa de Investimento em Infraestrutura Logística – PIL, advém do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, iniciativa do Governo Federal com vistas a dotar o país de um sistema de transporte adequado, após décadas de baixo investimento. Este programa deverá restabelecer a capacidade de planejamento integrado dos sistemas de transporte, promover a integração de ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos além de articular os modais logísticos as cadeias produtivas.

No primeiro semestre de 2013, foram realizados estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) para 13 trechos contemplados no PIL, de forma a verificar, de forma objetiva e sintética, existência de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a execução de uma determinada obra de infraestrutura de transportes, ou conjunto delas, nos segmentos considerados, dentre as alternativas propostas.

A ANTT realiza o acompanhamento dos produtos entregues pelas empresas projetistas, efetuando a análise de qualidade e adequabilidade dos estudos apresentados. No ano de 2013, a equipe GPFER analisou Estudos de Engenharia para os 13 trechos, e atualmente realiza revisão e ajustes nos documentos técnicos necessários para a concessão.

Até o momento, foram realizados estudos de viabilidade em 10.327,0 km do total proposto no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), conforme quadro abaixo. Vale ressaltar que os trechos Ouro Verde - Estrela d'Oeste (681 km) e Porto Nacional – Anápolis (855 km), pertencentes à Ferrovia Norte Sul, apesar de já terem seus estudos realizados anteriormente à criação do Programa de Investimentos em Logística (PIL), foram reestudados visando a sua readequação ao novo programa.

É importante destacar que se encontram em andamento outros estudos, que após conclusão, poderão compor o mencionado Programa.

Quantidade alcançada

10.327

Data de Referência

20/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	480	km	457	20/12/2013
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3.327	km	3.260	20/12/2013
Vetor Logístico Leste	3.959	km	3.959	20/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.101	km	1.101	20/12/2013
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	400	km	400	20/12/2013
Vetor Logístico Sul	1.150	km	1.150	20/12/2013

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US\$ FOB	31/12/2010	45,8	31/12/2013	52,8
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	milhões de toneladas	31/12/2010	1,4	31/12/2013	1,3
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	31/12/2007	1,48	31/12/2013	0,21
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	2,6	31/12/2013	2,9
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero	milhões de toneladas	31/12/2010	1,14	31/12/2013	1,2
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	155	31/12/2013	193,1
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	31/12/2010	70,2	31/12/2013	88,23
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	31/12/2010	23,5	31/12/2013	27,78
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2010	13,7	31/12/2013	8,3
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2010	5,2	31/12/2013	3,2
Percentual de Cancelamento	%	31/12/2010	10,3	31/12/2013	8,5
Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	31/12/2011	130	31/12/2013	120
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	93	31/12/2013	123
Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	58	31/12/2013	56
Tarifa aérea média nominal	R\$	31/12/2009	315,43	31/12/2013	302,98
Taxa de ocupação (load factor)	%	31/12/2009	62,5	31/12/2013	76,42
Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas	31/12/2010	1.110,79	31/12/2013	1.688
Yield tarifa aérea nominal	R\$	31/12/2009	0,4677	31/12/2013	0,374

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o Brasil seguiu ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. A capacidade anual de processamento de passageiros em 2013 foi de 264.348.500, o que representa 87% da meta para o período do Plano.



A capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2013 foi de 1.581.596,81 toneladas, o que representa um aumento de cerca de 4% em relação ao ano anterior e mais de 65% da meta do PPA. Ao lado disso, houve um aumento de 5,5% no valor de comércio exterior realizado por transporte aéreo em 2013.

Para permitir a expansão do setor aeroportuário do país, o Governo Federal estabeleceu critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos, definindo os aeroportos que ficarão sob o controle da União, os que devem ser administrados por estados ou municípios e, por fim, os que poderão ser concedidos à iniciativa privada. No primeiro semestre de 2013, foi elaborado o Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária-PGO, o qual foi aprovado no segundo semestre por meio da Portaria nº 110, de 08 de julho de 2013. O PGO estabelece políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis públicos. A partir disso estão sendo elaborados Planos de Outorga Específicos-POE para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração.

Dando prosseguimento ao processo de concessão dos aeroportos, em 22 de novembro de 2013, realizou-se o leilão de concessão dos aeroportos de Confins (MG) e do Galeão (RJ). Os dois aeroportos foram arrematados por um valor de R\$ 20,8 bilhões (1,8 bilhão e 19 bilhões, respectivamente), mais de três vezes o valor mínimo exigido de R\$ 5,9 bilhões. Além do valor de outorga já mencionado, a ser pago no decorrer do período de concessão, assim que assumirem os aeroportos, as Concessionárias darão início a um cronograma de investimentos que, segundo previsão dos Estudos Técnicos que embasaram a concessão, deverá alcançar R\$ 8 bilhões, incluindo a construção de novos terminais, reforma dos terminais existentes, melhorias no pátio de aeronaves, ampliação dos estacionamentos de veículos e a construção de novas pistas.

No decorrer do ano de 2013, a Secretaria de Aviação Civil – SAC/PR prosseguiu com as averiguações e atualizações das outorgas de exploração de aeródromos civis públicos junto aos Estados e Municípios, com o objetivo de regularizar a operação de unidades aeroportuárias sem a correspondente outorga da União, além de buscar a renovação dos Convênios já celebrados. No período referido, foram celebrados 160 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo: 80 outorgas para aeródromos até então sem instrumento de exploração da União; 06 outorgas para novos aeródromos; 64 renovações de outorgas (modernização de convênios já existentes); 03 novas outorgas decorrentes de reclassificação de aeródromos (privado para público) e 07 transferências de delegatários (repasse do Estado para o Município ou vice e versa).

No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com os estados da Federação, no primeiro semestre de 2013, foram aprovados os projetos dos convênios de Cabo Frio – RJ, Cascavel – PR, Dourados – MS, Fernando de Noronha – PE e Santo Ângelo – RS, sendo que as obras desses dois últimos foram autorizadas.

Já o Programa para a Aviação Regional, lançado em 2012, constitui-se um novo paradigma de investimentos no âmbito da administração pública federal, cujo escopo de execução é inédito em comparação com outros programas de aviação civil regional de outros países no mundo. A implantação do Programa tem demandado a estruturação da execução e a realização dos atos normativos no 1º semestre de 2013, além de ajustes na legislação para permitir que o Banco do Brasil passasse a ser o gestor do Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC.

O principal enfoque no 2º semestre de 2013 foi a realização dos procedimentos licitatórios para a contratação de estudos (de engenharia e ambiental), projetos, e serviços de engenharia em campo (topografia, perfilamento a laser, ensaios e sondagens de solo), com vista a viabilizar a realização das obras e aquisição dos equipamentos para os aeroportos regionais. Em 2013, foram publicados 25 editais de licitação, dos quais 5 foram contratados.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC**

Análise Situacional da Meta

A capacidade de movimentação de passageiros, que agrega embarques, desembarques e conexões, para o ano de 2013 foi de 264.348.500, dos quais 36.464.000 referem-se à Região Sul, 111.298.000 à Região Sudeste, 28.539.500 à Região Norte, 62.819.500 à Região Nordeste e 25.227.500 à Região Centro-Oeste.

Para atendimento da meta, tanto as concessionárias dos aeroportos concedidos quanto a Infraero estão ampliando seus investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização dos Terminais de Passageiros nos aeroportos por elas administrados.

Por Região, destacam-se as principais obras de infraestrutura e contratação de serviços em andamento, para garantir a ampliação, modernização e melhoria dos serviços prestados.

- Região Norte: Reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros - TPS do Aeroporto de Manaus, ampliando sua capacidade para 13,5 milhões/ano;
- Região Nordeste: Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Fortaleza, aumentando sua capacidade para 8,6 milhões/ano; Reforma e adequação do TPS de Salvador, ampliando sua capacidade para 10,8 milhões/ano;
- Região Centro-Oeste: Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Cuiabá, ampliando sua capacidade para 5,7 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Goiânia, ampliando sua capacidade para 8,6 milhões/ano;
- Região Sudeste: Reforma, modernização e ampliação do TPS do Aeroporto de Confins, ampliando sua capacidade para 15,5 milhões/ano; Reforma do TPS 1 e 2 do Aeroporto do Galeão, ampliando sua capacidade para 43,2 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Vitória, ampliando sua capacidade para 9,7 milhões/ano;
- Região Sul: Ampliação do TPS do Aeroporto de Curitiba, ampliando sua capacidade para 10,4 milhões/ano; Reforma e ampliação do TPS 1 do Aeroporto de Porto Alegre, ampliando sua capacidade para 18,9 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Florianópolis, ampliando sua capacidade para 10,8 milhões/ano; Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Foz de Iguaçu, ampliando sua capacidade para 3,9 milhões/ano.

Quantidade alcançada

264.348.500

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40.166.680	unidade	25.227.500	31/12/2013
Região Nordeste	51.575.690	unidade	62.819.500	31/12/2013
Região Norte	19.221.206	unidade	28.539.500	31/12/2013
Região Sudeste	158.208.606	unidade	111.298.000	31/12/2013
Região Sul	35.827.818	unidade	36.464.000	31/12/2013

- **Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas**

Análise Situacional da Meta

A capacidade de processamento de cargas no ano de 2013 foi de 1.581.596,81 toneladas, das quais 131.259 referem-se à Região Sul, 958.248,81 à Região Sudeste, 265.755 à Região Norte, 126.163 à Região Nordeste 100.171,00 à Região Centro-Oeste.

No exercício de 2013, ainda que não tenham ocorrido acréscimos em larga escala na área reservada à armazenagem e movimentação de cargas, houve significativas melhorias nos processos operacionais, com ganhos de eficiência e agilidade na liberação de cargas. Tais ganhos resultaram em aumentos de escala, onde, com a mesma área, foi possível processar maior quantidade de carga sem a necessidade de investimentos em novos espaços.

Além das ações apontadas em 2012, iniciou-se o Programa de Visitas, desenvolvido internamente, que apresenta as instalações, equipamentos e facilidades, bem como, as flexibilizações existentes para a redução das tarifas por segmento e suas movimentações físico-financeiras, reduzindo assim, as médias dos tempos de processamento das ações desenvolvidas pela Rede Teca (Rede de Terminais de Logística de Carga) junto a seus clientes estratégicos. Tais ações



buscam ainda estreitar as relações e o entendimento entre os clientes e órgãos anuentes para liberação de cargas de forma cada vez mais rápida, segura e com menos custos.

Os investimentos previstos para o triênio 2013/2015, voltados para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos logísticos são da ordem de R\$ 287,5 milhões. Tais investimentos, somados às constantes melhorias de processos, têm como prioridade o aumento da capacidade de processamento de cargas pelos Terminais de Logística da Infraero. A seguir apresentam-se os principais investimentos em execução no exercício de 2013:

- Transelevador para o Terminal de Cargas do Aeroporto de Manaus; Novo Complexo Logístico de Cargas do Aeroporto de Palmas; Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto de Vitória;
- Aquisição de equipamentos para a Rede Teca: empilhadeiras, transelevadores, paletes, niveladoras (doca e rampa) e envelopadoras para estabilizar e proteger as cargas.

Em 2010, a capacidade de processamento de carga da Rede de Terminais de Logística de Carga da Infraero, incluindo os Aeroportos concedidos de Guarulhos, Campinas e Brasília, correspondia a cerca de 1,25 milhão de toneladas. Ao término de 2012, a capacidade de processamento de carga, incluindo os aeroportos concedidos, elevou-se para cerca de 1,52 milhão de toneladas. Em 2013, a capacidade evoluiu para 1,58 milhão de toneladas. Considerando os investimentos previstos para os aeroportos da Infraero, bem como o atingimento da Fase I-B, em maio/14, caracterizada como o primeiro ciclo de investimentos para adequação da capacidade dos aeroportos concedidos de Brasília, Campinas e Guarulhos, espera-se evolução satisfatória no sentido de superar a meta proposta até o fim do PPA.

Quantidade alcançada

1.581.596,81

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39.000	TON	100.171	31/12/2013
Região Nordeste	164.000	TON	126.163	31/12/2013
Região Norte	393.000	TON	265.755	31/12/2013
Região Sudeste	1.621.000	TON	958.248,81	31/12/2013
Região Sul	183.000	TON	131.259	31/12/2013

• Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária

Análise Situacional da Meta

O Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária-PGO foi aprovado no segundo semestre por meio da Portaria nº 110, de 08 de julho de 2013.

O PGO estabeleceu políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis públicos, dentre as modalidades de exploração admitidas pela legislação vigente, quais sejam: diretamente, pela União; por empresas especializadas da Administração Federal Indireta ou suas subsidiárias; mediante convênio com os Estados ou Municípios; por concessão ou autorização. Conforme critérios definidos no PGO, a SAC-PR está elaborando os Planos de Outorga Específicos-POE para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração.

OBJETIVO: 0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo possui o escopo de ampliar o número de aeroportos e de rotas atendidos/servidos por transporte aéreo regular

de passageiros e cargas, por meio da efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves, do estímulo à concorrência entre os prestadores de serviços de transporte aéreo regular, da instituição de plano de incentivos para o desenvolvimento e a expansão do transporte aéreo regular de passageiros em ligações de baixo e médio potencial de tráfego e da promoção da expansão das capacidades acordadas por ocasião das negociações dos Acordos sobre Serviços Aéreos com diferentes países.

Em 31/12/2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas variou de 130 para 120 nos dois primeiros anos do PPA. Já o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas reduziu de 789 ao final de 2012, para 663 ao final de 2013, o que representa 66,3% da meta do PPA.

Os motivos para a redução do número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei 11.182/2005. Contudo, as dificuldades decorrentes do aumento dos custos operacionais se destacam. Tais custos foram especialmente afetados pelo aumento do preço do Querosene de Aviação e pelo aumento do valor do dólar norte-americano frente ao real.

Os dados sugerem que as empresas aéreas estão buscando adequar suas estruturas de custos à nova realidade. Parte das ações tomadas refere-se à diminuição da oferta, o que implica na redução do número de rotas. Segundo dados da ANAC, de janeiro a novembro de 2013 a indústria de transporte aéreo reduziu em aproximadamente 3,66% a oferta de assentos nos voos domésticos em comparação com o mesmo período do ano anterior.

É importante registrar que a participação do combustível nos custos operacionais da indústria de transporte aéreo, em decorrência do aumento de preços, é da ordem de 40%. Além do combustível, há uma série de itens influenciados pela variação cambial, como por exemplo, os custos com arrendamento, compra e manutenção de aeronaves.

Por fim, a maior concentração do mercado, devido a aquisições realizadas no ano de 2012, impactou diretamente a oferta de voos pelas empresas aéreas.

Têm sido objeto de análise medidas que possam contribuir para a redução do custo operacional da indústria de transporte aéreo.

O Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos-PIL, anunciado pela Presidência da República em 20 de dezembro de 2012, prevê o fortalecimento e a ampliação da aviação regional com investimentos da ordem de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeródromos/localidades do país, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária.

O Banco do Brasil S/A prestará serviços ao Governo Federal para realização de investimentos em logística em aeroportos regionais, e poderá ser utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC na forma da Lei nº 12.462/2011. Os recursos alocados para os investimentos são oriundos do Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC e serão destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma dos aeródromos regionais integrantes do PIL.

Quanto à iniciativa de efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves, já no ano de 2012 realizou-se articulação junto ao Ministério da Fazenda, que informou estar o Fundo Garantidor regulamentado pelo Decreto nº 7.333, de 19/10/2010. Tais informações foram repassadas às empresas, pois consideravam que o Fundo Garantidor não estava operacional para a aquisição de aeronaves.

Em relação às medidas de estímulo à concorrência entre os prestadores de serviço de transporte aéreo, o Projeto de Lei nº



6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, continuaram sem movimentação na Câmara dos Deputados durante o ano de 2013, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

Ao longo do ano de 2013, deu-se continuidade às discussões entre a SAC-PR, ANAC, STN/MF, SEAE/MF, MPOG e Casa Civil da PR (CC-PR), acerca da nova regulamentação do Sistema de Alocação de Horários de Chegadas e Partidas de Aeronaves (slots). Tais discussões tiveram o intuito de promover uma significativa redução das barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos que apresentem, ou que venham a apresentar, restrição de oferta de infraestrutura aeroportuária, propiciando, assim, um aumento do potencial de competição do setor aéreo e da qualidade dos serviços prestados aos passageiros. Duas audiências públicas realizadas em fevereiro de 2013 resultaram dessas reuniões: i) uma de revisão da Resolução ANAC nº 02/2006, que regula a alocação de slots em linhas aéreas domésticas de transporte regular de passageiros no país, promovida pela própria agência reguladora; ii) outra, específica para o Aeroporto de Congonhas, promovida pela SAC-PR. As sugestões e críticas colhidas ao longo das audiências foram então internalizadas e analisadas pelos respectivos órgãos. A SAC-PR coordenou estudos com vistas a avaliar a disponibilização de novos slots para aviação regular no Aeroporto de Congonhas, atendendo assim a uma das principais sugestões apresentadas durante a audiência. Tais estudos foram concluídos e apresentados à CC-PR e ao MF para avaliação, e atualmente seguem em fase de análise por esses órgãos. Posteriormente a ANAC deverá publicar o normativo com as alterações advindas das contribuições da sociedade.

Metas 2012-2015

• Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas

Análise Situacional da Meta

O número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas encerrou o ano de 2013 em 663 rotas. Os dados foram retirados com base no HOTRAN (Horário de Transporte) do dia 31/12/2013.

Os motivos para a redução no número de operações são diversos, podendo se destacar que, após um período de forte concorrência, as empresas aéreas concessionárias de serviços aéreos estão readequando seus custos, por meio de diversas ações, destacando-se a otimização da malha, de forma a melhorar o aproveitamento (taxa de ocupação dos assentos) das aeronaves.

Além disso, a malha aérea nos dias do final do ano fica concentrada entre os principais aeroportos nacionais devido à alta demanda.

Quantidade alcançada

663

Data de Referência

31/12/2013

• Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas

Análise Situacional da Meta

Em 31/12/2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 130, de acordo com dados da contextualização deste Programa. Durante o ano de 2012 chegou-se a 124 aeroportos, e o ano de 2013 apresentou, até o fim do primeiro semestre, 125 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, sendo que em 31/12/2013 esse número foi reduzido para 120. De dezembro de 2012 a dezembro de 2013, o número de aeroportos variou da seguinte forma: as Regiões Centro-Oeste e Nordeste tiveram, cada uma, mais um aeroporto atendido por transporte aéreo regular de passageiros e cargas; a Região Norte teve decréscimo de um aeroporto; a Região Sudeste, apesar do decréscimo de um aeroporto, manteve-se na meta estipulada de 30 aeroportos; e a Região Sul perdeu 4 aeroportos. A otimização da malha aérea para evitar possíveis prejuízos e a maior concentração do mercado devido a aquisições realizadas no ano de 2012 são alguns dos fatores relacionados a esse cenário de

diminuição do número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. O Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, anunciado pelo Governo Federal em dezembro de 2012, prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional por meio de investimentos no valor de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos, bem como parcerias com Estados e Municípios para a gestão dos aeroportos. A efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves, o estímulo à concorrência entre os prestadores de serviços de transporte aéreo regular e a instituição de plano de incentivos para o desenvolvimento e expansão do transporte aéreo regular de passageiros em ligações de baixo e médio potencial de tráfego também contribuirão para o atingimento da meta até 2015.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	16	31/12/2013
Região Nordeste	28	unidade	20	31/12/2013
Região Norte	46	unidade	34	31/12/2013
Região Sudeste	30	unidade	30	31/12/2013
Região Sul	27	unidade	20	31/12/2013

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security). A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea

– como, por exemplo, os atentados terroristas. As ações relativas a security são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas.

No que tange a security, a ANAC tem mantido sua rotina de fiscalização, com 1.395 itens fiscalizados em 2013.

No que se refere a safety, a Agência fiscalizou, no ano de 2013, 18.103 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade. Todo esse conjunto de atividades contribuiu para o êxito da realização dos grandes eventos no País no ano de 2013, como a Copa das Confederações 2013 e da Jornada Mundial da Juventude, realizadas respectivamente nos meses de junho e julho de 2013, eventos que trouxeram ao setor aeroportuário grande movimentação de aeronaves e passageiros, nacionais e internacionais. Além disso, também contribuem para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingiu 0,21 no ano de 2012 e manteve-se nesse patamar em 2013. Dessa forma, o índice atual está abaixo da média mundial de 0,46.

Outra ação realizada no sentido de promover a segurança da aviação civil foi a edição e revisão de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade. No exercício 2013 foram editadas e revisadas 63 normas. Além disso, destaca-se que foram realizadas 23 audiências públicas que



possibilitaram a participação da sociedade no processo de aperfeiçoamento do arcabouço jurídico da Agência.

Ademais, em relação à atividade de regulação, foi publicada a Agenda Regulatória da ANAC para o ano de 2014, com o objetivo de direcionar o desenvolvimento e a atualização das normas do setor de forma transparente e com participação da sociedade. A agenda contém ao todo 28 temas prioritários para 2014. A definição dos temas estabelece diretrizes para as atividades normativas da Agência, com vistas a garantir a melhoria contínua dos processos organizacionais e do planejamento interno.

Metas 2012-2015

- **Realizar 1224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram fiscalizados 1.395 itens referentes a auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, de forma a totalizar o valor de 3.886 itens fiscalizados nos anos de 2012 e 2013. Cabe ressaltar que a metodologia de apuração das inspeções foi alterada nesse ano, assim, a meta está em processo de readequação.

Quantidade alcançada

3.886

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens**

Análise Situacional da Meta

A Agência Nacional de Aviação Civil tem envidado esforços para o estabelecimento de um padrão de segurança operacional elevado em empresas aéreas de transporte regular de passageiros, o que resultou em um grau de alcance do indicador de 0,21.

Quantidade alcançada

0,21

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento estratégico de longo prazo para o setor encontra-se em fase de concepção pelo Governo Federal, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil/PNAC.

No âmbito da melhoria dos processos de gestão, foi assinado em dezembro de 2013 o termo de cooperação junto à Universidade Federal de Santa Catarina para fornecimento, dentre outros, de pessoal qualificado em áreas de Tecnologia da Informação para implementação de sistema de gerenciamento e acompanhamento de projetos. Tal metodologia, quando aplicada, será utilizada nas diversas áreas, especialmente no acompanhamento de obras e dos resultados efetivos da realização dessas intervenções, no acompanhamento de convênios e outros. Espera-se que, com a aquisição de

conhecimento decorrente dessa cooperação, seja ampliada a capacidade interna de estabelecer objetivos e metas futuros para todo o setor.

Em 2012, foi realizado Estudo de Regionalização da ANAC, buscando endereçar soluções de planejamento e gestão para a aviação civil nacional. Em 2013, a Agência adotou medidas para a prospecção de temas e de parcerias com instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas como forma de aprimorar sua atividade regulatória e também de fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas relativas à aviação civil que sejam de interesse do País.

Também a partir de 2013, a SAC-PR realizou cinco estudos voltados para o estabelecimento de diagnósticos sobre a aviação civil, a saber: (1) “Indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros”, (2) “Estimativa de demanda para os aeroportos brasileiros que operam voo regular”, (3) “Modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais”, (4) “Estimativa de movimentação na Hora Pico para os aeroportos regionais” e (5) “Estimativa de mix e movimentação de aeronaves para aeroportos regionais”.

A identificação de novas tecnologias utilizadas na indústria aeronáutica e o desenvolvimento de requisitos para a sua homologação culminaram, em 2013, na expedição de vinte e quatro normas pela ANAC, dentre Instruções Suplementares, mediante Portarias, Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil (RBAC) e Condições Especiais, mediante Resoluções.

No que se refere à formação e à capacitação de recursos humanos, em 2013, foram capacitados 1.600 profissionais da aviação civil, como pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves, representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária, bombeiros de aeródromos e entidades do setor que, somados aos 391 em 2012, proporcionaram o atingimento da meta proposta para o período. Os resultados alcançados proporcionarão aos aeroportos regionais atendidos a possibilidade de operação de voos regulares, haja vista os requisitos obrigatórios de números mínimos de bombeiros de aeródromo em exercício nos aeroportos. Além disso, as capacitações em nível gerencial têm o fito de proporcionar a melhoria dos serviços prestados nos aeroportos do interior do país e de qualificar profissionais que possam contribuir para o crescimento sustentável da rede de aeroportos regionais brasileiros.

Com o objetivo de revisar o marco legal do setor de aviação civil, a SAC-PR publicou, durante o ano de 2013, a Portaria nº 110, de 8 de julho de 2013, que aprovou o Plano Geral de Outorgas (PGO). O PGO caracteriza-se por estabelecer diretrizes e modelos para exploração de aeródromos civis públicos, definindo assim cinco modalidades de exploração: concessão; autorização, pela Infraero ou suas subsidiárias, pelo Comando da Aeronáutica e delegação a governos estaduais ou municipais.

Metas 2012-2015

• Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a ANAC formou 391 profissionais no âmbito do projeto de bolsas para formação de mecânicos de manutenção aeronáutica, por meio de três convênios celebrados em 2010.

No início do ano de 2013, foi ampliado o público-alvo e também o rol de iniciativas, que além da concessão de bolsas para a formação de pilotos privados e comerciais, passou a englobar eventos (cursos e seminários) no âmbito da “Ação Nacional” - evento itinerante realizado em diversas capitais do país, que tem como objetivo disseminar informações e conhecimentos sobre a segurança no transporte aéreo e aumentar a proximidade da ANAC com seus principais



públicos: pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves, representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária e entidades do setor.

No âmbito da “Ação Nacional” de 2013, foram organizados 21 eventos e destaca-se que 993 pessoas participaram efetivamente das atividades, ou seja, cumpriram 80% de frequência mínima para a obtenção da certificação.

Já em relação aos projetos de concessão de bolsas de estudo para a formação de profissionais detentores de licença para a aviação civil, planeja-se fomentar as categorias de piloto privado e comercial de avião. Os critérios do certame para a seleção das escolas de aviação civil estão sendo definidos.

A partir de 2013, a Meta começou a ser compartilhada entre ANAC e SENAV/SAC-PR, que, por sua vez, planejou as seguintes ações: (1) a formação de bombeiros de aeródromos para aeroportos regionais brasileiros; e (2) a capacitação de profissionais aeroportuários de aeroportos regionais brasileiros.

No âmbito da SAC-PR, foram capacitados 607 profissionais do setor aéreo civil, os quais podem ser distribuídos nas seguintes áreas profissionais: 386 bombeiros de aeródromo; 155 gestores e/ou administradores de aeroportos regionais; e 66 gerentes de seções contra incêndio de aeroportos regionais. Portanto, no acumulado de 2012/2013, foram capacitados 1.991 profissionais da aviação civil, tendo sido atingida a meta proposta.

Quantidade alcançada

1.991

Data de Referência

31/12/2013

• Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a ANAC desenvolveu o Estudo de Regionalização da Agência, por meio de modelagem e simulação, de interações com as Superintendências finalísticas e de discussões no âmbito estratégico da Agência. Foi elaborado modelo direcionador para definição da disposição geográfica ótima da ANAC, que poderá atender o perfil de demanda por atividades predominantemente finalísticas (fiscalização, certificação e regulação) da Agência, incorrendo no menor custo monetário possível, e subsidiar o processo de tomada de decisões de negócios de atores do setor, contribuindo, dessa forma, para o planejamento e a gestão com qualidade da aviação civil brasileira.

Em 2013, a ANAC iniciou tratativas junto ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA e junto à Universidade de Brasília para viabilizar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, como forma de aprimorar sua atividade regulatória e também de fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas relativas à aviação civil que sejam de interesse do país. Foram promovidos workshops entre representantes das instituições para aprofundar as discussões sobre os temas priorizados e desenvolvimento de Planos de Trabalhos. Atualmente, onze planos de trabalho estão em fase de elaboração. Espera-se que a formalização de parcerias ocorra durante o ano de 2014.

A partir de 2013, a meta começou a ser compartilhada com a SAC-PR, que realizou cinco estudos voltados para o estabelecimento de diagnósticos sobre a aviação civil, a saber:

Indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros:

Foi realizado estudo que consistiu na coleta de dados presencial, distribuição e geração de resultados de indicadores de desempenho das operações aeroportuárias do lado terra dos aeroportos. Com a obtenção desses resultados de

indicadores de desempenho aeroportuário está sendo possível a criação de um banco de dados da percepção, perfil e tempos de processamento do passageiro e, assim, a proposição de políticas públicas para o setor e ações visando à melhoria da gestão nos aeroportos brasileiros. Essa ação representa um marco na gestão dos aeroportos brasileiros, sendo pela primeira vez apresentados dados gerais sobre a avaliação dos passageiros a respeito de cada um dos aeroportos analisados, que permitirão o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da gestão aeroportuária e ao aprimoramento da qualidade de atendimento ao passageiro.

Estimativa de demanda para os aeroportos brasileiros:

Foi desenvolvido estudo para estimativa de demanda de passageiros dos aeroportos brasileiros que operam voo regular, considerando curto, médio e longo prazos e utilizando modelos estatísticos. O trabalho é de fundamental importância para subsidiar o planejamento da rede de infraestrutura aeroportuária do país.

Modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais:

Em 2013, desenvolveram-se estudos que balizaram modelos alternativos para estimativa de demanda de passageiros em aeroportos regionais, em especial naqueles com baixa disponibilidade de uma base de informações sobre movimentação de passageiros.

Estimativa de movimentação na hora pico para os aeroportos regionais:

Elaborou-se estudo com estimativas de movimentação de passageiros na hora pico, para os terminais aeroportuários contemplados no programa de fomento à aviação regional do Governo Federal. O estudo subsidiará os trabalhos de dimensionamento dos terminais aeroportuários supracitados.

Estimativa de mix e movimentação de aeronaves para os aeroportos regionais:

Para auxiliar o planejamento dos aeroportos regionais, foi desenvolvido estudo propondo estimativas de movimentação e mix de aeronaves para todos os aeroportos contemplados no programa de fomento à aviação regional do Governo Federal.

Portanto, no acumulado de 2012/2013, já foi realizado o correspondente a 75% da meta.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

• Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor

Análise Situacional da Meta

O planejamento estratégico de longo prazo para o setor encontra-se em fase de concepção pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR), por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos



relacionados ao controle e gerenciamento do espaço aéreo e à infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).

• **Revisar o marco legal do setor de aviação civil**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de revisar o marco legal do setor de aviação civil, a SAC-PR publicou, durante o ano de 2013, a Portaria nº 110, de 8 de julho de 2013, que aprovou o Plano Geral de Outorgas (PGO). O PGO caracteriza-se por estabelecer diretrizes e modelos para exploração de aeródromos civis públicos, definindo assim cinco modalidades de exploração: concessão, autorização, pela Infraero ou suas subsidiárias, pelo Comando da Aeronáutica e delegação a governos estaduais ou municipais.

Também foi editada, em 27 de novembro de 2013, a Portaria SAC-PR nº 228, que "estabelece diretrizes para o aperfeiçoamento das regras de alocação de áreas nos aeroportos, bem como para a elaboração da política comercial da Infraero.", com objetivo de avaliar a atual situação da concessão de uso de áreas nos aeroportos brasileiros administrados pela Infraero e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do marco regulatório relativo a essas áreas.

Quanto ao Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, continuaram sem movimentação na Câmara dos Deputados durante o ano de 2013, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

OBJETIVO: 0087 - Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere à implantação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo que visam à otimização da infraestrutura aeronáutica civil, a SAC-PR tem coordenado as ações institucionais do COMAER (Comando da Aeronáutica), da ANAC, da Infraero e/ou operador aeroportuário privado e das Prefeituras Municipais envolvidas para a implantação e operação dos equipamentos para aproximação e pouso por instrumentos - ILS (Sistema de Pouso por Instrumento) CAT III - nos aeroportos de Galeão (RJ), Curitiba (PR) e Guarulhos (SP), ILS CAT II nos aeroportos de Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR) e ILS CAT I nos aeroportos de Joinville (SC), Londrina (PR), Uberlândia (MG) e Vitória (ES).

Em relação à formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira, esta Secretaria está consolidando uma linha de ação para atuar junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica no desenvolvimento conjunto do referido Plano.

Por fim, a Secretaria de Navegação Aérea Civil está integrando o Subcomitê de Operações Especiais do CONAERO (Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias), cujo objetivo é o desenvolvimento de estudos e metodologias para o aumento da capacidade das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária civis.

Metas 2012-2015

• Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira**Análise Situacional da Meta**

O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira continua em fase de formulação. Contudo, a implementação desse plano depende de validação de uma metodologia alinhada com as normas preconizadas pelos organismos internacionais da aviação civil, que se adapte à realidade nacional, para o desenvolvimento de diretrizes que norteiem os procedimentos operacionais de navegação aérea a serem adotados por todas as prestadoras de serviços de controle de tráfego aéreo no país. A partir da consolidação desta metodologia, serão iniciadas as tratativas junto às demais organizações nacionais responsáveis pela infraestrutura aeronáutica civil brasileira para sua implantação. Ressalta-se que este Plano tem por objetivo o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeronáutica brasileira, considerando os aspectos relacionados ao controle do espaço aéreo e à infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.



PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações	US\$ milhão	31/12/2010	1.529	31/12/2013	2.443,4
Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	31/12/2010	114	31/12/2013	217,55
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/07/2011	11.295.511	30/06/2013	16.960.993
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	31/12/2009	67.900.000	31/07/2013	98.506.029,86
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	30/04/2011	18.481	31/12/2013	37.158,33
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	30/04/2011	69.934	31/12/2013	113.350
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	30/04/2011	44.473	31/12/2013	82.400
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	30/04/2011	6.915	31/12/2013	22.350
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	30/06/2011	25	31/12/2013	85,52
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	31/07/2010	75	20/06/2013	80
Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	27	20/06/2013	40
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	31/12/2008	3	20/06/2013	10
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	31/12/2008	23,4	20/06/2013	44
Percentual de domicílios com telefone fixo	%	31/12/2009	43,1	30/09/2013	39,9
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	30/04/2011	38	31/12/2013	50,41
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	14/04/2011	9	31/12/2013	26,95
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	30/04/2011	46,59	31/12/2013	50,04
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	30/04/2011	57,6	31/12/2013	69
Percentual populacional com distribuição postal	%	31/12/2010	82,62	31/12/2013	83
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	31/03/2011	5	-	-

Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	68	20/06/2013	88
Proporção de domicílios com computador	%	30/11/2010	35	20/06/2013	46
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	31/12/2009	80	-	-
Satisfação com os serviços postais	%	31/07/2010	95,5	31/12/2012	90
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	31/12/2010	75,48	31/12/2013	80,1

Observações:

Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações - Fonte: ABINEE (Janeiro a Dezembro 2013)

Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel - Fonte: Secretaria de Telecomunicações/MC

Número de domicílios com TV por assinatura - Dados: Anatel

Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado - Dado: Cetic.br. Percentual de 49% da população convertido em número de usuários pela população brasileira de julho de 2013 (IBGE).

Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura - Dados: Anatel

Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre - Dados: EBC

Percentual da população com cobertura de telefonia móvel - Fonte: Cetic.br 2012

Percentual de domicílios com acesso à Internet - Dados: Cetic.br 2012

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural - Fonte: Cetic.br 2012

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana - Fonte: Cetic.br 2012

Percentual de domicílios com telefone fixo - Fonte: PNAD 2012

Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga - Fonte: INEP; 2013 - % escolas de nível médio e fundamental com acesso à internet

Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital - Fonte: SCE/MC

Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária - Fonte: SCE/MC - Anatel

Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada - Fonte: SCE/MC - Anatel

Percentual populacional com distribuição postal - Fonte: Correios

Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país - Dados: IPEA

Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet - Fonte: Cetic.br 2012

Proporção de domicílios com computador - Fonte: Cetic.br 2012

Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90% - Dados: IPEA / TELECO

Satisfação com os serviços postais - Fonte: Correios

Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico - Dados: Correios

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

Para atingir este objetivo e garantir a ampliação e melhoria das políticas públicas de comunicação, o Ministério das Comunicações tem atuado em quatro frentes: expansão dos serviços de comunicação social através da radiodifusão, expansão da infraestrutura e dos serviços de telecomunicações; regulação e fiscalização dos serviços de comunicações e



expansão dos serviços postais.

RADIODIFUSÃO

A utilização da tecnologia digital e o investimento em estudos realizados para digitalização do rádio atuam no sentido de permitir a expansão dos serviços de comunicação eletrônica no Brasil.

A Portaria do Ministério das Comunicações nº 14, de 6 de fevereiro de 2013, promoveu a um só tempo a destinação da faixa de 698 MHz a 806 MHz para a aceleração do Plano Nacional de Banda Larga e a aceleração da implantação da TV digital no Brasil, determinando que a Anatel conduzisse o replanejamento do espectro destinado à execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão na plataforma digital, para a faixa compreendida entre os canais 14 e o 51, inclusive considerando as retransmissoras em caráter secundário. O replanejamento do espectro alcançou os estados de SP, RJ, ES, MG, DF, GO, SC e se estenderá aos demais estados em 2014, vinculado à consignação de canais digitais. Com base na relação das cidades a serem afetadas pelo desligamento do sinal analógico, o MC elaborará o cronograma de desligamento alinhado a este novo cenário.

O processo de migração da TV analógica para a TV Digital no Brasil corre a passos largos e a sua consolidação total já tem data marcada, 31 de dezembro de 2018, conforme estabelecido no Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013.

A transição da televisão analógica para a digital é relevante não apenas por melhorar a qualidade da imagem da TV aberta e gratuita, mas também por possibilitar o acesso a serviços públicos que podem ser ofertados por meio da tecnologia de aplicativos desenvolvida sobre a plataforma GINGA. Ademais, a transição digital permitirá a melhor gestão do espectro no Brasil, permitindo que a faixa então ocupada pela TV possa ser utilizada para a expansão do acesso e da qualidade da internet, por meio do leilão da faixa de 700 MHz, a ser realizado no primeiro semestre de 2014.

Para ser utilizada pelo serviço móvel, é necessário que os atuais usuários da frequência desocupem-na (o que já está decidido), restando ser homologado o cronograma de saída da faixa. A saída da faixa por parte da radiodifusão deve ocorrer a partir de 2014.

EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

O relatório “Medindo a Sociedade da Informação 2012” (Measuring the Information Society 2012), elaborado pela União Internacional de Telecomunicações – UIT, reconhece que o crescimento significativo do acesso domiciliar à Internet, registrado no Brasil entre 2010 e 2011, foi resultado do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, que tem como uma de suas principais ações a oferta varejista de conexões fixas de 1 Mbps por até R\$ 35,00. A ação começou a ser executada no último trimestre de 2011, ocasião em que o serviço foi oferecido a 850 municípios e contava com 400 mil assinantes. Em 2012 passou a alcançar 2 milhões de clientes distribuídos em 2.850 cidades. A expansão continuou em 2013 e, em junho, já eram 3.214 os municípios atendidos e a quantidade de assinaturas superava 2,3 milhões, o que representava mais de 10% do total de conexões de Internet banda larga fixa no Brasil. A ampliação do acesso domiciliar, por sua vez, contribuiu decisivamente para a elevação da posição do Brasil no ranking internacional de Índice de Desenvolvimento das Tecnologias da Comunicação e da Informação (ICT Development Index – IDT), que passou da 67ª em 2010 para a 62ª em 2012, caracterizando o país como um dos que mais avançaram no triênio.

Quanto aos objetivos definidos em nível estratégico no PPA 2012-2015, as metas que envolvem a Anatel procuram estender os serviços de telecomunicações para todo o território nacional, dentre as quais as de expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica e telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Nesse sentido, de dezembro/2012 a dezembro/2013, os principais serviços de interesse coletivo contaram com aumento no número de acessos, destacando-se o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), com 12,19% de expansão, e os

serviços de TV por assinatura, com 11,31%. O número de acessos ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) contou com 3,56% de crescimento no período. A regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) continua representando um importante papel para os Serviços de TV por assinatura. Seus efeitos já puderam ser observados pelo aumento de 12,5% na quantidade de municípios atendidos por rede cabeada, passando de 232 em dezembro de 2012 para 261 em dezembro de 2013.

Quanto ao SCM, a nova regulamentação, aprovada em maio de 2013, promove a simplificação dos procedimentos necessários à obtenção de outorga, bem como a redução do seu valor. Deste modo, a oferta "triple play" (oferta tripla de acessos a serviços: banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura) tornou-se mais viável. As novas medidas buscam, ainda, ampliar a competição, força motriz da expansão da prestação dos serviços.

Ressalta-se ainda o aumento de 74,19% no número de acessos de banda larga móvel no período de dezembro/2012 a dezembro/2013, impulsionado pela disseminação do uso do smartphone e pelas inúmeras promoções voltadas para o tráfego de dados. No que concerne à qualidade, um aspecto importante é a publicidade dos indicadores de qualidade de rede do SCM e do SMP, medidos diretamente em terminais de usuários e divulgados por estado da Federação segundo o Programa de Medição da Qualidade da Banda Larga. Os resultados do programa permitem aos consumidores comparar o desempenho das operadoras, além de fornecerem informações importantes para o trabalho de fiscalização da Anatel.

Cabe destacar, também, que o ano de 2013 marcou a introdução no Brasil dos serviços móveis de quarta geração (4G). Em decorrência das obrigações assumidas pelas operadoras de telecomunicações na licitação das faixas de 2,5 GHz e de 450 MHz, ocorrida em junho de 2012, o serviço móvel de quarta geração foi implantado ao longo do ano de 2013 nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e Manaus). Porém, a velocidade de implantação do serviço vem superando as metas, de modo que em dezembro/2013 o serviço já estava presente em 93 municípios, possuindo mais de 920 mil assinantes. Estas radiofrequências (2,5 GHz e 450 MHz) permitem, além da ampliação da telefonia celular 4G, a cobertura dos serviços de telecomunicações nas áreas rurais.

Sobre o projeto do Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, foi constituída a Visiona Tecnologia Espacial (joint-venture entre Embraer e Telebrás), empresa responsável pela integração e coordenação do projeto e foram selecionadas as empresas encarregadas pela construção e lançamento do artefato, que deverá ocorrer em meados de 2016. Foi assinado ainda, em dezembro de 2013, contrato entre a Thales Alenia Space e a Visiona para fornecimento do SGDC.

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

No campo de regulação e fiscalização dos serviços de comunicações, cabe destacar a aprovação da regulamentação do Regime Especial de Tributação do Plano Nacional de Banda Larga – REPBNL, que visa a incentivar os investimentos em infraestrutura de telecomunicações e a expansão do acesso ao serviço de banda larga (tanto fixa quanto móvel).

No âmbito da atuação legislativa foi aprovada pelo Congresso Nacional a Medida Provisória nº 615/2013 (convertida na Lei nº 12.865, de 09/10/2013) sobre arranjos e instituições de pagamento, incluindo a regulamentação dos pagamentos móveis ("mobile money").

Foi aprovado pela Anatel o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, que dispõe sobre o "telefone social" permitindo a ampliação do acesso à telefonia fixa, por preços mais baixos, para famílias integrantes do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. A ANATEL aprovou também regulamentos sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado - SeAC (novo marco legal da televisão por assinatura), Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD, Obrigações de Universalização, que



estabelece regras e procedimentos para implementação do terceiro Plano Geral de Metas de Universalização – PGMU.

EXPANSÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS

A infraestrutura postal exerce uma grande influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.565 municípios do País, acesso ao atendimento dos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo a possibilidade de encaminhamento e recebimento de objetos postais - cartas, telegramas e encomendas – viabilizando, ainda, a prestação de serviços de transferências financeiras - pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos, através do Banco Postal.

Metas 2012-2015

• 90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2013, o Ministério das Comunicações autorizou 33,83% das emissoras de TV e RTV com outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica a veicular sua programação em tecnologia digital. Esse percentual corresponde a 3.670 consignações de um universo de 10.847 entidades licenciadas. Para atingir a meta de 90% dessas emissoras será necessário consignar mais 6.093 entidades, perfazendo um total de 9.763 emissoras aptas a operarem com a tecnologia digital.

Analizando a evolução dessas consignações, percebe-se que houve um enorme salto quantitativo de emissoras autorizadas a operar na nova tecnologia. Entre 2006 e 2011 aproximadamente 280 emissoras foram consignadas pelo MC, enquanto que apenas nesses últimos quatro meses (setembro, outubro, novembro e dezembro de 2013), 709 consignações foram publicadas, o que possibilita a expectativa do atingimento dessa meta ao final de 2015.

O processo de transição do sistema analógico para o digital recebe atenção especial por parte do Governo Federal. Foi recentemente editado o Decreto nº 8.061, de 2013 que, dentre outras providências, determinou que o desligamento do sistema analógico brasileiro obedecerá a um cronograma a ser fixado pelo Ministério das Comunicações, de forma a promover uma transição suave, respeitando as peculiaridades regionais e as condições da própria população. Tais preceitos buscam a garantia de que o cidadão residente em solo brasileiro não sofra com a interrupção dos sinais de TV.

Para a publicação do cronograma aguarda-se a conclusão dos estudos de reconfiguração do plano básico de canalização realizado pela Anatel, com a participação do Ministério das Comunicações. O estudo foi realizado de forma a que se encontrasse a melhor maneira de acomodar o convívio simultâneo dos canais analógicos já outorgados com os canais digitais consignados pela União, buscando o melhor uso do espectro radioelétrico e minimizando possíveis interferências.

Quantidade alcançada

33,83

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	%	34,62	31/12/2013
Região Nordeste	90	%	29,36	31/12/2013
Região Norte	90	%	35,66	31/12/2013
Região Sudeste	90	%	37,66	31/12/2013
Região Sul	90	%	29,44	31/12/2013

• **Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais**

Análise Situacional da Meta

A Pesquisa de Satisfação e Imagem Institucional dos Correios é realizada bianualmente. A última Pesquisa foi executada em 2012, pelo Instituto de Pesquisa Mercadológica.

No total foram realizadas 15.276 entrevistas pessoais em 197 municípios, nos 27 estados da federação, com pessoas acima de 16 anos de idade.

A pesquisa de satisfação com a atividade de atendimento foi realizada nas agências dos Correios com pessoas que utilizaram algum produto/serviço da ECT. Por sua vez, a pesquisa de satisfação com a atividade de distribuição foi realizada nos domicílios residenciais com os destinatários dos produtos/serviços da ECT.

Para o cálculo do indicador de satisfação geral deve-se considerar o somatório das notas entre 7 e 10 de todos os respondentes e dividir pelo somatório de todas as notas entre 1 e 10 da pesquisa. O resultado da Satisfação geral para este período foi de 90%.

O processo para contratação da empresa que realizará a Pesquisa em 2014 encontra-se em andamento.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	88,6	31/12/2012
Região Nordeste	100	%	87,1	31/12/2012
Região Norte	100	%	90,5	31/12/2012
Região Sudeste	100	%	92,9	31/12/2012
Região Sul	100	%	95,4	31/12/2012

• **Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento à premissa legal de estímulo a competição, a Anatel tem adotado diversas medidas que buscam incrementar a concorrência no setor de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP). Entre tais ações destacamos os Editais de Licitação para Autorização de uso de novas faixas de radiofrequências (1,9 / 2,1 GHz, por meio do Edital 002/2007/SPV-Anatel e Edital 002/2010/PVCP/SPV, e 450 MHz e 2,5 GHz, por meio do Edital 004/2012/PVCP/SPV), o Regulamento para Exploração de SMP por meio de Rede Virtual – RRV-SMP e o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC. Um dos resultados deste incremento na competição é o surgimento de novas ofertas de serviço, mais aderentes e customizadas às necessidades de cada usuário, o que certamente impacta no uso do serviço.

O valor alcançado em 2012 foi de 199 minutos e, em 2013, 217,55 minutos (convém destacar que o alcance da meta já no 1º ano de vigência do PPA se deve pelas ações descritas acima). Além disso, o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) definiu um cronograma de redução do valor da interconexão de redes fixas com móveis (VC) e do valor de remuneração de uso de rede do SMP (VU-M), potencializando as prestadoras introduzirem novas ofertas de serviço com redução nos valores praticados e, conseqüentemente, aumento no uso dos celulares pelos usuários. O cálculo do indicador foi baseado no critério Minutes of Use (MOU).

**Quantidade alcançada**

217,55

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais**

Análise Situacional da Meta

Em parceria com as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa, houve continuidade de ações de capacitação para implementação de projetos de extensão para grupos indígenas, mulheres e juventude rural. O Projeto Inclusão Digital para a Juventude Rural capacitou, no total, 840 jovens em 4 estados para uso das TIC, sendo que o IFNMG (Instituto Federal Norte de Minas Gerais) capacitou 120 jovens quilombolas; UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) capacitou 60 jovens indígenas; a UnB (Universidade de Brasília) capacitou 630 jovens indígenas; e a UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) capacitou 30 jovens indígenas. Também foram implementados projetos em parceria direta com universidades federais para inclusão digital de cerca de 10.000 jovens residentes em comunidades rurais. Por meio do Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC (atividade desenvolvida desde 2003), no período de referência, foram disponibilizadas 53 conexões à internet para comunidades Quilombolas.

- **Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico**

Análise Situacional da Meta

Tendo por base a determinação do Ministério das Comunicações quanto ao estabelecimento de metas para a universalização dos serviços postais básicos no período de 2012 a 2015, de forma a atender aos distritos com mais de 500 habitantes, constante da Portaria/MC nº. 566/2011, foi prevista, para o ano de 2013, a implantação de novas unidades de atendimento em mais 450 distritos. Em 2013, a ECT propiciou atendimento a mais 459 distritos cuja população atendida perfaz um total de 3.130.747 habitantes, conforme informações do Censo IBGE 2010. Tal desempenho indicou superação da meta anual estabelecida pelo Ministério das Comunicações.

Para o PPA 2012-2015 a execução acumulada é de 80,1%, ou seja, 3.413 distritos atendidos de um total de 4.261. O modelo de agência comunitária é o mais utilizado para atender a universalização postal, notadamente em localidades rurais onde há predominância do interesse de inserção social. A partir da referida Portaria, tem-se como meta para 2014, a extensão do atendimento postal básico a mais 450 distritos.

Nesse sentido, a Empresa tem buscado aprimorar o processo de abertura de novos pontos, pelo caminho de se propiciar maior atratividade na celebração de novos convênios com os entes públicos, como também prezar pela manutenção dos convênios existentes

Para tanto, houve a atualização do valor de repasse para os novos convênios e extensão do reajuste aos convênios já existentes, o que contempla os gastos com as operações de atendimento, atividades internas e distribuição, conforme o caso. Além disso, foram adotadas medidas visando à sistematização de informações referentes aos Termos de Convênio para melhor controle e realização de pagamentos de forma simplificada. Em cumprimento ao Art. 5º da Portaria/MC nº. 566/2011 as localidades que deixaram de contar com o atendimento postal básico tiveram o seu atendimento restabelecido de forma alternativa e temporária.

Quantidade alcançada

80,1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------

Região Centro-Oeste	100	%	76,9	31/12/2013
Região Nordeste	100	%	81,2	31/12/2013
Região Norte	100	%	25,9	31/12/2013
Região Sudeste	100	%	89,9	31/12/2013
Região Sul	100	%	76,1	31/12/2013

• **Atender 85% da população com distribuição postal**

Análise Situacional da Meta

A Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, realizada a cada cinco anos pelo IBGE, contempla o quesito sobre população atendida pela distribuição postal, resultado de Acordo de Cooperação Técnica entre a ECT e o IBGE. A medição dos resultados em 2013 se deu a partir da base amostral utilizada na pesquisa de 2012, sendo as informações atualizadas pelas Diretorias Regionais, conforme sistema disponibilizado para tal.

Os resultados finais da atualização da pesquisa, os quais levaram em consideração as estimativas de população divulgadas pelo IBGE para o ano de 2013, apontaram para o atendimento de 83% da população brasileira com distribuição postal externa, seja por meio de entrega domiciliária ou por Caixa Postal Comunitária, totalizando em torno de 165,9 milhões de habitantes atendidos com os serviços postais básicos. Cabe ressaltar que a margem de erro dessa pesquisa é de 1% para mais ou para menos, com grau de confiança de 95%.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88,3	%	86	31/12/2013
Região Nordeste	73,6	%	75	31/12/2013
Região Norte	76,9	%	70	31/12/2013
Região Sudeste	93,1	%	89	31/12/2013
Região Sul	86,1	%	89	31/12/2013

- **Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos**

Análise Situacional da Meta

O atendimento aos locais em questão se dá mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, definidos pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, que aprovou o Regulamento de Obrigações de Universalização.

Conforme o §1º do Art. 16 do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, a responsabilidade pelo cumprimento desta meta para os locais situados à distância geodésica igual ou inferior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acesso individual do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC é da concessionária do serviço na modalidade Local. Neste caso, a meta é exigível em até noventa dias a partir da correspondente cobertura, pela prestadora detentora da respectiva outorga de autorização de uso de radiofrequência, por sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz. A primeira etapa, referente ao cumprimento das obrigações de cobertura para as subfaixas de radiofrequência em comento, se encerrará em junho de 2014.

Nos locais situados a uma distância geodésica superior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acessos



individuais do STFC (§2º do Art. 16 do PGMU), a responsabilidade pelo cumprimento desta meta é da concessionária do serviço nas modalidades LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), sendo exigível desde a publicação do Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

• **Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 450 MHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel), realizada em 12/06/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de atendimento de todas as escolas públicas rurais dentro da área de abrangência da faixa (30 km a partir dos limites do distrito-sede do município), em todos os municípios brasileiros. As metas de cobertura impostas aos detentores da faixa de 450 MHz estabelecem o atendimento progressivo dos municípios presentes dentro da área de autorização, de modo a cobrir no mínimo 30% dos municípios até 30/06/2014, 60% até 31/12/2014 e 100% até 31/12/2015.

Nesse sentido, estudos do Ministério das Comunicações indicam que 96% das escolas públicas rurais estão dentro desse raio de cobertura e serão atendidas até 31/12/2015. Assim sendo, as primeiras informações sobre o atendimento das escolas rurais com Internet Banda Larga estarão disponíveis a partir de 30/06/2014.

• **Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 31/12/2013 a densidade de assinaturas de TV por 100 domicílios alcançou o patamar de 28,9 assinaturas, um pequeno acréscimo em relação a 2012, quando havia 27,2 assinaturas por 100 domicílios.

Mantida a taxa de crescimento médio mensal ocorrido no período de jan/2012 a dezembro/2013, a meta estimada poderá ser alcançada em 2015.

Quantidade alcançada

28,9

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25,4	%	25,2	31/12/2013
Região Nordeste	18,6	%	12,5	31/12/2013
Região Norte	20,6	%	25,2	31/12/2013
Região Sudeste	45,1	%	39,3	31/12/2013
Região Sul	30,7	%	27,8	31/12/2013

• **Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)**

Análise Situacional da Meta

Segundo a PNAD 2012 (IBGE), 25,33 milhões de domicílios particulares permanentes possuem acesso à Internet. Esse indicador é o melhor disponível, mas tem duas limitações: considera domicílios que possuem somente conexões discadas e não contempla aqueles em que o acesso domiciliar é feito exclusivamente por meio de telefone celular. Como resultado de colaboração entre o Ministério das Comunicações e o IBGE, esses problemas serão corrigidos na

PNAD 2013, permitindo a construção de um indicador conceitualmente mais robusto e, conseqüentemente, de uma estimativa mais precisa da penetração domiciliar da Internet banda larga.

Quantidade alcançada

25,33

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,8	milhão	2,06	31/12/2012
Região Nordeste	10	milhão	4,16	31/12/2012
Região Norte	4	milhão	1,07	31/12/2012
Região Sudeste	18,7	milhão	13,79	31/12/2012
Região Sul	6,5	milhão	4,26	31/12/2012

• **Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

Pesquisa do CETIC.br aponta que, em 2012, 80% da população possuía telefone celular. Esse valor está quatro pontos percentuais acima do valor pesquisado no ano anterior, 2011. Essa pesquisa contou com dados coletados entre outubro de 2012 e fevereiro de 2013, e cuja base é de 166,6 milhões de pessoas. Os valores das pesquisas indicam um aumento expressivo na posse de telefone celular, o que pode exprimir, de certa forma, a cobertura do serviço de telefonia celular no território brasileiro.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	93,1	%	88	31/12/2013
Região Nordeste	85,9	%	75	31/12/2013
Região Norte	85	%	71	31/12/2013
Região Sudeste	95,6	%	82	31/12/2013
Região Sul	90	%	83	31/12/2013

• **Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB)**

Análise Situacional da Meta

O SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações) será usado na prestação de serviços de telecomunicações para o Ministério da Defesa, especificamente para o Sistema Brasileiro de Comunicação Militar por Satélite - SISCOMIS, para comunicações estratégicas do Governo Federal e para o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

O projeto envolve a aquisição (pela Telebras) e lançamento de um satélite geoestacionário contratado junto a uma empresa integradora nacional. Neste sentido, no dia 29/05/2012 a Embraer e a Telebras assinaram acordo de acionistas para criar a Visiona Tecnologia Espacial S.A., uma joint venture controlada pela Embraer Defesa e Segurança (51% do capital) e a Telebras (49%). A constituição da Visiona, no lugar de uma simples aquisição de satélite no mercado internacional, visa possibilitar a absorção e transferência de tecnologia para o setor espacial brasileiro, criando condições para o país construir seus próprios satélites. A Visiona será ainda responsável pela gestão dos fornecedores de partes do satélite.

O satélite será de propriedade da Telebras, mas participam também do projeto o Ministério das Comunicações - com a atribuição da governança do projeto -, da Defesa (MD) - o qual participará da operação do satélite junto com a



Telebras, e irá operar também a carga em banda X – e da Ciência, Tecnologia e Integração (MCTI) - o qual irá conduzir o Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, elaborado pela Telebras e a Agência Espacial Brasileira – AEB. Os beneficiários do Plano de Absorção e Transferência serão Telebras, MD (Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA, Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e empresas brasileiras do setor aeroespacial indicadas pelo MCTI.

A Visiona tem como objetivo principal no projeto atuar na integração do SGDC, operando, no Brasil e no exterior, em atividades de pesquisa, desenvolvimento, fabricação, manutenção, suporte logístico, operação e comercialização de satélites, estações de terra e de equipamentos espaciais.

Em 15 de fevereiro de 2013 a Visiona lançou o "Request for Proposal" (RFP, Pedido de Proposta) para a contratação do SGDC. Trata-se de contratação de “solução completa”, incluindo o satélite e o lançamento.

O SGDC será usado para prestação de serviços de telecomunicações para o MD (SISCOMIS), para comunicações estratégicas do Governo Federal e para o PNBL. O MD também participará da operação do satélite. O desenvolvimento do SGDC também garantirá a utilização da posição orbital designada ao Brasil por acordo internacional. Há pressões estrangeiras para a ocupação dessa posição, que se encontra ociosa. Em agosto/2013, como resultado do RFP, a Visiona definiu que a francesa Thales Alenia Space será a fornecedora do artefato satelital e que a Ariane Space será a companhia que lançará o satélite ao espaço. A escolha foi referendada pelas duas empresas que controlam a Visiona: a Telebras e a Embraer

A Telebras ainda prepara a licitação dos "gateways", que são os equipamentos responsáveis pelo tráfego de dados para o satélite e ficam instalados em terra. A expectativa é que empresas nacionais participem desse processo, preferencialmente com tecnologia nacional. Da mesma forma, também há espaço para escolha de empresas brasileiras como fornecedoras dos terminais que ficam na ponta dos usuários (CPEs).

Este contrato impõe uma série de condições para alavancar a indústria aeroespacial brasileira. O País tem uma base nacional que hoje não tem nenhuma capacidade de produzir peças para este satélite de telecomunicações. Espera-se que a base industrial nacional seja fortalecida de forma a estar apta a fornecer equipamentos para a construção do próximo satélite. Está previsto que mais dois satélites deverão ser lançados nos próximos 13 anos, sendo o próximo em 5 anos. O SGDC começa a ser construído em 2014, conforme contrato assinado entre a Visiona e a Thales em 12 de dezembro de 2013. A fabricação do SDGC terá a duração de 34 meses. A preocupação com a segurança e bloqueio de possíveis espionagens é um ponto importante no projeto, para os contratantes. O governo irá controlar a banda X para defesa e a banda Ka para dados. Todas essas comunicações vão ser encriptadas entre os gateways, que são os pontos de comunicação entre o satélite e a rede terrestre da Telebras, e as CPEs (terminais de usuário). O SGDC tem lançamento previsto para meados de 2016, do centro espacial de Kourou (Guiana Francesa). O artefato pesará mais de 6 toneladas, terá vida útil de 15 anos, e será administrado em um centro conjunto da Defesa com a Telebras, em Brasília. Doze meses antes do lançamento do SGDC serão definidos os equipamentos que serão utilizados nas estações terrenas, assim como o planejamento comercial e técnico na migração de clientes de outros satélites para o SGDC.

- **Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 3.161 municípios já foram atendidos até dezembro de 2013 (56,80% do total).

Há de se destacar dos Editais de Licitação nº 002/2010/PVCP/SPV (“Banda H”) e nº 004/2012/PVCP/SPV (“banda larga rural e urbana”), que a obrigação de cobertura foi estendida a todos os municípios brasileiros até o ano de 2019,

sendo que cerca de 80% serão atendidos até o final de 2016.

Quantidade alcançada

56,75

Data de Referência

31/12/2013

- **Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural**

Análise Situacional da Meta

O atendimento aos locais em questão se dá mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, definidos pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, que aprovou o Regulamento de Obrigações de Universalização.

Conforme o §1º do Art. 16 do PGMU, a responsabilidade pelo cumprimento desta meta para os locais situados à distância geodésica igual ou inferior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acesso individual do STFC é da concessionária do serviço na modalidade Local. Neste caso, a meta é exigível em até noventa dias a partir da correspondente cobertura, pela prestadora detentora da respectiva outorga de autorização de uso de radiofrequência, por sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz. A primeira etapa, referente ao cumprimento das obrigações de cobertura para as subfaixas de radiofrequência em comento, se encerrará em junho de 2014.

Nos locais situados a uma distância geodésica superior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acessos individuais do STFC (§2º do Art. 16 do PGMU), a responsabilidade pelo cumprimento desta meta é da concessionária do serviço nas modalidades LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), sendo exigível desde a publicação do Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 2,5 GHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV - Anatel), em 12/06/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de oferta de serviços de banda larga móvel de quarta geração até abril de 2013 nas cidades-sede da Copa das Confederações 2013 e até dezembro de 2013 nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Desta forma, o serviço móvel de quarta geração foi implantado ao longo do ano de 2013 nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e Manaus).

Em relação à banda larga fixa, pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Banda Larga indica que a meta de oferta de pacote de banda larga fixa à velocidade de 10 Mbps já está atendida. Por fim, a qualidade do serviço prestado nas cidades-sede dos eventos internacionais está sendo monitorada pela Anatel (que recebeu recursos adicionais para aquisição de equipamentos e sistemas direcionados a esse fim).

Quantidade alcançada

100

**Data de Referência**

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	100	%	100	31/12/2013

- **Ofertar o acesso individual de telefonia fixa na área rural, nas condições definidas em regulamento específico a ser editado pela Anatel**

Análise Situacional da Meta

A meta está prevista no PGMU – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado em Regime Público, aprovado pelo Decreto 7.512 de 30/06/2011. A meta é exigível no prazo de noventa dias a partir da cobertura da região pela prestadora detentora das obrigações decorrentes da licitação para uso de radiofrequências nas subfaixas de 450-470 MHz, nos termos do Edital nº 004/PVCP/SPV, de 17/04/2012, cuja primeira Etapa para a oferta de capacidade de rede para a concessionária do STFC na modalidade Local ofertar o acesso individual na área rural se encerra em junho de 2014. Nesse sentido, as concessionárias deverão ofertar o acesso individual na área rural a partir de 1º de outubro de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios**

Análise Situacional da Meta

Estima-se que 90,27% dos municípios possuem pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet banda larga fixa. Essa estimativa considera a quantidade de conexões do serviço de Internet banda larga (dados do Serviço de Comunicação Multimídia divulgados pela Anatel) em outubro de 2013 e o número de domicílios particulares permanentes em 2010 (Censo IBGE). Esse indicador não abrange conexões do serviço de banda larga móvel e, por isso, tende a subestimar a disponibilidade do acesso à Internet.

Quantidade alcançada

90,27

Data de Referência

31/10/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97	%	98,5	31/12/2013
Região Nordeste	97	%	83,39	31/12/2013
Região Norte	60	%	65,33	31/12/2013
Região Sudeste	99	%	97,96	31/12/2013
Região Sul	99	%	96,05	31/12/2013

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

As últimas informações disponíveis são de pesquisas de 2013, realizadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), referentes ao ano de 2012. Pela pesquisa TIC Domicílios 2012 do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), realizada anualmente por esse centro, a proporção de pessoas que teriam utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa teria aumentado de 39% em 2009 para 49% em 2012 e a proporção de domicílios com acesso à internet, de 24% em 2009 para 40% em 2012.

O aumento do acesso à internet em domicílios próprios, pelos celulares e em centros de acesso gratuito tem relação com as medidas regulatórias, de desoneração de tributos e de investimento direto do governo federal na implantação de telecentros e disponibilização de mais de 11.000 pontos de presença, para conexão de espaços públicos em áreas rurais, remotas e excluídas, via programa Gesac. Como exemplo de medidas regulatórias e de desoneração, destaca-se a desoneração de tributos para aquisição de computadores, bem como tablets e telefones celulares do tipo smartphones. Além disso, também se pode destacar a desoneração de tributos federais e de ICMS, no caso de alguns estados, que viabilizou a implementação da internet popular permitindo a oferta de pacotes de conexão à internet a preços que variam de R\$ 29,00 a R\$ 35,00. A abertura de canais para novos mercados consumidores acabou por abrir espaço para a concorrência possibilitando a redução de preços para patamares ainda mais baixos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados em valores iguais ou inferiores aos da internet popular.

Destacam-se também as ações de telecentros e de promoção de acesso à internet implementadas pelo governo federal — os Telecentros Comunitários, o GESAC e o Telecentros.BR —, possibilitando uma melhoria na eficiência da gestão dessas políticas. No caso dos dois programas de telecentros, destacam-se, a repactuação com os proponentes do Telecentros.BR para garantir a instalação dos telecentros já distribuídos; a conclusão dos trabalhos da Rede Nacional de Formação e estabelecimento de uma parceria com a UNEB para reformulação da metodologia de formação para agentes de Inclusão Digital; e a publicação das novas portarias dos programas dos Telecentros.BR e dos Telecentros Comunitários, buscando estabelecer uma maior coordenação entre esses dois programas. Atualmente, são mais de 5.000 telecentros em funcionamento que contaram com o apoio direto do governo federal.

O GESAC continuou sendo um projeto estratégico para conexão à internet dos telecentros implantados, escolas públicas e demais espaços de uso público localizados em áreas rurais, remotas e de zonas urbanas de periferia com alta concentração de populações de baixa renda, com dificuldades de acesso aos serviços prestados pelo mercado. Em 2012, contabilizavam-se mais de 11.000 pontos de presença contratados, dos quais cerca de 9.500 estão ligados e os 1.500 restantes encontram-se em remanejamento para outros espaços, de acordo com as regras de priorização definidas em comum acordo com os parceiros governamentais.

O Ministério das Comunicações - MC deu andamento à ação iniciada em 2011, em parceria com a Secretaria da Juventude (SNJ), voltada ao apoio a projetos de inclusão digital para a juventude rural. Foram financiados 41 projetos em conjunto, os quais se encontram em andamento.

Além disso, foi estabelecida uma parceria com o PRONATEC para capacitação com foco nas populações excluídas digitalmente. Ainda no que diz respeito à educação, foi estabelecida parceria com o MEC no âmbito do Programa de Extensão Universitária - ProExt no ano de 2012, que envolveu a criação de uma linha de extensão específica com temas de inclusão digital, a qual resultou em seleção de 37 projetos que terão início em 2013.

Simultaneamente, foi estabelecida parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, iniciada em 2011, que resultou, em um primeiro momento, na disponibilização de pontos de presença GESAC para os municípios sem conexão indicados pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania/MDS, de modo a permitir que os gestores locais possam trabalhar com a nova versão online do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico.

Quanto às ações estruturantes, por meio das quais se vislumbra a integração e coordenação de todas as outras ações de inclusão digital no território dos municípios, onde as políticas públicas efetivamente se realizam, duas tiveram início em 2012. São elas, o projeto de ampliação e manutenção das Cidades Digitais e o programa Redes Digitais de Cidadania.

O projeto das Cidades Digitais tem como meta contribuir para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, dotando as



prefeituras de infraestrutura de conexão à internet, de aplicativos na área de TIC, e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade. A criação de uma rede digital interligando as cidades digitais é uma oportunidade de viabilizar em escala nacional a experiência de compartilhamento da gestão pública por meio da transferência de uma parcela do poder de decisão das ações do governo. Por outro lado, também é um canal importante para integração de outras políticas de governo que têm a inclusão digital como foco ou que dependem da inclusão digital para melhorar a sua eficiência e os seus respectivos resultados.

No âmbito desse projeto, destacam-se como realizações em 2012, a seleção, por meio de chamada pública, dos 80 municípios a serem beneficiados pelo projeto piloto, bem como a contratação das empresas integradoras, selecionadas por meio de pregão eletrônico, que ficarão responsáveis pela implantação de cada um dos projetos. Ainda em 2012, foi realizada a contratação das empresas integradoras vencedoras da licitação. Em 2013, a expansão do programa, para atingir mais 262 municípios foi incorporada ao PAC 2. Até 2016, a previsão é que se chegue a 600 propostas de Cidades Digitais apoiadas.

Além disso, foi estabelecida uma parceria com a Rede Nacional de Pesquisa para capacitação técnica e gerencial em redes avançadas, no âmbito das Cidades Digitais e acompanhamento da implantação para elaboração de um documento-base com a metodologia desenvolvida pelo MC de implantação de Cidades Digitais. No âmbito da formação para as Cidades Digitais, foi estabelecida parceria com o Programa de Pós Graduação em Administração da UnB para formação dos gestores envolvidos na implementação do projeto nos municípios, e foi realizada uma mobilização dos ofertantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC para oferta de vagas específicas nas Cidades Digitais selecionadas.

Por fim, com relação aos aplicativos para gestão das Cidades Digitais, foi indicada formalmente pela SID/MC a intenção de participar da ata de registro de preços da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP) para aquisição de aplicativos para as áreas da saúde, da educação, tributária e financeira com foco nos municípios.

A ação estruturante, Redes Digitais de Cidadania, consiste em uma parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados, envolvendo uma articulação federativa com a finalidade de apoiar projetos de inclusão digital nas seguintes linhas temáticas:

- Capacitação de técnicos e Gestores Municipais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC;
- Capacitação de micro e pequenas empresas no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC;
- Qualificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos espaços públicos de uso da internet;
- Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, direcionadas à Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar; e
- Tecnologias da Informação e Comunicação, direcionadas à Cultura: preservação, promoção e acesso.

Metas 2012-2015

- **40% das populações das classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)**

Análise Situacional da Meta

Ainda não há resultados disponíveis para 2013. A última pesquisa é referente a 2012. De acordo com os dados da TIC Domicílios do CETIC/CGI, a proporção de pessoas das classes D e E que declararam ter utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa ficou praticamente estável entre 2011 e 2012, tendo aumentado apenas um ponto percentual, passando de 13% para 14% no período. A meta não inclui acesso por dispositivos móveis (smartphones, tablets) e inclui modem móvel. Não foi possível regionalizar o alcance da meta, pois o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - CETIC.br, que fornece o indicador utilizado para a presente aferição,

não faz a apuração dessa forma.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

- **70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas**

Análise Situacional da Meta

Para essa meta, também não há informação estatística disponível para 2013. Os últimos dados são referentes a 2012. Entre 2011 e 2012 aumentou de 46% para 49% a proporção de pessoas que declararam terem acessado à internet nos três meses anteriores à pesquisa.

Para manter a uniformidade das informações, serão utilizados os dados do CETIC/CGI, cuja pesquisa TIC Domicílios é mais completa do que os dados coletados pela PNAD/IBGE e não inclui acesso por dispositivos móveis (smartphones, tablets) e inclui modem móvel.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2012

- **70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)**

Análise Situacional da Meta

Foi alterada a fonte de dados, do IBGE para o CETIC/CGI. Do mesmo modo que nas outras metas, ainda não há resultados disponíveis para 2013. A última pesquisa é referente a 2012. De acordo com os dados da TIC Domicílios do CETIC/CGI, quando comparadas às pesquisas dos anos de 2011 e 2012, a proporção de pessoas da classe C que declararam ter utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa aumentou de 45% para 47%. A meta não inclui acesso por dispositivos móveis (smartphones, tablets) e inclui modem móvel.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2012

- **Poder público de 3.700 municípios, dentre aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH-M abaixo de 0,800) usando e oferecendo aplicações e serviços de comunicação digital**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi iniciado o Projeto de Cidades Digitais. Por meio de seleção pública, foram selecionados 80 municípios que deverão receber, em caráter piloto, infraestrutura de rede e capacitação de servidores para utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), melhorando assim a eficiência da gestão e a prestação de serviços aos cidadãos. Ao final de 2012 foram assinados os contratos destinados à disponibilização da infraestrutura de comunicação nos municípios selecionados na chamada pública. Atualmente, 20 cidades estão na fase final de implantação da infraestrutura do projeto. Nas outras cidades os projetos executivos estão em processo de elaboração. Em 2013, a expansão do programa, para atingir mais 262 municípios foi incorporada ao PAC 2. Até 2016, a previsão é que se chegue a 600 propostas de Cidades Digitais apoiadas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

26/09/2013

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o



maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

De forma a estimular a diversidade, a pluralidade e a competição no setor, o MC centrou esforços na revisão das normas e regulamentos de radiodifusão simplificando os procedimentos administrativos em praticamente todos os serviços. Nesse quesito, merece destaque a revisão dos regulamentos de radiodifusão educativa e dos serviços de retransmissão de televisão, com a implantação de melhorias para a seleção das entidades e a adoção do modelo de avisos de habilitação para apresentação de propostas. Também foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Além disso, a revisão da Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a publicação do Decreto que altera as regras para a licitação dos serviços de radiodifusão comercial permitiram a modernização dos procedimentos de análise processual, bem como dirimiram as dúvidas existentes em relação a esses procedimentos.

Ademais, visando à massificação dos serviços de radiodifusão, seja por meio do rádio ou da televisão, disponibilizando o acesso ao maior número de municípios brasileiros, foram implantados os planos nacionais de outorga (PNO). Além de estabelecer os critérios dos processos de seleção, o PNO fixa o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos avisos de habilitação, de modo que todos os interessados tenham conhecimento prévio das datas e de todas as exigências para cada etapa do processo. Assim, as entidades dispõem de maior prazo para preparar a documentação necessária para entrega das propostas.

Em julho/2011, o Ministério das Comunicações publicou os PNOs para emissoras de TV e rádios FM educativas. Esses PNOs estabeleceram a realização de 13 avisos de habilitação para FMs educativas e outros 4 avisos de habilitação para TVs educativas. No que se refere ao Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, foi publicado o PNO de RTV 2012, que estabeleceu um cronograma com 4 avisos de habilitação para retransmissoras de televisão em caráter primário, contemplando 91 localidades a serem atendidas com o serviço. O Serviço de Radiodifusão Comunitária já foi objeto de dois PNOs. O primeiro, no ano de 2011, contemplou 431 municípios distribuídos por onze avisos de habilitação. O segundo, nos anos de 2012 e 2013, atendeu 1425 cidades em 26 avisos. Adicionalmente, o MC publicou um último aviso de habilitação para execução do serviço de radiodifusão comunitária contemplando 30 municípios com assentamentos ou atingidos pela BR-163. Os PNOs lançados buscaram contemplar as localidades com canais disponíveis no Plano Básico da Anatel e a demanda registrada no Ministério das Comunicações.

O lançamento de PNO e de edital em 2014, para obtenção de novas outorgas comerciais, está dependendo da aprovação, pelo Tribunal de Contas da União, de metodologia para realização de estudos de viabilidade econômico-financeira, visando o cálculo do preço mínimo das outorgas, que será apresentada por empresa em processo de contratação pelo Ministério das Comunicações.

Ainda, buscando estimular a diversidade, a pluralidade e a competição do setor de radiodifusão, foi assinado em 7 de novembro de 2013 o Decreto Presidencial nº 8.139, o qual permitiu a adaptação das emissoras de rádio que executam o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias (OM) para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM). Com essa ação, torna-se possível que as 1.772 emissoras, que operam na frequência de OM e que se encontram à margem do mercado, devido à constante queda de audiência do serviço, recuperem seu público, já que o serviço de FM possui cobertura similar com maior qualidade de transmissão, além de poderem ser sintonizadas por dispositivos móveis, como celulares e tablets, ou aparelhos mais modernos. A regulamentação desse Decreto, mediante portaria do Ministro das Comunicações, está prevista para início de 2014.

Metas 2012-2015

• 100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2013: 56% das emissoras de radiodifusão fiscalizadas.

No sentido de atingir a meta de 100% das emissoras de radiodifusão fiscalizadas, foi elaborado o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2014; foi dada continuidade nos Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão – SAR, que definiram os municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão foram fiscalizadas; e na fiscalização das capitais.

Cabe esclarecer que a meta refere-se às entidades autorizadas a executar os serviços principais de radiodifusão, a saber: sonora (em ondas médias, curtas, tropicais e frequência modulada); radiodifusão de sons e imagens (em tecnologia analógica e digital); e radiodifusão comunitária. Estão excluídas deste grupo, portanto, as entidades detentoras apenas de outorgas para execução de Serviços Auxiliares (SARC), tendo em vista que esses foram reconhecidos como serviços de telecomunicações pela Portaria MC nº 252/2013; e de Serviço de Retransmissão de TV, já que este é serviço ancilar ao serviço de radiodifusão. Para efeito de cumprimento da meta estão sendo consideradas as emissoras executantes dos serviços citados que já tenham licença definitiva ou possam funcionar de forma provisória (fases 2, 3 e P, no caso de radiodifusão comunitária). As fiscalizações poderão ser de natureza técnica (competência exclusiva da Anatel), de conteúdo (competência compartilhada entre MC e Anatel) e/ou jurídica (competência exclusiva do MC).

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	66	31/12/2013
Região Nordeste	100	%	54	31/12/2013
Região Norte	100	%	66	31/12/2013
Região Sudeste	100	%	49	31/12/2013
Região Sul	100	%	61	31/12/2013

• 20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2013: 7,96% dos municípios brasileiros contém pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos. Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros, sendo considerado o total de municípios existentes no momento da fixação da meta que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5565 municípios. Assim, perfizeram 443 outorgas, que corresponde a 7,96% do total de outorgas..

Em 2011, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de TV Educativa – TVE e Rádio Educativa – FME para 2011/2012. Estes PNOs estabeleceram a realização de 13 Avisos de Habilitação para FME e outros 4 Avisos de Habilitação para TVE. Com o cumprimento do plano, o número de municípios atendidos pode potencialmente alcançar 884 (rádio FME) e 243 (TVE) municípios. No entanto, o atendimento desses municípios depende da existência de entidades interessadas na execução do serviço e no encaminhamento correto da documentação necessária.

Vale ressaltar que, além dos 443 municípios já outorgados, encontram-se em fase avançada de análise avisos de



habilitação para outorgas de radiodifusão educativa em 143 localidades, estando ainda pendentes de publicação 6 novos Avisos de Habilitação de radiodifusão sonora em caráter exclusivamente educativo.

Porém, com o advento do Decreto 8.061/13, desde 31/08/2013 não é mais possível a outorga de canais de televisão em tecnologia analógica. Assim, está em consulta junto à Consultoria Jurídica a definição do andamento dos Avisos de Habilitação de TVEs, que previam outorgas nessa tecnologia, e que não foram outorgados até a referida data. Importa ressaltar que, para viabilizar o desligamento do sinal analógico no país, o referido decreto estabelece que o Ministério das Comunicações deverá publicar cronograma de desligamento de forma a promover uma transição suave para a tecnologia digital. Tal cronograma somente poderá ser publicado após conclusão dos estudos de reconfiguração do plano básico de canalização realizado pela Anatel, com a participação do Ministério das Comunicações. O estudo vem buscando a melhor forma de acomodar o convívio simultâneo dos canais analógicos já outorgados com os canais digitais consignados pela União, minimizando ao mesmo tempo possíveis interferências prejudiciais. Somente após a reconfiguração do espectro radioelétrico de frequências será possível publicar o cronograma de desligamento e, consequentemente, programar novos avisos de habilitação para outorga de serviços de televisão educativos já na tecnologia digital. Por esta razão, ao menos por hora, as políticas públicas de massificação de radiodifusão encontram-se suspensas, uma vez que a maioria dos Avisos de Habilitação, diante da complexidade do processo seletivo, que prevê diversas possibilidades e instâncias recursais, encontra-se ainda em andamento. Com a edição do Decreto 8.061/2013, estabelecendo que a partir de 31/08/2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em caráter analógico, encontra-se em estudo proposta da substituição dos canais objeto dos avisos em andamento por canais em tecnologia digital, a fim de se evitar a sua revogação.

Quantidade alcançada

7,96

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	%	6,01	31/12/2013
Região Nordeste	18	%	6,58	31/12/2013
Região Norte	30	%	9,8	31/12/2013
Região Sudeste	20	%	11,69	31/12/2013
Região Sul	18	%	4,88	31/12/2013

- **4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2013, o Ministério das Comunicações já havia possibilitado a 3,09% dos Municípios brasileiros disporem de pelo menos uma geradora de televisão outorgada a executar os serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins não comerciais. Este percentual corresponde a 172, dos 251 municípios objeto da meta e nele não estão inseridas as emissoras comerciais.

Importante registrar que o alcance desta meta está prejudicado, tendo em vista que a maioria dos Avisos de Habilitação, diante da complexidade do processo seletivo, que prevê diversas possibilidades e instâncias recursais, encontra-se ainda em andamento. Ainda, com a edição do Decreto 8.061/13, estabelecendo que a partir de 31/08/2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em caráter analógico, encontra-se em estudo proposta da substituição dos canais objeto dos avisos em andamento por canais em tecnologia digital, a fim de se evitar a sua revogação.

Quantidade alcançada

3,09

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4,5	%	1,5	31/12/2013
Região Nordeste	4,5	%	1,39	31/12/2013
Região Norte	4,5	%	1,56	31/12/2013
Região Sudeste	4,5	%	6,12	31/12/2013
Região Sul	4,5	%	2,61	31/12/2013

- **48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2013, o Ministério das Comunicações outorgou em 40,43% dos Municípios ao menos uma emissora de radiodifusão sonora (exceto com fins exclusivamente educativos ou comunitários). Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas (2.250) e o número de municípios brasileiros, sendo considerado o total de municípios existentes no momento da fixação da meta que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565. Adicionalmente, em conformidade a determinação do Tribunal Contas da União - TCU, o lançamento de editais para obtenção de novas outorgas, está dependendo dos resultados a serem apresentados pela empresa a ser contratada pelo Ministério das Comunicações com posterior aprovação do TCU tendo como finalidade desenvolver metodologia para realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das outorgas de serviços de radiodifusão.

Quantidade alcançada

40,43

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60	%	55,15	31/12/2013
Região Nordeste	40	%	29,17	31/12/2013
Região Norte	55	%	48,78	31/12/2013
Região Sudeste	50	%	42,75	31/12/2013
Região Sul	50	%	44,44	31/12/2013

- **51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2013, 50,04% dos municípios brasileiros já dispunham de mais de uma emissora de radiodifusão outorgada. Este percentual corresponde a 2.785 de um montante de 2.839 municípios e nele não estão incluídas as rádios comunitárias. Assim, para que a meta seja alcançada faltam apenas 54 outorgas. Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios, sendo considerado o total de municípios existentes no momento da fixação da meta que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565.

Com o advento do Decreto 8.061/13, que estabeleceu que a partir de 31/08/2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em tecnologia analógica, impõe-se a revogação das Concorrências de TV que previam outorgas nessa tecnologia, diante da perda do objeto. Encontram-se nesta situação os cerca de 462 editais de serviço de radiodifusão sonora e 25 editais de serviços de radiodifusão de sons e imagens ainda em andamento no Ministério. Importa ressaltar que, para viabilizar o desligamento do sinal analógico no país, o referido Decreto estabelece que o Ministério das Comunicações deverá publicar cronograma de desligamento de forma a promover uma transição suave para a tecnologia digital. Tal cronograma somente poderá ser publicado após conclusão dos estudos de reconfiguração do plano básico de canalização realizado pela Anatel, com a participação do Ministério das Comunicações. O estudo



vem buscando a melhor forma de acomodar o convívio simultâneo dos canais analógicos já outorgados com os canais digitais consignados pela União, minimizando ao mesmo tempo possíveis interferências prejudiciais. Somente após a reconfiguração do espectro radioelétrico de frequências será possível publicar o cronograma de desligamento e, consequentemente, programar novos avisos de habilitação para outorga de emissoras de radiodifusão, que não rádios comunitárias, já na tecnologia digital. Por esta razão, ao menos por ora, as políticas públicas de massificação de radiodifusão encontram-se prejudicadas.

Adicionalmente, o lançamento de editais para obtenção de novas outorgas, está dependendo dos resultados a serem apresentados pela empresa contratada pelo Ministério das Comunicações, para promover estudos de viabilidade econômica das outorgas de serviços de radiodifusão.

Quantidade alcançada

50,04

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65	%	65,24	31/12/2013
Região Nordeste	45	%	41,81	31/12/2013
Região Norte	60	%	65,03	31/12/2013
Região Sudeste	52	%	52,7	31/12/2013
Região Sul	50	%	47,14	31/12/2013

• 60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2013, 26,95% dos Municípios já possuíam ao menos uma emissora de TV Digital outorgada (geradora ou retransmissora). Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas total (1500) e o número de municípios brasileiros, sendo considerado o total de municípios existentes no momento da fixação da meta que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565.

A Portaria MC nº 14, de 06/02/2013 estabeleceu as diretrizes para acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Na portaria foi determinado que a Anatel iniciasse os procedimentos administrativos para a verificação da viabilidade da atribuição, destinação e distribuição da faixa de 698 MHz a 806 MHz para atendimento dos objetivos do PNBL. Diante do disposto na referida Portaria foram realizados estudos e reuniões com vistas a programar e possibilitar o replanejamento do espectro de radiodifusão de forma a promover uma transição suave para a tecnologia digital, a qual se deverá ocorrer mediante cronograma a ser publicado pelo Ministério das Comunicações.

Para a publicação do cronograma aguarda-se a conclusão dos estudos de reconfiguração do plano básico de canalização realizado pela Anatel, com a participação do Ministério das Comunicações. O estudo foi realizado de forma que se encontrasse a melhor forma de acomodar o convívio simultâneo dos canais analógicos já outorgados com os canais digitais consignados pela União, buscando o melhor uso do espectro radioelétrico e minimizando possíveis interferências.

Quantidade alcançada

26,95

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	%	44,85	31/12/2013
Região Nordeste	50	%	19,57	31/12/2013
Região Norte	70	%	43,65	31/12/2013
Região Sudeste	65	%	29,26	31/12/2013
Região Sul	58	%	21,55	31/12/2013

• **65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2013, 57,27% dos Municípios brasileiros já dispunham de pelo menos uma emissora de televisão outorgada, analógica e digital (geradora ou retransmissora). Este percentual corresponde a 3.187 de um total de 3.617 municípios correspondente à meta. Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas total e o número de municípios brasileiros, sendo considerado o total de municípios existentes no momento da fixação da meta que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565..

No ano de 2013, deu-se tratamento aos avisos de habilitação publicados no ano anterior, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Outorga (PNO) de RTV apresentado em 2012. Ao todo já foram analisadas 125 novas localidades constantes dos avisos de habilitação para outorga de RTV publicados, dos quais grande parte encontra-se em fase recursal.

No que se refere às novas outorgas de Televisão, o Decreto 8.061/2013, estabeleceu que a partir de 31/08/2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em tecnologia analógica, impondo-se a revogação das concorrências de TV que previam outorgas nessa tecnologia, diante da perda do objeto. Importa ressaltar que, para viabilizar o desligamento do sinal analógico no país, o referido decreto estabeleceu que o Ministério das Comunicações deverá publicar cronograma de desligamento de forma a promover uma transição suave para a tecnologia digital.

Somente após a reconfiguração do espectro radioelétrico de frequências e a publicação do cronograma de desligamento da TV Analógica será possível programar novos certames licitatórios e avisos de habilitação para outorga de serviços de televisão já na tecnologia digital. Por esta razão, ao menos por ora, as políticas públicas de massificação de radiodifusão encontram-se prejudicadas.

Quantidade alcançada

57,27

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	75	%	70,82	31/12/2013
Região Nordeste	58	%	49,28	31/12/2013
Região Norte	80	%	71,49	31/12/2013
Região Sudeste	69	%	63,43	31/12/2013
Região Sul	60	%	50	31/12/2013

• **80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2013: 69,00% dos municípios cobertos com pelo menos uma entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O cronograma estabelecido para cumprimento do Plano Nacional de Outorga - PNO do Serviço de Radiodifusão Comunitária - 2013 foi respeitado e, até 31/12/13, foram publicados os 13 avisos de habilitação, contemplando 710 municípios. Cabe destacar que houve, ainda, um aviso extra que contemplou 30



municípios. Apesar de o Ministério das Comunicações ter, ao longo dos últimos três anos, contemplado com avisos de habilitação 1.885 municípios (um terço dos existentes), percebeu-se que: a) em 45% deles não houve entidades interessadas na execução do serviço; e b) ainda existem sérias dificuldades para o encaminhamento da documentação correta por parte das entidades. Com isso, o Ministério criou as condições necessárias para o atingimento da meta, porém ela ainda não foi atingida em função dos problemas mencionados.

Quantidade alcançada

69

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	80	%	71,67	31/12/2013
Região Nordeste	80	%	65,38	31/12/2013
Região Norte	80	%	63,03	31/12/2013
Região Sudeste	80	%	73,68	31/12/2013
Região Sul	80	%	69,11	31/12/2013

• Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2013: 152 municípios solicitaram autorização para exploração do canal da cidadania e, os processos estão sendo analisados. Desse total, 13 pedidos foram da região norte, 17 da região sul, 69 da região sudeste, 22 da região centro-oeste e 31 da região nordeste.

Os pedidos de outorga podem ser feitos por municípios, estados, Distrito Federal e fundações e autarquias a eles vinculadas.

Os Municípios ou fundações e autarquias a eles vinculadas terão prioridade até 18 de junho de 2014 e, após esse prazo, os Estados ou fundações e autarquias a eles vinculadas poderão solicitar a autorização.

Visando acelerar a implantação do Canal da Cidadania nos municípios brasileiros, foi publicada a Portaria nº 57, de 13 de março de 2013, permitindo que as emissoras educativas que já possuem outorga para transmitir o sinal de TV digital, desde que vinculadas a governos estaduais e municipais, possam solicitar autorização do ministério para utilizar o recurso da multiprogramação, funcionando nos moldes do Canal da Cidadania.

Após a conclusão desses processos de outorga, o MC vai abrir avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias, que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga – REPNBL-Redes, criado pela Lei nº 12.715, de 2012, foi

regulamentado, em 2013, por meio do Decreto nº 7.921, da Portaria MC nº 55 e da Instrução Normativa nº 1.355, da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico e a produção local, a Lei do REPBNB-Redes estabeleceu que os projetos devem cumprir percentuais mínimos de equipamentos e componentes de redes produzidos e desenvolvidos no país. Em 2013 foram submetidos cerca de 623 projetos no âmbito do REPBNB-Redes, correspondendo aproximadamente a R\$ 15 bilhões para a implantação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações que suportam comunicação de dados em banda larga. A apresentação de projetos ao Ministério das Comunicações segue até 30/6/2014 e sua execução deverá ser concluída até 31/12/2016.

Além dessa ação, o Ministério das Comunicações trabalhou na inclusão dos terminais móveis do tipo smartphones e tablets na Lei do Bem. Por meio dessa ação, ficam desonerados das contribuições para o PIS/COFINS, na venda a varejo, os equipamentos que se enquadram nas características técnicas determinadas pelo poder Executivo. A estimativa de redução no preço final desses dispositivos pode chegar a 30%, considerando a sinergia com os outros instrumentos vigentes – Lei de Informática – e pelo fato do mercado ser altamente competitivo.

A Portaria MC nº 87/2013 definiu obrigação que cada marca de equipamentos beneficiados disponibilize nos smartphones um pacote mínimo de aplicativos desenvolvidos no país, como condição para usufruir da isenção fiscal. Com essa medida, o Ministério das Comunicações pretende destacar os aplicativos desenvolvidos no Brasil e, assim, fortalecer o desenvolvimento de aplicativos com soluções voltadas as características específicas de nossa população e criação de renda para os desenvolvedores de aplicativos em um dos mercados mais promissores da atualidade. Tal obrigação foi regulamentada pela Portaria nº 2/2013 da Secretaria de Telecomunicações, onde se estabeleceram as regras de comprovação de nacionalidade e os prazos para a inclusão dos aplicativos desenvolvidos no Brasil, conforme abaixo:

“Art. 4º O pacote de aplicativos gerais, a que se refere o inciso I do art. 2º, a ser disponibilizado pelo fabricante de smartphone deverá conter, em todo modelo a ser beneficiado com a desoneração fiscal, no mínimo:

- I - 5 aplicativos nacionais a partir de 10 de outubro de 2013;
- II - 15 aplicativos nacionais a partir de 1º de janeiro de 2014;
- III - 30 aplicativos nacionais a partir de 1º de julho de 2014; e
- IV - 50 aplicativos nacionais a partir de 1º de dezembro de 2014”.

Outra medida para o desenvolvimento da cadeia produtiva foi a licitação de frequências de 4G, realizada em junho de 2012, na qual incluiu-se entre suas exigências, assim como o REPBNB, requisitos de investimentos em equipamentos com desenvolvimento tecnológico nacional e com equipamentos produzidos no Brasil de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico - PPB.

Importante mencionar ainda o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, um fundo de natureza contábil, instituído pelo governo brasileiro com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital para ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, conforme previsto pela Lei Geral de Telecomunicações. É um dos principais meios de acesso a recursos para a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva do setor.

Sua atuação impacta as metas para o segmento na geração de inovação, nas exportações e contribui para um índice maior de nacionalização de equipamentos e aparelhos de telecomunicação usados pela indústria do segmento no país. Entre os projetos de relevante interesse para o setor e, por conseguinte, para o país, pode se mencionar o desenvolvimento da tecnologia LTE (4G), em especial operando na radiofrequência de 450 MHz, para atendimento de áreas rurais e urbanas com baixa densidade populacional e o desenvolvimento de tecnologias ópticas de vanguarda.



Em 2013, além de dar continuidade aos projetos já contratados, foram aportados valores da ordem de R\$ 252 milhões nas áreas demonstradas a seguir:

- Lançamento do Edital do Inova Telecom, seleção pública conjunta entre a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, e os Ministérios das Comunicações – MC, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e Ministério da Saúde – MS, que objetiva o apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação nas empresas brasileiras da cadeia de telecomunicações, incentivando seu adensamento e ampliando sua competitividade. Para essa seleção foram repassados R\$ 200 milhões à Finep, por meio de contrato de financiamento, para seleção dos projetos que serão apresentados em 2014. O Inova Telecom prevê, para o período de 2014/2018, investimento total da ordem de R\$ 1,5 bilhões.

- R\$ 50 milhões no estímulo à criação de tecnologias inovadoras visando a melhoria, eficiência e competitividade do setor de telecomunicações por meio do apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que possam aproveitar as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência nas comunicações, para ampliar o domínio nacional no setor;

- Cerca de R\$ 2 milhões, investidos por meio de Termo de Cooperação firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para a capacitação de profissionais de diversos níveis de qualificação em TIC, apoiando programas governamentais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI (graduação) e o Ciência sem Fronteiras (pós-graduação).

Além do exposto, destaca-se que os resultados de todos esses investimentos vêm sendo mensurados por meio de indicadores de resultado dos projetos que no último período avaliativo, que se estendeu de 2001 a 2011, demonstrou que a cada R\$ 1,00 investido pelo FUNTTEL, em projetos cujos resultados foram transferidos para a indústria nacional, gerou-se um faturamento para o mercado nacional de R\$ 4,88, o que evidencia a eficiência da estratégia de investimentos definida pelo Conselho que gerencia o Fundo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R\$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas**

Análise Situacional da Meta

A informação ainda não foi divulgada.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar em 40% as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação**

Análise Situacional da Meta

O ano de 2012 apresentou uma sensível retração do mercado mundial, podendo ser percebido na redução das importações e exportações de eletroeletrônicos de telecomunicações. Em particular, o agravamento da crise europeia e a redução das exportações de celulares (-51%) e estações rádio base (-36%) causaram grande impacto na exportação de eletroeletrônicos de telecomunicações.

O setor de eletroeletrônico de telecomunicações é um mercado altamente globalizado e dinâmico, em que as tecnologias assumem padrão mundial, com equipamentos lançados em escala global e em períodos cada vez menores.

As estações rádio base e os celulares, principalmente, tem sido impactados pela rápida dinâmica do setor, que demanda mudanças expressivas em suas características tecnológicas, alcançadas por meio de investimentos constantes. A queda na exportação destes equipamentos pode ser atribuída a uma concentração de modelos com tecnologias já estabelecidas sendo produzidos no Brasil. Entretanto, os investimentos no mercado interno estão sendo ampliados devido às demandas por tecnologia nacional na rede 4G, bem como as metas agressivas de cobertura móvel e o aumento do acesso aos dispositivos de comunicação celular, o que deve levar a uma atualização tecnológica da cadeia produtiva do setor.

Quantidade alcançada

-36,28

Data de Referência

31/12/2012

• Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga**Análise Situacional da Meta**

O Ministério das Comunicações e a Qualcomm deram andamento ao processo de desenvolver equipamentos móveis brasileiros. A Qualcomm criou o "reference design" (design de referência) do equipamento que será produzido pela indústria nacional e informou ao MC que já está transferindo o "reference design" para as indústrias nacionais que produzirão "tablets" nacionais com alta tecnologia e custos reduzidos para o mercado interno.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação**Análise Situacional da Meta**

Em 2012 a participação da produção de equipamentos de telecomunicações nacionais passou a representar 64,8% das aquisições no mercado nacional.

Em março de 2013, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria MC nº 55/2013 que definiu as regras necessárias para a submissão de projetos para o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga– REPNBL. Dentre as contrapartidas exigidas para o enquadramento dos projetos de investimento em redes de telecomunicações em banda larga está a necessidade de aquisição de equipamentos que são produzidos no Brasil, segundo o Processo Produtivo Básico – PPB, e de equipamentos que foram desenvolvidos no país, conforme a Portaria MCTI nº 950/2006.

Outra ação de incentivo à produção nacional foi a desoneração dos "smartphones". Em abril de 2013, a Portaria MC nº 87 regulamentou as características técnicas para que os telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo "smartphone" pudessem usufruir dos benefícios fiscais da "Lei do Bem". Desde então, todos os equipamentos que cumprirem essas características de hardware e possuam PPB passam a ter a desoneração de seu PIS/COFINS em sua venda no varejo.

Essas duas ações do MC pretendem atrair investimentos com o intuito de reduzir a dependência nacional na produção de equipamentos de telecomunicações em território brasileiro e, consequentemente, gerar produção suficiente para o aumento das exportações desses produtos.

Quantidade alcançada

64,8

**Data de Referência**

31/12/2012

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O biênio 2012/2013 foi de avanços, tanto do ponto de vista da gestão estratégica e das relações institucionais, quanto ao salto de qualidade técnica da produção, empacotamento e distribuição de conteúdos, da ampliação do alcance dos sinais de radiodifusão e da conquista de novas audiências. A EBC, por meio de seus macroprocessos finalísticos (operacionais), dedicou-se a dar sustentabilidade às ações e políticas voltadas para sua missão primordial, que é a de prestar serviços de radiodifusão pública, visando à garantia do direito à comunicação e à promoção da cidadania e da diversidade.

A elaboração do Plano Estratégico foi norteador dos avanços propostos à Empresa, para que a mesma esteja à altura dos grandes desafios do projeto de construção da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão e Rádio – RNCP/TV-Rádio, que com sua consolidação orientou um novo modelo de produção, empacotamento e distribuição que foi responsável pela distribuição de mais de 280 mil horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos, de cidadania e recreação para contribuir com a formação crítica das pessoas.

Assim, para garantir a produção de conteúdo e de programas, próprios e de parceiros, 24 horas nas grades de programação da TV Brasil, nas emissoras de rádio e no portal da EBC, a Empresa planejou e executou a inserção de novos programas, a produção e veiculação de campanhas e peças de serviços e utilidade pública, bem como a produção de conteúdos especiais em múltiplas plataformas, além de realizar coberturas e transmissões ao vivo de importantes eventos.

Desta forma, a EBC possibilitou a disponibilização do acesso a 163.112.374 pessoas, que representam 85,52% da população brasileira, distribuída em 3.580 municípios (64% dos municípios brasileiros, exceto os municípios de interseção), considerando a geração, emissão e retransmissão com rede própria de rádio e televisão terrestre. A metodologia utilizada para o levantamento dos municípios considerou o contorno de cobertura estabelecida pela regulamentação técnica do Ministério das Comunicações e ANATEL.

Os avanços dos percentuais da população com acesso ao sinal de transmissão foram ampliados nas Regiões brasileiras, em função da redefinição da estratégia de distribuição para a TV Brasil, com o fortalecimento da rede parceira, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão – RNCP/TV, e a inclusão da rede de transmissão das Rádios da EBC.

Cabe destacar que a RNCP/TV é formada por 55 geradoras e 783 retransmissoras de TV aberta terrestre e pela Rede de Rádios da EBC, composta por 07 emissoras e 02 retransmissoras operadas diretamente. A RNCP/TV está presente em 24 estados mais o Distrito Federal, alcançando 1.782 municípios, e a Rede de Rádios da EBC, em 3.103 municípios. O redirecionamento da estratégia de inclusão da RNCP/TV e da Rede de emissoras de Rádio da EBC permitiu a ampliação da disponibilização do sinal terrestre de radiodifusão (TV e Rádio) da EBC. Além disso, os conteúdos da TV Brasil estão disponíveis para 15 milhões de assinantes de TV fechada e cerca de 20 milhões de domicílios, que recebem o sinal por antena parabólica.

Aproximadamente 2,5 milhões de pessoas assistiram diariamente a programação da TV Brasil, através de televisão

aberta, em resultados auferidos por uma medição que abarca apenas seis das principais capitais brasileiras. De 2012 para 2013, a audiência média da TV Brasil cresceu nas três capitais onde possui emissoras próprias com sinal analógico, e onde teve índices medidos pelo IBOPE. Em relação à TV Brasil, houve crescimento da audiência nas praças de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, no número de programas da TV Brasil que tiveram médias acima de 0,50%, tanto proporcionalmente quanto em números absolutos.

Ademais, a TV Brasil Internacional exibiu conteúdos para 65 países de quatro continentes, atendendo a demanda de informação dos brasileiros que residem no exterior e de países de língua portuguesa.

O biênio foi marcado pela implementação das atividades definidas no Plano Estratégico 2012/2022 e nos Planos de Trabalhos Anuais. O monitoramento da execução do Plano de Trabalho proporcionou às áreas operacionais a visualização quantitativa e qualitativa dos conteúdos produzidos pelos veículos das plataformas de TV, rádio e web. Isto tem possibilitado mais eficiência das medidas corretivas adotadas na produção de conteúdos e prestação de serviços, sobretudo com relação às exigidas por Lei. As mudanças da gestão foram norteadas por quatro eixos estratégicos: Organização Administrativa, Missão e Resultados, Qualidade dos Serviços e Produtos e Diversificação da Receita.

O eixo Organização Administrativa teve como base ações orientadas para a aprovação do novo conceito de Estrutura com o Redesenho do Organograma da EBC, e para a internalização das atividades desenvolvidas pela Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto – ACERP, assim como reformulação e alinhamento com o PPA 2012/2015. Tudo isso para assegurar a convergência de esforços na busca da visão de futuro da Empresa ("Ser referência em Comunicação Pública") e no aprimoramento da gestão e execução da EBC de forma integrada e sistêmica, visando o alcance da missão "Criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas".

A intensificação do foco na Missão e nos Resultados promoveu a implementação de uma nova fase da Gestão Estratégica, a partir do monitoramento (acompanhamento das métricas das ações e dos resultados) sistematizado da estratégia e da execução física. O objetivo foi assegurar a evolução dos indicadores institucionais de resultados do PPA 2012/2015 e a execução do Plano de Trabalho.

O destaque na intensificação do foco na Missão e nos Resultados foi o projeto-piloto Brasil 4D, com iniciativa e coordenação da EBC, que beneficiou 100 famílias de João Pessoa, na Paraíba, durante os quatro meses de sua execução. O projeto, que disponibiliza aplicações e programas interativos em linguagem televisiva gratuita e permite ao telespectador acessar informações e serviços públicos, foi uma experiência precursora para a TV digital pública interativa voltada para a população de baixa renda.

Com relação à Qualidade dos Serviços e Produtos, o principal resultado foi o avanço na melhoria da qualidade do sinal, com a conclusão da instalação do novo sistema irradiante e do transmissor analógico da TV Brasil em São Luís. Outro resultado relevante foi a audiência do Portal EBC, que, no ano, alcançou 16,2 milhões em acessos na internet.

Resultado do trabalho implementado, nos dois anos a EBC colecionou vários prêmios e colocou em destaque assuntos que não fazem parte da pauta cotidiana dos veículos comerciais.

A plataforma Web, no ano de 2013, foi marcada por um aumento expressivo de audiência, impulsionado pelo Portal EBC. Ao todo, foram alcançados 30,9 milhões de visitantes únicos, somando-se todos os veículos web da Empresa (Portal, Radioagência, Agência Brasil e Sites das Rádios e TVs). O total foi 145% maior do que em 2012. O Portal EBC alcançou a média/mês de 1,3 milhão de visitantes únicos e encerrou 2013 com mais de 16,2 milhões de visitantes únicos no ano, que navegaram por mais de 29 milhões de páginas.



A Agência Brasil registrou um aumento de 151% nas visitas à sua página na internet, alcançando a marca de 7,2 milhões de visitantes únicos no ano. A Agência Brasil apresentou também um crescimento de 105,66% no número de visitantes únicos comparando com o ano anterior. Em 2012, o veículo já havia alcançado elevação de 98% em sua audiência, na comparação com 2011. Assim, em dois anos, a visibilidade do veículo quadruplicou. A Radioagência Nacional teve crescimento de 22,65% audiência em visitantes únicos em relação a 2012.

A diversificação da Receita tem sido observada com a reestruturação da estratégia de negócios e serviços. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, a EBC alcançou recorde na receita de captação com o crescimento de 296% relativamente aos últimos quatro anos. A nova Política de Captação de Recursos possibilitou alcançar o patamar de R\$ 100,32 milhões em 2013 contra R\$ 81,49 milhões com venda de serviços e exibição de apoio institucional no ano de 2012.

Além disso, destacamos os avanços nas negociações junto ao TCU, referentes ao processo de credenciamento que permitirão à EBC efetuar contratações de serviços especializados de forma mais ágil, e a decisão judicial em 1ª instância sobre a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública – CFRP, favorável à EBC, que contribuirá para a ampliar as receitas da Empresa. Em relação ao processo de credenciamento, o TCU entendeu, por decisão do plenário, que a possibilidade de utilização da figura do credenciamento é viável às atividades da EBC, dentro dos limites julgados pelo Tribunal. A decisão em questão oferecerá à EBC possibilidades de melhoria nas suas atividades, bem como de melhor atendimento de clientes demandantes da EBC na prestação de serviços oferecidos pela Empresa.

Vale ressaltar que a EBC, na busca de maior efetividade para a medição do alcance da malha de transmissão de radiodifusão pública, está efetuando a contratação de uma consultoria especializada em cobertura de sinal de TV para utilização de metodologia mais eficaz e tecnologicamente adequada. No caso da cobertura do sinal das Rádios, o estudo de alcance do sinal produzido pela Universidade de Brasília, foi concluído em 2013.

Metas 2012-2015

• Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional.

Análise Situacional da Meta

A EBC encerrou o ano de 2013 com a cobertura de 65 países, destacando-se no biênio 2012/2013 o início das operações no Japão, onde moram 210 mil brasileiros. Desta forma, a Empresa está presente na Europa, África, América do Sul, América do Norte, América Central e outros países da Ásia.

Registra-se uma redução de 2 países em relação ao ano de 2012. A redução foi ocasionada pela não aceitação dos operadores Latinos Americanos de oferecer em sua grade programas dublados e legendados em Espanhol, nos moldes do antigo Canal Integracion, gerido pela EBC. Desta forma, as transmissões da TV Brasil Internacional foram suspensas para Costa Rica e Honduras.

Novas negociações foram abertas com quatro operadoras em Honduras: MEGACABLE, HONDUVISIÓN, DIGICABLE e CABLE SISTEMA DE RL, que já receberam autorização da TV Brasil Internacional para retransmitir o sinal. As transmissões iniciarão em 2014 após a análise da programação da TV Brasil Internacional pelas parceiras.

As negociações com a Globecast, da França não evoluíram em razão da inviabilidade financeira da EBC que teria que pagar para ter seus conteúdos exibidos. Outras alternativas serão prospectadas na Europa, em 2014.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	80	unidade	65	31/12/2013

- **Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão (rádio e televisão), por meio de geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública, para garantir disponibilidade de acesso à população brasileira.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a EBC possibilitou disponibilização do acesso a 163.112.374 pessoas, que representam 85,52% da população brasileira distribuída em 3.580 municípios (64% dos municípios brasileiros, exceto os municípios de interseção) considerando a geração, emissão e retransmissão com rede própria de rádio e televisão terrestre. A metodologia utilizada para o levantamento dos municípios considerou o contorno de cobertura estabelecida pela regulamentação técnica do Ministério das Comunicações e ANATEL.

Os avanços dos percentuais da população com acesso ao sinal de transmissão foram ampliados nas Regiões brasileiras, em função da redefinição da estratégia de distribuição para a TV Brasil com o fortalecimento da rede parceira por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão – RNCP e da inclusão da rede de transmissão das Rádios da EBC. A malha de transmissão de radiodifusão terrestre da EBC, considerando a parceria com a RNCP/TV e o alcance das emissoras de Rádio (OC e FM), disponibiliza acesso a todos os Estados dessas Regiões via Rádio e/ou via Televisão.

A Rede exibidora da TV Brasil é formada por 52 geradoras e 727 retransmissoras de TV aberta terrestre e pela Rede de Rádios da EBC, composta por 07 emissoras e 02 retransmissoras operadas diretamente. A rede está presente em 24 estados mais o Distrito Federal, alcançando 1.782 municípios e a Rede de Rádios em 3.103 municípios. Além disso, os conteúdos da TV Brasil estão disponíveis para 15 milhões de assinantes de TV fechada e 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica.

Na Região Centro-Oeste a EBC conta com 5 geradoras e 34 retransmissoras de televisão e 03 emissoras (AM e FM), 1 (FM) retransmissora e 1 repetidora (AM) de rádio, em Brasília. Na região Norte, a EBC possui 5 geradoras e 98 retransmissoras de televisão, e a Rádio, disponibiliza 01 emissora (AM) e uma retransmissora (FM) em Alto Solimões - Amazonas. Vale ressaltar que os Estados do Amapá e Rondônia ainda encontram-se em fase de negociação para instalação de geradoras da TV por meio de parcerias com emissoras públicas locais e com as universidades federais de ambos os estados para participarem da rede. As Regiões Centro-Oeste (98,34%) e Norte (100%) são as quais apresentam maior disponibilização de acesso ao sinal de TV e Rádio da EBC às populações.

A Região Sudeste (96,71%) conta com disponibilidade de acesso das Rádios (MEC – FM/AM e Nacional do RJ/AM) e também da TV Brasil, onde a empresa tem 26 geradoras e 256 retransmissoras (próprias e parceiras) participantes da Rede Nacional de Comunicação Pública - RNCP/TV consolidando a maior parte da rede de transmissão de televisão pública, entre as Regiões brasileiras. Esta parcela da rede cobre os Estados do RJ, MG e SP.

Na Região Nordeste, a EBC possui 10 geradoras e 249 retransmissoras (próprias e parcerias) de televisão e nenhuma emissora própria de Rádio instalada na Região. Em relação à TV Brasil, a EBC intensificou esforços para ampliar a disponibilidade de acesso junto à TV Pernambuco para o exercício de 2013 para funcionamento em 2014. Com relação à disponibilidade de acesso ao sinal da TV Brasil na Região Sul, onde a empresa possui 6 geradoras (própria e parceira), em maio/2013 foi inaugurada a geradora própria digital em Florianópolis que possibilitará novas parcerias e a ampliação da disponibilidade de acesso. A estratégia para ampliar o acesso nessa Região encontra-se em execução por meio de negociações já em andamento com a TV Educativa do Rio Grande do Sul – TVE/RS e TV Educativa do



Paraná – TVE/PR. Na Região Sul, a Rede de Rádio da EBC não tem disponibilidade de sinal, entretanto está identificando parceiros junto às rádios públicas existentes nessa Região para o desenvolvimento de parcerias em 2014. As Regiões Sul (60,71%) e Nordeste (73,66%) são as áreas que apresentam a menor disponibilidade de acesso à radiodifusão pública, tanto com relação a televisão, quanto as emissoras de Rádio.

A ampliação da cobertura das emissoras de Rádios de Ondas Curtas (OC) da EBC em operação, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro- Oeste está condicionada aos investimentos em novos transmissores, bem como na definição da tecnologia do padrão digital para rádios. Vale ressaltar que essas Regiões, são prioridades estratégicas para a atuação das emissoras de Rádio da EBC, por serem grandes áreas não alcançadas por outras frequências.

Por outro lado, a qualidade e ampliação do acesso à radiodifusão pública terrestre (Rádio e TV) estão condicionadas à disponibilidade de investimentos na infraestrutura tecnológica, para que a EBC faça a modernização do seu parque para distribuição do sinal em qualidade HD (High Definition ou Alta Definição) do rádio e da televisão. Por outro lado, para que o processo de digitalização da RNCP/TV e Rádios possa acontecer de forma integral será necessária a realização de investimentos também nas emissoras parcerias.

Quantidade alcançada

85,52

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	%	98,34	31/12/2013
Região Nordeste	80	%	73,66	31/12/2013
Região Norte	100	%	100	31/12/2013
Região Sudeste	90	%	96,71	31/12/2013
Região Sul	70	%	60,71	31/12/2013

- **Ampliar a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) da EBC para assegurar a recepção radiofônica às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não alcançadas por outras frequências.**

Análise Situacional da Meta

A EBC ao concentrar suas metas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, priorizou o acesso a populações de regiões carentes da radiodifusão pública em ondas curtas (OC) e ondas tropicais (OT), onde a iniciativa privada não opera. Encontra-se em discussão no Brasil o padrão digital para o rádio, que poderá alterar o rumo dos investimentos da EBC nos próximos anos, o que contribui, também, para a redução da velocidade da expansão prevista na meta.

Além disso, os estudos e discussões acerca do Rádio Digital geraram indefinição sobre a escolha desse padrão e influenciou a decisão estratégica da EBC de adiar os investimentos nesses transmissores.

A EBC encomendou um estudo junto à Universidade de Brasília - UnB, no qual foi concluído, e tem como objetivo medir o alcance efetivo dos transmissores da EBC que se encontram em operação há 35 anos. Esse estudo contribuirá para as discussões do padrão da rádio digital.

Nas Regiões Norte (99,23%) e Centro-Oeste (39,51%) a meta já se encontra bem próximo do programado, os dois transmissores encontram-se dedicados a essas regiões. Com relação à Região Nordeste (10,66%), os equipamentos disponíveis não apresentam capacidade técnica para fazer a cobertura de grande parte dos municípios dessa Região, sendo necessária a ampliação para a cobertura.

Quantidade alcançada

49,28

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40	%	39,51	31/12/2013
Região Nordeste	25	%	10,66	31/12/2013
Região Norte	100	%	99,23	31/12/2013

Anexo

Execução Financeira das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.895.111	15.681.089	6.683.278
Despesas Correntes	3.712.863	3.952.515	423.415
Despesas de Capital	10.182.248	11.728.574	6.259.863
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	13.895.111	15.681.089	6.683.278

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 015M - Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S3	814.000.000	717.966.141	682.966.139	17.579.212	17.579.212
10S6	288.800.000	234.920.525	187.855.805	9.555.508	9.555.508
Total	1.102.800.000	952.886.666	870.821.944	27.134.720	27.134.720

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CW	1.900.000.000	1.900.000.000	1.900.000.000	0	0
0E64	970.000.000	570.000.000	570.000.000	49.942.714	49.330.214
00CY	315.000.000	315.000.000	315.000.000	0	0
10SJ	141.329.000	42.371.265	14.544.514	728.005	728.005
00AF	9.000.000.000	10.737.978.027	10.737.978.027	6.232.000.000	6.232.000.000
00CX	315.000.000	1.146.647.000	1.146.647.000	372.705.041	372.705.041
Total	12.641.329.000	14.711.996.292	14.684.169.541	6.655.375.760	6.654.763.260

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 015Y - Apoio à elaboração de Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8875	100.000.000	30.000	0	0	0
Total	100.000.000	30.000	0	0	0

- 015Z - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z0	400.000	400.000	0	0	0
Total	400.000	400.000	0	0	0

- 0163 - Promoção de ações de Desenvolvimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8873	50.000.000	15.194.069	3.718.047	767.142	757.442
Total	50.000.000	15.194.069	3.718.047	767.142	757.442

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02ZV - Promoção da Qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, integrando todos os atores públicos e privados por meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z9	182.000	182.000	0	0	0
Total	182.000	182.000	0	0	0

OBJETIVO: 0756 - Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02ZY - Apoio aos agentes do SNHIS para cadastramento e acompanhamento de beneficiários, operação e manutenção das ações de habitação de interesse social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NX	400.000	400.000	0	0	0
Total	400.000	400.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.073.941	3.783.599	541.113
Despesas Correntes	62.127	64.380	1.413
Despesas de Capital	4.011.814	3.719.219	539.700
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.073.941	3.783.599	541.113

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116F	120.000.000	27.250.443	27.241.605	7.751.790	5.935.394
7656	97.275.000	115.275.000	112.561.241	28.398.352	13.594.241
Total	217.275.000	142.525.443	139.802.845	36.150.142	19.529.635

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6908	5.000.000	5.000.000	4.540.310	415.779	415.779
20NV	2.126.571	12.126.571	10.000.000	0	0
1P95	94.767.096	94.767.095	94.654.938	1.779.839	1.779.839
20AG	42.500.000	30.050.000	17.550.250	578.006	578.006
8871	5.000.000	1.800.000	1.441.359	419.146	419.146
20AF	7.600.000	7.600.000	7.439.306	98.222	98.222
12MH	100.000	0	0	0	0
20Z5	500.000	500.000	0	0	0
20NW	100.000	100.000	0	0	0
Total	157.693.667	151.943.666	135.626.162	3.290.992	3.290.992

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de



água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116I	260.500.000	26.694.664	1.691.064	0	0
20YF	0	0	0	0	0
10GG	167.706.080	180.156.080	73.627.722	0	0
10RP	8.360.000	2.134.549	2.134.393	215.446	215.446
Total	436.566.080	208.985.293	77.453.179	215.446	215.446

- 02DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YG	0	0	0	0	0
10GD	341.770.000	361.370.000	233.488.331	18.587.788	13.703.729
10SC	698.717.573	673.917.574	577.750.494	59.627.317	59.568.394
Total	1.040.487.573	1.035.287.574	811.238.825	78.215.105	73.272.124

- 02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GE	635.423.986	780.159.264	707.663.023	122.724.708	118.617.318
1N08	855.352.395	682.457.733	448.054.137	96.273.657	96.273.657
14IJ	28.000.000	24.697.823	24.697.823	5.861.499	5.861.499
20YH	0	0	0	0	0
10RM	180.000.000	230.000.000	229.994.700	157.022.184	156.154.580
Total	1.698.776.381	1.717.314.820	1.410.409.683	381.882.047	376.907.055

- 02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S5	427.491.263	431.891.266	380.891.263	32.612.426	32.612.426
7652	93.550.905	93.550.905	91.450.905	8.746.961	7.996.960
Total	521.042.168	525.442.171	472.342.168	41.359.387	40.609.385

- 02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3883	2.100.000	2.100.000	600.000	0	0
Total	2.100.000	2.100.000	600.000	0	0

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	138.450	132.716	7.642
Despesas Correntes	90.723	87.489	6.736
Despesas de Capital	47.728	45.228	906
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	138.450	132.716	7.642

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00ZE - Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8274	54.753.000	55.153.000	52.615.417	7.165.182	6.165.182
20AM	17.500.000	17.500.000	17.500.000	0	0
Total	72.253.000	72.653.000	70.115.417	7.165.182	6.165.182

- 00ZH - Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MG	53.779.770	47.645.770	1.400.000	0	0
Total	53.779.770	47.645.770	1.400.000	0	0

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 010H - Elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W5	500.000	500.000	499.141	120.924	120.924
20W6	11.703.443	11.703.443	1.332.879	356.178	351.458
Total	12.203.443	12.203.443	1.832.021	477.102	472.382

- 010L - Promoção de monitoramento de áreas contaminadas por resíduos e recuperação de áreas órfãs contaminadas

Piano
Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TT	214.000	214.000	0	0	0
Total	214.000	214.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.400.426	6.542.283	2.392.992
Despesas Correntes	104.688	3.365.106	1.773.393
Despesas de Capital	2.295.738	3.177.176	619.599
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.400.426	6.542.283	2.392.992

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12QB	88.227.500	88.227.500	69.753.999	8.143.369	8.113.646
Total	88.227.500	88.227.500	69.753.999	8.143.369	8.113.646

• 00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GB	10.972.500	10.972.500	9.791.362	8.759.688	8.718.190
20L9	3.500.000	3.500.000	3.471.412	2.429.857	2.169.797
Total	14.472.500	14.472.500	13.262.774	11.189.545	10.887.987

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02CR - Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LA	18.402.133	26.402.133	26.362.380	12.362.668	6.951.454
Total	18.402.133	26.402.133	26.362.380	12.362.668	6.951.454

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8172	12.610.000	12.230.000	9.610.428	3.036.399	2.851.071
Total	12.610.000	12.230.000	9.610.428	3.036.399	2.851.071

• 00FG - Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UX	25.000.000	25.000.000	8.422.412	993.264	993.264
Total	25.000.000	25.000.000	8.422.412	993.264	993.264

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00FT - Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A01	0	1.423.674.598	1.023.674.434	891.624.652	891.624.652
20G3	0	277.900.000	277.830.252	71.912.802	21.571.543
22BO	0	2.370.762.509	1.405.585.670	974.423.945	939.870.449
Total	0	4.072.337.107	2.707.090.356	1.937.961.398	1.853.066.643

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02B2 - Mapeamento de áreas de risco, com foco em inundações, enxurradas e deslizamentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N2	20.000.000	24.000.000	17.483.898	436.410	377.410
8424	600.000	480.000	0	0	0
Total	20.600.000	24.480.000	17.483.898	436.410	377.410

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140M	90.000.000	90.000.000	90.000.000	84.187.276	70.000.000
Total	90.000.000	90.000.000	90.000.000	84.187.276	70.000.000

• 00ER - Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas,

erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SG	1.136.201.173	1.237.201.176	1.181.710.272	275.652.827	275.652.827
127A	185.400.000	169.000.000	11.200.000	0	0
127C	1.310.442	0	0	0	0
12L6	100.000	80.000	0	0	0
14RL	135.100.000	229.793.656	157.864.034	52.717.851	52.717.851
1E36	100.000	80.000	0	0	0
1O92	100.000	80.000	0	0	0
20M5	100.000	100.000	0	0	0
20TI	53.571.080	52.867.080	10.445.165	0	0
8865	401.400.000	282.400.003	281.297.784	6.311.230	6.311.230
Total	1.913.382.695	1.971.601.915	1.642.517.254	334.681.907	334.681.907

• 00ET - Execução de obras emergenciais em situações de risco iminente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8348	206.931.663	206.931.663	10.380.000	0	0
Total	206.931.663	206.931.663	10.380.000	0	0

• 00EU - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
126Z	100.000	0	0	0	0
Total	100.000	0	0	0	0

• 00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127D	100.000	0	0	0	0
Total	100.000	0	0	0	0

• 00EW - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NN	10.600.000	10.600.000	5.873.906	0	0
Total	10.600.000	10.600.000	5.873.906	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	156.453	157.473	65.374
Despesas Correntes	132.873	133.873	59.449
Despesas de Capital	23.579	23.599	5.925
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	156.453	157.473	65.374

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0016 - Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B53	7.567.237	7.567.237	7.524.402	3.952.452	2.709.180
Total	7.567.237	7.567.237	7.524.402	3.952.452	2.709.180

• 0018 - Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B51	21.547.449	22.547.449	22.387.137	11.144.394	8.723.032
7U14	300.000	300.000	0	0	0
7U15	250.000	250.000	0	0	0
8890	426.459	426.459	168.030	160.785	160.785
Total	22.523.908	23.523.908	22.555.167	11.305.179	8.883.817

• 001C - Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2398	17.266.133	17.266.133	17.083.341	9.540.958	6.449.664
4872	55.004.000	55.004.000	54.967.731	11.986.409	11.612.527
Total	72.270.133	72.270.133	72.051.073	21.527.367	18.062.191

• 001H - Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2397	17.940.000	17.940.000	17.479.650	7.051.363	4.389.281
2D62	1.070.953	1.070.953	975.246	632.561	622.707
2D84	4.027.533	4.027.533	4.012.027	1.527.321	1.007.332
Total	23.038.486	23.038.486	22.466.923	9.211.245	6.019.320

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 002I - Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2399	14.940.000	14.940.000	14.701.227	10.598.198	9.074.900
Total	14.940.000	14.940.000	14.701.227	10.598.198	9.074.900

• 002M - Produção de minerais estratégicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2489	6.665.375	6.685.375	3.851.976	3.340.376	3.331.609
Total	6.665.375	6.685.375	3.851.976	3.340.376	3.331.609

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 002U - Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211G	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	2.000.000	2.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 002X - Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LB	330.001	330.001	26.901	24.886	24.886
Total	330.001	330.001	26.901	24.886	24.886

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 003D - Estudos e projetos para otimização do aproveitamento dos recursos minerais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4396	512.626	512.626	88.577	80.143	80.143
Total	512.626	512.626	88.577	80.143	80.143



• 003E - Fiscalização da atividade minerária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WT	4.328.295	4.328.295	4.254.127	4.175.421	4.152.978
Total	4.328.295	4.328.295	4.254.127	4.175.421	4.152.978

• 003G - Gestão dos direitos minerários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2377	1.200.000	1.200.000	1.076.856	982.321	911.334
Total	1.200.000	1.200.000	1.076.856	982.321	911.334

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TZ	916.846	916.846	292.441	164.357	164.357
Total	916.846	916.846	292.441	164.357	164.357

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 002R - Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LD	159.999	159.999	13.350	12.509	12.509
Total	159.999	159.999	13.350	12.509	12.509

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.417.569	2.968.550	1.052.617
Despesas Correntes	1.708	1.548	111
Despesas de Capital	3.415.861	2.967.001	1.052.506
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.417.569	2.968.550	1.052.617

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3735	50.000.000	0	0	0	0
Total	50.000.000	0	0	0	0

• 01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11AA	34.200.000	7.500.000	0	0	0
Total	34.200.000	7.500.000	0	0	0

• 01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10DC	20.600.000	27.470.000	27.466.667	20.600.000	20.600.000
Total	20.600.000	27.470.000	27.466.667	20.600.000	20.600.000

• 01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G7	120.000.000	128.750.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Total	120.000.000	128.750.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000

• 01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10CT	137.000.000	321.513.071	317.958.071	257.700.000	257.700.000
Total	137.000.000	321.513.071	317.958.071	257.700.000	257.700.000



• 01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
141H	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.269.971	784.399
Total	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.269.971	784.399

• 01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L29	120.000.000	126.572.804	120.000.000	53.704.195	53.704.195
Total	120.000.000	126.572.804	120.000.000	53.704.195	53.704.195

• 01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10E9	100.000	0	0	0	0
Total	100.000	0	0	0	0

• 01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5900	686.288.989	716.581.249	707.938.726	301.760.624	301.733.149
12EP	560.000.000	565.652.016	562.328.107	29.809.610	29.715.513
Total	1.246.288.989	1.282.233.265	1.270.266.833	331.570.234	331.448.661

• 01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10F6	190.000.000	105.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Total	190.000.000	105.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000

• 01LL - Implantação do Sistema Jequitai (MG)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5308	50.000.000	50.000.000	49.999.912	6.729.580	6.729.580
Total	50.000.000	50.000.000	49.999.912	6.729.580	6.729.580

• 01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K51	100.000	0	0	0	0
14SN	35.816.726	1.000.000	0	0	0
14SI	24.000.000	0	0	0	0
14S6	7.800.000	1.340.000	1.340.000	0	0
1167	100.000	0	0	0	0
14SC	13.266.332	9.304.730	9.304.730	3.500.000	3.500.000



14RV	703.565	200.000	200.000	0	0
5910	100.000	0	0	0	0
109J	62.038.257	62.038.257	288.380	0	0
11NO	100.000	0	0	0	0
109I	22.288.257	22.288.257	550.000	0	0
14ST	30.734.712	24.100.000	24.100.000	21.958.247	21.958.247
14SK	1.522.108	0	0	0	0
14VJ	30.000.000	16.140.177	0	0	0
14RU	44.272.555	34.772.555	34.772.555	22.328.892	22.328.892
14SB	19.567.489	14.000.000	14.000.000	0	0
14SG	19.200.000	8.400.000	8.400.000	0	0
14SP	22.230.816	0	0	0	0
11PO	10.620.000	10.500.000	7.209.988	37.972	37.972
14VI	100.000	113.483.653	80.941.909	30.378.794	18.176.250
14RX	27.200.000	27.200.000	27.200.000	0	0
14SA	6.023.808	0	0	0	0
1K44	7.785.715	0	0	0	0
124L	16.416.000	0	0	0	0
14S7	5.000.000	0	0	0	0
14S5	30.272.428	22.317.000	22.317.000	7.675.989	7.675.989
14S8	3.487.308	3.487.308	3.487.308	0	0
14SJ	1.610.360	0	0	0	0
7I31	18.991.161	3.100.000	608.620	0	0
14RM	8.761.782	4.868.948	3.571.337	0	0
14SE	1.287.437	0	0	0	0
12G4	9.000.000	0	0	0	0
14RZ	6.416.001	3.500.000	3.500.000	0	0
1I64	3.063.307	76.629	76.629	76.629	76.629
14S3	6.300.000	0	0	0	0
14LA	25.000.000	25.000.000	24.971.999	2.634.558	2.634.558
14VL	31.500.000	4.240.000	4.240.000	4.200.000	4.200.000
14SO	3.608.789	0	0	0	0
14S2	596.762	0	0	0	0
14RR	5.981.299	5.981.299	1.985.974	0	0
1I61	20.000.000	8.000.000	0	0	0
1I60	30.000.000	4.000.000	0	0	0
14SD	23.792.055	20.712.000	20.712.000	10.189.599	10.189.599
11NF	100.000	0	0	0	0
14SV	21.994.852	18.394.852	11.696.387	2.898.456	2.898.456
12FV	3.650.000	0	0	0	0
3445	100.000	0	0	0	0
12G5	56.933.737	32.586.656	32.586.656	16.485	16.485
101N	200.000	160.000	0	0	0
140S	34.480.000	23.576.741	23.576.741	10.104.317	10.104.317
7G88	12.826.400	16.940.000	16.940.000	12.796.400	5.118.560
14RQ	3.165.595	3.165.595	3.165.595	0	0
14RS	7.588.687	7.588.687	7.588.687	2.191.516	2.191.516
14VM	50.000.000	0	0	0	0
14SS	19.100.000	5.730.000	5.730.000	3.370.000	3.370.000

Plano
Mais Brasil

14RT	1.160.365	0	0	0	0
7M10	1.800.000	0	0	0	0
18S1	214.462.594	219.518.001	60.801.377	3.703.788	2.109.375
14RW	4.935.179	0	0	0	0
14SR	3.322.109	0	0	0	0
109H	13.200.000	13.200.000	5.208.701	769.158	0
14RY	76.000.000	0	0	0	0
14SF	100.000	0	0	0	0
14S9	5.382.621	1.867.835	0	0	0
Total	1.167.157.168	792.779.180	461.072.572	138.830.800	116.586.844

• 04EM - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SH	100.000.000	35.000.000	35.000.000	3.324.907	3.324.907
Total	100.000.000	35.000.000	35.000.000	3.324.907	3.324.907

• 04EN - Ampliação do Sistema Adutor Ouricuri (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14S4	20.000.000	6.155.019	6.155.019	0	0
Total	20.000.000	6.155.019	6.155.019	0	0

• 04FL - Implantação do Sistema Adutor do Pajeú (PE e PB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1N64	62.000.000	46.069.781	18.568.438	10.903.849	10.168.605
Total	62.000.000	46.069.781	18.568.438	10.903.849	10.168.605

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N4	3.300.000	2.700.000	2.368.512	1.265.748	1.262.939
Total	3.300.000	2.700.000	2.368.512	1.265.748	1.262.939

• 01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14S0	18.000.000	6.600.000	6.600.000	5.931.253	5.931.253
14SQ	300.291	0	0	0	0
14VK	2.843.445	50.272	50.272	0	0
12G6	30.000.000	3.750.000	0	0	0
14RP	100.000	0	0	0	0

140N	11.350.000	11.350.000	7.175.291	507.349	58.544
14SL	2.420.788	0	0	0	0
Total	65.014.524	21.750.272	13.825.563	6.438.602	5.989.797

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8062	50.000	50.000	42.711	34.335	34.335
8621	1.858.352	1.598.352	44.742	37.739	37.739
10GM	15.000.000	7.407.957	6.096.980	207.178	112.998
13RU	12.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0
Total	28.908.352	12.056.309	9.184.432	279.252	185.072

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	95.213	146.324	96.227
Despesas Correntes	93.163	144.274	96.227
Despesas de Capital	2.050	2.050	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	10.520.173	9.197.444	7.872.689
Totais	10.615.386	9.343.768	7.968.916

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá (PR)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1K88	58.625.140	94.107.600	91.959.911
Total	58.625.140	94.107.600	91.959.911

• 000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simpício (MG/RJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G98	115.758.898	126.147.656	116.027.549
Total	115.758.898	126.147.656	116.027.549

• 000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
128G	1.300.000	0	0
12DQ	24.945.186	51.540.025	42.697.230
10D7	88.518.092	10.962.000	3.935.145
Total	114.763.278	62.502.025	46.632.375

• 000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14N8	6.900.000	100.000	0
14L2	100.000	100.000	0
10D6	39.159.823	48.335.908	45.681.151
14NB	1.000.000	1.000.000	0
Total	47.159.823	49.535.908	45.681.151

• 04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G96	132.218.244	132.625.975	123.593.433
Total	132.218.244	132.625.975	123.593.433

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
6486	537.000	537.000	0
5E88	2.796.078.437	1.507.323.261	1.482.413.293
Total	2.796.615.437	1.507.860.261	1.482.413.293

• 000W - Implantação de Usinas Termelétricas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14LC	641.827.000	531.531.000	584.735.624
151G	0	8.596.000	8.772.125
10WI	43.252.000	102.569.000	83.740.048
14LB	8.649.000	11.327.000	7.614.066
Total	693.728.000	654.023.000	684.861.863

• 04A5 - Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10WJ	0	2.327.000	2.213.458
Total	0	2.327.000	2.213.458

• 04EQ - Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3 em Manaus (AM)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14MK	279.730.041	535.224.514	514.109.649
Total	279.730.041	535.224.514	514.109.649

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 000X - Implantação de Parques Eólicos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OR	339.209.433	339.209.433	244.840.537
146A	1.000.000	1.000.000	0



14L5	100.000	100.000	0
Total	340.309.433	340.309.433	244.840.537

• 000Y - Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
13FD	2.082.042	8.469.538	6.005.823
14NC	2.781.327	2.781.327	2.084
14LF	2.150.000	1.000.000	1.614.441
Total	7.013.369	12.250.865	7.622.348

• 000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14L6	100.000	100.000	0
Total	100.000	100.000	0

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L6	60.000	60.060.000	60.031.176	60.031.176	60.030.697
Total	60.000	60.060.000	60.031.176	60.031.176	60.030.697

• 0014 - Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L7	210.000	210.000	126.173	108.524	108.524
Total	210.000	210.000	126.173	108.524	108.524

• 0015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L8	48.000	48.000	672	672	672
Total	48.000	48.000	672	672	672

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20LF	15.436.000	6.736.000	3.705.741	3.292.100	2.269.428
20LG	630.000	441.000	0	0	0
6907	200.000	200.000	0	0	0
Total	16.266.000	7.377.000	3.705.741	3.292.100	2.269.428

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
6508	27.115.118	12.039.140	5.528.392
Total	27.115.118	12.039.140	5.528.392

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas
• 0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
121X	44.700.000	50.522.001	49.005.535
1G97	22.255.325	24.847.878	21.083.414
5107	658.846.290	478.846.290	432.594.810
14XC	0	429.017.311	416.001.552
126T	42.330.000	61.330.000	23.902.782
11ZY	2.247.673	12.483.285	6.357.655
1050	201.112.391	60.652.510	50.375.919
128J	850.000	32.850.000	31.791.809
12PJ	1.000.000	2.200.000	2.045.852
146L	88.204.610	106.710.251	82.117.295
14L3	50.764.821	51.652.606	35.587.189
14NA	47.955.455	46.485.037	37.222.489
14XD	0	545.013.688	340.962.000
12DB	66.802.380	40.691.200	21.387.048
12PK	1.000.000	8.928.184	8.722.188
1A01	400.000	718.280	650.219
Total	1.228.468.945	1.952.948.521	1.559.807.756

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas
• 002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3414	40.000.000	2.053.099	1.029.747
1H05	122.945	122.945	76.686
10WL	10.384.000	18.756.000	17.906.965
1H19	22.000.000	1.500.000	937.218
14LE	100.000	100.000	0



1H18	9.000.000	1.500.000	1.411.981
Total	81.606.945	24.032.044	21.362.597

• 002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OJ	139.266.791	111.706.570	100.531.483
2C49	11.470.000	6.500.000	2.650.763
14KG	700.000	3.100.000	2.604.694
14MJ	34.085.000	62.085.000	33.310.492
3243	200.000	200.000	33.716
2C47	442.472.900	315.731.100	262.525.621
1891	14.746.000	8.000.000	5.723.100
14KW	700.000	9.171.816	9.171.816
2D61	351.161.223	228.998.683	250.047.961
14KH	800.000	2.800.000	2.025.012
125W	8.976.000	20.426.014	12.136.843
14MI	34.085.000	68.085.000	35.196.925
14KX	900.000	3.900.000	3.311.086
2D94	27.641.200	4.008.964	2.757.783
Total	1.067.204.114	844.713.147	722.027.295

• 04DJ - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga em Itaparica (BA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14ND	1.000.000	1.000.000	0
Total	1.000.000	1.000.000	0

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0035 - Ampliação do Acesso à Energia Elétrica na Área Rural (Luz para Todos)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11X8	44.750.900	44.750.900	21.320.384
11YL	101.102.192	93.000.000	92.997.719
11XI	47.764.706	55.000.000	45.275.970
11XE	38.721.669	17.300.000	15.440.097
10WO	5.893.000	100.000	1.296
11XU	230.439.564	124.131.965	98.740.380
Total	468.672.031	334.282.865	273.775.846

• 0036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1379	2.720.667	2.720.667	904.424	25.091	25.091

Total	2.720.667	2.720.667	904.424	25.091	25.091
-------	-----------	-----------	---------	--------	--------

- 0037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente, racional e produtivo da energia elétrica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20A9	3.213.465	3.213.465	1.790.303	1.778.704	1.778.704
Total	3.213.465	3.213.465	1.790.303	1.778.704	1.778.704

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 003Q - Regulação do Setor Elétrico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2993	14.297.445	14.297.445	12.568.891	10.545.940	10.545.940
2C42	300.000	300.000	0	0	0
4699	1.267.036	1.267.036	329.815	297.198	297.198
4703	2.883.293	2.883.293	796.781	657.651	657.651
4880	52.947.069	52.947.069	26.770.237	19.298.680	19.298.680
Total	71.694.843	71.694.843	40.465.724	30.799.469	30.799.469

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 003W - Promover a Conscientização Sobre o Uso Eficiente de Energia Elétrica

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4394	96.839.000	53.317.000	47.235.783
Total	96.839.000	53.317.000	47.235.783

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01FS - Ampliar, manter e reforçar as redes de distribuição de energia elétrica

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14L1	7.850.608	18.020.011	8.726.130
4881	37.646.344	43.092.699	43.082.699
20P3	43.700.499	40.492.281	22.156.546
6749	43.384.541	38.012.998	35.261.087
20PA	6.389.135	6.732.288	5.679.985
105D	2.525.659	5.500.000	5.834.527
20P0	11.659.328	17.093.910	8.614.653



20P2	55.343.140	25.061.317	12.997.412
3375	40.352.934	42.079.232	36.611.698
20PI	108.847.920	74.390.460	71.370.441
2D89	46.171.233	48.370.229	40.370.643
20PD	103.674.363	64.724.417	54.194.815
20P7	39.074.089	22.384.730	16.494.222
14L7	332.212.772	213.243.350	170.218.877
14L0	9.467.488	5.567.231	5.498.157
14KY	106.072.665	83.078.000	51.207.027
14KZ	199.798.798	64.871.676	63.246.627
20P5	48.490.815	27.909.406	15.712.149
20PC	8.143.719	6.704.807	4.496.360
Total	1.250.806.050	847.329.042	671.774.055

• 01FU - Prover a geração de energia elétrica necessária aos Sistemas Isolados

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2775	200.000	49.535	0
20PM	2.768.000	2.453.900	2.039.988
20PE	14.120.000	13.389.179	11.370.717
20PF	14.650.000	8.414.651	7.136.359
3267	5.900.000	13.120.000	13.119.481
Total	37.638.000	37.427.265	33.666.545

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01G1 - Manutenção do parque gerador de energia

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7066	3.371.375	3.889.909	3.840.857
4467	32.007.950	20.007.900	16.014.535
4477	294.664.677	254.212.745	150.666.656
20OG	23.748.216	21.860.632	7.684.651
4493	49.968.554	70.628.702	30.584.792
4476	173.918.759	138.972.433	85.006.508
3372	64.884.662	44.224.514	22.822.063
3292	37.773.650	64.544.669	60.741.169
20OM	44.791.535	65.522.307	61.489.582
3380	96.000.000	9.687.000	6.565.575
1C63	4.296.000	747.000	411.845
6556	176.051.000	266.596.000	244.478.787
Total	1.001.476.378	960.893.811	690.307.020

• 01G2 - Manutenção do sistema de transmissão

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	

4462	71.500.000	52.000.000	41.451.156
4471	8.359.500	2.350.000	837.237
2D63	171.584.461	186.884.461	168.955.815
4478	400.630.966	349.962.742	260.966.846
Total	652.074.927	591.197.203	472.211.054

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01GD - Realização de pesquisas no setor elétrico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AA	1.000.000	1.000.000	191.525	191.525	191.525
Total	1.000.000	1.000.000	191.525	191.525	191.525

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2745	21.250.000	21.250.000	15.037.010
Total	21.250.000	21.250.000	15.037.010

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	89.959	105.180	57.303
Despesas Correntes	83.556	84.562	52.647
Despesas de Capital	6.402	20.618	4.656
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	29.688.609	31.210.458	29.963.542
Totais	29.778.568	31.315.638	30.020.845

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 004D - Desenvolvimento de mercados de combustíveis no exterior

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4864	212.570.000	497.990.000	460.006.387
Total	212.570.000	497.990.000	460.006.387

• 004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1P65	7.869.414.000	8.994.265.000	8.852.803.289
Total	7.869.414.000	8.994.265.000	8.852.803.289

• 004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1209	6.633.454.000	7.707.848.000	7.653.308.165
Total	6.633.454.000	7.707.848.000	7.653.308.165

• 004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117R	494.364.000	374.724.000	354.325.874
Total	494.364.000	374.724.000	354.325.874

• 004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
119J	115.817.000	113.428.000	111.381.510
Total	115.817.000	113.428.000	111.381.510

• 004I - Implantação de Refinarias

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125M	192.848.000	112.487.000	42.693.057
Total	192.848.000	112.487.000	42.693.057

• 004M - Manutenção, modernização e ampliação do parque de refino

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1I88	38.301.000	20.914.000	19.612.826
4108	1.387.487.000	1.523.112.000	1.444.061.186
3157	7.438.000	2.000.000	1.610.025
1C60	181.913.000	112.081.000	106.827.723
146C	677.501.000	1.042.486.000	1.021.375.709
117S	111.504.000	1.000	509
2767	279.184.000	230.985.000	211.602.051
Total	2.683.328.000	2.931.579.000	2.805.090.029

• 004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3135	515.808.000	198.350.000	186.017.090
Total	515.808.000	198.350.000	186.017.090

• 004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3161	550.496.000	949.063.000	904.923.558
Total	550.496.000	949.063.000	904.923.558

• 004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3155	1.911.228.000	1.806.688.000	1.795.931.550
Total	1.911.228.000	1.806.688.000	1.795.931.550

• 004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3129	430.038.000	625.300.000	623.489.415
Total	430.038.000	625.300.000	623.489.415

• 004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	



3125	1.398.237.000	1.101.811.000	1.098.029.797
Total	1.398.237.000	1.101.811.000	1.098.029.797

• **04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3143	907.398.000	711.292.000	691.416.777
Total	907.398.000	711.292.000	691.416.777

• **04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3151	419.794.000	383.775.000	382.234.406
Total	419.794.000	383.775.000	382.234.406

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00L5 - Implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
152Z	0	4.000.000	0
124J	3.144.000	5.953.000	5.512.236
124I	3.120.000	11.039.000	8.313.642
12LZ	180.792.000	0	0
124N	3.144.000	9.580.000	12.315.576
Total	190.200.000	30.572.000	26.141.454

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00L8 - Expansão da frota marítima e hidroviária para transporte de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos e apoio logístico off-shore**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1063	848.520.000	924.811.000	924.532.852
125Q	146.349.000	22.573.000	401.764
Total	994.869.000	947.384.000	924.934.616

• **00LA - Implantação e expansão da malha dutoviária e de ativos logísticos para ampliação da capacidade de escoamento de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1192	81.020.000	131.671.000	108.816.079
152G	0	36.156.000	30.191.262

152H	0	42.200.000	8.474.600
11UN	25.607.000	18.640.000	17.763.202
11SW	136.168.000	79.678.000	66.232.910
111R	68.443.000	270.050.000	208.241.463
111S	59.403.000	322.300.000	291.725.122
1C22	6.767.000	30.225.000	24.917.535
Total	377.408.000	930.920.000	756.362.173

• **00LC - Modernização, ampliação e adequação da infraestrutura logística de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4107	1.932.360.000	1.403.591.000	1.028.136.147
2B38	107.342.000	81.349.000	69.890.428
2D37	24.479.000	41.531.000	38.802.812
4451	171.133.000	327.425.000	254.752.378
Total	2.235.314.000	1.853.896.000	1.391.581.765

• **00LD - Modernizar e ampliar a capacidade logística de distribuição para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados e às demandas legais e regulatórias, primando pela segurança, meio ambiente e saúde pública**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14UI	26.311.000	29.920.000	29.917.321
2787	526.257.000	438.536.500	436.623.170
2799	119.415.000	94.534.000	94.412.731
2B44	1.709.000	1.518.000	1.517.763
2B43	91.291.000	88.652.000	88.641.398
3348	1.066.000	956.000	955.719
2797	176.758.000	154.069.000	153.847.404
2809	33.035.000	37.722.000	36.547.147
Total	975.842.000	845.907.500	842.462.653

• **04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C59	580.182.000	93.179.000	60.408.598
Total	580.182.000	93.179.000	60.408.598

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **023X - Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00EI	27.488.000	27.488.000	0	0	0
10TP	1.002.422	12.133.073	11.626.051	1.750.666	1.750.666
2391	60.945.966	65.036.352	57.662.965	55.308.052	49.506.584



6594	422.400	422.400	244.513	244.513	244.513
Total	89.858.788	105.079.825	69.533.530	57.303.231	51.501.763

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 037M - Apoiar e fomentar o desenvolvimento de estratégias empresariais de uso sustentável da biomassa florestal como fonte primária de energia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LY	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	208.008	205.880	69.413
Despesas Correntes	204.672	202.544	68.245
Despesas de Capital	3.336	3.336	1.168
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	50.746.534	64.619.729	63.253.896
Totais	50.954.542	64.825.609	63.323.309

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2050	159.714.280	159.086.404	153.447.352	37.975.735	37.614.042
2379	14.480.400	14.480.400	8.647.255	8.595.863	8.555.365
Total	174.194.680	173.566.804	162.094.607	46.571.598	46.169.407

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1172	1.195.223.000	1.586.203.000	1.889.202.383
Total	1.195.223.000	1.586.203.000	1.889.202.383

- 0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117Q	816.763.000	1.455.080.000	1.481.779.143
Total	816.763.000	1.455.080.000	1.481.779.143

- 0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	

Plano
Mais Brasil

146Q	1.298.463.000	2.513.048.000	2.186.634.916
Total	1.298.463.000	2.513.048.000	2.186.634.916

- 0058 - Desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, através da instalação de novos sistemas de produção e manutenção e melhorias dos sistemas atualmente existentes

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4237	610.721.000	630.468.000	590.088.997
2851	4.864.642.000	2.546.838.000	2.477.967.887
2751	453.455.000	327.250.000	332.803.188
2D01	36.940.000	29.079.000	32.014.894
8055	19.966.000	18.345.000	11.649.629
4869	10.261.000	1.225.000	1.224.575
4109	2.062.158.000	3.976.478.000	2.917.168.230
8019	3.247.582.000	4.746.398.000	4.597.778.761
2761	2.523.426.000	3.101.866.000	3.079.417.182
151A	0	41.882.000	32.303.304
2D00	274.326.000	212.606.000	216.593.434
Total	14.103.477.000	15.632.435.000	14.289.010.081

- 005A - Desenvolvimento e implantação de instalações de GNL (Gás Natural Liquefeito), dominando a tecnologia e operação, inserindo o Brasil no conjunto dos países que detém tecnologia, processos e operação de GNL

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125K	416.400.000	0	0
14UG	4.000.000	0	0
146K	500.310.000	550.144.000	540.308.932
20T7	19.210.000	17.444.000	8.108.692
14VS	0	1.992.000	5.622.944
Total	939.920.000	569.580.000	554.040.568

- 005B - Desenvolvimento do processo industrial de transformação química do gás natural em produtos de maior valor agregado e acessível aos diversos modais logísticos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12O5	0	2.186.000	1.392.260
Total	0	2.186.000	1.392.260

- 005C - Desenvolvimento da Produção da Bacia de Santos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OP	3.062.816.000	1.470.942.000	1.457.219.970
Total	3.062.816.000	1.470.942.000	1.457.219.970

- 005D - Desenvolvimento da Produção da Cessão Onerosa

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OR	1.709.323.000	1.112.000.000	1.152.006.455

Total	1.709.323.000	1.112.000.000	1.152.006.455
--------------	----------------------	----------------------	----------------------

• 005E - Desenvolvimento da Produção do Espírito Santo e Bacia de Campos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OU	5.024.415.000	7.246.842.000	7.814.546.070
Total	5.024.415.000	7.246.842.000	7.814.546.070

• 005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OS	5.619.226.000	4.918.210.000	4.742.647.738
Total	5.619.226.000	4.918.210.000	4.742.647.738

• 005H - Implantação, adequação e manutenção da malha de gasodutos de transporte de gás natural

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4867	12.913.000	14.120.000	9.083.749
8020	47.015.000	13.646.000	12.268.441
4861	175.472.000	156.525.000	211.445.640
146S	92.461.000	93.000.000	104.522.604
152I	0	377.514.000	72.608.661
14UH	4.039.000	0	0
146R	297.248.000	223.086.000	235.918.657
Total	629.148.000	877.891.000	645.847.752

• 005P - Manutenção da Produção das Bacias de Campos e do Espírito Santo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OQ	3.223.116.000	6.329.028.000	6.562.856.745
Total	3.223.116.000	6.329.028.000	6.562.856.745

• 005Q - Manutenção da Produção das Bacias de Santos e da Região Sul

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OT	86.404.000	776.250.000	733.944.948
Total	86.404.000	776.250.000	733.944.948

• 005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146F	8.908.181.000	16.377.014.000	16.184.859.574
Total	8.908.181.000	16.377.014.000	16.184.859.574

• 005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I



Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146G	1.533.934.000	1.106.417.000	1.074.433.918
Total	1.533.934.000	1.106.417.000	1.074.433.918

- 04DD - Ampliar a capacidade de processamento de Gás Natural do Terminal de Cabiúnas (RJ).

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10TF	32.028.000	40.055.000	28.513.646
14KK	599.414.000	818.392.000	874.989.102
Total	631.442.000	858.447.000	903.502.748

- 04HC - Implantação de Gasoduto de escoamento de Gás Natural do Pré-Sal para processamento no COMPERJ

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
152J	0	56.580.000	20.173.469
Total	0	56.580.000	20.173.469

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 005X - Outorga de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nas modalidades de concessão e partilha da produção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2380	1.302.581	1.302.581	653.000	636.530	636.530
Total	1.302.581	1.302.581	653.000	636.530	636.530

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0061 - Estímulo à formação de recursos humanos, à pesquisa e à adoção de novas tecnologias nas atividades da Indústria do petróleo e gás natural e dos biocombustíveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4860	50.000	50.000	0	0	0
Total	50.000	50.000	0	0	0

- 0066 - Realização de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para petróleo e gás natural

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2D83	132.002.000	92.503.000	42.928.998
20LE	990.255.000	897.342.000	830.092.369

1029	39.770.000	82.419.000	57.529.499
20OW	236.800.000	233.420.000	222.248.937
20OV	565.856.000	425.892.000	406.997.628
Total	1.964.683.000	1.731.576.000	1.559.797.431

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 006N - Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6197	13.090.760	13.090.760	12.587.712	8.340.428	7.194.363
2381	16.033.180	16.033.180	15.400.026	13.428.988	10.309.806
6596	336.455	336.455	145.299	145.299	145.299
Total	29.460.395	29.460.395	28.133.037	21.914.715	17.649.469

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0203 - Elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LH	3.000.000	1.500.000	458.240	289.980	285.928
Total	3.000.000	1.500.000	458.240	289.980	285.928

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.844.867	4.278.770	4.435
Despesas Correntes	171.614	167.064	3.713
Despesas de Capital	3.673.253	4.111.706	722
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.844.867	4.278.770	4.435

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00ZN - Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NR	22.545.000	22.545.000	12.729.370	0	0
Total	22.545.000	22.545.000	12.729.370	0	0

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00ZP - Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8874	1.860.000	1.310.000	534.182	0	0
20W3	2.125.000	2.125.000	215.277	171.082	171.082
Total	3.985.000	3.435.000	749.459	171.082	171.082

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00ZT - Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8866	136.706.000	136.706.000	31.834.378	0	0
Total	136.706.000	136.706.000	31.834.378	0	0

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1D73	3.646.181.103	4.080.634.116	1.552.162.283	2.463.092	1.877.156
8872	600.000	600.000	116.012	116.012	116.012
20NQ	800.000	600.000	0	0	0
7S30	31.000.000	31.000.000	0	0	0
4055	500.000	500.000	70.990	40.000	40.000
20NP	1.000.000	735.000	7.725	7.725	7.725
4420	1.550.000	2.015.000	1.694.477	1.637.149	1.631.099
Total	3.681.631.103	4.116.084.116	1.554.051.486	4.263.977	3.671.991

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.334.158	1.497.299	283.524
Despesas Correntes	165.699	178.155	107.889
Despesas de Capital	2.168.459	1.319.144	175.635
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.334.158	1.497.299	283.524

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SS	1.968.221.597	1.027.423.801	496.066.780	58.288.961	58.288.961
Total	1.968.221.597	1.027.423.801	496.066.780	58.288.961	58.288.961

- 027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L64	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

- 027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5176	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

- 0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SX	35.900.931	35.900.931	35.900.931	0	0
Total	35.900.931	35.900.931	35.900.931	0	0

- 0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife - PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5754	72.000.000	131.762.685	131.762.685	82.469.886	69.838.502
Total	72.000.000	131.762.685	131.762.685	82.469.886	69.838.502

• 0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SY	7.121.069	33.956.180	33.956.180	33.956.180	7.121.069
Total	7.121.069	33.956.180	33.956.180	33.956.180	7.121.069

• 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SZ	100.000	4.300.000	4.200.000	0	0
14TT	7.600.000	7.550.000	6.660.874	200.111	154.263
Total	7.700.000	11.850.000	10.860.874	200.111	154.263

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10T2	62.828.000	63.378.000	2.860.449	0	0
14TS	3.981.000	4.531.000	3.581.687	160.563	114.328
Total	66.809.000	67.909.000	6.442.137	160.563	114.328

• 029X - Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ST	7.500.000	7.600.000	1.500.000	0	0
Total	7.500.000	7.600.000	1.500.000	0	0

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 029Y - Apoiar projetos de alteração ou adequação de vias para limitar a velocidade dos veículos, ordenar fluxos ou restringir e, implantar sinalização de trânsito e dispositivos de redução de velocidade dos veículos, aliados a melhoria do ambiente urbano

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D47	800.000	800.000	0	0	0
Total	800.000	800.000	0	0	0

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e



sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D49	1.000.000	1.000.000	0	0	0
20YB	2.500.000	1.491.579	1.491.579	559.342	345.953
10SR	1.650.000	1.650.000	0	0	0
123N	100.000	100.000	0	0	0
Total	5.250.000	4.241.579	1.491.579	559.342	345.953

- 02AV - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e soluções técnicas, promovendo a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica nas áreas de mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4398	4.300.000	4.300.000	0	0	0
Total	4.300.000	4.300.000	0	0	0

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02BB - Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YZ	128.155.000	128.155.000	91.513.182	90.513.403	82.739.388
8487	1.500.000	14.500.000	13.003.195	8.796.898	3.195
Total	129.655.000	142.655.000	104.516.377	99.310.300	82.742.583

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02BC - Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4414	8.800.000	8.800.000	8.800.000	117.500	117.500
4641	20.000.000	20.000.000	19.999.998	8.461.070	6.202.742
Total	28.800.000	28.800.000	28.799.998	8.578.570	6.320.242

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.684.942	12.439.681	3.358.764
Despesas Correntes	454.045	454.045	78.872
Despesas de Capital	13.230.897	11.985.636	3.279.892
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	13.684.942	12.439.681	3.358.764

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 009J - Manutenção da malha rodoviária Região Centro-Oeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VI	696.000.000	846.000.000	845.999.844	275.630.257	262.743.276
Total	696.000.000	846.000.000	845.999.844	275.630.257	262.743.276

• 009K - Manutenção da malha rodoviária Região Nordeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VJ	1.379.420.000	1.514.420.000	1.514.287.532	274.075.722	255.907.116
Total	1.379.420.000	1.514.420.000	1.514.287.532	274.075.722	255.907.116

• 009L - Manutenção da malha rodoviária Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VK	1.124.000.000	1.179.000.000	1.178.993.572	402.858.224	379.964.021
2E60	24.000.000	24.000.000	0	0	0
Total	1.148.000.000	1.203.000.000	1.178.993.572	402.858.224	379.964.021

• 009M - Manutenção da malha rodoviária Região Sudeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VL	791.300.000	993.300.000	993.299.949	384.236.830	362.161.368
7T43	0	500.000	0	0	0
Total	791.300.000	993.800.000	993.299.949	384.236.830	362.161.368

• 009N - Manutenção da malha rodoviária Região Sul

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Plano
Mais Brasil

20VM	640.000.000	601.500.000	601.499.996	110.114.067	102.363.549
Total	640.000.000	601.500.000	601.499.996	110.114.067	102.363.549

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2907	26.998.293	26.998.293	25.175.920	19.768.668	19.752.842
Total	26.998.293	26.998.293	25.175.920	19.768.668	19.752.842

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7140	255.908.131	300.908.131	300.908.130	159.002.677	149.495.041
Total	255.908.131	300.908.131	300.908.130	159.002.677	149.495.041

• 009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7624	342.000.000	342.000.000	341.322.285	217.851.279	216.294.980
Total	342.000.000	342.000.000	341.322.285	217.851.279	216.294.980

• 009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105S	225.000.000	3.000.000	2.222.958	2.222.958	2.222.958
13X9	5.900.000	5.900.000	0	0	0
Total	230.900.000	8.900.000	2.222.958	2.222.958	2.222.958

• 009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105T	35.100.000	3.100.000	3.015.712	446.341	446.341
Total	35.100.000	3.100.000	3.015.712	446.341	446.341

• 00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7435	95.000.000	80.000.000	79.474.300	7.675.295	7.573.931

Total	95.000.000	80.000.000	79.474.300	7.675.295	7.573.931
--------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------	------------------

• 00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3766	53.600.000	2.600.000	2.600.000	12.010	11.332
Total	53.600.000	2.600.000	2.600.000	12.010	11.332

• 00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1208	373.500.000	423.500.000	423.500.000	232.580.905	181.118.543
Total	373.500.000	423.500.000	423.500.000	232.580.905	181.118.543

• 00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110Q	60.800.000	60.800.000	60.795.740	32.203.606	32.150.522
1K19	100.000	100.000	0	0	0
110R	190.000.000	59.200.000	58.551.976	23.775.217	23.494.376
Total	250.900.000	120.100.000	119.347.716	55.978.823	55.644.897

• 00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13X7	8.900.000	8.900.000	0	0	0
Total	8.900.000	8.900.000	0	0	0

• 00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K53	20.000.000	20.000.000	20.000.000	12.051.948	10.211.364
10KV	9.000.000	1.000.000	0	0	0
7L04	300.000.000	363.000.000	362.969.998	130.141.009	124.955.528
Total	329.000.000	384.000.000	382.969.998	142.192.957	135.166.892

• 00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10L1	225.000.000	270.000.000	269.999.831	26.779.090	16.521.391
7M76	30.900.000	2.900.000	2.900.000	1.651.991	1.651.991
14L8	900.000	900.000	0	0	0
7T96	5.000.000	5.000.000	0	0	0
Total	261.800.000	278.800.000	272.899.831	28.431.081	18.173.382

• 00AA - Adequação da Rodovia BR-262/ES



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M71	67.590.000	50.590.000	50.590.000	0	0
Total	67.590.000	50.590.000	50.590.000	0	0

• 00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10J6	1.000.000	500.000	0	0	0
13XJ	45.000.000	71.000.000	71.000.000	9.026.826	8.948.965
Total	46.000.000	71.500.000	71.000.000	9.026.826	8.948.965

• 00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10IX	280.000.000	236.000.000	215.067.548	26.381.741	25.266.888
Total	280.000.000	236.000.000	215.067.548	26.381.741	25.266.888

• 00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7530	216.000.000	166.000.000	166.000.000	0	0
Total	216.000.000	166.000.000	166.000.000	0	0

• 00AI - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XL	1.000.000	500.000	0	0	0
7U29	9.057.000	557.000	0	0	0
7G66	49.500.000	0	0	0	0
7S72	33.651.080	33.651.080	0	0	0
1304	16.100.000	37.899.397	37.899.396	5.351.181	5.351.181
7S56	50.000.000	50.000.000	0	0	0
7U22	10.500.000	1.000.000	0	0	0
127H	25.000.000	85.000.000	85.000.000	27.605.645	27.605.645
7542	1.000.000	1.000.000	0	0	0
14X0	0	17.000.000	0	0	0
14UV	25.000.000	500.000	0	0	0
7626	20.250.000	5.250.000	5.250.000	379.746	379.746
7560	900.000	500.000	0	0	0
7U43	30.000.000	30.000.000	0	0	0
13UU	8.300.000	6.200.000	0	0	0
12JL	54.000.000	11.500.000	11.500.000	289.057	289.057
7M88	64.000.000	0	0	0	0
1558	27.000.000	1.000.000	156.014	0	0
14W9	0	0	0	0	0

13X6	1.000.000	500.000	0	0	0
7E90	78.800.000	55.100.000	55.057.150	0	0
13YM	2.000.000	1.000.000	0	0	0
14WB	0	0	0	0	0
7T36	0	1.500.000	0	0	0
14K8	3.544.531	3.744.531	3.594.531	0	0
13Y2	45.000.000	1.000.000	0	0	0
7I74	35.820.000	35.820.000	35.820.000	21.609.460	21.609.460
7U01	3.600.000	3.600.000	0	0	0
7S73	30.000.000	30.000.000	0	0	0
14WE	0	0	0	0	0
12IW	63.000.000	0	0	0	0
7M69	900.000	0	0	0	0
123U	75.000.000	45.000.000	45.000.000	0	0
7T75	92.453.031	92.453.031	0	0	0
12KF	36.000.000	6.000.000	6.000.000	0	0
7S76	60.000.000	60.000.000	0	0	0
7R82	14.000.000	14.000.000	0	0	0
7S69	7.400.000	7.400.000	0	0	0
1K23	22.680.000	13.680.000	13.580.850	0	0
14X6	0	5.000.000	0	0	0
7S66	48.870.000	48.870.000	48.869.999	2.016.355	0
1310	20.700.000	0	0	0	0
7M83	35.600.000	1.200.000	1.200.000	0	0
7T98	2.000.000	2.000.000	0	0	0
13NC	4.450.000	4.450.000	4.450.000	0	0
7S90	10.000.000	10.000.000	0	0	0
Total	1.118.075.642	723.875.039	353.377.941	57.251.443	55.235.089

• 04AR - Adequação da Rodovia BR-450/DF

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
113J	1.000.000	0	0	0	0
Total	1.000.000	0	0	0	0

• 04AY - Adequação da Rodovia BR-364/RO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7T94	55.000.000	40.338.000	0	0	0
7M63	900.000	900.000	900.000	0	0
Total	55.900.000	41.238.000	900.000	0	0

• 04BM - Adequação da Rodovia BR-316/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S60	7.340.000	7.340.000	0	0	0
Total	7.340.000	7.340.000	0	0	0



• 04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S75	1.500.000	11.500.000	11.500.000	0	0
7U03	8.000.000	0	0	0	0
Total	9.500.000	11.500.000	11.500.000	0	0

• 04C2 - Adequação da Rodovia BR-386/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10M9	28.900.000	38.900.000	34.035.529	3.827.828	3.827.828
7U44	10.000.000	10.000.000	0	0	0
Total	38.900.000	48.900.000	34.035.529	3.827.828	3.827.828

• 04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JT	37.530.000	39.530.000	39.530.000	17.135.277	17.135.277
7U02	8.000.000	8.000.000	0	0	0
Total	45.530.000	47.530.000	39.530.000	17.135.277	17.135.277

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1214	150.000.000	140.000.000	139.999.798	5.620.143	5.309.593
Total	150.000.000	140.000.000	139.999.798	5.620.143	5.309.593

• 00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10JQ	180.000.000	93.310.000	93.310.000	0	0
Total	180.000.000	93.310.000	93.310.000	0	0

• 00AN - Construção e adequação de acessos rodoviários a portos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14WA	0	0	0	0	0
7U25	9.100.000	1.000.000	0	0	0
12JU	24.000.000	24.000.000	23.999.999	1.375.419	1.375.419
12IA	900.000	900.000	0	0	0
14WD	0	0	0	0	0
7U28	8.000.000	0	0	0	0
7U27	9.750.000	500.000	0	0	0

10KT	26.460.000	17.460.000	16.001.709	15.560.861	15.560.861
14WC	0	0	0	0	0
7U06	12.400.000	400.000	0	0	0
3E56	13.500.000	1.000.000	0	0	0
7U26	10.380.000	1.000.000	0	0	0
7U30	9.300.000	0	0	0	0
14WF	0	0	0	0	0
7U10	53.200.000	53.200.000	0	0	0
14W7	0	0	0	0	0
3E49	21.150.000	67.150.000	67.150.000	34.709.586	34.709.586
10L3	28.000.000	500.000	0	0	0
Total	226.140.000	167.110.000	107.151.709	51.645.867	51.645.867

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XH	1.000.000	500.000	0	0	0
10UL	1.000.000	500.000	0	0	0
Total	2.000.000	1.000.000	0	0	0

• 00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7630	27.630.000	1.630.000	1.629.370	1.598.262	1.598.262
1K17	63.000.000	151.200.000	151.200.000	63.000.000	63.000.000
3E50	31.500.000	6.500.000	6.500.000	0	0
Total	122.130.000	159.330.000	159.329.370	64.598.262	64.598.262

• 00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JP	393.750.000	65.840.000	14.314.742	3.403.059	3.377.017
Total	393.750.000	65.840.000	14.314.742	3.403.059	3.377.017

• 00B2 - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7I71	40.500.000	40.500.000	38.754.759	2.692.213	1.444.626
7M91	37.080.000	105.980.000	90.495.839	70.740.280	70.630.014
12JV	47.880.000	28.180.000	28.180.000	17.313.478	15.681.507
113V	14.800.000	6.800.000	4.007.379	0	0
7S80	0	2.000.000	0	0	0
12KB	22.500.000	0	0	0	0

Plano
Mais Brasil

12MK	1.080.000	1.080.000	1.079.999	208.285	208.285
7T99	1.000.000	1.000.000	0	0	0
7T46	0	1.000.000	0	0	0
7L03	46.000.000	75.000.000	73.601.184	45.206.695	45.206.695
12KY	900.000	500.000	500.000	0	0
113I	1.000.000	500.000	0	0	0
12ER	5.670.000	1.670.000	1.669.999	1.038.513	1.038.513
123S	15.300.000	9.950.000	9.950.000	0	0
7T95	9.000.000	9.000.000	0	0	0
11WB	35.910.000	410.000	0	0	0
7M92	4.770.000	1.770.000	465.000	253.571	0
7N37	0	14.662.000	0	0	0
7N84	37.140.000	33.140.000	0	0	0
13XZ	15.750.000	0	0	0	0
113X	23.000.000	31.000.000	30.910.966	23.759.586	23.254.071
7T76	30.000.000	30.000.000	0	0	0
Total	389.280.000	394.142.000	279.615.125	161.212.622	157.463.710

• 00B4 - Construção e adequação de travessias urbanas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13X5	0	5.000.000	0	0	0
14K2	500.000	500.000	0	0	0
11ZK	2.000.000	2.000.000	0	0	0
7R65	0	1.300.000	1.300.000	0	0
12KG	79.000.000	59.000.000	59.000.000	854.212	854.212
12MJ	900.000	400.000	0	0	0
7R27	900.000	900.000	0	0	0
7T72	30.000.000	4.689.561	0	0	0
14K3	1.000.000	1.000.000	0	0	0
11Z7	27.900.000	1.000.000	0	0	0
7N81	4.000.000	4.000.000	4.000.000	2.009.593	1.030.177
12H0	10.620.000	520.000	0	0	0
7P87	41.400.000	26.400.000	26.400.000	19.617.316	19.617.316
13OT	500.000	500.000	0	0	0
11ZC	45.220.000	18.822.453	18.822.453	17.864.853	17.864.853
13NJ	5.200.000	5.200.000	4.173.947	0	0
13XW	3.240.000	3.240.000	2.280.872	303.294	303.294
7T42	0	2.000.000	0	0	0
12HH	9.090.000	990.000	0	0	0
7N88	4.000.000	4.000.000	4.000.000	3.256.090	3.256.090
12IZ	900.000	900.000	0	0	0
12FO	900.000	400.000	0	0	0
128Y	0	360.000	0	0	0
11ZS	1.000.000	1.000.000	0	0	0
12IX	39.600.000	45.600.000	39.599.999	1.693.462	1.693.462
14LV	19.170.000	28.170.000	28.170.000	0	0
13SQ	0	0	0	0	0
Total	327.040.000	217.892.014	187.747.270	45.598.820	44.619.403

• 04D5 - Construção e adequação do Contorno Rodoviário Norte de Ponta Grossa na BR-376/PR

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M93	6.000.000	6.000.000	0	0	0
Total	6.000.000	6.000.000	0	0	0

• 04ER - Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - BR-040/MG, BR-262/MG e BR-381/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M95	107.000.000	2.000.000	42.000	42.000	42.000
Total	107.000.000	2.000.000	42.000	42.000	42.000

• 04F4 - Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14X3	0	44.300.000	0	0	0
Total	0	44.300.000	0	0	0

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00B6 - Construção da BR-135/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1C09	135.000.000	0	0	0	0
Total	135.000.000	0	0	0	0

• 00B8 - Construção da BR-158/MT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11VA	25.110.000	78.110.000	77.411.680	5.890.847	5.890.847
Total	25.110.000	78.110.000	77.411.680	5.890.847	5.890.847

• 00B9 - Construção da BR-163/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1490	349.860.000	224.530.603	224.529.997	35.839.163	25.362.066
Total	349.860.000	224.530.603	224.529.997	35.839.163	25.362.066

• 00BB - Construção da BR-235/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F51	135.000.000	135.000.000	135.000.000	0	0
Total	135.000.000	135.000.000	135.000.000	0	0

Plano
Mais Brasil

• 00BD - Construção da BR-242/TO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E15	86.400.000	36.400.000	36.399.999	299.466	299.466
Total	86.400.000	36.400.000	36.399.999	299.466	299.466

• 00BE - Construção de rodovias federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XQ	900.000	900.000	0	0	0
13XG	1.100.000	500.000	0	0	0
7E87	27.630.000	22.630.000	22.630.000	6.179.561	6.179.561
7U21	9.450.000	51.450.000	50.000.000	50.000.000	0
7M66	24.300.000	4.300.000	4.299.999	1.345.457	1.345.457
7G16	14.000.000	1.000.000	0	0	0
7E79	84.600.000	34.600.000	34.599.999	2.897.138	2.897.138
7N22	800.000	800.000	800.000	0	0
7S57	30.000.000	20.000.000	0	0	0
7T09	0	2.000.000	0	0	0
111J	1.000.000	21.000.000	21.000.000	8.861.915	8.861.915
7S59	70.000.000	70.000.000	0	0	0
7H16	1.000.000	1.000.000	0	0	0
7T74	20.000.000	20.000.000	0	0	0
10KK	126.000.000	37.500.000	37.499.999	11.243.095	11.148.277
13SL	5.000.000	1.000.000	0	0	0
7T45	0	2.500.000	0	0	0
12L0	21.870.000	1.870.000	0	0	0
14WG	0	0	0	0	0
7J39	3.500.000	4.300.000	3.500.000	0	0
12JG	36.000.000	46.000.000	38.500.000	806.856	700.920
1B99	9.700.000	14.150.000	14.149.999	1.135.107	896.826
14W8	0	0	0	0	0
7474	7.020.000	16.120.000	11.442.112	3.759.207	3.759.207
12JW	22.500.000	1.000.000	0	0	0
7441	50.000.000	27.000.000	22.383.110	12.181.622	11.970.024
113R	5.800.000	500.000	0	0	0
7M78	450.000	450.000	450.000	0	0
7U04	5.000.000	5.000.000	0	0	0
7M32	3.000.000	3.000.000	0	0	0
13UW	2.500.000	2.500.000	2.500.000	0	0
7M50	2.500.000	2.500.000	2.500.000	0	0
7N85	45.000.000	45.000.000	45.000.000	0	0
7U07	35.000.000	35.000.000	0	0	0
14P8	2.250.000	2.250.000	2.000.000	240.063	240.063
1J59	3.600.000	3.600.000	0	0	0
10IW	23.990.000	990.000	0	0	0
7152	44.910.000	910.000	0	0	0
1D70	8.280.000	780.000	0	0	0

7K23	61.200.000	41.200.000	41.200.000	1.063.115	0
128W	27.000.000	27.000.000	27.000.000	0	0
7M81	10.000.000	11.000.000	11.000.000	0	0
7T97	15.233.000	35.233.000	35.233.000	0	0
7M79	450.000	450.000	0	0	0
13WQ	1.000.000	500.000	0	0	0
Total	863.533.000	619.483.000	427.688.218	99.713.137	47.999.390

• 04AE - Construção da BR-448/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10L7	115.800.000	309.800.000	309.769.618	199.437.273	174.072.276
Total	115.800.000	309.800.000	309.769.618	199.437.273	174.072.276

• 04FA - Construção da BR-422/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S61	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	3.000.000	3.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BG - Construção da BR-364/AC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1422	1.350.000	350.000	0	0	0
Total	1.350.000	350.000	0	0	0

• 00BH - Construção da BR-429/RO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
113Y	10.800.000	30.800.000	30.800.000	3.330.743	922.103
Total	10.800.000	30.800.000	30.800.000	3.330.743	922.103

• 00BI - Construção de pontes internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
112N	45.000.000	1.000.000	0	0	0
110O	77.400.000	1.000.000	0	0	0
7S41	10.000.000	10.000.000	0	0	0
126R	28.700.000	1.000.000	0	0	0
Total	161.100.000	13.000.000	0	0	0

• 00BJ - Construção de rodovias fronteiriças



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13YK	1.000.000	34.500.000	34.500.000	34.500.000	0
1418	51.000.000	15.000.000	14.249.811	2.203.257	2.203.257
Total	52.000.000	49.500.000	48.749.811	36.703.257	2.203.257

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
111D	20.000.000	19.000.000	15.863.410	5.806.325	5.486.578
10KR	87.000.000	182.000.000	181.999.999	67.364.335	67.364.335
110I	90.000.000	109.400.000	109.400.000	7.521.003	7.520.871
Total	197.000.000	310.400.000	307.263.409	80.691.663	80.371.785

• 00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1248	15.000.000	10.000.000	9.983.732	3.847.136	3.847.136
Total	15.000.000	10.000.000	9.983.732	3.847.136	3.847.136

• 00BP - Construção de rodovias de integração nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7242	35.000.000	1.000.000	0	0	0
1428	25.000.000	1.000.000	0	0	0
7N44	50.000.000	50.000.000	0	0	0
Total	110.000.000	52.000.000	0	0	0

• 04BP - Construção da BR-308/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S62	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	3.000.000	3.000.000	0	0	0

• 04C1 - Construção da BR-470/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M65	1.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0
Total	1.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BR - Construção e adequação de pontes sobre interseções fluviais em rodovias federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7K18	22.410.000	29.810.000	29.810.000	0	0
7T71	30.000.000	30.000.000	0	0	0
7S96	1.000.000	1.800.000	1.800.000	0	0
113K	1.000.000	1.000.000	167.415	167.415	167.415
7T73	35.000.000	35.000.000	0	0	0
7I84	900.000	80.900.000	80.900.000	73.531.717	73.531.717
7S51	36.830.000	36.830.000	36.830.000	0	0
14OQ	500.000	500.000	0	0	0
7L92	31.500.000	500.000	0	0	0
Total	159.140.000	216.340.000	149.507.415	73.699.132	73.699.132

• 00BS - Construção e adequação de viadutos sobre interseções de vias terrestres em rodovias federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7N45	0	500.000	500.000	0	0
7T10	0	1.500.000	0	0	0
7P68	0	11.990.033	0	0	0
7S88	1.000.000	2.000.000	0	0	0
14X2	0	13.320.406	0	0	0
14MW	0	1.386.840	1.386.838	1.386.838	1.386.838
14X1	0	17.000.000	0	0	0
Total	1.000.000	47.697.279	1.886.838	1.386.838	1.386.838

• 04CB - Construção de ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1D02	35.300.000	35.300.000	35.300.000	0	0
Total	35.300.000	35.300.000	35.300.000	0	0

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UB	25.147.035	25.147.035	21.462.468	14.290.511	13.973.927
Total	25.147.035	25.147.035	21.462.468	14.290.511	13.973.927

• 00WH - Instalação e operação de equipamentos de controle de velocidade e fluxo

Piano
Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2036	300.000.000	300.000.000	300.000.000	8.633.936	8.272.810
4482	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	302.000.000	302.000.000	300.000.000	8.633.936	8.272.810

• 00WI - Instalação e operação de postos de controle de pesagem

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
108X	90.000.000	1.000.000	0	0	0
2325	99.900.000	99.900.000	99.866.131	36.178.824	32.566.142
Total	189.900.000	100.900.000	99.866.131	36.178.824	32.566.142

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	497.074	401.010	17.070
Despesas Correntes	67.999	88.199	17.070
Despesas de Capital	429.074	312.811	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.380.650	1.603.201	460.771
Totais	1.877.723	2.004.211	477.841

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00OM - Implantação de Áreas de Apoio Logístico nos Portos Organizados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14W1	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
7U39	2.600.000	2.600.000	0	0
7U36	2.600.000	2.600.000	0	0
7U31	2.600.000	2.600.000	0	0
7U35	2.600.000	2.600.000	0	0
7U34	2.600.000	2.600.000	0	0
7U33	2.600.000	2.600.000	0	0
7U32	2.600.000	2.600.000	0	0
7U38	2.600.000	2.600.000	0	0
7U37	2.600.000	2.600.000	0	0
Total	23.400.000	23.400.000	0	0

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UD	2.000.000	0	0	0	0
122O	43.250.000	0	0	0	0
122I	30.400.000	17.400.000	17.253.137	0	0
122H	1.000.000	14.000.000	0	0	0
12DG	6.000.000	6.000.000	0	0	0
12Y1	5.400.000	0	0	0	0

Plano
Mais Brasil

211J	0	0	0	0	0
11XL	4.000.000	0	0	0	0
131L	2.000.000	0	0	0	0
12IV	2.000.000	0	0	0	0
7U40	20.000.000	5.000.000	0	0	0
122K	41.515.000	36.715.000	34.141.544	0	0
12Y0	6.250.000	0	0	0	0
Total	163.815.000	79.115.000	51.394.682	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3E66	0	0	0
3E69	0	0	0
143N	0	5.100.000	0
Total	0	5.100.000	0

• 00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122L	29.374.584	0	0	0	0
Total	29.374.584	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7376	1.155.309	1.155.309	364.921
Total	1.155.309	1.155.309	364.921

• 00IK - Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122B	2.000.000	0	0	0	0
Total	2.000.000	0	0	0	0

• 00IL - Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (SP)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122E	4.600.000	4.600.000	2.577.555	0	0
Total	4.600.000	4.600.000	2.577.555	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3E66	33.125.070	47.652.016	30.829.199
3E69	0	1.987.620	1.383.611
Total	33.125.070	49.639.636	32.212.810

• 04DS - Adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

122A	20.156.194	10.000.000	0	0	0
Total	20.156.194	10.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00JJ - Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U09	45.000.000	45.000.000	0	0	0
7T87	30.305.831	30.305.831	0	0	0
7U41	20.600.000	0	0	0	0
7T85	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	96.905.831	76.305.831	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
147D	200.000	200.000	0
144H	0	7.000.000	0
143F	17.823.443	25.014.662	20.616.998
143L	4.000.000	5.000.000	0
14WO	0	10.000.000	0
144Z	10.319.125	10.319.125	0
144Y	1.650.000	1.650.000	0
144E	1.000.000	3.500.000	98.538
Total	34.992.568	62.683.787	20.715.536

• 00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
122T	3.800.000	10.000.000	2.918.242
1C67	27.000.340	15.044.872	1.431.155
14U5	10.960.000	10.960.000	0
1C66	4.100.000	27.696.783	27.035.642
Total	45.860.340	63.701.655	31.385.039

• 00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122Z	4.010.000	0	0	0	0
7L25	35.150.000	35.150.000	0	0	0
12K7	19.000.000	41.640.000	41.640.000	0	0
Total	58.160.000	76.790.000	41.640.000	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LN	31.000.000	31.000.000	0

Plano
Mais Brasil

142Z	1.500.000	1.879.935	756.889
12LG	108.900.000	102.820.000	0
12LM	19.100.000	16.899.804	5.010.609
143J	8.500.000	24.182.903	20.564.027
143I	3.000.000	1.697.988	1.697.793
144X	3.500.000	3.500.000	0
144A	1.100.000	6.314.237	206.254
12L8	38.332.000	39.332.000	0
12L7	3.332.076	2.144.019	490.016
Total	218.264.076	229.770.886	28.725.588

• 00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LS	4.000.000	4.000.000	0
12LQ	55.000.000	61.190.000	15.896
12NK	15.000.000	15.000.000	0
12NJ	25.143.000	25.143.000	3.629.097
Total	99.143.000	105.333.000	3.644.993

• 00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138S	19.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	19.000.000	1.000.000	0	0	0

• 00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3E79	29.000.000	45.011.282	44.139.350
143B	0	1.840.000	0
143D	50.000.000	50.000.000	3.028.464
14RJ	2.750.000	2.750.000	0
Total	81.750.000	99.601.282	47.167.814

• 00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128N	27.122.500	0	0	0	0
Total	27.122.500	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
144K	3.200.000	4.200.000	103.212
147E	3.100.000	4.689.238	3.604.484
143R	300.000	100.000	0
144J	1.000.000	1.430.000	313.185

144L	0	697.798	0
143O	100.000	0	0
12LK	55.000.000	59.932.500	165.780
143Q	5.000.000	5.000.000	0
7390	1.760.000	1.760.000	0
Total	69.460.000	77.809.536	4.186.661

• 00KR - Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U12	800.000	0	0	0	0
Total	800.000	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
145H	3.370.000	9.862.445	1.151.849
145U	4.000.000	19.976.352	6.593.047
144T	3.500.000	3.500.000	215.764
143Y	19.240.181	20.689.500	5.278.179
143A	4.650.000	7.335.612	5.543.853
143S	2.241.596	1.077.000	145.771
10IO	3.000.000	3.000.000	0
143V	1.000.000	1.000.000	0
145D	5.747.138	4.563.045	801.736
14N0	0	1.000.000	0
143G	7.500.000	2.796.220	1.042.064
144R	3.500.000	2.505.146	731.137
144V	2.000.000	4.313.865	1.280.010
144W	1.000.000	1.000.000	290.591
145B	15.147.682	14.690.253	2.921.219
144U	0	566.754	266.754
Total	75.896.597	97.876.192	26.261.974

• 00KT - Estudos para infraestrutura portuária

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20HL	5.850.000	19.323.286	1.950.391
11WH	1.500.000	4.227.662	948.062
Total	7.350.000	23.550.948	2.898.453

• 048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11X0	1.000.000	8.336.940	0
Total	1.000.000	8.336.940	0

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.


Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas
• 00LN - Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JQ	4.640.000	0	0	0	0
Total	4.640.000	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LO	69.500.000	136.473.362	85.772.403
12LP	20.000.000	48.033.246	28.748.750
12LL	17.000.000	32.524.598	15.345.171
Total	106.500.000	217.031.206	129.866.324

• 00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LI	313.444.866	213.444.866	15.155.471
Total	313.444.866	213.444.866	15.155.471

• 04DV - Adequação de terminal de passageiros no Porto de Santos (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LR	175.100.000	199.343.240	111.799.994
Total	175.100.000	199.343.240	111.799.994

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas
• 00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KP	7.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0
12KQ	5.000.000	10.200.000	10.200.000	2.100.000	2.100.000
138T	3.000.000	1.000.000	0	0	0
122X	5.000.000	16.000.000	12.000.000	8.458.331	8.458.331
Total	20.000.000	31.200.000	26.200.000	10.558.331	10.558.331

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14KL	6.550.000	8.700.000	0
14KM	17.000.000	18.500.000	0
Total	23.550.000	27.200.000	0

• 00NZ - Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KR	4.500.000	0	0	0	0
Total	4.500.000	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14KJ	24.000.000	45.250.000	1.293.040
14U6	9.540.000	9.540.000	0
Total	33.540.000	54.790.000	1.293.040

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00PU - Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138Y	500.000	500.000	0	0	0
12KS	3.000.000	0	0	0	0
Total	3.500.000	500.000	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14RG	8.000.000	8.000.000	0
14RC	11.000.000	11.000.000	0
Total	19.000.000	19.000.000	0

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B9	24.499.479	31.499.479	14.305.026	2.001.264	1.913.459
8785	15.000.000	24.000.000	7.249.585	4.510.327	510.327
210I	3.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	42.499.479	56.499.479	21.554.612	6.511.590	2.423.785

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20HM	8.117.876	11.947.583	294.476
Total	8.117.876	11.947.583	294.476

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos



portos organizados marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01H9 - Reestruturação de instalações portuárias

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
153G	0	65.000.000	0	0	0
Total	0	65.000.000	0	0	0

• 01HA - Estudos e projetos de implantação de novos portos organizados e terminais portuários marítimos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LJ	10.000.000	12.484.536	4.797.967
Total	10.000.000	12.484.536	4.797.967

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	394.890	344.421	75.891
Despesas Correntes	14.500	32.500	4.163
Despesas de Capital	380.390	311.921	71.728
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	394.890	344.421	75.891

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.**Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas**

• 00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12HL	18.000.000	0	0	0	0
Total	18.000.000	0	0	0	0

• 00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12J1	18.720.000	5.189.205	2.150.234	807.643	807.537
Total	18.720.000	5.189.205	2.150.234	807.643	807.537

• 00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M52	9.500.000	0	0	0	0
12HY	1.800.000	0	0	0	0
13LJ	7.000.000	1.000.000	999.999	10.852	0
Total	18.300.000	1.000.000	999.999	10.852	0

• 00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KV	157.000.000	128.090.627	128.090.627	67.400.260	67.400.260
Total	157.000.000	128.090.627	128.090.627	67.400.260	67.400.260

• 00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110S	17.100.000	8.100.000	8.196.212	3.509.465	3.504.673
Total	17.100.000	8.100.000	8.196.212	3.509.465	3.504.673



• 00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LO	4.000.000	4.000.000	2.400.000	1.150.227	1.109.289
Total	4.000.000	4.000.000	2.400.000	1.150.227	1.109.289

• 04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U05	30.000.000	30.000.000	0	0	0
123M	12.000.000	0	0	0	0
Total	42.000.000	30.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14MZ	4.000.000	4.000.000	0	0	0
13LF	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	0
Total	24.000.000	24.000.000	20.000.000	0	0

• 00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127G	70.500.000	110.371.168	88.744.829	0	0
Total	70.500.000	110.371.168	88.744.829	0	0

• 00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13LO	10.000.000	400.000	0	0	0
Total	10.000.000	400.000	0	0	0

• 00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LN	10.500.000	28.500.000	10.500.000	3.012.735	2.627.008
Total	10.500.000	28.500.000	10.500.000	3.012.735	2.627.008

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 037R - Adequação de Infraestruturas Portuárias Públicas



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1210	4.770.000	4.770.000	4.770.000	0	0
Total	4.770.000	4.770.000	4.770.000	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.987.517	2.878.260	1.615.177
Despesas Correntes	102.272	102.272	14.397
Despesas de Capital	1.885.245	2.775.988	1.600.780
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.987.517	2.878.260	1.615.177

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116X	65.880.000	116.880.000	116.880.000	41.093.847	40.999.901
11ZD	90.000.000	97.000.000	97.000.000	28.334.227	27.984.737
5E83	38.610.000	8.610.000	4.172.272	2.547.060	2.473.905
11ZH	270.000.000	670.400.000	668.323.358	492.306.815	492.170.812
13E8	900.000	0	0	0	0
11ZI	135.000.000	146.000.000	143.218.569	101.126.621	100.665.841
116E	55.350.000	145.350.000	145.350.000	82.304.139	82.080.884
14X6	0	129.000.000	0	0	0
Total	655.740.000	1.313.240.000	1.174.944.198	747.712.709	746.376.080

• 00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11ZT	72.090.000	400.000.000	400.000.000	400.000.000	200.000.000
10MK	9.000.000	5.000.000	3.943.519	0	0
Total	81.090.000	405.000.000	403.943.519	400.000.000	200.000.000

• 00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13EB	900.000	0	0	0	0
Total	900.000	0	0	0	0

• 00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11ZE	445.500.000	665.500.000	665.500.000	445.289.137	443.703.471
124G	211.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.478.567

Total	657.000.000	667.000.000	667.000.000	446.789.137	445.182.038
--------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

• 00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13ED	36.000.000	0	0	0	0
7S27	60.000.000	60.000.000	0	0	0
Total	96.000.000	60.000.000	0	0	0

• 00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S26	35.000.000	35.000.000	0	0	0
Total	35.000.000	35.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00CN - Construção de ferrovias de acesso aos portos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K25	25.470.000	13.834.951	12.000.000	0	0
Total	25.470.000	13.834.951	12.000.000	0	0

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00D0 - Construção do Trem de Alta Velocidade - EF 222 (Rio de Janeiro/RJ - São Paulo/SP - Campinas/SP)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127K	90.000.000	6.000.000	0	0	0
Total	90.000.000	6.000.000	0	0	0

• 00D7 - Estudos para o Transporte Ferroviário de Alta Velocidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128D	71.000.000	71.000.000	284.723	284.723	284.723
Total	71.000.000	71.000.000	284.723	284.723	284.723

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00DF - Adequação ferroviária em perímetro urbano

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



13EK	30.000.000	30.000.000	0	0	0
11H1	9.000.000	20.635.049	20.635.049	4.700.472	4.355.391
11XB	450.000	450.000	0	0	0
13L9	1.000.000	1.000.000	597.383	0	0
14TL	55.950.000	55.950.000	25.694.653	0	0
13KH	0	1.300.000	0	0	0
7T02	22.000.000	22.000.000	0	0	0
14NH	250.000	250.000	250.000	221.450	221.450
14MM	74.400	607.151	607.151	0	0
13EL	575.000	575.000	469.193	0	0
13GG	250.000	250.000	0	0	0
13K2	250.000	250.000	0	0	0
10HH	475.000	1.575.000	0	0	0
14WK	0	0	0	0	0
13FZ	250.000	250.000	0	0	0
13JW	475.000	2.475.000	0	0	0
7T44	0	700.000	0	0	0
Total	120.999.400	138.267.200	48.253.430	4.921.923	4.576.841

• 00DI - Construção de contornos, variantes e anéis ferroviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10H8	50.950.000	50.950.000	13.716.354	0	0
1K24	4.500.000	300.000	221.465	0	0
1D69	8.100.000	24.000.000	24.000.000	1.356.027	1.356.027
7U13	1.000.000	1.000.000	0	0	0
10I6	10.525.600	10.525.600	0	0	0
1276	8.100.000	1.000.000	95.261	0	0
10HE	475.000	10.475.000	8.147.570	0	0
13FV	45.920.000	45.920.000	0	0	0
Total	129.570.600	144.170.600	46.180.651	1.356.027	1.356.027

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00DX - Construção de integração intermodal e intramodal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13KY	475.000	475.000	0	0	0
Total	475.000	475.000	0	0	0

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01M0 - Manutenção da malha ferroviária federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
869U	8.872.348	8.872.348	8.834.911	6.897.138	6.897.138
20LJ	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	11.872.348	11.872.348	8.834.911	6.897.138	6.897.138

OBJETIVO: 1002 - Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 04EV - Fiscalização das concessões ferroviárias.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2348	12.400.000	12.400.000	11.491.879	7.215.633	7.212.377
Total	12.400.000	12.400.000	11.491.879	7.215.633	7.212.377

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	748.041	536.431	117.503
Despesas Correntes	91.402	112.882	32.224
Despesas de Capital	656.639	423.549	85.279
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.397.028	1.764.422	1.468.801
Totais	2.145.069	2.300.853	1.586.304

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7H34	547.151	184.822.910	150.482.522
Total	547.151	184.822.910	150.482.522

• 0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZA	217.711.154	149.033.016	132.648.227
Total	217.711.154	149.033.016	132.648.227

• 0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZB	126.353.756	82.367.296	50.898.351
Total	126.353.756	82.367.296	50.898.351

• 0072 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Guarulhos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1M31	5.197.930	6.380.530	500.079
Total	5.197.930	6.380.530	500.079

• 0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LF	142.273.828	65.147.214	13.260.135
Total	142.273.828	65.147.214	13.260.135

• 0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7J01	192.811.507	171.592.511	145.367.929
Total	192.811.507	171.592.511	145.367.929

• 0076 - Construção e Adequação das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1F53	30.900.091	10.856.217	8.594.320
1J95	52.562.498	43.880.933	25.887.661
12LD	45.338.734	63.535.760	61.135.348
4099	111.578.109	451.296.433	450.247.087
145V	22.231.908	23.090.678	394.972
10ZC	21.651.459	37.129.097	36.431.881
1F54	11.295.295	24.137.569	14.980.052
145X	29.193.496	3.316.706	846.877
10ZD	1.641.452	249.436	249.436
1F52	54.583.630	36.321.534	30.029.941
1F56	113.446.632	103.909.420	81.582.708
10Z9	147.491.550	218.126.199	192.929.179
7U24	3.000.000	3.486.777	1.105.793
1J98	40.680.241	41.911.801	38.657.566
Total	685.595.095	1.061.248.560	943.072.821

• 0078 - Construção e Adequação das Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UB	496.000.827	284.390.570	171.146.766	2.300.000	2.300.000
14UC	151.019.101	151.019.101	147.022.864	82.464.042	68.581.637
5154	0	0	0	0	0
Total	647.019.928	435.409.671	318.169.630	84.764.042	70.881.637

• 04DW - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1F55	26.537.199	43.829.495	32.570.680
Total	26.537.199	43.829.495	32.570.680

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 007V - Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização dos requisitos de regulação junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2912	76.554.412	76.554.412	39.105.883	29.799.768	29.799.768



Total	76.554.412	76.554.412	39.105.883	29.799.768	29.799.768
--------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SW	12.638.393	12.638.393	8.644.250	2.939.126	2.918.766
Total	12.638.393	12.638.393	8.644.250	2.939.126	2.918.766

• **007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2111	11.641.400	11.641.400	7.587.205	0	0
6640	187.176	187.176	0	0	0
Total	11.828.576	11.828.576	7.587.205	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	821.003	811.313	368.588
Despesas Correntes	334.916	374.599	159.010
Despesas de Capital	486.086	436.714	209.578
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	607.605	537.047	280.532
Totais	1.428.608	1.348.360	649.120

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0449 - Ampliar e aprimorar a infraestrutura de produção e transmissão, a qualidade dos sinais e da programação, a acessibilidade, interatividade, alcance e abrangência dos veículos do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B5	137.658.580	137.658.580	111.665.263	72.458.830	69.458.190
2670	30.000.000	30.000.000	30.000.000	23.000.000	19.000.000
Total	167.658.580	167.658.580	141.665.263	95.458.830	88.458.190

- 044B - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128Z	500.000	500.000	0	0	0
Total	500.000	500.000	0	0	0

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02Y9 - Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZE	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	2.000.000	2.000.000	0	0	0

- 02YA - Ampliar a capacidade dos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de distribuição

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	

Plano
Mais Brasil

146X	67.549.182	67.549.182	2.137.202
Total	67.549.182	67.549.182	2.137.202

- 02YB - Ampliar o acesso aos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de atendimento

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146W	14.898.445	14.898.445	3.324.723
Total	14.898.445	14.898.445	3.324.723

- 02YE - Coordenar os investimentos em comunicações necessários para Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 com as demandas futuras de desenvolvimento do setor

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14WM	0	43.000.000	33.382.653	0	0
Total	0	43.000.000	33.382.653	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
147A	90.930.000	74.336.337	22.160.047
Total	90.930.000	74.336.337	22.160.047

- 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OF	216.124.491	162.160.018	109.735.552
Total	216.124.491	162.160.018	109.735.552

- 02YT - Lançamento de satélite para comunicações

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Z	218.102.700	218.102.700	143.174.268
Total	218.102.700	218.102.700	143.174.268

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14U7	30.000.000	30.000.000	13.802.071	1.749.108	1.749.108
Total	30.000.000	30.000.000	13.802.071	1.749.108	1.749.108

- 02YZ - Estimulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores de cidades digitais e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20V8	79.106.357	80.799.975	34.976.951	1.616.052	1.616.052
Total	79.106.357	80.799.975	34.976.951	1.616.052	1.616.052

- **02Z1 - Formação e capacitação de agentes e prestadores dos serviços de comunicações visando o atendimento de demandas dos cidadãos e de comunidades locais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4655	50.000	50.000	0	0	0
Total	50.000	50.000	0	0	0

- **02Z3 - Implantação de espaços e equipamentos públicos para dar acesso à internet banda larga, com oferta de serviços eletrônicos, no campo e na cidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZB	144.834.089	90.834.089	50.674.700	17.482.224	13.489.392
Total	144.834.089	90.834.089	50.674.700	17.482.224	13.489.392

- **02Z6 - Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZP	4.650.000	4.650.000	116.390	116.390	116.390
Total	4.650.000	4.650.000	116.390	116.390	116.390

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZA - Fortalecimento da ação fiscalizatória**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2424	111.605.708	111.222.374	80.735.529	18.343.055	18.343.055
Total	111.605.708	111.222.374	80.735.529	18.343.055	18.343.055

- **02ZF - Modernização do ambiente regulatório em comunicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZD	27.945.022	27.945.022	24.190.003	22.990.449	22.990.449
Total	27.945.022	27.945.022	24.190.003	22.990.449	22.990.449

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZK - Estímulo à promoção de estudos relativos a novas tecnologias que possibilitem a ampliação da oferta de serviços**

Plano
Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZQ	1.000.000	1.000.000	850.000	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	850.000	0	0

• 02ZO - Fomentar o desenvolvimento de equipamentos e terminais de Tecnologias de Informação e Comunicação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0505	200.000.000	200.000.000	200.000.000	200.000.000	200.000.000
20ZR	51.653.000	51.653.000	51.553.000	10.831.622	10.420.651
Total	251.653.000	251.653.000	251.553.000	210.831.622	210.420.651

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013. vol. II
Tomo II - Programas de Infraestrutura

Ministério do
Planejamento



Edição de hoje: 410 páginas
(O.S. 12778/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

